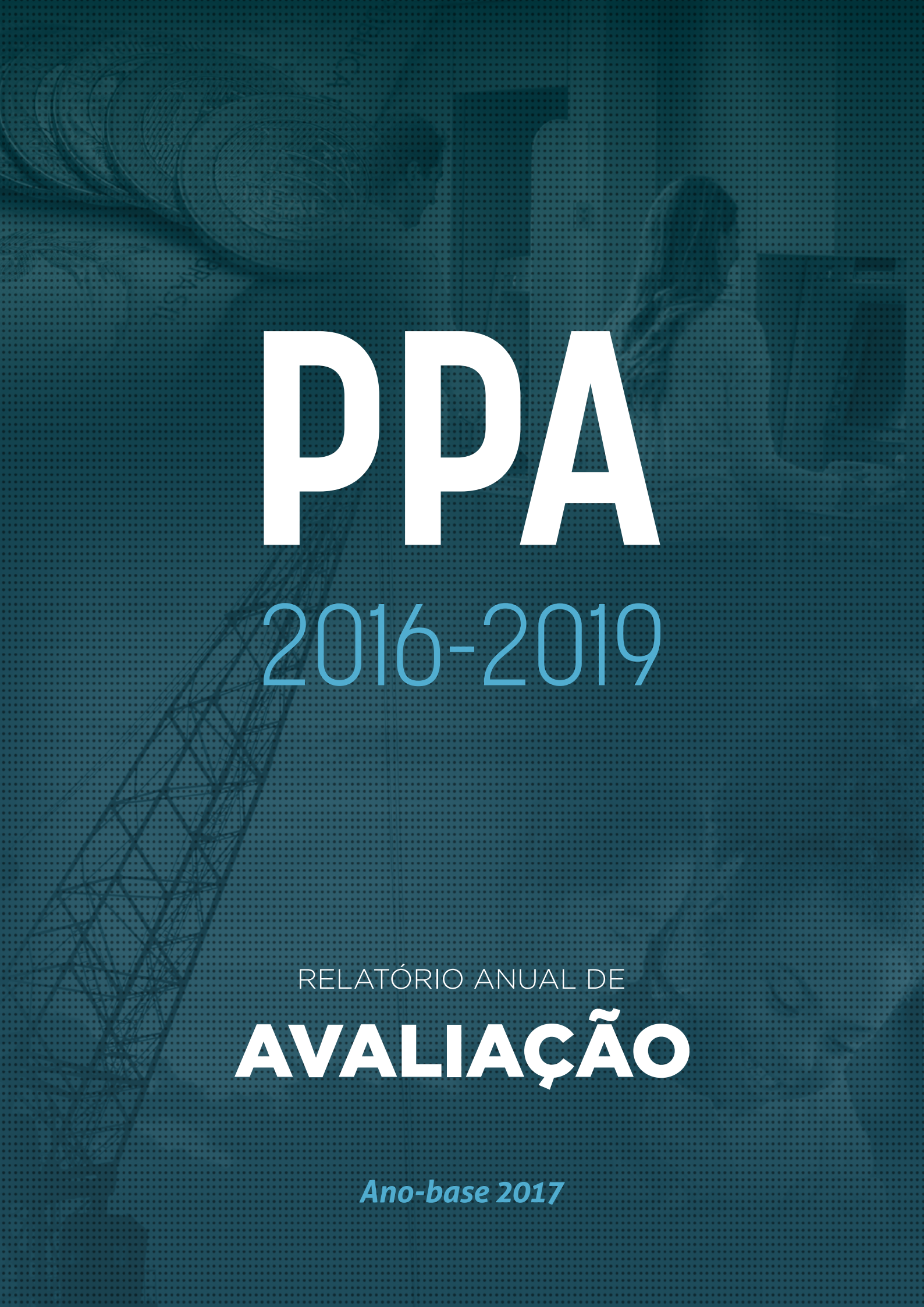




PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE
AVALIAÇÃO

Ano-base 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO

Esteves Pedro Colnago Junior

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gleisson Cardoso Rubin

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Julio Alexandre Menezes da Silva

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Miguel Ragone de Mattos

DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS

Fábio Ribeiro Servo

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS

Cláudio Evangelista de Carvalho

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS

Sérgio Ricardo Calderini Rosa

PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE
AVALIAÇÃO

PLANO PLURIANUAL

Ano-base 2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
Estrutura e Metodologia do PPA 2016-2019	7
Monitoramento do PPA 2016-2019	12
AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2017	13
Cenário Fiscal	14
Cenário Macroeconômico	16
Conclusão	20
SUMÁRIO EXECUTIVO	22
Síntese Numérica do PPA até 2017	23
Destaques dos Programas Temáticos	30
AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS	49
SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	49
Programa 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	50
Programa 2027 - Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento	56
Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos	60
Programa 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	72
Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	77
Programa 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	86
Programa 2019 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais	92
Programa 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	98
Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	106
Programa 2061 - Previdência Social	112
Programa 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	119
Programa 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	124
Programa 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	129
Programa 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	134
Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	137
Programa 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	143
Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	151
Programa 2085 - Redução do Impacto Social do Álcool e Outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	157
Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	163
Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	168

SUMÁRIO

INFRAESTRUTURA	174
Programa 2017 - Aviação Civil	175
Programa 2022 - Combustíveis	179
Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	183
Programa 2033 - Energia Elétrica	189
Programa 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	197
Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	201
Programa 2048 - Mobilidade Urbana e trânsito	207
Programa 2049 - Moradia Digna	212
Programa 2053 - Petróleo e Gás	215
Programa 2054 - Planejamento Urbano	220
Programa 2068 - Saneamento Básico	224
Programa 2086 - Transporte Aquaviário	228
Programa 2087 - Transporte Terrestre	233
 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	 238
Programa 2077 - Agropecuária Sustentável	239
Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	244
Programa 2024 - Comércio Exterior	250
Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	259
Programa 2028 - Defesa Agropecuária	265
Programa 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	270
Programa 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo	276
Programa 2050 - Mudança do Clima	282
Programa 2052 - Pesca e Aquicultura	288
Programa 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	293
Programa 2083 - Qualidade Ambiental	299
Programa 2084 - Recursos Hídricos	305
Programa 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	311
 TEMAS ESPECIAIS	 317
Programa 2058 - Defesa Nacional	318
Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	325
Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	333
Programa 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	339
Programa 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	344
Programa 2056 - Política Espacial	349
Programa 2082 - Política externa	355
Programa 2059 - Política Nuclear	360

APRESENTAÇÃO

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2017, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, bem como trazendo um balanço das realizações até esse segundo ano do ciclo do Plano Plurianual (PPA).

Além de cumprir a determinação legal contida na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à população. Além disso, constitui importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo país na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro relativo à avaliação geral e temá-

tica do PPA, e o segundo reservado aos quadros demonstrativos da evolução dos indicadores, das metas e dos recursos orçamentários e financeiros. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama abrangente do desempenho governamental em suas diversas áreas de atuação.

O Sumário Executivo deste Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019 apresenta grandes números referentes à evolução do Plano até o momento e o resumo dos principais destaques observados até o exercício de 2017. Além disso, é apresentada uma análise das variáveis macroeconômicas mais relevantes no período e as avaliações dos programas organizadas conforme as seguintes áreas temáticas: Social e Segurança Pública, Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Temas Especiais. Essas avaliações foram organizadas a partir de informações fornecidas pelos órgãos do governo federal relativas à execução de 2016 e 2017, e abrangem os 54 programas temáticos do PPA 2016-2019, considerando as informações do monitoramento relacionadas nas análises situacionais dos objetivos e das metas de cada programa, bem como as considerações dos órgãos executores sobre os principais indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA busca conciliar o crescimento econômico com a inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, seja com serviços públicos de melhor qualidade, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia e a qualidade de vida das pessoas, e ainda preservando o equilíbrio fiscal e buscando o progresso econômico com sustentabilidade e estabilidade. Para enfrentar esses desafios e aproximar cada vez mais as políticas públicas da realidade e dos anseios da sociedade, foram empreendidas melhorias com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de organização da atuação governamental.

ESTRUTURA E METODOLOGIA DO PPA 2016-2019

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 traz elementos consistentes com os planos anteriores e também apresenta algumas inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal. Seus atributos estão relacionados aos seus programas temáticos, incluindo indicadores, e podem ser organizados em agendas transversais e

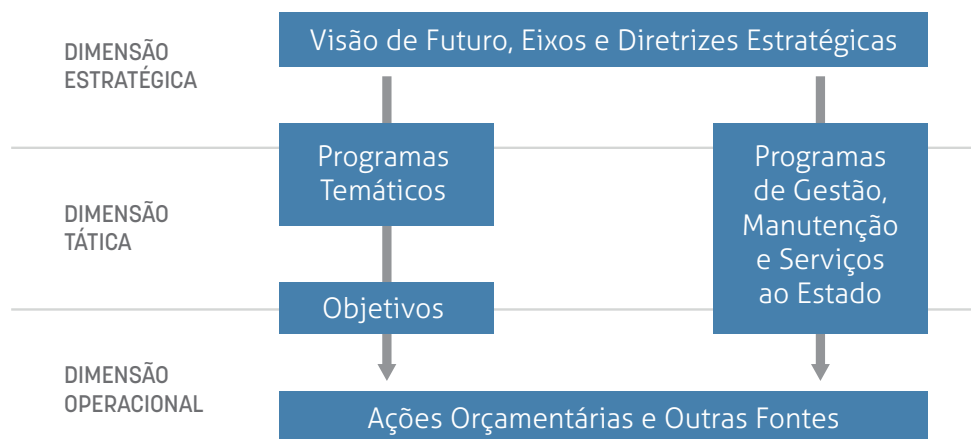
específicas, num arranjo que auxilia tanto no desenho das políticas públicas quanto no seu acompanhamento pela administração.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2016-2019, sua estrutura é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1 abaixo. A dimensão estratégica é subdividida em visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, enquanto a dimensão programática compreende os programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e de outras fontes, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade.

Em que pese a metodologia do PPA 2016-2019 ter preservado a essência da estrutura e dos conceitos consolidados nas edições anteriores, também incorporou algumas novidades. As mudanças concentraram-se essencialmente em dois pontos. O primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano Plurianual, na medida em que contém uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes que orientam a construção dos programas temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados planejados. Existe uma conexão lógica que permite visualizar como a proposta anunciada na dimensão estratégica orienta as escolhas das políticas públicas materializadas

Figura 1 – Dimensões do PPA 2016-2019



Elaboração: Seplan/MP

em objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, expostos na dimensão programática. O segundo ponto de mudança teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam a comunicar com maior clareza as escolhas de política pública para cada área por meio de seus atributos, que expressam as entregas mais relevantes e estruturantes para sua implementação.

A participação social na gestão pública aparece com destaque no PPA 2016-2019, não somente como diretriz para a implementação das políticas públicas, como também na sua fase de elaboração e planejamento, seja na estratégia de reconhecimento do papel da sociedade, seja na forma de aperfeiçoamento da ação governamental.

Na sua dimensão estratégica, o PPA 2016-2019 assume como visão de futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como:

- Uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza;
- Uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente

sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

O PPA 2016-2019 reforça o compromisso pela promoção do desenvolvimento econômico e social, com redução da desigualdade e criação de amplas oportunidades, traduzido nos seguintes eixos estratégicos:

- Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico;
- Inclusão social e redução das desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade;
- Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura;
- Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o

período de 2016 a 2019. O vínculo entre as diretrizes e os eixos não é rígido, podendo uma mesma diretriz colaborar para mais de um eixo estratégico. As 28 diretrizes do PPA são as seguintes:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à

população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.
- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.
- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.
- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.
- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

De forma articulada com essas 28 diretrizes estratégicas e os quatro eixos estratégicos, a construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 programas temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2019, por meio de seus 573 indicadores, 303 objetivos, com 1.132 metas e 3.114 iniciativas, conforme Figura 2 abaixo. O valor global do PPA atualizado em 2017 para o conjunto dos quatro anos entre 2016 e 2019 atinge R\$ 7,91 trilhões, incluindo recursos orçamentários e financiamentos extraorçamentários.

Figura 2 - Plano Plurianual 2016-2019 (Ano-base 2017)

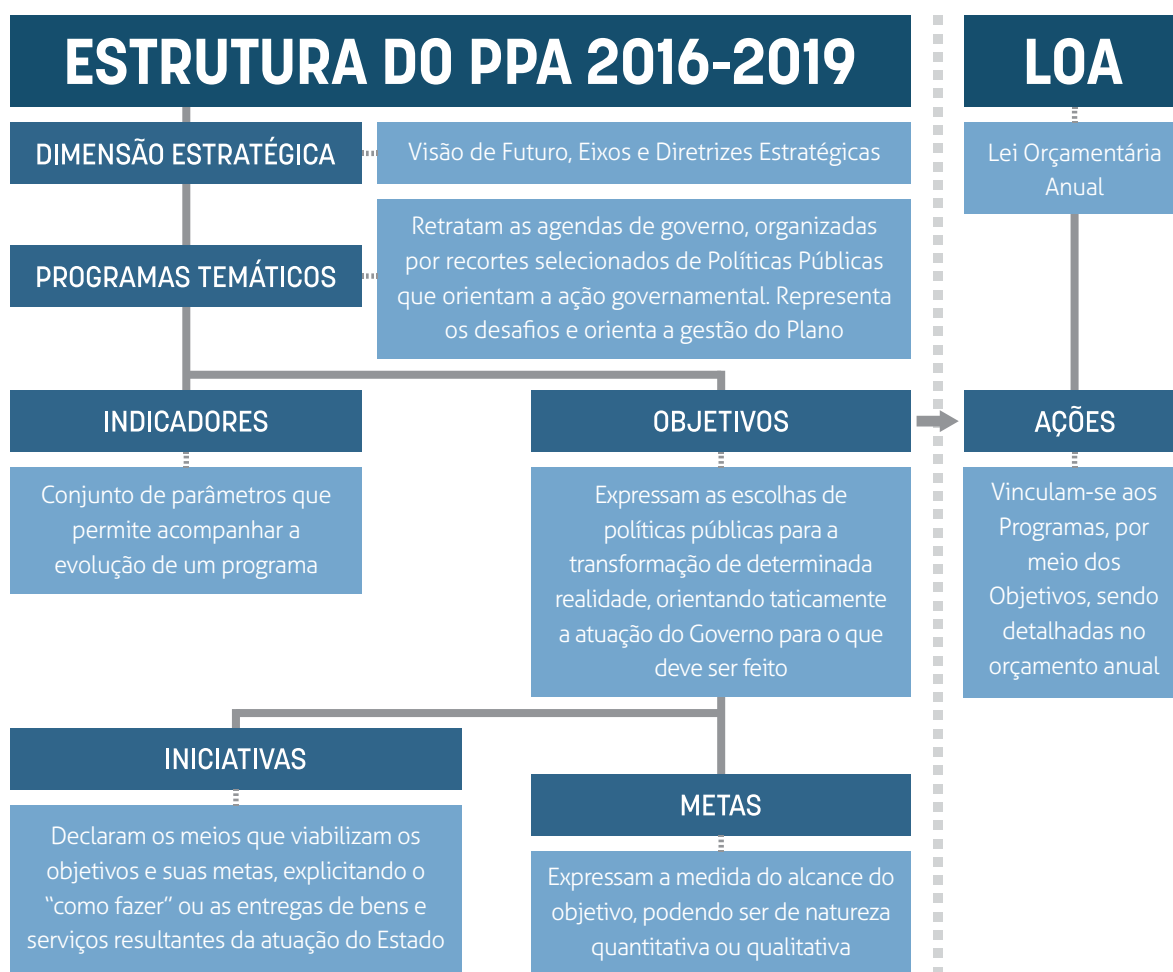
PPA
DIMENSÃO ESTRATÉGICA
54 PROGRAMAS TEMÁTICOS (573 indicadores)
303 Objetivos
1132 Metas
3114 Iniciativas e Empreendimentos Individualizados

Elaboração: Seplan/MP

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019, com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, apresentam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, que, no seu conjunto,

expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais e com os Financiamentos Extraorçamentários, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2016-2019



Elaboração: Seplan/MP

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2016-2019 pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/>

plano-plurianual. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

MONITORAMENTO DO PPA 2016-2019

O trabalho de monitoramento do PPA está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pelas Portarias nº 19, de 3 de fevereiro de 2017, e nº 200, de 28 de junho de 2017, todas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre os programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores da ação governamental. Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 está centrada no alcance das prioridades da admi-

nistração pública federal. Isto significa acompanhar a execução de cada programa com flexibilidade, visando à adequação às suas especificidades, e respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso. A prática da gestão do Plano Plurianual busca também a adoção de mecanismos de estímulo à participação da sociedade e à cooperação federativa, com intercâmbio e disseminação de informações.

O monitoramento representa fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas e visa informar e subsidiar os processos de tomada de decisão. Isso requer um monitoramento dinâmico, sistêmico e abrangente nas diversas dimensões das políticas públicas. Nesse sentido, são relevantes as informações sobre a implementação de programas e políticas prioritárias, agendas transversais e ainda ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Plurianual.

Esse esforço serve para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O órgão responsável por objetivo e meta de programa temático presta informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) sobre os atributos de sua competência, para registro e posterior consolidação de relatórios anuais.

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2017

O ano de 2017 marcou o fim de uma prolongada recessão. Após o PIB registrar queda de 3,5% por dois anos consecutivos, os números de 2017 registraram clara recuperação. No ano, o PIB avançou 1,0%, registrando variações positivas em cada trimestre. Mais importante que o resultado foi sua composição: a partir do 2º trimestre, os dois principais componentes da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (que expressa o investimento) e o Consumo das Famílias, registraram variações trimestrais positivas. O investimento, em particular, registrou elevação crescente a cada trimestre.

A retomada da economia, ainda em curso, está sendo ampla e disseminada. Além do PIB em elevação, desemprego, inflação e juros registram recuo. As condições de sustentabilidade externa continuam fortes, com superávits recordes da balança comercial e atratividade do país ao investimento estrangeiro. E as perspectivas para 2018, tanto de agentes de mercado como de organismos internacionais e de agências de risco, são de continuidade do processo de recuperação.

Os resultados positivos auferidos pela economia decorrem diretamente das mudanças de diretriz da política econômica iniciadas em maio de 2016. O novo Governo apresentou uma agenda abrangente e ambiciosa para restaurar a confiança a curto e médio prazos na economia brasileira, fornecendo as bases necessárias para aumentar seu potencial de crescimento a médio e longo prazos e permitindo que o país aproveite ao máximo suas potencialidades econômicas e sociais. A agenda inclui propostas de reformas estruturais, visando o equilíbrio fiscal e o crescimento sustentável, medidas administrativas

que permitam ganhos de eficiência e modernização do Estado, além de políticas públicas e mudanças nos quadros legais regulatórios e de infraestrutura. Por trás destas iniciativas está a visão de que a recuperação efetiva e sustentável da economia do País depende de reformas estruturais que injetem dinamismo na economia, ampliem a produtividade e reduzam a dependência das medidas estatais de estímulo.

O estabelecimento de um limite de crescimento do gasto público na Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 95, que criou o Novo Regime Fiscal, revolucionou o arcabouço da política fiscal e, junto às demais proposições relativas às contas públicas, reduziu as incertezas quanto à sustentabilidade da dívida pública.

Não obstante a reversão da tendência de retração econômica e o resgate da confiança de famílias, empresários e investidores internacionais, a completa recuperação da sustentabilidade fiscal permanece como um desafio.

O desequilíbrio fiscal está na raiz da recessão de 2015-2016 e dominou o cenário econômico nos últimos anos. O desequilíbrio das contas do governo federal somou-se à crise fiscal de alguns importantes estados brasileiros. Isso comprometeu não só o poder de compra do setor público, em especial o investimento do governo, como também levou à captura de parte das poupanças doméstica e externa pelo setor público, as quais, em condições normais, seriam destinadas ao setor produtivo. O endividamento público elevou-se, impactando o custo de rolagem da dívida pública e elevando o custo do capital na economia.

Essa elevação do custo do capital gerou dois efeitos importantes: o desincentivo à atividade produtiva, seja pela via do consumo, seja pela via do investimento; e a elevação do custo do crédito às famílias e às empresas. Neste último caso, as empresas viram sua despesa financeira aumentar ao mesmo tempo em que sua receita com vendas diminuía, gerando excessiva alavancagem financeira, a qual realimentou o processo recessivo. Por fim, a queda da atividade econômica impactou negativamente a arrecadação pública, retroalimentando o desequilíbrio fiscal. Os impactos negativos se refletiram na confiança de empresários e consumidores, causando aumento das taxas de desemprego e redução da produção e das vendas, além de postergação de investimentos produtivos. Houve ainda alguns reflexos remanescentes das intempéries climáticas que reduziram a safra agrícola e pressionaram os preços de alimentos entre 2015 e 2016.

A severidade da crise econômica iniciada nos anos anteriores e o ritmo da discussão para a implementação de algumas das reformas necessárias – com destaque para a Reforma da Previdência – indicam que a trajetória até a completa recuperação será relativamente longa, com efeitos sendo sentidos para além do período de abrangência do atual Plano Plurianual.

CENÁRIO FISCAL

O cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2016-2019, apresentado em 2015, já espelhava em parte as dificuldades iniciais e a trajetória de recuperação ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se Resultado Primário do Setor Público negativo em 2016 (estimado em -0,34% do Produto Interno Bruto) e recuperação do superávit nos anos seguintes (+1,3% do PIB em 2017 e +2,0% do PIB em 2018 e em 2019), com estabilização da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em torno de 40% do PIB no período. Em consequência, haveria redução paulatina da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para nível próximo de 67% do PIB ao longo do período (Tabela 1).

No entanto, a evolução do cenário fiscal mostrou-se muito mais adversa. Em 2016 e 2017, o déficit primário foi muito maior do que inicialmente projetado no lançamento do PPA. Além disso, frente ao ritmo da recuperação e dos desafios ainda presentes, foram alterados os prognósticos de resultado primário e de evolução da dívida pública nos cenários para 2018 e 2019, de acordo com as respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. O cenário atualizado para os próximos anos é definido como de lenta recuperação fiscal (Tabela 1).

Tabela 1 – Cenário Fiscal de Referência PPA 2016-2019 e Cenário Atual

PPA 2016-2019				
CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA EM 2015				
(Em % do PIB)	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
Superávit Primário	-0,34	1,30	2,00	2,00
Governo Central	-0,49	1,10	1,65	1,65
DLSP	39,00	40,20	40,10	39,90
DBGG	68,40	68,80	68,20	67,30
Resultado Nominal	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA - ATUAL				
(Em % do PIB)	Observado		Projeção*	
	2016	2017	2018	2019
Superávit Primário	-2,49	-1,69	-2,26	-1,75
Governo Central	-2,55	-1,81	-2,23	-1,84
DLSP	46,22	51,59	55,50	58,90
DBGG	69,95	74,04	78,70	77,70
Resultado Nominal	-8,99	-7,80	-7,40	-7,10

* LDO 2018 - Anexo de Metas Fiscais Modificado (ago/2017)

2019: PLDO 2019 - Anexo de Metas Fiscais Modificado (abr/2018)

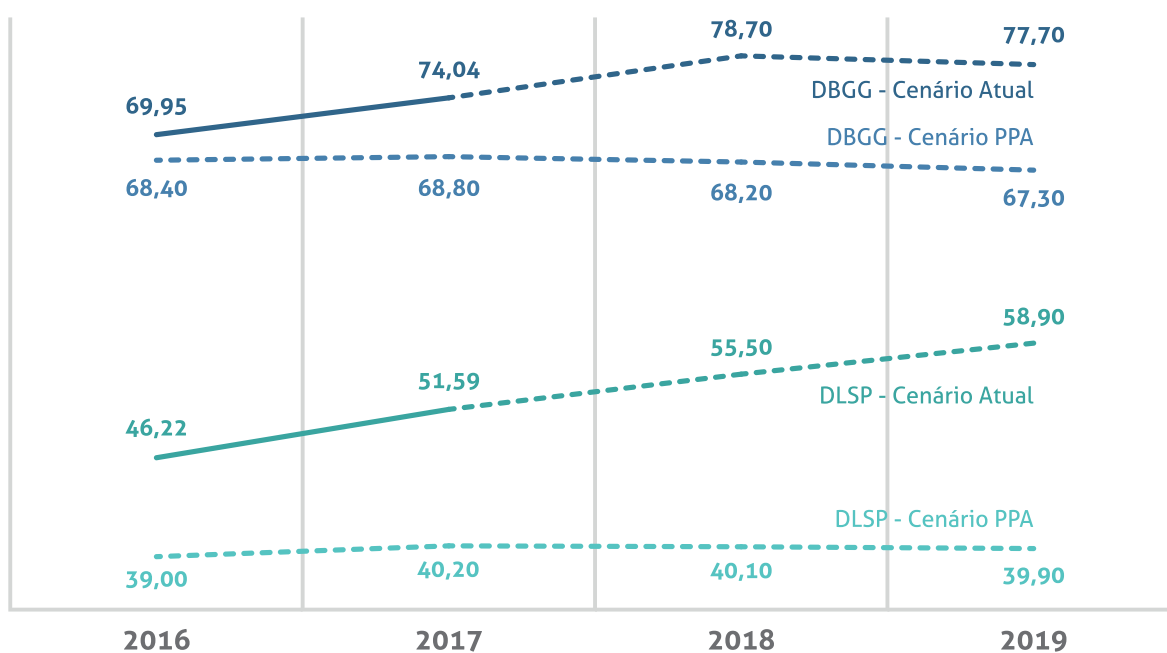
Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF) e Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan/MP).

A nova trajetória do resultado primário implica previsão de déficits por todo o horizonte de vigência do PPA 2016-2019 (2018, -2,26% do PIB; 2019, -1,75% do PIB), embora com recuperação gradual. O esforço fiscal de redução do déficit nominal de 8,99% do PIB em 2016 para 7,10% do PIB em 2019 implicará freio na trajetória de alta da

Dívida Bruta do Governo Geral, com queda posterior a 2018, ao passo que a dívida líquida ainda tenderá a crescer, atingindo, em 2019, 58,90% do PIB. Esta trajetória reflete tanto a retração do PIB como a pressão sobre gastos obrigatórios, sobretudo relacionados a benefícios previdenciários e encargos sociais.

Gráfico 1 - Trajetória da Dívida Pública (% do PIB) - 2016 a 2019



Fonte: MP, MF e BCB. Elaboração: Seplan/MP. Dados tracejados: projeção.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Do ponto de vista da atividade econômica, o cenário original de referência, proposto em 2015 para o PPA 2016-2019, tinha como pressuposto a recuperação da produção já em 2016, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança.

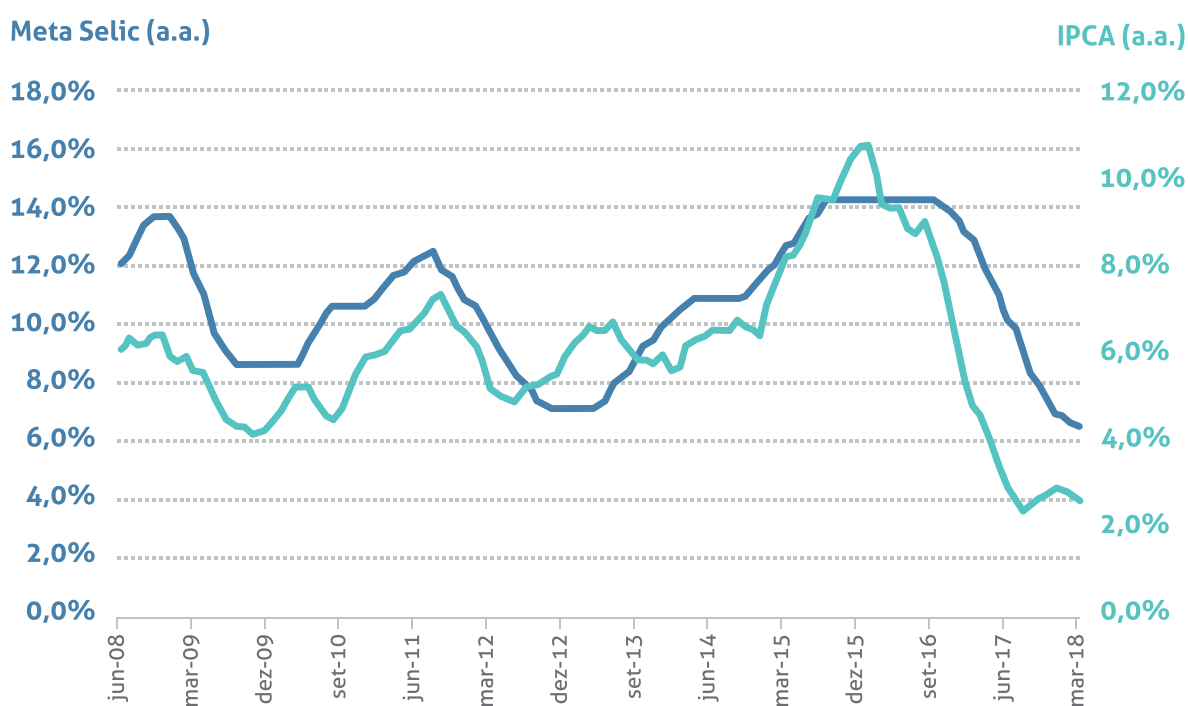
Esse cenário, entretanto, não se confirmou, com a profunda recessão de 2015-2016 sendo superada apenas em 2017.

Ao longo de 2017, foi intensificada a retomada da confiança iniciada em meados de 2016. Os indicadores de confiança registraram avanço consistente: Comércio, 19,3%; Indústria, 18,6%; Consumidores, 18,0%; Serviços, 17,3%; e Construção, 13,2%. De modo análogo, a produção industrial registrou avanço importante, com destaque para Bens de Consumo Duráveis (13,3%) e Bens de Capital (6,1%), este último item em linha com a retomada

dos indicadores de investimento. O arrefecimento da inflação (redução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA de 6,29% em 2016 para 2,95% em 2017) permitiu o registro mais baixo do período de vigência do regime de metas para a inflação e abriu espaço para a flexibilização das taxas de juros, com recuo da Meta da Taxa Básica de Juros Selic, de 13,75% a.a. ao final de 2016 para 7,00% a.a. em 2017 (Gráfico 2).

A taxa de câmbio fechou o ano de 2017 em R\$ 3,31/US\$, representando a consolidação de novo patamar após as correções ocorridas em 2015 e 2016. Este nível, em consonância com a melhora no nível de atividade das economias desenvolvidas e da redução nas importações domésticas, contribuiu para a importante retração do déficit em conta corrente, passando de 3,3% do PIB em 2015 para 1,3% em 2016 e 0,5% em 2017.

Gráfico 2 - Meta Taxa de Juros Selic e IPCA



PIB pela Ótica da Oferta

Na oferta agregada, o cenário a partir de 2016 mostrou-se distinto daquele traçado no PPA 2016-2019, o qual pressupunha modesta recuperação já em 2016 (Tabela 2). Em contraste, houve queda generalizada e intensa do PIB (-3,5%), em especial na agropecuária (-4,3%), seguida da indústria (-4,0%) e também dos serviços (-2,6%), em 2016, configurando um quadro recessivo. A recuperação, por sua vez, veio a ocorrer em 2017, com avanço de 1,0% (agropecuária, 13,0%; indústria, 0,0%; serviços, 0,3%) (Tabela 2).

No setor primário, a agropecuária apontava para crescimento de 1,18% em 2016 no cenário original, pois se esperava continuidade da expansão da safra das principais culturas. Todavia, em 2016, as intempéries climáticas reduziram a produtividade de lavouras importantes, principalmente o milho

e o arroz, e em menor magnitude a soja. Em 2017, o cenário foi revertido: a melhora das condições climáticas e ganhos de produtividade levaram o país a uma safra recorde. Segundo o IBGE, a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou avanço de 30,3% em relação ao ano anterior, ao passo que a área colhida avançou 7,2%. Por produto, destaque para o avanço na produção de milho (55,2%) e de soja (19,4%). Em 2018, dados preliminares (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA – IBGE) indicam ausência de quebras importantes relacionadas a problemas climáticos e uma certa acomodação com relação ao ano anterior – ainda assim, o resultado esperado seria a segunda melhor safra da história.

Para a indústria, a continuidade da retração do mercado interno afetou o desempenho do setor secundário em 2016, apenas amenizado pela tênue recuperação das exportações de manufaturados.

Tabela 2 – Cenário para o PIB – Ótica da Oferta Agregada

PPA 2016-2019				
CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2015 - PIB - COMPONENTES DA OFERTA				
(% a.a., real)	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
PIB	0,20	1,70	2,00	2,50
Agropecuária	1,18	2,18	2,21	2,69
Indústria	0,24	2,22	2,68	3,27
Serviços	0,10	1,39	1,63	2,07

CENÁRIO COM PROJEÇÕES DE MERCADO - PIB - COMPONENTES DA OFERTA				
(% a.a., real)	Observado		Projeção Focus/BCB (06/abr/2018)	
	2016	2017	2018	2019
PIB	-3,46	0,99	2,80	3,00
Agropecuária	-4,31	13,00	0,74	3,00
Indústria	-3,96	0,02	3,66	2,90
Serviços	-2,61	0,26	2,43	2,40

Fonte: IBGE/MP, MF e BCB. Elaboração: Seplan/MP

A retomada em 2017 permitiu alcançar resultado neutro. Para os próximos anos, é esperada a consolidação do processo de recuperação, com projeções de mercado apontando 3,7% em 2018 e 2,9% em 2019.

O setor terciário teve seu desempenho fortemente afetado pelo aumento do desemprego e pela retração da renda e do crédito. Comércio e serviços, que vinham mantendo desempenho positivo, também passaram a apresentar forte retração em 2016. O avanço em 2017 deve ser entendido como o início de um processo de recuperação a ser consolidado

nos próximos anos, com gradual retomada do ritmo de crescimento nos anos seguintes.

A consequência desse contexto é a necessidade de revisão dos pressupostos econômicos do cenário inicial do PPA 2016-2019. Com base nos parâmetros macroeconômicos da LOA 2018 (revisão de março/2018) e do PLDO 2019 (abril/2018), percebe-se que a retomada do crescimento econômico se consolida nos próximos anos (Tabela 3). Tais pressupostos poderão ser ainda ajustados de acordo com a atualização periódica da grade de parâmetros que dá base ao processo orçamentário.

Tabela 3 – Parâmetros Macroeconômicos do PPA 2016-2019 e Parâmetros da LOA 2018 e PLDO 2019

PPA 2016-2019				
CENÁRIO MACROECONÔMICO - GRADE DE PARÂMETROS DE 2015				
	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
PIB (% a.a., real)	0,20	1,70	2,00	2,50
IPCA (% a.a.)	5,40	4,50	4,50	4,50
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.253	6.731	7.211	7.741
Taxa Selic (fim de período, % a.a.)	12,00	10,75	10,00	10,00
Taxa de câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,39	3,47	3,48	3,53
Salário Mínimo	865,46	910,45	957,81	1.020,83

CENÁRIO MACROECONÔMICO - GRADE DE PARÂMETROS DE 2018				
	Observado		Projeção PLDO 2019 (mar/2018)	
	2016	2017	2018	2019
PIB (% a.a., real)	-3,50	0,98	2,96	3,03
IPCA (% a.a.)	6,29	2,94	3,63	4,24
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.259	6.559	7.009	7.549
Taxa Selic (fim de período, % a.a.)	13,75	6,90	6,50	8,00
Taxa de câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,49	3,17	3,27	3,33
Salário Mínimo*	880,00	937,00	954,00	1.002,00

* Em 2018, valor observado

Fonte: MP, MF, IBGE, MTE e BCB. Elaboração: Seplan/MP.

Para consolidar a recuperação da produção e a retomada do ritmo de crescimento, as medidas governamentais adotadas têm sido essenciais, em especial aquelas ligadas ao aumento de produtividade e competitividade, assim como o controle da inflação e o consequente espaço para redução dos custos de capital, incentivando o investimento produtivo e a geração de emprego e renda.

Nos anos de 2016 e 2017, foram estabelecidas as bases para a consolidação do ajuste macroeconômico, com destaque para a aprovação da PEC do limite do gasto público (EC nº 95, de 15/12/2016); a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União até 2023; o debate sobre a reforma da Previdência Social; a aprovação da modernização da legislação trabalhista; a introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); a revisão de programas e políticas públicas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais – CMAP (Auxílio-doença, Seguro-defeso e Benefício da Prestação Continuada – BPC); a redução dos gastos reais de custeio; a redução do gasto real com pessoal; a aprovação da nova lei das estatais; o debate sobre uma nova lei de finanças públicas; e o esforço de modernização da Gestão Pública.

Em 2017, houve grande avanço na agenda do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), com novas rodadas de concessões em áreas prioritárias de infraestrutura e definição de uma ampla carteira de projetos para os próximos anos. Além disto, cabe destacar a agenda de retomada de obras, no âmbito do Programa Avançar, com investimentos de até R\$ 131 bilhões; o programa de apoio a concessões municipais; o apoio a concessões estaduais de mobilidade urbana para grandes cidades; a aprovação de leis para prover maior segurança jurídica em concessões aeroportuárias e rodoviárias; e a definição de diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais.

PIB pela Ótica de Demanda

Quando do lançamento do PPA 2016-2019, esperava-se ajuste da demanda agregada em 2016 para retomada do crescimento de seus componentes nos anos seguintes. A principal expectativa estava concentrada no aumento da poupança doméstica e na consequente ampliação da formação bruta de capital fixo, colocando o investimento como o principal indutor do crescimento da economia do país.

Com base na grade de parâmetros de agosto/2015, o cenário do PPA apontava para taxa de investimento da ordem de 17,5% do PIB em 2016, com aumento paulatino nos anos seguintes para atingir 19,0% do PIB em 2019.

As restrições fiscais, entretanto, retiraram parte do espaço governamental para investimentos públicos. A alternativa foi procurar maior participação de entes privados nacionais ou estrangeiros no investimento, por meio de concessões, de parcerias público-privadas ou mesmo da melhora do ambiente de negócios para implementação de projetos diretamente pela iniciativa privada.

A resiliência da inflação em grande parte do ano de 2016 e a necessidade de manutenção dos juros como principal âncora monetária dificultaram esse caminho. Todavia, as medidas de controle de gastos públicos e o encaminhamento de propostas estruturantes já têm repercutido na retomada da confiança de empresários e consumidores. Com isso, um novo ambiente começou a surgir, recolocando a estratégia de retomada dos investimentos a partir de 2017, o que de fato se concretizou.

Dados do Sistema de Contas Nacionais mostram que a taxa de investimento ficou em 16,1% do PIB em 2016 e em 15,6% em 2017. Considerando as alternativas de investimentos do programa de Parceria de Investimentos (PPI) e os projetos próprios da

iniciativa privada, será possível retomar a expectativa de recuperação do investimento produtivo ao longo do período do PPA, o que deverá se reverter em elevação da taxa de investimento nos próximos anos.

Emprego e Renda

Entre 2016 e 2017, a retração da atividade econômica se consubstanciou em aumento das taxas de desemprego, que avançaram de 9,0% em 2015 para um máximo de 13,7% em março/2017 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua – IBGE). A partir do 2º trimestre de 2017, contudo, em linha com a melhora generalizada da economia (aumento da confiança, retomada da produção e do consumo, recuperação da renda real com queda da inflação), o emprego mostrou reação, encerrando o ano em 11,8%. Com a continuidade do processo de recuperação, a taxa de desemprego tenderá a se reduzir ao longo do período, ainda que com defasagem em relação às taxas de crescimento do PIB.

Salário Mínimo

O reajuste anual do salário mínimo segue a regra da correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, acrescida da perspectiva de ganho real correspondente ao crescimento do PIB de dois anos antes. Desta forma, considerando as expectativas originais de INPC e de PIB, em relação aos valores esperados para o salário mínimo ao longo do período do PPA 2016-2019 (parâmetros de agosto/2015), nota-se que os valores observados em 2016, 2017 e 2018, respectivamente de R\$ 880,00, R\$ 937,00 e R\$ 954,00, foram distintos dos projetados, em função das diferenças de expectativas (vide Tabela 3, retro). O valor real do salário mínimo, então, manteve-se estável, pois os fatores de correção incluíram o crescimento do PIB de 2014 (0,1%, na divulgação vigente em 1º de janeiro de 2016, que era a variável relevante para o cumprimento da Lei) e dois anos com crescimento

negativo (variações a menor que são sempre desconsideradas no cálculo).

Considerando a grade de parâmetros da LOA 2019 (revisão de abril/2018), estima-se que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.002,00 em 2019. Esses valores pressupõem ganho real de 1,0% decorrente do crescimento do PIB em 2017 e correção monetária pelo INPC de 3,8% em 2018.

O valor do salário mínimo é base para o pagamento de benefícios mensais da Previdência Social. A regra de ajuste do salário mínimo, na forma vigente, faz com que o piso das aposentadorias siga essa mesma trajetória. Do lado dos beneficiários, preserva-se o poder de compra e dá-se o mesmo aumento real para aqueles que recebem o piso; e garante-se a correção monetária para os demais benefícios. Do lado da Previdência, essa sistemática, embora possa até gerar maior base de arrecadação quando se tem aumento do piso salarial e da formalização do emprego, vem acompanhada de pressão nos dispêndios, uma vez que a maior parte dos benefícios (cerca de 67,7% do total em dez/2017) tem valor de até um salário mínimo vigente. Outros 16,1% dos benefícios tiveram valor entre 1 e 2 salários mínimos.

CONCLUSÃO

O biênio 2016-2017 mostrou-se mais desafiador do que o previsto no cenário original, projetado quando da elaboração do PPA 2016-2019. Não obstante, o governo federal intensificou as medidas de ajuste na busca da retomada do crescimento sustentável. A aprovação das medidas de controle de gastos públicos, o início do aprimoramento do ambiente de negócios e o recuo da inflação com o consequente espaço para a redução dos juros, assim com a paulatina expansão das exportações, abriram espaço para a retomada da confiança e dos investimentos produtivos.

Nesse sentido, vislumbra-se que o objetivo inicial do PPA está mantido, com superação dos gargalos e retomada gradual do crescimento econômico, ampliação dos investimentos produtivos em infraestrutura, novas oportunidades de negócio e

condições mais favoráveis para geração de emprego e renda, com a consequente redução do desemprego, sempre visando à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, à justiça social e à inserção do Brasil no rol dos países desenvolvidos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2017, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos no ano, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, trazendo um balanço das realizações nesse período do ciclo do PPA.

O processo de avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A avaliação do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos e metas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, até 2017, com sínteses gráficas relativas ao segundo ano do ciclo, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos

previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual até o ano de 2017.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados até o exercício de 2017, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública;
- Infraestrutura;
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e
- Temas Especiais.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, o qual traz relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

SÍNTESE NUMÉRICA DO PPA ATÉ 2017

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual até o ano de 2017, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA até 2017 propicia uma visão abrangente sobre os principais resultados agregados, com a visualização de alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2017

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais,

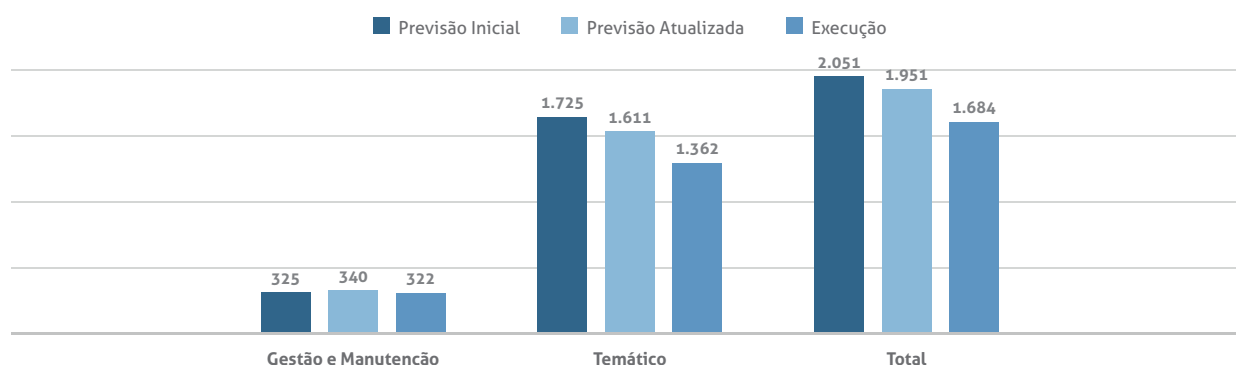
plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2017, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2015 da Receita Federal do Brasil (RFB).
- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais e para os créditos e demais fontes. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados, pela RFB, 3 anos após o exercício.

O valor global atualizado em 2017 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 7,91 trilhões, sendo R\$ 1,95 trilhão a previsão atualizada do ano de 2017. O Gráfico 3 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2017. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2017 foi de R\$ 1,68 trilhão.

Gráfico 3 - Recursos por Tipo de Programa em 2017 (R\$ bilhões)



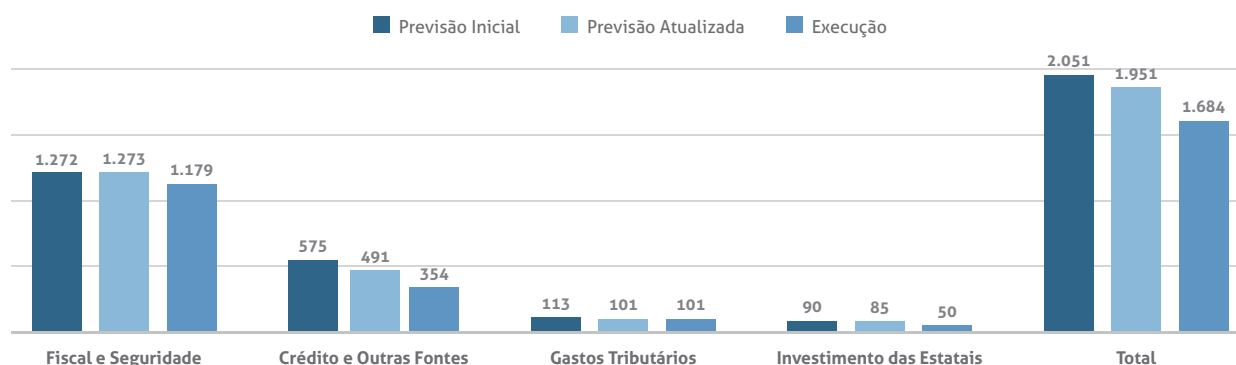
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 4 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2017, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes

grupos de fontes de recursos: orçamentos fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gastos tributários.

Gráfico 4 - Recursos por Fonte de Financiamento em 2017 (R\$ bilhões)



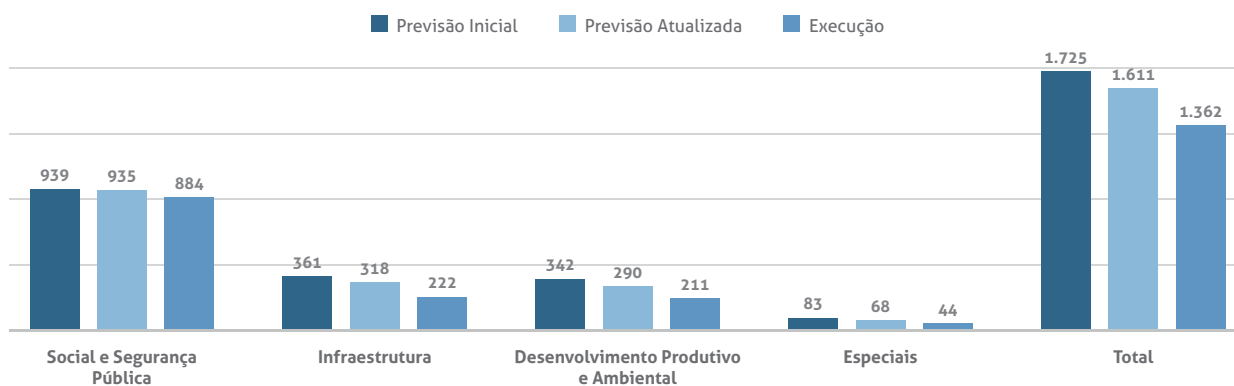
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 5 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários por área temática em 2017. R\$ 884 bilhões (ou 65%) foram executados nas políticas sociais e de segurança pública, enquanto R\$ 222 bilhões (ou 16%) foram exe-

cutados nas políticas de infraestrutura. R\$ 211 bilhões (ou 16%) foram executados nas políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental e R\$ 44 bilhões (ou 3%) foram executados nas políticas de temas especiais.

Gráfico 5 - Recursos por Área Temática em 2017 (R\$ bilhões)



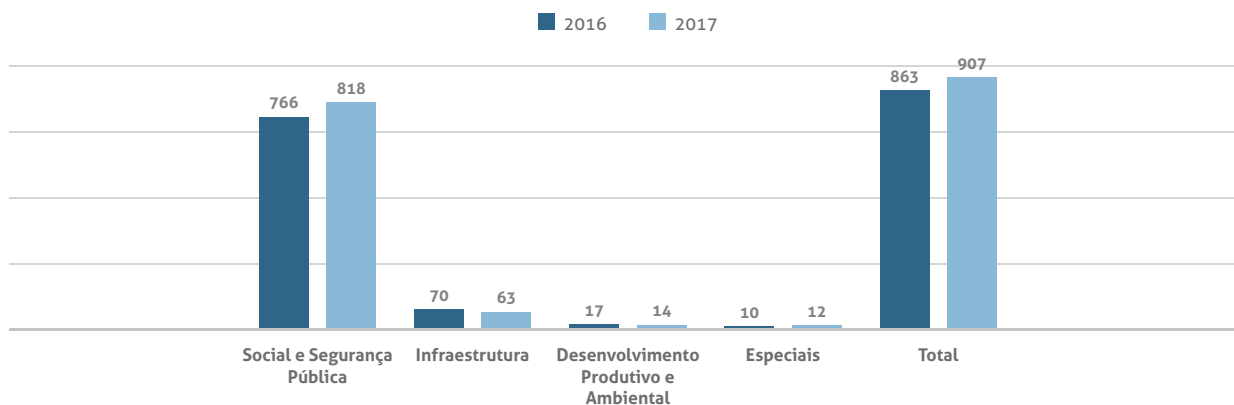
Notas: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário. Não estão incluídos no gráfico os recursos relativos aos Programas de Gestão.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 6 mostra a comparação entre os anos de 2016 e 2017 para os recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, cujo valor total passou de R\$ 863 bilhões para

R\$ 907 bilhões. Destaca-se a área social e segurança pública, a qual teve um aumento de R\$ 52 bilhões, assim como a área de temas especiais, com aumento de R\$ 2 bilhões.

Gráfico 6 - Execução Orçamentária por Área Temática (R\$ bilhões)



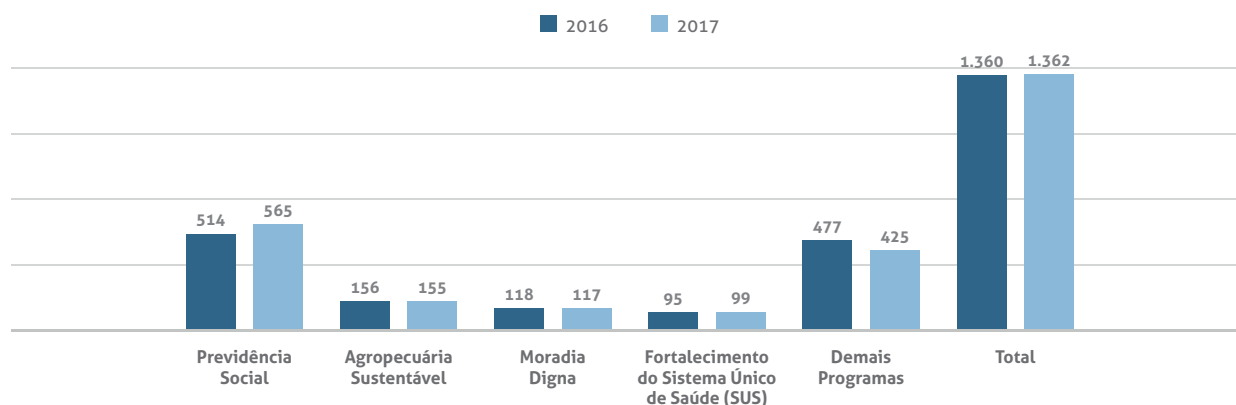
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos. Não estão incluídos no gráfico os valores relativos aos Programas de Gestão.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP

O Gráfico 7 mostra os valores executados relativos aos maiores programas do PPA nos anos de 2016 e 2017, considerando recursos orçamen-

tários e extraorçamentários. Pode-se observar aumento de R\$51 bilhões de execução na Previdência Social e de R\$4 bilhões no SUS.

Gráfico 7 - Execução por Maiores Programas (R\$ bilhões)



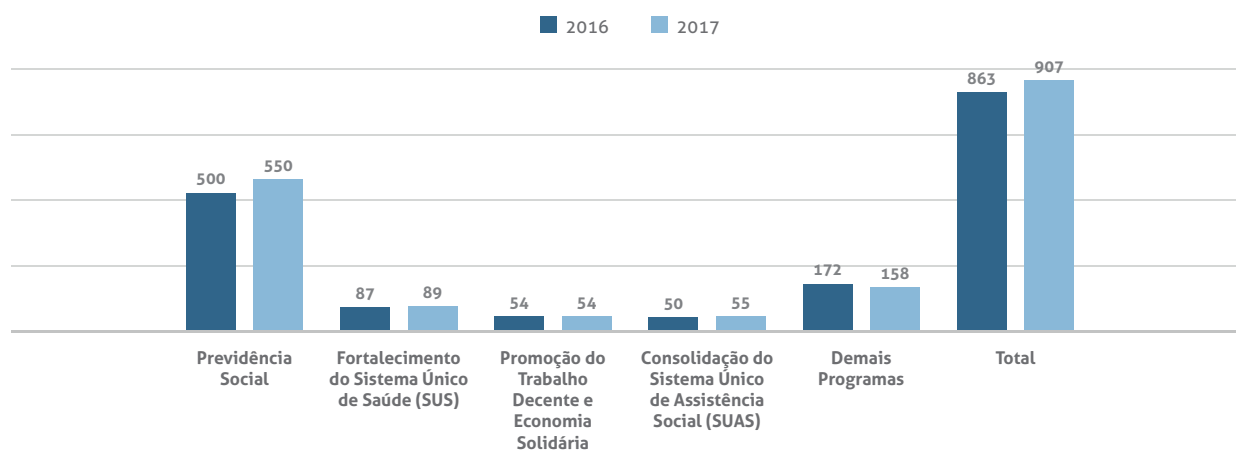
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e de créditos e outras fontes, e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 8 mostra os maiores programas em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários nos anos

de 2016 e 2017. Pode-se observar aumento de R\$44 bilhões no total da execução no ano de 2017.

Gráfico 8 - Execução Orçamentária por Maiores Programas (R\$ bilhões)



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

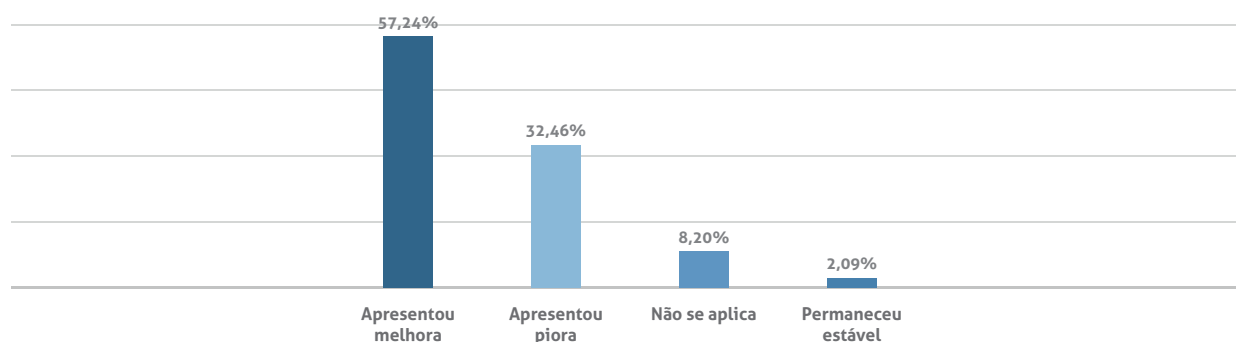
Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

Perfil da Evolução dos Indicadores

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2017, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 9. De um total de 573 indicadores, houve melhora em relação ao índice de referência em 328, ou seja, 57,24% do total, enquanto outros 186 indicadores apresentaram piora, representando 32,46%. Outros 12

(2,09%) ficaram estáveis, ou seja, sem alteração, e, para outros 47 indicadores (8,20%), esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de índice de referência apurado, ou por ser de tipo neutro, sem uma direção desejável identificada. Em relação ao ano de 2016, nota-se uma melhora, visto que naquele ano, somente 44,7% dos indicadores haviam apresentado melhora, e 41,1% apresentado piora.

Gráfico 9 - Desempenho dos Indicadores PPA - ano-base 2017



Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no período do PPA, ou que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

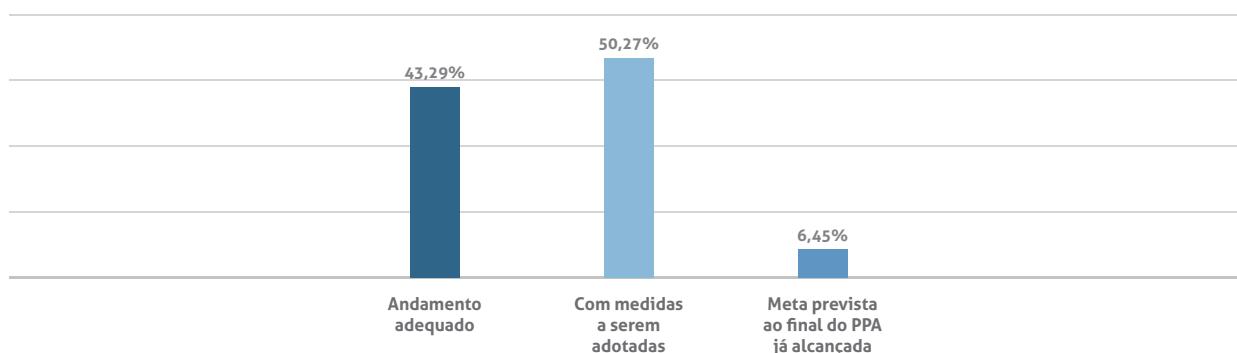
Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Perfil da Evolução das Metas

Para o segundo ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 10 a seguir, verificou-se que 43,29% das metas estão com andamento adequado, dentro do planejado para o período, enquanto 6,45% já alcançaram os seus valores previstos para o final do PPA. Não há como comparar com os valores do ano anterior, visto terem sido introduzidos aprimoramentos metodológicos na

classificação de desempenho das metas. Em 2017, metas anuais que atingiram sua execução no período foram classificadas com "andamento adequado" e não mais com "meta prevista ao final do PPA já alcançada". Além disso, foi excluída a classificação "meta não iniciada ou suspensa", que havia sido utilizada em 2016, passando-se a utilizar a classificação "com medidas a serem adotadas" para todos os casos com algum tipo de medida sugerida para a plena execução da meta dentro do período do Plano.

Gráfico 10 - Desempenho das Metas do PPA acumulado até 2017



Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como "andamento adequado".

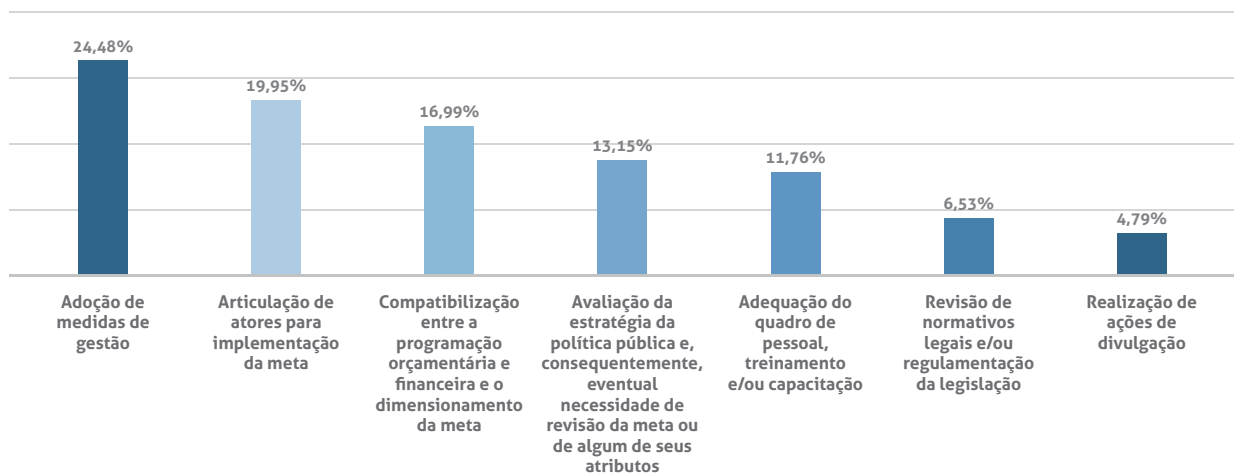
Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total das metas, 50,27% apresentaram indicação de medidas ou considerações para garantir o seu andamento adequado. O Gráfico 11 abaixo apresenta as medidas sugeridas conforme identificado no processo de Monitoramento, classificadas por sete tipologias previamente estabelecidas.

Cabe ressaltar que, em 2017, conforme ocorrido em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de importantes ajustes na busca da retomada do

crescimento econômico equilibrado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade das contas públicas, impactada não só pela queda da arrecadação federal, mas também por problemas estruturais, que vêm sendo enfrentados com medidas importantes, como as propostas pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência. Assim, ficou reduzido o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, afetando a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

Gráfico 11 - Medidas Sugeridas para plena execução do PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

DESTAQUES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2017, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do Governo Federal nos dois primeiros anos do ciclo, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2017.

Social e Segurança Pública

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. A transferência de renda constitui eixo central da política social do Governo Federal em busca da promoção do desenvolvimento inclusivo.

No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o programa Bolsa Família atendeu, em média, 13,47 milhões de famílias em 2017. Ao longo do ano, foram concedidos benefícios a 2,8 milhões de novas famílias e a “fila de espera” para ingresso no programa foi zerada durante todo o segundo semestre. Isso significa que todas as famílias inscritas no Cadastro Único com perfil para participar do Bolsa Família foram efetivamente selecionadas e ingressaram no Programa. O benefício médio pago em 2017 foi de R\$ 179,47.

Ainda com relação ao Programa Bolsa Família, em 2017 foram instituídas inovações metodológicas no cruzamento de dados, o que possibilitou maior movimentação no programa no sentido de retirar famílias que não estavam mais no perfil e incluir famílias com perfil e que estavam na “fila”. Com as novas ferramentas, torna-se possível fazer análises mensais, reduzindo o tempo médio que o Poder Público leva para identificar as famílias que têm

renda maior do que a declarada ao Cadastro Único. Esses processos contribuem ainda mais para a focalização do Bolsa Família em torno dos mais pobres, tornando o programa referência internacional de política de transferência de renda. Dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2017, a partir de informações da Pnad Contínua, comprovam que 90% dos beneficiários do PBF estão entre a população 40% mais pobre do país (entre 1º e 4º decil de renda).

Os serviços e programas da assistência social estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), formada por 8.323 unidades distribuídas por quase todos os municípios do país, sendo 90% cofinanciadas pelo Governo Federal, permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico). Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento passou de 59% (2011) para 75% (2017). Em 2017, os CRAS realizaram mais de 15,8 milhões de atendimentos e acompanharam mais de 966 mil famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF.

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.512 CREAS municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Entre 2015-2017, a cobertura dos municípios de pequeno porte por serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%) para 306 municípios (7,8%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS

(CadSUAS). Em 2017, o Governo Federal também cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios, que, em conjunto com os CREAS podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

A saúde é outro importante componente da rede de proteção social oferecida pelo Poder Público. Ao ser examinada em uma representação plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, tendo como estratégia o referenciamento entre os níveis de atenção, a partir da Atenção Básica, como também os princípios da equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. As linhas de atuação se inter-relacionam no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas: Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

A Atenção Básica deve ser a porta de entrada preferencial dos usuários no sistema e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Visando expandir o acesso, foram adotadas ações para ampliação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta em saúde, com destaque para o Programa Mais Médico (PMM), que se desenvolve com prioridade para os municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. O PMM aloca, em 2017, 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a 63 milhões de brasileiros. Outra importante estratégia

é a ampliação do número de Equipes de Saúde da Família. Essa estratégia mostrou importante evolução até 2017, com um total de 42.119 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 63,9%. Ao final de 2017, alcançou-se também 25.890 Equipes de Saúde Bucal implantadas como parte do Programa Saúde da Família.

A Atenção Especializada envolve técnicas e tecnologias com diferentes densidades para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno. Para ampliação do atendimento desta linha de atuação, no biênio 2016-2017, foram habilitados 1.618 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 1.396 de Unidades Semi-Intensivas (UCI). Além disso, a cobertura populacional pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) foi elevada de 75%, em 2014, para 79,37%, em 2017.

Com relação à assistência farmacêutica, a rede credenciada do Programa Aqui Tem Farmácia Popular possui atualmente 31.048 farmácias e drogarias em 4.341 municípios brasileiros, o que representa cobertura municipal de 77,9%. Atualmente são disponibilizados 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde, o que significou a distribuição de 752.491.693 unidades em 2017.

Quanto à educação, o Governo Federal tem desenvolvido programas e fomentado ações conjuntas entre os entes federados. Destacam-se ações que propiciam novas organizações curriculares para o novo ensino médio, em conformidade com a Lei nº 13.415/2017. A mesma Lei instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, que busca levar um modelo de escolas em tempo integral para todos os Estados. Em 2017, a Política contou com a adesão das 27 unidades da Federação, 516 escolas participantes e

105 mil matrículas efetivadas no ensino médio em tempo integral, com repasse de R\$ 369,18 milhões. Conforme dados do Censo da Educação Básica, o número de matrículas em tempo integral passou de 6.743.612 em 2015 para 6.744.425 em 2016. Dados referentes a 2017 ainda não estão disponíveis.

Merece destaque também, em 2017, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os ensinos infantil e fundamental, documento de caráter normativo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). A nova BNCC deve orientar os currículos e as propostas pedagógicas das escolas em todas as unidades federativas, incluindo as públicas e as privadas. O documento estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. Assim, além de promover equidade e igualdade de aprendizagem, a BNCC contribui para superar a fragmentação das políticas educacionais e fortalecer o regime de colaboração entre as três esferas de governo. O documento referente ao ensino médio foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2018, já adaptado às diretrizes do novo ensino médio. A aprovação e homologação da BNCC do ensino médio está prevista para ocorrer até o final do ano de 2018.

Em relação ao Ensino Superior, destaca-se a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. A legislação foi alterada para conferir mais transparência e sustentabilidade fiscal ao programa, que agora é gerido por um Comitê Gestor interministerial, que estabelece as regras e planeja a oferta de vagas. Em 2018 serão destinadas 100 mil vagas a juros reais zero, além de outras 210 mil vagas com recursos dos fundos constitucionais e de desenvolvimento. Além disso, o pagamento do financiamento será contingente à renda futura do ex-aluno, respeitando sua capacidade de pagamento.

No âmbito da cultura, o Brasil continua a desenvolver ações que estimulam, incentivam e possibilitam o acesso da população aos seus bens e serviços e ao patrimônio cultural. Como agente transformador da sua realidade social, a cultura contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país, adquirindo importância em sua agenda política ao atuar, entre outros, no desenvolvimento econômico, na qualificação educacional, na sustentabilidade e na garantia de direitos sociais, alicerçando assim a democracia brasileira.

Destaca-se, ainda, no âmbito das obras audiovisuais, a realização de diversos editais de fomento, específicos do setor, por meio dos quais foram apoiadas 113 obras, só em 2017. Quanto à indústria cinematográfica comercial, houve recorde de lançamento anual de filmes, alcançando 158 filmes nacionais de longa metragem lançados em salas de cinema em 2017. No tocante ao número de salas de cinema por habitante, chegou-se a 64.403 habitantes/sala, dado significativo em comparação aos 70.000 do início do PPA.

Em relação aos esportes, destaca-se o Programa Segundo Tempo (PST). Em 2017 o PST beneficiou 116 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas suas diversas vertentes (Padrão, Universitário, Paradesporto e Forças no Esporte). Para tanto, foram realizados 67 instrumentos de parcerias, correspondentes a 1.074 núcleos implementados, em 141 municípios. Especificamente na modalidade PST - Forças no Esporte (PROFESP), por meio de parcerias com organizações militares foram beneficiadas 20 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 18 anos de idade, regularmente inscritos no sistema de ensino público. Em relação ao esporte de participação, em especial os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável, que atendem adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e populações

diferenciadas (povos e comunidades tradicionais), beneficiaram cerca de 264.000 pessoas em 2017, em 701 núcleos implementados por meio de 109 parcerias. O PELC é executado a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas, rurais ou comunidades – povos tradicionais e povos indígenas. Em 2017, estiveram vigentes 87 parcerias no PELC, o que propiciou estabelecer 604 núcleos, sendo, destes, 246 núcleos nas regiões Norte e Nordeste, beneficiando quase 245 mil pessoas.

Visando tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável e mundialmente reconhecida, o Programa Bolsa Atleta busca garantir condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e às competições, sejam nacionais ou internacionais. O Programa alcançou doze anos de existência, tendo concedido mais de 50 mil bolsas para 20,7 mil atletas em suas seis categorias. No ano de 2017, 6.996 atletas se inscreveram no programa. Destes, 5.830 preencheram todos os requisitos e foram contemplados, sendo 4.587 atletas olímpicos e 1.243 atletas paraolímpicos, distribuídos em 66 esportes diferentes.

Quanto à promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência, atualmente estão em funcionamento quase 600 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, abrangendo todos os estados brasileiros. Além disso, em novembro de 2017, entrou em vigor o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, que institui algumas regras ao serviço de telefonia fixa e móvel, tais como a obrigatoriedade de disponibilização de documentos em formatos acessíveis quando demandado pelo assinante e da implementação da Central de Intermediação de Comunicação (CIC), responsável por intermediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e demais usuários do serviço de telefonia fixa e móvel. Os entes federados se comprometem a manter uma Central de Intérpretes de Libras (CIL) que proporcione atendimento

especializado às pessoas surdas e surdo-cegas, permitindo que elas acessem bens e serviços públicos que lhes seriam inalcançáveis sem a interpretação. Atualmente existem 69 Centrais pactuadas.

Destaca-se também o Curso de Introdução à Libras, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), na modalidade EaD (Educação a Distância), que obteve 15.579 inscritos em 2017.

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do Governo Federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Em 2017, no intuito de promover uma maior aproximação com os usuários de seus serviços, foi lançado o Portal Emprega Brasil, que substituiu o Portal Mais Emprego. A plataforma ficou ainda mais moderna e foram implementadas melhorias envolvendo o lançamento de dois aplicativos: o Sine Fácil e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Digital. Somente em 2017, o aplicativo do Sine Fácil foi baixado mais de 866 mil vezes, alcançando cerca de 50 mil consultas diárias com mais de 200 mil trabalhadores encaminhados para uma vaga de emprego.

As ações de fomento à geração de emprego e renda são executadas por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Em 2017, o Proger realizou cerca de R\$ 190 mil contratos, com um volume, aproximado, de R\$ 4,5 bilhões aplicados, contribuindo para a geração/manutenção de mais de 79 mil empregos diretos e indiretos. Com relação ao desempenho do PNMPO, o volume de crédito concedido em 2017 foi de R\$ 8,6 bilhões, beneficiando 2,2 milhões de clientes.

No âmbito da Previdência Social, vale destacar o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI) do INSS, que tinha 45.000 revisões como meta prevista a ser alcançada até o final de 2017, conforme estabeleceu o Plano de Ação para

o exercício. Contudo, o PRBI ultrapassou a previsão e registrou mais de 238.000 (duzentos e trinta e oito mil) perícias realizadas.

Em dezembro de 2017, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve como estoque de benefícios emitidos 29,8 milhões, totalizando R\$ 37,0 bilhões. Esses benefícios contribuem para reduzir a pobreza e distribuir a renda do país. Para avaliar a qualidade dos serviços do RGPS, em 2017 foi feito um levantamento do desempenho de 80 unidades do INSS, dentre as 527 Agências da Previdência Social (APS) que passaram a atender no modelo Projeto INSS Digital. As selecionadas já apresentaram melhora nos indicadores Tempo Médio de Espera pelo Agendamento Ativo (TMAA) e Tempo Médio de Espera do Atendimento (TMEA). O TMAA é o tempo médio de espera do estoque de agendamentos e o TMEA é o tempo entre o agendamento e o atendimento na unidade do INSS. Em 2017, o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios foi de 84 dias.

Na área da justiça e segurança, em 2017 foram implementadas diversas ações para a melhoria da segurança viária nas rodovias federais e para combater a criminalidade. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 193,8 acidentes graves e 65,4 mortos para cada milhão de veículos da frota nacional, observando redução de 14,8% e 5,5%, respectivamente, em relação aos números registrados em 2016. Em relação ao enfrentamento à criminalidade, comparados ao ano de 2016, houve aumento nas apreensões de: maconha em 74,14%; cocaína em 39,44%; crack em 17,02%; armas de fogo em 32,72%; munições em 147,01%; pessoas detidas em 20,75%; veículos recuperados em 85,47%; e 5,96% de prisões por alcoolemia. No que tange à política migratória, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), destaca-se, no ano de 2017, a atualização da legislação brasileira sobre o tema, por intermédio da Lei nº 13.445/2017, que instituiu a nova Lei de Migração. Dentre os avanços

constantes na nova lei, destaca-se o reconhecimento inédito da condição de apátrida.

Na questão dos direitos humanos, diversas ações foram desenvolvidas em 2017 destacando-se: campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado: Respeite as Diferenças” para promover o esclarecimento da população em relação à naturalidade das múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero, e com isso reduzir as diversas formas de preconceito e violência contra a população LGBT; a realização de 350 adesões ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos; a adesão de 23 estados ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; o lançamento do Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura; e a realização da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, com 830 sessões de exibição entre maio e junho de 2017, com público espectador de 45 mil pessoas, nas 27 capitais.

No que tange à temática das crianças e adolescentes, ao longo 2017 foram obtidos avanços significativos, como a constituição de um grupo de trabalho específico voltado para o redesenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); a criação da Lei Nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; a entrega de 264 conjuntos de equipagem de Conselhos Tutelares; a conclusão dos Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência; entre outros. Vale ressaltar, também, que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte protegeu, entre janeiro e outubro de 2017, 435 crianças e adolescentes e 652 familiares, totalizando 1.087 pessoas protegidas.

No que tange à promoção dos direitos da juventude, destaca-se a ampla divulgação, em 2017, do Programa Identidade Jovem (ID Jovem), programa que possibilita a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos e renda social de até 2 salários mínimos ter acesso aos

benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. Estão sendo planejadas ações de comunicação para difusão das informações aos beneficiários, por meio da Caravana ID Jovem, tendo alcançado o quantitativo de 414.639 carteiras ID Jovem geradas em 25 Estados e no Distrito Federal.

A propósito da promoção da igualdade racial e superação do racismo, destaca-se como principais resultados, em 2017, a realização das conferências livres, municipais e estaduais, como fases preparatórias à IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) a ser realizada em 2018; a implementação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que garante reserva de 20% das vagas dos concursos públicos da Administração Pública Federal; o lançamento da cartilha e manual para gestores sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com realização de duas oficinas (Brasília e Salvador) com médicos para tratar da saúde da população negra e da campanha sobre o racismo no Sistema único de Saúde (SUS); a realização de reuniões preparatórias para a construção do I Plano Nacional para Povo Cigano, com a participação de lideranças nacionais dos povos ciganos; e a promoção da cessão de duas áreas para comunidades ciganas no Distrito Federal, inaugurando um procedimento de regularização fundiária para comunidades que buscam sedentarização.

Quanto às políticas para as mulheres, destaca-se a celebração de convênios com estados e municípios e parcerias com universidades federais para capacitar mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho, que resultou em 10.290 mulheres capacitadas. Em relação à violência contra a mulher, em 2017, registrou-se ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Mais uma Casa da Mulher Brasileira entrou em

funcionamento, em São Luís (MA), e as Casas de Fortaleza e Boa Vista estão com as obras finalizadas, aguardando a compra dos equipamentos e com previsão de serem inauguradas no primeiro semestre de 2018. Ao todo, a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência alcançou, no ano de 2017, 1.076 serviços em funcionamento.

Já na questão dos povos indígenas, foram apoiados mais de 150 projetos na área de etnodesenvolvimento, sendo a maior parte (40%) relacionados à agricultura, seguidos por extrativismo e pecuária, beneficiando 16.400 famílias indígenas. Nas ações para garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, a proteção dos povos isolados e a demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destaca-se a delimitação de 18 terras indígenas no biênio 2016-2017. Além disso, foram aprovados Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) de cinco terras indígenas, totalizando 70.044 hectares nos estados de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, houve a edição de portarias declaratórias de duas terras, com aproximadamente 1.213.000 hectares, nos estados do Amazonas e Ceará.

As políticas públicas de Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário, voltadas a atender as famílias sem-terra, bem como o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento das famílias, se configuram essenciais ao combate à pobreza rural e à promoção do desenvolvimento agrário, além de contribuir fortemente para a paz no campo. Em 2017 foi editado decreto desapropriatório para uma área de 1.453,8150 hectares, com capacidade de assentar 55 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, o que corresponde ao montante de R\$10,4 milhões em custos de desapropriação. Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto nº 433/1992, foram adquiridos três imóveis,

totalizando 1.648,2878 hectares e 122 famílias atendidas. Já na modalidade de Adjudicação foram pagas benfeitorias, sendo que o imóvel custará R\$ 21 milhões e terá capacidade de atender 74 famílias em 914 hectares.

Além disso, no exercício de 2017 foram atendidos 2.936 projetos de assentamento com ações do Programa Assentamentos Verdes, no âmbito da Amazônia Legal, com o prosseguimento das ações de monitoramento ambiental espacial e/ou presencial para todos os projetos. Houve, também, a regularização de 111.566 de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) por meio da emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCU), Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e de Títulos de Domínio (TD). Esse resultado é maior do que os alcançados nos últimos quatro anos somados, sem prejuízo de outras ações de desenvolvimento de assentamentos.

Se o país obteve êxito ao sair do Mapa da Fome elaborado pela FAO e reduziu a desnutrição infantil aguda, também passou a enfrentar novos desafios na agenda de segurança alimentar e nutricional como a qualidade da alimentação e o avanço do sobrepeso e da obesidade. Em 2017, foi possível dar seguimento aos principais programas e ações inter-setoriais e participativos que contribuíram para os importantes avanços dos últimos anos voltados para o enfrentamento da fome e da pobreza extrema. Neste contexto, está o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização. Com o objetivo de priorizar o atendimento às agricultoras familiares no Programa de Aquisição de Alimentos, o Grupo Gestor do Programa definiu mais uma estratégia, qual seja a pontuação adicional de projetos apresentados por organizações formadas por mulheres. Em 2017, a participação das mulheres

do total de fornecedores no PAA atingiu 47,59%, superando a meta estabelecida para alcance em 2019. Além disso, a taxa de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) evoluiu 209,8% (de 1,6% para 4,95%) entre jan/2015 e dez/2017.

No âmbito do Programa Cisternas, que também está inserido no contexto da segurança alimentar e nutricional, foram entregues, em 2017, mais de 47 mil tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano em todo o país (destaque para as cisternas entregues para comunidades indígenas das etnias Maxakali e Xakriabá em Minas Gerais), chegando a 96.813 no período 2016-2017. Considerado o histórico de execução do programa desde seu início, em 2003, já foram entregues 900 mil tecnologias de água para consumo humano. Em 2017, também foram entregues 1.637 cisternas para as escolas públicas rurais da região do semi-árido, chegando-se a 3.141 cisternas implantadas nas escolas desde o início do PPA.

Quanto ao fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar, destaca-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, calculado a partir da PNAD, que teve o índice de R\$ 582,26, em 2015, e alcançou o valor de R\$ 688,68 em 2016. Entre as principais conquistas para o Plano Safra 2017/2018 destaca-se a manutenção do total de recurso disponibilizado, no montante de R\$ 30 bilhões; das taxas de juros da safra anterior (0,5%, 2,5% e 5,5%); e dos limites de financiamento por mutuário por safra. Outras conquistas foram a ampliação do limite de financiamento para R\$ 5 mil no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B); a ampliação dos limites do Pronaf Cota-Parte para R\$ 40 mil no individual e R\$ 40 milhões para as Cooperativas. Também, o Pronaf ampliou sua participação na exigibilidade do crédito rural de 10% para 20%. Ainda, o Plano Safra tornou-se trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Infraestrutura

A área de energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo tido papel de destaque entre os resultados alcançados. Em 2017, foram incorporados mais 7.394 MW à capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em destaque, a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, o início da operação comercial da Usina Termelétrica (UTE) Mauá 3, da UHE São Manoel e a continuidade de motorização da UHE Belo Monte com o início de operação de mais quatro unidades geradoras do Sítio Belo Monte e duas unidades do Sítio Pimental. A expansão foi reforçada também pela entrada em operação de 86 parques eólicos e 32 usinas fotovoltaicas, que juntas totalizaram 3.092 MW.

Ainda com relação ao setor de energia elétrica, merece destaque a licitação das concessões das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, a qual resultou na arrecadação, a título de bônus de outorga, de R\$ 12,1 bilhões.

No segmento de transmissão de energia vale mencionar a realização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL de dois leilões em 2017. No primeiro leilão, ocorrido em abril de 2017, foram negociados 31 lotes associados a mais de 7.000 km de linhas de transmissão, com investimentos previstos da ordem de R\$ 12,7 bilhões. No segundo leilão, realizado em dezembro de 2017, foram negociados 11 lotes, correspondentes a cerca de 10.400 km de linhas de transmissão e com investimentos potenciais de, aproximadamente, R\$ 8,7 bilhões.

O destaque para a produção de petróleo, em 2017, foi o expressivo crescimento da produção no horizonte geológico conhecido como “pré-sal”, que saiu de 767,3 mil barris/dia em 2015 para 1.651,9 mil barris/dia no fim de 2017, representando mais de 50% da produção total do país. Este crescimento expressivo da produção do pré-sal refletiu também

em outros indicadores, como a “despesa com importação de petróleo”, que atingiu US\$ 2,966 bilhões em 2017, frente a US\$ 15,874 bilhões no fim de 2014. Outro destaque do setor foi a produção própria de gás natural sem liquefeito que atingiu 80 milhões m³/dia. Com isso, a produção total de gás no país aponta para uma superação da meta de 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), alcançando, até outubro de 2017, o volume de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) – 2% a mais que o alcançado em 2016, indicando a possibilidade de um novo recorde. Neste mister, convém ressaltar a realização, em outubro de 2017, da 2ª e a 3ª rodadas de licitação em regime de partilha de produção do pré-sal, as quais resultaram em arrecadação da ordem de R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura.

No setor de combustíveis, destaca-se o aumento da participação de biocombustíveis na matriz de consumo de energia nos transportes, passando de 20% em 2016, para 25% em 2017. No ano, a produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 4,2 bilhões de litros, já a demanda de etanol foi de 25,2 bilhões de litros, sendo que a produção foi de 27,7 bilhões de litros, tendo o excedente sido exportado. Ainda em 2017, o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Ministério de Meio Ambiente, lançou a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que visa garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris – COP21. Vale destacar que foi sancionada, em 26 de dezembro de 2017, a Lei nº 13.576, a qual instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Com relação à área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se os avanços obser-

vados nas atividades de levantamentos geológicos de áreas territoriais brasileiras emersas. Ao longo de 2017, deu-se continuidade ao trabalho de cartografia regional com a publicação de mapas de integração regional, produzidos na escala de 1:250.000, com alguns produtos específicos em escalas de semi-detalle, tais como Mapas Geológicos-Geofísicos na Escala de 1:100.000 e Mapas geológicos na Escala de 1:100.000. Além disso, na área de Governança Pública e Sustentabilidade do Setor Mineral, em 2017, foi aprovada a lei que modifica a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, inclusive com a distribuição àqueles municípios afetados pela atividade de mineração e àqueles que tenham sido afetados indiretamente pela produção (Lei 13.540, de 18 de dezembro de 2017). Outro avanço de Governança foi a aprovação da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017, a qual cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), fortalecendo o papel regulador do Estado no setor.

Ainda no campo da exploração de recursos naturais, houve ampliação de 3.377.629 vasilhames de botijões do GLP de 13 quilos (P-13), totalizando, no biênio 2016/2017, 6.336.388 vasilhames, quantidade superior à meta (4,7 milhões) para os quatro anos de vigência do PPA. No ano, foram entregues três navios: os petroleiros Suezmax Milton Santos, com 156.629 tpb, e Abdias Nascimento, com 157.055 tpb, e o Gaseiro Gilberto Freyre, com 2.573 tpb. A construção desses navios foi apoiada pelo programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), assim como um navio granadeiro.

Com relação ao transporte aquaviário, destacam-se os seguintes avanços: a quantidade de contêineres movimentados por hora nos portos organizados e terminais de uso privado (TUP) aumentou para 50 unidades/hora em 2017, um crescimento de 22,10% em relação ao índice de referência de 40,95 unidades/hora registrado em 2014; o tempo

médio de espera para atracação por grupo de mercadoria diminuiu para 71,8 horas, uma redução de 44,81% do tempo de espera em comparação com o resultado de 130,1 horas no ano de 2016. Cabe também ressaltar os esforços para viabilizar novas contratações de embarcações. No acumulado dos anos de 2016 e 2017, foram entregues um total de 201 embarcações, entre elas oito de apoio à navegação, 39 de apoio offshore, 148 de navegação interior e dois estaleiros. Tais embarcações são importantes, por exemplo, para o escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias. Houve também melhoria das condições de navegabilidade nas hidrovias e notável ampliação da capacidade e da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte (IP4).

Em relação ao setor portuário, em 2017 (jan/out), segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), foram movimentadas cerca de 1,08 bilhão de toneladas das mais diversas mercadorias, apresentando aumento de 8,3% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O sistema portuário responde por mais de 90% das exportações e, dessa forma, cumpre importante papel no que diz respeito à eficiência da logística de transportes do País, impactando diretamente a competitividade dos produtos nacionais no exterior.

Com o objetivo de aumentar a capacidade portuária e a eficiência do sistema de transporte nacional, o Governo Federal mantém uma ampla carteira de empreendimentos. Nesse sentido, vale registrar que, em 2017, foram concluídas importantes obras, quais sejam: Porto de Itaqui/MA - Construção do Berço 108; Porto do Rio Grande/RS - Modernização do Cais Público do Porto Novo; Porto de Vitória/ES - Obra de

dragagem de aprofundamento dos acessos aquaviários; Porto do Rio de Janeiro/RJ - Dragagem de Aprofundamento do canal de acesso, bacia de evolução e área de atracação do cais para navios de passageiros.

Ainda em relação ao setor portuário, vale destacar a renovação antecipada de 7 concessões (Tecon Salvador, Fospar Paranaguá, Tesc – Santa Catarina, Tequimar – Itaquí, Convicon – Vila do Conde/PA, Terminal de Granéis Sólidos e Carga Geral - Niterói/RJ e Terminal de cargas a apoio offshore - Niterói/RJ), além da licitação de 3 arrendamentos (Terminal de Trigo do Rio de Janeiro, Terminal STM 04 e Terminal STM 05).

Por último, a melhoria da produtividade, de nível de serviço e da otimização dos fluxos logísticos do sistema portuário caracteriza-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, com destaque à implantação do Porto Sem Papel (PSP), que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, o qual concentra as informações de diversos intervenientes de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto será integrado (receberá informações) a outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS, Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

No que concerne à aviação civil, em 2017, o Brasil continuou ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 de passageiros em 2016 para 398.110.000 em 2017, o que representa 103,41% da meta de 385.000.000 de passageiros estabelecida para o período do PPA. Também foi observada

expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,24 milhões (2017) o que representa 93,33% da meta para o período do plano. Vale ressaltar a continuidade das concessões de aeroportos que contribuem para a expansão da infraestrutura aeroportuária disponível no País, permitindo atender à demanda crescente dos passageiros, gerando maior disponibilidade de infraestrutura e melhoria na qualidade do serviço. Em 2017, quatro aeroportos foram concedidos (Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis), nos quais deverão ser investidos R\$ 6,6 bilhões ao longo do período de concessão. No tocante à capilaridade dos serviços, em 2017, chegou-se a 763 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas (2,8% de aumento em relação a 2016, quando havia 742 rotas) e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Os aeroportos atendidos estão assim distribuídos: 19 aeroportos na Região Sul, 25 na Região Sudeste, 27 na Região Norte, 25 na Região Nordeste e 15 na Região Centro-Oeste.

Na área de transporte terrestre, merece destaque as reduções significativas na quantidade de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais em 2017. A quantidade de acidentes rodoviários em estradas federais, por exemplo, reduziu de 181.272 registros (2014) para 89.318 (2017). As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, seja de sinalização, manutenção e pavimentação, controle de peso e de velocidade, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, contribuíram para essa redução. No modal ferroviário, destaca-se o aumento verificado no transporte de carga, o qual passou de 298.616 TKU (2013) para 375.239 TKU (2017). Esse cenário deverá se tornar ainda mais alvissareiro em função da construção e da concessão da malha ferroviária federal para os próximos anos de vigência do atual PPA, apresentando impacto positivo em relação ao aumento de carga transportada no modal.

A mobilidade urbana é fundamental para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e para garantir o bem-estar de seus habitantes. Neste contexto, em 2017, foram executados empreendimentos que totalizaram 46,54 km de sistemas sobre pneus, em 10 municípios apoiados no período de 2016-2017: Rio Branco/AC, Belém/PA, Natal/RN, Caxias do Sul/RS, Joinville/SC, Piracicaba/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ. Além dos sistemas sobre pneus, o governo federal tem apoiado a implantação e/ou requalificação de sistemas sobre trilhos. Em São Paulo ocorreu o prolongamento da Linha 5 - Lilás, onde foram acrescidos 3,6 km no período, sendo 3 km em 2017, contribuindo para a expansão desse importante sistema de transporte de alta capacidade da referida região metropolitana. No Rio de Janeiro, com relação ao VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), foram construídos 10,8 km no período, sendo 3,6 km em 2017, dinamizando a região portuária da cidade com reflexos positivos sobre o deslocamento de pessoas e, indiretamente, ao turismo na região. Em Salvador, destaca-se a implantação do sistema metroviário, que beneficiará a população tanto de Salvador como também de Lauro de Freitas (região metropolitana de Salvador). Nesse Estado, foram implementados 29 km no período entre 2016 e 2017, sendo 14,1 km em 2017. Além desses resultados, foram executados 909,67 km de infraestrutura de mobilidade urbana em 2017, obtendo, principalmente, a contribuição do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas para essa execução física.

No tocante ao trânsito, destacam-se iniciativas relacionadas ao aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da municipalização, fiscalizações, criação de novas soluções nos sistemas informatizados, promoção de campanhas e eventos, entre outras atividades. Desta forma, no ano de 2017, foram integrados 43 municípios ao SNT. Deve-se ressaltar que

os principais municípios de grande e médio portes já estavam integrados ao Sistema, de forma que o número atual de municípios integrados é de 1.567.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento. O destaque, em 2017, foi a conclusão de 96 empreendimentos de abastecimento de água, que totalizaram R\$ 664,31 milhões e beneficiam cerca de 587 mil famílias. Também foram concluídos 85 empreendimentos de esgotamento sanitário, cuja soma totaliza R\$ 1,06 bilhão e beneficiam 582,5 mil famílias. Outros avanços significativos foram o percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica que evoluiu de 29,7% para 40,8% entre dez/2013 e jul/2016 e o percentual de tratamento de esgoto coletado, que evoluiu de 68,5% para 74,87% entre dez/2013 e dez/2016.

Em 2017, deu-se continuidade aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, visando proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Foram concluídos 20 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, com valor total de R\$ 594,87 milhões. Somados aos 19 concluídos em 2016 resultam, no biênio, no total de 39 empreendimentos já concluídos. Além desses, 155 empreendimentos de drenagem estão em andamento, somando R\$ 9 bilhões em investimentos que deverão ser concluídos nos próximos anos. No eixo Monitoramento e Alerta, o Cemaden avançou ao identificar 98% das condições deflagradoras dos desastres que tiveram o reconhecimento da situação de emergência e o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Em 2017, foram concluídos 151 mapas de suporte à prevenção de desastres naturais: 107 municípios foram atendidos com Mapas de Setorização de Riscos Geológicos, 40 municípios atendidos com Cartas de Suscetibilidade, e, ainda, quatro municípios favorecidos com Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais.

Na temática do planejamento urbano, o Governo Federal atuou, em 2017, sobretudo por meio da contratação de projetos e obras de reabilitação urbana. Nesse período, apoiou estados e municípios para a promoção da urbanização acessível, com a aprovação de 421 propostas, o que totalizou, aproximadamente, R\$ 187 milhões. Destacase também a promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica realizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Em 2017, foram realizadas diversas atividades presenciais e de ensino a distância, por meio da plataforma virtual Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br). Terminado o ano, cerca de 46 mil pessoas participaram das atividades do PNCC, tendo sido emitidos cerca de 23 mil certificados. Além disso, no exercício de 2017, foi sancionada a Lei Federal nº 13.465/2017, que constitui o novo marco legal da regularização fundiária no País, estabelecendo inovações e aperfeiçoamentos de procedimentos técnicos e administrativos relacionados aos processos de regularização fundiária urbana, ampliando o alcance das medidas de regularização, facilitando e desburocratizando os processos, tornando-os acessíveis aos municípios.

Relativamente à questão habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV assume papel de destaque no financiamento de unidades para diversas faixas de renda. No âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a execução foi de 24.030 unidades habitacionais contratadas, com atendimento prioritário aos empreendimentos vinculados a intervenções inseridas no PAC e que demandaram reassentamentos ou remanejamentos de unidades habitacionais. O PMCMV Rural contratou 42 unidades habitacionais. Assim sendo, foram contratadas 24.072 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa. Para as outras faixas de renda (Faixas 2 e 3), foram contratadas 471.863 unidades habitacionais. Logo, em 2017, foram contratadas 495.935 moradias

por meio do PMCMV. Considerando as 375.057 moradias contratadas em 2016, contratou-se, portanto, nos dois primeiros anos do PPA 2016-2019 870.992 unidades habitacionais.

No que diz respeito aos destaques em comunicações, em 2017, o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) disponibilizou conexão para 649.579 alunos em 2.456 escolas localizadas em áreas remotas. Junte-se a isso programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 6.673 participantes no mesmo exercício. O programa Cidades Digitais disponibilizou ainda 217 pontos de acesso público nos 90 municípios instalados, beneficiando um número estimado de 413.036 cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4.000 Telecentros que beneficiam cerca de 400.000 usuários. No total, a execução da Meta alcançou 1.466.769 pessoas, superando a meta de alcançar 1 milhão de participantes por meio de Programas de Inclusão Digital. Em 2017, o indicador da parcela da população coberta com rede de transporte (*backhaul*) óptica chegou a 88,1% da população. São 3.452 municípios com cobertura desse tipo de rede, ou seja, 62% do total de municípios brasileiros. Merece destaque, também, o lançamento pelo Governo Brasileiro, em maio de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, orçado em cerca de R\$ 2,7 bilhões, o qual dispõe de cobertura integral do território nacional e alta capacidade de dados em banda ka para aplicações civis e banda X específica para aplicações militares.

Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base

a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

Os resultados mostrados pelos indicadores macroeconômicos refletiram a retomada do crescimento econômico em 2017. A inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu abruptamente, registrando um valor de 2,95% ao ano. O índice ficou ligeiramente abaixo da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Isso afetou positivamente a redução da taxa de juros que alcançou o patamar mais baixo da série histórica. O ótimo resultado do IPCA alinhado ao crescimento do PIB confirma a reação positiva da economia brasileira em 2017. Pelo lado da receita, verificou-se a melhora do ambiente econômico no país, que contribuiu para que, em relação ao ano de 2016, a arrecadação apresentasse crescimento. O Resultado Primário do Setor Público também apresentou melhoras com relação ao ano de 2016. Esse contexto favoreceu a continuidade do processo de flexibilização da política monetária, iniciado pelo Conselho de Política Monetária (Copom) em 2016. Em 2017, o Copom reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 6,75 p.p., para 7,0% a.a.

O ano de 2017 apresentou também ações de recuperação e fortalecimento da estrutura industrial e produtiva no Brasil. No âmbito do extensionismo industrial, destaca-se o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), que em 2017 superou sua meta prevista de três mil atendimentos de indústrias, especialmente pequenas e médias, em todo o país, com o objetivo de aumentar a produtividade em pelo menos 20%. Os resultados alcançados pelas empresas participantes foram, em média: 52,3% de aumento de produtividade; 59,43% de redução de movimentação e 62% de aumento de qualidade. No

contexto do setor automobilístico, destaca-se o bom resultado na meta de ampliar o percentual anual de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Engenharia de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta, com resultados de até 4%.

O InovAtiva Brasil, plataforma de capacitação para aceleração de negócios inovadores, já conta com mais de 33.200 empreendedores e 600 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), e recebeu mais de 8.400 projetos de *startups*, desde o seu lançamento, em 2013. São mais de 1.460 startups selecionadas de todas as regiões do País; e 648 chegando à etapa final de conexão (233 apenas em 2017), onde tiveram a oportunidade de apresentar seus negócios a investidores e executivos no Demoday InovAtiva. Acrescente-se também 27 startups apoiadas pelo StartOut Brasil, programa de inserção das startups brasileiras no mercado global. Considerando o número de startups conectadas a investidores e grandes empresas pelo Programa InovAtiva Brasil em 2016 (229) e em 2017 (233), e pelo Programa StartOut em 2017 (27), chega-se ao resultado acumulado de 489, ou seja, 81,5% da meta de conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas no período de 2016 a 2019. No primeiro semestre de 2017, o InovAtiva Brasil foi selecionado como benchmarking mundial em inovação na política pública pelo Observatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na área de comércio exterior, o governo trabalha em prol da abertura comercial e da desburocratização, fortalecimento e eficiência das instituições, incluindo a melhoria do ambiente de negócios. Em 2017, atuou-se ativamente na conclusão e implementação de acordos comerciais, no aperfeiçoamento do Portal Único de Comércio Exterior e na revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com investimentos congregados de todas as esferas públicas – federal, estadual e municipal.

As políticas públicas de turismo, em 2017, buscaram criar condições para o aproveitamento do imenso potencial do País por meio de diversas ações de impulso ao setor. Foram apoiados 909 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasses de mais de R\$ 583.511.005,08. Além disso, foram concluídas 1.099 obras que, somadas às 1.215 concluídas em 2016, totalizam 2.314 no biênio 2016-2017, superando a meta estipulada para o período do PPA de concluir 2.300 obras de infraestrutura turística. No biênio 2016-2017, foram qualificados 24.038 profissionais, superando assim a meta estabelecida de qualificar 24.000 profissionais do setor. Ressalte-se que só em 2017 foram qualificados 17.938 profissionais.

De acordo com o relatório de competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais do mundo em um ranking de 136 nações. Nesse cenário, o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), iniciaram os esforços para implementar uma política de gestão das áreas de uso público nos Parques Nacionais – com o setor privado e o terceiro setor – para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, além de promover o uso responsável e sustentável do patrimônio natural brasileiro por meio do turismo.

Dentre os principais avanços do agronegócio brasileiro, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária e os avanços na modernização do seguro rural. No que tange à ampliação da disponibilidade e ao acesso aos recursos para financiamento da atividade agropecuária, houve, em 2017, um crescimento de 3,7% na aplicação do crédito rural em relação ao ano anterior. Na safra 2017/2018, foram disponibilizados R\$ 188,3 bilhões para o financiamento da

agricultura empresarial, valor 3,4% superior à safra anterior. Do total, R\$ 150,25 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R\$ 116,25 bilhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e R\$ 34 bilhões a taxas de juros livremente negociadas entre a instituição financeira e o produtor rural. Já o montante destinado ao investimento foi de R\$ 38,15 bilhões, um incremento de 12% em relação à safra anterior.

Para minimizar os riscos e seus efeitos na atividade agropecuária, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em 2017, foram empregados R\$ 371,4 milhões no pagamento da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), beneficiando cerca de 45 mil produtores e atingido uma cobertura securitária de 4,9 milhões de hectares, ou aproximadamente 6% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

A aquicultura é a atividade de produção animal que mais cresce mundialmente e deve responder por 62% do consumo mundial de pescado até 2030. No Brasil, em 2017, foram firmadas parcerias com alguns municípios brasileiros em relação à aquicultura em tanques escavados, visando ao fomento da produção de pescado, desde a aquisição de patrulha mecanizada até a aquisição de ração para peixes, que possibilitarão o atendimento de 460 famílias. A aquicultura em águas da União é a modalidade da atividade aquícola que mais cresce no Brasil. Desde 2007 até o momento, foram entregues 3.855 áreas. Em 2017, foram licitadas duas áreas aquícolas no Estado do Mato Grosso do Sul, no reservatório de Ilha Solteira, que somam uma capacidade de produção de 112.000 toneladas de peixes por ano, devendo gerar cerca de 3.300 empregos diretos. Para a promoção do consumo interno de pescado, foi realizada a IV Semana do Peixe, que ocorreu no

período de 1º a 15 de setembro de 2017 em todos os estados brasileiros. Já no sentido de promover o pescado brasileiro no mercado internacional, representantes governamentais e do setor empresarial participaram de feiras internacionais como: Pavilhão Brasil Seafood Expo Global 2017, em Bruxelas, Bélgica; Feira internacional - Pavilhão Brasil Seafood Expo North America 2017, em Boston, EUA.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de empregos. Em um esforço constante, o governo federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação, entre muitos outros.

Destaque para o avanço do Projeto Sirius, que trata da construção e instalação de infraestrutura de 4ª geração de anel de aceleradores de feixes de elétrons, tecnologia das mais modernas no mundo. Até 31 de dezembro de 2017, a obra civil encontrava-se em estágio avançado, com 75% de execução física. Também cabe destaque nesse ano a intensificação da produção de componentes e dispositivos para o SIRIUS – como sistema de alinhamento e posicionamento, câmaras de vácuo, ímãs, sistema de controle e diagnóstico, fontes e sistema de rádio frequência do anel de armazenamento, bem como front-ends, cabanas, espelhos e componentes das estações experimentais das linhas de luz a serem inauguradas em 2018.

Vale salientar a realização da 13ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. Foram inscritos na OBMEP 2017 18.240.497 alunos, matriculados em

53.231 escolas do Brasil, distribuídas nos 5.545 municípios. Isso significa que a OBMEP 2017 alcançou 99,57% dos municípios brasileiros.

Em 2017, deu-se continuidade ao apoio a startups, à formação e à capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de P&D em tecnologias digitais avançadas e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017. Foram selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais, por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa StartUp Brasil, com um montante de investimento previsto de R\$ 10 milhões, totalizando até o momento 90 empresas beneficiadas no âmbito do PPA 2016-2019.

Uma das preocupações do governo federal na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 foi garantir que o desenvolvimento socioeconômico do país caminhe de mãos dadas com a preservação e o uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, no âmbito do Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas).

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoramento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de

mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) será iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017.

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da Política Nacional de Mudança do Clima (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que a taxa anual de desmatamento caiu nos anos de 2016 e 2017, segundo dados do PRODES/INPE. Segundo o sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.624 km² em 2017 (valor estimado). Essas informações indicam que a taxa anual de desmatamento na Amazônia foi reduzida em cerca de 59% e 66%, respectivamente, em relação ao período de referência (1996-2005), contribuindo para a redução das emissões em 564.481.764 tCO₂e em 2016 e 626.312.610 tCO₂e em 2017, em relação ao período de referência considerado.

No que diz respeito à regularização dos imóveis rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, já foram declarados no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) mais de 4,7 milhões de imóveis rurais desde a criação do sistema em 2014, que correspondem a mais de 430 milhões de hectares. Em 2017, foram cadastrados mais de 32 milhões de hectares, bem como disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios e, para o público em geral, os de consulta e relatórios públicos.

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as Unidades de Conservação Federais, no ano de 2017, promoveu-se a consolidação do SNUC por meio de

programas e projetos, destacando-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). O ARPA apoia a consolidação e a manutenção de planos de manejo, ações de proteção e capacitação em 117 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 60,8 milhões de hectares (ha) em área. O GEF-Mar apoia a consolidação de 17 UCs federais e estaduais, que somam uma área de 1,7 milhão ha, tendo como uma de suas metas expandir o sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas para, no mínimo, 5% ou 17,5 milhões de hectares do território marinho brasileiro.

No que diz respeito a recursos hídricos, destacam-se os avanços observados para a meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF). O projeto alcançou, em 2017, execução física da ordem de 96,4%, destacando-se a conclusão das obras do Eixo Leste (canais, reservatórios, estações de bombeamento, dentre outras). A conclusão definitiva do Eixo Leste, incluindo a operação comercial, deverá ocorrer em 2018. O empreendimento já iniciou a oferta de água bruta para a região metropolitana de Campina Grande (PB), beneficiando cerca de 700 mil pessoas. Com relação ao Eixo Norte, a previsão de conclusão é 2018, com início da pré-operação comercial em 2019.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, reporta-se que 17 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico, e de qualidade da água, o que representa 85% da meta prevista até 2019. De 2013 a 2017, 25 unidades receberam cerca de R\$ 73,8 milhões no âmbito do Progestão.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), estima-se que foram removidas, em 2016 e 2017, cerca de 40.000 toneladas de DBO pelas 15 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) participantes do Programa, o que representa 55% da meta proposta para o PPA 2016-2019.

Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

Temas Especiais

Em 2017, o governo federal continuou promovendo diversas ações de melhoria na gestão pública. Destaca-se a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: i) implantação do novo módulo de cadastramento on-line dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; ii) implantação do banco de projetos, para cadastramento de propostas; iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); iv) reestruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; v) lançamento

do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência do processo.

Com foco na eficiência do gasto, melhoria dos serviços prestados aos usuários, maior controle e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substitui os carros alugados e próprios por táxis, pagando-se apenas pela efetiva utilização. A Central de Compras conseguiu o menor preço global em R\$ 12,7 milhões, em Ata de Registro de Preços, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal. Atualmente com 20 unidades em operação e com perspectiva de implantação dos demais órgãos até os meados de 2018, o TáxiGov alcançou números representativos, acompanhados por meio de um Painel de Gestão, disponibilizado aos órgãos beneficiários e que reforça a fiscalização e o monitoramento do modelo.

Em uma estratégia de racionalização dos imóveis sem interesse para a administração pública, o Governo Federal adotou um novo mecanismo para alienação, assumindo a responsabilidade de promover as vendas, sem a necessidade das interveniências de outros agentes. A alienação sem intervenientes resultou em um incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior, que contava com a participação de agentes externos. No total, atingiu-se, em 2017, a marca de R\$ 47,16 milhões com a negociação de imóveis da União.

Vale destacar a atuação do Governo Federal no estímulo aos órgãos públicos em adotarem práticas de sustentabilidade em suas atividades, por meio da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no sentido de preservar o meio ambiente e reduzir gastos. Em 2017, foram firmados 34 Termos de Adesão (TAs), tendo sido acumulado o

total de 60 adesões entre os anos de 2016 e 2017, o que corresponde a uma ampliação de 21% no número de adesões à A3P.

No que diz respeito ao acesso à informação, o lançamento do Portal PPA Cidadão 2016-2019 (<https://ppacidadeo.planejamento.gov.br/sitioPPA/>) possibilitou a disseminação de informações sobre o Plano, além de permitir o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* - OGP), compromisso internacional firmado por 70 países e que visa fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais e promover a participação social.

No que se refere à política externa, o Governo continuou a dar expressão concreta à vocação universalista da política externa brasileira. Ao longo de 2017, a diplomacia brasileira empenhou-se no fortalecimento das instituições multilaterais e dedicou-se a fazer avançar os mais diversos temas da agenda internacional: paz e segurança, desarmamento, direitos humanos, meio ambiente e mudança do clima, entre outros.

Em 2017, além de sua participação em missões de manutenção da paz das Nações Unidas, o país foi peça-chave em negociações sobre desarmamento e sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil continuou a ser ator-chave em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ao longo de 2017, foram muitos os progressos diplomáticos em prol do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente. Em particular, o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima foi promulgado, em junho, tornando-se lei interna no país.

Como parte do esforço de modernização da inserção internacional do país, em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira.

O governo brasileiro incrementou, em 2017, suas atividades de proteção aos brasileiros no exterior. Foram executadas ações voltadas para o aprimoramento dos serviços consulares prestados a brasileiros e estrangeiros, no Brasil e no exterior. Ao longo do ano, os 195 postos da Rede Consular Brasileira no exterior cuidaram de cerca de 30 mil casos de assistência consular, a um público estimado de 11 milhões de brasileiros – 3,3 milhões deles residentes no exterior e 8 milhões de viajantes. Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior do Itamaraty atendeu aproximadamente 3,5 mil casos em 2017.

Na área da defesa nacional, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) tem como propósito fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Em 2017, a prioridade foi avançar na implantação do Projeto Piloto do Sisfron no Mato Grosso do Sul, tendo sido concluídas as obras de construção de dois Pelotões Especiais de Fronteira. Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, houve elevação da cobertura de vigilância aérea na altitude de 3.300 metros no território nacional de 53,48% em 2016, para 68,2% em 2017.

O Projeto KC-X, que visa a capacitação tecnológica da indústria aeroespacial brasileira para desenvolver e produzir aeronaves de reabastecimento de voo, encontra-se na última fase de detalhamento e certificação. Em 2017 foram realizadas campanhas de ensaios em voo. No que diz respeito à Defesa Cibernética, cabe destacar, até 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

O PPA 2016-2019 inclui um programa especial relacionado aos oceanos, zona costeira e Antártica, cuja dimensão geográfica não se limita ao mar territorial, à zona contígua, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental brasileiras, mas abrange os espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica. Em tal contexto, no ano de 2017, foi lançada a Chamada Pública Baías do Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do qual foram contratados nove projetos de pesquisa, totalizando assim 31 projetos apoiados por esse órgão. No ano de 2017, os trabalhos científicos publicados em revistas e periódicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro alcançaram 68 publicações. Também houve a titulação de 14 mestres e 19 doutores em 2017 no programa. Assim, nos dois primeiros anos do PPA foram obtidas 133 publicações, superando a meta de 100 publicações. Também o número de doutores titulados no período 2016-2017 (29) se aproxima muito da meta estabelecida para o período do PPA, de 30 doutores.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. O país possui domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração.

Em escala industrial, ainda não há capacidade instalada nas etapas de enriquecimento (parcialmente atendida) e conversão do U_3O_8 em UF_6 (totalmente importada) suficiente para atendimento da demanda de Angra I, II e III. Para o período do PPA 2016-2019, a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pela INB, em Resende (RJ), é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução da taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, que terminou 2017 em torno de 70%, mesmo valor de 2016.

A política espacial brasileira avançou em 2017. Destaca-se a evolução do índice Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que mostra a razão entre o número de imagens do satélite CBERS-4 entregues aos usuários, e o total de imagens entregues, incluindo as de satélites estrangeiros, a partir do catálogo de imagens do INPE. O GAOT atingiu, em 2017, 46,47%. Um valor muito expressivo se comparado ao seu valor apurado em 2016, que havia alcançado apenas 21,67%. Um sucesso que revela maior autonomia brasileira na distribuição de imagens de sensoriamento remoto. Este sucesso não se restringe apenas ao aumento do número de imagens, mas em suas respectivas qualidades. O sistema de processamento foi ajustado em seus parâmetros de forma contínua, fazendo com que as imagens tenham melhor qualidade radiométrica e geométrica, o que aumenta o interesse pelo seu uso. Também merecem destaque as diversas ações de difusão do conhecimento científico tecnológico espacial e de capacitação de profissionais do setor.

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Social e Segurança Pública

- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento
- Educação de Qualidade para Todos
- Esporte, Cidadania e Desenvolvimento
- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar
- Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais
- Justiça, Cidadania e Segurança Pública
- Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência
- Previdência Social
- Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo
- Promoção dos Direitos da Juventude
- Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária
- Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas
- Redução do Impacto Social do Álcool e outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social
- Reforma Agrária e Governança Fundiária
- Segurança Alimentar e Nutricional

PROGRAMA 2037

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza, em todo o território nacional, um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades sociais e à inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. A magnitude e a dispersão territorial do contingente populacional que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco social constituem grandes desafios, que exigem do SUAS,

simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso dos usuários, integração das ações e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

Com base nos registros do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), a tabela seguinte permite visualizar a magnitude e a distribuição regional da vulnerabilidade decorrente da renda.

Vulnerabilidade Social: Quantidade de Famílias*, por renda <i>per capita</i> mensal e Região (Dezembro/2017)						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal até R\$ 85 (situação de extrema pobreza)	1.566.708	6.795.488	3.028.004	652.095	506.362	12.548.657
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170 (situação de pobreza)	415.653	1.072.342	1.260.398	386.815	325.109	3.460.317

* famílias registradas (extração em 23/02/18).

Fonte: CadÚnico

Observa-se a existência de 12,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, das quais 54% se encontram na região Nordeste. Outras 3,5 milhões de famílias, distribuídas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste (1/3 em cada uma delas), encontram-se em situação de pobreza.

Situações diversas de vulnerabilidade e riscos comprometem o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, favorecendo a incidência de evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce (entre 10 e 19 anos), trabalho infantil, exploração sexual, drogadição, dentre outras situações que apresentam efeitos prejudiciais à convivência familiar e comunitária, às condições de saúde, educação, qualificação

educacional e profissional, resultando em inserção precária e redução das oportunidades de trabalho. Em relação aos idosos (60 ou mais anos), ampliam-se os riscos de isolamento e exclusão do acesso à convivência familiar e comunitária, bem como a um conjunto de atividades essenciais ao seu bem-estar, em consequência dos processos de envelhecimento e da violência urbana.

Com efeito, a cada ano ocorrem aproximadamente 557 mil casos de gravidez precoce¹. Além disso, os jovens (15 a 29 anos) são a maioria das vítimas fatais de agressões (30,6 mil jovens assassinados, o que corresponde a 53% dos 57,7 mil óbitos por agressões no país)². Em relação à escolaridade, apesar da

¹Média de 2012 a 2015. Fonte: SINASC/Datasus/MS.

²Média de 2012 a 2015. Fonte: SIM/Datasus/MS.

tendência consistente de melhoria em todas as regiões, em 2014, a média de anos de estudo dos adultos (com 25 ou mais anos de idade) variava entre 6,4 a 8,5 anos, no Nordeste e Sudeste, respectivamente (fonte: IPEA). Por um lado, essa reduzida escolaridade resulta da combinação do acesso precário à educação, com o conjunto de riscos e vulnerabilidades já mencionados. Por outro, constitui-se em séria limitação à capacidade de superação desses riscos, reforçando a tendência de volatilidade e precarização do trabalho e da renda, com reflexos diretos na capacidade de manutenção dessas pessoas e de suas famílias, especialmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias das grandes metrópoles).

Para enfrentar os desafios colocados à política de Assistência Social, o programa 2037 – Consolidação do SUAS articula três objetivos, resumidamente expressos como: manter e qualificar as ações de proteção social básica e especial; qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e fortalecer as estratégias de inclusão social de seus beneficiários; e qualificar a gestão do SUAS e os mecanismos de participação e controle social.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destaca-se a taxa de cobertura de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em Municípios com até 20 mil habitantes, que avançou de 23,23% para 26,97% entre 2016 e 2017.

Em relação à execução das principais metas do programa, as mesmas são apresentadas abaixo, organizadas por objetivos.

Proteção Social Básica e Especial

Os serviços e programas do SUAS estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e

especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. A proteção social básica tem um papel proativo e preventivo, visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Esses serviços e programas são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social.

Atualmente, a rede de CRAS é formada por 8.323 unidades (fonte: CadSUAS, 02/12/17), distribuídas por quase todos os municípios do País, das quais 7.456 (90%) são cofinanciadas pelo Governo Federal. Essa rede permite a cobertura de 76,6% da população registrada no CadÚnico (novembro/2017). Para acompanhar o desenvolvimento dessa rede, foi criado o Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS), calculado a partir de dados do Censo SUAS, realizado anualmente. Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento (bom/aceitável) atingiu 75% (Censo SUAS 2016). Em 2017, os CRAS realizaram mais de 15,8 milhões de atendimentos e acompanharam mais de 966 mil famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF (fonte: RMA/SNAS, dados preliminares).

Para ampliar e viabilizar o acesso dos usuários às ações socioassistenciais, o Governo Federal tem cofinanciado a oferta de serviços por equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS em funcionamento, para atuarem junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso, bem como a doação e a manutenção de lanchas de assistência social, para o transporte hidroviário dessas equipes a comunidades ribeirinhas de municípios da região Amazônica e Pantanal. Em 2017, foram doadas 15 lanchas de porte oceânico, destinadas a áreas com ondas ou ventos, correntezas ou marés, que dificultam o tráfego das embarcações. Desse modo, atualmente o Governo Federal cofinancia a oferta de serviços por 1.226 equipes volantes, existentes em 1.056 municípios,

e a manutenção de 138 lanchas, sendo 123 lanchas tipo 1 (fluvial) e 15 lanchas tipo 2 (oceânica).

Na proteção social básica, o trabalho social com famílias é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado com grupos, organizados por faixa etária, visando a socialização e convivência familiar e comunitária. Atualmente, o Governo Federal cofinancia a oferta do SCFV por 4.971 municípios (89,2%), que apresentam capacidade de atendimento a 1,6 milhão de usuários, existindo incentivos para que metade dessas vagas seja destinada ao público prioritário. No último trimestre de 2017, os municípios informaram o atendimento de 1,58 milhão de usuários, dos quais 733 mil identificados em uma ou mais situações prioritárias (fonte: SISC/SNAS).

Uma das prioridades da atual gestão é o Programa Criança Feliz, iniciativa interministerial para a promoção do desenvolvimento infantil no País. O Programa Criança Feliz integra o Programa da Primeira Infância no SUAS, por meio de atendimentos da rede socioassistencial às famílias com crianças que atendam ao perfil do programa, incluindo a realização de visitas domiciliares.

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO tem por finalidade promover o acesso dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho. Lançado em setembro/2017, o Plano Progredir é um conjunto de ações articuladas que visa facilitar o acesso das pessoas inscritas no CadÚnico a oportunidades de emprego e renda. Nesse sentido, o Progredir se consolida como uma ferramenta para qualificar as ações do ACESSUAS-TRABALHO, ao ofertar oportunidades de inclusão produtiva ao seu público-alvo. São, portanto, complementares e sua atuação conjunta potencializará a inclusão dos usuários do SUAS no mundo do trabalho.

A proteção social especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (situações de violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (média e alta complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e especificidade dos serviços ofertados.

Os CREAS são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.512 CREAS municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Entre 2015-2017, a cobertura dos municípios de pequeno porte por serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%, em dez/2015) para 306 municípios (7,8% em dez/2017), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS (CadSUAS). Os CREAS também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) em meio aberto, de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC). Esse serviço objetiva criar condições para a (re)construção de projetos de vida, a ruptura com a prática do ato infracional, o estabelecimento de autoconfiança e construção de autonomias e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta desse serviço em 1.009 municípios. Em 2017, os CREAS inseriram mais de 282,5 mil casos (pessoas ou famílias) em acompanhamento, além de outros 60,6 mil adolescentes em Medidas Socioeducativas (fonte: RMA/SNAS, dados preliminares).

Ao final de 2017, o Governo Federal também cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios. Esses

serviços oferecem orientação individual e grupal e encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, visando contribuir para a construção da autonomia, a inserção social e proteção em situações de violência. Em 2017, essas unidades realizaram mais de 342 mil atendimentos (fonte: RMA/SNAS, dados preliminares).

Essas unidades (CREAS e Centro Pop) podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando a inserção desses indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas e a resolução de necessidades imediatas. Em 2017, o conjunto das unidades (CREAS e Centro Pop) realizou mais de 1 milhão de abordagens, a aproximadamente 460 mil pessoas (Fonte: RMA/SNAS).

Uma das situações que recebem especial atenção da Assistência Social é o trabalho infantil, enfrentado por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). As famílias identificadas nessas situações são incluídas no CadÚnico, beneficiadas com a transferência de renda (Bolsa Família) e acompanhadas pelo CRAS ou CREAS, e as crianças/adolescentes são inseridas em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Além disso, todos os estados, o Distrito Federal (DF) e 958 municípios identificados no Censo IBGE (2010) com alta incidência de trabalho infantil contam com recursos federais para o apoio à gestão. No período de junho a dezembro de 2017, de acordo com a Resolução CNAS nº 10/2017, foram cofinanciados os 360 municípios e 10 estados que indicaram a necessidade de parcelas adicionais para executar as ações previstas no plano de aplicação de recursos daquele exercício. Em 2017, os municípios e estados reportaram a realização de 12.616 ações de enfrentamento do Trabalho Infantil. Também foram realizados 16 Encontros Intersetoriais Estaduais de Ações Estratégicas em

PETI (AEPETI) e o Encontro Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em comemoração aos seus 21 anos de existência. Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) produziram Diagnósticos Intersetoriais Municipais das AEPETI para os 958 municípios cofinanciados, expandindo o escopo para todos os municípios brasileiros em 2017. Além disso, o MDS também participou da IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil em novembro de 2017, em Buenos Aires, na Argentina.

A proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras, repúblicas, residências inclusivas), destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. O Censo SUAS 2016 captou a existência de 5.781 unidades de acolhimento, que atenderam no ano anterior a 165,7 mil usuários. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de 85,1 mil vagas, destinadas a idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

Benefícios Assistenciais

A União também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a: (i) pessoas com deficiência, de qualquer idade e que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, desde que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família; (ii) pessoas idosas com 65 anos ou mais. A renda familiar per capita mensal desses públicos-alvo deve ser inferior a ¼ do salário mínimo.

Ao final de 2017, o BPC beneficiava 4,5 milhões de beneficiários, sendo 2,5 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

A partir da publicação do Decreto nº 8.805/2016, todos os requerentes e beneficiários do BPC devem ser necessariamente registrados no CadÚnico, o que favorece o acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais, amplia o acesso dos beneficiários a serviços e programas que utilizam o CadÚnico como instrumento de seleção de seu público-alvo e amplia a capacidade da administração pública conhecer a realidade desse conjunto de cidadãos, permitindo o aperfeiçoamento das ações direcionadas a este público. Em novembro de 2017, a maioria (57,3%) dos beneficiários do BPC já estava registrada no CadÚnico, o que representa uma significativa evolução em relação ao final de 2016 (43,5%), prevendo-se a inclusão dos demais beneficiários até o final de 2018.

Além do benefício, outras iniciativas são implementadas visando a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, com destaque para o BPC na Escola, programa que visa promover o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência em idade escolar, assim como o seu acompanhamento e de suas famílias. Até o final de 2017, o programa contava com a adesão de 4,95 mil municípios, incluindo todas as capitais, onde residem mais de 477 mil beneficiários. O cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC), realizado em 2016, mostrou que 297,8 mil (59,4%) dos 501,6 mil beneficiários com idade até 18 anos encontravam-se registrados no sistema escolar.

Apoio à Gestão do SUAS e ao Controle Social

O MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), também coordena diversas

iniciativas visando apoiar e qualificar a implementação do SUAS, no âmbito da gestão e dos mecanismos de participação e controle social em todas as esferas federadas.

O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-SUAS) é um instrumento de mensuração da qualidade da gestão descentralizada no âmbito dos municípios, estados e DF. Com base nos resultados alcançados pelos demais entes, a União transfere um incentivo financeiro para o aprimoramento da gestão. Em 2018, deverá ser definida uma nova metodologia de cálculo do IGDSUAS, que visa incorporar uma gama maior de indicadores que compõe o monitoramento das ofertas socioassistenciais, da gestão do SUAS e do controle social, permitindo um retrato mais fidedigno da situação da gestão dos demais entes e uma divisão mais equitativa dos recursos. O IGDSUAS apresentou na última mensuração (jul/2016-jun/2017) 86,1% dos municípios com resultados satisfatórios.

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS), pelo qual o MDS apoia os estados e o DF na implementação de seus planos de capacitação de técnicos, gestores e conselheiros do SUAS, constitui-se na principal estratégia para execução da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. No período 2016-2017, foram certificadas pelo programa 20,5 mil pessoas, das quais 8,9 mil foram certificadas em 2017.

Para realizar o monitoramento das ações do SUAS, ao longo do tempo foram criados diversos instrumentos, a exemplo do Censo SUAS, do Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS) e do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) das unidades. Em razão da diversidade, complexidade e capilaridade das ações do SUAS, uma das prioridades da atual gestão é a integração de dados em um sistema nacional de monitoramento, que resulte em ganhos

de informação para o processo decisório e transparência para a sociedade.

Por fim, o MDS está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), que registra dados fornecidos pelos gestores municipais de assistência social sobre os serviços socioassistenciais prestados pelas entidades. A base de dados do Cneas já conta com 19,5 mil entidades, das quais 10,6 mil já concluíram o processo de cadastramento. O registro no Cneas passará a ser requisito para a realização de parcerias das entidades com o poder público, abrangidas pela Lei nº 13.019/2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC). Como instrumento de financiamento indireto dessas entidades, o MDS realiza a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Ao final de 2017, aproximadamente 5,5 mil entidades estavam usufruindo da certificação concedida pelo

MDS, das quais aproximadamente mil foram concedidas ou renovadas no ano.

Considerações e Perspectivas

No período 2016-2019, a implementação da política de assistência social deverá concentrar seus esforços na consolidação e qualificação dos serviços, benefícios e da rede de unidades prestadoras de serviços, visando ampliar sua efetividade no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

Em 2016 e 2017, um grande esforço foi empreendido visando à manutenção dos serviços nos níveis existentes, apesar da situação econômica e fiscal, inclusive nas esferas subnacionais, também responsáveis pelo cofinanciamento dos serviços e programas, sendo que essa situação se constitui, provavelmente, no principal desafio a ser enfrentado em 2018 e 2019.

PROGRAMA 2027

CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO

A cultura brasileira encontra no programa temático Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento, políticas indutoras das potencialidades que o Brasil possui em suas manifestações artístico-culturais, que, na qualidade de transversais, perpassam as mais diversas áreas de atuação da sociedade. Como agente transformador da sua realidade social, contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país, adquirindo importância em sua agenda política ao atuar, entre outros, no desenvolvimento econômico, na qualificação educacional, na sustentabilidade e na garantia de direitos sociais, alcançando assim a democracia brasileira.

Assim, este programa traz, em seus objetivos e metas, ações de investimento em infraestrutura econômica e social, de ampliação do empreendedorismo sustentável e de priorização de políticas para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Ao estabelecer vínculo com diretrizes do Governo Federal, toma parte no processo de crescimento econômico, de distribuição de renda e de inclusão social. Suas estratégias dão ênfase ao desenvolvimento cultural e artístico, ao acesso à cultura, à valorização do seu patrimônio e de sua diversidade sócio-artístico-cultural, incorporando os temas aos objetivos políticos do país.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os recursos públicos federais para a Cultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de 0,029% em 2017.

Apresentam-se a seguir os principais resultados alcançados, organizados por Objetivo.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura

A sistematização de políticas culturais abrangendo todo o Brasil permite que se estabeleça solidez às estas políticas. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) tem o papel de agregar essas questões, valorizando a participação social nesse processo. O SNC é fortalecido, constantemente, ao integrar cada vez mais os entes federados na implementação e instrumentalização do Sistema. Em 2017, chegou-se ao total de 13 estados (48,14% do total) com seus sistemas institucionalizados, e de 2.545 municípios (24% do total) aderentes ao sistema.

Preservação e Promoção da Diversidade, da Memória e do Patrimônio

A política de preservação do patrimônio cultural contribui no âmbito socioeconômico sendo instrumento de fortalecimento das suas identidades culturais, garantindo o direito à sua memória, ao mesmo tempo em que promove melhoria em aspectos econômicos do país, ao permitir o acesso da população ao seu patrimônio. Esta política se dá com ações específicas de identificação, reconhecimento, tombamento, restauração e conservação, assim como difusão e conscientização sobre a importância dessas ações.

Outra iniciativa de política pública cultural relevante é o apoio à melhoria de infraestrutura das cidades históricas, incorporada pelo Programa Avançar. A ação teve início em 2013, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e de infraestrutura das cidades históricas, dinamizando e promovendo o seu crescimento por meio da preservação e do uso

sustentável do patrimônio cultural. Das 423 ações do Programa, 261 estão em fase de elaboração de projetos de restauro, 49 ações estão em estágio de licitação, 74 estão em execução e 39 foram concluídas.

Ainda no campo do patrimônio e memória, a cultura afro-brasileira e a dos povos indígenas são contempladas, entre outros, por meio dos Pontos de Memória, cujo bom andamento destacou-se com um total de 144 pontos apoiados entre os anos de 2016 e 2017.

Fortalecimento das Atividades Audiovisuais

As ações de fomento ao audiovisual e à indústria cinematográfica brasileira ampliam a produção e incentivam a difusão e a fruição das obras produzidas, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional no país e no exterior. A veiculação de obras na TV e a possibilidade de acesso da população mais carente a salas de cinema intensificam o valor inclusivo dessas ações.

Até 2016, a ampliação de redes de Núcleos de Produção Digital (NPD), a produção de obras audiovisuais por afrodescendentes e o número de filmes brasileiros em salas de cinema e em festivais e mostras de cinema contribuíram para o atingimento dos objetivos no campo do Audiovisual. Em 2017, com o intuito de fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais e incentivar a inovação, a ampliação, a produção, a difusão e o acesso às obras audiovisuais, foram implantados mais seis novos NPD, indo ao encontro da meta de alcançar 30 NPD ao final do PPA (foram implantados 20 até o momento). Destaca-se, ainda, no âmbito da meta de apoiar a produção regional de 200 obras audiovisuais, a realização de diversos editais de fomento, específicos do setor, por meio dos quais foram apoiadas 113 obras, só em 2017. Assim, no biênio 2016-2017 foram apoiadas 150 obras.

No campo da indústria cinematográfica comercial, houve recorde de lançamento anual de filmes. 158 longas-metragens nacionais foram lançados em salas de cinema, superando a meta de 130 filmes traçada para o fim do PPA. No tocante ao número de salas de cinema por habitante, chegou-se a 64.403 habitantes/sala, dado significativo em comparação aos 70.000 do início do PPA.

Estímulo da Produção e da Difusão Cultural e Artística

É esforço contínuo do setor fomentar atividades culturais por meio de projetos que contemplem a produção artística, a sua distribuição e o seu acesso, oferecendo à população bens e serviços culturais nas áreas do teatro, música, literatura, artes visuais, entre outros. Como exemplo, cita-se a Lei Rouanet, que tem papel importante no campo do fomento. Os procedimentos para projetos culturais serem apresentados com vistas à captação de recursos por meio do incentivo fiscal no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei Rouanet) foram revistos por nova regulamentação, em 2017. A nova norma favorece o desenvolvimento da economia criativa e busca evitar a concentração de recursos, com a indução à realização de projetos em regiões com histórico de baixa produção de projetos culturais. Além disso, foram também criadas ferramentas tecnológicas para aumentar o controle, a fiscalização e a transparência dos projetos, que passaram a ter prestação de contas em tempo real. Em 2017, foram aprovados 5.475 projetos, com valor de renúncia fiscal prevista de R\$ 1,2 bilhão.

Ampliação e Qualificação do Acesso a Bens e Serviços Culturais

Elemento importante no exercício da cidadania dos brasileiros é o acesso aos bens e serviços culturais no país. Para alcançar o objetivo de acesso da população, o Ministério da Cultura atua na

manutenção física de espaços e no seu funcionamento, ofertando seus serviços ao público que os frequenta. O desafio de 2017 para esse objetivo foi manter o funcionamento desses espaços colocados à disposição da população.

Dentre as outras atividades que concorrem para o acesso à cultura, estão a disponibilização de acervos físicos e virtuais; a modernização de museus e de acervos das unidades do Ministério da Cultura, e eventos e exposições realizados a fim de se promover a visita aos equipamentos culturais e seus acervos.

Outro instrumento que facilita o acesso da população é o cartão Vale-Cultura, por meio do qual trabalhadores consomem bens e produtos culturais em estabelecimentos que o aceitam como forma de pagamento.

Quanto à infraestrutura cultural, os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) são espaços que agregam, em um mesmo espaço físico, programas e ações culturais; práticas esportivas e de lazer; formação e qualificação para o mercado de trabalho; serviços socioassistenciais; políticas de prevenção à violência, e inclusão digital. Estes espaços priorizam comunidades de alta vulnerabilidade social e com déficit de equipamentos culturais e esportivos. Ademais, funcionam de forma articulada com os Centros de Referência de Assistência Social, buscando atender à população de baixa renda nos locais com alta densidade populacional. Atualmente, das 333 operações ativas, 149 foram inauguradas, 66 tiveram as obras civis concluídas e as demais estão em execução.

Promoção de Conhecimento da Cultura Brasileira e da Formação Artística

A difusão de conhecimento da cultura brasileira tem nos estudos e pesquisas as principais atividades dentre as previstas para atingir este objetivo, seja por meio de bolsas e prêmios, seja pelas parcerias com órgãos externos, como Universidades. Em 2017,

destaca-se a atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa no sentido de produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira por meio da realização intensiva de eventos, pesquisas e estudos sobre cultura. Só neste exercício, foram 121 eventos, 92 relatórios de pesquisa e 21 trabalhos elaborados pelos pesquisadores do quadro da Fundação, além da formação de 152 pessoas no Programa de Qualificação em Memória e Informação e do ingresso da segunda turma da Pós-graduação em Memória e Acervo. No biênio 2016-2017, foram assim alcançados 472 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil, de uma meta total de 570.

Fortalecimento da Economia da Cultura e Inserção no Desenvolvimento

A Economia da Cultura é tema que vem sendo inserido no pensamento mundial sobre o desenvolvimento econômico nos últimos anos, fortalecendo, desta forma, o desenvolvimento dos países. No âmbito das políticas públicas no Brasil, esse tema vem se firmando nos projetos executados, sendo difundido por meio de palestras, oficinas, cursos, entre outros, além da execução de mapeamentos dos empreendimentos voltados à cultura. As linhas de crédito para financiamento de projetos culturais também se tornam importantes instrumentos de inclusão da cultura na economia.

Os setores da economia da cultura têm registrado crescimento significativo em relação ao conjunto da economia brasileira. A sua contribuição para a geração de emprego e renda ficou demonstrada nos estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2016), que apontam que os setores criativos contribuem para 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, são responsáveis por 1,8% dos empregos formais e registram salários 2,5 vezes maiores do que a média nacional. Nos últimos dez anos, por exemplo, a expansão de um único segmento no Brasil – o audiovisual – foi de 8%. A realidade exige, contudo, a atualização

de modelos de negócios, a melhoria da eficiência e ideias inovadoras.

Prova disso são as ações de indução à dinamização das economias locais fomentadas pelo Governo Federal em parceria com Estados, Municípios, empresários e sociedade, visando a fomentar a criação, a produção e a circulação de 1,9 mil projetos artísticos nas diversas linguagens, até 2019. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Rio de Janeiro a Janeiro, cuja expectativa é aumentar em 20% o fluxo de turistas, gerar 170 mil novos empregos e adicionar R\$ 6,1 bilhões na economia desse Estado, por meio da promoção de uma agenda de eventos nas áreas de cultura, esporte e turismo.

Ainda, o Projeto Atlas Econômico da Cultura Brasileira, pesquisa analítica inédita e fundamental para mensurar os impactos socioeconômicos das atividades culturais no Brasil, e que deverá contribuir para o processo de construção da Conta Satélite da Cultura, iniciativa recentemente retomada conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados preliminares do Atlas Econômico da Cultura Brasileira revelaram a existência de 109 mil

empresas atuantes nos Setores Culturais e Criativos (SCC), com faturamento e lucro agregados estimados em R\$ 174,3 bilhões e R\$ 69 bilhões, respectivamente.

Estas empresas atuam nas áreas de audiovisual, artes cênicas e espetáculos, música, patrimônio, cultura digital, educação e criação em artes, entretenimento, editorial, arquitetura e design e publicidade.

Considerações e Perspectivas

O programa temático em tela concentra seus esforços no alcance de metas que contribuam para a melhoria social e econômica do Brasil por meio da cultura, a fim de implementar no país as condições necessárias para o reconhecimento do papel que a cultura tem em sua identidade e contribuindo para o seu desenvolvimento interno e para a consolidação de sua presença diante do cenário político mundial.

Para o próximo biênio, a atuação do Programa continuará focada no propósito de dar consistência à política cultural do país, com abrangência nacional e de maneira sistêmica, valorizando a participação social nesse processo.

PROGRAMA 2080

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabeleceu diretrizes, metas e estratégias que demandam esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade. O Ministério da Educação (MEC) implementa ações da creche à pós-graduação, cujos resultados registrados revelam constante melhoria da situação educacional do país.

O Programa Temático Educação de Qualidade para Todos apresenta cinco objetivos que visam, em cooperação federativa, à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Todos os objetivos, metas e iniciativas buscam o pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e da formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

Apesar da evolução consistente, ainda há um longo caminho a percorrer. O desafio para os próximos anos está relacionado ao esforço de qualificação da oferta e da gestão em todos os níveis e modalidades de ensino.

Principais Resultados

O MEC usa os dados oficiais do Governo Federal, entre os quais, os estudos e estatísticas elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como fonte das informações dos indicadores do Programa. Especificamente quanto aos indicadores cujas fontes são o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior, esses valores correspondem ao exercício de 2016. Os valores

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) correspondem ao exercício de 2015, último ano cujos dados foram tratados pelo INEP, não refletindo ainda, portanto, o impacto das ações de 2017.

Constata-se uma melhoria discreta nos indicadores ao longo dos últimos anos, a partir do acompanhamento da série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Observam-se avanços nas séries iniciais e estabilidade nas séries finais do ensino fundamental. Em 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e ensino fundamental, que será complementada no próximo ano com a inclusão da BNCC do ensino médio. A nova política de formação de professores, articulada com a BNCC, é fundamental para a qualificação da oferta e da gestão em todos os níveis e modalidades de ensino. São claramente necessárias ações que visem à intensificação dessas trajetórias ou mesmo reformulações mais profundas (como foi o caso da reforma do ensino médio), diante das metas do PNE.

Educação Básica

O Governo Federal, dado o regime de colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal, direciona esforços para apoiar técnica, pedagógica e financeiramente os sistemas de ensino com ações voltadas ao desenvolvimento da educação básica, em todas as etapas e modalidades, incluindo alfabetização e educação de jovens e adultos; educação especial; educação do campo, educação escolar indígena e quilombola; educação ambiental; educação em direitos humanos; educação para as relações étnico-raciais e educação para a juventude. As ações do MEC contribuem para a garantia do direito de todos à educação com qualidade e equidade,

visando não somente ao acesso e à permanência, como também à conclusão da trajetória escolar com níveis adequados de participação, aprendizagem e respeito às diferenças, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, numa perspectiva de educação ao longo da vida.

Em 2017 foi lançada a Política Nacional de Alfabetização, conjunto de iniciativas que, em regime de colaboração entre União e entes federados, envolvem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tendo como eixo principal o Programa Mais Alfabetização.

A BNCC, documento de caráter normativo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no PNE, deve orientar os currículos e as propostas pedagógicas das escolas em todas as unidades federativas, incluindo as públicas e as privadas, seja de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio. O documento estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. Assim, além de promover equidade e igualdade de aprendizagem, contribui para superar a fragmentação das políticas educacionais e fortalecer o regime de colaboração entre as três esferas de governo. O documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, homologado pelo MEC em dezembro de 2017, contempla a educação infantil e o ensino fundamental. O documento referente ao ensino médio está em elaboração e deverá ser entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no primeiro semestre de 2018, já adaptado às diretrizes do novo ensino médio.

Também seguindo as diretrizes do PNE, a União e as demais esferas de governo vêm atuando em regime de colaboração para expansão e melhoria da infraestrutura das creches e pré-escolas públicas, em prol do aprimoramento do desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças de 0 a 5

anos. Assim, no contexto do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), em 2017 foram concluídas 230 unidades, gerando 29 mil novas vagas para a educação infantil em 169 municípios. Foram destinados, ainda, cerca de R\$ 125,31 milhões para apoiar a construção de 297 escolas de educação infantil (com previsão de conclusão até 2019), beneficiando 224 municípios. Além da construção, foram destinados R\$ 4,4 milhões para aquisição de mobiliários e equipamentos de 45 unidades. No âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), foram destinados cerca de R\$ 43,4 milhões para a infraestrutura de educação infantil, apoiando 44 construções, 17 ampliações e 10 reformas, com créditos oriundos de emendas parlamentares.

O MEC também disponibiliza recursos aos Municípios e ao Distrito Federal para custeio e manutenção de novas matrículas nos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos de programas federais. Em 2017, para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil, foram aprovados repasses de aproximadamente R\$ 35 milhões, atendendo 16.788 matrículas em 140 novos estabelecimentos de 112 municípios. Já para a manutenção de novas matrículas não contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o MEC repassou R\$ 59,6 milhões para 302 municípios, totalizando 1.916 turmas e mais de 30 mil matrículas. Por meio do PAR, que apoia a construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica, em 2017 foram empreendidas 366 novas ações de infraestrutura, (sendo 76 construções, 80 ampliações e 187 reformas de escolas de educação básica) e 23 quadras e coberturas de quadras escolares, com investimentos de R\$ 212,56 milhões.

No que tange à melhoria da infraestrutura física e pedagógica mediante transferência direta de

recursos para as escolas de educação básica, destaca-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos para o funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Em 2017, cerca de 34,9 milhões de alunos da educação básica pública foram beneficiados com R\$ 892,5 milhões, repassados a 127,4 mil escolas, correspondentes à primeira e à segunda parcelas de 2017 dos recursos do PDDE Básico. Foram contemplados, também, com o PDDE, 1.067 escolas de educação especial privadas mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, às quais foram repassados R\$ 6,37 milhões, beneficiando 89 mil alunos da educação especial. No âmbito do Novo Mais Educação, foram atendidas 31.819 escolas com aproximadamente R\$ 302,4 milhões, beneficiando cerca de 9,5 milhões de alunos. Destaca-se também a destinação de aproximadamente R\$ 50 milhões, no âmbito do Plano Viver Sem Limite, para apoiar ações de acessibilidade em 4.720 escolas, beneficiando 2 milhões de alunos.

Com relação aos programas suplementares à educação, o MEC apoiou estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas de alimentação e transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, busca contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Em caráter suplementar aos entes federados, no período de 2017, foram destinados R\$ 3,89 bilhões para atender 41 milhões de estudantes da educação básica.

Quanto ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que tem por objetivo garantir acesso e permanência aos alunos da

educação básica pública residentes em área rural, foram atendidos cerca de 4,3 milhões alunos, com recursos da ordem de R\$ 574,2 milhões. Em relação ao Programa Caminho da Escola, que objetiva renovar e padronizar a frota de veículos de transporte escolar, foram destinados aproximadamente R\$ 388,6 milhões, para aquisição de 1.354 ônibus com requisitos de acessibilidade em 2017.

O PNLD foi reformulado pelo Decreto nº 9.099/2017, que incluiu a etapa da Educação Infantil e expandiu o escopo do Programa, abrindo possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa: obras didáticas e literárias, de uso individual e coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Em 2017, foi empenhado R\$ 1,72 bilhão para a aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes do ensino fundamental e médio e àqueles da educação de jovens e adultos (EJA) e de escolas do campo.

Com vistas à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, foram apoiadas ações relacionadas às tecnologias educacionais. Assim, no âmbito do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), a fim de promover a diversidade nas estratégias aplicadas ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, foram empenhados cerca de R\$ 7,93 milhões para a aquisição de *tablets*, computadores e notebooks. Aproximadamente 2 mil unidades educacionais beneficiaram-se com a ativação de 3.886 *tablets* educacionais, adquiridos para uso dos professores e alunos da educação básica de escolas públicas.

No Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que promove a instalação de infraestrutura de rede e suporte para conexão à internet nas instituições de ensino, houve, em 2017, registro de 62,2 mil pontos

de conexão, beneficiando mais de 30 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores. Nas escolas rurais, o Programa atuou de forma colaborativa ao Projeto de Conectividade Rural da Anatel, cujo objetivo é fornecer internet com tecnologia 4G a todas as escolas públicas rurais que possuam energia elétrica e algum tipo de recurso tecnológico, e que estejam dentro de um raio de até 30 km da sede do município.

Buscando integrar e complementar essas ações já desenvolvidas, o MEC lançou, em novembro de 2017, o Programa de Inovação Educação Conectada, formulado em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O objetivo é apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. O Programa está estruturado em três dimensões integradas: i) infraestrutura interna e serviços de conectividade nas escolas; ii) disponibilização de recursos didáticos digitais; e iii) formação de gestores e professores para uso pedagógico da tecnologia. A implementação se dará por meio de apoio técnico e financeiro da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às escolas e às redes de educação básica de todas as esferas de governo.

O Governo Federal tem fomentado ações conjuntas entre os entes federados com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e consequentemente o desempenho dos alunos em alfabetização. O Programa Novo Mais Educação tem como objetivos: i) oferecer atividades complementares de apoio pedagógico; ii) alfabetizar e melhorar o desempenho em língua portuguesa por meio de acompanhamento pedagógico específico; iii) reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade/série; iv) melhorar os resultados de aprendizagem do ensino fundamental; e v) desenvolver atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer. As atividades são desenvolvidas por meio de

complementação da carga horária em cinco ou 15 horas semanais. Em 2017, com recursos repassados na ordem de R\$ 281 milhões, o Programa Novo Mais Educação contou com a participação de 36,1 mil escolas, atendendo a 3,9 milhões de estudantes.

Em 2017, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) passou a contemplar uma ação específica de assistência financeira aos Estados e uma nova estrutura de governança para a gestão, envolvendo a atuação conjunta das secretarias estaduais e municipais no monitoramento das ações formativas. As iniciativas de formação foram ampliadas para atender professores e coordenadores pedagógicos da educação infantil, bem como articuladores e mediadores de aprendizagem do Programa Novo Mais Educação, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico de estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. Em 2017, foram capacitados aproximadamente 595,4 mil profissionais da educação básica. O PNAIC conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.420 Municípios, tendo disponibilizado, em 2017, R\$ 24,4 milhões para custeio e mais R\$ 55 milhões para pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

Ainda em 2017, foi lançada a Política Nacional de Alfabetização, conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular, a formação de professores, o protagonismo das redes de educação básica e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O Programa Mais Alfabetização, eixo principal da Política, atenderá 4,2 milhões de crianças com a presença de assistentes de alfabetização, que trabalharão em conjunto com os professores em sala de aula.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada em 2016 a 2,1 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental, aferiu o nível de alfabetização em três dimensões, cujos resultados foram divulgados em 2017. Os estudantes com níveis suficientes para cada dimensão na etapa

dividem-se em: 45,27% (leitura), 66,15% (escrita) e 45,53% (matemática).

O acompanhamento da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social, condicionalidade da educação no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), representa um elemento estratégico na prevenção e no combate ao abandono e à evasão escolar, contribuindo, assim, para a garantia do acesso e permanência da parcela mais vulnerável da população. Em 2017, o acompanhamento somou, em média, o registro de frequência escolar de 15,2 milhões de estudantes na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, o que representa mais de 50% das matrículas da educação básica (Censo Escolar, 2016).

O Governo Federal tem fomentado ações conjuntas entre os entes federados que propiciem novas organizações curriculares para o novo ensino médio, em conformidade com a Lei nº 13.415/2017. A mesma Lei instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, que busca levar um modelo de escolas em tempo integral para todos os Estados. As secretarias estaduais que aderirem à Política devem observar alguns critérios, como: i) número mínimo de matrículas em tempo integral; ii) apresentação de carga horária escolar ampliada; iii) apresentação de condições de infraestrutura; iv) redução das taxas de abandono e reprovação, dentre outros, conforme indicado na portaria de instituição do Programa. Em 2017, a Política contou com a adesão das 27 unidades da Federação, 516 escolas participantes e 105 mil matrículas efetivadas no ensino médio em tempo integral, com repasse de R\$ 369,18 milhões. Conforme dados do Censo da Educação Básica, o número de matrículas em tempo integral passou de 6.743.612 em 2015 para 6.744.425 em 2016. Dados referentes a 2017 ainda não estão disponíveis.

Na educação especial, o Censo Escolar identificou a matrícula, em 2016, de 671.988 estudantes de 4

e 17 anos em classes comuns de escolas de educação básica (89,47%), aumento de 1,07 p.p. em relação ao ano anterior. Em 2017, no Programa Sala de Recursos Multifuncionais, destaca-se a ação de remanejamento de equipamentos recebidos por escolas que já não possuem mais matrícula de estudantes da educação especial para escolas que atualmente possuem. O Programa Escola Acessível repassou R\$ 50 milhões a 4.720 escolas, por meio do PDDE. Em relação ao Livro Didático Acessível, foram distribuídos 20 títulos no Sistema Braille (2.956 exemplares), e houve conversão de 86 títulos em formato acessível Mecdaisy, totalizando a distribuição de 15.617 obras em 1.015 municípios. O MEC também acompanha a inclusão escolar das pessoas com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O pareamento do BPC na Escola revelou que, das 505 mil pessoas nessa faixa etária, 317.348 possuíam matrícula na escola (62,8%) em 2016.

O Censo Escolar de 2016 registrou 5.658.268 matrículas em escolas indígenas, quilombolas e do campo, públicas e privadas, nas diversas etapas e modalidades da educação básica, retiradas as duplicidades. O MEC, por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), desenvolve ações em regime de colaboração com os sistemas de ensino, com ações de formação inicial e continuada de professores, distribuição de material didático específico (PNLD Campo), garantia de acesso e, por fim, recuperação da infraestrutura em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 2017, foram adquiridos 7,2 milhões de livros do PNLD Campo, para distribuição em 2018, atendendo 2,3 milhões de estudantes em 56 mil escolas do campo. Ainda no âmbito do PDDE Campo, houve o empenho de recursos de capital no valor de R\$ 6,8 milhões, destinados a 1.677 escolas do campo que atendem a 294,8 mil alunos. Do PDDE Água na Escola, foram empenhados em recursos de capital R\$ 1,5 milhão para 290 escolas do campo que atendem 28 mil alunos. Foram ainda concluídas 177 obras de escolas do campo.

Nas ações de alfabetização e EJA desenvolvidas por Estados, Distrito Federal e Municípios, a União presta apoio suplementar, por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com transferência de recursos para abertura de novas turmas de EJA, matrículas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), repasses do Fundeb para a manutenção das turmas de EJA nas redes de ensino e inscrição de jovens e adultos nos exames de certificação de nível fundamental e médio. Em 2017, considerando os dados do Censo Escolar de 2016 de matrículas da EJA na rede pública e o Ciclo do PBA executado em 2016, registrou 3.441.439 pessoas com 15 anos ou mais atendidas com ações voltadas à alfabetização e elevação da escolaridade média.

O Projovem, executado localmente em parceria com os entes federados, prioriza o atendimento a jovens moradores dos Municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, que fazem parte do Plano Juventude Viva, e aos jovens de unidades prisionais. Em 2017, foram lançadas novas edições dos Programas Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra, destinadas a entes que dispunham de saldo em conta específica do Programa, com oferta de 53 mil vagas e adesão de 13 Estados e 25 Municípios, ao Projovem Urbano, e de 11 Estados e 45 Municípios, ao Projovem Campo.

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

A nova Política Nacional de Formação de Professores (PNFP), anunciada pelo MEC em outubro de 2017, está norteada pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na LDB, no PNE (em particular nas metas 15 e 16) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. A nova PNFP foi formulada com base em um amplo diagnóstico, integrando diversas iniciativas para a formação inicial e continuada desses profissionais por meio do aprimoramento de programas existentes (UAB, PIBID, PARFOR, Prouni) e

da implantação de outros, como o Programa de Residência Pedagógica e a Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais.

A Política consistirá, principalmente, na maior colaboração entre União, redes de ensino e instituições formadoras; na maior articulação entre teoria e prática em cursos de formação de professores; no domínio dos conhecimentos previstos na BNCC; na interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação; e na formação humana integral. Integrados à nova PNFP encontram-se programas que vêm sendo desenvolvidos pelo MEC.

Para as ações de formação inicial de professores, no que tange à oferta de educação a distância, destaca-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, prioritariamente para professores em efetivo exercício que ainda não possuam graduação na área em que atuam. Em 2017, a UAB registrou 54.982 novas matrículas para a formação inicial de professores. Em relação à Licenciatura em Educação do Campo, o Censo Escolar de 2016 registrou 339.781 funções docentes na educação do campo, sendo 230.749 docentes com formação em nível superior e 134.031 com formação em nível médio. Para a manutenção das Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), em 2017, houve apoio financeiro a 13 das 16 Instituições de Ensino Superior (IES) que desenvolvem as Licenciaturas Interculturais Indígenas, para a habilitação de 2.743 professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A esse respeito, o PPA tem a meta de realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação. Para o cálculo de alcance da meta foram considerados as 54.982 novas matrículas registradas na UAB em 2017, somadas com os 328.032 estudantes matriculados em cursos de licenciatura e

pedagogia (conforme dados do Censo da Educação Superior de 2016), totalizando 383.014 matrículas em cursos de formação inicial no ano de 2017.

No âmbito da formação continuada para professores, em 2017 foram capacitados, por meio do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), 595.475 profissionais da educação básica, sendo 274.013 professores alfabetizadores; 37.105 coordenadores pedagógicos e 13.510 formadores locais do 1º ao 3º ano do ensino fundamental; 137.613 professores, 26.773 coordenadores pedagógicos e 7.816 formadores locais da pré-escola; 23.455 articuladores de escolas; e, por fim, 72.565 mediadores de aprendizagem e 2.625 formadores locais do Programa Novo Mais Educação. O PNAIC conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.420 Municípios. O Programa disponibilizou R\$ 24,4 milhões para custeio e mais R\$ 55 milhões para pagamento de bolsas de estudos e pesquisa. A meta correspondente no PPA é a de Apoiar a oferta de 1,2 milhão de vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação e gestores. Para aferir o alcance dessa meta em 2017, foram considerados os dados de 595.475 de vagas do PNAIC e as 5.847 do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (Sisfor), o que totaliza 601.322 vagas em cursos de formação continuada. Somando-se com o valor de 2016, tem-se o total de 1.117.547 vagas ofertadas no período do PPA.

Além disso, nos moldes do PNAIC, a Ação Saberes Indígenas na Escola promove a formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, respeitando os direitos linguísticos e educacionais a uma educação bilíngue e intercultural. Em 2017, essa ação, oferecida por 24 IES, contou com 5.174 vagas para professores indígenas que atuam em 309 escolas, de 89 etnias, falantes de 81 línguas, localizados em 293 aldeias que estão presentes em 13 Territórios Etnoeducacionais.

Em relação à oferta de vagas em cursos de formação continuada em temas de diversidade e inclusão, houve evolução em 2017 com o acréscimo de 12.250 novas vagas, alcançando, no agregado dos dois anos do PPA, 19.224 vagas ofertadas.

No âmbito da educação do campo, em 2017, 5.295 professores concluíram a formação continuada Escola da Terra (iniciada em exercícios anteriores) e 3.500 novas vagas foram ofertadas a professores de escolas multisseriadas e quilombolas. O MEC também apoiou a oferta de 450 vagas para formação continuada em Educação para as Relações Étnico-raciais, em 5 IES, e 200 vagas em Educação Escolar Quilombola, em 2 IES.

No que diz respeito à educação especial, o MEC apoiou a oferta de 3 mil vagas em cursos de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, 500 vagas em curso de formação de professores para o Letramento de Estudantes com Deficiência e 300 vagas em Libras na Perspectiva Bilíngue, totalizando 3.800 vagas.

A respeito da inclusão escolar e educação em direitos humanos, o MEC apoiou e financiou a oferta de três cursos de formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação básica: “Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS)”, “Educação em Direitos Humanos” e “*Bullying*, violência, preconceito e discriminação na escola”, totalizando 4.300 vagas ofertadas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) destaca-se por articular a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas de ensino. Em 2017, 73.309 bolsas foram destinadas a projetos de iniciação à docência, que aproximaram 279 instituições formadoras e 5.578 escolas de educação básica, sendo 59.125 bolsas na modalidade iniciação à docência (BID), beneficiando um total de 82.378 estudantes. Os projetos

contemplaram 36 áreas de licenciatura, distribuídos em todas as unidades federativas. Ao longo de 2017, foi aplicado no Pibid o montante de R\$ 449,3 milhões, considerando os recursos de bolsas e custeio.

O Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) foi reestruturado e foram incluídas as áreas do conhecimento de Filosofia, Química e Educação Física, totalizando agora nove áreas na UAB: Matemática, (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (Profletras), Artes (ProfArtes), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui) e Filosofia (ProfFilo) e Educação Física (ProEF). Em 2017, os cursos ofertados na UAB, as especializações e mestrados profissionais atingiram 32.815 novas matrículas o que, somado às 25.303 de 2016, representa um alcance de 58.118 matrículas, 50,3% da meta prevista para o período do PPA 2016-2019, de ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação destinados a professores da educação básica.

No que tange à valorização dos profissionais da educação, o MEC instituiu, em 2016, a Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Essa Rede visa criar competência técnica em redes e sistemas de ensino públicos para a elaboração ou adequação dos seus planos de carreira e remuneração, considerando a necessidade de cumprimento da legislação nacional. Em 2017, a Rede se fez presente em 4.497 municípios de todos os Estados e no Distrito Federal, com investimento de R\$ 1,8 milhão para custear despesas com pagamento de auxílio de avaliação educacional e deslocamentos. Em 2017, o valor percentual dos Municípios que declaram possuir planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica subiu de 33,32%, em 2016, para 71,02%, um avanço significativo rumo ao cumprimento da Meta 18 do PNE. Quanto aos municípios que declaram cumprir integralmente

a Lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, o índice subiu de 23,25%, em 2016, para 47,18%, em 2017. Nos Estados, o percentual que declara possuir planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica foi de 59,25%, em 2016, para 62,96%, e dos que declaram cumprir integralmente a Lei do piso salarial foi de 44,44% para 62,96%, no mesmo período.

Educação Profissional e Tecnológica

Para alcançar o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, buscando, assim, ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens e trabalhadores brasileiros, o MEC tem implementado, desde 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Programa é desenvolvido por intermédio das seguintes iniciativas: Acordo de Gratuidade, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, Bolsa-Formação e Expansão da Rede Federal. Em 2017, foi incluído o Pronatec Oferta Voluntária como uma nova modalidade para ampliar a oferta gratuita de formação profissional no país. Em 2017, o investimento nas iniciativas do Pronatec totalizou R\$ 959 milhões, alcançando a oferta de 515.565 matrículas em cursos técnicos e formação inicial e continuada (FIC), sendo: 306.997 matrículas de Bolsa-formação; 7.142 matrículas na Rede e-Tec; 128.998 matrículas na Rede Federal e 72.428 matrículas na iniciativa Brasil Profissionalizado. Somando-se essas 515.565 vagas com as 434.413 ofertadas em 2016, tem-se um total de 949.978 de vagas ofertadas no conjunto de iniciativas do Pronatec no biênio 2016-2017.

Como ação no âmbito do fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica, destaca-se o Programa Brasil Profissionalizado. Em 2017, foram concluídas nove novas escolas e iniciadas 14 novas obras, sendo 10 construções e quatro ampliações ou reformas, com o

repasse às unidades federadas de R\$ 136 milhões, resultando em 72.428 matrículas.

Na Expansão da Rede Federal, foram investidos R\$ 325 milhões para retomada de 9 obras paralisadas, continuidade de 92 obras, início de 91 novas obras e aquisição de equipamentos diversos, atendendo a demandas de ao menos 180 campi da Rede Federal. Em 2017, foram concluídas 248 obras e autorizado funcionamento de mais cinco unidades.

Dentre as ações desenvolvidas para a consolidação dos institutos federais, de forma a contribuir com a integração e com o desenvolvimento regional, destaca-se o credenciamento de quatro novos polos de inovação vinculados à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, além da continuidade ao processo de avaliação e monitoramento dos cinco polos de inovação implantados em 2016.

Na vertente da ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na área de educação do campo, florestas e águas, o MEC desenvolveu ações que compreendem o financiamento para criação e manutenção de 96 núcleos de estudo em agroecologia e produção orgânica (NEAs) em instituições da Rede Federal e em instituições de ensino superior, com o repasse de R\$ 3 milhões para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Educação Superior

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, existem 2.407 IES, 34.366 cursos superiores e 8.048.701 estudantes matriculados, sendo que o Sistema Federal de Ensino, sob responsabilidade do MEC, representa 92% das IES, 87% dos cursos superiores ofertados, e 91% das matrículas da educação superior do país.

Em relação ao exercício da atividade de regulação, em 2017, foram publicados 14.732 atos regulatórios,

sendo 12.434 atos de regulação, 350 atos de supervisão, 708 atos institucionais, 1.225 atos de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) e 15 qualificações como instituições comunitárias de educação superior (ICES).

Em 2017, o MEC atuou na consolidação dos 118 novos campi implantados de 2007 a 2017 e das 4 novas universidades: Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), criadas em 2013.

Em 2017, participaram do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 132 instituições públicas de educação superior, de um total de 333 existentes (municipais, estaduais e federais). Assim, o percentual das instituições públicas participantes do Sisu em 2017 foi de 39,64%.

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o Programa Universidade para Todos (Prouni) seleciona os candidatos participantes do seu processo seletivo a partir das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conjugando inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. O Prouni atendeu, de 2004 a 2017, mais de 2,2 milhões de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais; em 2017, foram ofertadas 362.051 novas bolsas, das quais 240.858 foram ocupadas, ou seja 66%.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir da publicação da Medida Provisória nº 785/2017, convertida na Lei nº 13.530/2017, passou por reformulação objetivando maior sustentabilidade. Entre as mudanças destacam-se a oferta de vagas na modalidade do Fies a juro zero, fim do prazo de carência, modificação dos parâmetros de amortização,

existência de nova forma de garantia para os contratos formalizados a partir de 2018 e mais atenção à qualidade dos cursos que oferecem o financiamento. Em 2017, foram ofertadas 230.364 vagas, tendo sido firmados 170.068 novos contratos (taxa de ocupação de 73%), além da renovação de 1.021.856 de contratos de financiamento vigentes. Entre 2016 e 2017, foram firmados 373.323 novos contratos.

Ao final de 2017, a UAB, que fomenta a modalidade de educação a distância nas IES públicas, computou 218.433 alunos com matrículas ativas: 148.788 em graduações e 69.655 nos cursos *lato sensu*. Do orçamento de 2017, para manter esses alunos, foram aplicados mais de R\$ 11,6 milhões para custeio dos cursos e R\$ 162,8 milhões em bolsas. Do total aplicado, 137.629 (63,01%) foram para novas matrículas (alunos que ingressaram e permaneceram em ofertas de cursos iniciadas em 2017), sendo 72.231 em graduações e 65.398 nas especializações, em todas as áreas do conhecimento.

Em relação à assistência estudantil, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O Pnaes oferece assistência a moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Foram investidos R\$ 984,3 milhões no Plano em 2017.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, e é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Durante o período do PPA, já foram ofertadas 691.231 novas bolsas do Prouni. O Programa Bolsa Permanência, buscando minimizar as

desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, concede auxílio financeiro aos matriculados em Ifes, bem como em instituições particulares de educação superior participantes do Prouni. O Programa contou, em 2017, com um investimento de R\$ 186 milhões. No âmbito do Prouni, a bolsa permanência é concedida a estudantes matriculados em cursos presenciais com carga horária igual ou superior a 6 horas diárias e prazo mínimo de integralização do curso de 6 semestres. Em 2017, R\$ 40 milhões foram destinados ao pagamento de Bolsas Permanência Prouni, beneficiando uma média mensal de 8.334 mil bolsistas.

Para prover o país de quadros de alto nível técnico e científico, deu-se continuidade às ações de fomento à pós-graduação. Uma importante estratégia para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país: em 2017, foram concedidas 101.197 bolsas, sendo 49.720 de mestrado (2.174 dessas na modalidade mestrado profissional destinadas à formação de professores para a educação básica), 44.312 de doutorado e 7.165 de pós-doutorado, totalizando investimento de mais de R\$ 2 bilhões que beneficiaram discentes e docentes de 3,6 mil programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu*.

Além do apoio ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, foram investidos cerca de R\$ 300 milhões para custear as atividades dos PPGs e dos projetos de pesquisa aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como para apoiar a realização de 1,4 mil eventos científicos e tecnológicos de curta duração no país. Também merece destaque o desempenho do Pró-Manutenção, ação que destina recursos para a manutenção de equipamentos de pesquisa em IES e que direcionou cerca de R\$ 35,3 milhões adicionais aos PPGs do país. Os dados consolidados de matrículas em pós-graduação *stricto*

sensu apontam para 251.681 em 2015 e 266.818 em 2016. Estima-se que o total de discentes matriculados nos PPGs *stricto sensu*, em 2017, tenha alcançado 284.012 alunos.

Com vistas a democratizar o conhecimento, possibilitando o acesso de professores, alunos e pesquisadores brasileiros à informação científica, o Portal de Periódicos reúne e disponibiliza a 436 instituições de ensino e pesquisa no Brasil um acervo de mais de 40 mil títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de e-books e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais.

Por fim, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) é a solução apontada pelo Governo Federal para atuar na gestão de Hospitais Universitários Federais (HUFs) em conjunto com as universidades federais. Seu foco de atuação são os serviços de atenção à saúde e de apoio a ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas na área de saúde. A Empresa administra 39 HUFs de 31 Ifes. Além das unidades da Ebserh, a rede universitária federal conta com mais 11 unidades hospitalares que totalizam 50 unidades no país. Suas atividades têm relação com a Meta 12 do PNE quanto à capacidade das universidades federais para ampliação de vagas nos cursos da área de saúde. Preservando a autonomia universitária, a oferta de vagas e administração dos cursos de saúde e do corpo docente e discente permanece a cargo das universidades, sendo a Ebserh a responsável pela gestão dos HUFs que servirão de estrutura para a formação de novos profissionais.

Gestão, Monitoramento e Avaliação dos Sistemas de Ensino

O aprimoramento da gestão educacional inclui ampla articulação entre os entes federativos. Assim, o MEC desenvolve um conjunto de ações

voltadas para o fortalecimento das relações colaborativas com órgãos executivos, normativos e de controle social dos sistemas de ensino, bem como mobiliza diferentes setores para a construção de consensos sucessivos em torno dos temas estruturantes desse sistema.

O Inep tem desenvolvido várias ações visando subsidiar o monitoramento e a avaliação do PNE. Em 2016 foi publicado o “Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016”, apresentando os indicadores selecionados para o monitoramento, que a partir de série histórica, da análise das mudanças recentes e das desagregações permitem uma compreensão acerca das desigualdades que subsistem em relação às metas. Em 2017, foi realizado o Seminário Indicadores Educacionais e o Monitoramento do PNE, com o objetivo de apresentar e discutir os estudos relacionados ao monitoramento do PNE, incorporando os conhecimentos, as perspectivas e as críticas qualificadas de pesquisadores, gestores, educadores, técnicos e representantes de entidades governamentais e não governamentais que atuam na área educacional.

Em conjunto com o Consed e a Undime, o MEC presta assistência técnica aos estados, Distrito Federal e municípios para a elaboração ou adequação, monitoramento e avaliação de seus planos de educação, em consonância com o PNE. Em 2017, 24 Estados e o Distrito Federal (92,6%) e 5.566 (99,94%) Municípios sancionaram suas leis do plano de educação. Em 2016, aderiram à Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação 26 Estados, o Distrito Federal (100% das UFs) e 5.434 Municípios (97,6%). Em 2017, o número de municípios aumentou para 5.508 (98,90%).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como objetivo realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de fatores associados ao desempenho do estudante. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, a reformulação e

o monitoramento das políticas de educação nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino de crianças e jovens brasileiros. Atualmente, o Saeb avalia o 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio. Em 2017, houve aplicação do Saeb para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e para a 3ª série do ensino médio, cujos resultados devem ser divulgados em 2018.

A avaliação da pós-graduação se consolidou como atividade fundamental para a indução e expansão do SNPG, servindo de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Desenvolvidas no âmbito de 49 áreas de avaliação, tais atividades são realizadas com a colaboração de consultores ad hoc, garantindo a devida análise de propostas de cursos novos e a certificação periódica da qualidade dos programas (Avaliação Quadrienal). A etapa mais intensa da Avaliação Quadrienal reuniu 1.600 consultores ad hoc distribuídos em 77 comissões para avaliar 4.175 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no País. A partir dessa avaliação, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES finalizou a primeira fase dos trabalhos, sendo facultada às instituições a apresentação de pedido de reconsideração. Cerca de 900 pedidos foram então objeto de deliberação por aproximadamente 450 consultores distribuídos em 49 comissões, e sua análise foi mais uma vez consolidada pelo CTC-ES, antes da divulgação dos resultados, em dezembro de 2017. Cabe destacar que esses resultados fundamentam a deliberação do CNE de renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento.

Considerações e Perspectivas

O Brasil evoluiu na inclusão de crianças na escola. Na faixa de 6 a 14 anos, de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), temos o atendimento universal. Para as crianças de 4 e 5 anos, o País caminha para a universalização. Na faixa etária de 15 a 17, o crescimento da taxa de cobertura tem evoluído lentamente. Ainda há grande número de jovens de 18 a 24 anos não inseridos nas instituições educacionais. Ao analisar a série histórica do Ideb, nos anos iniciais do Ensino Fundamental identifica-se melhora contínua, embora nos anos finais dessa etapa de ensino se observe que o progresso tem acontecido de forma lenta, com defasagem em relação às metas do Ideb desde 2011. Quanto ao Ensino Médio, não há evolução no indicador do Ideb desde 2009.

Ante esse cenário, em 2016, o MEC intensificou esforços para a conclusão da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Aprovada pelo CNE e homologada pelo MEC em 2017, a BNCC será complementada, no primeiro semestre de 2018, com o ensino médio, adaptado às diretrizes do Novo Ensino Médio. A BNCC, como política pública, estabelece compromisso nacional com a construção da cidadania, cujo perfil é traçado pelas competências gerais inscritas e seus progressivos desdobramentos pelos componentes curriculares.

O desafio para os próximos anos está relacionado ao esforço de qualificação da oferta e da gestão em todos os níveis e modalidades de ensino, e, para avançar nessa direção, será dada continuidade a implantação das políticas educacionais anunciadas em 2017.

PROGRAMA 2035

ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O Programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento tem o intuito de propiciar o acesso à prática esportiva pela população, como um direito de todo cidadão, independentemente de idade e classe social. Ele é pautado sob três dimensões, definidas na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais sobre esporte no Brasil: esporte de rendimento, esporte de participação ou de lazer e o esporte educacional.

Para tanto, o programa foi estruturado em quatro objetivos: (i) fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor; (ii) ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais; (iii) tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas; e (iv) preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

O programa, além de contar com recursos do orçamento da União, recebe também recursos extra-orçamentários provenientes da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Em 2017, foi captado um montante de R\$ 241 milhões, sendo que este valor pode sofrer ajustes após Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), que ocorre no último dia do mês de março do exercício subsequente ao que ocorreu a destinação do apoio direto, conforme determina o art. 39 do Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento,

destaca-se, em especial, o Controle de Dopagem realizado em atletas, com a evolução de 2.146 unidades em 2016 para 4.901 em 2017. Quanto à execução das principais metas, as mesmas são apresentadas organizadas por Objetivo, a seguir.

Fomento ao Futebol com Ênfase ao Futebol Feminino e direito do Torcedor

Em 2017, foram formalizados 54 convênios e 43 contratos de repasse com a Caixa Econômica, visando ao apoio à realização de campeonatos/copas/torneios de futebol feminino e masculino, incluindo as derivações da modalidade. Especificamente em relação ao futebol feminino, foi realizada a 1ª Clínica de Futsal Feminino, por meio da qual não só houve fomento à prática esportiva desta modalidade como também se propiciou ambiente adequado de treinamento à Seleção Brasileira de Futsal Feminino, o que certamente teve relevância no sucesso obtido na Copa América, em que a Seleção Brasileira foi campeã.

Em cinco convênios em execução, houve a realização de copa e torneios que atenderam diretamente mais de 7.000 beneficiários e, em um convênio de qualificação de gestores de ligas de futebol, foram atendidos aproximadamente 300 municípios.

No ano 2017, foi desenvolvido, em fase piloto, o projeto “Seleções do Futuro”, com 11 convênios firmados, atendendo diretamente 3.000 crianças e adolescentes. O público-alvo do projeto são crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos, prioritariamente matriculados no ensino público, divididos por faixas etárias. Para o ano de 2018, a previsão é de pelo menos 50 núcleos cada um com 200 beneficiários.

A Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT) atuou junto às entidades de prática

desportiva que aderiram ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), estabelecido na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Em 2016, a APFUT fiscalizava 137 entidades esportivas entre clubes das séries A, B, C e D, federações de futebol, confederações e entidades esportivas em geral. Sendo que, em 2017, 9 entidades foram excluídas do PROFUT por não cumprimento das contrapartidas legais.

Ademais, o órgão liderou a criação do Manual de Contabilidade para entidades esportivas, que teve a chancela do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON). Porém, a suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de dispositivos da Lei nº 13.155/15, que fixavam o dever das entidades de prática desportiva de cumprir uma série de requisitos para serem consideradas habilitadas para participar de competições, cerceou, em certa medida, o poder fiscalizatório da APFUT.

Acesso da População ao Esporte e ao Lazer

Entre as políticas empreendidas pelo Ministério do Esporte (ME) para o alcance da finalidade do esporte educacional, destaca-se o Programa Segundo Tempo (PST).

Em 2017, o PST beneficiou 116 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas suas diversas vertentes (Padrão, Universitário, Paradesporto e Forças no Esporte). Para tanto, foram realizados 67 instrumentos de parcerias, correspondentes a 1.074 núcleos implementados, em 141 municípios. Especificamente na modalidade PST - Forças no Esporte (PROFESP), por meio de parcerias com organizações militares foram beneficiadas 20 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 18 anos de idade, regularmente inscritos no sistema de ensino público.

No âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais do Estado do Rio de Janeiro, instituído por meio do Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017, foram estabelecidas as seguintes ações: ampliação do Projeto Esporte e Cidadania para Todos em 100 novos núcleos em todo o estado do Rio de Janeiro; implementação de um Projeto Piloto de práticas corporais de lazer, lutas e artes marciais com 60 núcleos em parceria com a Universidade Federal Fluminense; implementação de 32 núcleos do Programa Luta Para Cidadania com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Em relação ao esporte de participação, o ME desenvolve os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Vida Saudável, e promove continuamente a realização de eventos.

Os Programas PELC e Vida Saudável, que atendem adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e populações diferenciadas (povos e comunidades tradicionais), beneficiaram cerca de 264.000 pessoas, em 701 núcleos implementados em 109 parcerias.

O PELC é executado a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas, rurais ou comunidades – povos tradicionais e povos indígenas. Em 2017, estiveram vigentes 87 parcerias no PELC, o que propiciou estabelecer 604 núcleos, sendo, destes, 246 núcleos nas regiões Norte e Nordeste, beneficiando quase 245 mil pessoas.

O Vida Saudável, criado em 2012 inicialmente como uma das vertentes do PELC, se configura agora como um programa que visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer, precipuamente, para pessoas idosas e com deficiência. Em 2017, foram beneficiadas 19.400 pessoas em 97 núcleos, oriundos de 22 parcerias formalizadas por todo o país.

No ano de 2017, foram realizados 03 grandes eventos esportivos para o fomento e valorização do esporte tradicional indígena, beneficiando 2.464 indígenas de

38 etnias, respeitando a especificidade de cada povo, as manifestações corporais, costumes e tradições.

O ME desenvolve uma série de eventos esportivos e de práticas corporais diversas de caráter educacional e de lazer, que atendem à população de todas as faixas etárias, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Em 2017, foram 832.054 beneficiados, sendo: 2.464 em eventos indígenas; 791.290 em eventos esportivos; 29.300 beneficiados pelo Brincando com Esporte; e 9.000 beneficiados com eventos da Rede CEDES.

Para qualificar as políticas públicas de esporte e lazer, é empreendido o Programa REDE CEDES. Trata-se de uma ação de fomento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, por meio da qual são apoiadas grandes pesquisas, que contribuem com o aperfeiçoamento da gestão do esporte e do lazer e a promoção da equidade regional no desenvolvimento da ciência no Brasil. Também é difundido conhecimento por meio de eventos científicos e publicações de livros, cartilhas e periódicos.

A REDE CEDES conta com participação de 83 instituições de ensino superior, com o envolvimento crescente de 115 Grupos de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer e 340 pesquisadores. Em 2017, com pesquisas, cursos de qualificação/formação e publicações de livros, cartilhas e periódicos, eventos científicos, foi alcançado um público-alvo de mais de 9.000 participantes diretos.

Tornar o Brasil uma Potência Esportiva Sustentável Mundialmente Reconhecida

Tendo em consideração a finalidade do Esporte de Rendimento e a Visão do Ministério do Esporte, declarada em seu Planejamento Estratégico, objetiva-se fazer do Brasil uma potência esportiva mundialmente reconhecida. Para tal, é necessária a configuração de estrutura esportiva eficiente e eficaz. Os pilares dessa estrutura podem ser verificados

sob o prisma do modelo teórico SPLISS - Sports Leading to Sporting Success. No âmbito de atuação do ME, pilares do referido modelo são os seguintes: suporte financeiro; instalações esportivas; identificação de talentos e sistema de desenvolvimento; competições nacionais e internacionais; e organização e estrutura de políticas para o esporte.

O Programa Bolsa Atleta, pelo qual se busca garantir condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e às competições, sejam nacionais ou internacionais, completou doze anos de existência, tendo concedido mais de 50 mil bolsas para 20,7 mil atletas em suas seis categorias: (i) Atleta Estudantil; (ii) Atleta de Base; (iii) Atleta Nacional; (iv) Atleta Internacional; (v) Atleta Olímpico e Paralímpico; e (vi) Atleta Pódio, sendo considerado o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo.

No ano de 2017, 6.996 atletas se inscreveram no programa, sendo que, desse total, 5.830 atletas preencheram todos os requisitos e foram contemplados, sendo 4.587 atletas olímpicos e 1.243 atletas paralímpicos, distribuídos em 66 esportes diferentes. Do total de beneficiados, 3.367 são homens e 2.463 mulheres. Na categoria Atleta Pódio, 303 atletas foram contemplados, sendo 140 atletas olímpicos e 163 atletas paralímpicos, distribuídos em 39 modalidades diferentes, beneficiando 183 homens e 120 mulheres.

O Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que visa fomentar a iniciação e a formação de atletas, finalizou o exercício de 2017 com 138 operações ativas em 137 municípios brasileiros. Em 2017, foram inaugurados três CIEs: Maringá/PR, Arapongas/PR e Uberaba/MG, e mais cinco unidades estão com inauguração prevista para o primeiro trimestre de 2018.

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação do status de conformidade da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) junto à instituição internacional *World Anti-Doping Agency* (WADA).

Assim, em conformidade com as orientações da instituição internacional, a ABCD retomou a realização de missões de controle de dopagem com a execução do *Test Distribution Plan* (TDP), iniciado em 15 de abril de 2017. Pelo TDP, foram realizados 4.901 controles até o final do exercício, entre 50 modalidades/disciplinas dos esportes de Programa Olímpico, Olímpico de Inverno, Pan-americano, Paralímpico e outras modalidades reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

O Tribunal de Justiça Antidopagem (TJD-AD), instituído pela Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016, contribuiu para que a ABCD recuperasse seu status de conformidade. As suas primeiras sessões de julgamento ocorreram em 29 e 30 de agosto, tendo sido julgados 11 casos, entre as 68 violações verificadas, sendo 64 por presença de substâncias proibidas, 2 por fuga e 2 por recusa a realizar os testes de controle.

Em ações para a formação integral do cidadão, merece destaque a campanha “Jogo Limpo”, a qual tem sido amplamente divulgada na mídia e nas redes sociais. Com essa campanha, a ABCD vem sensibilizando não somente atletas, mas também suas famílias, treinadores e clubes em relação à prevenção da dopagem no esporte. Foram atingidas mais de 9 mil pessoas entre crianças, adolescentes, atletas, seus familiares e profissionais que atuam na área do desporto. Destaque-se, também, a parceria do Ministério do Esporte com o Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), que realiza o evento Corrida da Paz (*CISM Day Run*), com participação de 45 mil pessoas no Brasil, na qual é também divulgada a campanha do Jogo Limpo.

Gestão do Legado Esportivo

Em 2017, foi instituída a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, com a função de administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Sendo assim, já

estão sob responsabilidade da AGLO as instalações localizadas no Parque Olímpico da Barra da Tijuca: Arena Carioca 1, Arena Carioca 2, Centro de Tênis e Velódromo. A AGLO também é responsável por parte das instalações que se encontram no Centro Olímpico de Deodoro, mediante acordo de cooperação firmado entre o Ministério do Esporte e o Exército Brasileiro.

As instalações estão sendo disponibilizadas para realização de eventos de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa e educacional. Desde o surgimento da AGLO, foram recebidas 127 solicitações de eventos, sendo 73 realizados ou confirmados, ou seja, 57% das solicitações foram atendidas com sucesso, e contemplaram um público presente de 274.610 pessoas e 13.553 atletas.

O Complexo Esportivo de Deodoro, até o momento, recebeu 95 solicitações para realização de eventos, sendo 88 delas exitosas. Com esses números, atinge Deodoro uma taxa de conversão da ordem de 92%, percentual este alcançado em virtude da prevalência de eventos voltados para o desenvolvimento esportivo militar.

Considerações e Perspectivas

No âmbito do esporte educacional, para alavancar o número de beneficiados, foi realizado o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, restando aptas para formalização 739 propostas. Pretende-se convocar o maior número de entidades para estabelecer parcerias para a execução do PST, as quais atenderão crianças, adolescentes e jovens vinculados à rede formal de educação nacional, prioritariamente da rede pública de ensino.

No que se refere ao esporte de participação e de lazer, destaca-se que houve um aumento de pessoas beneficiadas em relação ao ano anterior e, consequentemente, de atendimentos realizados. Está em fase final de seleção de propostas o Edital de Chamamento Público nº 02/2017, que selecionará entidades aptas para implantação e desenvolvimento

do PELC. Estas propostas, quando formalizadas, elevarão o número de atendimentos, potencializando o Programa em todo o território nacional.

Em 2018, espera-se a implementação do Projeto Práticas Esportivas para as Mulheres (DELAS), com a finalidade de estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Quanto às ações relacionadas ao Programa de Ações Emergenciais no Rio de Janeiro, espera-se potencializar o acesso de milhares de pessoas ao esporte como fator de formação integral do cidadão, possibilitando o enfrentamento da violência e o atendimento a diversos públicos que, historicamente, estiveram à margem das políticas públicas.

Para empreender ações de apoio à segurança nos estádios, o Ministério do Esporte, em parceria com Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Cruz Vermelha, realizou tratativas para implementação do Projeto Estádios Amigáveis no Brasil. O Projeto é executado no Chile e na Argentina pela Cruz Vermelha. Está previsto para o primeiro trimestre de 2018 o primeiro simpósio, com vistas à iniciação do projeto no Brasil em 2018.

Está planejada para 2018 a realização de cinco encontros regionais, um em cada região do País, e de um encontro Nacional, que contarão com todos os entes envolvidos diretamente na busca de soluções para a violência praticada em jogos de futebol, bem como a capacitação, nestas regiões, dos agentes que elaboram os laudos de vistoria a estádios, dando cumprimento à parte final do Termo de Execução Descentralizada (TED) que foi realizado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em relação ao Esporte de Rendimento, a programação base do *Test Distribution Plan* para 2018 será de cerca de 6.000 testes. Seguindo os padrões internacionais orientados pelo código mundial, a ABCD contratará serviço de armazenamento de amostras junto ao Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE), garantindo o *compliance* da *National Anti-Doping Organization* (NADO), neste ponto específico.

O Bolsa Atleta, maior programa de patrocínio esportivo individual e direto do mundo, tem a expectativa de manter o investimento nos atletas de alto rendimento para 2018, bem como de contribuir para que o esporte nacional consolide o elevado padrão de qualidade do esporte Olímpico e Paralímpico desenvolvido no Brasil.

PROGRAMA 2015 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) opera para concretizar uma das prerrogativas de cidadania determinada pela Constituição Federal de 1988, ao considerar a saúde como um direito social da população, com acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Para operacionalizar a complexidade do SUS, diante das diversidades regionais e de perfis epidemiológicos próprios do país, foram estabelecidas diretrizes organizacionais da descentralização de meios e de responsabilidades, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral com ênfase na prevenção; e participação social na elaboração e controle da política nacional.

Dentre os princípios organizacionais, destaca-se a prioridade municipal de execução, com ênfase na atenção básica como estratégia de acesso ao atendimento integral, abrangendo também, os níveis de atenção especializada de média e alta complexidade.

O financiamento para operacionalização do SUS como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos tem responsabilidade compartilhada entre as três esferas administrativas e gestão central de competência do Ministério da Saúde (MS). É facultada, ainda, a participação da iniciativa privada, de forma complementar, na prestação da assistência à saúde.

Ao ser examinada em uma perspectiva plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, tendo como estratégia o referenciamento entre os níveis de atenção, a partir da Atenção

Básica, como também os princípios da equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços.

O Programa Temático 2015 busca potencializar o acesso da população aos produtos e serviços por meio das seguintes linhas de atuação: Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

Principais Resultados

A observação dos dois primeiros anos do PPA 2016-2019 indica, em geral, evolução positiva nos principais resultados observados, conforme apreende-se das principais quantificações acumuladas até 2017, referentes a cada segmento da atuação em saúde, apresentadas a seguir.

Atenção Básica

Em 2011, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi instituída por meio da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, estabelecendo diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em 2017, essa portaria foi aprimorada pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que atualizou as diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Neste sentido, desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipes, dirigidas a populações de territórios delimitados, pelos quais assumem responsabilidade.

Inclui, ainda, práticas de vigilância em saúde que procuram estabelecer processos de trabalho que considerem os registros epidemiológicos, os determinantes, riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade.

Com relação à meta do PPA de aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE), a adesão ao PSE em 2017 totalizou 5.040 municípios, 85.706 escolas pactuadas e apoio de 36.990 equipes de saúde, alcançando 20.521.830 estudantes, o que revela o bom andamento da meta.

A Atenção Básica deve ser o contato principal dos usuários, a porta de entrada preferencial no sistema e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde.

Visando expandir o acesso, o MS vem adotando ações para ampliação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta em saúde, com destaque para o Programa Mais Médicos (PMM), que se desenvolve com prioridade para os municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. O PMM aloca, atualmente, 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a aproximadamente 63 milhões de brasileiros.

Outra importante estratégia é a ampliação do número de Equipes de Saúde da Família. Essa estratégia mostrou importante evolução até 2017, com um total de 42.119 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 63,9%. Ao final de 2017, alcançou-se também 25.890 Equipes de Saúde Bucal implantadas como parte do Programa Saúde da Família.

Com finalidade de dar suporte físico a essa estratégia e a outras questões básicas de saúde, encontram-se

em funcionamento 41.688 Unidades Básicas de Saúde. Dessas, 18.284 utilizavam prontuário eletrônico ao final de 2017, demonstrando a superação da meta do PPA de garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.

Atenção Especializada

A Atenção Especializada envolve técnicas e tecnologias com diferentes densidades para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno. É composta por: a) Ambulatorial Especializada: serviços e ações eletivas de média e alta complexidade; b) Hospitalar: ponto de atenção estratégico voltado para as internações eletivas e/ou de urgência de pacientes agudos ou crônicos agudizados; c) Urgência e Emergência: serviços e ações voltadas aos usuários que necessitam de cuidados imediatos nos diferentes pontos de atenção, inclusive de acolhimento aos que apresentam complicações nas condições crônicas.

Um componente da alta complexidade com destaque na Política de Saúde é a Política Nacional de Transplantes de Órgãos, Tecidos e Células, estabelecida e fundamentada pela Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Tem como diretrizes a gratuidade da doação, o repúdio e combate ao comércio de órgãos, a beneficência em relação aos receptores e não maleficência em relação aos doadores vivos. Estas normativas trazem, também, garantias e direitos aos pacientes que necessitam destes procedimentos e regulam toda a rede assistencial.

O indicador do índice de transplante de órgãos sólidos apontou ligeiro aumento: de 38,01, em 2015, para 41,92 transplantes por milhão de habitantes em 2017.

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um serviço hospitalar destinado a usuários em situação clínica

grave ou de risco, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia ininterruptas, monitorização contínua durante 24 (vinte e quatro) horas, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada. Pode ser classificada como: UTI Adulto, UTI Pediátrica, Unidade Coronariana (UCO) e Unidades Neonatais.

A ampliação do número de leitos de UTI pelo SUS visa ampliar o acesso do paciente grave ou de risco, priorizar as ações para a redução da mortalidade, induzir a formação e qualificação de recursos humanos especializados e induzir a implantação de mecanismos de regulação, controle e avaliação da assistência prestada aos pacientes graves ou potencialmente graves no SUS. Até 2017, foram habilitados 1.618 leitos de UTI nas modalidades acima citadas.

Com relação à meta do PPA de ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País, ao longo dos anos de 2016 e 2017 foram habilitados 3.014 leitos. Desses, 1.618 são de UTI e 1.396 são de Unidades Semi-Intensivas (UCI).

A Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) visa, entre outros, dotar as unidades hospitalares com pronto-socorro de estrutura qualificada.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um dos componentes de destaque mais importantes da RUE, com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. A cobertura populacional pelo SAMU 192 foi elevada de 75% em 2014 para 79,37% em 2017.

Ainda no referido nível de atuação, com finalidade de oferecer suporte clínico às questões de complexidade intermediária, até 2017 encontram-se em funcionamento 572 Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Há ainda 218 UPAs em obras, 10

em ação preparatória e outras 155 concluídas para entrar em funcionamento.

Com relação ao câncer, doença com grande ascendência de acometimento, o controle envolve iniciativas que abrangem desde a detecção dos fatores de risco até o seguimento da pessoa acometida. A mamografia bienal é importante instrumento de diagnóstico do câncer de mama, o mais frequente no sexo feminino. Em 2017, foram realizadas 2.856.601 mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em todas as faixas etárias. Nos segmentos de tratamento e recuperação foram realizadas 268.922 cirurgias, 2,6 milhões de procedimentos quimioterápicos e 9,4 milhões de procedimentos radioterápicos. Atualmente existem 300 hospitais no país habilitados em alta complexidade oncológica.

Assistência Farmacêutica

A Política de Medicamentos abrange o incentivo a pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e resolutivos.

Nesse escopo, a Assistência Farmacêutica reúne ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da ampliação do acesso e uso racional de medicamentos.

O Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos está estruturado em três eixos: Componente Básico da Assistência Farmacêutica (Eixo 1), financiado e executado de forma tripartite, que se destina à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos; Componente Estratégico (Eixo 2), que visa garantir o acesso a medicamentos e serviços farmacêuticos para o tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose,

doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição; e Componente Especializado (Eixo 3), que visa garantir o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças, a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde. Essa se constitui em uma estratégia para a busca da integralidade da atenção à saúde.

Com relação ao Eixo 1, destacam-se iniciativas que promovem o acesso e a integralidade das prescrições medicamentosas básicas. Entre outras, ocorreu a descentralização por meio de transferências de R\$ 1,21 bilhão no âmbito do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Ainda nesse eixo, o acesso vem sendo mantido por meio dos contratos com a rede privada de farmácias e drogarias, com o fornecimento gratuito de medicamentos componentes da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), com prioridade de distribuição daqueles de uso contínuo, visando a não interrupção do tratamento. A rede credenciada do Programa Aqui Tem Farmácia Popular possui 31.048 farmácias e drogarias em 4.341 municípios brasileiros, o que representa cobertura municipal de 77,9%.

Com relação aos medicamentos e insumos estratégicos, atualmente são disponibilizados 100% dos adquiridos pelo Ministério da Saúde, o que significou a distribuição de 752.491.693 unidades de medicamentos e insumos estratégicos.

A Política Nacional de Medicamentos apoia, ainda, os Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFO), cuja finalidade prioritária é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção. Nessa perspectiva, a capacidade instalada desses laboratórios

deve, preferencialmente, ser utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando o tratamento das doenças objeto de programas estratégicos. Em 2017, 11 dos 26 medicamentos adquiridos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico preconizados na RENAME foram produzidos pelos LFO, o que corresponde a 42,3%.

Vigilância em Saúde

As ações de Vigilância em Saúde constituem-se em processos contínuos e sistemáticos de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, com finalidade de fornecer suporte ao planejamento e desenvolvimento de iniciativas para a prevenção, promoção e proteção da saúde.

Atualmente, três importantes doenças causadas por vírus e transmitidas pelo *Aedes aegypti* estão ocorrendo no Brasil: dengue, Zika e chikungunya. Até a semana epidemiológica 50 (SE 50), que abrange de 1º de janeiro até 16 de dezembro de 2017, foram registrados 249.056 casos prováveis de dengue, com uma incidência de 120,9 casos/100 mil habitantes e 137 óbitos.

No que se refere à febre chikungunya, foram registrados 185.605 casos prováveis, com uma incidência de 90,1 casos/100 mil habitantes e 168 óbitos confirmados, até a referida SE 50.

No mesmo período, foram registrados 17.338 casos prováveis de febre pelo vírus Zika, com uma incidência de 8,4 casos/100 mil habitantes. Em relação às gestantes, foram registrados 2.190 casos prováveis, sendo 941 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial. Em 2017, até a SE 50, foram confirmados laboratorialmente dois óbitos por Zika vírus, nos estados de São Paulo e Rondônia.

A vigilância do vírus Zika passou, em fevereiro de 2016, de sentinela para universal e os casos, por sua

vez, passaram a ser de notificação compulsória. Foi realizado o mapeamento das regiões de saúde que apresentaram concentração de casos de crianças confirmadas com síndrome congênita do vírus Zika.

No período entre 2010 e 2014, foram registrados 852 casos de microcefalia no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). A partir de 2015, desde o início da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) até a semana epidemiológica (SE) 44/2017 (08/11/2015 a 04/11/2017), o MS foi notificado sobre 14.916 casos suspeitos de alterações no crescimento e desenvolvimento possivelmente relacionados à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas. Do total de casos, 2.846 (19,1%) permaneciam em investigação na SE 44/2017, 6.622 (44,4%) foram descartados, 3.014 (20,2%) foram confirmados e 287 (1,9%) foram classificados como prováveis para relação com infecção congênita durante a gestação.

Sobre os óbitos, 494 suspeitos encontravam-se em monitoramento na SE 44/2017, dos quais 247 (50%) permaneciam em investigação, 132 (26,7%) foram descartados, 70 (14,2%) foram confirmados e 17 (3,4%) foram classificados como prováveis para relação com infecção congênita durante a gestação.

Ao longo de 2017, foi mantida a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, mesmo após o encerramento, em 30 de junho de 2017, da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN, Portaria GM/MS 1.682). A Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC) gerencia essa intensificação das ações, juntamente com as 26 Salas Estaduais, do Distrito Federal, Sala Inter federativa (GO e DF), Sala Binacional (Letícia, na Colômbia e Tabatinga, no Amazonas) e 2.079 Salas Municipais. Dentre as ações realizadas pelas salas, destacam-se a mobilização dos gestores e trabalhadores de todas as

esferas da gestão do SUS para o Dia Mundial de Saúde, em 07 de abril, e a Semana Nacional de Mobilização do Setor da Educação, Assistência Social e Saúde no Combate ao *Aedes aegypti*, de 23 a 27 de outubro, com mais de 210 mil unidades públicas e privadas de todo o Brasil.

Com a Resolução nº 12 de 26 de janeiro de 2017, o levantamento entomológico de Infestação por *Aedes aegypti* tornou-se obrigatório. Com isso, 5.287 (95%) dos Municípios do país concluíram o levantamento no primeiro semestre. De acordo com a prévia do Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) Nacional, até 31 de dezembro, 5.479 Municípios informaram sobre o levantamento realizado.

Com relação às pesquisas em desenvolvimento na área do combate ao *Aedes aegypti*, destacam-se os projetos “Eliminar Dengue - *Wolbachia*”, “Estratificação de Áreas de Risco para o Dengue, Chikungunya e Zika”, “Estações Disseminadoras de Larvicidas” e “Monitoramento da Resistência de *Aedes aegypti* a Inseticidas”. Além disso, houve investimento em pesquisas para desenvolvimento de uma vacina contra dengue pelo Instituto Butantan, que se apresenta na fase final de estudos em seres humanos, e de duas vacinas contra o Zika vírus: uma em desenvolvimento pelo Instituto Evandro Chagas, em parceria com a *University of Texas Medical Branch*; e outra por Biomanguinhos/Fiocruz (ambas em fase inicial – teste pré-clínico em animais).

O campo da promoção da saúde tem por finalidade prevenir doenças e agravos cuja incidência possa vir a se tornar um problema para a saúde pública. Nesse sentido, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações específicas de promoção da saúde, com ênfase na minimização dos impactos causados pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis, além de estimular a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. De janeiro

de 2016 até dezembro de 2017, registraram-se 1.172 polos de Academia da Saúde credenciados para recebimento do incentivo de custeio.

Os indicadores de Vigilância em Saúde estão sujeitos a dois tipos de leitura: a primeira se refere à oferta de serviços e o segundo diz respeito aos resultados sobre a qualidade da saúde da população. Dentre os primeiros, destaca-se a cobertura vacinal contra gripe, elevada de 87,25% da população preferencial, em 2015, para 87,78% dessa mesma população em 2017. Acerca dos indicadores de qualidade de saúde, destaca-se a Taxa de Mortalidade Infantil, índice que declinou de 14,41 em 2013 para 13,30 por mil nascimentos em 2015, informação disponível mais atualizada. No outro extremo dos ciclos de vida, a Esperança de Vida ao Nascer aumentou de 75,14 anos em 2014 para 76 anos em 2017.

Com relação à meta do PPA de aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/Aids, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida, até dezembro de 2017 essa proporção foi de 91,9%, superando a meta estabelecida.

Vigilância Sanitária

A função reguladora da atuação pública em saúde operacionaliza-se por meio da Vigilância Sanitária, que atua no registro de produtos de interesse sanitário e na autorização do funcionamento de empresas que produzam ou comercializem esses produtos, assim como na regulação dos ambientes com desenvolvimento de atividades que tenham implicância sanitária. No ano de 2017, foram concluídas 12.225 notificações das 13.567 recebidas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, correspondendo a 90,1% das notificações concluídas. No ano, o prazo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos

inéditos correspondeu a 38 dias, o que levou à superação dessa meta no âmbito do PPA.

Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS

Com finalidade de aperfeiçoar, atualizar e qualificar os procedimentos de atenção e da educação em saúde, o Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS.

Entre essas iniciativas desenvolvidas em 2017, destaca-se o Pró-Residência, que tem o objetivo de incentivar a formação de especialistas. Em dezembro de 2017, existiam 16.743 residentes cadastrados com bolsas pagas pelo MS. Ao todo, foram beneficiados 23.868 bolsistas nos dois primeiros anos de vigência do PPA 2016-2019.

A qualificação de Recursos Humanos na saúde pode ser entendida como a efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial dos profissionais, no sentido de enfrentar as mudanças e os desafios gerados no desempenho do trabalho diário, nos diferentes espaços do SUS. Leva-se em consideração o número de qualificações realizadas por gestores e trabalhadores em processos educacionais voltados para a atenção básica, redes de atenção e programas prioritários, na perspectiva da melhoria do acesso e do cuidado integral e equânime no SUS.

Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, registrou-se um total de 338.407 profissionais e gestores que concluíram processos educacionais com foco na atenção básica, redes de atenção e em programas prioritários. Neste período, houve registro de 203.167 pessoas que concluíram a formação a

distância na plataforma da Universidade Aberta do SUS (UNASUS), sendo 120.959 referentes ao ano de 2017. Já na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVASUS), entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, 135.240 concluíram a formação, sendo que 79.674 pessoas concluíram a formação em 2017.

Complexo Produtivo da Saúde

A produção de insumos de interesse do setor é objeto da atuação governamental por meio da intensificação da cooperação entre o público e o privado, formalizada em parcerias, acordos e da disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Com relação ao conhecimento científico, em 2017 foi superada a meta do PPA de realizar 465 pesquisas na área de meio ambiente e medicina tropical. Até dezembro de 2017 encontravam-se em andamento 580 pesquisas, sendo 376 em continuidade e 204 iniciadas em 2017. Na área de produção e disseminação do conhecimento, como resultado das pesquisas, só no último quadrimestre de 2017 foram publicados 51 artigos científicos, três capítulos de livros e 42 resumos em congresso.

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. Atualmente, estão vigentes 68 PDP, sendo que sete deles estão na fase final de internalização de tecnologias relacionadas a medicamentos.

O Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), ou offset, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, é a primeira experiência na área civil que permitirá a inserção do país entre o seleto grupo de produtores mundiais de aceleradores lineares. A medida contribui para o fortalecimento do Complexo

Industrial da Saúde, com implantação de uma fábrica de equipamentos de radioterapia no país e o desenvolvimento de fornecedores locais. Até 2017 foram alcançados 42,5% da meta prevista para 2019.

O Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) visa à promoção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico, às análises de situação de saúde e à expansão da produção nacional de tecnologias. Em 2017, por meio do PROCIS, foram apoiados 11 Produtores Públicos Oficiais, 12 Instituições Científicas e Tecnológicas e quatro instituições de naturezas diversas, totalizando 27 organizações apoiadas por meio de 58 projetos. As linhas de atuação do PROCIS referem-se a projetos de Infraestrutura, Qualificação da Gestão e Desenvolvimento e Inovação, que são submetidos à análise técnica, aprovação e disponibilização do recurso demandado por projeto aprovado. Registra-se que em 20 de dezembro de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.245, que Institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde, que define as estratégias de atuação voltadas para o Complexo Industrial da Saúde.

Em relação à meta de elaborar e/ou revisar 50 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde, para 2017 foi prevista a elaboração e/ou revisão de 11 PCDT. No entanto, foram elaborados/revisados 26 PCDT, superando o dobro do planejado para o ano e resultando em 46 no biênio 2016-2017. As realizações acumuladas no período de 2016/2017 (46 PCDT) correspondem ao alcance de 92% da meta total prevista para o final do Plano.

Gestão do Sistema

A complexidade dos processos envolvidos na atuação em saúde requer o aperfeiçoamento constante da gestão dos recursos envolvidos, utilizando-se da racionalização e qualificação do emprego dos recursos humanos, físicos e financeiros.

Em relação à gestão, em 2017 buscou-se aperfeiçoar a capacidade gerencial do MS, aprimorando as práticas existentes e a organização do sistema público de saúde. Nessa perspectiva, foram intensificados esforços no sentido de articular as informações de gestão a partir da automatização das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Atualmente 18.284 UBS utilizam o prontuário eletrônico.

A partir de 2018, a plataforma e-Saúde, atualmente em fase final de desenvolvimento, ofertará outros serviços públicos digitais, dentre eles:

- Para o cidadão: (i) autenticação digital segura do cidadão; (ii) agendamento eletrônico de consulta na UBS de referência; (iii) acesso ao seu registro eletrônico de saúde; (iv) visualização do histórico de atendimentos realizados no SUS; (v) inclusão de informações de saúde, tais como: medicamentos, alergias, peso, altura, tipo sanguíneo; (vi) auditoria dos atendimentos realizados (Carta SUS Digital); e (vii) avaliação dos serviços de saúde;
- Para o profissional de saúde: (i) acesso ao registro eletrônico de saúde (RES) dos pacientes; (ii) gestão de agendamentos de consultas; e (iii) gestão do cuidado aos pacientes; e
- Para o gestor de saúde: (i) acesso a informações anonimizadas; e (ii) painéis estatísticos segmentados para as esferas federal, estadual e municipal, com informações da rede assistencial em tempo real.

Quanto à meta do PPA de apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal para que 100% dos Fundos de Saúde sejam instituídos por Lei e estejam em funcionamento, ao final de 2017 todos os Fundos de Saúde estavam instituídos e em funcionamento.

Para enfrentar o fenômeno da judicialização (em 2017, foram cadastradas quase 20.000 novas ações judiciais, sendo os Estados do Sul e Sudeste os principais demandados), o MS ampliou e atualizou

protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de modo a produzir documentos mais objetivos para subsidiar as decisões judiciais.

Tal situação demanda a implementação de ações estratégicas, complexas, articuladas e coordenadas pelo gestor federal do SUS. Nesse sentido, em outubro de 2017, a Portaria nº 2.566 instituiu o Núcleo de Judicialização (NJud), com a finalidade de organizar e promover o atendimento das demandas judiciais no âmbito do MS, compreendendo como tais as ações judiciais que tenham por objeto impor à União a aquisição de medicamentos, insumos, material médico-hospitalar e a contratação de serviços destinados aos usuários do SUS. O NJud conta com uma equipe multidisciplinar, formada por médicos, farmacêuticos e advogados.

Outras estratégias que objetivam a qualificação das demandas judiciais estão em desenvolvimento e em diferentes níveis de implementação. São elas:

1. Na Assistência à Saúde:

- A implantação de formulário de justificativa de prescrição de medicamentos não padronizada no SUS. Medida já aprovada na CIT - Comissão Intergestores Tripartite e em fase inicial de implementação;
- Divulgação das listas de medicamentos e tecnologias disponíveis no SUS, bem como dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) já publicados.

2. No Poder Judiciário:

- Criação de Varas especializadas em Saúde (cerca de 50% das ações judiciais têm como objeto a saúde) a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Fortalecimento e capacitação dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS);

- Qualificação das decisões judiciais junto aos Tribunais de Justiça e CNJ. Trata-se de projeto do Programa de Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI) que integra esforços do Hospital Sírio Libanês, do CNJ e do MS em diversas iniciativas sinérgicas que visam à qualificação das decisões dos juízes e desembargadores nas matérias de saúde;
- Criação de banco de documentos técnicos: pareceres e notas técnicas sobre as tecnologias e medicamentos mais demandados em ações judiciais.

Em relação à meta de apoiar os entes da Federação para que 100% tenham Planos de Saúde, em 2017, 96% dos entes federados já possuíam seus Planos, o que corresponde a 5.325 municípios.

Considerações e Perspectivas

Um balanço geral do Programa, referente ao exercício de 2017, aponta para um desempenho satisfatório, uma vez que, dos 12 indicadores monitorados que caracterizam o processo de oferta de ações, serviços e produtos de saúde, 75% permaneceram estáveis ou superaram o desempenho alcançado em 2016. Dos 23 indicadores monitorados que avaliam o resultado e o impacto da oferta sobre as condições de saúde e qualidade de vida da população, quase

70% permaneceram estáveis ou apresentaram evolução positiva em relação a 2016.

As perspectivas relacionadas ao desenvolvimento da política de saúde projetam para os próximos exercícios a ampliação do acesso oportuno e qualificado às ações e serviços de saúde em todos os níveis da atenção. Com essa finalidade, dentre outras iniciativas, destacam-se:

- Ampliação das estratégias de atenção básica por meio da continuidade da expansão das Equipes de Saúde da Família e das Unidades Básicas de Saúde;
- Ainda na Atenção Básica, por meio do Programa Mais Médicos, projeta-se a disponibilização de 984 vagas em uma primeira chamada, com prioridade para médicos brasileiros;
- No âmbito da atenção especializada, para 2018 está programada a expansão do acesso aos serviços de habilitados, considerando os equipamentos entregues pelo Plano de Expansão e Convênios;
- Para combater os efeitos da transmissão de doenças pelo *Aedes aegypti*, para 2018 está prevista a elevação da cobertura populacional por testes rápidos de zika vírus, com prioridade para gestantes e bebês.

PROGRAMA 2012

FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar abrange objetivos, compromissos e medidas que visam promover os avanços necessários e o enfrentamento dos desafios ainda existentes nas políticas agrícolas para a agricultura familiar. Os objetivos incluem os instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado, de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e inovação, de apoio à organização econômica e inserção em mercados públicos e privados, de promoção da produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade e de contribuição para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva da população rural em situação de pobreza. Na avaliação do programa para o exercício de 2017, destacam-se quatro objetivos: crédito e seguro; ATER; acesso à mercado e apoio à organização econômica; e promoção da agroecologia.

Principais Resultados

Dentre os indicadores, destaca-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, calculado a partir da PNAD, que teve o índice de R\$ 582,26, em 2015, e alcançou o valor de R\$ 688,68 em 2016.

Em virtude do cenário fiscal que se apresentou no início de 2017, houve estudos e articulação no intuito de manter as condições de acesso e disponibilidade de crédito da safra vigente para o Plano Safra 2017/2018.

Dentre as considerações apresentadas para manutenção das condições do Pronaf estavam: o impacto positivo no controle da inflação dos alimentos; a regular demanda da agricultura familiar por

máquinas, equipamentos e veículos da indústria nacional; e a baixa inadimplência dos agricultores familiares junto aos agentes financeiros.

Desse modo, dentre as principais conquistas para o Plano Safra 2017/2018 destaca-se a manutenção do recurso total disponibilizado, um montante total de R\$ 30 bilhões; das taxas de juros da safra anterior (0,5%, 2,5% e 5,5%); e dos limites de financiamento por mutuário por safra.

Outras conquistas foram: a ampliação do limite de financiamento para R\$ 5 mil no Pronaf B; a ampliação dos limites do Pronaf Cota-Parte para R\$ 40 mil o individual e R\$ 40 milhões para Cooperativas. Também, o Pronaf ampliou sua participação na exigibilidade do crédito rural de 10% para 20%. Ainda, o Plano Safra tornou-se trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Crédito e Proteção da Produção e Garantia da Renda

A execução do objetivo de ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), proporcionou a manutenção de diversas conquistas dos anos anteriores, bem como permitiu alguns avanços.

As condições básicas para acesso ao crédito, no ano-safra 2017-2018, foram mantidas, com estabilidade do montante e das taxas de juros pagas pelos tomadores. Essa preservação dos principais parâmetros de crédito permitiu a estabilidade do

programa e garantiu previsibilidade para os tomadores de decisão. Cabe dizer que o Plano Safra 2017-2018 é plurianual, portanto as condições básicas dos programas serão mantidas para o período 2018-2019. Consideradas todas as linhas de financiamento do Pronaf, no ano de 2017, houve redução do número de contratos em relação a 2016 (-10%), acompanhada pela concentração do valor financiado em um menor número de operações, seguindo a tendência dos últimos anos. Além disso, boa parte dos possíveis tomadores de crédito Pronaf estão esbarrando no limite máximo de renda, estabilizado em R\$ 360 mil.

No entanto, no período 2016-2017, alcançou-se a marca de 3,15 milhões de operações do Pronaf realizadas. Destaca-se, também, que o número de operações do Pronaf contratadas por mulheres está em evolução, sendo que, em 2017, as mulheres rurais obtiveram 31% dos contratos, alcançando um total de 962.110 contratos efetivados no primeiro biênio do PPA.

O desempenho da linha de microcrédito orientado e acompanhado do Pronaf está como esperado, perfazendo um total de 526.206 contratos. O volume total financiado em 2017 foi de R\$ 1,5 bilhão. Portanto, no período 2016-2017 alcançou-se 1.314.719 contratos, avanço importante na direção da meta de 1,8 milhão para o período 2016-2019.

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) implementou várias medidas com vigência a partir de janeiro de 2017, trazendo importantes avanços em abrangência, valores e condições de cobertura. Em 2017, foram implementados novos limites de cobertura do Seaf. Para lavouras permanentes e olerícolas (como café, verduras, legumes e fruticultura), o valor da Receita Líquida Segurável (RLS) foi elevado de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Para as demais culturas, o limite subiu de R\$ 20 mil para R\$ 22 mil. As novas condições entraram em vigor em janeiro de 2017 e foram importantes para assegurar condições adequadas de cobertura para as lavouras cobertas pelo Seaf. Posteriormente,

foi implementado, ainda em 2017, novo modelo que possibilitou ampliar o leque de culturas cobertas pelo Seguro. As culturas não abrangidas pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático, que antes estavam fora do Seaf, agora podem ser amparadas, mediante indicação da assistência técnica.

Quanto ao Garantia-Safra, em 2016/2017, foi oferecida proteção a 1,35 milhão de famílias agricultoras de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra, por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O programa teve a adesão de 884.062 agricultores familiares de 1.096 municípios, que representam 65,5% de aproveitamento das cotas disponibilizadas. Em função da estiagem, 395.184 agricultores familiares, com perda comprovada de produção (até fev.2018), já começaram a receber o pagamento do Garantia-Safra, no valor de R\$ 850,00.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

No ano de 2017, o início das operações da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) representou um novo momento para os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em prol de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado entre a Agência e União, com a previsão de novas metas e valores a serem repassados para sua execução. Entre setembro e dezembro, foram repassados à Agência R\$ 65.241.912. Também foram formalizados seis instrumentos de repasse com cinco entidades estaduais, o que totalizou R\$ 7.774,000,00 em investimentos, cujos objetos serão executados no exercício de 2018.

Em 2017, 137.077 famílias da agricultura familiar foram assistidas por ações de ATER. Como resultado, no

período 2016-2017, cerca de 414 mil famílias da agricultura familiar foram beneficiadas com ações de ATER.

No exercício de 2017, foram ainda prestados serviços de ATER a 184.236 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas. Desse total, 114.641 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda, sendo utilizados os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. No período 2016-2017, prestou-se assistência técnica e extensão rural para 507.980 famílias nessa condição.

Cooperativismo, Inserção em Mercados e Aproveitamento Energético

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar também inclui o objetivo de promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável. No que tange ao Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária – COOPERAF, foram realizadas ações de capacitação nas cooperativas e associações, visando qualificar os agricultores familiares em gestão, apoiando 320 organizações no primeiro biênio do PPA. Para 2018, o objetivo é ampliar o número de beneficiários, atendendo empreendimentos em todas as regiões do País. Ainda nesse tema, foi iniciada a realização de curso para extensionistas de empresas públicas e privadas de ATER, com o fim de formar capacidades no tema de gestão, sobretudo para empreendimentos que produzem e/ou comercializam produtos da sociobiodiversidade.

Em 2017, 5,6 mil organizações familiares possuíam DAP Jurídica. Esse instrumento credencia as

organizações familiares a participar de editais de compras governamentais, concorrerem a serviços de ATER pública e gratuita, entre outras oportunidades.

Do ponto de vista da comercialização e abastecimento, destacam-se as ações de promoção e organização da oferta para compras públicas, especialmente o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Do ponto de vista geral, o conjunto de ações de compras públicas de mercados recentemente abertos, a exemplo das Compras Institucionais, e do Decreto nº 8.473/2015 têm compensado o desempenho da execução do PAA, no qual se identificou decréscimo na quantidade de agricultores familiares beneficiados. De acordo com informações coletadas junto a entidades executoras e demais parceiros governamentais, a quantidade de recursos aplicados no ano de 2017 nas compras institucionais realizadas por governos estaduais, municipais e federal foi de R\$ 120,7 milhões, beneficiando um número estimado de 18 mil agricultores familiares em todo o País.

Com relação ao PNAE, as informações preliminares obtidas junto ao FNDE registram que a quantidade de agricultores familiares beneficiados aumentou de 364.000 para 495.000, acompanhando a tendência de aumento no orçamento disponibilizado desde 2010 (primeiro ano de implementação das aquisições da agricultura familiar sob a égide da Lei nº 11.947/2009).

Por fim, outro tema que ganhou destaque neste ano, foi a implantação do Sistema de Monitoramento de Oportunidades de Compras Públicas da Agricultura Familiar instituído para fomentar a participação da agricultura familiar nas políticas de apoio à comercialização, a partir da articulação em rede com agentes institucionais. O Sistema visa ainda monitorar as compras públicas de gêneros alimentícios nos âmbitos federal, estadual e municipal; articular as políticas de apoio às compras públicas, com o

fito de aproximar a demanda e a oferta de gêneros alimentícios; potencializar a comunicação em rede junto aos agentes institucionais; fomentar o consumo de produtos da agricultura familiar em órgãos públicos; sensibilizar os gestores públicos sobre o percentual mínimo obrigatório para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar; sistematizar os dados estatísticos das compras públicas da agricultura familiar, no que se refere aos valores investidos, à quantidade e aos preços; e contribuir para a transparência no processo de comercialização pública da agricultura familiar.

Sistemas de Produção de Base Agroecológica e Orgânica

A ampliação da inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis, tem relação estratégica na integração com outras políticas, com a de segurança alimentar e nutricional e com a da saúde do trabalhador rural. A agricultura familiar é responsável pela maior parte do abastecimento alimentar da população brasileira, tanto em quantidade quanto em diversidade, e seu papel é fortalecer, consolidar e ampliar cada vez mais modelos de agriculturas que respondam à demanda por alimentos isentos de agrotóxicos e de transgenia, e que possam dar oportunidades de elevar a renda e a autonomia econômica, social e organizativa, de forma a ampliar a inserção desses agricultores no mercado e a oferta de alimentos seguros para a sociedade em geral.

Dentre os avanços obtidos no desenvolvimento desta política para o ano de 2017, a definição da agroecologia como um dos eixos prioritários do Plano Safra 2017/2018 foi uma das principais ações em relação ao tema. À época foi lançado o portal agroecologia.gov.br, que estruturou uma rotina de disponibilização de informações à sociedade civil das principais ações do Governo Federal nos temas de agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade.

Outro destaque no ano foi a articulação com os governos estaduais e entidades da sociedade civil dos estados da região sul, sudeste e norte, por meio da realização de três Seminários Regionais de Agroecologia e Produção Orgânica, que atenderam aos seguintes objetivos: (i) apresentar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas relações com a agroecologia e produção orgânica; (ii) aproximar os estados com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); (iii) realizar intercâmbio entre os estados sobre ações, programa e políticas públicas de agroecologia; (iv) colher experiências em agroecologia e produção orgânica no âmbito regional; e (v) fomentar compromissos entre estados e sociedade civil até 2020, para promoção da agroecologia e produção orgânica. Deste modo, tais eventos foram fundamentais para conhecer as iniciativas existentes e subsidiar a elaboração de agenda futura dos entes da federação para o tema. Ao todo, cerca de 600 pessoas, entre técnicos de ATER, pesquisadores, professores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações, representantes de governo e entidades da sociedade civil, participaram destes eventos.

Do ponto de vista de aumento da visibilidade da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, destacou-se a participação no planejamento, organização e participação efetiva no X Congresso Brasileiro de Agroecologia, ocorrido em Brasília, em setembro de 2017. Esta ação proporcionou a divulgação das ações de governo voltadas para a agroecologia e a produção orgânica com o objetivo de estimular a inserção de agricultores familiares em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e em transição agroecológica.

No que toca à gestão do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), no exercício de 2017, destaca-se a atuação da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO),

instância governamental responsável pelo acompanhamento da execução das metas do Plano. Em 2017, deu-se início ao processo de monitoramento das ações do primeiro ano de vigência do PLANAPO 2016-2019, junto aos órgãos responsáveis. No ano de 2018 está previsto o desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento do PLANAPO, que será agregado ao portal agroecologia.gov.br.

Em 2017, foram realizadas também diversas ações de estímulo à inserção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica ou em transição agroecológica, beneficiando 100.402 agricultores familiares.

Vale destacar, por fim, o aumento no acesso à linha de crédito do PRONAF Agroecologia, em especial no último trimestre de 2017, quando ocorreu quase metade do total contratado no PRONAF Agroecologia no ano (48,6%), fechando o ano de 2017 com 500 novos contratos.

Considerações e Perspectivas

Em relação ao Crédito PRONAF, os principais desafios para a próxima safra (2018/2019) são a redução das taxas de juros praticadas, principalmente diante da redução da taxa SELIC no ano de 2017, a ampliação dos recursos disponibilizados e a revisão dos limites individuais de renda e crédito. Também é latente um desafio de analisar mais profundamente os aspectos do acesso ao crédito, de forma que o PRONAF volte a apresentar crescimento nos montantes contratados de investimento e custeio. Por fim, a linha do PRONAF Produtivo Orientado (PPO) precisa ser viabilizada, pois é uma iniciativa de conexão ATER-Crédito de grande potencial. O Garantia-Safra já cumpre seu objetivo de garantir condições de sobrevivência para agricultores familiares que vivem em municípios com perda sistêmica de produção. O desafio para 2018 é garantir a articulação de um conjunto de políticas públicas

que favoreçam a convivência desses agricultores com o semiárido brasileiro.

O principal desafio para o próximo ano, no âmbito das políticas de ATER, é a execução dos serviços no âmbito da ANATER, diante dos recursos aportados em 2017, e a consecução das metas de atendimento, tanto de agricultores familiares, quanto de organizações da agricultura familiar.

Com relação às ações de comercialização, os desafios são:

- Dar continuidade à parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em especial à relativa ao Sistema de Monitoramento de Oportunidades de Compras Públicas da Agricultura Familiar (desenvolvido em 2017) e atuar de forma centrada em Unidades da Federação que atualmente apresentam menor participação da agricultura familiar no conjunto das compras para alimentação escolar;
- Oferecer atendimentos em ATER MAIS GESTÃO, por meio da atuação da ANATER, para mil empreendimentos de forma a fornecer serviços de ATER nas áreas de gestão, planejamento e controles administrativos, aspectos fundamentais para o aumento da oferta de produtos da agricultura familiar para os mercados públicos e privados;
- Revisar o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) na agricultura familiar, que está sendo proposto por Grupo de Trabalho específico, com objetivo de modernizar e simplificar o programa.

No que se refere à agricultura orgânica, permanece como desafio a definição de critérios e de metodologia de identificação de agricultores familiares que adotam sistemas agroecológicos ou que estão em transição agroecológica ou com produção orgânica, e espera-se superar este gargalo com a proposição da criação de um Grupo de Trabalho

no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), para definição de critérios a partir do diálogo com a sociedade civil.

Por fim, as propostas para 2018 em agroecologia estão referenciadas na elevação do número de agricultores familiares que adotam sistemas produtivos agroecológicos. Esse desafio deverá ser superado

com um processo massivo de capacitação de agricultores familiares e agentes de ATER. A articulação com as áreas de comercialização e crédito da SEAD também será fundamental para a instituição de novas políticas públicas que incorporem a concepção produtiva agroecológica para a agricultura familiar, além de dar continuidade às ações já desenvolvidas no fomento ao acesso ao PRONAF Agroecologia.

PROGRAMA 2019

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família - PBF tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. São ações que reforçam o empoderamento da população mais vulnerável para uma participação mais efetiva na democracia brasileira.

As condicionalidades do PBF representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo Poder Público. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde e de educação que garantam o exercício desses direitos sociais. As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem

para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa nos municípios e estados.

A continuidade do impacto do PBF na redução da extrema pobreza depende essencialmente de quatro fatores: (i) do aperfeiçoamento do desenho de benefícios, tornando menos complexa sua operacionalização e aumentando sua compreensão pelos beneficiários; (ii) da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social; (iii) da reafirmação do princípio da equidade subjacente às condicionalidades, para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos; (iv) e do desenvolvimento do modelo de gestão compartilhada do PBF, por meio do fortalecimento das gestões locais.

O ano de 2017 apresentou diversos desafios para toda a rede de assistência social e as gestões locais do PBF e do Cadastro Único. Mesmo com a mudança de gestão em aproximadamente 90% dos municípios brasileiros, os resultados apresentados a seguir merecem destaque, tanto no processo de aperfeiçoamento de gestão dos benefícios quanto do seu instrumento de análise e busca de famílias que é o Cadastro Único.

Principais Resultados

Os indicadores estabelecidos no PPA do PBF apresentaram os seguintes resultados em 2017:

- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação: 92,94%. Mais de 13,4 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada. Mais de 95% desses estudantes cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família. Houve uma variação positiva em 0,88% no índice apurado em relação ao bimestre outubro/novembro de 2016, que foi de 92,13%, enquanto que a variação é maior ainda (1,39%) quando se considera como base o índice de referência de 2014, que foi de 91,67%;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças: dados do segundo semestre de 2017 mostram que, das 7,2 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,4 milhões (74,3%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados e, destas, 99% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. Houve uma variação positiva em 6,23% no índice apurado em relação ao de 2016, que foi de 69,94%;
- Taxa de atualização cadastral: 79,62%, segundo apuração de dezembro de 2017. A atualização deve ser realizada pela família sempre que houver alguma mudança em sua situação; não havendo mudança, as informações precisam ser confirmadas, no máximo, a cada dois anos. Houve um aumento em 7,38% no índice apurado em relação ao de 2016, que foi de 74,15%, enquanto que a variação é maior ainda (11%) quando se considera como base o índice de referência de 2015, que foi de 71,73%.

A seguir, são apresentados os principais aspectos de gestão que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa.

Condicionalidade do Programa Bolsa Família e Acesso a Serviços

A importância de monitorar a evolução das taxas de acompanhamento das condicionalidades de educação, saúde e assistência social no âmbito do PBF parte do pressuposto de que filhos que têm acesso a melhores condições de saúde, de educação e de convivência familiar e comunitária do que seus pais tiveram, têm, também, aumentadas suas oportunidades de desenvolvimento social. Os números levantados pelo Poder Público a respeito do acompanhamento das condicionalidades revelam efeitos positivos nas famílias beneficiárias do PBF.

No caso das famílias que foram acompanhadas pela condicionalidade de saúde no primeiro semestre de 2017, por exemplo, 5,7 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação verificados e, dessas, 98,9% estavam com a vacinação em dia. O resultado da primeira vigência de 2017 foi superior ao obtido no mesmo período do ano anterior (69,9%). Neste período, foram identificadas quase 389 mil beneficiárias gestantes, o que corresponde a uma cobertura de 80,3% do total de mais de 488 mil gestantes estimadas pelo Ministério da Saúde. Em números absolutos, houve um incremento de aproximadamente 11 mil mulheres grávidas acompanhadas entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo de 2016. Do total de gestantes acompanhadas, 99,5% estavam realizando pré-natal, ação que contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no País.

Em relação à educação, o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF referente aos meses de outubro e novembro de 2017 alcançou a melhor cobertura já registrada nacionalmente, desde o início da implementação do Sistema Presença pelo Ministério da Educação (MEC), em 2006. Foi registrada a frequência de 13,5 milhões de crianças e jovens, entre 6 a 17

anos de idade. O número representa 92,94% de acompanhamento dos estudantes beneficiários do Bolsa Família. Esse resultado decorre principalmente de ações realizadas pela rede de educação com o objetivo de ampliar o acompanhamento dos beneficiários do PBF, especialmente a utilização de dados do Censo Escolar 2017 para identificação de alunos não localizados, ou seja, aqueles sem informação da escola em que estudam.

As famílias PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que tiveram os benefícios suspensos, são público prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar, conforme preconiza o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O monitoramento, implantado pela Portaria GM/MDS nº 251, de 12 de dezembro de 2012, é feito a partir das informações registradas no Sistema de Condicionais (Sicon/MDS) e considera o número de famílias em fase de suspensão acompanhadas, em relação ao total de famílias em fase de suspensão a cada repercussão. Essa repercussão é o processo de análise dos resultados do acompanhamento que ocorre cinco vezes por ano em mês posterior ao bimestre a que se refere a coleta, e o registro do acompanhamento, sendo que esse acompanhamento só não acontece nos meses de janeiro e dezembro por causa das férias escolares. No ano de 2017, registrou-se 18,23% de famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar no Sicon, número que representa a média das cinco apurações feitas ao longo do ano.

No decorrer do ano de 2017, o acompanhamento pela assistência social das famílias com o benefício em fase de suspensão cresceu 2 pontos percentuais quando são comparadas as informações de março (17,7%) com o resultado parcial da repercussão de novembro (19,7%). Com o intuito de aumentar o registro do acompanhamento pela

assistência social das famílias em descumprimento de condicionalidades, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) iniciaram, em 2017, uma agenda de integração entre as duas secretarias, construindo um plano de ações conjuntas, dentre elas, orientações aos estados e municípios, construção de fluxos, fomento à utilização do Sicon, entre outras. Em 2018, será dada continuidade a essa agenda.

Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

No contínuo processo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da gestão descentralizada do PBF e do Cadastro Único, foram desenvolvidas: melhorias em ferramentas de comunicação entre os entes federados; capacitações de gestores municipais, estaduais e da CAIXA, inclusive para melhor identificação de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos; aperfeiçoamentos em procedimentos de atualização cadastral; assim como habilitações de novos municípios ao recebimento de recursos por meio do acompanhamento do Índice de Gestão Descentralizada do Município (IGD-M).

O ano de 2017 também foi marcado por importantes avanços comunicacionais. Em março, foi disponibilizado o portal do “Bolsa Família e Cadastro Único no Seu Município” (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>) – uma ferramenta para facilitar o acesso das gestões locais às informações básicas – dados, relatórios e orientações de gestão – em cada um dos 5.570 municípios brasileiros.

Em 2017, também foi feito um esforço de aperfeiçoamento do procedimento para atualização de Gestores Municipais e Coordenadores Estaduais e geração de *login* e senhas de acesso ao Sistema de Gestão do Bolsa Família (SigPBF). A partir da Instrução Operacional nº 89/2017, a validação das

informações dos municípios, que antes era realizada com o envio de documentação física para a Senarc, passou a ser realizada pela verificação dos dados lançados no próprio Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS), agilizando as alterações e o envio de *login* e senha para acesso ao SigPBF. A ação fez, ainda, com que a taxa de atualização dos dados dos gestores no SigPBF saltasse de 50% para 85%. Atualmente, há cerca de 4.800 municípios com os dados atualizados no sistema.

A agilidade para atualização cadastral viabilizou outra ação ligada ao aprimoramento da comunicação: a qualificação da rede de contatos entre a Senarc e os gestores municipais e estaduais. A parceria, o comprometimento e o empenho dos gestores locais em atualizar os cadastros dos municípios, informar à Senarc as trocas de gestores no SigPBF e enviar informações de contato corretas permitiu aprimorar o principal mecanismo de comunicação que o MDS possui hoje com os gestores e técnicos do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – o Bolsa Família Informa – e ampliar a sua abrangência.

Além disso, o número de municípios que se habilitam a receber recursos com base no IGD-M vem se elevando ao longo dos anos. Em 2017, houve um aumento de 2,24% do número de municípios que cumpriram com os requisitos necessários para fazer jus ao recebimento de recursos, passando de 5.356 em dez/2016 para 5.476 em dez/2017, ou seja, 98,31% do total de municípios do País.

Outro fato que merece destaque em 2017 é que houve repasse de aproximadamente meio milhão de reais para estados e municípios para apoiá-los na gestão do Bolsa Família. A última parcela do ano, referente a dezembro de 2017, foi paga, e com isso, encerrou-se 2017 com todas as parcelas do IGD-M e IGD-E em dia. O repasse permite que os estados e municípios sejam reconhecidos no processo de melhoria de gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único e aperfeiçoem sua gestão.

Benefícios do Bolsa Família

De acordo com os dados de dezembro de 2017, o PBF atendeu 13.828.609 de famílias, o que significa cerca de 44,5 milhões de pessoas. O benefício médio pago em 2017 foi de R\$ 179,71. Ao longo do ano, foram concedidos benefícios a 2,8 milhões de novas famílias e a “fila de espera” para ingresso no programa foi zerada durante todo o segundo semestre. Isso significa que todas as famílias inscritas no Cadastro Único com perfil para participar do Bolsa Família, com dados atualizados há menos de 24 meses e sem divergências entre as informações cadastrais e outras bases de dados do Governo Federal, foram efetivamente selecionadas e ingressaram no Programa. No transcurso do ano de 2017, o eixo de transferência de renda às famílias em situação de pobreza que preencham os critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família, atendeu em média cerca de 13,47 milhões de famílias por mês, aproximando-se da estimativa de pobreza de 13,73 milhões de famílias, com uma taxa de cobertura de 98,04%.

Durante o ano, destacaram-se também os aprimoramentos nos mecanismos de verificações prévias das informações cadastrais na concessão do programa. A medida evita o ingresso de famílias com informações declaradas no Cadastro Único diferentes das existentes em outros registros do Governo Federal.

Ressalte-se que, para além do foco no segmento de renda mais baixa da população, as ações do Governo Federal buscam atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). Na medida em que, no âmbito do PBF, mais de 90% das famílias são chefiadas por mulheres, 75,02% dos beneficiários são negros ou pardos e 402 mil das famílias beneficiárias pertencem aos GPTE, a ação federal de transferência direta e condicionada de renda contribui para o processo de reforço da cidadania.

Além da transferência de renda, o MDS autorizou medidas especiais de atendimento e pagamento a cerca de 214 mil famílias de municípios que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, totalizando cerca de R\$ 71,8 milhões. São medidas especiais que visam a facilitar o acesso ao pagamento, tais como a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês; a adoção da Declaração Especial de Pagamento, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e a mobilização da Caixa para operações especiais de pagamento.

Cadastro Único para Programas Sociais

Esse ano foi muito importante para aproximar a realidade das famílias com as informações constantes no Cadastro Único, com novidades e grandes avanços em todas as áreas – na performance, no atendimento ao cidadão, na transparência e nos mecanismos de coordenação.

O processo de qualificação do Cadastro Único em 2017 abrangeu 14 milhões de famílias que foram convocadas a ir aos pontos de atendimento dos municípios para atualizar seus dados. Em dezembro de 2017, 4,5 milhões de famílias atualizaram seu cadastro e quase 3 milhões de famílias foram excluídas. O Cadastro Único, em dezembro de 2017, contava com aproximadamente 27 milhões de famílias cadastradas, que representa quase 76 milhões de pessoas, e a taxa de atualização foi de 79,62%.

Respeitar a diversidade social, cultural e étnica brasileira é componente indissociável do modelo de proteção social do País. Com o objetivo de dar visibilidade a essa heterogeneidade, o Cadastro Único adota estratégias de cadastramento diferenciado

para os chamados grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTEs), em especial as ações de Busca Ativa. Esta estratégia tem como finalidade localizar e incluir no Cadastro Único todas as famílias de baixa renda, identificando-as quando pertencem a algum GPTE, e baseia-se na articulação de parcerias com órgãos públicos que lidam com esses grupos, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. Como resultado das ações de Busca Ativa, houve um aumento significativo do total de famílias GPTEs identificadas no Cadastro Único desde 2011, chegando a 2,5 milhões de famílias em novembro de 2017, sendo já 9,3% do total de famílias cadastradas. Para reforçar a abordagem de GPTE, a Senarc realizou oficinas de orientação a gestores públicos e parceiros nas 5 regiões do País, abrangendo representação de todos os estados.

Do ponto de vista da gestão dos programas e políticas sociais que utilizam os dados do Cadastro para seleção de famílias beneficiárias, no mês de maio foi criada a Rede Cadastro Único. A Rede permitiu a troca de experiências entre as mais de 20 políticas por meio de um fórum presencial, a obtenção da base de dados do Cadastro e o acesso aos processos de informação de forma ágil e segura por meio do Portal.

Em novembro de 2017, foram lançadas duas inovações normativas. A Política de Controle de Acesso aos Dados do Cadastro Único visa melhorar a segurança do acesso das informações das famílias cadastradas. A Portaria nº 502, de 29 de novembro de 2017, orienta todas as formas de cessão de dados do Cadastro Único. A outra foi a instituição do Termo de Uso, que permitirá uma interlocução mais eficiente e a melhoria no processo de troca de informações entre o Cadastro e as políticas sociais. O Bolsa Família Informa de nº 584, de 30 de novembro de 2017, e o Bolsa Família Informa nº 586, de 14 de dezembro de 2017 detalham essas inovações.

Considerações e Perspectivas

O Programa Temático 2019 concluiu o ano de 2017 tendo alcançado seus objetivos.

Em relação ao Programa Bolsa Família, os compromissos de pagamento de benefícios foram integralmente cumpridos. Complementarmente, para melhorar a eficiência do PBF em 2017, inovações metodológicas no cruzamento de dados permitiram maior qualificação de informações no PBF, o que possibilitou maior movimentação no programa no sentido de retirar famílias que não estavam mais no perfil e incluir famílias com perfil e que estavam na “fila”. Com as novas ferramentas, será possível fazer análises mensais, reduzindo o tempo médio que o Poder Público leva para identificar as famílias que têm renda maior do que a declarada ao Cadastro Único. Esses processos contribuem ainda mais para a focalização do Bolsa Família em torno dos mais pobres, tornando-o referência internacional de política de transferência de renda. Dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2017, a partir de informações da Pnad Contínua, comprovam que 90% dos beneficiários do PBF estão entre a população 40% mais pobre do país (entre 1º e 4º decil de renda).

Para o Cadastro Único para Programas Sociais, entre as principais conquistas, está o lançamento da Rede Cadastro Único de programas usuários, que instituiu um conjunto de regras e mecanismos que devem organizar e potencializar o uso do Cadastro para diversas políticas sociais, não apenas o PBF. Essa mudança racionaliza a gestão pública do Cadastro e facilita o acesso da população ao conjunto de políticas sociais.

Além disso, foi também criado importante mecanismo de transparência - o Consulta Cidadão, que visa disponibilizar aos inscritos no Cadastro Único consulta a alguns dos seus dados cadastrais, bem como os de sua família, e possibilitar a impressão de comprovante de cadastramento. Essa ferramenta surgiu em atendimento à necessidade de desburocratizar o acesso dos usuários de serviços públicos, programas sociais e benefícios a informações pessoais e de suas famílias, constantes de bases de dados governamentais. Antes, era necessário que o Responsável pela Unidade Familiar (RF), que prestou as informações ao Cadastro Único no momento do cadastramento, comparecesse a um posto de cadastramento nos municípios para obter qualquer informação sobre seus dados e os de sua família. Além de retirar o ônus de deslocamento do cidadão para consultar seus dados e emitir um comprovante de cadastramento, a Consulta Cidadão – Cadastro Único tem o objetivo de reduzir a sobrecarga de trabalho dos municípios em função dos atendimentos para este motivo, bem como os custos de impressão e filas de espera. A ferramenta também facilitará o trabalho para os programas que utilizam o Cadastro Único como critério de seleção de beneficiários, pois será possível validar as certidões apresentadas que foram emitidas de forma online.

Para o ano de 2018, espera-se que o Programa Temático 2019 continue superando suas metas, alcançando seus objetivos e cumprindo sua missão de promover transferência de renda, acesso a serviços básicos e políticas sociais, para contribuir com a redução da pobreza e desigualdades no País.

PROGRAMA 2081

JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

O programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública busca implementar medidas que assegurem a proteção social, a igualdade de oportunidades, o acesso e a disponibilidade de diversos serviços estatais que formam a base da política de acesso à justiça, à segurança pública e à promoção e proteção de direitos de cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do país e a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Principais Resultados

No ano de 2017, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 193,8 acidentes graves e 65,4 mortos para cada milhão de veículos da frota nacional, observando redução de 14,8% e 5,5%, respectivamente, em relação aos números registrados em 2016. O resultado é fruto dos esforços da PRF para a melhoria da segurança viária nas rodovias federais, atuando por meio de atividades de fiscalização e educacionais. Em relação ao enfrentamento à criminalidade, comparados ao ano de 2016, houve aumento nas apreensões de: maconha em 74,14%; cocaína em 39,44%; crack em 17,02%; armas de fogo em 32,72%; munições em 147,01%; pessoas detidas em 20,75%; veículos recuperados em 85,47%; e 5,96% de prisões por alcoolemia.

Em 2017, a Polícia Federal (PF) obteve o índice de resolutividade dos inquéritos relatados de 72,74%, sendo 44,10% para inquéritos em que houve elucidação da autoria e 28,64% para inquéritos em que foi constatada uma das três situações seguintes: (1) não ocorrência de crime, (2) atipicidade da conduta, (3) falta de atribuição da PF para investigar o fato.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no exercício de 2017, capacitou 161.983 profissionais

de segurança pública, totalizando um investimento de cerca de 15 milhões de reais.

No que tange à política migratória, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), destaca-se, no ano de 2017, a atualização da legislação brasileira sobre o tema, por intermédio da Lei nº 13.445/2017, que instituiu a nova Lei de Migração. Dentre os avanços constantes na nova lei, destaca-se o reconhecimento inédito da condição de apátrida.

O Arquivo Nacional (AN) realizou a digitalização de 6.500 documentos do acervo, resultando em um total de 12.178.168 documentos digitalizados disponíveis para acesso online no Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional e 2.987.469 documentos digitalizados disponíveis para acesso in loco.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no ano de 2017, atuou fortemente no combate a condutas anticompetitivas, com ênfase no Programa de Leniência, por meio da celebração de 21 acordos em 2017, em contraste com 11 acordos firmados em 2016. O maior destaque decorre da “Operação Lava Jato”, que já resultou em 14 Acordos de Leniência.

Redução de Homicídios com Foco em Populações Vulneráveis

No que tange à promoção da redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas, foi institucionalizado o Curso Nacional Patrulha Maria da Penha, modalidade especializada de patrulhamento que visa aperfeiçoar os policiais para a proteção das mulheres em situação de violência e acompanhamento das medidas protetivas de urgência. Foram capacitados 150

operadores de segurança pública dos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Goiás e Espírito Santo.

O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) que, *pari passu* com a revisão de suas ações, avançou com a atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe. A atuação integrada entre as tropas federais e as forças de segurança estaduais foi fator determinante para o enfrentamento qualificado da criminalidade.

Redução da Violência no Trânsito das Rodovias Federais

Em relação à redução da violência no trânsito nas rodovias federais, destaca-se a atuação da PRF na redução dos índices de acidentes graves e de mortalidade, indicadores do programa. Após a significativa redução desses índices nos últimos anos, as metas estipuladas foram atingidas no primeiro ano de vigência do PPA. O número de mortos em acidentes em rodovias federais caiu, em 2017, para 65,38 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional. Já o número de acidentes graves foi de 193,82 a cada 1 milhão de veículos. Visando manter os bons resultados e contribuir para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a PRF buscou reforçar sua estratégia de atuação para 2017.

Na perspectiva da educação para o trânsito, as ações foram realizadas em três eixos: Cinema Rodoviário, FETRAN Pedagógico e FETRAN Teatro. Essas ações de Educação visam mudanças de atitudes dos atores do trânsito, fomentando a priorização da segurança no trânsito. A meta de pessoas sensibilizadas foi superada em aproximadamente 56%. Na fiscalização de veículos, a PRF ultrapassou a meta em aproximadamente 20% e na fiscalização de pessoas, em aproximadamente 26%.

O ano de 2017 também foi marcado pela implementação do Novo BAT, uma evolução do sistema

de registro de acidentes utilizado pela PRF, proporcionando o registro das informações de forma mais rápida, eficiente e detalhada, permitindo a realização de estudos estatísticos mais elaborados e melhor compreensão dos riscos e causas dos acidentes.

Enfrentamento à Criminalidade

No ano de 2017, no enfrentamento à criminalidade, a Polícia Federal deflagrou 538 operações especiais para o enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, eleitorais, direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio.

No combate à impunidade, a PF mantém o Sistema ATLAS, ferramenta tecnológica apta a identificar e analisar licitações, contratos, pagamentos e transferências de recursos públicos federais, com indícios de fraudes ou desvios, envolvendo pessoas físicas, jurídicas ou entidades do terceiro setor.

Na área técnico-científica, a perícia criminal da PF elucidou os fatos relativos ao rompimento da barragem da empresa Samarco em Mariana/MG e coordenou a Rede Integrada de Banco de Dados de Perfis Genéticos (RIBPG), que objetiva propiciar o intercâmbio de perfis genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas.

No fortalecimento da inteligência, a Polícia Federal entregou sistemas de informação para apoiar as atividades de combate ao crime organizado, fez análises de risco na área de inteligência estratégica e em operações de enfrentamento do terrorismo e ainda auxiliou as atividades de segurança do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para aprimorar a segurança das fronteiras, em virtude do aumento do número de registros de

controle migratório, a Polícia Federal adotou novas tecnologias, a exemplo dos portais de autoatendimento (E-Gate) instalados nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Campinas. Ressalte-se que os 165 postos de fronteira aérea, terrestre, marítima e fluvial estão em pleno funcionamento e as ações de policiais federais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no Brasil culminaram com a efetiva prisão de 33 foragidos estrangeiros em território nacional. Também foram presos 90 foragidos da justiça brasileira, nacionais e estrangeiros. Destaca-se ainda a participação ativa da PF em todas as etapas do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF).

Na Polícia Rodoviária Federal, cabe mencionar as atividades desenvolvidas junto ao PPIF e a Operação Êgide, a qual se destaca pelos resultados alcançados: apreensão de 148,83 toneladas de maconha, 3,5 toneladas de cocaína e crack, 646 armas, 108.991 munições, 2.102 veículos recuperados, 9.707 pessoas detidas e 3.353.586 pacotes de cigarro. Cabe destacar também a atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe. A atuação integrada entre as tropas federais e as forças de segurança estaduais foi fator determinante para o enfrentamento qualificado da criminalidade.

Quanto ao enfrentamento da corrupção na Administração Pública Federal, a SNJ aprimorou os mecanismos de prevenção, detecção e punição. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizou 11 ações principais, destacando-se os estudos sobre moedas virtuais e a criação do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção.

Em 2017, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF-MF) implementou um algoritmo estatístico preditivo em seu processo de análise de comunicações, permitindo maior eficiência na

identificação de possíveis indícios de suspeição, resultando em melhoria geral para o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. No que diz respeito aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), em 2017, foram produzidos 6.610 RIF, o que representou um aumento de 17% em relação a 2016 (5.661 RIF). Desde 2016 foram encaminhados 12.271 RIF às autoridades competentes.

Acesso à Justiça e à Informação, Direitos de Imigrantes e Refugiados e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Em 2017, foram recebidas 33.866 solicitações de refúgio no Brasil. Para dar celeridade às análises, foi realizada a atualização dos procedimentos e dada continuidade do desenvolvimento do SISCONARE, o qual, quando plenamente implantado, permitirá a informatização de todas as etapas do processo de solicitação de refúgio no país.

Quanto à promoção da integração e inclusão do imigrante à sociedade brasileira, houve a assinatura, em 2017, de convênio entre o Ministério da Justiça, via SNJ, e o Município de Porto Alegre, cujo objeto é a implantação do Centro de Referência a Imigrantes de Porto Alegre (CRIM POA).

No âmbito do acesso à justiça, destaca-se a política de solução alternativa de conflitos, por meio da Estratégia Nacional de Não Judicialização (ENAJUD). Nesse contexto, em 2017, cabe evidenciar a parceria entre SNJ e a Marinha do Brasil, visando à realização do Juizado Itinerante no arquipélago de Marajó, bem como a prestação de assistência médica e odontológica aos núcleos populacionais carentes. Cerca de 3.047 pessoas foram atendidas pela Justiça Federal, sendo homologadas 624 conciliações. Também foram realizadas 1.162 consultas médicas, além de diversas atividades de prevenção à saúde. Ademais, a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), mediante parceria com a Escola da

Advocacia-Geral da União (AGU), promoveu a realização de cursos sobre solução pacífica de conflitos, certificando 101 servidores e ofertando 750 vagas.

No que concerne à política pública de Classificação Indicativa, destaca-se o contínuo aperfeiçoamento do sistema de Coalizão Internacional de Classificação Indicativa (IARC) que permite levar a classificação de jogos e aplicativos para o crescente mercado de mídias digitais. Ainda, no que concerne ao ano de 2017, cabe citar que foram publicadas as classificações de 2.061 obras.

A Comissão de Anistia julgou 684 requerimentos no ano de 2017, tendo sido publicadas 191 Portarias de Anistia pelo Ministro de Estado da Justiça.

No ano de 2017, o Arquivo Nacional contribuiu para a ampliação do acesso à informação atuando no acompanhamento e implantação de programas de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal (APF), bem como na preservação, difusão e acesso ao acervo arquivístico sob sua guarda. Além dos mais de 1.500 atendimentos aos órgãos e entidades da APF realizados o Arquivo Nacional esteve presente em 8 diferentes estados federativos para ministrar capacitações na área de gestão de documentos a 259 servidores públicos e realizar 804 assistências técnicas a 109 órgãos e entidades da APF. A atuação do Arquivo Nacional possibilitou a eliminação de, aproximadamente, 8.500 metros lineares de documentos.

Vale ressaltar também o apoio do Arquivo Nacional à implementação do Sistema de Arquivos do Timor-Leste e de Moçambique e sua participação no programa internacional InterPARES Trust, que visa a apoiar o desenvolvimento, em diversos países, de redes integradas e consistentes no estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos arquivísticos digitais armazenados na Internet.

Além disso, o Arquivo Nacional realizou ações para a melhoria do atendimento ao usuário. As ações empreendidas resultaram no crescimento do número de acessos ao acervo sob guarda do Arquivo Nacional, tendo alcançado 8.398.762 de acessos em 2017, totalizando 12,54 milhões de acessos até 2017. A meta do PPA de alcançar 6 milhões de acessos do cidadão ao acervo da memória nacional no período 2016-2019 foi, assim, superada.

Já em consideração à política de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas, no ano de 2017, foram realizados o IV Encontro Nacional das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo, a 4ª Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes.

No que tange à política de redução de litigiosidade, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) estabeleceu Modelo de Gestão Setorial e Metas Setoriais para as Procuradorias Federais que atuam junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais, objetivando aprimorar o assessoramento jurídico das entidades, o que impactará a redução de litigiosidade. Também foi instituído o Programa Permanente de Inovação para Solução de Conflitos (PGF INOVA), objetivando a inovação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação, prevenção e redução de litígios.

Atuação Integrada das Forças de Segurança e Instituições Parceiras

No que concerne ao aperfeiçoamento da coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras, cabe mencionar o funcionamento de 26 Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais (GGI-E), instrumento de aperfeiçoamento dos mecanismos de governança em segurança pública.

Em 2017, as soluções tecnológicas do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública,

Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), foram ampliadas por meio de acordos de cooperação com os entes federados e investimento no desenvolvimento de novas ferramentas. Assim, em 2017, vários estados brasileiros passaram a adotar as soluções e procedimentos do Sinesp, possibilitando maior nível de racionalização de informações.

Ainda cabe mencionar o apoio e o fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI), por meio da ampliação do Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada (InfoGGI), alcançando 222 Gabinetes que utilizam essa solução de gestão para facilitar a organização e funcionamento dos GGI, incluindo GGIs estaduais nas 26 unidades da Federação ora em funcionamento.

As ações voltadas à atividade de inteligência de segurança pública no exercício de 2017 compreenderam: (i) reestruturação da plataforma de pesquisas de segurança pública, com a inclusão de cerca de 47.000 usuários; (ii) estabelecimento de rede de atuação e cooperação das polícias investigativas, com vistas à padronização de procedimentos; e (iii) implementação de célula integrada de inteligência de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, a fim de auxiliar nas ações da “Operação Rio quer mais segurança e paz”.

Na dimensão da educação, foram realizadas atividades de ensino para os profissionais de segurança pública. Os cursos ofertados aos profissionais compreenderam temáticas como “redução de homicídios”, “enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher” e “combate aos crimes transnacionais”, aderentes ao atual Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Cabe destacar a realização do Curso Nacional Patrulha Maria da Penha, que visa aperfeiçoar os policiais para a proteção das mulheres em situação de violência e acompanhamento das medidas protetivas de urgência. Foram capacitados 150 profissionais dos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe Goiás

e Espírito Santo. Ao todo, nas modalidades presencial e a distância, foram capacitados 161.983 profissionais de segurança pública, chegando a uma quantidade acumulada de 379.716 profissionais capacitados no biênio 2016-2019.

Sistema Penal Justo

No ano de 2017, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) assinou Acordos de Cooperação Técnica com outras entidades, visando integração e execução de ações voltadas ao acesso e à promoção da cultura para as pessoas cumpridoras de penas e egressas e seus respectivos familiares. Foram realizadas, igualmente, ações de política para mulheres, saúde, acompanhamento dos convênios firmados para implementação de oficinas de produção (PROCAP) nas unidades prisionais, como também o lançamento do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional (RESGATA).

No campo de aparelhamento e tecnologia, foram doados 292 veículos furgões cela, sendo beneficiados os 27 sistemas prisionais estaduais, como também 21 caminhões 4x4 a nove Estados. Além disso, foi iniciado o aparelhamento de unidades prisionais femininas com itens de salas de aleitamento e brinquedotecas, o fomento à aplicação do Decreto de 12 de abril de 2017, estabelecendo critérios para concessão de indulto e comutação da pena de mulheres presas, por ocasião do Dia das Mães. O incentivo à elaboração dos Planos Estaduais sobre Mulheres em Situação de Prisão e o projeto Piloto Mulheres Livres, que promove condições para o desencarceramento de mulheres privadas de liberdade, e inserção e preparação para o mundo do trabalho e políticas de proteção social. Também foram inauguradas 4 novas penitenciárias com recursos federais em GO, MG, AM e RO, criando 1.263 novas vagas.

Em relação à redução do número de pessoas presas, 196.288 pessoas deixaram de adentrar ao Sistema Penitenciário Nacional devido ao fortalecimento

de políticas que viabilizaram formas de responsabilização penal alternativas ao encarceramento, a saber, a Política de Alternativas Penais e a Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas. Este número é o equivalente a, aproximadamente, 31,54% do número de pessoas que se encontravam presas em dezembro de 2014.

No tocante às ações realizadas pelo Sistema Penitenciário Federal (SPF), cabe destacar a ação que a Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) realizou na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, que teve por finalidade o restabelecimento da ordem e desenvolvimento de projetos como Identidade Cidadã e outros na área da saúde.

Defesa da Concorrência e do Consumidor

Visando à ampliação da segurança jurídica, foi editado novo Regimento Interno e foram atualizados os Guias de Leniência e Termo de Compromisso de Cessação (TCC). Também houve incremento do número de TCC assinados, passando de 61 em 2016 para 72 em 2017. A atuação repressiva resultou na arrecadação no exercício de mais de 840 milhões de reais referentes a multas aplicadas e contribuições pecuniárias fixadas em sede de acordo. Já na análise de atos de concentração econômica, foi mantido o padrão de eficiência alcançado nos anos anteriores, com tempo médio de análise de 15 dias para casos sumários e de 79 dias para casos ordinários. Neste caso, a meta do PPA já foi superada.

Dentre as iniciativas que contribuíram para a internalização de melhores práticas e para o compartilhamento de conhecimento, destaca-se a ampliação de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais. O maior evento na agenda de cooperação internacional foi a realização da 5ª Conferência dos BRICS, o qual intensificou as parcerias com as autoridades de defesa da concorrência da Rússia, da Índia e com as três agências da China.

Em 2017, a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) atuou no sentido de promover e propor medidas importantes para a promoção de políticas voltadas à proteção e defesa dos consumidores, como manifestações em assuntos relacionados aos serviços de telecomunicação e aviação civil e discussões acerca do PL 7419/2006, que versa sobre o regulamento dos Planos de Saúde.

A parceria entre a SENACON e a UnB, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), possibilitou a disponibilização de novos cursos aos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e à sociedade em geral. Ressalta-se a criação do novo portal “Alertas de Recall”, acessível em justica.gov.br/recall. Houve também o fortalecimento das parcerias junto ao Consumidor.gov.br, a partir da ação integrada entre a SENACON, gestores e empresas participantes.

A meta de investigar infrações contra a ordem econômica com mais celeridade de modo que o número de casos em investigação há mais de 5 anos não ultrapasse 20% do estoque foi cumprida em 2017: a quantidade de Procedimentos Administrativos em investigação na Superintendência-Geral do Cade há mais de 5 anos representa atualmente apenas 9,88% do total – abaixo, portanto, dos 20% previstos no PPA 21016-2019.

Enfrentamento da Corrupção na Administração Federal

A CGU exerce a supervisão técnica das atividades de ouvidoria por meio de três eixos: (i) capacitação, no âmbito da Política de Formação Continuada em Ouvidoria (PROFOCO) e das Reuniões Gerais de Ouvidoria; (ii) normatização, padronização e monitoramento, por meio da Sala de Monitoramento de Ouvidorias; e (iii) desenvolvimento de ferramentas tecnológicas.

No âmbito dos eventos de capacitação, foi realizado o curso Gestão e Prática em Ouvidoria, que

ao todo capacitou 2.111 agentes públicos federais. Foram, ainda, oferecidas 5 turmas para entes subnacionais e para outros Poderes, que atingiram mais de 300 agentes públicos, alcançando mais de 2.509 pessoas.

Em relação às denúncias, a CGU recebeu e deu tratamento a 11.177 denúncias e monitorou os padrões de tratamento de outras 17.958 denúncias direcionadas a órgãos e entidades usuárias do sistema e-Ouv.

Em 2017, foram celebrados 140 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) na esfera disciplinar, que com a sua implementação simplificou e desburocratizou as apurações de baixo potencial ofensivo, o que representa 29% dos processos concluídos no ano com aplicação de advertência ou que reconheceram a prescrição desse tipo de penalidade. Deve-se ressaltar ainda que as apurações resultaram, no ano de 2017, na aplicação de 506 penalidades expulsivas, constituindo um total de 1.055 penalidades no período.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) tornaram-se de utilização obrigatória por todos os poderes e esferas de governo. Merece destaque o registro de 13.922 penalidades nos cadastros nos dois últimos anos, com o número de consultas superior a 5,84 milhões em 2017.

Em relação às punições expulsivas aplicadas nos últimos cinco anos (2012 a 2017), o índice de reintegrações foi reduzido de 12,3% (série histórica de 2003 a 2011) para 7,4%, o que indica melhoria na qualidade dos processos e das atividades correcionais.

No ano de 2016, a CGU aplicou diretamente a penalidade de inidoneidade a 4 empresas e no ano de 2017 a outras 4, todas em razão de ilícitos ligados a Operação Lava-Jato. Ademais, iniciaram-se em 2017 as três primeiras apurações para investigar a prática de suborno transnacional.

Considerações e Perspectivas

O MJ continuará a exercer o papel fundamental de garantir e promover a justiça, a cidadania e a segurança pública através de suas políticas públicas, em ação conjunta entre o Estado e a sociedade. No âmbito da segurança pública, a superação da violência continuará sendo principal desafio, pois se exige um fortalecimento de estratégias em âmbito nacional para diminuir a criminalidade no País.

Para o ano de 2018, a Polícia Rodoviária Federal aprimorará suas análises sobre os dados de acidentes de trânsito e trechos críticos obtidos através do novo sistema de registro de acidentes para continuar avançando na diminuição da violência no trânsito. No combate à criminalidade, a instituição pretende expandir suas operações em Estados da região norte não contemplados na Operação Êgide, bem como atuar de forma mais significativa em ações integradas e de cooperação com outras instituições.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) continuará realizando esforços para desenvolver o Plano Nacional de Segurança Pública. Este se reveste de especial importância em face da atual situação da política pública, que exige a definição de objetivos claramente identificados, estratégicas e ações.

Na política de defesa do consumidor e defesa da concorrência, importante salientar que o desenvolvimento econômico e social, ocorrido nos últimos anos, não só promoveu a inserção de milhões de brasileiros ao mercado consumidor, como aumentou a complexidade das relações comerciais e competitivas. A ênfase é continuar mantendo, em 2018, a política antitruste brasileira e aperfeiçoar as políticas de relações de consumo.

Por fim, a superação dos altos índices de violência e da taxa de homicídios, o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e a qualificação da atuação policial nas fronteiras

brasileiras são os desafios que para serem vencidos demandam cooperação federativa, união de esforços dos órgãos de segurança pública,

fortalecimento da gestão e da inteligência, capacitação dos profissionais e consolidação das informações de segurança pública e prisionais.

PROGRAMA 2016

POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades, o programa temático foi estruturado em cinco objetivos: (i) Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades; (ii) Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades; (iii) Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); (iv) Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais; e (v) Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no fortalecimento da autonomia econômica, social e política das mulheres. Nesse sentido, é necessário promover capacitação profissional das mulheres para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, fomentar sua participação em empreendimentos econômicos solidários, incentivar que organizações públicas e privadas se comprometam com a igualdade de gênero, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o uso do tempo nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana e a divisão sexual do trabalho, além de

desenvolver articulações com o Congresso Nacional para a garantia de direitos.

Já o enfrentamento da violência contra mulheres requer implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social (educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, entre outras), tendo em vista que se constitui em uma violação dos direitos humanos e em um fenômeno de caráter multidimensional. Além disso, é um problema que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades ou raça/etnia.

Nesse sentido, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres tem orientado a formulação e a execução de políticas públicas que deem conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões, compreendendo as dimensões da prevenção, da assistência, da responsabilização dos agressores e da garantia de direitos das mulheres em situação de violência.

No que se refere à gestão da política, é preciso fortalecer espaços e instrumentos que permitam a realização de ações intra e intergovernamentais, tais como os Organismos estaduais, distrital e municipais de Políticas para as Mulheres, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e os mecanismos de gênero nos órgãos públicos federais.

Considerando o papel da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), de coordenadora das políticas de igualdade entre mulheres e homens, o Governo Federal lançou em dezembro de 2017, uma estratégia governamental chamada Rede Brasil Mulher, que pretende alinhar todos os

programas de governo voltados às questões de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra mulheres em eixos temáticos. Também será estimulada a criação de novas iniciativas com o setor privado, organismos multilaterais, organismos não governamentais e quarto setor, com objetivo de fortalecer a política para as mulheres em todo o País. Com isso, busca-se otimizar resultados ao reunir esforços distintos e complementares evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e divergência das soluções na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Essa estratégia também é uma poderosa ferramenta de integração que permite ao Brasil alcançar o Objetivo 5 da Agenda 2030 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, pactuado pelo Brasil na Organização das Nações Unidas.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Política para as Mulheres, destaca-se o número de mulheres capacitadas para a inserção do mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM, que no ano de 2017 alcançou o número de 958 mulheres.

Em 2017, foram realizados 1.165.488 atendimentos do Ligue 180, sendo 156.236 relatos de violência; desse modo, o indicador de proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher passou de 12,38% em 2016 para 13,4% em 2017.

Autonomia Econômica, Social e Sexual e Garantia de Direitos

No âmbito do objetivo de promover a autonomia econômica, social, sexual e garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades, no exercício de 2017, deu-se continuidade ao fortalecimento dessa política por meio do apoio a projetos que visam desnaturalizar

a divisão sexual do trabalho que estrutura as desigualdades na vida das mulheres. Dentre os resultados, destacam-se:

- “Seminário do Uso do Tempo e Gênero” onde foram abordadas questões de gênero, com ênfase sobre divisão sexual do trabalho e como ela se traduz no dia a dia das famílias. Os debates tiveram o reforço das informações contidas no livro “Uso do Tempo e Gênero”, lançado durante o evento. A edição reúne os estudos e pesquisas apresentados em 2013, no Rio de Janeiro, durante a realização da 35ª Conferência da Associação Internacional de Pesquisa de Uso do Tempo (IATUR). A organização dos textos e a impressão do livro são da SPM e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Celebrados convênios com estados e municípios e parcerias com universidades federais para capacitar mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho, que resultaram em 10.290 mulheres capacitadas, superando a meta de 10.000 estabelecida para o PPA.

Em relação à meta de fomentar a participação de mulheres em empreendimentos econômicos solidários, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, cabe informar que no biênio 2016-2017, foram beneficiadas 3.100 mulheres. A meta de estimular a participação de 100 organizações públicas e privadas de médio e grande porte no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi alcançada já em 2016, atingindo 122 organizações.

Diálogo com a Sociedade Civil e os Movimentos Sociais

Com o objetivo de ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais vem sendo desenvolvida a ação denominada MULHERES DO BRASIL, que promove encontros regionais nos

quais, além de promover a escuta social, pretende-se, também apresentar, em parceria com órgãos federais, boas práticas e ações e projetos já existentes. O Primeiro encontro, “Mulheres da Amazônia”, aconteceu em dezembro de 2016, na cidade de Belém (PA), em parceria com o Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Caixa Econômica Federal e Empresa Natura. Em 2017, foi realizado em Maceió (AL), o encontro “Mulheres Nordestinas”, promovido pela SPM, em parceria com Governo de Alagoas, Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Integração Nacional, e envolvendo cerca de 175 mulheres representantes dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) dos Estados do Nordeste.

Com relação à meta de ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil, destacam-se as Oficinas de Capacitação no Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), realizados em parceria com o Ministério da Saúde, a ONU Mulheres, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

No que se refere à atenção à saúde integral das mulheres em situação de prisão, em 2017 a SPM manteve participação nas reuniões no Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para discussão da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), que pretende definir estratégias de atuação conjunta entre as duas instituições.

Cabe ressaltar, também, que a SPM integrou a comissão organizadora da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e realizada em agosto de 2017, com o tema central “Saúde das mulheres:

Desafios para a integralidade com equidade”. Em 2016 já havia sido realizada a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em Brasília, de 10 a 13 de Maio, correspondente a uma das metas deste Objetivo.

Enfrentamento da violência contra as Mulheres

O objetivo de ampliar a Política Nacional de Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades apresenta como destaques os tópicos a seguir.

Para a garantia da assistência às mulheres em situação de violência, já estão em funcionamento quatro Casas da Mulher Brasileira nas cidades de Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e São Luís (MA). As casas inovam no atendimento humanizado às mulheres e integrando, em um único espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência. As Casas de Campo Grande e de Brasília estão em funcionamento desde 2015, por essa razão a meta do PPA 2016-2019 é implementar a Casa da Mulher Brasileira em 25 capitais. As Casas de Fortaleza e Boa Vista estão com as obras finalizadas, aguardando a compra dos equipamentos e devem ser inauguradas no primeiro semestre de 2018. A obra de São Paulo tem previsão de entrega no segundo semestre de 2018.

Em 2017, o Ligue 180 realizou 1.165.488 atendimentos. Desse total, 156.236 se referiram a relatos de violência, divididos da seguinte forma: 75.319 relatos de violência física, 52.195 relatos de violência psicológica, 7.849 relatos de violência moral, 10.225 relatos de violência sexual, 5.961 relatos de cárcere privado e 209 relatos de tráfico de pessoas.

No tocante à prevenção da violência contra as mulheres, foi lançada campanha sobre relacionamento abusivo no Dia dos Namorados de 2017, cujo foco foi a violência psicológica <http://www.>

spm.gov.br/noticias/spm-lanca-campanha-de-alerta-aos-sinais-de-relacionamento-abusivo.

Destaca-se também, que em 2017, a SPM atuou no Grupo Interministerial sobre o Fluxo Migratório de Venezuelanos e publicou em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) três cartilhas para distribuição entre as migrantes e refugiadas venezuelanas com os seguintes temas: violência sexual, Lei Maria da Penha e Ligue 180.

Ainda em 2017, foi realizada pesquisa sobre perfil institucional dos serviços de atendimento à mulher. Os dados sobre os serviços especializados - que incluem informações sobre a vinculação do serviço, recursos humanos, tipos de atendimentos realizados, participação dos entes federados na criação e manutenção do serviço, ano de abertura - deverão ser disponibilizados em 2018.

Em relação à meta de ampliar os serviços especializados para os diversos tipos de violência contra as mulheres e aprimorar a articulação em rede, cabe ressaltar que os serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência estão distribuídos em quatro diferentes setores de atuação das políticas sociais: assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça. Esses serviços integram a “Rede de Atendimento” e são classificados em dois tipos: “Serviços Não Especializados” e “Serviços Especializados”.

Os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência integram a Rede Especializada de Atendimento, estando atualmente com 1.076 unidades, sendo 74 Casas-Abrigo (Assistência Social); 497 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e Núcleos Especializados em Delegacias Comuns (Segurança Pública); 129 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher; 39 Núcleos de Atendimento Especializado em Defensorias Públicas; 92 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Atendimento

à Mulher nos Ministérios Públicos (Sistema de Justiça); 241 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) e 4 Casas da Mulher Brasileira (Serviços Intersectoriais). Além disso, vale mencionar que apesar de não se caracterizarem como serviços especializados, as 55 unidades móveis prestam orientação a mulheres do campo e da floresta.

Além das ações já descritas, em 2017, a SPM continuou apoiando a Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. De dezembro de 2016 a dezembro de 2017, o portal da Campanha Compromisso e Atitude foi acessado por 977.152 usuários diferentes, gerando 2.098.081 visualizações de páginas. Além disso, foram produzidos três informativos, com matérias e entrevistas exclusivas a respeito das inovações na implementação da Lei Maria da Penha, das alianças para o enfrentamento da violência contra as mulheres e da efetivação da Lei Maria da Penha.

Noutro passo, a SPM apoiou a nona edição do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – IX FONAVID, que teve como tema a Violência Doméstica como fenômeno Mundial e Multidisciplinar. O Fórum reuniu magistrados de todo o País que atuam em processos que tratam da violência contra a mulher, com o objetivo de compartilhar experiências e procedimentos relacionados à aplicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O evento também contou com a participação de técnicos das equipes multidisciplinares e servidores que trabalham com violência doméstica contra as mulheres.

Transversalidade Intra e Intergovernamental das Políticas para Mulheres

O objetivo de promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do PNPM, é estruturante, pois a característica transversal

da temática requer a participação de outras políticas que executam objetivos específicos, mas correlatos às políticas para mulheres. Esse fator amplia a importância da reorganização de todas as políticas públicas, para garantir que as considerações sobre as especificidades das mulheres sejam assimiladas por todas as estruturas governamentais.

Em relação à meta de fomentar os Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) nos municípios, cabe destacar que, em levantamento feito em abril de 2017, foram identificados 747 OPMs, sendo 26 estaduais e um distrital e 720 municipais.

Para fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero são realizadas parcerias no intuito de promover a construção de uma cultura que expresse valores de equidade, solidariedade e respeito às diferenças. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa. Um exemplo é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres. O objetivo do Prêmio é estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo entre jovens do ensino médio, universitárias e universitários, professoras e professores, instituições de ensino e secretarias de educação, a fim de aumentar a participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação. Em dez edições (2005 a 2015), o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero totalizou quase 28 mil inscrições entre redações, artigos científicos e projetos pedagógicos. A 11ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi lançada em março de 2016 e seus resultados serão divulgados em 2018. Durante a cerimônia de lançamento, foi assinado o novo acordo de cooperação técnica que renova o prêmio por mais cinco anos.

Participação Política, Democrática e Igualitária das Mulheres

Com o resultado das eleições municipais, em 2017 confirmou-se que iniciativas como a divulgação da cartilha “Mais Mulheres no Poder – Plataforma”, que faz parte de campanha promovida pela SPM, em parceria com o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com as bancadas femininas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e com apoio da ONU Mulheres são fundamentais para incentivar a participação política das mulheres. Mesmo com todo o esforço realizado, o País ainda está longe da meta de ter a paridade entre homens e mulheres na ocupação dos espaços de poder e decisão, pelo menos nos cargos eletivos.

Com o objetivo de fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, em 2017 a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres concentrou os seus esforços na implantação da Rede Brasil Mulher, que tem com um dos cinco eixos de atuação o fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Foram realizadas duas oficinas de preparação para a implantação da Rede, em parceria com a ENAP nos meses de junho e julho, o tema espaços de poder e decisão foi tratado de forma estratégica, o que culminou em sua seleção como um dos eixos de atuação da Rede Brasil Mulher. Nesse contexto, o aumento da representação política de mulheres no Congresso Nacional, bem como nas Assembleias legislativas dos estados e nas Câmaras de vereadores torna-se um objetivo governamental.

Considerações e Perspectivas

O “Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência” é uma parte do conjunto de ações de promoção

da igualdade e enfrentamento da violência contra as mulheres que constam da Agenda Transversal do Governo Federal – “Políticas para as Mulheres”, no âmbito do Plano Plurianual. Nesse sentido, é de suma importância a articulação entre os órgãos, políticas e programas do Governo Federal para que as metas e iniciativas ali propostas se realizem.

Nesse contexto, em 2017, a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres concentrou os seus esforços na implantação da Rede Brasil Mulher, que foi institucionalizada por meio do Decreto nº 9.223, de 6 de dezembro de 2017, com a finalidade de estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, tendo como eixos de atuação: saúde, educação,

espaços de poder e decisão, autonomia econômica e enfrentamento da violência contra mulher.

Foi um processo intensivo em articulação de atores, envolvendo inúmeras organizações governamentais e não governamentais. Foram realizadas duas oficinas no âmbito da ENAP, nos meses de junho e julho, bem como diversas reuniões.

O Brasil Mulher nasce como uma estratégia de mobilização nacional, com atuação em rede, para integrar diversas ações públicas e privadas. A Rede Brasil Mulher pretende ser um marco na forma de implementar ações, concretizando um novo papel para o Estado, que reúne forças e se soma à sociedade na construção de um país mais justo, mais democrático e igualitário, em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).

PROGRAMA 2061

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é uma política de longo prazo que garante renda ao trabalhador e a sua família em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, gravidez, prisão, morte ou idade avançada. Trata-se de um direito social garantido pela Constituição Federal (art. 6º), inserido em um sistema de proteção social mais amplo – Seguridade Social – com objetivo de garantir condições de vida digna à população brasileira. Para tanto, oferece vários benefícios que garantem tranquilidade quanto ao presente e em relação ao futuro, assegurando um rendimento seguro para as famílias.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC). As políticas públicas dos três regimes de previdência são elaboradas e acompanhadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda (SPREV/MF).

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais). O RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de assegurar a proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de

cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observados os princípios do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância com os preceitos dos arts. 40 e 249 da Constituição Federal.

O Regime de Previdência Complementar (RPC), além de se constituir em importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e sua família, é um mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, ampliando a capacidade de investimentos no País e contribuindo, de forma significativa, para o seu crescimento econômico. O RPC é de iniciativa privada, contratual e de caráter facultativo, cabendo ao Estado atuar na sua regulação, supervisão e fiscalização, a fim de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, de compatibilizar as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro, de formular a política de previdência complementar e de promover a ampliação da cobertura do Regime. O RPC é composto por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Principais Resultados

O RGPS possui caráter contributivo e filiação obrigatória. Os benefícios concedidos pelo RGPS contribuem para reduzir a pobreza e distribuir a renda do país. Em dezembro de 2017, o estoque de benefícios emitidos pelo RGPS foi de 29,8 milhões, totalizando R\$ 37,0 bilhões, líquidos.

Os principais desafios do RGPS no período do PPA 2016-2019 são a ampliação da cobertura previdenciária – com foco na inclusão de trabalhadores mais desfavorecidos, como os trabalhadores sem carteira

assinada, que trabalhavam por conta própria e os domésticos – e o aprimoramento das medidas de gestão do sistema previdenciário, que vem facilitando o acesso aos benefícios e melhorando ainda mais a qualidade dos serviços prestados nos últimos anos.

O Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI) do INSS, originariamente, foi instituído pela Medida Provisória (MP) no 739, de 7 de julho de 2016, e teve seu prazo de vigência encerrado em 4 de novembro de 2016. Posteriormente, novamente restou instituído o PRBI por meio da MP no 767, de 6 de janeiro de 2017, convertida na Lei no 13.457, de 26 de junho de 2017.

A meta prevista a ser alcançada ao final de 2017 era de 45.000 (quarenta e cinco mil) revisões, conforme estabeleceu o Plano de Ação para o exercício. Contudo, o PRBI ultrapassou a previsão e registrou mais de 238.000 (duzentos e trinta e oito mil) perícias realizadas.

Com relação ao RPPS, os indicadores do PPA evidenciaram uma piora nos resultados financeiro e atuarial, reforçando a necessidade de aprovação da reforma da previdência (PEC nº 287/2016) para se garantir a sustentabilidade do sistema. O déficit financeiro apurado para o conjunto dos RPPS foi de R\$ 111 bilhões, equivalente a 1,62% do PIB (déficit de 0,66% no RPPS dos servidores civis da União, déficit de 1,18% nos RPPS dos Estados e Distrito Federal e superávit de 0,22% nos RPPS dos Municípios). O déficit atuarial foi de R\$ 7,11 trilhões, equivalente a 108,51% do PIB (déficit de 20,80% no RPPS da União, 74,46% nos RPPS dos Estados e Distrito Federal e 13,25% nos RPPS dos Municípios).

A população protegida pelo RPC superou 7,1 milhões de pessoas em 2014 (último dado disponível), compreendendo 2.524.036 participantes ativos, 558.229 aposentados, 171.740 beneficiários de pensão e 3.872.168 designados. As 306 EFPC administravam, em 2017, R\$ 842 bilhões em ativos,

dos quais R\$ 806 bilhões são investimentos, cujo perfil de longo prazo está em linha com a necessidade de formação de poupança interna do País, sendo fonte de financiamento para investimentos mais longevos, como os projetos de infraestrutura.

Inclusão e Manutenção do Cidadão no Sistema Previdenciário

No que tange ao RGPS, estima-se que existam cerca de 23,8 milhões de pessoas ocupadas (com idade entre 16 e 59 anos) sem proteção previdenciária, ou seja, sem vínculo contributivo com a Previdência Social e tampouco a ela vinculadas na condição de beneficiários. Embora a Assistência Social cubra uma parcela dessa população, trata-se de um enorme passivo social e que exige, portanto, uma política de inclusão social e expansão de cobertura previdenciária.

A Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda (SPREV/MF) calcula que, dos 23,8 milhões de trabalhadores desprotegidos, 13,24 milhões poderiam ser contribuintes da Previdência, por terem renda, posição no mercado de trabalho e idade adequadas. Os motivos para a não participação desses trabalhadores são variados e podem estar na falta de informação e conscientização sobre a importância da proteção previdenciária, na necessidade de aumento da fiscalização sobre o segmento econômico ou na existência de barreiras à inclusão, dadas as particularidades de cada grupo de não-contribuintes. Para ampliar a cobertura dos trabalhadores por conta própria, o Governo Federal instituiu o Programa do Microempreendedor Individual (MEI), que formaliza o trabalhador por conta própria com alíquota previdenciária favorecida. Em 2017, o número de optantes do MEI chegou a 7,7 milhões, crescimento de 16,4% (1,1 milhão de optantes a mais) frente a 2016.

No âmbito do INSS, o Programa de Educação Previdenciária (PEP) enfrentou questões estruturais impostas pelas inovações tecnológicas, a sociedade

denominada por muitos autores de “sociedade da informação”. Por tudo, é fundamental que o PEP exerça seu papel estratégico no Instituto e na estrutura de governo. Deve-se apropriar das novas formas de interagir, informar e se comunicar com a sociedade. Disseminar conhecimento por meio de conteúdos atualizados, precisos e efetivos, permitindo que o segurado administre a sua vida previdenciária. Esse é o foco do esforço atual: informação e educação como condutores da transformação da nossa sociedade.

Quanto aos resultados, em 2017, foi alcançado um total de 344.138 pessoas informadas.

Com o intuito de fortalecer a educação previdenciária, em 2017, foram capacitados 500 participantes no curso “Noções Básicas em Previdência Complementar”, na modalidade Ensino a Distância (EaD).

Quanto às ações em prol da manutenção nos RPPS, a continuidade do desenvolvimento do projeto eSocial proporcionará a criação do sistema integrado de dados dos servidores públicos, com sensíveis avanços na gestão dos cadastros dos servidores vinculados aos RPPS.

No gerenciamento de informações cadastrais sociais e civis, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) é o sistema voltado para atender às políticas públicas do governo, tais como o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários. Em sua estrutura constam cerca de 445 milhões de registros, entre dados cadastrais, vínculos trabalhistas e previdenciários. Os dados advindos dos Sistemas de Escrituração Digital (eSocial) e Sistema do Registro Civil (SIRC) serão agregados ao CNIS como forma de aprimoramento na prestação do serviço público.

Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

Para avaliar a qualidade dos serviços do RGPS, no que tange as Metas “Adequar ao padrão

institucional do INSS 80% da rede de atendimento da Previdência Social” e “Reduzir o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios para 45 dias”, em 2017 foi feito um levantamento de desempenho de 80 unidades do INSS, dentre as 527 Agências da Previdência Social (APS) que passaram a atender no modelo Projeto INSS Digital. As agências selecionadas já apresentaram melhora nos indicadores Tempo Médio de Espera pelo Agendamento Ativo (TMAA) e Tempo Médio de Espera do Atendimento (TMEA). O TMAA é o tempo médio de espera do estoque de agendamentos e o TMEA é o tempo entre o agendamento e o atendimento na unidade do INSS. Em 2017, o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios foi de 84 dias, enquanto o percentual das APS que já foram adequadas ao padrão institucional de atendimento ficou em 33,3%.

A estrutura de atendimento colocada à disposição dos gestores e técnicos dos RPPS com o objetivo de atender a consultas e de orientar quanto à aplicação das normas gerais de âmbito nacional resultou em expressiva melhoria na qualidade de serviços prestados. Em 2017, foram realizados quase 36 mil atendimentos.

Em relação ao RPC, destacam-se as ações relativas à publicação de Informes Mensais de Previdência Complementar (informações estatísticas), também em versão em espanhol, e ao processo de revisão anual da Coletânea de Normas – Fundos de Pensão. Em outubro de 2017, a Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão foi disponibilizada em dois formatos: de aplicativo móvel LRPC (Legislação do Regime de Previdência Complementar), para a plataforma *Android*, e em *Portal Document Format* (arquivo digital no formato PDF). Destaca-se, ainda, a publicação da Revista Previdência Complementar no 3, com artigos que tratam de temas atuais, tais como a reforma da Previdência no Regime de Previdência Complementar (RPC), reformas nos regimes de servidores públicos e fomento ao RPC.

Sustentabilidade do Regime Previdenciário

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio orçamentário-financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro-actuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar). Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

Trata-se de desafio presente em todos os países com sistema consolidado de proteção social pre-

videnciária, inclusive entre os países desenvolvidos, haja vista a ampliação da expectativa de vida e o consequente envelhecimento da população, ampliando, com isso, o período de gozo dos benefícios após a aposentadoria.

No Brasil, é possível afirmar que, atualmente, há uma situação de desequilíbrio nos Regimes Previdenciários Públicos (RGPS e RPPS), caracterizado por um resultado operacional negativo, que leva a uma necessidade de financiamento diretamente pelos respectivos tesouros, especialmente a União e a maioria dos Estados, que acontece quando as despesas previdenciárias no exercício superam o ingresso de receitas previdenciárias, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Previdenciário 2017 (% PIB)

	RPPS dos servidores da União, Estados, DF e Municípios	INSS	Total
Receita	2,07	5,71	7,78
Despesa	3,69	8,49	12,18
Resultado	-1,62	-2,78	-4,40

Para o RGPS, são importantes as medidas que reforcem a adesão de novos segurados, em virtude do caráter de solidariedade intergeracional, bem como as que adequem o termo inicial de fruição dos benefícios, como o estabelecimento de idade mínima para a aposentadoria.

No RPPS, tem-se como fator relevante a ser aprofundado a regulamentação da previdência comple-

mentar para o servidor público dos entes que ainda não o fizeram, buscando a aproximação das regras de contribuição e benefícios ao Regime Geral, como forma de diminuir o descompasso existente atualmente, conforme demonstrado na tabela abaixo.

No que se refere à Meta "Reabilitar 60% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional", objetivando alcançar a meta estabelecida

Necessidade de Financiamento em 2017		Beneficiários	Benefício Médio Mensal
RGPS	R\$ 182,4 bilhões	29,8 milhões	R\$ 1.241,38
RPPS - União Civis	R\$ 45,2 bilhões	944 mil	R\$ 6.439,39

e ampliar a prestação deste serviço previdenciário, o INSS vem promovendo diversas ações no sentido de melhorar os processos de trabalho das equipes de Reabilitação Profissional, com foco na celeridade e qualidade dos fluxos, bem como na capacitação dos servidores em temas considerados estratégicos e prioritários. Grandes esforços estão concentrados, também, no estímulo à realização de parcerias por meio de Acordos de Cooperação Técnica. Em 2017, o resultado obtido foi de 54,22% com incremento na quantidade de segurados reabilitados.

As medidas adotadas foram as seguintes: (i) tratativas e estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com órgãos governamentais e da iniciativa privada (FIESP, FIESC, FEBRABAN, Correios), com o objetivo de facilitar o acesso do reabilitando a vagas em cursos profissionalizantes, assim como otimizar o retorno ao mercado de trabalho; (ii) elaboração e publicação de novos manuais, com o objetivo de afinar as condutas dos servidores dentro do programa de reabilitação, agilizando e padronizando os procedimentos; (iii) criação das Divisões de Saúde do Trabalhador e dos cargos de Chefe técnico da Reabilitação nas Superintendências Regionais, os quais auxiliarão na gestão local das equipes de reabilitação, melhorando o serviço como um todo; e (iv) sistematização do fluxo de Atendimento, ainda em planejamento, a fim de deixar de serem utilizados prontuários físicos, o que agilizará o processo de Reabilitação Profissional, a tramitação e a coleta de dados, melhorando, ainda, a gestão do serviço de Reabilitação Profissional.

A Secretaria de Previdência busca medidas para viabilizar o fortalecimento do marco normativo de supervisão dos Regimes Próprios, por meio da proposta de reforma da previdência e posterior aprovação de uma lei de responsabilidade previdenciária. Ao mesmo tempo, medidas de gestão buscam intensificar e otimizar a auditoria direta e indireta dos RPPS.

No âmbito do Regime de Previdência Complementar, operado pelas EFPC, em 2017, foram realizadas ações para desenvolvimento do RPC: estudos sistematizados ("Viabilidade de Criação e Manutenção de Planos de Benefícios Administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar" e "Estudo de Acesso e Adesão Automática ao Regime de Previdência Complementar (RPC)"); levantamentos para a elaboração de um modelo de monitoramento para o RPC; revisão dos atos normativos do processo administrativo do RPC e a elaboração de minutas com propostas de ajustes dos atos; acompanhamento e manifestação sobre os Projetos de Lei de interesse do segmento das EFPC; bem como apoio administrativo na supervisão e acompanhamento do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho da Previc e da elaboração de proposta de revisão desse Acordo.

Foram realizados, ainda, três importantes seminários no âmbito do RPC em 2017: (i) "Previdência Complementar: A longevidade da população, as perspectivas e as oportunidades de expansão em meio ao cenário de reforma previdenciária"; (ii) "I Seminário Internacional Previdência Complementar: Uma Visão de Futuro", no qual se proporcionou a reflexão sobre o futuro do Regime de Previdência Complementar (RPC), no segmento fechado, com a apresentação de experiências internacionais, apontando como alguns países tratam as questões ligadas às mudanças na previdência, na demografia, na economia e nas questões sociais; e (iii) 3o Seminário "Ética e Boas Práticas de Governança no Fortalecimento da Confiança", com o apoio da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Outra relevante iniciativa foram as discussões técnicas que culminaram com a aprovação da Resolução no 24, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e publicada no Diário

Oficial da União (DOU) de 21 de fevereiro de 2017, que trata de “submassas”, ou seja, situações em que um grupo de participantes ou assistidos possuem direitos e obrigações homogêneos entre si, mas que divergem em relação aos demais participantes e assistidos dentro de um mesmo plano. Com este ato normativo, as EFPC passam a ter parâmetros normativos para identificar, acompanhar e controlar esses casos.

No tocante ao desenvolvimento da Meta “Realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar”, os processos de criação das entidades fechadas de previdência complementar têm sido acompanhados, desde os estudos de viabilidade até o início de funcionamento dessas entidades. Ao final do exercício de 2017, os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná permaneciam com os projetos de lei em suas respectivas assembleias legislativas, assim como os municípios de São Paulo, Curitiba e Florianópolis em suas câmaras municipais. Os estados de Rondônia, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e o Distrito Federal permaneciam no estágio de lei aprovada para a criação da entidade. A Assembleia Legislativa da Paraíba estava no estágio de criação da entidade. Entidades já estavam em funcionamento nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os estados do Pará e Maranhão permaneciam no estágio de promoção de estudos para elaboração de projeto de lei. Em 2017, a SPREV/MF realizou estudo técnico que fornece parâmetros para a criação e manutenção de planos de Contribuição Definida (CD). Com as informações do estudo, a Subsecretaria poderá dar um suporte ainda mais efetivo aos entes públicos que buscarem orientações sobre a instituição de previdência complementar para os seus servidores.

Ainda no Regime de Previdência Complementar operado pelas EFPC, convém destacar o conteúdo das Instruções Previc no 5 e no 7/2017. A primeira

dispõe sobre o enquadramento das EFPC como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), fortalecendo a supervisão prudencial e a proporcionalidade regulatória, ao considerar o porte e relevância dessas entidades para o sistema. A segunda trata da instauração da supervisão permanente no âmbito das ESI.

Além dessas, merece menção a normatização que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar operado por EFPC, por meio da Instrução Previc no 15/2017. Seu objetivo é o de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios e de cada entidade de previdência complementar.

Considerações e Perspectivas

No âmbito do RGPS, está em tramitação no Congresso Nacional a aprovação da reforma da previdência, PEC no 287/2016. A reforma da previdência também é essencial para a sustentabilidade futura dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O atual modelo de supervisão dos RPPS depende da revisão de seu marco normativo, que permita afastar os questionamentos judiciais à atuação da União, bem como do fortalecimento da estrutura de pessoal e sistemas.

Em relação ao RPC, nos processos de atuação na formulação e no acompanhamento estratégico das políticas públicas e diretrizes do Regime de Previdência Complementar (RPC) foram desenvolvidas as seguintes atividades: avaliação de propostas de alteração de normas e seus possíveis impactos no Regime e nos resultados das EFPC; proposição de normas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC); e coordenação e articulação do processo de negociação e do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho, celebrado entre a Previc e o Ministério da Fazenda.

A Previc implementou agenda estratégica em 2017 com diversos aperfeiçoamentos regulatórios e de supervisão. Além de trabalhar na reformulação das regras de investimentos e na alteração da dosimetria de penas, a autarquia construiu modelo de proporcionalidade regulatória que prevê nível de exigências conforme porte e risco das fundações. Também divulgou medidas prudenciais preventivas

que disponibilizam ao órgão supervisor controles adicionais de atuação em situações graves, antes da materialização de riscos. Em conexão com o esforço para aumentar o reconhecimento e a credibilidade do setor de previdência complementar fechada, há expectativa de que o ano de 2018 seja, em especial sob o aspecto da rentabilidade, promissor para os fundos de pensão no País.

PROGRAMA 2034

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO

A construção da Promoção da Igualdade Racial como política de governo e de Estado faz parte do processo histórico de aprimoramento da democracia no Brasil. Vários atores sociais e políticos têm sido responsáveis pelas lutas sociais por uma sociedade e Estado mais democráticos para todos, considerando a complexa trama entre desigualdades e diversidade.

Nos últimos 14 anos, a Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como objetivo geral promover igualdade racial e o enfrentamento do racismo, estimular políticas que beneficiem comunidades e povos tradicionais, estimular políticas públicas de ações afirmativas e gerenciar o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), tem implementado a política de promoção da igualdade racial como temática transversal no âmbito da pactuação federativa. Os exemplos, por si, permitem compreender o processo de institucionalização da promoção da igualdade racial, como política transversal e intersetorial.

Principais Resultados

Como principais resultados do Programa em 2017 destacam-se:

- Realização das conferências livres, municipais e estaduais, como fases preparatórias à IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) a ser realizada em 2018;
- Finalização da revisão de textos dos livros “Historia Geral da África - Ensino Fundamental” e “Quilombos do Sul” para serem impressos e distribuídos às escolas da rede pública nacional, no ano de 2018;
- Lançamento da cartilha e manual para gestores sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com realização de duas oficinas (Brasília e Salvador) com médicos para tratar da saúde da população negra e da campanha sobre o racismo no Sistema único de Saúde (SUS);
- Realização de reuniões do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ);
- Realização de três reuniões com representantes da sociedade civil para a discussão do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;
- Realização do Edital de Chamamento Público SEPPIR nº 04/2017, com a formalização de 14 convênios, junto a diversos estados e municípios;
- Realização de reuniões preparatórias para a construção do I Plano Nacional para Povo Cigano, com a participação de lideranças nacionais dos povos ciganos;
- Promoção da cessão de duas áreas para comunidades ciganas no Distrito Federal, inaugurando um procedimento de regularização fundiária para comunidades que buscam sedentarização.

Com relação aos indicadores do Programa, destacam-se o número de comunidades quilombolas certificadas, que cresceu de 2.414 em janeiro de 2015 para 3.051 em 2017, e o número de famílias ciganas no CadÚnico, que passou de 3.367 em 2014 para 8.218 em 2017.

Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Racial

Em 2017, foi realizado o acompanhamento e a avaliação dos resultados da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que garante reserva de 20% das vagas dos concursos públicos da Administração Pública Federal, sob a coordenação da SEPPIR em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a partir de dados estatísticos sobre as carreiras e a evolução de sua composição racial, a quantidade de candidatos inscritos e aprovados de acordo com perfil racial por edital, dentre outros, realizado por meio de um Painel de Monitoramento desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Na mesma perspectiva, em 2017 foi criado Grupo de Trabalho, composto por Ministério do Planejamento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), com a finalidade de regulamentar os procedimentos complementares de heteroidentificação dos candidatos negros para concorrer às vagas reservadas, previstas no art. 2º da Lei nº 12.990/2014, com emissão de minuta de Instrução Normativa para aprimoramento do trabalho das comissões. Ainda no âmbito do GT, foi realizado em setembro de 2017, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o “Seminário jurídico sobre a política de cotas no serviço público: avanços e desafios”.

Em relação à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garante reserva de vagas nas universidades federais aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, foi realizada articulação com as Universidades Federais para Sistematização, Análise e Consolidação dos dados, e junto ao Ministério de Educação (MEC) para a construção da orientação normativa para regulamentar as comissões de heteroidentificação.

Com relação ao Sinapir, foram assinados oito convênios no âmbito do Edital de Chamamento Público

SEPPIR nº 04/2017, para apoiar projetos de Ações Afirmativas desenvolvidos por órgãos de promoção de igualdade racial ou órgãos da administração dos entes federados, com as seguintes linhas de fomento:

- Projetos de formação para gestores públicos tais como: cursos, oficinas, seminários e publicações com conteúdo e ênfase na abordagem e enfrentamento ao racismo institucional;
- Projetos de valorização da vida, proteção, empoderamento e atendimento social de adolescentes e jovens negros em situação de vulnerabilidade social e violência, com ênfase em projetos de economia solidária, empreendedorismo e geração de renda;
- Ações que visem à construção de instrumentos pedagógicos para implementação da Lei nº 10.639/2003, entre outras legislações de promoção da igualdade racial;
- Projetos que promovam a visibilidade da população negra de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) com enfoque no acesso ao mercado de trabalho e empreendedorismo, no combate à violência, ao racismo e à lgbtfobia, por meio de cursos, oficinas, seminários, campanhas ou outra atividade, conforme a realidade institucional local;
- Projetos que estimulem e fortaleçam as ações afirmativas voltadas para mulheres negras, com ênfase em: cultura, geração de renda, violência doméstica e saúde.

Reversão de Representações Negativas da Pessoa Negra

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, é uma ação afirmativa e valorizativa no âmbito da educação. Com essa Lei, a população negra poderá se ver representada em todos

os seus aspectos de existência e resistência, apontando para as responsabilidades de emancipação política por meio da luta coletiva e de sua difusão nas práticas estruturantes na esfera da educação. Desta forma, foi firmado convênio com a prefeitura de Joinville, visando promover a qualificação de profissionais de educação e disponibilizar material didático nesta temática. Ademais, foram apoiadas atividades culturais que expõem a temática racial em suas diversas formas.

Juntamente com o Ministério da Educação, foi finalizado e revisado material e contratada gráfica para imprimir os livros “Historia Geral da África - Ensino Fundamental” e “Quilombos do Sul” para serem distribuídos às escolas da rede pública nacional, com previsão de distribuição no ano de 2018.

Enfrentamento do Racismo e Redução de Mortes Evitáveis

A parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) desenvolve ações de Enfrentamento do Racismo Institucional, com consultoria especializada no âmbito do Plano Juventude Viva, desenvolvidas nos ministérios e estados prioritários. A referida consultoria também visa à realização de ações formativas para líderes jovens negros e negras, com vistas a formação de uma rede de juventude negra para enfrentamento do racismo, bem como fornece base metodológica e de informação necessárias para formular políticas públicas de mitigação da violência contra comunidades quilombolas.

Foi estabelecida parceria, desde 2016, com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), para implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial, objetivando dotar a SEPPIR de instrumentos e de mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, além de fornecer base metodológica e

de informação necessária para formular políticas públicas que avancem na prevenção à violência contra as mulheres negras. Prevalece ainda um alto índice de morte materna, sendo que o racismo é o grande entrave para efetivação do direito à saúde, posto que produz iniquidades que, no limite, reduzem a expectativa de vida da população negra.

Merecem destaque ainda o lançamento da cartilha e manual para gestores sobre a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra, com a realização de duas oficinas (Brasília e Salvador) com médicos para tratar da saúde da população negra, além do lançamento da campanha sobre o racismo no SUS.

Agenda Social Quilombola

Em 2017, foram realizadas a IV, V, VI e VII Reuniões Ordinárias do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ), em que foi abordada a atualização das ações dos órgãos parceiros dentro do Programa Brasil Quilombola (PBQ); aprofundada a necessidade do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SMPPIR); pautadas pela continuidade das discussões sobre a reformulação do Decreto nº 6.261/2007, principalmente quanto: a) incluir a sociedade civil como membro permanente; b) atualizar os representantes titulares e suplentes de cada órgão participante; c) incluir o quinto eixo Agenda Socioambiental Quilombola; e d) inserir novos órgãos do Governo Federal que possuam agendas com esse segmento populacional; e pautar e examinar as demandas de Comunidades Quilombolas, enviadas à SEPPIR, em conjunto com a Coordenação Regularização dos Territórios Quilombolas da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como consequência das respostas dos órgãos parceiros foram realizadas ações conjuntas junto a sete Comunidades Quilombolas do Estado de Rondônia, protagonizadas pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Fundação

Nacional de Saúde (Funasa), Ministério da Integração Nacional, INCRA, Fundação Cultural Palmares e Ouvidoria Nacional (Ministério Público Federal).

Direitos e Acesso a Políticas Públicas – Povos de Matriz Africana

Com relação aos povos de matriz africana, foram realizadas três reuniões com representantes da sociedade civil para a discussão do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Foi dada continuidade aos trabalhos das consultorias contratadas no âmbito da cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a saber: consultoria especializada para elaboração de estudos sobre as políticas públicas orientadas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, nos Eixos “Territorialidade e Cultura” e “Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Social”, no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros (2016-2019).

Ainda no escopo desse mesmo Plano, foi realizada uma consultoria especializada para elaboração de estudos sobre as políticas públicas orientadas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, nos Eixos “Garantia de Direitos” e “Superação do Racismo e Combate à Violência”. Além disso, foi contratada também consultoria especializada para auxiliar na implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, por meio da realização de estudo sobre as demandas e formas de organização da sociedade civil.

Direitos e Acesso a Políticas Públicas – Povos Ciganos

No âmbito dos Povos Ciganos, foram realizadas reuniões preparatórias para a construção do I Plano

Nacional para Povo Cigano, que contou com a participação de lideranças nacionais dos povos ciganos.

Promoveu-se ainda o incremento da inclusão desse segmento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Até novembro de 2017, 8.218 famílias foram identificadas no CadÚnico como ciganas. Houve também parceria entre a SEPPIR, a Secretaria de Patrimônio da União e o Governo do Distrito Federal, em que foi promovida a cessão de duas áreas para comunidades ciganas no Distrito Federal, inaugurando um procedimento de regularização fundiária para comunidades que buscam sedentarização.

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)

No que tange ao Sinapir, foi realizado Edital de Chamamento Público SEPPIR nº 04/2017, resultando na formalização de seis convênios, junto aos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul e dos municípios de Aracaju-SE, Campinas-SP, Feira de Santana-BA e Pompeu-MG.

Merece destaque ainda a criação do Grupo de Trabalho de Políticas para a População Negra, composto por dezessete ministérios e quatro Secretarias, com visitas aos Estados de Rondônia, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás e Pará, bem como a realização das conferências livres, municipais e estaduais como fases preparatórias à IV Conferência Nacional de Promoção Igualdade Racial (Conapir), a ser realizada em maio de 2018.

Considerações e Perspectivas

No ano de 2017, houve significativos avanços na promoção da igualdade racial e superação do racismo. Merece destaque a retomada das reuniões do Conselho Nacional de Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR), com a efetiva participação da sociedade civil na definição dos rumos das políticas relativas à população negra. A

realização das conferências municipais e estaduais, iniciadas em 2017 e continuadas em 2018, são fundamentais para a identificação das demandas da população negra nos níveis locais. Em maio de 2018, o processo de participação social terá seu ponto mais importante com a realização da IV Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CONAPIR).

A implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana será fundamental para as demandas desses grupos historicamente marginalizados, com destaque para ações que combatam de forma efetiva as crescentes manifestações de intolerância religiosa, que têm no racismo sua origem mais profunda. Na mesma perspectiva, será fundamental a implementação do Plano Juventude Viva, com a articulação dos

entes subnacionais para sua plena execução. Na temática das comunidades quilombolas, deverá ser dada continuidade à garantia do acesso à terra e aos direitos sociais ainda negados.

Na temática das ações afirmativas, em 2017 foi finalizado o Grupo de Trabalho para a definição de Instrução Normativa que vai regulamentar a implementação das Comissões para Heteroidentificação para a ocupação das vagas reservadas à população negra pela Lei 12.990/14. Com a sua regulamentação, espera-se a diminuição de fraudes e a garantia da segurança jurídica para a realização dos concursos públicos. Além disso, poderá servir de modelo para a reserva de vagas nas universidades públicas, cuja Lei ainda tem sido usada por indivíduos não negros, maculando os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.

PROGRAMA 2044

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

O reconhecimento da juventude como um público para o qual as políticas públicas têm dado crescente atenção decorre de seu entendimento não apenas como uma fase de transição ou de formação do indivíduo, mas uma etapa completa de seu ciclo de vida. É na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social, superando a sua condição anterior de dependência e proteção, exigida pela infância e adolescência.

No contexto de reconhecimento de direitos da juventude e de elaboração de políticas que contribuem para sua promoção e garantia, foi aprovado em 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estabelece aspectos institucionais da política nacional de juventude, como os Conselhos de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O Estatuto da Juventude reconhece e visa garantir a essa população uma série de direitos, que vão desde o acesso à segurança e à justiça e demais direitos sociais, como saúde, educação e trabalho, passando por direitos difusos, como o direito à cultura, à diversidade e à igualdade e à participação social, reconhecendo as especificidades da juventude.

Atualmente, o Brasil tem uma população de aproximadamente 50 milhões de jovens – quase 25% da população total do país. Essa “onda jovem” se traduz em um fenômeno igualmente importante denominado “bônus demográfico”, no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população dependente, crianças e idosos. A otimização desse bônus, ativo importante no desenvolvimento do país, todavia, depende de que a população jovem alcance seu pleno desenvolvimento cidadão, o que

é condicionado em grande medida pela promoção e pelo acesso da juventude aos seus direitos.

A partir do reconhecimento de que as políticas públicas devem incidir sobre essa questão, o PPA 2016-2019 apresenta o Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude, no escopo da Diretriz Estratégica de “Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência”.

No contexto apresentado, o Programa Promoção dos Direitos da Juventude busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens trajetórias de emancipação ao longo dessa fase da vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Seus Objetivos, Metas e Iniciativas envolvem distintas abordagens (como territorialidade, federalismo, regionalidade) e consideram a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais – o que demonstra o caráter intersetorial e transversal da política de juventude.

Um dos Objetivos, de caráter central ao Programa Temático, trata da coordenação e consolidação da Política Nacional de Juventude, sendo que suas principais metas apontam para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e para o fortalecimento do Sistema Nacional de

Juventude (SINAJUVE). A partir destes instrumentos, pretende-se promover maior interação tanto com outras políticas, fomentando a transversalidade da temática, quanto com entes subnacionais, garantindo atenção às prerrogativas do pacto federativo e fomentando a descentralização das políticas de promoção dos direitos da juventude.

Um grande desafio tratado no Programa refere-se à questão das desigualdades de raça/cor no segmento juvenil que se expressam na vitimização pela violência e criminalidade. Dados do Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revelam que, em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014. No entanto, os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população e a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Assim, há um objetivo de promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Novo Plano Juventude Viva.

Os outros objetivos e suas metas apontam para políticas públicas mais específicas, que refletem diversos eixos de direitos presentes no Estatuto da Juventude. Na temática de trabalho e qualificação profissional, merecem destaque as ações para articular o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional. Ainda na questão do trabalho, são relevantes as ações para fomentar empreendimentos econômicos solidários. No âmbito da sustentabilidade e do meio ambiente, é de fundamental

importância a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Existe ainda um Objetivo específico voltado para fomentar o direito à participação social e representação juvenil. Com isso, pretende-se ampliar a interlocução com os movimentos, entidades e redes juvenis, por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). Além disso, existe a previsão de instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva deste público.

A execução do Programa Temático de Promoção dos Direitos da Juventude facilitará a efetivação dessas políticas com organizações parceiras e entes políticos, ampliando e qualificando os programas e ações e, sobretudo, colaborando no fortalecimento da participação das juventudes na construção e implementação das políticas públicas para o seu benefício e desenvolvimento.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Promoção dos Direitos da Juventude, destacam-se os seguintes: a taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados aumentou de 18,3% para 39,34 % entre 2013 e 2017; a taxa de óbitos de jovens de 15 a 29 anos de idade por acidente de transporte caiu de 28,55/100.00 para 22,95/100.000.

Quanto às execuções das principais metas do programa, estas se encontram descritas abaixo, por Objetivo.

Política de Juventude junto a Entes Federados e Organismos Internacionais

Dentro da visão geral do Programa Temático, podem-se destacar as ações realizadas em 2017 com a finalidade de alcance do objetivo de institucionalizar e

fomentar a política de juventude. Entre elas está a divulgação do Programa Identidade Jovem, programa que possibilita a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos e renda social de até 2 salários mínimos ter acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. A divulgação do programa se dá por meio da Caravana ID Jovem, tendo sido geradas, até Novembro/2017, 414.639 carteiras ID Jovem, em 25 Estados e no Distrito Federal.

Com relação à implementação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, foi contratado, em 2017, em conjunto com o Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas (UNFPA), um estudo sobre os primeiros cinco eixos do plano – Mudanças Climáticas, Recursos Hídricos, Educação e Justiça Ambiental, Unidades de Conservação e Patrimônio Genético. O estudo está em fase de finalização e deve ser concluído em fevereiro de 2018. Toda a revisão e acompanhamento do material está sendo feita com os representantes das respectivas áreas que compõem o Comitê de Juventude do Ministério do Meio Ambiente

Vulnerabilidade Social de Jovens em territórios com alta incidência de homicídios

Relevante salientar a reativação do Fórum de Gestores Estaduais e Municipais de Juventude, que é um espaço coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude para articular iniciativas e políticas públicas com os representantes de juventude dos entes federativos. O Fórum é formatado para acontecer em encontros semestrais. No primeiro semestre de 2017, foram realizadas as eleições de cada fórum e das respectivas mesas diretoras. Os fóruns já iniciaram as discussões e têm ocorrido reuniões periódicas.

Políticas Públicas de Promoção dos Direitos dos Jovens

Destaca-se em outro ponto a continuidade da meta de consolidar o Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios, no objetivo de coordenação e articulação de políticas públicas que promovam os direitos dos jovens. Neste sentido foram firmados, em 2017, 18 novos convênios para implantação de novas unidades do Programa Estação Juventude.

A meta de capacitar 800 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã visa a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Foram capacitados, no período 2016-2017, 931 alunos nas regiões Sudeste e Nordeste, superando a meta estabelecida para o PPA.

Direito da Juventude à sustentabilidade e ao Meio Ambiente

No ano de 2017, foi contratado um estudo sobre os primeiros cinco eixos do Plano Nacional de Juventude – Mudanças Climáticas, Recursos Hídricos, Educação e Justiça Ambiental, Unidades de Conservação e Patrimônio Genético. O estudo está em fase de finalização e deve ser concluído em fevereiro de 2018. Para a realização do estudo, o Ministério do Meio Ambiente atuou em conjunto com o Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas (UNFPA). Toda a revisão e acompanhamento do material está sendo feita pelo Departamento de Articulação Institucional juntamente com os representantes das respectivas áreas que compõem o comitê de juventude do Ministério do Meio Ambiente.

Para 2018, está previsto a realização da segunda parte do estudo que contemplará os eixos restantes do Plano Nacional de Juventude, quais sejam: Biodiversidade, Resíduos Sólidos, Produção e Consumo Sustentável, Regularização Ambiental, Gestão Territorial, Produtos Químicos e Substâncias Perigosas.

Também no ano de 2017, foram capacitados 880 jovens no âmbito da meta do PPA de realizar ações que contribuam com a autonomia, emancipação e a inclusão produtiva de mil jovens em unidades de conservação de uso sustentável e entorno no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As ações de capacitação ocorreram nas seguintes unidades de conservação: Resex do Rio Unini; Resex Quilombo Frechal; Parque Nacionais Alto Cariri e Pau Brasil; RESEX de São João da Ponta; Parque Nacionais Alto Cariri e Pau Brasil; RESEX de São João da Ponta; RESEX Mar Soure; Resex Chico Mendes; Flona Tefé; RESEX Mar Soure; Resex Cazumbá Iracema; Rebio Tapirapé. Considerando os 278 jovens capacitados em 2016 resulta um total de 1.158 jovens capacitados no biênio 2016-2017, superando a meta estabelecida.

Participação Social e Política e Representação Juvenil

Em dezembro de 2017 ocorreu a 45ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Na ocasião, o CONJUVE participou também de reunião da Comissão Especial no Plenário da Câmara dos Deputados sobre o Plano Nacional de Juventude.

O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do Governo Federal e 40 da sociedade civil. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para que a política juvenil se transforme, de fato,

no Brasil, em uma política de Estado. A partir da publicação do Decreto nº 9.024/2017, foi realizada nova eleição de representantes.

Atenção Integral à Saúde e à Qualidade de Vida dos Jovens

Em 2017, deu-se continuidade ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que tem como pressuposto a educação pelo trabalho e disponibiliza bolsas para Tutores, Preceptores (Profissionais dos Serviços) e Estudantes de Graduação da Área da Saúde, sendo uma das estratégias do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), em implementação no País desde 2005.

Outro produto é promover o envolvimento de estudantes e jovens da comunidade nos processos locais de implantação dos Contratos Organizativos de Ação Pública - Ensino Saúde.

Os projetos aprovados no programa PET-Saúde têm como compromisso discutir as bases dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) nos territórios onde as ações previstas se desenvolvem e os estudantes envolvidos tem papel de mobilização de seus pares, bem como acompanhamento do processo. Em 2016 foram registrados 1.111 estudantes bolsistas e 1.555 voluntários cadastrados no sistema, totalizando 2.666 estudantes. Em 2017, foram registrados 1.132 estudantes bolsistas e 1.690 voluntários cadastrados no sistema, totalizando 2.822 estudantes. Com isso, chegou-se a 5.488 jovens envolvidos no biênio 2016-2019, superando a meta do PPA de envolver 5 mil jovens em ações do PET-Saúde.

Considerações e Perspectivas

Para 2018, a Secretaria Nacional de Juventude dará continuidade ao Programa, com as articulações de políticas públicas que promovam os

direitos dos jovens por meio do desenvolvimento de parcerias com outros órgãos da Administração Pública Federal, como os Ministérios do Meio Ambiente, Defesa, Turismo, Cultura e Desenvolvimento Social, dentre outros, fomentando cada vez mais o acesso dos jovens aos benefícios das políticas públicas. Para isso, estão sendo planejadas ações de comunicação para difusão das informações aos beneficiários e correções nas execuções das ações ainda não implementadas.

Será dado prosseguimento também ao processo participativo de consolidação da versão final do Plano Nacional de Juventude, promovendo a propositura de um novo Projeto de Lei que estabeleça a garantia de que os governos – Federal, Estadual e Municipal – cumpram os direitos e as políticas de juventude.

Quanto à Consolidação do Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios, onde foram firmados 18 novos convênios, com execução para 2018, com perspectiva de mais 22 a serem conveniados para ampliação do programa em outras localidades do Brasil.

Por fim, a implementação do Plano Nacional de Juventude encontra-se com bom andamento, bem como as ações de divulgação. Para o ano de 2018, está prevista a conclusão do primeiro estudo “Juventude e Meio Ambiente” e sua apresentação na Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, no mês de junho de 2018. O estudo está sendo feito em articulação com o fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA).

PROGRAMA 2071

PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária é estruturado em quatro objetivos: (i) fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios; (ii) fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado; (iii) promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador; e (iv) promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas; que junto com suas 22 metas asseguram o acesso ao trabalho digno e à proteção social no mercado de trabalho por meio do cumprimento das normas constitucionais e legais.

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) abrange um conjunto de iniciativas relacionadas especialmente ao Programa Seguro-Desemprego (PSD), estabelecido pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e contempla ações tanto as políticas passivas como das políticas ativas com intuito de possibilitar crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza.

As políticas passivas oferecem algum tipo de assistência financeira temporária aos trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, que pode ser causada pelo desemprego involuntário ou por baixos salários. Dentre estas políticas, destacam-se os benefícios de seguro-desemprego e abono salarial.

As políticas ativas funcionam como um contraponto às políticas passivas prolongando o tempo de permanência dos trabalhadores na condição de empregados, reduzindo o tempo de (re)colocação dos trabalhadores desempregados, aumentando a probabilidade de obtenção de emprego, fomentando a participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda. Dentre estas políticas, destacam-se a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, a identificação da população pela Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e a geração e divulgação de informações sobre o mercado de trabalho.

O estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda é executado por meio de dois programas: o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O Proger compõe um conjunto expressivo de linhas de créditos especiais destinado à concessão de financiamentos focados no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, entre outras. O PNMPO tem o propósito de construir uma política de Estado que universalize o acesso ao microcrédito para milhares de microempreendedores populares que em condições normais de mercado não teriam acesso ao crédito.

Outro desafio importante para o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária é a garantia das formas e normas de contratação e às condições em que o trabalho é exercido, de maneira a alcançar a dignidade e o respeito ao cidadão. Isto demanda a implementação de planos

setoriais que visam formular, executar e monitorar políticas públicas com vistas à proteção social de grupos específicos de trabalhadores, bem como a implementação de projetos e ferramentas que promovam a organização e o compartilhamento de informações sobre o cenário das relações de trabalho no Brasil, com o propósito de apoiar políticas públicas subsidiadas em informações organizadas, consistentes e acessíveis à sociedade.

Outro importante campo de atuação do Programa refere-se ao estímulo à expansão de atividades e organizações socioeconômicas que promovem geração de trabalho e renda. Nessa linha, a economia solidária constitui-se em uma importante política de inclusão produtiva, ao fomentar a geração de renda por meio do trabalho coletivo e da autogestão.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: a taxa de rotatividade diminuiu de 43,8% para 32,6% entre ago/2014 e dez/2017; a taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional, passou de 14,55% para 11,48% entre dez/2013 e dez/2016; e a taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes reduziu-se de 42,3% para 35,85% no mesmo período.

A seguir são apresentados os principais resultados do Programa e de suas metas, separados por Objetivo.

Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

No ano de 2017, foram implementadas importantes ações que contribuíram para a melhoria e aprimoramento dos serviços oferecidos por meio do SPETR.

No intuito de promover uma maior aproximação com os usuários de seus serviços, o Ministério do Trabalho lançou o Portal Emprega Brasil (empregabrasil.mte.gov.br), que substituiu o Portal Mais Emprego. A

plataforma ficou ainda mais moderna e foram implementadas melhorias envolvendo o lançamento de dois aplicativos: o Sine Fácil e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Digital. Além disso, foi disponibilizado o serviço de auto atendimento para o Seguro-Desemprego Web, que permite que o benefício seja solicitado de casa, assim que o trabalhador receber os documentos demissionais. O procedimento não elimina a necessidade de o trabalhador ir ao posto de atendimento após preencher seu cadastro na internet, porém agiliza o atendimento com redução do tempo de permanência do trabalhador nas agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Somente em 2017, o aplicativo do Sine Fácil foi baixado mais de 866 mil vezes, alcançando cerca de 50 mil consultas diárias com mais de 200 mil trabalhadores encaminhados para uma vaga de emprego. Merece destaque, também, o projeto de padronização da rede de atendimento do Sine, desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 2017, novos produtos foram incorporados ao projeto, além da elaboração de manuais, cartilhas e vídeos institucionais que visam à padronização das atividades e estrutura física da rede de atendimento.

Quanto à gestão dos registros administrativos, foram implementadas melhorias que impactam diretamente o aprimoramento da concessão dos benefícios trabalhistas. Foram incluídos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) os campos relativos à reforma trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas decorrentes da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Em 2017, a taxa de participação do sistema nas admissões do mercado de trabalho formal foi de 3,7%. Considerando o resultado obtido em 2016, de 3,34%, houve um incremento de quase 10% na meta realizada. Importante destacar que, embora

tenha ocorrido decréscimo no total de admissões entre os anos de 2016 e 2017, o número de colocações realizadas pelo Sine passou de 476,7 mil, em 2016, para 539,1 mil, em 2017, o que aponta para uma melhoria de desempenho do SPETR, em especial das ações de intermediação de mão de obra.

O ano de 2017 também foi marcado pela retomada da execução das ações de qualificação social e profissional no âmbito do Ministério do Trabalho. O novo programa, denominado Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (Qualifica Brasil), instituído por meio da Resolução nº 783, de 26 abril de 2017, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), substituiu o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Com a aprovação da Resolução, o Ministério do Trabalho iniciou o desenvolvimento das modalidades do Qualifica Brasil previstas no Programa, disponibilizando, já em 2017, cursos de qualificação por meio da Escola do Trabalhador (escola.trabalho.gov.br/), que prevê a oferta de cursos de qualificação a distância, com utilização de plataforma web. No período, foram realizadas 182.567 inscrições nos cursos disponibilizados. A expectativa é que, a partir dessa retomada da oferta de cursos de qualificação em 2017, seja possível atingir a meta global pactuada para o período do PPA 2016-2019.

Crédito a Atividades Empreendedoras e Microcrédito Produtivo Orientado

As ações de fomento à geração de emprego e renda são executadas por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Em 2017, o Proger realizou cerca de 190 mil contratos, com um volume, aproximado, de R\$ 4,5 bilhões aplicados. Aplicando-se modelo de insumo

x produto, com base nos desembolsos nos setores produtivos financiados neste período, estima-se que o Proger contribuiu para a geração/manutenção de mais de 79 mil empregos diretos e indiretos.

Em 2016, foram 1,4 milhão de trabalhadores beneficiados com Proger; em 2017, cerca de 2 milhões, representando 85% da meta do PPA. O bom índice do número de beneficiados pela concessão do crédito, no biênio, é devido à priorização da aplicação dos recursos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador nas linhas de crédito voltadas às micro e pequenas empresas (maior fonte de emprego).

Com relação ao desempenho do PNMPO, o volume de crédito concedido no biênio, de acordo com informações prestadas pelos bancos públicos oficiais, foi de R\$ 19,78 bilhões, sendo R\$ 11,18 bilhões, em 2016, e R\$ 8,6 bilhões, em 2017, representado quase 53% da meta estabelecida para o quadriênio do PPA. No que concerne aos clientes atendidos, foram beneficiados 5,9 milhões de clientes no biênio, sendo 3,7 milhões, em 2016, e 2,2 milhões, em 2017.

No intuito de modernizar a legislação do PNMPO, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 802, de 26 de setembro de 2017, que simplificou processos e incluiu a possibilidade de utilização de novas tecnologias de orientação dos beneficiários de microcrédito, de forma a reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão dos financiamentos. A Medida Provisória também alterou a renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do PNMPO para até R\$ 200 mil, bem como instituiu Fórum Nacional de Microcrédito como instância destinada a promover o diálogo contínuo em torno do aperfeiçoamento do Programa, atendendo aos anseios dos entes operadores e reforçando a importância da participação social nas discussões afetas às políticas de governo.

Promover o Direito ao Trabalho Decente

A auditoria trabalhista é uma das formas de atuação mais eficazes para induzir ao trabalho decente, promovendo o cumprimento de normas constitucionais e legais do trabalho e ampliando a proteção social no ambiente de trabalho brasileiro.

Em 2017, foram realizadas 42,5 mil ações fiscais em segurança e saúde no trabalho, das quais 30,1 mil foram inspeções em empresas de segmentos econômicos prioritários.

Quanto às ações de inspeção do trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, foram realizadas 17 fiscalizações ao longo de 2017. Considerando as 25 ações realizadas em 2016, foi alcançado 42,4% das 99 ações fiscais programadas para o período do PPA.

Com relação às ações fiscais para erradicação das piores formas de trabalho infantil, foram realizadas 4,6 mil ações em 2017, que somadas com as 3,8 mil ações fiscais realizadas em 2016, representam 58% das 14.504 estabelecidas para o quadriênio.

No que cabe às ações de inspeção do trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados, em 2017, foram realizadas 10,3 mil ações. Em 2016, foram realizadas 7,1 mil ações, totalizando, no biênio, 17,4 mil ações, o que corresponde a 45,3% do previsto para todo o período de 2016 a 2019.

Quanto à atuação da Inspeção do Trabalho para inserção de aprendizes no mercado de trabalho, foram realizadas 47,8 mil ações. Somadas com as 29,5 mil ações de 2016, há um alcance de 41,9% do estabelecido para o quadriênio.

Foi também realizado convênio com a Universidade de Brasília (UnB) para o desenvolvimento de ecossistema Big Data e de Inteligência Artificial,

que teve como primeiro produto o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, que foi disponibilizado aos cidadãos (enit.trabalho.gov.br/radar) e apresenta as primeiras informações sobre a fiscalização do trabalho. Para 2018, espera-se que os dados obtidos por meio de tratativas com outros órgãos e inseridos no ecossistema Big Data possam aperfeiçoar o planejamento da inspeção do trabalho, assim como o monitoramento dos resultados, de forma a incrementar a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações fiscais.

Em 2017, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) desenvolveu e divulgou 67 estudos e pesquisas. Somados aos 55 apresentados em 2016, foi alcançado 68% da meta estipulada para o período do PPA. Destaca-se também a substituição das publicações impressas e multimídia pela disponibilização para download, o que tem permitido atingir um maior número de pessoas com custos menores.

No tocante à análise dos processos de registro sindical, devido à adoção de melhores práticas gerenciais, houve um aumento no número de análises em torno de 30% no último trimestre do ano.

Em 2017, o sistema Homolognet permaneceu obrigatório para homologação de rescisão de contrato de trabalho nas Superintendências Regionais do Trabalho, e o tempo médio para realização das homologações permaneceu inalterado em relação ao ano anterior, ficando em 20 dias.

Economia Solidária

O Governo Federal tem implementado políticas públicas de economia solidária para promover o fomento de processos associativos e em rede que permitam organizar o trabalho, a produção e o consumo, integrando opções econômicas, organização cidadã e a dinamização territorial e comunitária. Essas políticas garantem o acesso a investimentos,

à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias.

Em 2017, foram apoiados 1,3 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), beneficiando 16,9 mil pessoas. Esse quantitativo se refere a uma diversidade de ações voltadas ao fortalecimento de EES, tais como empreendimentos incubados, projetos de redes de cooperação, que atuam no sentido de qualificar, promover e organizar a produção, comercialização e consumo.

Dentre os empreendimentos apoiados, 513 dizem respeito ao fomento e organização em redes de cooperação visando adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo. Para tal, foi realizado um chamamento público que resultou na seleção de 10 organizações da sociedade civil de diferentes partes do Brasil para executar ações de redes de economia solidária. Como público alvo da ação, encontram-se mulheres e jovens agricultores familiares.

Em 2017, as ações de finanças solidárias foram apoiadas com a seleção e o fomento a novos projetos para beneficiar aos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos e cooperativas de crédito solidário. Ao todo, essas ações estão beneficiando 4,7 mil pessoas em 234 EES, ampliando o acesso ao crédito para segmentos vulneráveis da população.

Quanto à formação de pessoas em economia solidária, contemplando as necessidades dos EES, de entidades de apoio e fomento e de gestores públicos, foram beneficiadas 5 mil pessoas em 2017, totalizando 44,1 mil pessoas no biênio do PPA.

Considerações e Perspectivas

Além da retomada da oferta de cursos de Qualificação Social e Profissional, o ano de 2017 foi

marcado pela implementação de um conjunto de iniciativas relacionadas ao SPETR, visando facilitar o acesso dos trabalhadores aos serviços ofertados na rede Sine, reduzindo a necessidade de o trabalhador ir a um posto de atendimento. Nesse sentido, há a expectativa de ampliar a oferta de cursos de qualificação, bem como de ampliar a participação do Sine nas colocações de trabalhadores em vagas de empregos, com a disseminação do aplicativo Sine Fácil.

Outro ponto que merece atenção diz respeito à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 5.278/2016, que visa dotar a rede Sine de uma nova estrutura para a gestão e operacionalização das suas ações e serviços, bem como trazer melhorias substanciais à forma de repasse de recursos aos estados e municípios e a toda a gestão das ações.

Quanto às ações de fomento à geração de emprego e renda, destaca-se que 3,4 milhões de trabalhadores já foram beneficiados com o Proger nos dois primeiros anos do PPA, o que representa 85% da meta total prevista. Com relação ao PNMPPO, espera-se aumento do número de clientes atendidos pelo Programa nos próximos anos, considerando a publicação da Medida Provisória nº 802/2017, que simplificou processos para concessão do microcrédito produtivo orientado e possibilitou a utilização de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito.

Em 2018, o Ministério do Trabalho pretende aperfeiçoar seus esforços com intuito de que os objetivos sejam cumpridos ao final do PPA 2016-2019, aprimorando as políticas públicas que compõem o SPETR, bem como a democratização das relações do trabalho, por meio de ações que promovam o diálogo social, a negociação tripartite entre trabalhadores, empregadores e governo, o fortalecimento da economia solidária de forma a consolidar um cenário trabalhista favorável à justiça social e de retomada do crescimento econômico.

PROGRAMA 2063

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Programa Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência tem como eixo principal a criação de um modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação do Estado, o qual serve de base para a promoção da eficiência e da harmonia na avaliação da deficiência, necessária em diversas políticas públicas. Também, busca a melhoria do acesso a bens e serviços públicos, o fomento à participação social, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, e a promoção do exercício equitativo dos mesmos.

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Além disso, a deficiência possui múltiplas dimensões, abrangendo pessoas de diferentes gerações, etnias, gêneros, situações sociais, regiões e religiões.

Encontram-se em adiantado processo de regulamentação os artigos 44, 45 e 122 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que versam, respectivamente, sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida em locais de espetáculo e similares; sobre o estabelecimento de percentual de dormitórios acessíveis em empreendimentos de hospedagem existentes e a aplicação do desenho universal em novos empreendimentos; e sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte no cumprimento da LBI.

Principais Resultados

Atualmente, quase 600 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência estão em funcionamento, estando presentes em todos os estados da federação.

Destaca-se também o Curso de Introdução à Libras, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), na modalidade EaD (Educação a Distância), que contou com 15.579 inscritos em 2017.

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: a proporção de escolas públicas acessíveis avançou de 19% para 35,22% entre 2013 e 2016, e o percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência, que aumentou 21,88% (de 0,64% para 0,78%) entre jan/2015 e dez/2017. Também as escolas públicas com salas de recursos multifuncionais aumentaram de 25% para 31% entre 2013 e 2016.

A seguir, destacam-se os resultados das principais metas do Programa, organizadas por Objetivo.

Direitos da Pessoa com Deficiência e Igualdade de Oportunidades

A criação dos instrumentos de avaliação e a implantação da avaliação biopsicossocial da deficiência no âmbito do Governo Federal contribuem para o aperfeiçoamento do acesso do público com deficiência às políticas públicas, com equiparação de oportunidades com as demais pessoas. No decorrer

de 2016 foi estabelecida a equipe de pesquisa responsável pelo projeto de pesquisa-ação, que visa analisar a apropriação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) nos instrumentos de avaliação da deficiência e propor os aperfeiçoamentos.

O instrumento de avaliação da deficiência está em fase final de validação de conteúdo, e será testado no decorrer de 2018, para ser implantado para as políticas públicas federais voltadas às pessoas com deficiência.

A primeira fase de formulação do Modelo Único de Avaliação de Deficiências foi finalizada, estando previstas, na sequência, a realização de testes piloto e validação do instrumento de avaliação.

O Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência identificou 31 ações, entre benefícios, serviços e políticas públicas, em que a avaliação da deficiência deve ser realizada para caracterizar os cidadãos com deficiência.

O Programa Cão-Guia, dado o seu ineditismo e sua complexidade, ainda demanda avanços para se consolidar como uma política de formação de treinadores e instrutores de cães-guia, com parâmetros e padrões técnicos internacionais. Os Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia estão sendo estruturados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o repasse de recursos mediante Termos de Execuções Descentralizadas, a fim de adquirir equipamentos (mobiliário, tecnologia da informação, climatização, aparelhamento da clínica de apoio e livros) e manutenção (aquisição de cães, mão de obra, material de consumo, despesas administrativas, material de consumo), que se encontra em fase de estruturação.

No que tange à produção, à edição e à distribuição de livros em formatos acessíveis, o Governo

Federal participou de oficinas promovidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o objetivo de elaborar as diretrizes para o desenvolvimento de materiais didáticos digitais acessíveis, bem como os requisitos necessários às ferramentas de leitura desses livros digitais. Busca-se, neste momento, parceria com o Fundo para concluir o desenvolvimento dessas ferramentas de leitura e de autoria de livros didáticos digitais acessíveis e testá-las por meio de estudos de caso, com vistas a sua avaliação e disseminação.

A inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, tanto no setor privado quanto no público, vem ensejando medidas mais efetivas para garantir o cumprimento da legislação. Além disso, busca-se articular a regulamentação de dispositivos legais conjuntamente com as demais políticas setoriais, para promover a inclusão no trabalho, a habilitação e a reabilitação profissional, o acesso a órteses e próteses e ao cuidado.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) manteve sua forte atuação na consolidação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. A Comissão de Apoio aos Conselhos atuou proativamente na consolidação dos conselhos existentes. O apoio aos conselhos tem como objetivo promover a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social, por meio de uma capacitação intitulada “Formação Continuada de Multiplicadores em Políticas Públicas”, quando também acontece o fornecimento de equipamentos e capacitação de conselheiros/as.

Acessibilidade e Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência

Em novembro de 2017, entrou em vigor todos os dispositivos do Regulamento Geral de Acessibilidade

em Telecomunicações, incluindo obrigações como a disponibilização de documentos em formatos acessíveis quando demandado pelo assinante e a implementação da Central de Intermediação de Comunicação (CIC) responsável por intermediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e demais usuários do serviço de telefonia fixa e móvel.

A Portaria Interministerial nº 1, de 12 de janeiro de 2017, padronizou o processo de coleta das informações por meio do Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital (FAD), elaborado pela equipe do governo eletrônico, e estabeleceu a produção de um plano de trabalho para melhoria contínua da acessibilidade digital.

Em contrapartida, os entes federados se comprometem a manter uma Central de Intérpretes de Libras (CIL) que proporcione atendimento especializado às pessoas surdas e surdo-cegas – permitindo que elas acessem bens e serviços públicos que lhes seriam inalcançáveis sem a interpretação. Atualmente existem 69 Centrais pactuadas.

Em outubro de 2017 foi publicada a Instrução Normativa nº 2, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece regras e diretrizes de acessibilidade a serem observadas nas obras e serviços de engenharia custeados com recursos de convênios e contratos de repasse. Esta IN cria instrumentos como a Lista de Verificação de Acessibilidade, o Projeto Executivo de Acessibilidade e o Laudo de Conformidade em Acessibilidade, condicionantes para os desbloqueios financeiros dos projetos e obras de arquitetura e engenharia.

Cabe ressaltar que o art. 112 da LBI, que dispõe sobre semáforos sonoros, foi regulamentado por meio da Resolução CONTRAN nº 704, 10 de outubro de 2017. Já os arts. 69 e 100 ensejaram a publicação do Decreto nº 8.953, de 2017, para incluir a acessibilidade e o desenho universal entre as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Consumo e Cidadania.

Visando garantir o bom desempenho do objetivo como um todo, estão sendo feitas gestões junto às autoridades competentes para solucionar algumas dificuldades e implantar medidas administrativas para otimizar o planejamento e a execução de articulação institucional.

Considerações e Perspectivas

De um modo geral, o ambiente normativo favorável e maduro, a atuação bem sucedida em relação a determinadas autoridades públicas para regulamentação em suas respectivas áreas de competência, a ausência de requisito financeiro para implementação de algumas soluções adotadas e, principalmente, a articulação de novas parcerias estratégicas, bem como a cobrança de compromissos políticos e legais que conferem suporte e maior eficácia às políticas públicas para a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, contribuíram para a execução do Programa.

Para 2018, objetiva-se implementar o modelo de Avaliação da Deficiência Unificada e o Cadastro de Inclusão, bem como finalizar a regulamentação dos dispositivos da LBI e os documentos que regularizarão as Centrais de Interpretação de Libras existentes.

PROGRAMA 2064

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A promoção dos direitos humanos deve compreender a realização de um conjunto de políticas norteadas pelos princípios da universalidade e da interdependência, considerando as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direito e cada coletivo no qual se inserem estes sujeitos na sociedade, considerando as particularidades dos indivíduos e grupos sociais moldados por um percurso peculiar conforme seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Considerando ser o Registro de Nascimento o ato de reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa, ou seja, de seu nome e nacionalidade perante a lei, é dever do Estado assegurar a cada pessoa nacional esse registro, outorgando-lhe a capacidade de se relacionar com o Estado enquanto cidadão, sendo este o primeiro passo para o usufruto pleno dos direitos da cidadania.

No que tange à liberdade religiosa como direito fundamental, o Brasil ainda busca fortalecer mecanismos de promoção e proteção.

Neste contexto de sensibilização, a educação em direitos humanos, compreendida como um processo sistemático e multidimensional, orienta a formação do sujeito de direitos e por isso está no escopo de todas as frentes de atuação da promoção dos direitos humanos. Cabe aos atores que atuam neste âmbito priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros.

No que se refere à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, deve-se considerar que a questão do envelhecimento assume contornos cada vez mais

complexos. Diante das novas tendências demográficas e da ampliação da longevidade em diversos países, à tradicional visão da pessoa idosa como aquela sujeita à incapacitação progressiva nos âmbitos físico, econômico e social, contrapõe-se uma mudança de percepção, em direção à maior possibilidade de integração e reinserção dinâmica da população idosa na sociedade. É extremamente relevante a ampliação e qualificação, nos três níveis federativos, de políticas, programas e serviços para a população idosa, contemplando as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer e trabalho e renda.

Para o fortalecimento da democracia, deve ser admitido que todas as pessoas que fazem parte da população do país tenham acesso garantido aos direitos humanos na sua plenitude. Em meio à população geral encontram-se populações vulnerabilizadas e uma delas é a de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). É papel do Estado implementar políticas públicas que garantam à população LGBT o pleno exercício de seus direitos humanos, especialmente por meio do combate à homofobia.

Ainda no contexto de populações vulnerabilizadas, é preciso atentar também para as condições das pessoas em situação de rua. Estima-se que o Brasil possua cerca de 50 mil pessoas nesta condição. No âmbito da defesa dos direitos humanos, é fundamental pensar em sua relação com a segurança pública, considerando incessantemente os valores da cidadania para a construção da paz. As ações do Ministério de Direitos Humanos nesta seara se concentram na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e na articulação e elaboração de diretrizes para a valorização do trabalho dos profissionais de segurança pública. No enfrentamento do trabalho escravo é prioridade a articulação

para manutenção do conceito do que é trabalho escravo e o estímulo à adesão ao Pacto Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A inserção social dos trabalhadores vitimados também é essencial para superação desta realidade, tendo em vista que pobreza e vulnerabilidade são o denominador comum das práticas de escravidão no trabalho.

No que tange à erradicação da tortura, as ações de prevenção e combate devem ser articuladas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como com a sociedade civil. Como uma forma de sistematizar essas ações e articulações, em 2006, a então Secretaria de Direitos Humanos propôs o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura (PAIPCT), que orientou as ações no âmbito Federal e no âmbito das unidades federativas.

É preciso salientar que tratar dos direitos humanos, independente de temática ou público, representa também cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida. Neste sentido, os programas de proteção possuem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas e estratégias do governo para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Entre as atribuições do Ministério dos Direitos Humanos está a de receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos da criança e do adolescente, de pessoa com deficiência, da população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais, da população em situação de rua e demais grupos sociais vulnerabilizados. Nesse contexto, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos atua como canal de diálogo da sociedade e tem como missão manter um canal de comunicação acessível e permanente entre a sociedade e os gestores públicos responsáveis por essas áreas, assegurando ao cidadão o registro de suas reclamações e denúncias de violações de direitos humanos, de modo a contribuir para o cumprimento do

dever do Estado de zelar pelas garantias individuais do cidadão, para que esse possa ter o pleno exercício de sua cidadania.

Por fim, a Ouvidoria tem como principal canal de diálogo e atendimento à população, o Disque Direitos Humanos – Disque 100; e por força do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos - #HumanizaRedes, a Ouvidoria Online e o Clique 100, canais disponibilizados para recebimento de denúncia em ambiente web.

Principais Resultados

Como principais resultados do Programa, destacam-se:

- A campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado: Respeite as Diferenças” para promover o esclarecimento da população em relação à naturalidade das múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero, e com isso reduzir as diversas formas de preconceito e violência contra a população LGBT;
- A realização de 350 adesões ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos;
- A adesão de 23 estados ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo;
- O lançamento do Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura;
- A realização da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, com 830 sessões de exibição entre maio e junho de 2017, com público espectador de 45 mil pessoas, nas 27 capitais.

Dentre os indicadores do Programa, merece destaque o número de Unidades da Federação visitadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que passou de um em 2015 para seis em 2017.

A seguir, apresentam-se os avanços em relação às principais metas, organizados por Objetivo.

Fortalecimento das Ações de Promoção dos Direitos Humanos

No intuito de contribuir para a fruição de direitos, o Ministério dos Direitos Humanos implementou, entre 2016 e 2017, diversas ações de educação em direitos humanos, a fim de incentivar o respeito aos direitos humanos e a valorização das diversidades dos variados públicos, bem como no intuito de prevenir violações de direitos. Entre elas estão: a realização do primeiro Concurso Nacional de pronunciamentos judiciais e acórdãos em Direitos Humanos; a realização da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos; o lançamento da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos; a realização do Projeto Educação para a Prevenção de Atrocidades Massivas na América Latina em parceria com o Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação (AIPR) e a realização de reunião da Comissão Permanente de Educação e Cultura em Direitos Humanos na XXX RAADH, na Presidência Pro-Tempore Brasileira; e a 5ª edição do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Outra importante ação foi a implementação do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos, realizada por meio da parceria entre Ministério dos Direitos Humanos e Ministério da Educação. O objetivo do pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação por meio de atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas instituições de educação superior. Até dezembro de 2017, foram realizadas 357 adesões ao Pacto, sendo 30 entidades apoiadoras (instituições, associações, organizações da sociedade civil, órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, fundações ou empresas nacionais e internacionais) e 327 instituições de ensino superior.

É válido mencionar, ainda, entre as ações de combate ao preconceito e à intolerância, os esforços envidados na promoção da diversidade religiosa. Em 2017, foi realizado o Seminário intitulado “Intolerância Religiosa no Brasil: Situação atual e perspectivas de enfrentamento”, bem como a apresentação do “Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil - Rívir”. Além disso, foi iniciada a veiculação, nas redes sociais, da campanha #RespeitoÉACrença.

A universalização do registro civil de nascimento (RCN) se faz essencial tanto como um direito humano em si, quanto um direito que possibilita o acesso a outros direitos. Para contribuir com esta ação, ocorreu em 2017 a realização da Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento, em comemoração aos 10 anos do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica; a elaboração de diretrizes de atendimento de registro civil de nascimento e documentação básica para comunidades quilombolas, população em situação de rua e comunidades extrativistas; a realização de oito mutirões para emissão de registro civil de nascimento e de seis oficinas de fluxos de encaminhamentos para acesso aos serviços de Registro Civil de Nascimento junto aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 2017 foi alcançada a marca de 99% de alcance para a meta do PPA de universalizar o registro civil de nascimento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, em seus diferentes níveis e modalidades.

Com o objetivo de avançar na implementação da política nacional para população em situação de rua, foram realizadas Mesas de Deliberação nas áreas de assistência social e habitação que estruturaram um novo modelo de políticas públicas de atendimento a este público, dando prioridade à questão da moradia. Além disso, ressalta-se a realização do Seminário para elaboração de propostas de capacitação e qualificação do atendimento dos Defensores

Públicos à População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, ocasião em que foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois órgãos, a fim de desenvolver um Programa de Efetivação e Educação dos Direitos da População em Situação de Rua.

Para enfrentar a violência sofrida pela população LGBT, foi apresentado, em 2017, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, com o objetivo de ampliar o diálogo do Governo Federal com os gestores locais e sociedade civil. A previsão é de que as adesões se iniciem no primeiro semestre de 2018.

Quanto à população idosa, é importante ressaltar a recente criação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Cabe ressaltar também que os recursos do Fundo Nacional do Idoso (FNI) custearam 53 kits, compostos por carro, computador, impressora, webcam, televisão, mesa e cadeiras para reunião, armário, arquivo, mesa e cadeira para atendimento, banco e bebedouro, para equipar os conselhos distrital, estaduais e municipais da pessoa idosa.

Na área do direito à memória e à verdade, em 2016 e 2017 foram enviados esforços para busca e localização de desaparecidos políticos. Ressaltam-se: a análise para determinação do sexo, idade e descrição de eventuais traumas, de 750 de um total de 1.047 caixas contendo restos mortais encontrados na Vala Clandestina de Perus, em São Paulo, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus (GTP); o início das análises de material genético das amostras ósseas relacionadas ao GTP em parceria com a “*International Commission on Missing Persons*” (ICMP); e a realização do “Seminário Internacional sobre Violência de Estado: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense”, em março de 2017, com o objetivo de formar profissionais de diferentes áreas para atuar na antropologia forense.

A atuação de todos na promoção dos direitos humanos é essencial para que se tenha sucesso na execução desta política. Esforços do Governo Federal devem ser aliados aos esforços dos demais entes governamentais e dos demais poderes. Além disso, não há como desprezar a participação social para o aprimoramento das ações implementadas nessa área. Em 2017, um projeto de fortalecimento da rede de direitos humanos foi iniciado, a fim de se avançar na discussão sobre o tema.

Proteção a Pessoas e Combate à Tortura e ao Trabalho Escravo

A atuação do governo na defesa dos direitos humanos passa necessariamente por ações que busquem, com a agilidade requerida, proteger a vida e integridade pessoal de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados, além de ações para prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo.

Entre as ações desenvolvidas em 2017 para alcançar o objetivo proposto, destacam-se: a organização de sete Reuniões Ordinárias e cinco extraordinárias da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE); a continuidade da articulação para manutenção do atual conceito de trabalho escravo, tal como definido no art. 149 do Código Penal que, em 2016, envolveu mobilizações no Senado Federal e sete audiências públicas nos estados; a adesão de 23 estados ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que foi lançado em dezembro de 2016; a implementação de duas novas Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo no Distrito Federal e em Roraima, totalizando 16 existentes atualmente e a construção de um novo Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Ceará.

Especificamente sobre o tema da tortura, cabe mencionar o lançamento do Pacto Nacional para Prevenção

e Combate à Tortura, publicado pela Portaria nº 346 em 19 de setembro de 2017, o qual contou com adesão dos estados do Rio de Janeiro e do Pará; a adesão do Comitê do Estado do Amazonas ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, totalizando duas adesões estaduais até o momento; a elaboração do “Guia para criar comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura”, com o intuito de apoiar a criação de novas instâncias de prevenção e combate à tortura nos demais entes federados. Além disso, cabe ressaltar a realização de seis reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em 2017 e de três reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias em 2016, bem como as quatro missões realizadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura aos estados do Rio Grande do Norte, Amazonas, Roraima e Tocantins.

Em relação aos programas de proteção, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) está atualmente presente em 13 estados, sendo que os demais são acompanhados pelo Programa Federal. Nos últimos anos, o Programa protegeu aproximadamente 700 pessoas por ano. Por sua vez, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) teve atuação em seis estados e os estados que não têm seus próprios programas são acompanhados pela Equipe Técnica Federal.

Adicionalmente, é importante registrar a atuação da Secretaria Nacional de Cidadania nos anos de 2016 e 2017 em discutir internamente fluxos e parâmetros sobre os instrumentos de transferência de recursos no âmbito dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, no intuito de aprimorar a execução desta política.

Canais de Escuta e Acolhimento

Com relação aos canais de escuta e acolhimento de denúncias, a Ouvidoria Nacional dos Direitos

Humanos avançou no diálogo com a sociedade civil e fortaleceu seus canais de comunicação com cidadãos e cidadãos, ampliando o acolhimento de denúncias de violações a direitos humanos. Foi realizado o mapeamento e diagnóstico das Redes Regionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que atuam no atendimento de demandas identificadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Cabe destacar que foi criado o módulo “pessoas em privação de liberdade” no canal de acolhimento de denúncias no Disque Direitos Humanos (Disque 100), o qual qualificou o acolhimento das denúncias e a compreensão das violações ocorridas em espaços de privação de liberdade. A Ouvidoria atua, também, em contextos de violações de direitos humanos na Mediação de Conflitos Coletivos tais como conflitos agrários e fundiários, violência no campo, crimes ambientais, irregularidades em projetos, conflitos, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários coletivos, ameaças de morte, assassinato e violência contra trabalhadores rurais, índios, quilombolas e ribeirinhos, grilagem de terras, conflitos fundiários urbanos, famílias atingidas por barragem, famílias acampadas precariamente, despejos violentos, entre outros.

Ressalte-se também que o Ministério dos Direitos Humanos realiza processos contínuos de capacitação da equipe responsável pelo acolhimento, análise e encaminhamento de manifestações de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos, no âmbito do Disque Direitos Humanos e Ouvidoria. A atualização das ferramentas tecnológicas e ampliação dos canais de denúncias online são práticas realizadas.

Considerações e Perspectivas

A implementação de ações de promoção e defesa dos direitos é um desafio e depende de diversos atores de governo e da sociedade civil. Avançar

nessas temáticas não é uma tarefa fácil e demanda uma conjugação de esforços.

Para 2018, a perspectiva é continuar avançando nas temáticas de educação em direitos humanos, disseminando uma cultura de respeito às diversidades e uma cultura de paz, com a realização da 12ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos, com a continuidade da implementação do Pacto Nacional Universitário e com a realização do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos. Além disso, espera-se avançar na promoção do registro civil de nascimento com a identificação de pessoas não registradas entre as populações mais vulnerabilizadas e com a manutenção do registro das crianças que nascem.

O avanço na promoção e defesa dos direitos de públicos específicos como população em situação de rua, pessoa idosa, público LGBT também será buscado. Para isso, será dada continuidade à articulação para implantação do novo modelo de política para população em situação de rua; com a implementação do Pacto Nacional LGBT e com o fortalecimento da política da pessoa idosa.

No âmbito das ações de combate à tortura, a previsão é de expandir o sistema nacional aos demais entes federados, a partir da adesão ao Pacto Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Para proteger pessoas ameaçadas, pretende-se aprimorar a execução dos programas existentes, a partir da instituição de uma comissão que se debruçará sobre a questão. Com relação ao combate ao trabalho escravo, a perspectiva é de assegurar conquistas, articulando a manutenção do conceito atual de trabalho escravo e de mecanismos que ajudam a combater a prática, como é o caso da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, conhecida como “Lista Suja”.

No intuito de enfrentar o quadro de violações de direitos humanos ainda existente, a perspectiva é aprimorar os fluxos de recebimento, tratamento e encaminhamento de denúncias recebidas pelos diversos canais disponibilizados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio da articulação com os órgãos envolvidos no processo e da capacitação dos receptores das denúncias.

PROGRAMA 2062

PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Ministério dos Direitos Humanos possui a função primordial de apoiar ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas. Dessa forma, promove a articulação dos diversos órgãos e sociedade civil, bem como contribui para implementação de campanhas de conscientização e das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Os desafios deste Programa 2062 são consolidar a política nacional de direitos da criança e do adolescente, e promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, integrando instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, que envolvam: o Sistema de Garantia de Direitos; a Agenda de Convergência; a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente; os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; os Sistemas de informações – SIPIA, Conselho Tutelar e SIPIA Sinase; as Escolas de Conselhos Tutelares e Direitos; o Sistema Nacional Socioeducativo; o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual; o enfrentamento da violência letal - PPCAM; o direito à convivência familiar e comunitária; o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos; e a erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.

Principais Resultados

Ao longo 2017, o Programa obteve avanços significativos, dos quais se destacam: Constituição de um grupo de trabalho específico voltado para o redesenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);

Criação da Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Consulta pública sobre o Protocolo de ações para proteção de Crianças e Adolescentes no contexto de Obras e Empreendimentos”; Intensificação da campanha intitulada “Respeitar, Proteger e Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente”, no período do carnaval de 2017; Entrega de 264 conjuntos de equipagem de Conselhos Tutelares, por meio de emendas parlamentares e recursos da União; Capacitação de 2.585 conselheiros dos estados do CE, PB e TO; Desenvolvimento da plataforma de treinamento do sistema SIPIA Conselho Tutelar; Acordo da Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal abrangendo 9 estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Roraima e Maranhão); Conclusão dos Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência e divulgação das peças da campanha do dia “18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e À Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”; Reativação da Comissão Nacional Intersetorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Seminário Nacional sobre o atendimento culturalmente adequado a crianças e jovens indígenas e a integração da rede do Sistema de Garantias de Direitos; e o XVII Encontro Nacional do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); e o IV Encontro Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destacam-se: a criação

dos Parâmetros Nacionais de Gestão, de Segurança e Arquitetônicos; a capacitação continuada de profissionais do meio aberto e do meio fechado, por meio da Escola Nacional de Socioeducação; o Programa de Educação a Distância e outros convênios com o intuito de formar os profissionais nos territórios e mapear a realidade do Sistema atual.

Finalmente, destaca-se que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte protegeu, entre janeiro e outubro de 2017, 435 crianças e adolescente e 652 familiares, totalizando 1.087 pessoas protegidas.

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: o número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados, passou de 1.312.989 em set/2013 para 619.730 em dez/2016; a taxa de frequência líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza, aumentou de 36,1% para 48,4% entre set/2013 e jun/2016.

A seguir são apresentados os principais resultados do Programa, organizados por Objetivo.

Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

Sobre a institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes, estabeleceu-se o desafio de atualizar a Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, organizando instâncias, instrumentos, diretrizes e fluxos para um funcionamento mais integrado das ações atualmente em curso. O objetivo é dar organicidade e fortalecer a política nacional dos direitos da criança e do adolescente.

Para tanto, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) constituiu, em 2017, um grupo de trabalho (GT) específico vol-

tado para o redesenho do SGD que contará com um estudo aprofundado de outros modelos de políticas da infância em outros países, assim como modelos de desenvolvimento de políticas nacionais e sistemas únicos como o SUS e o SUAS. A proposta, em desenvolvimento pelo GT, é sugerir a integração das várias comissões temáticas existentes hoje por meio de uma instância de coordenação vinculada à Carta de Estratégias, que trabalhará como um Comitê Nacional que analisa, monitora e coordena o desenvolvimento das ações de cada setor a partir de uma concepção integrada.

Outro elemento importante é a integração do Conanda com os Conselhos Estaduais e Municipais, em uma perspectiva permanente, garantindo a aplicação de suas decisões em nível local. Por outro lado, o desenho propõe fluxos claros de comunicação e integração entre os níveis federal, estadual, distrital e municipal, no que tange aos agentes da Política (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Por fim, pretende-se desenvolver instrumentos integrados referentes ao financiamento da política em cada ente federado, ao estabelecimento de um sistema integrado de informações e indicadores para a área da infância, ao avanço permanente dos marcos legais e ao desenvolvimento de uma política permanente de formação das redes da infância.

No que tange marcos legais, em 04 de abril de 2017, entrou em vigor a Lei nº 13.431 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Sobre o desenvolvimento e a promoção da implementação da Agenda de Convergências no contexto de obras e empreendimentos, desde 2014, o Ministério dos Direitos Humanos coordena um grupo técnico intitulado Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos, composto por representantes de organizações da sociedade civil, de

organismos internacionais, de empresas públicas e privadas e órgãos do governo, com o objetivo de formular orientações para a proteção de crianças e adolescentes que vivem em territórios impactados por empreendimentos de infraestrutura.

O trabalho deste grupo técnico evoluiu, em 2016, com a produção de um documento orientador, com caráter intersetorial e interinstitucional, intitulado “Protocolo de ações para proteção de Crianças e Adolescentes no contexto de Obras e Empreendimentos”. O documento estabelece orientações para a atuação do Estado, empresas (públicas e privadas), instituições financiadoras e sobre participação social. O eixo norteador do documento é a proteção dos direitos desse segmento ao longo de todo o ciclo da obra, desde a fase de planejamento até a operação do empreendimento.

Em 2017, o documento foi apresentado ao Conanda e colocado em consulta pública com o objetivo de dar visibilidade ao tema e levantar contribuições para a consolidação da versão final. Atualmente, o documento segue em finalização no âmbito da Agenda de Convergência, já que incorporou as contribuições da consulta pública e ainda requer aperfeiçoamento de dispositivos que assegurem sua legalidade e efetividade. A aplicabilidade do documento está sendo planejada em parceria com a Universidade Federal do Pará.

A finalidade do projeto, que se iniciou em 2017, é identificar os cenários de violações e de promoção dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios afetados por esses empreendimentos, propor mudanças e estabelecer diretrizes para a prevenção e redução dos impactos de obras e empreendimentos nos direitos de crianças e adolescentes.

O projeto tem previsão de encerramento no segundo semestre de 2018 e como resultado espera-se que contribua para o desenvolvimento das ações do Protocolo, o que inclui um processo de testagem

do documento. Outras iniciativas do Ministério dos Direitos Humanos para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos compreendem três publicações, produzidas no âmbito de projetos apoiados pelo Conanda, duas voltadas a proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes atingidos por barragens e outra sobre os impactos sociais de empreendimentos econômicos nas condições de vida de crianças e adolescentes.

Com o objetivo de aprimorar e disseminar a implementação da Agenda de Convergência Proteja Brasil, no período do carnaval de 2017, foi intensificada a campanha intitulada Respeitar, Proteger e Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente, desenvolvida no âmbito da Agenda de Convergência. A iniciativa contou com a parceria do Ministério do Turismo, Infraero, Frente Nacional dos Prefeitos, União Europeia, *Childhood* Brasil e Polícia Rodoviária Federal. Os materiais foram disponibilizados para *download* e enviados a algumas cidades brasileiras, Infraero e Polícia Rodoviária Federal.

A Campanha contou com eventos de divulgação nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. Além disso, são permanentes os esforços em ampliar o número de parceiros da metodologia da Agenda de Convergência. Com a expectativa de que as ações de mobilização, formação e engajamento ultrapassem o período das competições esportivas e sejam replicadas e disseminadas em mais eventos de grande porte, em parceria com a Frente Nacional dos Prefeitos, foi disseminada a metodologia da Agenda de Convergência para os municípios brasileiros. Durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no mês de abril em Brasília, foram realizadas oficinas para capacitação de gestores municipais.

Sobre o fortalecimento da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e a promoção

da sua implementação, está prevista para 2018, a repactuação com as instâncias do Poder Executivo e do Sistema de Justiça no âmbito federal e a renovação do Comitê Gestor Nacional para acompanhamento de sua implementação.

No campo do fortalecimento da atuação dos Conselhos de direitos da criança e do adolescente, dos conselhos tutelares e demais instâncias de participação e controle social, foi priorizado o programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, que traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares. Atualmente existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares no Brasil (dados da MUNIC 2014); desses, 2.771 já foram contemplados. Em 2017, foram entregues 264 conjuntos de equipagem.

A política nacional de formação de conselheiros é organizada pela Escola de Conselhos, que opera em parceria com Órgãos de Ensino Federais e Estaduais e Organizações por meio de convênios. São 19 escolas que já realizaram formações em todo o país, sendo 5 delas ativas (BA, CE, MT, PB e TO) em 2017. Cabe ressaltar que ao final de 2017 foram capacitados 2.585 conselheiros dos estados do CE, PB e TO.

Em conjunto com o Conanda, foi definido que ao longo de 2018 será realizado diagnóstico da implantação dos Comitês Gestores Estaduais do Sistema de Informações para Infância e Adolescência (SIPIA) Conselho Tutelar, no âmbito dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), conforme preconiza a Resolução Conanda nº 178, de 15 de setembro de 2016, uma vez que se trata de importante instrumento de gestão da implantação do SIPIA Conselho Tutelar, com a produção de informações relevantes para o monitoramento e avaliação da Política de Direitos da Criança e do Adolescente.

Sobre a gerência, produção e disseminação de dados, informações e conhecimentos sobre a política nacional dos direitos da criança e do adolescente em articulação com as esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, incluindo a integração e o aprimoramento dos sistemas de informação, destaca-se o desenvolvimento, em 2017, da plataforma de treinamento do sistema SIPIA Conselho Tutelar. A respectiva plataforma terá ambiente de produção lançada no primeiro trimestre de 2018. As coordenações Técnicas Estaduais do SIPIA Conselho Tutelar estão sendo preparadas para apoiar a capacitação e o suporte técnico aos usuários para o registro e produção de informações. Materiais instrucionais e módulos de ensino a distância estão sendo desenvolvidos para apoiar a ampliação do uso do sistema pelos Conselheiros Tutelares e gestores municipais e estaduais.

O sistema SIPIA SINASE realizará diagnóstico para identificar o nível e a qualidade da utilização, eventuais falhas e necessidades de aprimoramento, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um plano de trabalho específico para sua adequação ao uso dos gestores e usuários estaduais.

No que tange a articulação das ações de educação aos integrantes do sistema de garantia de direitos sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente, estão o fomento às Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas e a formação de profissionais das redes de atendimento a crianças e adolescentes, com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos de promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Atendendo às expectativas de um modelo mais funcional para ampliar o número de conselheiros formados, ao final de 2017 foi celebrado com o Instituto Federal de Rondônia a Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal. Trata-se de proposta

inovadora em que será ofertado o curso de 200 horas/aulas na modalidade a distância, por meio de tele-aulas transmitidas ao vivo, via satélite, de forma simultânea, em todos os Estados e polos abrangidos. Ao final do projeto, estima-se 4.490 conselheiros capacitados nesta região.

Cabe destacar ainda que no decorrer de 2017 foi trabalhada a Escola virtual sobre os direitos da criança e do adolescente, a ser implementada em 2018 pela Universidade de Brasília (UnB), por meio de projeto de cooperação internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Serão 8 módulos com os seguintes temas: Primeira infância; Direitos Humanos para crianças e adolescentes; Uso seguro da internet; Educação não-violenta; Atribuições do conselho tutelar; Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência; Prevenção da letalidade de crianças e adolescentes; Enfrentamento da Violência Sexual. Tal projeto alcança os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos, com estimativa de 1.000 vagas por módulo em EAD, e 8.000 vagas no geral.

Atendimento a Crianças e Adolescentes com Direitos Violados ou Restritos

No que tange ao aperfeiçoamento e à implementação do SINASE, instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, entende-se que a sua implementação depende de uma articulação interfederativa e interministerial. Destaca-se que o Sistema vem sendo aprimorado e, a partir da coordenação nacional, foram criados Parâmetros Nacionais de Gestão, de Segurança e Arquitetônicos, restando pendente a finalização dos parâmetros socioeducativos. Além dos parâmetros, o aperfeiçoamento do SINASE passa pela melhor estruturação das unidades de internação. No que diz respeito à formação continuada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, em 2017 foi oferecida a capacitação continuada aos profissionais do meio aberto e do meio fechado. O programa de Educação a Distância foi

muito bem avaliado pelos participantes e gestores Estaduais. Importante mencionar que, além do EAD, outros convênios foram firmados por todo o país, com o intuito de formar os profissionais nos territórios e mapear a realidade do Sistema atualmente, nos seguintes Estados: SC, PR, ES, PA, MS e PE. Em 2017, foi dada continuidade ao processo para a contratação de uma avaliação de todo o SINASE pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que trará novos dados para as necessidades de aperfeiçoamento existentes em cada Estado. A avaliação do SINASE pretende contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo; assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados; promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo; e disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo; conforme atribuições da Lei Federal nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.

Quanto às ações voltadas ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em 2017 foram realizadas 6 reuniões da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, visando articulações, informações, sugestões e apoio a ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre os temas abordados, destacam-se o Parâmetro de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, a temática LGBTI e a campanha do dia 18 de Maio. Neste espaço foi finalizado texto dos Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência. O documento tem por objetivo definir parâmetros para a escuta de crianças e adolescentes que sofreram ou vivenciaram situações de violência, orientando a atuação dos profissionais que compõem os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, do sistema de segurança pública e da justiça, de forma a evitar a repetição desnecessária dos fatos vividos e a consequente revitimização. Em 2017, foram realizadas a divulgação de peças

da campanha do dia “18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e À Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e a Solenidade de entrega do Prêmio Neide Castanha – 7ª edição, na Câmara dos Deputados no dia 18 de maio. Além disso, iniciou-se consultoria visando à formulação de material didático pedagógico de divulgação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), cujo produto final deve estar finalizado em junho de 2018.

No âmbito do enfrentamento da violência letal e da proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, houve em 2017 a contratação de Consultoria com objetivo de desenvolver estratégia de sensibilização e mobilização com foco na capacitação, acompanhamento, avaliação, monitoramento e suporte do Plano de Enfrentamento e Prevenção à Violência Letal de Crianças e Adolescente (PEPVL/VIDAS PLENAS), a ser implementado nos estados do RN, RS e MA, para execução de um Projeto-Piloto. As ações previstas visam a elaboração de insumos técnicos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das experiências apoiadas e executadas na área da infância e adolescência, articuladas à elaboração e implementação de estratégias que almejam a redução dos altos índices de violência letal, com vistas ao fortalecimento e estruturação dos compromissos firmados em prol da promoção dos direitos das crianças e adolescentes, conforme as prerrogativas da Lei Federal nº 8.069/1990. Nesse sentido, em 2017 foram realizados estudos de campo em Natal-RN, São Luís-MA e Porto Alegre-RS, onde a rede de atores do Sistema de Garantias de Direitos de Adolescentes e Jovens foi identificada e diálogos foram iniciados, no intuito de maior compreensão do fenômeno da violência letal contra a juventude, assim como o levantamento de ações que almejam a prevenção e o enfrentamento dos homicídios infanto-juvenis, além dos trabalhos científicos que fundamentam a necessidade de uma intervenção

municipal com foco na redução da violência letal contra adolescentes e jovens nesses territórios. Também foram realizadas capacitações com a rede de atores envolvida na temática, além de seminários de sensibilização em todos os territórios atendidos, junto à sociedade civil organizada e representantes de instâncias governamentais. Está prevista a continuidade das atividades em 2018, com o retorno aos mesmos territórios para acompanhamento, monitoramento de resultados e implementação de ações concretas, com vistas à redução da violência letal contra adolescentes e jovens nas regiões especificadas, cujo resultado final está previsto para julho de 2018.

Na perspectiva das iniciativas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes com o direito à convivência familiar e comunitária ameaçado ou restrito, destaca-se a reativação dos trabalhos da Comissão Nacional Intersetorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Em 2017, foram iniciadas as tratativas para revisão do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), com avanços na discussão a respeito da adoção de crianças e adolescentes no âmbito nacional e internacional, tendo em vista o debate público a respeito do tema e os Projetos de Lei em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Outrossim, a Comissão vem articulando-se para a definição das pautas para 2018, levando em consideração os pontos vulneráveis da política pública e as legislações vigentes, como a política pública da primeira infância, o direito das crianças e dos adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional. Para além da Comissão, vêm sendo incentivadas ações voltadas aos direitos de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais, fortalecimento da rede socioassistencial e de políticas públicas voltadas

a crianças e adolescentes em situação de rua, em acolhimento institucional e filhos e filhas de pais e/ou mães encarcerados. Ainda com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, em 2018 serão selecionados projetos com vistas à elaboração de diretrizes e estratégias metodológicas para o fortalecimento da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento, com foco para a preparação para o desligamento do serviço e atenção no período pós desligamento, além de projetos com objetivo de capacitação de operadores do Sistema de Garantias de Direitos sobre as Diretrizes Nacionais para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Especificamente sobre os direitos de crianças e jovens indígenas, foi realizado, em agosto de 2017, Seminário Nacional sobre o atendimento culturalmente adequado a crianças e jovens indígenas e a integração da rede do Sistema de Garantias de Direitos. Ao final do Seminário, foi elaborado Relatório com a sistematização dos resultados, os desafios e os encaminhamentos propostos para todos os envolvidos com as políticas públicas voltadas aos povos indígenas. No exercício de 2018, a meta é ampliar as discussões a respeito da garantia dos direitos desse público à convivência familiar e comunitária com maior envolvimento do Governo Federal. Para tanto, está em andamento a instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar documento de orientações para o atendimento ao público especificado, para implementação em âmbito estadual, distrital e municipal.

Em relação à promoção da integração e à qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos, foram realizados seis encontros no âmbito da Comissão Intersetorial de Enfrentamento de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA). Também foi realizado o XVII Encontro Nacional do PPCAAM, que reuniu profissionais de 14 programas

estaduais, representantes das secretarias estaduais e das organizações da sociedade civil, visando integração e qualificação da política de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Quanto à coordenação de ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) participou em 2017 do monitoramento do Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, cuja finalidade é coordenar qualquer intervenção e introduzir novas ações direcionadas à eliminação do trabalho infantil. Também está em curso a avaliação do Plano e a construção da metodologia para a elaboração do novo Plano (2017-2020), no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Infantil (Conaeti). Em outubro de 2017, ocorreu o IV Encontro Nacional do PETI, evento que reuniu diversos atores da sociedade civil, do Poder Judiciário, representantes do Ministério Público e dos governos municipais, estaduais e federal. O resultado foi a construção de proposições para a elaboração de um plano quinquenal das ações estratégicas do PETI. Além disso, o Fórum deliberou por dar enfoque no enfrentamento às piores formas de trabalho infantil, com destaque para o tráfico de drogas. Em 2017, o Conaeti ficou voltado à reformulação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, a ser lançado em 2018.

Considerações e Perspectivas

O Ministério dos Direitos Humanos reafirma seu compromisso como instância articuladora dos programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, sejam eles vítimas de violência física, psicológica, sexual e/ou letal, em situação de acolhimento, de rua, submetidos à situação

de trabalho infantil, adolescentes em atendimento socioeducativo, assim como os residentes em comunidades tradicionais em áreas remotas e/ou de conflitos fundiários. Nesse sentido, é importante dar visibilidade a crianças e adolescentes que, por conta de suas peculiaridades e contextos, muitas vezes são afastadas ou até mesmo excluídas das políticas públicas em geral.

Diante do exposto, foram registrados avanços e um novo e necessário direcionamento da execução da política nacional de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para 2018, entre outras ações, pretende-se dar continuidade ao grupo de trabalho específico, constituído pelo Conanda em 2017, voltado para o redesenho do SGD; prosseguir com o grupo técnico intitulado Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos e com a finalização do documento “Protocolo de ações para proteção de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos”; repactuar com as instâncias do Poder Executivo e do Sistema de Justiça

no âmbito federal para fins de fortalecimento da carta de constituição de estratégias em defesa da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente; realizar um diagnóstico da implantação dos Comitês Gestores Estaduais do SIPIA Conselho Tutelar no âmbito dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preconiza a Resolução Conanda nº 178, de 15 de setembro de 2016; lançar o ambiente de produção do SIPIA Conselho Tutelar; realizar diagnóstico do sistema SIPIA SINASE; implementar a Escola virtual sobre os direitos da criança e do adolescente em parceria com a Universidade de Brasília; finalizar a formulação de material didático pedagógico de divulgação do PAIR; monitorar as ações realizadas no âmbito do Plano de Enfrentamento e Prevenção à Violência Letal de Crianças e Adolescentes; selecionar projetos, com recursos do Fundo Nacional para Crianças e Adolescentes, com vistas à elaboração de diretrizes e estratégias metodológicas para o fortalecimento da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento.

PROGRAMA 2065

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem como missão institucional proteger e promover os direitos dos povos indígenas, coordenando o processo de formulação e implementação da política indigenista do estado brasileiro, garantida a participação indígena com vistas ao reconhecimento da autonomia do direito originário desses povos e à valorização de suas culturas. Nesse sentido, o Programa 2065 reflete a necessidade de efetivar os direitos territoriais indígenas, permitir o acesso das comunidades às políticas públicas, bem como preservar o patrimônio cultural desses povos, frente sua relevância.

Principais Resultados

Com relação à promoção da saúde de povos indígenas cabe destacar a melhoria nos indicadores de mortalidade infantil indígena, o qual passou de 43,46 mortos por 1.000 nascidos vivos em 2013 para 32,67 mortos por 1.000 nascidos vivos em 2016, e de incidência parasitária de malária nos distritos sanitários localizados na Amazônia Legal, que saiu de 78 casos por mil pessoas em 2014 para 34,25 casos por mil pessoas em 2017.

Quanto à garantia de direitos de povos indígenas, no exercício de 2017, foram entregues 94.518 cestas básicas para cerca de 23.600 famílias em situação de insegurança alimentar e realizados 13 projetos de Infraestrutura Comunitária, com a implantação de casas tradicionais e abrigos móveis de madeira em aldeias indígenas, com o alcance de 86,6% da meta prevista para o final do PPA.

No tocante a gestão ambiental e territorial de terras indígenas (TI), destaca-se a reversão de uma situação de arrendamento na Terra Indígena Xapecó

e o alcance de 16.400 famílias em projetos de etnodesenvolvimento.

No ano de 2017, foram delimitadas as Terras Indígenas Guaviraty (SP), Tapyi/Rio Branquinho (SP), Ka'aguy Hovy (SP), Tekoha Jevy (RJ) e Pipipã (PE). Durante toda a vigência do plano foram delimitadas 18 terras indígenas, configurando alcance de 68% da meta prevista.

A seguir, destacam-se os avanços nas principais metas do programa, organizadas por Objetivo.

Promoção da Saúde dos Povos Indígenas

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), é o responsável pelo desenvolvimento das ações de Atenção Básica aos povos indígenas que vivem em terras e territórios indígenas. O Subsistema de Saúde indígena está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que executam ações de atenção primária à saúde para uma população indígena de aproximadamente 760.084 mil indígenas. No que se refere a sua estrutura operacional, o Subsistema de Saúde Indígena conta com uma rede de serviços composta por 1286 Unidades Básicas de Saúde Indígena, 68 Casas de Saúde Indígenas e aproximadamente 22 mil trabalhadores, considerando o somatório de servidores, conveniados e terceirizados, sendo cerca de 50% indígenas.

No período de 30/06/2016 a 30/06/2017, 2.070 (12,25%) crianças menores de 1 ano de um total de 16.898 crianças na mesma faixa etária, tiveram acesso às consultas de crescimento e desenvolvimento

infantil preconizadas. Até o final do exercício, 67,9% das crianças menores de 5 anos tiveram acompanhamento alimentar e nutricional realizado e 80,6% das crianças menores de 5 anos possuíam esquema vacinal completo.

Com relação ao acompanhamento de gestantes indígenas, em 2017, 14.822 mulheres tiveram gestações concluídas. Dessas, 79,9 % receberam pelo menos uma consulta de pré-natal, sendo que 46,2 % receberam quatro ou mais consultas de pré-natal e 23,9 % receberam 6 ou mais consultas. Ademais, foram realizados 440.595 testes rápidos para Hepatites B, C, HIV e sífilis na população indígena e 193.552 primeiras consultas odontológicas programáticas, durante o ano de 2017.

No que se refere às ações de média e alta complexidade em áreas de difícil acesso, a SESAI, em parceria com a ONG Expedicionários da Saúde, o Ministério da Defesa e os DSEIs, executaram 2 grandes expedições de atendimento clínico, cirúrgico e odontológico e uma terceira de menor porte para atendimento ginecológico em diversas localidades. Esta parceria viabilizou um total de 780 cirurgias, 7.479 consultas especializadas e 11.282 exames e procedimentos. Essas ações atenderam uma base populacional de quase 30 mil indígenas.

Até 2017, 44% das aldeias indígenas contavam com tratamento de água, considerando o até então executado do PPA 2016-2019, houve a implementação de 99 sistemas de abastecimento de água em aldeias.

Direitos Sociais e Culturais e Direito à Cidadania dos Povos Indígenas

No ano de 2017, a Funai realizou interlocução junto ao INSS no intuito de tratar questões relacionadas à inscrição de indígenas como segurado especial, resolução de conflitos relacionados ao sistema previdenciário e ingresso no programa INSS-Digital.

Como decorrência da I Oficina “Povos Indígenas e Necessidades decorrentes do uso de álcool: Cuidado, Direitos e Gestão”, foram realizados seis encontros com os atores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) visando qualificar a atenção da saúde mental dos indígenas de Manaus e municípios adjacentes. Ainda, foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), o qual elaborou um Plano de Ação contendo 8 ações relacionadas à prevenção do uso prejudicial de álcool e drogas.

Quanto à qualificação da política de saneamento ambiental, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foram desenvolvidas ações voltadas à implementação de cisternas para captação de água potável no sul do Mato Grosso do Sul. Tais ações refletem um passo inicial para suprir dificuldades históricas no provimento de água em terras indígenas.

Em relação à segurança alimentar, a Funai, por meio de uma Cooperação entre o MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), participa ativamente na Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) a grupos populacionais específicos, indicando as áreas com mais vulnerabilidade em termos de insegurança alimentar. No ano de 2017, foram entregues 94.518 cestas para cerca de 23.600 famílias.

Durante o exercício 2017, a Funai apoiou 13 projetos de Infraestrutura Comunitária, com a implantação de casas tradicionais e abrigos móveis de madeira em aldeias indígenas, os projetos abrangeram as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. No caso desta meta, conta-se até o momento com 26 projetos de infraestrutura comunitária apoiados no biênio.

Foram apoiados projetos, encontros, assembleias e oficinas que possibilitaram o fortalecimento da participação indígena nos espaços de discussão como forma de qualificar as políticas públicas relacionadas a esses povos, bem como promover e garantir os

seus direitos. Neste sentido, em 2017, houve a realização de 30 assembleias de organizações indígenas.

No tocante às questões de gênero e geracionais, em 2017, 19 atividades foram apoiadas pela Funai referentes ao protagonismo das mulheres indígenas, com destaque para a Assembleia da Organização de Mulheres Indígenas Takiná de Mato Grosso e para o Seminário “Voz das Mulheres Indígenas”, com o tema: “Conquistas, Desafios e o Direito da mulher indígena”. Também foram apoiados projetos de transmissão de saberes entre gerações com destaque para a realização da ação cultural Mbotawa do Povo Tenharin de Marmelos, na qual os jovens aprenderam práticas tradicionais com os anciões.

Para fazer frente às questões envolvendo ocorrências de violência em comunidades indígenas, a Funai, neste exercício, apoiou 34 ações de proteção ao direito à convivência familiar e comunitária como a realização de estudos sociais, participação em audiências judiciais, visitas técnicas a famílias indígenas, diligências em conjunto com o Conselho Tutelar e ações de promoção de direitos de crianças e jovens indígenas como o mutirão realizado em Dourados/MS.

No âmbito da política educacional, a Funai apoiou iniciativas comunitárias voltadas ao diagnóstico da educação escolar oferecida às comunidades indígenas, bem como à elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos (PPP), no sentido da valorização das línguas, conhecimentos e processos pedagógicos próprios das comunidades. Assim, houve a realização de diagnósticos e processos de construção de PPPs junto aos povos Tembé, Munduruku, povos da região do Oiapoque (Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi-Kalinã), além da continuidade do processo de construção do PPP da Escola Gwyrá Pepó, dos Guarani M’Bya da TI Tenondé Porã.

Outras atividades da Funai que podem ser destacadas referem-se à qualificação dos processos

seletivos para a contratação de professores indígenas; a participação de servidores da Funai em grupos de trabalho para a melhoria das políticas de alimentação escolar e sobre a construção de escolas indígenas; a articulação com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e povos indígenas para tratar da qualificação de propostas de educação profissional para os jovens indígenas; o acompanhamento e o fortalecimento dos processos de formação de professores indígenas, dentre outros.

Ademais, foram fomentadas a participação indígena nos processos de elaboração e implementação de materiais didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas indígenas, e dada continuidade ao apoio técnico e financeiro aos estudantes indígenas no Ensino Superior.

Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

Em relação à gestão territorial e ambiental das terras indígenas (TI), destaca-se a contabilização de uma situação de arrendamento revertida na Terra Indígena Xapecó.

No âmbito dos projetos de etnodesenvolvimento, houve o alcance de 16.400 famílias no ano de 2017, com mais de 150 projetos apoiados, sendo 40% relacionadas à agricultura, seguidos por extrativismo e pecuária.

A Funai tem apoiado a formação de agentes agroflorestais indígenas, os quais atuam com assistência técnica e extensão rural (ATER) nas comunidades numa perspectiva agroecológica e tem contribuído na elaboração das Chamadas Públicas de ATER e Fomento para povos indígenas, no intuito de estimular à inclusão de técnicos indígenas oriundos dos povos beneficiários.

Ademais, a Funai tem prestado orientações e divulgado material informativo a comunidades e

organizações Indígenas, com vistas à obtenção do Selo “INDÍGENAS DO BRASIL”, mecanismo de identificação de origem da produção da agricultura familiar oriunda de terras indígenas. Obtiveram esse Selo 11 Comunidades Kaingang, envolvendo diversos produtos tradicionais indígenas de alimentação e de artesanato.

Em relação aos processos de licenciamento ambiental, em 2017 foram proferidas 100 manifestações técnicas conclusivas, com um alcance de 50% da meta prevista no PPA 2016-2019, quando considerado o executado ao longo de 2016.

Foi dada sequência ao apoio às iniciativas relacionadas com a conservação e recuperação de recursos naturais em terras indígenas, refletidas no Eixo 4 da PNGATI, como o Programa Reflorestar nas terras indígenas Tupiniquim e Guaraní, onde são estimados aproximadamente 240 hectares de plantio de espécies nativas e de implantação de sistemas agroflorestais. Ainda, vale ressaltar a parceria iniciada com a Embrapa Solos – RJ a fim de realizar um diagnóstico das possíveis ações a serem adotadas para conter o avanço das voçorocas na Terra Indígena Arroio Korá – MS.

No que se refere ao acompanhamento de danos ou riscos ambientais, destaca-se o acompanhamento de ações relacionadas ao rompimento da Barragem do Fundão (SAMARCO) com reuniões na terra indígena afetada e na cidade de Vitória/ES com a participação da Funai e de representantes indígenas.

Foram apoiados, em continuidade às ações iniciadas em anos anteriores, nove projetos de recuperação e conservação ambiental que envolveram mais de 15 terras indígenas (em sua maioria projetos referentes a Sistemas Agroflorestais (SAFs), reflorestamento e recuperação/proteção de nascentes) e dois projetos iniciados em 2017 (ACT Reflorestar e Diagnóstico Arroio Korá), totalizando 11 projetos no exercício de 2017.

Posse Plena Sobre as Terras Indígenas

No ano de 2017, foram delimitadas as Terras Indígenas Guaviraty (SP), Tapyi/Rio Branquinho (SP), Ka’aguy Hovy (SP), Tekoha Jevy (RJ) e Pipipã (PE) e iniciados estudos de identificação e de delimitação em quatro terras indígenas nos estados da Bahia, do Maranhão e de São Paulo, e a continuidade dos trabalhos em outras seis terras nos estados do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Paraná e de Pernambuco. Foram aprovados Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) de cinco terras indígenas, totalizando 70.044 hectares nos estados de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Houve também a edição de portarias declaratórias de duas terras, com aproximadamente 1.213.000 hectares, nos estados do Amazonas e Ceará. No biênio 2016-2017, foram delimitadas 18 terras indígenas.

Ainda com relação à delimitação física de terras indígenas, em 2017 foi realizado o georreferenciamento da Terra Indígena Avá-Guarani do Ocoy (PR). A Funai também realizou 17 incursões em campo com a finalidade de verificar a situação de limites de imóveis de terceiros com as terras indígenas.

No âmbito da regularização fundiária, foram procedidos os registros imobiliários de 4 terras indígenas, totalizando aproximadamente 851.000 hectares nos estados do Mato Grosso, do Pará e do Amazonas. A população indígena beneficiada ultrapassa 9.000 pessoas.

Em 2017, foram consolidados avanços no procedimento de indenização de benfeitorias de boa-fé de 122 ocupações não-indígenas, distribuídas em 13 terras indígenas das regiões Norte/Nordeste. O recurso aplicado atingiu aproximadamente R\$ 1,7 milhão. No acumulado do biênio 2016-2017, 233 ocupações já foram contempladas. Além disso, foram empenhados valores indenizatórios para os trabalhos das Comissões de Pagamento para

ocupantes de não-índios das terras indígenas Arara do Rio Amônia (AC), Serrinha (RS) e Caramuru/Paraguassu (BA), bem como solicitado o ajuizamento de ações judiciais com depósito dos valores aos ocupantes não índios das terras indígenas Entre Serras (PE), Apyterewa (PA), Brejo do Burgo (BA), Krikati (MA) e Rio Gregório (AC).

No que concerne à garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, as ações foram voltadas para a vigilância e o monitoramento nas terras indígenas. Dentre os 67 projetos de vigilância executados, no exercício de 2017, os mais expressivos são os desenvolvidos nas TIs Vale do Javari/AM, Parque do Xingu/MT, Xerente/TO, Xacriabá/MG, Kraolândia/TO, Itixi Mitari/AM, Parque do Araguaia/TO, Nove de Janeiro/AM, Tenharim Marmelos/AM e Ipixuna/AM. Foram realizados 17 registros da presença de grupos indígenas isolados oficialmente reconhecidos, em expedições, sobrevoos de localização ou monitoramento de sua presença, além de realizadas ações de fiscalização em terras indígenas no Mato Grosso, Maranhão, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Deu-se início também a uma força tarefa para a implementação de uma base temporária da terra indígena Araribóia, visando à sistematização de informações sobre a localização do povo indígena isolado Awá e ações de proteção à integridade física do grupo, além da inauguração da Base Ajarani, na Terra Indígena Yanomami.

No intuito de mediar eventual conflito entre garimpeiros e índios isolados na região do rio Jandiatuba, na TI Vale do Javari, foram realizados dois sobrevoos, expedição para investigação da denúncia, operação de combate ao garimpo que se instalou na região e reabertura da Base de Vigilância localizada no rio Jandiatuba, com apoio do Comando Militar da Amazônia e do 8º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). Além disso, foram realizados diversos acompanhamentos ao atendimento de saúde dos povos indígenas de recente contato, assim como a implementação de ações pós-contato a

fim de se garantir sua autonomia e integridade física. Ademais, foram elaborados diagnósticos sobre os povos Korubo (TI Vale do Javari), Suruaha (TI Zuruaha) e Zo'é (TI Zoé), com vistas à construção e à implementação dos respectivos programas de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato.

No que concerne à proteção territorial, foram computadas 416 ações em 187 terras indígenas, envolvendo atividades de fiscalização de ilícitos ambientais, de combate à grilagem de terras e extrusão de não-índios. No âmbito da meta de ampliar gradativamente de 180 para 250 o número de terras indígenas fiscalizadas anualmente, em 2017 ocorreram 271 ações de fiscalização em 169 diferentes TIs, sendo 109 TIs na Amazônia Legal, 8 TIs no Nordeste e 52 TIs nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Entre os principais resultados das ações voltadas para preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas, destacam-se: 1) a implantação do Projeto Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural dos Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, com o lançamento de 12 subprojetos de pesquisa e documentação de línguas e culturas e formação de pesquisadores indígenas na região norte e em áreas de fronteira, alcançando mais de 30 mil pessoas, incluídas cerca de duas mil nas aldeias e comunidades envolvidas nos trabalhos de campo e oficinas; 2) o tratamento em 2017 de 41.991 bens culturais de natureza museológica, arquivística e bibliográfica abrangendo principalmente procedimentos de digitalização de documentos textuais; assim, no biênio 2016-2017, foram tratados 136.320 itens no âmbito da meta do PPA de registrar, preservar e difundir 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio; 3) 15 produtos culturais de povos indígenas do Norte,

Nordeste, Centro Oeste e Sudeste, no ano de 2017, referentes à realização de rituais, manifestações culturais e confecção de artefatos.

Cabe destacar a integração com a plataforma do *Google Arts & Culture*, inaugurada em junho de 2017, com a participação de 180 instituições, de 42 países, e, por meio da qual a instituição abre mais uma frente para compartilhar, preservar e promover seu patrimônio com o mundo. Quanto ao atendimento ao público, atingiu-se em 2017 um público virtual de 993.166 internautas. Já o público presencial alcançou 34.987 pessoas, considerando-se participantes de eventos promovidos ou apoiados pelo Museu, como exemplo, a comemoração ao Dia do Índio na antiga fábrica Bhering e o público alcançado pelo empréstimo de coleções de objetos, fotos e outros materiais a escolas públicas e privadas, assim como às pessoas presentes a visitas e palestras de membros das equipes de atendimento ao público em outras instituições da área educativa e cultural.

Considerações e Perspectivas

As ações da Funai realizadas no período foram consideradas satisfatórias, nos aspectos que envolvem a promoção da saúde dos povos indígenas; seus direitos sociais, culturais e direito à cidadania; a

questão territorial e ambiental; posse plena de terras e a promoção do patrimônio cultural indígena.

É importante destacar a redução da mortalidade infantil indígena e a melhoria dos índices relativos à cobertura dos serviços de saúde. Já nos aspectos de promoção de direitos, houve avanço das condições sanitárias; moradia; ações de cunho cultural; educação escolar e igualdade de gênero. Houve também avanço na recuperação e conservação ambiental de terras indígenas e na articulação com outros órgãos com o intuito de atender necessidades específicas dos povos indígenas. Destaca-se o avanço na regularização na posse plena de terras por povos indígenas e ações de fiscalização de ilícitos de cunho ambiental e territorial. Por fim, ressalta-se as ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico indígena, em especial o tratamento de bens e a promoção de atividades culturais.

As perspectivas para o próximo exercício são positivas, principalmente devido à formalização do Plano Estratégico da FUNAI, aprovado em 2017, e alinhado ao Modelo de Gestão do Planejamento Estratégico da fundação. Desta forma, espera-se que a partir da sua implementação e monitoramento a capacidade de resposta da Funai à sociedade e ao seu público-alvo seja aprimorada e suas entregas realizadas com mais eficiência e eficácia.

PROGRAMA 2085

REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL

O planejamento das ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas tem foco na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos a essas consequências, seja por características de seu ciclo de vida, como as crianças e os adolescentes, seja por encontrarem-se em situação de maior vulnerabilidade social. Para o Plano Plurianual do período de 2016 a 2019, foram definidos como principais objetivos: prevenir e retardar o uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens; ofertar cuidado e ações de reinserção social para as pessoas que têm problemas com álcool e outras drogas e apoiar as famílias para lidar com essa temática.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Redução do Impacto Social do Álcool e Outras Drogas destacam-se os seguintes indicadores: a proporção de municípios com mais de 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado, que aumentou de 19,05% para 23,75% entre abril/2015 e dezembro/2017; e a proporção de municípios entre 20 e 70 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado, que aumentou de 41,91% em julho/2015 para 49,35% em dezembro/2017.

Quanto aos demais resultados do programa, destacam-se a implementação integral do Portal Aberta, lançado em 2016, o aperfeiçoamento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), a instituição do Projeto para criação da Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal e a instituição

da Portaria Interministerial MJ/MS/MDS/MTb nº 02, de 21 de dezembro de 2017, detalhados a seguir.

Prevenção do Uso de Álcool e Outras Drogas

Para fortalecer a prevenção, o Governo Federal focou suas ações junto às escolas e às famílias, com o intuito de retardar o início do uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes e jovens e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta. Assim, programas de prevenção foram implementados e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social.

Os principais desafios da execução desses programas estão relacionados a sua distribuição territorial, pois em cada território há um contexto específico ao qual devem se adaptar.

Em relação à capilarização de programas de prevenção com foco em crianças, adolescentes e jovens, especialmente no que tange à formação de Conselheiros tutelares e de Conselheiros de Direitos, destaca-se a Escola de Conselhos, política desenvolvida pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que opera em parceria com Órgãos de Ensino Federais, Estaduais e Organizações Sociais por meio de convênios. Ao final de 2017, foram capacitados 2.585 conselheiros dos estados do Ceará, Paraíba e Tocantins. Ainda em 2017, foi instituído projeto para criação da Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal, abrangendo nove estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Roraima e Maranhão). Trata-se de proposta inovadora que

ofertará curso de 200 horas/aulas na modalidade a distância, por meio de tele aulas transmitidas ao vivo, via satélite, e de forma simultânea em todos os Estados abrangidos e polos. Ao final, há a expectativa de que 4.490 conselheiros sejam formados. Para 2018, o MDH espera dispor de um modelo mais funcional e ampliar o número de conselheiros formados.

Quanto à meta de promover a qualificação da rede socioassistencial em ações intersetoriais para prevenção ao uso de álcool e outras drogas, no período 2016-2017, foram capacitados 3.219 trabalhadores do SUAS em um conjunto de 1.187 municípios de 11 estados, alcançando a meta prevista para o final do PPA (1.008 municípios). Desse grupo, em 2017, foram capacitados 1.675 trabalhadores, de 368 municípios em seis estados.

Rede de Cuidado e Reinserção Social das Pessoas e Famílias

Cuidar das pessoas que tem problemas com álcool e outras drogas exige eliminar barreiras de acesso aos serviços, ofertar uma diversidade de estratégias de cuidado adaptadas às necessidades e contextos das pessoas, garantir continuidade do serviço de cuidado e articular ações de saúde e assistência social com acesso a outros direitos fundamentais, como moradia, geração de trabalho e renda e formação profissional. Isso implica a expansão e qualificação dos serviços de saúde, da assistência social e de cuidados complementares, além da adoção de parâmetros de funcionamento e qualidade para o aprimoramento do serviço público oferecido.

Para garantir a oferta e a continuidade do cuidado de pessoas com problemas com álcool e outras drogas, adaptando o cuidado ao contexto de cada região, a SENAD disponibiliza uma rede de cuidados que presta serviços de atenção em regime residencial transitório, chamadas de Comunidades Terapêuticas (CT), que são instituições privadas, sem fins lucrativos e financiadas, em parte, pelo

poder público. Tais instituições oferecem gratuitamente acolhimento para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas. Ao longo do exercício de 2017, foram ofertadas um total de 4.355 vagas por meio de contratos com CT. Para 2018, há a perspectiva de ampliar para 10.000 vagas de acolhimento.

O MS, com o objetivo de alcançar a expansão e qualificação da rede de cuidado e reinserção social, expandiu a Rede de Atenção Psicossocial, álcool e outras drogas (RAPS) com ênfase na garantia e promoção dos direitos humanos. Assim, de janeiro a dezembro de 2017, foram habilitados 12 (doze) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) AD e quatro CAPS AD III, totalizando 16 serviços habilitados, em 2017, e no acumulado do Plano, 43. Além disso, em 2017 foram implantados 175 leitos de saúde mental em hospitais gerais (totalizando 330 no período do Plano) e implantadas cinco Unidades de Acolhimento Adulto (totalizando 12 no período do Plano).

Cabe ressaltar, ainda, que o acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas passou a ser realizado em 97,80% dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em 2016, de acordo com informação do Censo SUAS 2016. Ao final de 2015, 90% dos CREAS realizavam ações dessa natureza.

Por fim, o MS, por meio de equipes de Consultório na Rua (eCnaR), expandiu a promoção do acesso aos serviços de saúde para a população em situação de vulnerabilidade social (moradores de rua), apoiando a implantação, até dezembro de 2017, de 114 eCnaR.

Gestão Transversal das Políticas Públicas Relativas ao Álcool e Outras Drogas

A gestão das políticas sobre álcool e outras drogas deve garantir um contexto de conhecimento de

qualidade sobre o fenômeno das drogas e sobre a efetividade e a eficácia das políticas utilizadas, além da articulação entre os diversos atores dessa política, de forma a atingir os melhores resultados com os recursos disponibilizados. Assim, produzir e disseminar informações de qualidade sobre o fenômeno das drogas e sobre a avaliação das políticas implementadas, é essencial para formar e qualificar uma comunidade de agentes que atuam na política sobre drogas para a troca de conhecimentos e disseminação de boas práticas.

Em 2017, a SENAD concluiu a implementação do Portal Aberta (<http://www.aberta.senad.gov.br/>). Trata-se de um portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social. Este projeto contém uma perspectiva de reordenamento dos processos de formação propostos, permitindo assim a auto-instrução a todos e a formação por meio de módulos específicos. O Portal foi lançado em 2016, contando com uma carga inicial de conteúdo. Ao longo de 2017, novos módulos foram implementados, e o ambiente foi disponibilizado ao público em sua integralidade.

Além do Portal Aberta, há o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), o qual foi aperfeiçoado e reconstruído ao longo do exercício de 2017. O portal é responsável por gerir e disseminar informações confiáveis e científicas sobre drogas. É também um canal de armazenamento de dados sobre drogas, incluindo pesquisas realizadas pela SENAD, estatísticas e indicadores. O novo portal está em fase de teste de segurança off-line e análise de conteúdo. No início do ano de 2018, o novo OBID deverá ser disponibilizado para toda a sociedade.

Outro ponto importante para o sucesso de uma política pública é que o planejamento, a execução e a avaliação estejam fundamentados integralmente em evidências e estudos científicos, envolvendo

cada uma das etapas: diagnósticos precisos e sistemáticos das tendências do consumo de drogas e suas consequências; investimentos em técnicas inovadoras nas áreas de prevenção, tratamento e reinserção social; e pesquisas que permitam avaliar a efetividade das ações em curso. Assim, no ano de 2017, dentro de um universo de pesquisas financiadas pelo Governo Federal, concluíram-se cinco, embora elas não tenham sido publicadas:

- Realização de estudo e pesquisa para diagnosticar o consumo de drogas entre a população de Jabotão dos Guararapes;
- Identificação de indicadores para o monitoramento e avaliação dos impactos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *Cannabis* sobre a saúde pública e as práticas de consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai;
- Ações Integradas na Prevenção ao uso indevido de Drogas e Violência;
- Pesquisa para Avaliação dos Impactos do Programa Braços Abertos com os usuários de *crack* e outras drogas na cidade de São Paulo;
- Abordagem e seguimento de estratégias para a detecção precoce e intervenção breve e desenvolvimento de instrumentos que guiem a implementação de políticas em uma perspectiva de saúde pública e redução da demanda de drogas, com a OEA - Organização dos Estados Americanos.

Além das pesquisas acima, outros dois importantes projetos de pesquisa foram aprovados em 2017:

- Pesquisa de Análises avançadas de dados brasileiros sobre drogas com inteligência artificial e translação para a clínica; e
- Pesquisa sobre a Vacina antidrogas.

Desde 2016, para fomentar instâncias de articulação intersetorial nas políticas públicas sobre álcool e outras drogas, foi desenvolvido o Projeto Redes, cuja finalidade é articular redes intersetoriais de base territorial para atenção às pessoas em sofrimento decorrente do abuso de crack, álcool e outras drogas. Para desenvolver esse trabalho, utilizavam-se colaboradores/bolsistas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão parceiro da SENAD na implementação do projeto, que atuavam nas localidades articulando, qualificando e integrando profissionais dos municípios que atuam em políticas públicas relacionada à saúde, assistência social, educação e segurança, entre outros. Foram alcançados 51 municípios brasileiros acima de 200 mil habitantes, localizados em 23 estados da federação, distribuídos nas cinco macrorregiões do país. O Projeto Redes funcionava por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) e sua vigência foi encerrada ao final do exercício de 2017. Atualmente, o projeto encontra-se suspenso para avaliação, reformulação e aperfeiçoamento. Para o exercício de 2018, pretende-se implementar a 1ª revisão substantiva do Projeto BRA/15/009, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo do projeto é o aprimoramento da gestão nacional das políticas sobre drogas e desenvolvimento humano, e um de seus produtos é a avaliação e a construção de um novo Projeto Redes.

Cabe destacar que para institucionalizar a articulação de ações de saúde e assistência social com a rede de cuidados, a SENAD direcionou esforços para a integração entre Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho (MTb). Em conjunto com as demais Pastas, criou-se a Portaria Interministerial MJ/MS/MDS/MTb nº 02 de 21 de dezembro de 2017. O objetivo da portaria foi instituir o Comitê Gestor Interministerial para atuar no desenvolvimento de programas e ações voltados à prevenção, à formação, à pesquisa, ao cuidado e à reinserção social de pessoas com

transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. O comitê é composto por integrantes do MJ, MS, MDS e MTb, e tem como principal finalidade buscar a integração entre a rede de cuidados (ações de saúde e assistência social). Dentre as várias competências do Comitê, destacam-se três, que contribuirão para a evolução da política sobre drogas no Brasil, sendo elas:

- Desenvolver ações conjuntas de mútuo interesse, nas áreas social e da saúde, voltadas à prevenção, à formação, à pesquisa, ao cuidado e à reinserção social de acordo com a Política Nacional sobre Álcool e Política Nacional sobre Drogas;
- Estabelecer estratégias de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios; e
- Fomentar a colaboração entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas ações destinadas aos beneficiários da Política Pública sobre Drogas.

Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes e suas Famílias

Crianças e adolescentes sem acesso ao convívio familiar, à educação, à moradia digna, aos cuidados de saúde e/ou submetidas a situações de violência e exploração são mais vulneráveis ao uso de álcool e outras drogas e à participação no comércio de drogas ilícitas. Assim, para que as políticas públicas tenham impacto na redução do envolvimento de crianças e adolescentes com as drogas é necessário priorizar a garantia de direitos de todas elas.

O Governo Federal propõe, além da proteção de direitos de crianças e adolescentes de forma universal, ações para garantir o acesso daquelas com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas a serviços qualificados e articulados de atendimento de saúde, de educação, de assistência social, do sistema socioeducativo

e dos conselhos tutelares. A partir dessa qualificação e articulação, o Governo Federal ampliará o diálogo com o sistema de justiça para evitar os encaminhamentos de adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool ou outras drogas para o sistema socioeducativo em meio fechado.

Até o ano de 2017, garantiu-se maior articulação com a Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto do MDS para a qualificação das medidas de liberdade assistida e prestação de serviço comunitário. Em 2017, o Caderno de Orientações Técnicas para o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, publicado em 2016, em parceria com MDS, MS, SENAD, Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente e Ministério Educação, foi transformado em um curso a distância para qualificar os trabalhadores que atuam na execução das medidas socioeducativas de meio aberto no país. Foram inscritos 3.300 servidores por meio da Escola Nacional de Socioeducação (ENS).

A ENS se constitui em um dos pilares fundamentais para a efetivação das políticas de atendimento à adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/1990) e reguladas pelo SINASE (Resolução nº 119/2006 e a Lei Federal nº 12.594/2012). Atualmente existe uma multiplicidade de modelos de formação, tornando-se necessário o alinhamento em torno de concepções as quais respeitem integralmente os direitos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, demandando investimentos na formação dos profissionais do sistema socioeducativo sob a égide da garantia de direitos.

A qualificação profissional dos profissionais do sistema socioeducativo é uma das condições primordiais para a implementação e efetivação de uma

nova realidade na vida do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.

Em relação ao sistema de justiça, ocorreram reuniões com o Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, que está designado para atender e articular as demandas do SINASE. Tal fato ensejou a presença do douto representante nas reuniões mensais da Comissão Intersetorial do SINASE e nas reuniões técnicas do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do SINASE (FONACRIAD). Concretamente, essas articulações possibilitaram o acesso aos números de internações indevidas de adolescentes autores de atos infracionais nas unidades socioeducativas do Brasil, e o reconhecimento por parte do representante do CNJ de que o referido órgão precisa empreender esforços junto aos magistrados da área da infância. Em 2018, será dado seguimento à articulação com CNJ, MDS e outros órgãos para debater o tema e pensar estratégias.

Igualmente, pretende-se, em parceria com a Diretoria de Articulação e Projetos da SENAD, coordenar um trabalho conjunto para cumprir o preconizado no Art. 32 da lei do SINASE junto aos trabalhadores e adolescentes do Sistema Socioeducativo Nacional, como por exemplo, a disponibilização dos conteúdos do “Portal Aberto” da SENAD ao site da Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e a construção de um curso de Prevenção do Uso de Drogas para Socioeducadores e Conselheiros Tutelares e de Direitos.

Considerações e Perspectivas

Em 2017, houve constante preocupação com a prevenção do uso de álcool e outras drogas, o que levou à implementação de políticas cujos resultados tiveram efeito em nosso contexto social. Isso proporcionou ações de aperfeiçoamento de instrumentos de informação para a política (novo OBID e a implementação

integral do Portal Aberta) e ações de avaliação e reformulação sobre os programas e seus resultados.

A SENAD seguirá, em 2018, dando continuidade às pesquisas e se comprometendo em apoiar novas metodologias de estudos. Assim, espera-se que esse apoio possa ser considerado um resultado importante, uma vez que o planejamento, a execução e a avaliação devem estar fundamentados integralmente

em evidências e estudos científicos. Finalmente, a ação mais importante implementada em 2017, considerando a política pública sobre drogas, foi a instituição do Comitê Gestor Interministerial.

Com todo o exposto, a avaliação do PPA 2016-2019 e a sua execução ao longo do exercício de 2017, evidenciam os avanços pelos quais passou a política sobre drogas.

PROGRAMA 2066

REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

As políticas públicas de Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário voltadas a atender as famílias sem-terra, bem como o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento das famílias, se configuram essenciais ao combate à pobreza rural e à promoção do desenvolvimento agrário, além de contribuir fortemente para a paz no campo.

Essas políticas estruturantes, ao se encontrarem com outras voltadas para a renda, alimentação, educação e saúde, colaboram na promoção de alternativas que possam tirar da miséria essas populações por meio, dentre outras, da assistência técnica, do crédito para instalação de moradias, da educação de jovens e adultos no campo e de infraestrutura adequada aos projetos de assentamento, com destaque para abastecimento de água, habitação, vias de transporte e escoamento de excedentes e inserção nas cadeias de valor do território e nos arranjos produtivos locais.

Em 2017, e para os demais anos do PPA 2016-2019, grandes desafios se apresentam, com destaque para as estratégias que contribuam para a titulação e posse definitiva dos lotes dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de forma que as famílias assentadas disponham de meios para regularizar e/ou registrar a sua propriedade e assim conquistar melhores condições de vida e independência financeira.

Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e criar projetos de assentamento - PAs sustentáveis configuram-se importantes objetivos do Programa 2066. Para tanto, após a imissão de posse nas áreas desapropriadas o Incra orienta ações para criação, implantação e desenvolvimento dos PAs, propiciando a organização socioeconômica dos beneficiários, atendimento

a serviços básicos de assistência técnica, crédito instalação e infraestrutura.

Principais Resultados

Em 2017, houve a regularização de 111.566 de famílias beneficiárias do PNRA por meio da emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCU), Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e de Títulos de Domínio (TD). Esse resultado é maior do que os alcançados os últimos quatro anos somados, sem prejuízo de outras ações de desenvolvimento de assentamentos.

Houve grande ampliação da governança da malha fundiária por meio da integração do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra com o Cadastro Fiscal (Cafir) da Receita Federal do Brasil, que culminou na criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Cnir). Do ponto de vista de georreferenciamento da malha fundiária nacional foi alcançada a marca de 150 milhões de hectares certificados referentes a 315 mil parcelas, o que faz do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) uma das fontes de informações fundiárias mais confiável do país.

Em 2017, foi editado decreto desapropriatório de 1.453,8150 hectares para assentar 55 famílias, que corresponde ao montante de R\$ 10,4 milhões em custos de desapropriação. Na modalidade de compra e venda foram adquiridos 3 imóveis no valor de R\$ 15.066.534,71, totalizando 1.648,2878 hectares e 122 famílias atendidas. Já na modalidade de Adjucação foram pagas benfeitorias no valor de R\$ 6,0 milhões para imóvel no valor de 21 milhões de reais, que atenderá a 74 famílias em 914 hectares.

Também houve forte atuação nos conflitos agrários na Amazônia Legal, principalmente no Pará, Rondônia

e norte do Mato Grosso, assim como na desocupação de imóveis rurais, prédios públicos e estradas públicas estaduais e federais, obtendo-se sucesso na maioria dos casos sem necessidade de intervenção de força policial. Em conflitos de Rondônia e do Mato Grosso, a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) atuou em conjunto com organismos estaduais e federais, buscando sempre a integração com os Juizados Agrários, Promotorias Agrárias e Delegacias Agrárias.

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Reforma Agrária e Governança Fundiária, destacam-se os seguintes: o índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade avançou de 1,77% para 6% entre 2014 e 2017; o índice de Governança da Malha Fundiária passou de 55,1% para 79,96% entre junho de 2015 e dezembro de 2017.

Governança e Regularização Fundiária

Buscando ampliar a governança da malha fundiária, um resultado a ser destacado em 2017 foi o aperfeiçoamento do sistema de informação para gestão e controle do cadastro rural, a partir da integração do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA com o Cadastro Fiscal (Cafir) da Receita Federal do Brasil, que culminou com a criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Cnir).

Para fins de sustentabilidade do SNCR, em consonância com as obrigações da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, dentre as quais está o processo de certificação cadastral, foram realizados estudos e atualização da Taxa de Serviços Cadastrais (TSC). Como resultado houve uma massiva emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) que, a partir de agora, será complementado com a respectiva planta do imóvel rural.

Cabe registrar ainda as seguintes ações: fiscalização cadastral para verificação da legalidade do domínio, cumprimento da função social, combate ao trabalho análogo ao de escravo e inibição da grilagem de

terras; o incremento no número de novas Unidades Municipais de Cadastro – UMC voltadas à qualificação e ampliação da rede nacional de cadastro rural; a cooperação técnica com órgãos estaduais de terras para a integração de bases de dados e intercâmbio de informações; e análise de dados declaratórios dos imóveis rurais para eliminar inconsistências, particularmente a sobreposição de áreas.

Destaca-se ainda a utilização do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) na validação automatizada dos serviços de georreferenciamento para certificação de imóveis, regularização fundiária e atualização do Registro Imobiliário. Desde 2013 o Sigef vem se consolidando como a fonte de informações fundiárias mais confiável do país devido a controle de sobreposições, acesso seguro com certificado digital, auditoria e controle com aplicação de sanções e troca de informações online com os Ofícios de Registro de Imóveis.

Com relação à educação no campo, 17 novos projetos foram aprovados, acumulando um total de 123, que correspondem a cerca de 15.500 beneficiários.

No exercício de 2017, por meio de ações de regularização e governança fundiária realizadas junto aos Estados, foi viabilizado o Geocadastro de 10.347 imóveis rurais com a emissão de 12.542 títulos de propriedades para agricultores familiares em situação de insegurança jurídica.

Desta forma, o índice de atendimento da meta de apoiar os governos estaduais no Cadastro e georreferenciamento de 50 mil imóveis rurais, visando à regularização fundiária, chegou a aproximadamente 82,78% no exercício de 2017.

Destaca-se ainda que com os recursos orçamentários de 2017 foram celebrados 8 novas parcerias na ordem de R\$ 17 milhões com os estados do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa

Catarina, parcerias essas que somadas preveem a realização de mais 34 mil geocadastros com a posterior emissão de mais 29 mil títulos nos exercícios futuros.

Parte desses esforços passou pela normatização do Programa onde reafirmou-se o compromisso do governo com a ampliação do processo de regularização fundiária junto aos entes federativos, incluindo a participação municipal no processo, elevando assim a pauta da governança fundiária a um patamar de prioridade governamental.

Assentamento de Famílias

Em 2017, foi editado decreto desapropriatório para uma área de 1.453,8150 hectares, com capacidade de assentar 55 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, o que corresponde ao dispêndio no montante de R\$ 10,4 milhões, sendo R\$ 1,1 milhão em moeda corrente e R\$ 9,3 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto nº 433/1992, foram adquiridos três imóveis no valor de R\$ 15,1 milhões, totalizando 1.648,2878 hectares e 122 famílias atendidas. Já na modalidade de Adjudicação foram pagas benfeitorias no valor de R\$ 6,0 milhões, sendo que o custo total do imóvel será de R\$ 21 milhões e terá capacidade de atender 74 famílias em 914 hectares.

Mediante o novo dispositivo da Lei nº 8.629/1993, no artigo 26-B, que regulamentou lotes ocupados sem autorização do Incra em projeto criado até 22/12/2014, 1.167 famílias foram homologadas em ações de regularização. Além destas, 38 famílias do Território Quilombola Tomas Cardoso, em Goiás, foram reconhecidas como beneficiárias do PNRA. Dessa forma, em 2017 foram assentadas 1.205 famílias nessa modalidade.

Por fim, por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS foram distribuídas

às famílias em situação de vulnerabilidade social e que pleiteiam o acesso ao PNRA cestas de alimentos adquiridas junto à Conab.

Projetos de Assentamento Sustentável

Com a conversão da MP nº 759/2016 na Lei nº 13.465/2017, o Incra trabalhou na revisão de conceitos para acelerar o processo de consolidação dos assentamentos de reforma agrária e inserção das famílias nas lógicas de mercado da agricultura sustentável, bem como na proposta de minuta de Decreto regulamentando essa lei.

Também foi apresentado um Plano Nacional de Supervisão Ocupacional, no intuito de atender a deliberações do TCU referentes à ocupação das áreas pelos projetos de assentamento.

No exercício de 2017, 30.182 famílias foram beneficiadas com diversas obras de infraestrutura básica (construção/recuperação de estradas, abastecimento d'água e outras obras) sendo: 991 famílias com 262 km de estradas implantadas; 20.704 famílias com 1.863,57 km de estradas recuperadas; 7.054 famílias com implantação de 151 sistemas de abastecimento de água e mais 1.433 famílias com 19 outras obras. Com isso, nos dois anos de vigência do PPA, foram atendidas 64.565 famílias, de uma meta de 120.000 famílias para o período do PPA.

No exercício de 2017, foram atendidos 2.936 projetos de assentamento com ações do Programa Assentamentos Verdes, no âmbito da Amazônia Legal, com o prosseguimento das ações de monitoramento ambiental espacial e/ou presencial para todos os projetos, também foram efetuadas ações referentes ao cadastro ambiental rural (CAR) em assentamentos que necessitavam de retificação de perímetros e outros ajustes necessários à correta inserção de dados no sistema. Parte desse total também foi atendido com Assistência Técnica diferenciada, crédito instalação Apoio Inicial e crédito Fomento Mulher.

Acesso à Cultura e à Educação Formal e Não Formal

Para proporcionar acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário, são celebradas parcerias por meio de termos de execução descentralizadas, termos de convênio e termos de fomento, após análise dos respectivos projetos. Em 2017, 17 novos projetos foram aprovados, acumulando um total de 123, que correspondem a cerca de 15.500 beneficiários.

Os planos de trabalhos passaram por ajustes, e projetos com valores previstos para 2017 foram repactuados para os exercícios de 2018 e 2019. Também houve parcelamento da descentralização financeira.

No exercício de 2017, 1.535 estudantes foram incorporados ao Pronera, sendo que desses, 900 mediante duas parcerias para a capacitação e formação continuada de educadores com créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentares, totalizando 1.765 incorporações nos dois anos do PPA. Cabe ainda destacar a diversificação do público do Pronera para além dos assentados da reforma agrária, alcançando também acampados, beneficiários do crédito fundiário, quilombolas e extrativistas. Para tanto, tem-se adotado uma melhor divulgação dos cursos por meio da Internet e das instituições parceiras, com previsão de que os resultados se apresentem mais fortemente em 2018.

Por fim, com vistas a manter o fluxo de atendimento às demandas, foram celebradas 18 novas parcerias, sendo quatro para cursos de ensino técnico-profissionalizante, nove para cursos superiores, dois para pós-graduação e dois para capacitação e formação continuada de professores da educação básica.

Combate à Violência no Campo

Em 2017, o Incra atuou em diversos conflitos agrários na Amazônia Legal, principalmente no Pará, Rondônia e norte do Mato Grosso. Atuou também em negociações para desocupação de imóveis rurais, prédios públicos e estradas públicas estaduais e federais, obtendo sucesso na maioria dos casos sem necessidade de intervenção de força policial.

Em conflitos de Rondônia e do Mato Grosso a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) atuou em conjunto com organismos estaduais e federais, buscando sempre a integração com os Juizados Agrários, Promotorias Agrárias e Delegacias Agrárias. A OAN também atuou intensamente na região de Marabá, obtendo êxito na diminuição das tensões por meio de reuniões e atividades envolvendo movimentos sociais e instituições públicas e participando de eventos, a exemplo do Escuta Social em Marabá.

Promoção de Acesso à Terra a Trabalhadores Rurais

Visando aprimorar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), em 2017 iniciou-se a atualização e reformulação desse Programa. Como resultado, foi publicado o Decreto nº 9.263, que modifica o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, alterando prazos de financiamento, limites de renda e patrimônio e teto de financiamento.

Além disso, no ano de 2017 as ações relativas a esta temática foram focadas na reformulação do PNCF e também na celebração dos novos contratos com os agentes financeiros.

Durante o exercício de 2017, foram realizados projetos de recuperação da capacidade produtiva de 2.454 famílias, por meio de investimentos básicos e produtivos. A execução desta meta ocorre por meio

de convênios realizados com os parceiros estaduais, visando o fornecimento de kits de irrigação e recursos para investimentos produtivos, instrumentos estes que possibilitaram o atendimento de 1.000 famílias em 2016. No acumulado do biênio 2016-2017, foram atendidas 3.454 famílias, de uma meta de 7.000 famílias para o período do PPA.

Considerações e Perspectivas

O Incra iniciou a obtenção de imóveis rurais na modalidade Adjudicação, porém, por se tratar de uma forma nova de parceria com a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) visando a obtenção de imóveis em ações judiciais, a Autarquia está elaborando normativo específico para essa modalidade. Em um futuro próximo essa modalidade deverá impulsionar sobremaneira o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Tendo em vista o Acórdão 775/2016 – Plenário do Tribunal de Contas da União, que suspendeu de forma cautelar o processo de cadastro e seleção de novos beneficiários para o PNRA, 27 projetos de assentamento com capacidade de 1.691 famílias, totalizando 43.424 hectares, não tiveram homologação. Em resposta, foi desenvolvida plataforma tecnológica contemplando a nova legislação e as recomendações do Tribunal de Contas da União, com características de evolução contínua.

O Incra também propôs norma de seleção de famílias aderente aos procedimentos dos artigos 19, 19-A e 20 da Lei nº 8.629/1993, visando à adequada regulamentação da matéria. Além disso,

foram editadas Notas Técnicas com procedimentos para reconhecimento e regularização de lotes, no PNRA, de famílias oriundas de território quilombola.

Cabe lembrar que a Autarquia promove, continuamente, o desenvolvimento e a qualidade de vida nos projetos de assentamento, por meio do fornecimento de infraestrutura básica como acesso à água, estradas e outras obras. De forma direta ou por meio de parcerias com governos estaduais e/ou municipais, busca-se sempre viabilizar acesso a políticas públicas voltadas à infraestrutura como acesso à energia, saneamento, moradia e água.

Do ponto de vista da educação no campo, mais duas parcerias para curso superior e de pós-graduação foram celebradas e publicadas no Diário Oficial, em janeiro de 2018.

Será dada continuidade às articulações junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e outras entidades relacionadas a conflitos agrários, bem como com governos estaduais, municipais, movimentos sociais rurais, produtores rurais e sociedade civil, visando prevenir, mediar e resolver as tensões e promover paz no campo. Medidas também são adotadas para preservar os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos sociais no campo.

Com relação ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, com a alteração de normativos, atualização de sistemas e reformulação do programa, a expectativa é que em 2018 e 2019 o número de potenciais beneficiários do programa seja ampliado.

PROGRAMA 2069

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional foi construído no contexto da saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que ocorreu em 2014. O Programa buscava conciliar a manutenção dos avanços alcançados pelo País na questão da fome e da desnutrição, mas reconhecia que ainda havia públicos específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, como povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, o Programa buscou contemplar a agenda da alimentação saudável, em um contexto de crescimento do sobrepeso e da obesidade e dos problemas decorrentes da má alimentação, assim como fortalecer as ações de promoção da inclusão produtiva rural contribuindo, assim, para a redução da extrema pobreza no meio rural.

Principais Resultados

Em 2017, foi possível dar seguimento aos principais programas e ações intersetoriais e participativas que contribuíram para os importantes avanços dos últimos anos na área de segurança alimentar e nutricional (SAN) voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza extrema.

Se o País obteve êxito ao sair do Mapa da Fome elaborado pela FAO e reduziu a desnutrição infantil aguda, também passou a enfrentar novos desafios na agenda de segurança alimentar e nutricional como a qualidade da alimentação e o avanço do sobrepeso e da obesidade.

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se a taxa de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(SISAN), que evoluiu 209,38% (de 1,6% para 4,95%) entre jan/2015 e dez/2017.

Consolidação da Implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O processo de fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) se dá por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão federativa, da intersectorialidade e da participação social. Quanto à relação federativa, além da adesão de todos os estados e do Distrito Federal (dos quais 13 já possuem planos próprios de segurança alimentar e nutricional publicados), já aderiram ao SISAN 276 municípios, 64 em 2017.

Com relação ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), este se encontra em sua segunda edição, para o período 2016-2019, estando em plena execução e sendo objeto de constante monitoramento (existe um sistema próprio para tanto – SISPLANSAN – que foi aperfeiçoado).

Também merece destaque a atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que, entre outros temas, aprovou a Estratégia Intersetorial de Redução das Perdas e Desperdícios de Alimentos, após amplo debate entre governo e sociedade civil, que contempla uma série de ações contra perdas e desperdícios de alimentos. A CAISAN também coordenou e divulgou os compromissos brasileiros assumidos no âmbito da Década de Ação em Nutrição (http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/decada_versao_portugues.pdf), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Estes compromissos estão alinhados às metas do 2º

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e contribuirão, também, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Promoção do Abastecimento e Acesso à Alimentação Adequada e Saudável

Em 2017, perseverou-se na estratégia de aprimoramento das compras públicas da agricultura familiar, especialmente por meio da promoção da modalidade Compra Institucional, que permite que órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquiram, com recursos próprios, produtos da agricultura familiar para suprir as demandas de alimentos de restaurantes universitários, hospitais, quartéis, presídios, entre outras instalações públicas. Com isso, buscou-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Em 2016, a soma dos recursos investidos nas compras públicas da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi de 1,43 bilhão, sendo R\$ 588 milhões do PAA e R\$ 847,5 milhões do PNAE. Os dados consolidados de 2017 ainda não estão disponíveis. Para alcançar a meta de R\$ 2,5 bilhões em compras da agricultura familiar ao ano até 2019, prevista no PPA, será intensificado o trabalho de promoção e articulação para ampliação da Compra Institucional.

A meta de ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos de 41% para 45% do total de fornecedores já foi superada, com o alcance de 47,59% de participação em 2017.

Com relação à meta de alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE, os percentuais de recursos federais investidos evoluíram de 21,5% em 2015 para 21,8% em 2016. Os dados de 2017 só estarão disponíveis em agosto de 2018.

Ampliação do Acesso à Água para Consumo Humano no Meio Rural

Para a ampliação do acesso à água para consumo para populações vulneráveis residentes no meio rural, somam-se esforços de vários órgãos do Governo Federal (Ministérios do Desenvolvimento Social, da Integração Nacional e do Meio Ambiente), para implantação de tecnologias sociais e/ou outros sistemas de abastecimento que garantam acesso à água de qualidade.

No âmbito do Programa Cisternas, foram entregues, em 2017, mais de 47 mil tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano em todo país (destaque para as cisternas entregues para comunidades indígenas das etnias Maxakali e Xakriabá em Minas Gerais), chegando a 96.813 tecnologias entregues no período 2016-2017. Considerado o histórico de execução do programa desde seu início, em 2003, já foram entregues 900 mil tecnologias de água para consumo humano. Em 2017, também foram entregues 10.696 de água para produção e 1.637 cisternas para as escolas públicas rurais da região do semiárido, chegando-se a 59,2 mil tecnologias entregues em 2017 implantadas nas escolas desde o início do PPA.

Reflexo da efetividade e viabilidade do Programa, em 2017, foram firmadas 14 novas parcerias, envolvendo recursos da ordem de R\$ 170 milhões para a implantação de 34 mil novas tecnologias sociais de acesso à água, com destaque para a ampliação de parcerias e metas na Amazônia e atendimento de indígenas das etnias Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, assim como foram atualizadas as especificações de sete tecnologias e sistematizadas as de outras oito novas tecnologias, como a cisterna telhadão e o microsistema de abastecimento de água para escolas (<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/marco-legal-1>).

Também foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), para implantação de tecnologias sociais de acesso à água e outras ações visando à inclusão produtiva. Mais que a ampliação de metas, o acordo contribui para viabilizar a efetiva integração do Programa Cisternas com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, fortalecendo os instrumentos de inclusão produtiva rural. A partir do aporte de R\$ 100 milhões do BNDES em contrato com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), 6,8 mil novas famílias serão atendidas com tecnologias de acesso à água para produção de alimentos, das quais 2.380 receberão acompanhamento por dois anos associado a repasse de recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento.

Combate à Insegurança Alimentar em Grupos e Povos Específicos

Apesar dos importantes avanços dos últimos anos no enfrentamento da fome e da extrema pobreza, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à insegurança alimentar, especialmente, povos e comunidades tradicionais (PCT). O acompanhamento das metas de redução da desnutrição infantil em PCT envolve a articulação entre diversos órgãos públicos, sob coordenação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Analisando-se a desnutrição infantil, ainda que tenha havido, nas últimas décadas, queda na prevalência de desnutrição aguda (peso abaixo do esperado para a idade) em crianças menores de cinco anos, a prevalência entre crianças pertencentes a PCT (como indígenas e quilombolas) permanece superior à média nacional.

Nos últimos dois anos, houve um trabalho intenso na elaboração e aprimoramento do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional, promovido pela CAISAN, considerando, para tanto, a desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do PBF. O Mapa permite a identificação e a focalização de ações específicas para esses públicos mais

vulneráveis. Nesse sentido, o Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais passou a utilizar o estudo como um dos critérios para atendimento das famílias, considerando como prioritárias aquelas com criança em situação de insegurança alimentar (desnutrição). Vale mencionar que, além disso, está em processo de formalização acordo de cooperação técnica (ACT) com a Pastoral da Criança cujo objetivo é o acompanhamento nutricional das crianças menores de 6 anos nos territórios com maior vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional, priorizando, especialmente os municípios identificados no estudo técnico da CAISAN.

Entre essas ações, estão aquelas que compõem uma estratégia de inclusão produtiva rural, que estimulem a geração de trabalho e renda e que garantam o acesso a alimentos para as famílias de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza. Por meio dessa estratégia, no período de 2016 a 2017, mais de 20 mil famílias de PCT estão contempladas em contratos vigentes do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em processo de recebimento de assistência técnica e extensão rural, sendo que 5.023 famílias já foram incluídas no Programa. Além disso, 564 foram beneficiadas com tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos pelo Programa Cisternas.

Importante medida para o aprimoramento de uma estratégia de inclusão produtiva rural foi viabilizada por meio do Decreto nº 9.221/2017, que reformulou o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. No formato original do Programa, os agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) articulam as políticas sociais e as ações de desenvolvimento rural para atender as famílias beneficiárias e as apoiam na elaboração de um projeto produtivo, no qual devem ser aplicados os recursos financeiros não reembolsáveis repassados por meio da estrutura de pagamentos do Programa Bolsa Família. Com o Decreto, criou-se o Serviço

de Atendimento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP), com o objetivo de permitir a diversificação dos arranjos de execução do serviço de assistência técnica previsto em lei, estimulando, assim, a composição multidisciplinar das equipes de atendimento e reforçando o potencial desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, bem como possibilitando a integração das agendas de inclusão social e produtiva no acompanhamento dessas famílias. Com isso, novas possibilidades de arranjos institucionais e de políticas públicas para aprimorar a implementação do Programa foram criadas, inclusive por meio de cooperação entre os entes da federação, universidades, serviço social autônomo, entre outras.

Alimentos Saudáveis e Prevenção das Doenças Decorrentes da Má Alimentação

Um dos principais desafios atuais é o de promover a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis por parte da população brasileira. O padrão de consumo alimentar dos brasileiros tem contribuído para um aumento expressivo do excesso de peso e da obesidade, em todas as faixas etárias. Dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), fornecido pelo Ministério da Saúde, mostram que, em 2016, o excesso de peso já acometia 53,8% da população adulta do País, sendo maior entre homens (57,7%) do que entre mulheres (50,5%). Quanto à obesidade, 18,9% da população adulta do Brasil foi considerada obesa naquele ano (Índice de Massa Corporal igual ou superior a 30 kg/m²). O elevado percentual de excesso de peso afeta também as crianças: um terço delas já enfrenta o problema. O custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde, em 2011, foi estimado em quase meio bilhão de reais.

Em 2017, deu-se continuidade aos processos de articulação com os estados para ampliar as condições

de oferta, disponibilidade e consumo para uma alimentação saudável e o combate ao sobrepeso e à obesidade, no escopo do Pacto pela Alimentação Saudável (Decreto nº 8.553/2015). Esses processos de articulação evoluíram nos estados de Alagoas e Paraíba. Maranhão e Ceará estão em processo de elaboração de suas propostas. Foi também disponibilizado às CAISANs estaduais o guia de orientação para adesão ao Pacto Nacional.

No ano de 2017 também foi encerrado o ciclo de formação de profissionais e gestores afetos à temática da Educação Alimentar e Nutricional e às compras institucionais, por meio de parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto e o Conselho Federal de Nutricionistas. Mais de mil profissionais foram formados em 2017, totalizando 1.476 profissionais concluintes ao final dos 15 ciclos realizados em todas as regiões do país.

Ressalte-se outras frentes de atuação responsáveis por fortalecer a agenda de promoção da alimentação adequada e saudável e prevenção das doenças associadas, como a participação nas agendas de pactuação voluntária de redução do açúcar em alimentos industrializados, coordenada pelo Ministério da Saúde, e a revisão dos parâmetros nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar, além do lançamento do mapa colaborativo de feiras orgânicas em formato de aplicativo, fruto de colaboração do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com o Instituto de Defesa do Consumidor.

Cooperação Internacional para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O Brasil permanece protagonista na promoção da agenda de segurança e soberania alimentar e nutricional nos principais fóruns e organismos internacionais como a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), a Organização

Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros fóruns multilaterais.

Em 2017, entre outras participações, o Brasil continuou a atuar fortemente no contexto da Década de Ação em Nutrição 2016-2025, lançada pela Assembleia Geral da ONU no ano anterior, inclusive apresentando, na reunião anual do Conselho de Segurança Alimentar (CSA) da FAO em outubro, documento com os compromissos do governo brasileiro para segurança alimentar e nutricional, alinhados aos compromissos da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) e também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030). Ao mesmo tempo em que a Década de Ação pela Nutrição articula esforços voltados para a erradicação da fome e ao enfrentamento da má nutrição, alerta os países sobre a importância da alimentação saudável, em um mundo onde se espalham novos problemas relacionados à má-alimentação, ao sobrepeso e à obesidade, principalmente em países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Finalmente, registre-se que foi firmado, em 2017, projeto de cooperação técnica entre o MDS e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que tem como principal desafio aprimorar processos e sistemas e fortalecimento das políticas públicas executadas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), na perspectiva de construir um país sem fome, com soberania e segurança alimentar e nutricional e com uma agricultura familiar forte e socialmente justa.

Ampliação da Produção de Alimentos Saudáveis e Sustentáveis

Um dos desafios que se colocam para os próximos anos é a ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Trata-se, essencialmente, da promoção das temáticas da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade cujo

principal instrumento de política pública é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que está em sua segunda edição, no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). No referido Plano, estão relacionadas e se articulam diversas ações e iniciativas de disponibilização de crédito, ATER, tecnologias de acesso à água para a produção, fomento e acesso aos mercados públicos por meio do PAA e do PNAE. Com a execução do II Planapo, cujos resultados parciais serão apurados em 2018, a expectativa é de seguir avançando na temática, com resultados ainda mais expressivos para os próximos anos.

Considerações e Perspectivas

Em março de 2018, será realizada a 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional mais dois anos (5ª CNSAN+2). Trata-se de um momento importante, em que será realizada análise da atual situação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e balanço do avanço das diretrizes definidas na última Conferência, realizada em novembro de 2015, e das metas definidas no PLANSAN 2016-2019.

Também em 2018, pretende-se dar seguimento ao processo de aprimoramento das ações de inclusão social e produtiva, priorizando as famílias mais vulneráveis identificadas no Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional elaborado pela CAISAN. O aprimoramento dessas ações se dará por meio de novas possibilidades de arranjos institucionais e de políticas públicas, que poderão incrementar o acompanhamento das famílias pobres e extremamente pobres com crianças desnutridas e que vivem no meio rural, de forma a ampliar seu acesso à atividade produtiva e auxiliá-las, também, no desenvolvimento de projetos não agrícolas, incluindo orientações sobre educação alimentar e nutricional.

As mudanças legais permitirão a efetiva integração dos programas e ações de 13 órgãos que compõem

a CAISAN e que possuem metas específicas no PLAN-SAN 2016-2019, dentre eles o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (com a criação do SAFISP), que precisa ser integrado com as iniciativas de oferta de água para produção (Programa Cisternas), permitindo a chegada simultânea e coordenada da tecnologia social de água para produção e da assistência técnica individualizada e periódica. Espera-se que essas ações estratégicas de articulação contribuam para a redução efetiva dos níveis de

desnutrição infantil presente nas famílias atendidas pelos programas e ações de SAN.

Seguir-se-á, também, na divulgação e promoção da modalidade Compra Institucional de alimentos da agricultura familiar por qualquer órgão público que necessite adquirir esses produtos, nos moldes do PAA, por meio de chamadas públicas, o que vem ampliando o mercado para agricultores e organizações da agricultura familiar, em complementação ao PAA e ao PNAE.

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Infraestrutura

- Aviação Civil
- Combustíveis
- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia
- Energia Elétrica
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral
- Gestão de Riscos e de Desastres
- Mobilidade Urbana e Trânsito
- Moradia Digna
- Petróleo e Gás
- Planejamento Urbano
- Saneamento Básico
- Transporte Aquaviário
- Transporte Terrestre

PROGRAMA 2017

AVIAÇÃO CIVIL

A aviação civil constitui um setor importante para o país, seja pelo estímulo à realização de negócios, seja pela participação no transporte de passageiros ou pela contribuição na melhoria da eficiência de diversas cadeias produtivas, sobretudo às relativas aos produtos de maior valor agregado. As diretrizes para o setor são exaradas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009. A política pública de aviação civil fortaleceu-se com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), Lei nº 12.648/2012, cujos recursos são destinados para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

O programa temático de Aviação Civil, contemplado no PPA 2016-2019, procura endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para a adequação da capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura; a ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas; promoção da segurança da aviação civil; promoção de desenvolvimento institucional, regulatório e técnico; além do aprimoramento da eficiência e da segurança operacional do setor.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: o percentual de cancelamento de voos caiu de 11,95%, em 2014, para 10,78%, em 2017; a movimentação de carga aérea na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral) atingiu 1,41 milhão de toneladas em 2017, frente a 1,27 em 2016; a movimentação de

passageiros na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral) registrava o índice de 201,11 milhões em 2016, passando ao patamar de 205,91 em 2017.

A seguir, são apresentados os avanços nas metas mais importantes do programa, organizados por Objetivo.

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

No que concerne a este objetivo, em 2017, o Brasil continuou ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

Nesse sentido, a capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 (2016) para 398.110.000 (2017), o que representa 103,41% da meta estabelecida para o período do Plano. Também foi observada uma expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos, a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,24 milhões (2017), o que representa 93,33% da meta para o período do plano.

Ressalte-se que, em 2017, foi dada continuidade ao desenvolvimento do Plano Aeroviário Nacional (PAN) de forma integrada com os demais modais de transporte e instituições que, de alguma forma, impactam o setor, garantindo a coerência das ações governamentais.

Outra importante ação governamental voltada para a adequação da Infraestrutura Aeroportuária é o Programa de Aviação Regional. O programa contempla municípios para execução de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos

regionais, contribuindo para que o Brasil possa consolidar a ocupação sustentável do território e promover a integração de suas regiões.

A partir das tratativas com estados, nas manifestações das companhias aéreas no interesse em operar nas localidades estudadas, e mais a avaliação de indicadores de custo, de operação e de benefícios, definiu-se, no âmbito do Governo Federal, a descontinuidade/conclusão dos projetos de 93 aeroportos, em relação ao planejamento inicial (270 municípios). Assim, foram definidos os aeroportos aptos a receber investimentos e o Programa de Aviação Regional passou a contar com uma carteira de execução de projetos envolvendo 177 aeroportos, dos quais quatro estudos foram concluídos em 2017.

Ainda sobre o tema, vale ressaltar a continuação das concessões de aeroportos que contribuem para a expansão da infraestrutura aeroportuária disponível no país, permitindo atender a demanda crescente dos passageiros, gerando maior disponibilidade de infraestrutura e melhoria na qualidade do serviço.

Nesse sentido, em 2017, quatro aeroportos foram concedidos (Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis), nos quais deverão ser investidos R\$ 6,6 bilhões ao longo do período de concessão.

Aumento da Oferta de Transporte Aéreo

Com a implementação deste objetivo, ao fim de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Já em 2017, o número de rotas foi ampliado, passando a ser de 763 e o de aeroportos atendidos manteve-se em 111, assim distribuídos: 19 aeroportos na Região Sul, 25 na Região Sudeste, 27 na Região Norte, 25 na Região Nordeste e 15 na Região Centro-Oeste. Os motivos para a variação no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços

aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei nº 11.182/2005.

Dentre as medidas adotadas para aumentar a oferta do serviço de transporte aéreo está o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), que autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional.

O Projeto de Lei nº 7.425, que trata do PDAR, encaminhado em 2017 pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, teve por finalidade estabelecer que a concessão de subvenção econômica seja precedida de credenciamento ou de processo seletivo.

Outra iniciativa que poderá contribuir para o aumento da oferta de transporte aéreo é a política de ampliação e liberalização de Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA), que teve continuidade em 2017 e que visa aumentar a conectividade e a mobilidade internacional.

Aumento da Segurança do Transporte Aéreo

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). No que se refere à segurança do transporte aéreo, vale registrar que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aumentou o número de fiscalizações que passou de 32.105 itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade (2016) para 42.606 (2017).

Em 2017, também foram realizadas pela ANAC as seguintes ações no sentido de promover a segurança da aviação civil: o aprimoramento do arcabouço normativo, e, consequentemente, promoção de melhoria na qualidade regulatória, que resultou

na edição de 26 novas normatizações, alteração de 59 normativos vigentes e revogação de 31 normas.

Por fim, vale ressaltar que a ANAC realiza a denominada “Ação Nacional de Aviação Civil”, que compreende um conjunto de eventos, promovidos conforme a demanda dos regulados e a estratégia da Agência, para fomentar o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas.

Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48. O valor caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa zero em 2016, mantendo-se em zero em 2017, o que representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Desenvolvimento Institucional, Regulatório e Técnico da Aviação Civil

Dentre os programas previstos pela Secretaria para promover o desenvolvimento técnico da aviação civil brasileira estão o “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREI-NAR”, o Programa Bolsa Piloto e o Curso Básico de Bombeiros de Aeródromos (CBBA). Nesse sentido, informa-se que, em 2017, foram capacitados 120 profissionais em diversas áreas de conhecimento. Ademais, está sendo analisada a melhor forma de inclusão de conteúdos relacionados à acessibilidade e às especificidades de passageiros com deficiência ou necessidade de atendimento especial nas capacitações para gestores de aeroportos públicos.

Em relação às alterações no marco legal do setor de aviação civil, em 2017, houve participação ativa da Secretaria de Aviação Civil (SAC), juntamente com COMAER, INFRAERO, ANAC e outros órgãos

governamentais, no acompanhamento do PLS nº 258/2016, que trata de Projeto de Lei de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Destaque-se, ainda, a publicação pelo MTPA e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 11 de maio de 2017, que estabeleceu diretrizes para a transferência, do MP ao MTPA, dos imóveis da União destinados à Infraestrutura Aeroportuária Civil.

Em relação à elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil, informa-se que foi dada continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada entre a SAC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cujo objeto é a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento dessa Secretaria.

Em termos de transparência e acesso à informação, a ANAC adotou algumas medidas, dentre as quais se destacam: (i) transmissão das Reuniões de Diretoria em tempo real pelo Portal da ANAC e no canal institucional da Agência no *Youtube*; (ii) divulgação de 12 publicações orientativas destinadas aos operadores de aeródromo e centros de instrução AVSEC; e (iii) promoção de 25 audiências públicas com vistas a subsidiar a atividade normativa da Agência, com a participação social dos regulados e cidadãos.

Aprimoramento da Eficiência e Modernização da Navegação Aérea

Em atenção à meta relacionada ao desenvolvimento do Marco Regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, o Grupo de Trabalho de Aeronaves Remotamente Pilotadas – GT RPA deu continuidade, em 2017, ao trabalho que tem como objetivo promover a inserção dessas aeronaves de forma segura e harmonizada, por meio da atualização da regulamentação, ações de fiscalização e campanhas de comunicação.

Assim, em 2017, foi atualizada a ICA 100-40, que dispõe sobre Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (DECEA) e houve também a publicação do RBAC-E 94, Requisitos Gerais para Aeronaves não Tripuladas de Uso Civil, da ANAC, na qual constam requisitos quanto à fabricação, manutenção, operação, licença e habilitação do operador e proprietários dos equipamentos.

Para fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, a SAC tem implementado diversas ações para dotar os aeroportos brasileiros de equipamentos adequados à prestação dos serviços necessários para garantir a segurança operacional. Nesse sentido, estão sendo implantados equipamentos de Auxílio à Navegação Aérea que garantirão maior segurança, acessibilidade, regularidade e economia à operação dos aeródromos selecionados, impulsionando o transporte aéreo.

Assim, em 2017, foram implantados equipamentos de navegação aérea em seis aeroportos do Programa de Aviação Regional. Também foi formalizado um

Termo de Execução Descentralizada (TED) com o COMAER para implantação, até 2020, de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em 34 aeroportos e sistema ILS em dois aeroportos.

Considerações e Perspectivas

Em linhas gerais, os objetivos e metas propostos no PPA 2016-2019 encontram-se com andamento de acordo com o planejado, sendo que algumas das metas previstas para serem atingidas em 2019 já foram alcançadas. É o caso da meta que trata do aumento da capacidade de processamento de passageiros, da meta relacionada ao índice anual de acidentes aeronáuticos, e da meta que compreende o desenvolvimento de marco regulatório para aeronaves remotamente pilotadas.

Há ainda algumas metas que, embora não tenham alcançado o valor previsto para 2019, estão próximas de atingi-lo. Esse é o caso da meta que se refere à capacidade de processamento de carga, a qual atingiu, em 2017, 2,24 milhões de toneladas (a meta prevista para 2019 é 2,4 milhões de toneladas).

PROGRAMA 2022 COMBUSTÍVEIS

Os marcos legais que estabelecem as regras de funcionamento do setor de combustíveis priorizam a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, conforme os interesses dos consumidores.

As políticas e programas voltados para o setor de combustíveis têm algumas prioridades. Dentre elas, destaca-se a logística na distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural. Também estão entre essas prioridades a expansão da produção de bio-combustíveis no país baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

Principais Resultados

No Balanço Energético Nacional de 2017, a participação de biocombustíveis na matriz de consumo de energia nos transportes em 2016 foi da ordem de 20%, chegando a 25% em 2017. Em 2017, a produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 4,2 bilhões de litros. Já a demanda de etanol foi de 25,2 bilhões de litros em 2017, sendo que a produção foi de 27,7 bilhões de litros, tendo o excedente sido exportado.

Até o mês de dezembro de 2017, a taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno ficou em 13,93% em 2017, contra 9,32% em 2016. Também houve acréscimo na importação do óleo diesel, com taxa de importação sobre o consumo interno de 23,65% do mercado interno em 2017, contra 15,69% em 2016. A taxa de importação de querosene de aviação - QAV sobre o consumo interno foi de 8,68% em 2017, com queda em relação ao ano de 2016, quando ficou em 18,83%.

Quanto ao gás liquefeito de petróleo (GLP), houve aumento nas importações, que passaram a representar 24,59% do mercado interno em 2017, contra 17,09% no ano anterior.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes por Objetivo do Programa Combustíveis, no âmbito do PPA 2016-2019 no ano de 2017.

Expansão e Modernização do Parque Nacional de Refino

Com o objetivo de suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino, e de possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior, no caso dos derivados de petróleo, a projeção crescente da demanda para o consumo, juntamente com as rígidas exigências legais e regulatórias relativas à qualidade dos combustíveis, provocaram a necessidade de modernização do parque de refino brasileiro, bem como de sua ampliação. Com efeito, a Petrobras realizou várias obras nas refinarias em operação para aumento das capacidades de processamento de petróleo pesado nacional e de produção de derivados médios, bem como para a redução do teor de enxofre e a melhoria da qualidade de combustíveis. Além disso, concluiu o primeiro trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), enquanto no caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) a retomada das obras aguarda a adesão de parceiros investidores.

O crescimento da produção de petróleo e da demanda de derivados projetados para os próximos anos exigirá disponibilidade de infraestrutura de

armazenamento, transporte e distribuição adequados aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade. Entre os investimentos em curso no setor de transporte de petróleo e combustíveis, destaca-se o programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), que abrange a aquisição de navios de estaleiros nacionais. Em 2017, foram entregues 3 navios: os petroleiros Suezmax Milton Santos, com 156.629 tpb, e Abdias Nascimento, com 157.055 tpb, e o Gaseiro Gilberto Freyre, com 2.573 tpb. O incremento obtido entre 2016 e 2017 representa cerca de 40% da quantidade estimada para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Com a meta de acrescentar 4,7 milhões de unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico, entre 2016 e 2017, foram acrescentados 6.336.388 de vasilhames de botijões P13 (13 kg) ao universo de botijões disponíveis para comercialização, quantidade superior à meta estimada para o período entre 2016 e 2019.

Em relação à expansão da capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia, de modo a processar 2.500 mbpd, em 2017 foi sustentado o avanço de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019 (37.600 barris/dia até o momento). Cabe informar que, no período monitorado, a ANP concedeu autorização para aumento da capacidade de processamento de petróleo da Refinaria Abreu e Lima para 115 mil barris de petróleo por dia, limitado a 100 mil barris de petróleo por dia, em virtude da exigência de renovação da Licença de Operação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Biocombustíveis

Em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que oficializou o compromisso voluntário na COP21 para redução de emissões de carbono. Parte fundamental da solução é a expansão da

bioenergia, assumindo-se publicamente a meta de 18% para sua participação na matriz energética até 2030. Isso envolve a expansão da produção e do uso dos biocombustíveis.

É com esse foco que o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Ministério de Meio Ambiente, lançou a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis (Renova-Bio), a qual foi implementada com a promulgação da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Essa política consiste em um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

Antes, porém, um primeiro passo nesse sentido foi dado com a publicação da Resolução CNPE nº 14, de 2017, que definiu as diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis, com ênfase em assegurar previsibilidade para participação competitiva dos diversos biocombustíveis na matriz energética brasileira, na segurança do abastecimento e na garantia da adequada relação entre eficiência e emissões na produção, na distribuição e no uso de biocombustíveis, incluindo mecanismos de avaliação de emissões por meio da análise de ciclo de vida, entre outras diretrizes.

Também foi publicada a Resolução CNPE nº 11, de 2017, que fixou diretrizes para a importação de biocombustíveis, com a finalidade de trazer isonomia concorrencial entre a produção nacional de etanol e o produto importado.

O CNPE também deliberou favoravelmente à mistura de 10% (B10) de biodiesel no óleo diesel comercializado em todo o território nacional, que entrará em vigor em 1º de março de 2018.

Antecipou-se, assim, em um ano, o prazo máximo determinado pela Lei nº 13.263, de 2016, para início dessa mistura.

Isso só foi possível após a realização no Brasil do maior programa de testes de biodiesel já visto em escala global. São cerca de 50 testes com as misturas B10, B15 e B20 em pleno andamento, envolvendo mais de 20 fabricantes de veículos. Os resultados desse programa contribuirão para promover a ampliação do biodiesel no Brasil e no mundo. Conforme cronograma estabelecido pela Portaria MME nº 80, de 2017, os testes para biodiesel B10 deverão ser concluídos até fevereiro de 2018 e B15, até janeiro de 2019. Desde março de 2017, o país passou a adotar a mistura de 8% (B8).

No que se refere ao etanol, a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA) fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Com os dados disponíveis até o momento, estima-se que em 2017 a produção de biodiesel feche em 4,2 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente (PDE 2026) é de 4,4 bilhões de litros.

Já a produção de etanol foi de 27,7 bilhões de litros em 2017, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2026 foi de 26 bilhões de litros.

Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido. Não obstante, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, vem reforçando o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

Política Nacional de Combustíveis

Em relação ao objetivo de ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis, diversas atividades foram desenvolvidas em 2017. Destaca-se o lançamento, em fevereiro, da iniciativa “Combustível Brasil”, motivada pela perspectiva de reposicionamento da participação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em diversos segmentos do setor de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, por meio da qual se procedeu ao diagnóstico das questões afetas ao setor de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, seguido da identificação de ações e medidas de curto, médio e longo prazos, a serem desenvolvidas pelos entes públicos, como MME, ANP e EPE, além de diversos agentes do setor.

Esse rol de ações e medidas foi referendado pelo CNPE com a edição de sua Resolução nº 15/2017 e segue em implementação pelo Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB), criado pela mesma Resolução. Como ações urgentes e prioritárias, trabalha-se na definição de lista de portos prioritários ao abastecimento nacional de combustíveis a serem licitados, no estabelecimento de acordo de cooperação entre ANP e Antaq para agilizar as operações relativas à movimentação de combustíveis nos terminais aquaviários, na revisão do arcabouço normativo da ANP à luz do reposicionamento da Petrobras, na análise de alternativas à prática de preço diferenciado para GLP residencial envasado em botijão de até 13kg, conforme a Resolução CNPE nº 4/2005, e na questão jurídica envolvendo a tributação de GLP quando proveniente de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Além disso, há outras ações em curso que devem ser concretizadas ao longo de 2018.

No que se refere à qualidade dos combustíveis automotivos, importa observar que o mercado interno está nivelado aos melhores padrões internacionais de especificação. Além do teor de enxofre, há exigências quanto a especificações dos combustíveis relacionadas ao desempenho, tais como número de cetano, octanagem e densidade. Desde 2010, o óleo diesel rodoviário com 1800ppm de enxofre (S-1800) foi gradativamente substituído pelo óleo diesel com 500ppm (S-500), até sua substituição total em 2014. O Índice de Conformidade dos Combustíveis acumulado em 2017 foi de 97,73%. Ao se observar a evolução desse índice nos últimos quatro anos pela ANP (97,99% em 2014; 97,60% em 2015; e 97,62% em 2016), pode-se inferir que a qualidade dos combustíveis ofertados aos consumidores finais está adequada, superando a meta estipulada para o período, de manutenção superior a 96%.

No ano de 2017, a capacidade de armazenamento de combustíveis derivados nas distribuidoras foi ampliada em 130.518,61 m³, tendo a da gasolina A e C aumentado em 55.532,62 m³, a do óleo diesel A

e B em 73.750,58 m³, a do QAV em 161,90 m³ e a do GLP em 1.073,51 m³. Somando-se com o volume já acrescentado em 2016, 75.300,47 m³, tem-se uma ampliação de 205.819,08 m³ no biênio 2016-2017.

Considerações e Perspectivas

A retomada do crescimento econômico deverá favorecer novos investimentos no setor de combustíveis. Ao mesmo tempo, a pressão por menores emissões de gases de efeito estufa favorecerá a expansão da produção de biocombustíveis no País, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris. Ademais, o reposicionamento da Petrobras, notadamente no mercado de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, abrirá oportunidade para a construção de um mercado mais competitivo na oferta de combustíveis e, ao mesmo tempo, exigirá maiores esforços regulatórios por parte do Governo Federal, em articulação com os governos estaduais.

PROGRAMA 2025

COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

O Programa de Comunicações está estruturado a partir de seis objetivos basilares, que visam atender aos principais desafios do setor. São eles: (i) expansão do acesso à internet em banda larga no país e a melhora na sua velocidade; (ii) substituição da TV aberta analógica pela digital, incluindo a possibilidade de interatividade permitida pela nova tecnologia; (iii) ampliação dos serviços de radiodifusão pública e de atendimento e entrega postal; (iv) incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; (v) fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações; e (vi) ampliação da produção e do acesso a conteúdo multimídia com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Em relação ao acesso à internet, de acordo com os dados da PNAD/IBGE, o percentual da população usuária da internet aumentou de 49,4%, em 2013, para 64,7%, em 2016, provocado particularmente pela expansão no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), principalmente os *smartphones*. Aumentando a população usuária de internet, destacam-se os desafios de conectar mais municípios brasileiros ao *backbone* (espinha dorsal da rede) pela tecnologia de fibra óptica e elevar a velocidade média da conexão (atualmente estimada em 5,5 Mbps). Isso significa a possibilidade de a população usufruir de aplicações mais avançadas e de aumentar a competitividade do país. Para as empresas, a importância do aumento da velocidade se dá no aumento da produtividade, na economia de tempo e de recursos materiais, em processos mais eficientes, na inovação dos negócios tradicionais, na redução de custos de transação, notadamente os geográficos, e na geração de produtos e negócios no setor de tecnologia. Para as

famílias, haverá mais alternativas de comunicação, mais acesso à informação e, consequentemente, maior possibilidade de qualificação profissional e de acesso a diversos serviços públicos, mais possibilidades de efetuar compras *online* e de exercer atividades por teletrabalho. Estudos demonstram que, ao se dobrar a velocidade média, há o acréscimo de 0,3 pontos percentuais no PIB de um país.

Outro desafio importante posto à política de comunicações é a digitalização da TV aberta. O padrão brasileiro de TV digital (ISDB-T), escolhido em 2007, oferece várias vantagens em relação ao sistema analógico, notadamente a qualidade de imagem e a possibilidade de interatividade oferecida pelo sistema Ginga. A primeira localidade a ter o sinal totalmente digital no País foi a localidade de Rio Verde/GO, tornando-se a primeira cidade da América do Sul a receber integralmente o sinal digital. Até o fim de 2017, 306 municípios tiveram seu sinal analógico desligados, com uma população total de 71 milhões de habitantes beneficiados. O desligamento do sinal analógico sofreu alterações em seu calendário por meio da edição da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, a qual estabeleceu o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T.

Foram distribuídos Kits de conversor digital às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal e às famílias integrantes do Cadastro Único que atendem aos critérios estabelecidos no art. 4º, II do Decreto nº 6.135, de 2007 - que define Famílias de Baixa Renda. Até o fim de 2017, foram entregues 7.590.387 kits às famílias de baixa renda registradas no Cadastro Único, incluídos os beneficiários do

Programa Bolsa Família, ou seja, 60,2% do universo de famílias elegíveis a receber estes kits.

Principais Resultados

Na análise dos principais resultados alcançados no âmbito do Programa 2025, o programa foi bem-sucedido em realizar entregas à sociedade no ano de 2017, dentre as quais se destacam:

- Lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, cujo valor superou R\$ 2,5 bilhões, e que tem a capacidade de prover internet a todas as regiões do país. O SGDC tem uso em comunicações militares e civis (comunicação de governo e atendimento da população brasileira), especialmente nos locais não atendidos por fibra ótica.
- Parceria entre a Telebras e o MEC para atender a 6.500 escolas rurais com internet de alta velocidade e 3.000 pontos de inclusão digital, por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, lançado em maio de 2017;
- Capacitação de 6.673 jovens pelos programas Juventude Rural, Computadores para Inclusão (com suporte dos Centros de Recondicionamento de Computadores - CRCs) e Redes de Cidadania (com suporte das Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs);
- Conclusão da implantação do Programa Cidades Digitais em 11 cidades (totalizando 15 no período do PPA), além de mais dez com obras em curso cuja conclusão está prevista ainda para o primeiro semestre de 2018;
- Homologação do desligamento do sinal analógico nas localidades de Brasília/DF, São Paulo/SP, Goiânia/GO, Recife/PE, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/

MG, Santos/SP, Campinas/SP e Vale do Paraíba (bem como seus municípios afetados), resultando em 306 municípios desligados, beneficiando um total de 71 milhões de habitantes;

- 472 aplicativos nacionais fomentados por meio da política de desoneração de smartphones no âmbito do Programa de Inclusão Digital;
- Homologação de 440 modelos de smartphones 4G LTE;
- Disponibilização de serviços postais aos distritos municipais (com população igual ou superior a quinhentos habitantes): 89,9% dotados de unidades de atendimento e 89,6% com serviços de distribuição postal externa.

Dentre os indicadores do Programa, destacam-se o percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga, que passou de 57,57% em 2015 para 69,12% em 2016, e o percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta, que aumentou de 45,1% para 57,31% entre 2015 e 2016.

Acesso à Internet em Banda Larga

No âmbito do programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão), no fim de 2015, o consórcio responsável já havia implantado cerca de 4.000 pontos do antigo Ministério das Comunicações. Ao final de 2017, dos 6.898 pontos do MCTIC, 6.418 estavam instalados.

Durante o ano de 2017, buscando promover eficiência, pontos que estavam com baixo tráfego foram desligados. No fim do exercício, em parceria com o Ministério da Educação, foi celebrado contrato com a Telebras para atendimento de 6.500 escolas e 3.000 pontos de inclusão digital. A Telebras irá conectar esses pontos contratados por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), lançado em maio de

2017. O uso do SGDC permitirá um aumento na velocidade da internet, aliado à redução de custos.

Com relação à meta de alcançar 1 milhão de participantes pelos Programas de Inclusão Digital, esta foi superada já em 2016. Em 2017, foram alcançadas 1.466.769 pessoas.

Programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão e Redes de Cidadania têm atuado na capacitação de jovens para a utilização das TICs. Esses projetos capacitaram, em 2017, 6.673 jovens. Em relação ao Programa Cidades Digitais, cabe destacar que, até 2016, foram aprovados 103 projetos executivos e implantadas quatro cidades digitais. Em 2017, foram concluídas as implantações de outras onze cidades, e mais 10 cidades estão em obras, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2018.

No que concerne às metas de acesso à internet, a meta referente à ampliação da 'parcela da população coberta com rede de transporte (*backhaul*) óptica' subiu de 86% para 88,1% entre 2016 e 2017, a meta referente à 'proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) e acessos móveis' passou de 75,3% em 2016 para 84,4% em 2017, a meta referente à 'velocidade média da banda larga fixa' aumentou de 13,8 Mbps em 2016 para 17,84 Mbps em 2017, e a meta de ampliação do 'serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país' alcançou 95,8% dos municípios em 2017. As tratativas têm como alvo expandir o acesso à internet para toda população, o que vem sendo atingido ano a ano e pode ser comprovado com os dados apresentados. Houve também avanço do número de municípios novos que receberam a rede da 4ª Geração de celular em 2017, bem como o aumento dos municípios atendidos com a rede de transporte em fibra ótica, que permite a prestação do serviço de conexão de dados em alta velocidade. Tais avanços são demonstrados por meio do acréscimo da velocidade média do Brasil e do aumento do número de acessos móveis conectados à rede 4G.

Implantação da TV Digital

Em 2017, foi editada a Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, a qual reviu o calendário e estabeleceu o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T. Com o desligamento do sinal analógico da cidade piloto de Rio Verde/GO em 2016, outro grande desafio estava por vir: o desligamento do sinal analógico de televisão na primeira grande cidade do país, a capital Brasília (e cidades do entorno), que estava previsto para ocorrer em 26 de outubro de 2016. Para esse desafio, foram distribuídos set-top-box aos inscritos no CadÚnico no DF e cidades afetadas pelo desligamento do sinal analógico. Tal providência se fez necessária para minimizar os riscos e o impacto sobre a experiência televisiva da população e para o atendimento à norma que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica que pelo menos 93% dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital.

Após a aferição na região resultar em 92% dos domicílios aptos a receber o sinal digital, foi homologado o encerramento da transmissão em tecnologia analógica em Brasília e nas localidades do entorno: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Ademais, até o fim de 2017, foram homologados os desligamentos das seguintes localidades e seus municípios afetados: São Paulo/SP, Goiânia/GO, Recife/PE, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Santos/SP, Campinas/SP e Vale do Paraíba. Em 2017, 306 municípios tiveram seu sinal analógico desligados, com uma população total de 71 milhões de habitantes beneficiados.

Até o fim de 2018, mais 1.040 municípios passarão por esse processo, totalizando 1.346 municípios

brasileiros que transmitirão sua programação somente em tecnologia digital. Os demais 4.224 municípios brasileiros terão o sinal analógico de televisão encerrados até 31 de dezembro de 2023, conforme Portaria MCTIC nº 2.992, de 2017.

O Decreto nº 8.753/2016 alterou o prazo de encerramento da transmissão analógica, antes fixado para 31 de dezembro de 2018, considerando, principalmente, a obrigação de liberação da faixa de 700 MHz, a capacidade de investimento dos radiodifusores em infraestrutura, bem como da população quanto à aquisição de receptores digitais. Outras mudanças advindas deste Decreto foram a possibilidade de as entidades efetuarem o desligamento voluntário do sinal analógico e o encerramento da transmissão analógica até 31/12/2018 nas localidades em que seja necessário viabilizar a implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na faixa de 700 MHz. É oportuno mencionar que, até 31/12/2017, 3.606 municípios foram liberados para a implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na referida faixa, sendo que, até 2019, está prevista a liberação da faixa de 700 MHz nas 1.964 localidades restantes, sendo 485 em 2018 e 1.479 em 2019.

As iniciativas de promoção da TV Digital buscam fomentar a capacitação de profissionais técnicos para implantação da TV Digital, distribuir kit de conversor digital e antena para os beneficiários do Programa Bolsa Família, promover incentivos à rede varejista de equipamentos de TV Digital, realizar campanha de divulgação do processo de desligamento analógico e de implantação da TV Digital, além de atender ao público, digitalizar as estações analógicas de TV e RTV existentes e fomentar a digitalização dos pequenos radiodifusores.

Não há execução orçamentária associada ao objetivo, que é implementado mediante recursos das operadoras dirigidos à Associação Administradora

do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV – EAD, conforme disposto no Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel.

Radiodifusão

Visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, e para abranger o maior número de municípios brasileiros estão previstos os Planos Nacionais de Outorga (PNO) para o serviço de radiodifusão educativa e radiodifusão comunitária. Esses planos estabelecem os critérios dos processos de seleção e fixam o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos editais de seleção pública.

Ademais, encontra-se em reanálise o espectro de frequências com vistas à realocação das estações de FM migradas do serviço de ondas médias, sejam elas locais, regionais ou nacionais, demanda esta de iniciativa do próprio setor de radiodifusão. Para alocar os serviços migrados será necessário o reexame da canalização na faixa de frequência modulada. Ainda, para que exista a ocupação da faixa estendida, será imprescindível o término da migração do serviço de radiodifusão de sons e imagens e o serviço de retransmissão de televisão para o sistema digital. Assim, as duas migrações, AM para FM e da TV analógica para a TV digital, merecerão especial atenção, pois dependem da limpeza da faixa de frequência para serem efetivadas. Por fim, os PNOs do serviço de Rádio Educativa e Comunitária estão previstos para serem retomados no primeiro semestre de 2018.

Conteúdos Digitais Criativos

O objetivo foi impactado em 2016 pelas mudanças administrativas resultantes da fusão dos antigos Ministérios das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Entretanto, as sinergias criadas na fusão apontam para ações mais efetivas no futuro, em especial no que diz respeito à política

para desenvolvimento de aplicativos, que será executada conjuntamente com a política de startups do programa Startup Brasil.

Com relação aos incentivos fiscais para a produção de aplicativos nacionais no âmbito do Programa de Inclusão Digital, até 31/12/2017, fomentou-se a produção de 472 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de smartphones.

Promoção da Indústria Nacional de Telecomunicações

As atividades desenvolvidas nesse objetivo têm contribuído para promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações. Até dezembro de 2017, foram homologados pela Anatel 440 modelos de smartphones 4G LTE. O indicador de Propriedade Intelectual resultante dos projetos ou atividades apoiadas pelo Funttel sinaliza bom desempenho, apesar do processo de homologação de novos produtos ainda se encontrar em andamento. No campo da Internet das Coisas (IoT), houve um acréscimo de 20,82% na quantidade de acessos a terminais classificáveis como IoT em 2016 comparado a 2015. A consulta pública do Plano Nacional de IoT esteve aberta para contribuições até fevereiro/2017 e alcançou mais de 1.300 contribuições.

Com relação às habilitações de produtos de telecomunicações produzidos no Brasil cumprindo o Processo Produtivo Básico (PPB), a metodologia de cálculo do indicador foi reavaliada para reproduzir melhor a situação. O número apresentado em 2015 indicava a quantidade de categorias de equipamentos de telecomunicações distintos que possuíam PPB. Sendo assim, equipamentos de mesma categoria eram contabilizados apenas uma vez, mesmo que fabricados por mais de uma empresa e com características técnicas diferentes. Por exemplo: modem, fabricado pela empresa A e pela empresa B, era contabilizado apenas uma vez.

Assim, atualizou-se o indicador e o número atual registra 736 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB.

Considerações e Perspectivas

Não obstante os desafios, há de se destacar o esforço institucional para a execução dos objetivos, metas e iniciativas do Programa. O avanço na oferta da banda larga, a digitalização da TV, o lançamento do satélite SGDC e a implantação das Cidades Digitais demonstram os avanços atingidos.

Entre as perspectivas relacionadas ao setor de comunicações, destaca-se a continuidade da migração da televisão analógica para a televisão digital. O fim da migração está previsto para 2023, de forma a liberar a faixa de 700 MHz, com o intuito de expandir o acesso aos serviços de banda larga móvel. Prevê-se que em 2018 serão realizados desligamentos da programação analógica de televisão em 1.040 localidades, contemplando uma população de aproximadamente 57 milhões de pessoas, correspondendo à 27% da população do país. Nesse mesmo período serão distribuídos aproximadamente 5 milhões de kits de conversor digital, nas localidades em questão, para as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal, e famílias integrantes do Cadastro Único que atendem aos critérios estabelecidos no art. 4º, II, do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Da mesma forma, a migração da faixa AM para FM, uma antiga reivindicação dos radiodifusores autorizada pelo Decreto nº 8.139/2013, tem como principal motivação a melhoria da qualidade, evitando interferências durante a transmissão de sua programação. A perspectiva é de que em 2018 seja efetuada a migração de cerca de 600 (seiscentas) rádios do país.

O Programa Cidades Digitais, cuja atuação proporciona a melhoria da gestão pública e dos serviços

prestados à população, pretende implantar até 2018 mais 102 cidades, com conclusão de todos os projetos prevista para 2019.

Por fim, ressalta-se que, por meio do GESAC, a Política de Inovação - Educação Conectada, programa do Ministério da Educação em parceria com o MCTIC, atenderá aproximadamente 6.500 escolas localizadas

em áreas rurais distribuídas em praticamente todo o território nacional com conexões de internet via satélite, com velocidade mínima de 10 Mbps até o fim de 2018. O programa busca universalizar o acesso à internet de alta velocidade nas escolas, a formação de professores para práticas pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala de aula.

PROGRAMA 2033 ENERGIA ELÉTRICA

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como alguns de seus principais objetivos expandir a capacidade de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro, elemento essencial para viabilizar o desenvolvimento do país. Entende-se que essa expansão deva ocorrer em consonância com os interesses do consumidor, o que se busca viabilizar por intermédio de objetivo relacionado à busca da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica, por meio dos instrumentos regulatórios. Além disso, a necessária expansão da capacidade do sistema deve ocorrer em pleno alinhamento com as preocupações ambientais, o que se explicita por meio da presença de metas específicas voltadas para a expansão de energias alternativas, bem como realização de estudos de viabilidade. Um outro aspecto relevante é o da busca por universalização do acesso à energia elétrica, consignada em objetivo específico do programa.

Cumprir ressaltar alguns elementos que caracterizam a conjuntura do setor de energia elétrica, e que devem ser considerados para o adequado planejamento do setor, a saber: a preocupação com as mudanças climáticas; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; as restrições hídricas em algumas regiões do País; a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidrelétricos na matriz energética nacional.

O programa temático Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão

e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

Principais Resultados

Em 2017, foram incorporados mais 7.394 MW à capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em destaque, a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, o início da operação comercial da Usina Termelétrica (UTE) Mauá 3, da UHE São Manoel e a continuidade de motorização da UHE Belo Monte com o início de operação de mais quatro unidades geradoras do Sítio Belo Monte e duas unidades do Sítio Pimental.

Em 2017 a expansão da capacidade instalada foi reforçada pela entrada em operação de 86 parques eólicos e 32 usinas fotovoltaicas. A entrada em operação de 2.159 MW de potência, distribuídos em usinas eólicas, representou 29% do total da expansão da oferta de geração do ano.

Os empreendimentos fotovoltaicos marcaram o ano de 2017 pela consolidação desta fonte na matriz elétrica brasileira pela entrada em operação das primeiras usinas solares que venderam energia em leilões. Ao todo, 933 MW de capacidade instalada foram liberados para operação comercial, equivalente a 13% do incremento da capacidade de geração de 2017.

Também no ano de 2017, foram adicionados 6.622 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 14.966 MVA de capacidade transformadora em subestações, com destaque para a antecipação do 1º bipolo da UHE Belo Monte, de fev/2018 para dez/2017.

Estudos de Expansão e Leilões de Geração e Transmissão

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 293, de 4 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes para realização dos leilões A-4 e A-6, para novos empreendimentos de geração. Espera-se atratividade nesses leilões, resultando em um incremento nas gerações eólica e por térmicas a gás natural.

Esses certames possibilitaram a contratação, em 2017, de 4,4 GW em novos empreendimentos de geração (para o período 2016-2017, a quantidade alcançada acumulada é de 5.113 GW), correspondendo a um investimento estimado em R\$ 18,2 bilhões, distribuídos da seguinte forma: 1,4 GW de centrais eólicas; 0,57 GW de centrais solares fotovoltaicas; 2,14 GW de centrais a gás natural; 0,18 GW de centrais a biomassa e 0,12 GW de pequenos aproveitamentos hidrelétricos. Os Leilões de Energia Existente “A-1” e “A-2” de 2017, por sua vez, viabilizaram a complementação do suprimento às distribuidoras de energia elétrica a partir de empreendimentos já em operação. No total, nos leilões de energia existente, foram contratados 12,5 TWh.

Em relação aos Leilões de Energia Nova, alguns aspectos devem ser destacados. O primeiro é a significativa contratação da fonte eólica, cuja participação na matriz de energia elétrica já supera 7%, apresentando um crescimento de aproximadamente 27% em 2017, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Um segundo ponto de destaque é a contratação de 0,57 GW de centrais solares fotovoltaicas, com deságio médio de 56% em relação ao preço inicial. Ademais, destaca-se também a contratação de centrais termelétricas a gás natural, demonstrando a efetividade das melhorias propostas no âmbito do “Gás para Crescer”.

Em se tratando da expansão dos sistemas de transmissão, foram realizados dois leilões que se encerraram em 2017. Esses dois Leilões possibilitam a construção de 11.987 km de novas linhas de transmissão. Destaca-se que, a quantidade alcançada acumulada para o período 2016-2017 foi de 21.515 km, 11.987 km de 2017 e 9.528 km de 2016. Ressalta-se também que, em 2017, houve leilões de transformação da ordem de 23.548 MVA da capacidade de transformação. Para o período 2016-2017, a quantidade alcançada acumulada de leilões de transformação é de 36.911 MVA, 13.363 MVA em 2016 e 23.548 MVA em 2017. Esses leilões de 2017 para transmissão e transformação correspondem a um investimento estimado em R\$ 21,4 bilhões.

O ajuste de oferta no setor elétrico incluiu ainda a interrupção de contratos de energia de reserva, que objetivam elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional complementando o montante contratado no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Especificamente em 28 de agosto de 2017 foi realizado o Mecanismo de Descontratação de energia de reserva, instituído pelo Decreto nº 9.019, de 30 de março de 2017, e idealizado para diminuir o excedente de energia de reserva contratada no Sistema Interligado Nacional. As diretrizes foram definidas na Portaria MME nº 151, de 18 de abril de 2017, e sua sistemática aprovada por meio da Portaria MME nº 200, de 18 de maio de 2017. Mediante processo competitivo, o mecanismo permitiu a descontratação de 307,7 MW de usinas eólicas e de 249,7 MW de usinas solares, além de arrecadar R\$ 105,9 milhões em benefício dos consumidores de energia elétrica.

No ano de 2017, foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) três Estudos de Inventário de bacias situadas na Região Norte, com um potencial de 205,8 MW. Os estudos de

inventário do Rio Negro e Trombetas, que somados totalizam 7.200 MW, ainda serão realizados.

Com relação aos Estudos de Viabilidade, houve o aceite de dois estudos em 2017, os quais se encontram em análise pela Aneel, totalizando 2.049 MW.

Conforme informações prestadas pela Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), os estudos de viabilidade para quatro novas usinas termonucleares estão pendentes; por hora, prioriza-se a conclusão da Unidade 3 da Central Nuclear Comandante Álvaro Alberto (Angra 3).

Ainda com relação ao setor de energia elétrica, merece destaque a licitação das concessões das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, a qual resultou na arrecadação, a título de bônus de outorga, de R\$ 12,1 bilhões.

Capacidade de Geração do Sistema Elétrico

Em dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 140.857 MW. Ao fim de 2016, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 150.410 MW. No encerramento de 2017, foram contabilizados 157.580 MW instalados no parque gerador brasileiro, representando um acréscimo de 7.170 MW no período 2016-2017, equivalentes a 4,8 % de crescimento efetivo.

Em 2017, as usinas hidrelétricas representavam a maior participação na capacidade instalada, com 100,3 GW, equivalente a 63,7% da matriz elétrica. As usinas térmicas, em segundo lugar, encerraram o ano de 2017 com 43,9 GW instalados, representando 27,8% da matriz de energia. Em relação às fontes de geração de energia limpas, no fim de 2017 as usinas eólicas representavam 7,8% da capacidade instalada de geração, com 12,3 GW, enquanto os parques fotovoltaicos, fonte em

ascensão na matriz elétrica nacional, constavam com 1,1 GW, correspondente a 0,7%.

O ano de 2017 foi marcado pela entrada em operação de 3.307 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, destacando-se a entrada em operação de unidades geradoras de importantes empreendimentos hidroelétricos, como a usina Hidrelétrica Belo Monte e a Hidrelétrica São Manoel e 190 MW das Pequenas Centrais Hidrelétricas. Nesse ano, também colaboraram para o crescimento da matriz elétrica a entrada em operação de 2.156 MW instalados em usinas eólicas, 933 MW distribuídos em usinas fotovoltaicas e 998 MW construídos em usinas térmicas, destacando-se, nesse último caso, a entrada em operação da UTE Mauá 3 (590,75 MW). No total acumulado no biênio 2016-2017, entraram em operação 8.511,84 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica. A fonte eólica acumulou, no biênio, 4.720 MW instalados. Assim, o índice de realização, para esta fonte, atingiu 62,9% do total previsto no PPA, o que pode ser considerado um andamento adequado. A fonte fotovoltaica acumulou, na primeira metade do PPA 2016-2019, 933 MW instalados, superando em mais de 15% a meta estabelecida para o período do PPA como um todo, de 810 MW.

Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico

Em 2017, a conclusão de novos empreendimentos, com a entrada em operação de novas linhas de transmissão e aumento na capacidade instalada de transformação, superou as expectativas indicadas ao final de 2016. No total, entraram em operação mais 6.622 km de novas linhas de transmissão, contra uma estimativa inicial de 3.507 km, e 14.966 MVA de capacidade transformadora adicional, onde eram esperados 14.995 MVA. Esses valores de expansão correspondem tanto às instalações novas acrescentadas ao sistema elétrico nacional como a ampliação das instalações existentes. Assim, o

total acumulado no biênio é de 12.318,60 km de novas linhas de transmissão e 16.558,20 MVA de capacidade transformadora adicional.

Com relação especificamente às novas instalações agregadas ao sistema elétrico, o montante realizado em 2017 apresentou uma tendência bastante positiva. No caso da ampliação e reforço das instalações existentes também se percebe uma tendência favorável para o alcance das metas previamente estabelecidas. Isso pode ser considerado um bom sinal na direção do alcance do Objetivo de expandir a capacidade atual do sistema de transmissão nacional, de forma a garantir a entrega da energia gerada nas usinas para distribuição à maioria das unidades consumidoras existentes no País.

Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica

O programa também conta com o objetivo de ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes. Importante ressaltar que os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A regulação e fiscalização desses serviços são consideradas em um contexto global da concessão, e controladas por indicadores de desempenho que devem ser cumpridos pelos concessionários.

Com relação aos investimentos na Média Tensão (13,8 e 34,5 kV) as concessionárias, no ano de 2017, conseguiram um acréscimo de 2.892 km de linhas de distribuição, representando 71% da meta para o final do período do PPA. Já com relação ao combate às perdas técnicas e comerciais de distribuição, em 2017 as Empresas de Distribuição da Eletrobras apresentaram uma melhora de 0,42 pontos percentuais.

Universalização do Acesso à Energia Elétrica

A partir de 2016, algumas distribuidoras realizaram o levantamento dos domicílios ainda sem energia elétrica em suas áreas de concessão, resultando em pedidos de prorrogação do prazo de Universalização. Após análise dos cadastros e colocação em audiência pública, a ANEEL homologou os pedidos da COELBA (BA), CELPA (PA) e CEMAR (MA), resultando na autorização de novos contratos do Programa Luz para Todos. Também em 2016, a Eletrobras optou por não renovar as concessões de suas distribuidoras nos estados do AC, AL, AM, PI, RO, RR, passando estas empresas a atuarem como designadas para a continuidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica nestes estados. Com isto, o cenário da Universalização do Acesso à Energia Elétrica foi alterado em 2017. De um lado, o levantamento da população ainda sem energia elétrica permitiu o estabelecimento de Planos de Universalização mais consistentes garantindo assim o atendimento de todos os pedidos de ligação de energia elétrica, e o cumprimento da meta de unidades consumidoras ligadas. De outro lado, prorrogou-se o ano limite da universalização para alguns municípios destas áreas de concessão, impactando a meta de áreas de concessão universalizadas.

O resultado final é considerado positivo uma vez que a Universalização do Acesso à Energia Elétrica tem como foco o usuário final, cuja meta para o período já foi superada (130.951 unidades atendidas versus 128.226 previsto no âmbito do PPA 2016-2019).

Instrumentos Regulatórios

Na regulação econômica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, em 2017 foram aprovados diversos normativos: (i) Estrutura tarifária das concessionárias (Resolução Normativa nº 757, de 8/2/2017); (ii) Bandeiras tarifárias

(Resolução Normativa nº 760, de 20/2/2017); (iii) Aprimoramento dos procedimentos tarifários das concessionárias de distribuição de energia elétrica que tiveram suas concessões prorrogadas Resolução Normativa nº 761, de 24/2/2017; (iv) Cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida (RAP) das concessionárias de transmissão (Resolução Normativa nº 762, de 9/3/2017); (v) Procedimentos de cálculo relativos às Tarifas de Repasse de Potência e da Tarifa Bônus da Itaipu Binacional (Resolução Normativa nº 770, de 1/6/2017); (vi) Estrutura Tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica (Resolução Normativa nº 773, de 3/7/2017); (vii) Procedimentos para o reajuste anual das receitas das concessionárias de transmissão de energia elétrica (Resolução Normativa nº 774, de 6/7/2017); (viii) Subvenção para Cooperativas com Reduzida Densidade de Carga (Resolução Normativa nº 788, de 27/10/2017); (ix) Demais Componentes Financeiros (Resolução Normativa nº 796, de 19/12/2017); (x) Conta de Consumo de Combustíveis e a Conta de Desenvolvimento Energético CDE (Resolução Normativa nº 800, de 22/12/2017).

Para o ano de 2017, estabeleceu-se como meta 338 outorgas emitidas, sendo 269 para geração, e 69 para transmissão e distribuição de energia elétrica. A meta alcançada no ano foi de 188 outorgas, sendo 131 atos de outorga de geração e 57 atos de outorga de transmissão e distribuição, que corresponde a 55,6% da meta inicialmente prevista. Dos 131 atos de outorga de geração, 101 são autorizações para produção de energia elétrica que correspondem a uma potência a ser instalada total de 1.180,80 MW e 30 são autorizações para que empresas possam atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

No segmento de fiscalização dos serviços de energia elétrica compreendidas as áreas de geração, distribuição, transmissão e econômico-financeira,

foram programadas para o ano de 2017, 1.626 ações fiscalizatórias, após reprogramação restaram 1.195. Com recursos do orçamento de 2017 realizou-se 1.069 ações e com restos a pagar de exercícios anteriores mais 37 ações, totalizando 1.106 ações de fiscalização no exercício.

Nas ações de fiscalização incluem-se aquelas integrantes do Anexo ao Contrato de Gestão firmado entre a ANEEL e o MME, as quais alcançam não só os empreendimentos em implantação e ampliação, mas também as instalações em produção de maior relevância para o Sistema Interligado Nacional, incluindo os ensaios de autorrestabelecimento.

No tocante às fiscalizações dos serviços de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, em 2017 foram programadas 72 ações fiscalizatórias, após reprogramação o número total foi reduzido para 50. Com recursos do orçamento de 2017 realizou-se 52 ações e com restos a pagar de exercícios anteriores mais 13 ações. Para a área de Distribuição com recursos do orçamento de 2017 realizou-se 28 ações e com restos a pagar de exercícios anteriores quatro ações, já para a Transmissão com recursos do orçamento de 2017 realizou-se 24 ações e com restos a pagar de exercícios anteriores nove ações.

No âmbito econômico e financeiro dos agentes setoriais, em 2017 foram programadas 600 ações fiscalizatórias, das quais foram realizadas 543:

- 54 ações de fiscalização dos aspectos econômicos e financeiros de concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, de gestores de fundos e encargos e agentes de coordenação;
- 112 ações de fiscalização das concessionárias e permissionárias dos serviços públicos de energia elétrica referentes aos processos tarifários e licitatórios;
- Fiscalização dos agentes do setor elétrico por anuência prévia, instruindo e manifestando sobre

solicitações encaminhadas a respeito de operações comerciais e societárias, sendo 299 pleitos recebidos e analisados pela ANEEL;

- 78 ações de fiscalização dos agentes do setor elétrico por monitoramento.

Quanto à meta de reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), nacional, para 13,51 horas/ano, percebe-se que o DEC apresentou melhora significativa com relação ao ano de 2016, passando de 15,81 para 14,56 horas/ano. Quanto à meta de reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), nacional, para 8,94 vezes/ano, percebe-se que o FEC vem melhorando constantemente, atingindo no período de dez/2016 a nov/2017 o valor de 8,35 interrupções/ano. Tanto o DEC quanto o FEC atingiram seus menores níveis desde o início do acompanhamento pela ANEEL.

Eficiência Energética

Em 2017, foi aprovado o primeiro Plano Anual de Aplicação de Recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL com o objetivo de disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética, que determina que 0,1% da Receita Operacional Líquida das distribuidoras de energia elétrica sejam destinados ao PROCEL. No ano, embora ainda não tenham sido consolidados em relatório oficial, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 18.000 GWh, totalizando uma economia de 26.830 GWh no biênio 2016-2017.

Manutenção das Instalações de Geração e de Transmissão e Continuidade e Segurança do Suprimento Eletroenergético

As empresas do Grupo Eletrobras têm realizado diversas ações e atividades no sentido de manter a confiabilidade e o desempenho adequado das suas

instalações de geração e transmissão. Entretanto, as empresas destacaram algumas dificuldades no desenvolvimento das atividades de operação e manutenção em função de restrições operacionais e financeiras, que limitaram as ações de manutenção preventiva, o que afeta o índice de disponibilidade, resultando em valores abaixo do desejado.

Para 2017, a Disponibilidade de Geração Apurada (DISPGa) alcançou uma quantidade média de 84,17%, frente à meta de 92%.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Os Investimentos realizados em 2017 no âmbito deste objetivo permaneceram dirigidos a aquisições de equipamentos e sistemas para o suporte ao desenvolvimento das pesquisas, bem como a atualização e ampliação de sua infraestrutura Laboratorial.

A Meta de “Desenvolver e manter, no estado da arte, infraestrutura científica e de pesquisa de tecnologia avançada no campo de equipamentos e sistemas elétricos, com foco em provimento de soluções tecnológicas para o sistema Eletrobras, entidades setoriais e o setor elétrico em geral” encontra-se em bom andamento, e, das diversas realizações e desenvolvimentos alcançados, ressaltam-se:

- Foram realizados diversos aprimoramentos nas ferramentas computacionais para planejamento e operação energética, tais como, versão do modelo NEWAVE com usinas individualizadas, versão do modelo DESSEM com restrições de *unit commitment* térmico, primeira versão do modelo VENTOS e disponibilização de versão do modelo ANAFIN, contendo as regras de comercialização de energia previstas para os contratos dos leilões A-4 e A-6;
- No conjunto de desenvolvimentos nos modelos de planejamento e operação elétrica, podem ser mencionados a implementação no programa ANAREDE do cálculo de Margem de Transmissão

por Barramento, a aplicação do PacDyn a casos do SAGE para monitoração de oscilações do sistema elétrico brasileiro e desenvolvimento de metodologia inédita para estabelecimento de responsabilidade pela geração de harmônicos em redes com inserção de fontes intermitentes via inversores (uso do programa HarmZs);

- Proposição de uma metodologia para a análise do desempenho dinâmico de sistema elétricos compostos por vários elos em corrente contínua (Multi-Infeed), através da simulação combinada em ferramentas de transitórios eletromagnéticos e de estabilidade eletromecânica e sua aplicação na avaliação do comportamento do SIN;
- Implementação de um conjunto de novas funcionalidades e aprimoramentos incorporados aos Sistemas de Supervisão, Controle e Gerenciamento de Sistemas Elétricos (SAGE), tendo sido disponibilizado o Update 28, contemplando novas funções de interação com o usuário, aplicativo para automação de manobras, utilização de medições fasoriais no Estimador de Estado, integração do SAGE com o programa ANATEM, automação da configuração de PMUs, entre outras, bem como melhorias no âmbito de infraestrutura de comunicações;
- As soluções voltadas para monitoramento, avaliação e diagnóstico de equipamentos evoluíram, podendo-se mencionar a integração do DianE com o ERP SAP de Furnas e com a nova versão do Banco de Dados histórico do SAGE, além da customização do Sistema SOMA para monitoramento das máquinas de Itaipu;
- Disponibilização do Novo Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, desenvolvido em parceria com o CPTEC/Inpe, sob o convênio CEPEL-Finep no 01.09.0539.04, disponibilizando mapas temáticos e consulta das bases de dados de velocidade e direção do vento nas alturas de 30, 50, 80, 100,

120, 150 e 200 metros. O novo Atlas permite consultas web e download de todo o acervo de dados consolidados em formato georreferenciado.

Considerações e Perspectivas

O setor de energia elétrica brasileiro apresentou, em 2017, desenvolvimento expressivo na expansão de capacidade de geração, tanto na fonte hídrica, quanto em outras fontes, como térmica, eólica e solar. Não menos importante foram a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético por meio do monitoramento da expansão, desempenho e da comercialização de energia elétrica, em especial quanto à entrada em operação de empreendimentos do subsistema Transmissão de Energia, cuja expectativa também é de alcance integral da meta do PPA.

Ainda no subsistema Transmissão, 2017 superou as expectativas na implantação de novas linhas de transmissão, ativação de novas subestações no Sistema Elétrico Nacional, aumento de capacidade instalada e reforço do aparelho existente. Apesar desse desenvolvimento, os órgãos setoriais continuam com a tarefa de manter essa evolução para o alcance total das metas.

O Programa Luz para Todos, que tinha como meta atender mais de 128 mil domicílios rurais com o serviço de energia elétrica, já atingiu seu objetivo no final de 2017, com mais de 130 mil domicílios atingidos. O Programa termina no ano de 2018.

Acerca do uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo, destacam-se os seguintes pontos. No ano de 2016, já se alcançou uma economia de energia de 15,15 bilhões de kWh; no ano de 2017, embora os dados não tenham ainda sido consolidados, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 18 bilhões de kWh, a serem confirmados a partir do segundo semestre de 2018. O ano de 2017 também foi promissor para o subsistema Distribuição, em que mais

de 70% da meta do PPA já foi atingida no quesito aumento de linhas de distribuição.

Nas ações regulatórias de 2017, a Agência reguladora apresentou novos atos regulamentares, atos

de outorga, leilões e fiscalizações que contribuíram para o desenvolvimento do setor. Não menos importante foi o campo de Pesquisa e Desenvolvimento, o qual executou grande parte do orçamento disponível na área de pesquisa tecnológica.

PROGRAMA 2041

GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

O Brasil possui significativas reservas de substâncias minerais bastante diversificadas e distribuídas em todo território nacional. Tal situação coloca o País entre aqueles com intensa atividade de exploração mineral e grande potencial de crescimento neste setor e de desenvolvimento de uma cadeia de transformação mineral extremamente competitiva. O aproveitamento desses recursos é imprescindível para a manutenção dos padrões de qualidade de vida alcançados por uma boa parcela da população do país, uma vez que importante parcela das necessidades básicas do ser humano é atendida essencialmente por estes recursos, tais como as pedras, areia e cimento utilizados na construção civil, os fertilizantes minerais utilizados na agricultura e o minério de ferro e o carvão mineral utilizados na produção do aço.

A exploração mineral é considerada como uma atividade extrativa de um recurso natural não renovável e limitada ao local de sua ocorrência. A conjugação destes fatores aliada às relações que o tema guarda com a economia, devido à escassez no atendimento da demanda da sociedade, propicia a manutenção de um ambiente geopolítico global marcado por disputas e conflitos em torno das jazidas dos países produtores. Em razão disso, o conhecimento geológico do território assume posição relevante entre as atividades do setor mineral, e o beneficiamento das matérias primas e a agregação de valor por meio da transformação mineral são vetores fundamentais na geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e geração de divisas para o país.

Com esta visão, o programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral está estruturado em objetivos, metas e iniciativas em torno da ampliação do

conhecimento do território nacional, por meio da realização de estudos e levantamentos e de melhoria da difusão de informações geocientíficas; da ampliação das oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios; do estímulo à agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral; do fortalecimento da governança pública e da sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor; e, por fim, do desenvolvimento da pequena e média mineração mediante ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Tais objetivos, metas e iniciativas permitirão o adequado aproveitamento dos recursos minerais, de forma sustentável em um ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de mineração e de transformação mineral, resultando em racionalidade econômica na exploração dos recursos minerais em prol da sociedade.

Para tanto, é fundamental a existência de um marco legal e regulatório, que ofereça segurança jurídica aos atores do setor; que haja a ampliação e divulgação do conhecimento geológico do território nacional, inclusive em relação à Plataforma Continental Jurídica Brasileira; o aprimoramento do planejamento e monitoramento setorial; o desenvolvimento da gestão integrada de informações do

setor mineral, especialmente no Serviço Geológico Brasileiro – CPRM e na Agência Nacional de Mineração, que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e, por fim, o aprimoramento dos processos de trabalho, da governança pública e institucional.

As metas e iniciativas são monitoradas por um conjunto de 16 indicadores que avaliam não apenas os resultados das ações governamentais em torno do setor de mineração e transformação mineral, mas os impactos das políticas públicas na atividade econômica, indicadas pelo desempenho exportador e importador, arrecadação da Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM), entre outras.

Principais Resultados

Em relação aos 16 indicadores do programa 2041, destacam-se:

- A Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – o valor de referência é expresso em R\$ 1,7 bilhão (31/12/2014). Para o ano de 2017, o valor arrecadado foi de R\$ 1,8 bilhão, 7,3% maior do que o valor de referência e 2,2% maior do que o valor arrecado em 2016. Com a modificação introduzida pela Lei que modificou a cobrança da CFEM, estima-se que haverá crescimento na arrecadação desta contribuição.
- As Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentou aumento de 26,9% em relação ao ano de 2016, com um total exportado de US\$ 46,4 bilhões.
- As Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentou aumento de 23,9% em relação ao ano de 2016, com um total importado de US\$ 22,9 bilhões.

O programa 2041 está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), Agência Nacional de Mineração e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Em relação à execução das principais metas do programa, as mesmas são apresentadas abaixo, organizadas por objetivos.

Conhecimento Geológico do Território Nacional e Ampliação da Exploração Mineral

Quanto ao objetivo de ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, no ano de 2017 foi elaborado o “Mapa da Geodiversidade do Estado do Rio de Janeiro”, totalizando o acumulado de quatro mapas elaborados até o momento.

Ao longo do ano, também esteve em andamento a elaboração do relatório do Mapa Geodiversidade do Tocantins, com previsão para conclusão e divulgação em 2018, assim como os relatórios dos mapas Geodiversidade do Paraná, Geodiversidade do Rio de Janeiro e Pólo de Fruticultura de Dom Basílio e Nossa Senhora do Livramento (BA) para divulgação em 2018.

Diversos aspectos positivos podem ser destacados nos desenvolvimentos dos trabalhos de Levantamento da Geodiversidade. Nos trabalhos realizados em 2016, no mapeamento da Geodiversidade do Quadrilátero Ferrífero, destaca-se a importância daquela província mineral, e o fato de a equipe estar atuando na área no momento da ruptura da barragem da Samarco, em Mariana, quando a equipe da CPRM foi capaz de atuar rapidamente, reportando danos resultantes, para a tomada de decisões das

ações de monitoramento da qualidade de água, sedimento e de solos da bacia do Rio Doce, que a própria CPRM terminou por realizar.

Em 2018, os trabalhos de Levantamento da Geodiversidade terão continuidade com foco na caracterização do meio físico em áreas metropolitanas, abordando principalmente os aspectos relacionados aos recursos hídricos, materiais para construção e ocupação urbana.

Os levantamentos estão previstos para três áreas: Geodiversidade da ilha São Luís, MA, Geodiversidade da RIDE-Brasília, com foco no Distrito Federal e Geodiversidade da região Metropolitana de Recife, PE.

No âmbito da meta de realizar levantamentos geológicos em 300.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas, em 2017, deu-se continuidade ao trabalho de cartografia regional das Ações de Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) e Novas Fronteiras com a publicação de vários produtos no Portal CPRM (<http://www.cprm.gov.br/publique/>). Esses produtos referem-se em sua grande maioria a mapas de integração regional, produzidos na escala de 1:250.000, com alguns produtos específicos em escalas de semi-detalle, tais como Mapas Geológicos-Geofísicos na Escala de 1:100.000 e Mapas geológicos na Escala de 1:100.000, com Sistema de Informações Geográficas (SIG) e base de dados de pontos estudados. Até 2017, foram realizados levantamentos em 228.400 km².

Cadeias Produtivas e Agregação de Valor com Pesquisa e Inovação Mineral

Em relação a este objetivo, buscou-se construir um ambiente que permitisse o desenvolvimento de ações em prol da pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio da celebração de instrumentos de cooperação com entidades públicas, instituições acadêmicas e de pesquisa, contando com a contribuição e participação da iniciativa privada.

Entre as ações merecem destaque a formalização de Acordo de Cooperação assinado entre o MME e o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Igualmente, foi concluído o Protocolo de Intenções assinado com o Governo do Estado de Goiás, Universidade Federal de Goiás e a Federação das Indústrias de Goiás para a criação do Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para a Mineração, em Catalão, Goiás.

Governança Pública e Sustentabilidade do Setor Mineral

O fortalecimento da governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor, está calcado na existência de um marco regulatório com previsibilidade e garantias que proporcionarão a segurança jurídica demandada pelos investidores.

Em 2017, foi aprovada a Lei 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que modifica a cobrança da CFEM, inclusive com a distribuição àqueles municípios afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios, nas seguintes situações: (i) cortados pelas infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário ou dutoviário de substâncias minerais, (ii) afetados pelas operações portuárias e de embarque e desembarque de substâncias minerais e (iii) onde se localizam as pilhas de estéril, as barragens de rejeitos e as instalações de beneficiamento de substâncias minerais, bem como as demais instalações previstas no plano de aproveitamento econômico.

Com vistas a fortalecer o papel regulador do Estado no setor mineral e, ao mesmo tempo, oferecer ambiente de estabilidade e previsibilidade quanto aos atos do Poder Público no gerenciamento dos

direitos minerários, foi aprovada a Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Para o ano de 2018, serão conduzidos os trabalhos necessários à regulamentação da legislação já aprovada a regulamentação do atual Código de Mineração, tendo em vista que a Medida Provisória nº 789/2017, que tratava do tema, não foi apreciada pelo Congresso Nacional.

Promover Desenvolvimento da Pequena e Média Mineração

As atividades na esfera deste Objetivo serão subsidiadas pelos resultados do estudo “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”, cuja finalização ocorrerá primeiro trimestre de 2018.

Em relação à meta de realizar ações de extensionismo mineral em 100 empreendimentos de pequena mineração, destaca-se a efetivação de três projetos de extensionismo, com regularização de áreas de extração manual de pedreiras manuais em Alagoas, beneficiando um expressivo quantitativo de famílias com geração de renda e melhoria da sustentabilidade da atividade mineral. No Pará, os projetos levaram a presença do estado em regiões de difícil acesso (região de Santarém e São Miguel do Guamá), introduzindo novas tecnologias a exemplo da aplicação do VANT (Veículo aéreo não tripulado) e levando orientações e diretrizes a diversos agentes do setor mineral (prefeituras, consultores, etc.) além de fazer inspeções nas empresas, levantando pontos críticos nas operações de diversos empreendimentos

mineiros (sustentabilidade, legalidade, segurança e higiene do trabalho, legislação mineral e trabalhista, CFEM, técnicas seguras de mineração). As ações tiveram um amplo leque de atuação, buscando elevar os níveis de competitividade da pequena e média empresa de mineração. Até 2017, 29 empreendimentos foram alcançados por essas ações.

Considerações e Perspectivas

A aprovação de normas aprimorando o marco legal existente, como a lei que altera a cobrança da CFEM e a lei da criação da Agência Nacional de Mineração, trarão previsibilidade e garantia que permitirão a segurança jurídica demandada pelos investidores, o que possibilitará importantes avanços no setor mineral brasileiro, que é de fundamental para o desenvolvimento do país. Para 2018, está prevista a edição de normas que atualizarão o atual Código Mineral.

O Ministério de Minas e Energia pretende orientar as áreas envolvidas com as metas, iniciativas e objetivos do PPA no sentido de focarem em atividades que garantirão a implementação de políticas de atração de investimentos e ampliação, com diversificação, da produção mineral brasileira.

Os avanços alcançados por meio da formalização de diversos acordos de cooperação e protocolos de entendimento com órgãos de governo, federal e estadual e de entidades estrangeiras, permitirá a intensificação dos programas de inovação e tecnologia com o objetivo de promover ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com foco na verticalização do setor e na agregação de valor aos bens minerais.

PROGRAMA 2040

GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

A Gestão de riscos e de desastres tornou-se uma necessidade relevante para os países, organizações civis e entidades públicas e privadas que buscam um nível mais elevado de planejamento e desempenho para a redução de riscos de desastres naturais.

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Programa Gestão de Riscos e de Desastres envolve ações para mapear as áreas de risco de desastres e dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais, recuperação de cenários atingidos por desastres e, ainda, para fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

Obras estruturantes e não estruturantes de prevenção de inundações e deslizamentos, mapeamentos geológicos e hidrológicos de áreas com risco de deslizamentos em encostas, de enxurradas, de inundações e de alagamentos são fundamentais para o planejamento de ações de prevenção, monitoramento, alerta, resposta e recuperação.

Como resultado amplo do Programa, dispõe-se, atualmente, do monitoramento de 958 municípios classificados como críticos a desastres naturais; de rede observacional ambiental implantada para subsidiar o monitoramento e alerta; a construção de obras de contenção ou amortecimento de cheias, inundações e drenagem urbana, e, ainda, da formulação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Assim sendo, no Programa, a gestão do risco de desastres incorpora várias frentes, entre elas inserem-se a melhoria da capacidade de emissão de alerta de desastres, investimentos para execução de obras preventivas, ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastres. Quanto à

emissão de alerta de desastres, vale ressaltar que sua melhoria deve se subsidiar no aprimoramento/atualização dos mapeamentos das áreas de riscos, na manutenção constante e na necessidade de ampliação da rede de monitoramento ambiental, esta essencial para o monitoramento e os alertas elaborados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Principais Resultados

Em 2017, foram concluídos 20 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, com valor total de R\$ 594,87 milhões que, somados aos 19 concluídos em 2016, resultam no total acumulado de 39 empreendimentos já concluídos. Além desses, 155 empreendimentos de drenagem estão em andamento, somando R\$ 9 bilhões em investimentos que deverão ser concluídos nos próximos anos.

Do total de empreendimentos concluídos, 7 possuem fonte onerosa e constituem empreendimentos de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana Sustentável (MAPDUS), inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos municípios de Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS (2 empreendimentos), São Leopoldo/RS, Taboão da Serra/SP, São José do Rio Preto/SP e Betim/MG com investimento de R\$ 314,3 milhões, sendo R\$ 278,9 milhões com recursos de empréstimos. Os desembolsos líquidos de empréstimos do PAC, ou seja, a aplicação efetiva de recursos extraorçamentários foi de R\$ 135,9 milhões, relativos a 32 empreendimentos distribuídos em 13 estados da federação. Este valor inclui os desembolsos das operações concluídas em 2017.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), desde a implantação do Programa, vem realizando ações no sentido de produzir, atualizar e

aperfeiçoar os materiais de referência em Proteção e Defesa Civil. Soma-se a isso o planejamento, a participação e a promoção de reuniões e eventos nacionais e internacionais. Nos eventos são apresentados os resultados de ações, trabalhos e pesquisas no campo da Proteção e Defesa Civil, possibilitando o planejamento e a proposição de novas ações.

Ainda em 2017, foram implementadas ações preventivas, estruturais e não estruturais, em municípios dos estados do Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pará, Paraíba e Santa Catarina, com o objetivo de reduzir os riscos de desastres, observando os fatores subjacentes e específicos de cada município.

No eixo Monitoramento e Alerta, o Cemaden avançou ao identificar 98% das condições deflagradoras dos desastres que tiveram o reconhecimento da situação de emergência e o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Com base nos critérios de medição utilizados, a taxa de acerto na previsão das condições deflagradoras no ano de 2017 superou a meta prevista, que era de 80% (até 2019).

Quanto ao aumento da capacidade de emitir alertas de desastres naturais, a Sedec ampliou o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) com a implementação do Módulo de Monitoramento, para compartilhamento de informações com o Sinpdec.

Um grande avanço em 2017 foi a implementação do projeto Solução de Notificação de Emergência via Mensagem de Texto. A plataforma digital elaborada pela Sedec, com o auxílio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Integração Nacional, permite a comunicação com todas as operadoras de telefonia para o envio de alertas diretamente aos telefones celulares dos cidadãos cadastrados.

Quanto às ações de pronta resposta, destaca-se a Operação Carro-Pipa (OCP), que atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem/

seca na região do semiárido brasileiro. Em 2017, foram repassados R\$ 1,08 bilhão ao Exército Brasileiro para operacionalização da OCP. Dessa forma, 6.427 caminhões pipa atuaram no abastecimento dos municípios de nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) atendendo, mensalmente, uma população de mais de 3 milhões de pessoas em 827 municípios.

Para a execução das ações de Resposta e Recuperação em áreas atingidas por desastres, a Sedec atua, ainda, na transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Em 2017, houve uma inovação nos trâmites dos pleitos de solicitação de recursos federais para as ações de resposta e recuperação, com a inserção desses processos no Sistema Integrado de Informações de Desastres (S2iD). Com a informatização, espera-se diminuir o tempo de tramitação entre a solicitação do ente e a análise da Secretaria, buscando garantir maior agilidade no atendimento à população com a liberação dos recursos.

Em termos dos indicadores do programa, destaca-se o número de desalojados e desabrigados provocados por desastres, que recuou 29,02% entre dez/2014 e dez/2017.

A seguir, apresentam-se os resultados das principais metas do programa, organizados por Objetivo.

Redução do Risco de Desastres Naturais com Planejamento e Obras

Considerando que no Brasil os deslizamentos de encostas são responsáveis por um elevado número de vítimas fatais, especialmente em áreas urbanas com infraestrutura precária ou inexistente, algumas ações são propostas e executadas com o objetivo de apoiar a redução do risco de desastres naturais.

Há ações que buscam aprimorar as ferramentas de planejamento urbano com recorte orientado à

redução de riscos de desastres naturais. Assim, há uma meta no Plano que propõe apoiar municípios na elaboração de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização, como forma de evitar a formação de novas áreas urbanas suscetíveis a riscos de desastres. Entre 2012 e 2015, o Ministério das Cidades, em parceria com Universidades Federais e com o Serviço Geológico do Brasil, viabilizou a contratação de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização em apoio a 66 municípios críticos a desastres naturais. Deste total, 7 Cartas Geotécnicas foram concluídas em 2016 e mais 19 em 2017, totalizando o apoio a 26 municípios e ultrapassando a meta prevista de apoiar 17 municípios críticos.

Vale mencionar a meta para apoiar Estados e Municípios para execução de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), enquanto instrumento de planejamento urbano frente à gestão de riscos de desastres naturais. No ano de 2016, foram contratados dois PMRR, em parceria com a Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC). Em 2017, foram contratados mais dois, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Além disso, foram concluídos quatro PMRR em 2016 nos municípios de Itapeverica da Serra/SP, Taboão da Serra/SP, Serra/ES e Belo Horizonte/MG, e mais 15 PMRR em 2017, nos municípios de Barbacena/MG, Betim/MG, Brumadinho/MG, Contagem/MG, Coronel Fabriciano/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Juiz de Fora/MG, Nova Lima/MG, Poços de Caldas/MG, Sabara/MG, Queimados/RJ, Petrópolis/RJ, Cotia/SP e Vitória/ES, totalizando o apoio a 19 municípios.

Por fim, cabe registrar a meta que propõe beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações. A Barragem de Serro Azul possui um volume de acumulação de 380 milhões de metros cúbicos de água, que proporciona uma vazão regularizada a jusante de 850 l/s, e beneficia os municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros (PE). O recurso federal previsto para a execução desse

Empreendimento já foi inteiramente repassado e as obras se encontram com 90% de execução física. Além disso, visando o alcance da meta, está planejada a construção da Barragem de Castelo no Estado do Piauí. Esta barragem objetiva a regularização e a perenização da vazão do rio Poti e o controle de enchentes nos municípios à jusante da barragem, bem como a irrigação de cerca de 40.000 ha no vale abaixo do barramento, a viabilização da instalação de agroindústrias e o abastecimento de diversos municípios.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec)

Como forma de fortalecer o Sinpdec, em 2017, alguns livros foram atualizados e disponibilizados na página eletrônica da Sedec e utilizados durante o Programa de Capacitação em Proteção e Defesa Civil, que contou com a participação de 218 colaboradores, número superior a 2016, quando foram contabilizados 168 participantes. Os livros são: Noções Básicas de Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos; Elaboração de Plano de Contingência; Resposta: gerenciamento de desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa civil; e Reconstrução: recursos federais em proteção em defesa civil para reconstrução.

A Sedec também realizou ações no sentido de produzir, atualizar e aperfeiçoar os materiais de referência em Proteção e Defesa Civil. A atualização dos Manuais de Proteção e Defesa Civil e a execução do Programa de Capacitação em Proteção e Defesa Civil, com a elaboração de Livros Base; Apostilas do Instrutor e do Aluno; padronização das apresentações; formação de instrutores estaduais, e criação da Plataforma de Gestão do Conhecimento da Defesa Civil são algumas das estratégias utilizadas para aprimorar as coordenações e a gestão das diversas ações de Proteção e Defesa Civil para o fortalecimento do Sinpdec.

Reuniões e eventos, nacionais e internacionais, foram realizados com a participação da Sedec contribuindo, também, para o fortalecimento do Sinpdec. Dentre esses, temos a Sala Nacional de Coordenação e Controle - Combate ao Aedes Aegypti; Reuniões de atualização da Política Nacional de Defesa no Ministério da Defesa; Participação da reunião preparatória da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Cooperação no setor de infraestrutura entre o Brasil e o Japão e das reuniões que tratam do Projeto de Fortalecimento das Estratégias Nacionais para a Gestão Integrada em Riscos de Desastres Naturais (Projeto GIDES); e o Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC) realizado em Petrópolis/RJ.

Aumento da Capacidade de Emitir Alertas de Desastres Naturais

Em 2017, no contexto das ações de monitoramento, os esforços focaram na manutenção da rede observacional. O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade dos ambientes, a vulnerabilidade e os agentes deflagradores dos riscos naturais. Esse sistema demanda dispor de uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. Por outro lado, além do monitoramento, os investimentos em pesquisas, em especial com foco no desenvolvimento de modelos computacionais, são cruciais para a melhoria e aprimoramento dos alertas.

O Cemaden identificou 98% das condições deflagradoras dos desastres que tiveram o reconhecimento da situação de emergência e o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Essas condições foram identificadas a partir da emissão de “alertas”, “comunicados de atenção”, “notas técnicas” ou “previsões de riscos geo-hidrológicos”. Com base nos critérios

de medição utilizados, a taxa de acerto na previsão das condições deflagradoras no ano de 2017 superou a meta prevista, que era de 80% (até 2019).

Quanto à antecedência, 89% dos alertas de nível muito alto foram enviados com antecedência mínima de 2 horas. Por outro lado, parcerias com mais três instituições (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres - CEPED-PR, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA) foram firmadas em 2017, em especial para o desenvolvimento, em conjunto, de pesquisas, capacitações, treinamento em áreas relevantes para o monitoramento, emissão de alertas e gestão de riscos de desastres naturais. Ampliaram-se, ainda, as parcerias com municípios considerados prioritários, em especial para a gestão dos equipamentos da rede observacional, com a ulterior finalidade de estabelecer responsabilidades e viabilizar a instalação de novos equipamentos.

Atendimento à População Afetada e Recuperação de Cenários Atingidos

Por intermédio do Programa Gestão de Riscos e de Desastres, a Sedec tem promovido ações de pronta resposta e recuperação de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres naturais por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos.

Dentre estas, destacam-se as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres, além da OCP. Objetivando atender de forma mais célere e efetiva a população afetada por desastres naturais, o Governo Federal mantém Atas de Registro de Preços para aquisição, em âmbito nacional, de material para assistência humanitária e respectiva operação logística de transporte e entrega dos Kits de Assistência Humanitária. Em 2017, houve acionamento no norte do País e no Mato Grosso, com

disponibilização de 882.341 galões de água mineral (5L cada), 28.200 cestas de alimentos, 15.858 colchões de solteiro, 13.089 dormitórios, 4.104 kits fralda idoso/PNE, 7.437 kits fralda infantil, 22.208 kits higiene pessoal e 21.362 kits limpeza.

Para execução de Ações de Resposta, incluídas as de restabelecimento de serviços essenciais, foram destinados R\$ 161,1 milhões, atendendo municípios de 17 estados da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo). Esses recursos foram executados por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), instrumento de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para Ações de Resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais. O CPDC garante agilidade, possibilitando a abertura da conta previamente à ocorrência dos desastres, e foi premiado pela Controladoria-Geral da União no I Concurso de Boas Práticas de Controle e Transparência. A transparência se dá por meio da publicação dos gastos no Portal da Transparência, o que assegura o controle social necessário para a boa execução dos recursos públicos.

O maior avanço no exercício de 2017 foi a implantação do projeto Solução de Notificação de Emergência via Mensagem de Texto, que teve como objetivo orientar a população, via mensagens de celular, sobre possíveis desastres naturais. A plataforma digital elaborada pela Sedec, com o auxílio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Integração Nacional, permite a comunicação com todas as operadoras de telefonia para o envio de alertas diretamente aos telefones celulares dos cidadãos cadastrados.

O projeto alcançou municípios de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e

Rio Grande do Sul, com um total de 1.778.877 celulares habilitados a receber SMS. Foram enviados 8.648.702 alertas aos cadastrados. Frisa-se que o projeto possui um cronograma de cobertura de todo o território nacional até março de 2018.

Elaboração de Mapeamentos em Municípios Críticos

Em 2016, foram elaborados 146 mapas de suporte à prevenção de desastres naturais: 102 municípios foram mapeados quanto à Setorização de Riscos Geológicos e 44 municípios mapeados quanto à Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações. Em 2017, foram concluídos outros 151 mapas, de modo que mais 107 municípios foram atendidos com Mapas de Setorização de Riscos Geológicos, 40 municípios atendidos com Cartas de Suscetibilidade, e, ainda, quatro municípios favorecidos com Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais. Estas últimas constituem um produto mais refinado quanto à caracterização geológico-geotécnica dos terrenos e suas aptidões de uso frente a processos que podem causar desastres naturais. Desse modo, no acumulado do biênio 2016-2017, 209 municípios foram atendidos com Mapas de Setorização de Riscos, o equivalente a 60% da meta prevista para o PPA, e 84 municípios receberam Cartas de Suscetibilidade.

Considerações e Perspectivas

A aprovação da regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, trará importantes avanços para a Política Nacional de Proteção e Defesa, como a elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e a Construção do Cadastro Nacional de Municípios em Situação de Risco de Desastres.

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil será fortalecido com a inclusão das solicitações de recursos federais para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres no S2iD,

que já informatiza todo o processo de solicitação de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública e compreende, também, os procedimentos para transferência de

recursos da União para Estados e Municípios afetados por desastres. Atualmente, todos os estados da Federação e 3.980 municípios (71% dos municípios brasileiros) possuem cadastro no S2iD.

PROGRAMA 2048

MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Este relatório apresenta a visão consolidada da evolução do Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito, destacando os principais resultados obtidos em 2017.

Inicialmente, identifica-se que a Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) é o instrumento que define as diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a Constituição, no que tange ao transporte e à mobilidade urbana.

No escopo da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Programa 2048 propõe apoio aos entes federativos, seja por meio de recursos orçamentários (Orçamento Geral da União – OGU), ou por meio de financiamentos (tanto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, como do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES), com vistas à implantação de infraestrutura de novos sistemas de transporte público coletivo urbano e de expansão e melhorias nos sistemas existentes que contemplem mecanismos de integração intermodal física e tarifária, prioritariamente dos sistemas de transporte público coletivo de média e alta capacidade.

Principais Resultados

Em 2017, houve a continuidade de execução de obras de infraestrutura de mobilidade urbana, incluídas as obras agrupadas no Programa Avançar, lançado recentemente pelo Governo Federal e que tem como objetivo retomar os investimentos públicos do País e priorizar as obras com previsão de término até o fim de 2018.

Assim, o cumprimento das metas do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito está sendo

realizado por meio de ações que permitem apoio a execuções de infraestruturas de mobilidade urbana, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, com recursos orçamentários e extraorçamentários. O Programa também está orientado à manutenção e à evolução de Sistemas de Tecnologia de Informação na área de trânsito e de Mobilidade Urbana, bem como a um conjunto de iniciativas e metas relacionadas à Política Nacional de Trânsito.

O programa contém, ainda, ações voltadas para a melhoria dos sistemas metroferroviários sob gestão do Governo Federal, possibilitando aos usuários mais rapidez, conforto e segurança nos seus deslocamentos, por meio de medidas adotadas pelas entidades vinculadas ao Ministério das Cidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB).

Outro aspecto a considerar é que está sendo estimulada a implantação de infraestrutura para pedestres e ciclistas, com a abertura de uma seleção denominada Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, podendo ser integrada a um sistema de transporte coletivo ou a uma qualificação viária para melhoria da circulação.

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para este programa, destaca-se o percentual de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, que aumentou de 26% para 28,13% entre ago/2014 e dez/2017.

Sistema de Mobilidade Urbana

O apoio à implantação e/ou requalificação de sistemas sobre pneus alcançou o resultado de 130,95 km no período entre 2016 e 2017, com 10 municípios apoiados: Rio Branco/AC, Belém/PA, Natal/RN, Caxias do Sul/RS, Joinville/SC, Piracicaba/SP,

São Paulo/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ. Estão computados na referida meta dois importantes BRTs (*Bus Rapid Transit*), localizados no Rio de Janeiro: BRT Transoeste (6,4 km) e BRT Transolímpica (13 km). Além disso, deve-se registrar também a ligação entre o BRT Transolímpica e o BRT Transbrasil (3 km). Destacam-se, também, as obras realizadas em Joinville/SC (13,3 km de corredores).

Em 2017, foram executados empreendimentos que totalizaram 46,54 km. Dentre esses sistemas estão: i) novo trecho do BRT - Almirante Barroso e Augusto Montenegro e Centro Belém/Icoaraci em Belém do Pará (3,14 km); ii) obras viárias para integração do novo aeroporto Arena das Dunas e setor hoteleiro no Município de Natal/RN (8,8 km); iii) a estruturação das faixas exclusivas para ônibus e recuperação de várias vias integrantes de itinerários do Transporte Coletivo no Município de Caxias do Sul/RS (7,6 km); iv) os Corredores de transporte público nas vias urbanas marginais à Rodovia Manoel de Nóbrega no Município de Estância Balneária de Praia Grande/SP (10 km); e v) 17 km de Corredores integrados ao teleférico em Santos/SP.

Além dos sistemas sobre pneus, o Programa pretende apoiar a implantação e/ou requalificação de sistemas sobre trilhos. No período entre 2016 e 2017 já entraram em operação 75,51 km, beneficiando 7 municípios: Salvador/BA, Lauro de Freitas/BA, Fortaleza/CE, São Paulo/SP, São Vicente/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ.

Em São Paulo, ocorreu o prolongamento da Linha 5 - Lilás, onde foram acrescidos 3,6 km no período, sendo 3 km em 2017, contribuindo para a expansão desse importante sistema de transporte de alta capacidade da referida região metropolitana. No Rio de Janeiro, com relação ao VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), foram construídos 10,8 km no período, sendo 3,6 km em 2017, dinamizando a região portuária da cidade com reflexos positivos sobre o deslocamento de pessoas e, indiretamente, ao turismo na região.

Em Salvador, destaca-se a implantação do sistema metroviário, que beneficiará a população tanto de Salvador como também de Lauro de Freitas (região metropolitana de Salvador). Nesse sentido, foram implementados 29 km no período entre 2016 e 2017, sendo 14,1 km em 2017. No município de Fortaleza, foram implementados, em 2017, 5 km referentes ao VLT Parangaba/Mucuripe. Em Santos e São Vicente, foram acrescidos ao VLT da Baixada Santista 11,5 km no biênio 2016-2017, sendo 4,7 km em 2017. Essas ações contribuem para a redução do tempo gasto no deslocamento no percurso casa-trabalho, o qual constitui um dos indicadores do programa 2048.

O Programa também está direcionado ao apoio à qualificação e pavimentação de 4.000 km de infraestrutura de mobilidade urbana até 2019, com objetivo de promover a redução dos acidentes de trânsito. As principais contribuições para essa meta são as seleções/contratações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. As referidas contratações possibilitaram a realização de 909,67 km de infraestrutura de mobilidade urbana em 2017, os quais acrescentados aos 1.114,09 km realizados em 2016, perfazem 2.023,76 km no período de 2016-2017.

Com relação ao transporte não motorizado, há metas direcionadas à implantação de infraestrutura de transporte cicloviário e de 8.000 km de calçadas no período do Plano. Entre 2016 e 2017, houve a execução de 60,73 km de ciclovias, sendo 26,63 Km constantes no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 30,2 Km de execuções de ciclovias nos sistemas de mobilidade implantados em Belém/PA, Praia Grande/SP e Santos/SP. Além disso, há 3,9 Km de ciclovias no Rio de Janeiro/RJ. No tocante à implantação de calçadas, foram 1.839,11km construídos em 2017, que acrescidos aos 1.465,77 km realizados em 2016, perfazem um total de 3.304,88 km de calçadas implantadas no período de 2016-2017.

Em relação aos sistemas metroferroviários sob a gestão do Governo Federal, no caso da TRENSURB, destaca-se a conclusão dos Projetos e Termos de Referência para modernização do sistema de radio-comunicação, prevendo a evolução do sistema analógico para o sistema digital. Além disso, foi iniciada a execução do contrato para recuperação da Subestação Sapucaia do Sul, bem como para a modernização e integração modal no município de Canoas, por meio do Projeto de rebaixamento da Linha 1 neste município. Ademais, foram concluídos diversos projetos para implantação de melhorias nas estações, incluindo adequações à legislação de acessibilidade, bem como seguem em desenvolvimento estudos visando à modernização do sistema de telecontrole de energia.

Em relação à CBTU, houve a continuidade da modernização dos sistemas metroferroviários de Natal, Maceió e Recife, bem como o apoio à implantação do trecho sul de Fortaleza, com o prosseguimento no contrato de sinalização, o fornecimento e a instalação de vários equipamentos, o início da operação assistida e a conclusão da instalação do CFTV (Circuito Fechado de TV).

Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana

Como forma de implantar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587/2012, faz-se necessário apoiar tecnicamente os entes federados para que elaborem Planos de Mobilidade Urbana por meio de assistência técnica e de capacitação de servidores.

Neste sentido, dentre as ações realizadas no exercício de 2017, destaca-se o Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, que possui dois objetivos. O primeiro objetivo é desenvolver metodologia simplificada e prestar assistência técnica para elaboração de planos de mobilidade para cidades com até 100 mil habitantes, tendo sido realizados projetos pilotos em

cinco municípios: Pirenópolis-GO, Gravatá-PE, Ituverava-SP, Canela-RS e Gurupi-TO. Além dos projetos pilotos, o Governo Federal também apoiou tecnicamente à elaboração de Planos de Mobilidade Urbana de mais sete municípios: Trindade-GO, Araçatuba-SP, Marília-SP, Sinop-MT, Passo Fundo-RS, Viana-ES e Nova Friburgo-RJ..

O segundo objetivo é disponibilizar recursos, por meio do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, para financiamento à elaboração de planos de mobilidade em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Relativamente à meta que visa o apoio à elaboração e/ou revisão de Planos e Estudos, em especial os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e os Projetos de Mobilidade Urbana, em 2017 foram concluídos os seguintes projetos: Belém/PA (BRT Almirante Barroso), João Pessoa/PB (corredor de ônibus), Recife/PE (projetos de corredores exclusivos), Teresina/PI (projetos de mobilidade urbana), Campo Grande/MS (projeto de reestruturação do sistema integrado de transporte), Maceió/AL (projeto VLT) e Londrina/PR (projeto de corredor de ônibus exclusivo). Tendo em vista que os municípios de Campinas/SP (projetos de mobilidade urbana) e Governador Valadares/MG (projeto corredor de ônibus) foram apoiados em 2016, nove municípios receberam apoio da União para elaboração de projetos de mobilidade urbana no período de 2016 a 2017.

Por fim, o Programa também engloba a definição e implantação de um sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana. O objetivo principal do sistema é o armazenamento e o compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema de mobilidade urbana. No exercício de 2017 foram realizadas atividades voltadas para o desenvolvimento da ferramenta computacional para coleta e disponibilização de dados. A intenção é concluir a ferramenta computacional para implantação do sistema de informações em 2018.

Política Nacional de Trânsito (PNT)

No exercício de 2017, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) trabalhou no aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), fomentando a municipalização, realizando fiscalizações, criando novas soluções nos sistemas informatizados, promovendo campanhas e eventos, entre outras atividades. Desta forma, no ano de 2017, foram integrados 43 municípios ao SNT. Deve-se ressaltar que os principais municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao Sistema, de forma que o número total de municípios atualmente integrados é de 1.567.

O DENATRAN tem atuado de maneira a apoiar os municípios com informações técnicas sobre a integração. Neste sentido, foi realizado, no período de 07 de agosto a 11 de setembro de 2017, o primeiro Curso para Integração dos Municípios ao SNT, evento gratuito e em formato de Ensino a Distância (EAD), promovido por meio do portal “Capacidades” do Ministério das Cidades. Essa iniciativa envolveu 2.846 inscritos oriundos de 1.109 municípios brasileiros, dos quais 513 são de municípios ainda não integrados.

Além disso, o DENATRAN, como responsável pela gestão dos sistemas informatizados que contém os dados relacionados aos veículos, condutores e infrações, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, promoveu a criação, a manutenção, a expansão e a implantação dos diversos sistemas. Como destaque, cita-se a expedição da Carteira Nacional de Habilitação em meio eletrônico (CNH-e), que tem o mesmo valor jurídico que o documento impresso.

Outra iniciativa relevante teve origem com a Resolução CONTRAN nº 637, de 30 de novembro de 2016, a qual determinou o lançamento de todas as infrações de trânsito no Registro Nacional de

Infrações de Trânsito (RENAINF). Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal integraram-se ao RENAINF para registro de todas as infrações de trânsito, das suas respectivas penalidades e arrecadação, bem como da pontuação delas decorrentes.

Em relação à segurança veicular, vale registrar o desenvolvimento do Centro de Teste em Segurança Veicular, que visa aprimorar o processo de homologação de veículos no país a partir da construção de uma estrutura para a realização de ensaios de segurança independente da indústria, promovendo o aumento da segurança dos veículos comercializados no Brasil. O DENATRAN e a Universidade de Brasília (UNB) estão a frente desse projeto.

Considerações e Perspectivas

A partir dos próximos exercícios, estima-se que as metas estabelecidas no PPA apresentarão resultado positivo em decorrência das execuções das seleções do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana, Grupo 1 e Grupo 2, cujo processo seletivo iniciou-se em 2017. Para tal, estão sendo articuladas ações de gestão no âmbito da Secretaria de Mobilidade Urbana/ Ministério das Cidades para viabilizar essas seleções.

Com vistas a apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana, foi reformulado, em 2017, o principal programa de financiamento de infraestrutura de mobilidade urbana, o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), que utiliza recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em mobilidade urbana.

Com base no novo formato, foram abertas seleções públicas para ingresso de propostas de entes federados em nível nacional no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana para obtenção de financiamentos. Em um primeiro momento, foram

contemplados municípios abaixo de 250 mil habitantes (Grupo 1), e, posteriormente, foi aberta a seleção para municípios com população superior a 250 mil habitantes (Grupo 2).

Para 2018, está prevista a ampliação do número de municípios que recebem assistência técnica do Governo Federal, principalmente em função da implementação do sistema informatizado e de uma ampla divulgação da sua metodologia simplificada, de forma a observar o prazo estipulado para elaboração dos

planos de mobilidade urbana na Lei nº 12.587/2012 e suas alterações, atualmente, fixado para abril de 2019 para municípios acima de 20 mil habitantes.

Na área de trânsito, em 2018, será dada continuidade ao aprimoramento de ações que visam melhorar as condições de segurança e educação de trânsito e fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito. Para isso, existe a previsão de elaboração do Programa Nacional de Trânsito e o estímulo à integração dos municípios a esse Sistema.

PROGRAMA 2049

MORADIA DIGNA

A política habitacional é norteada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, necessidade básica e indispensável para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos e um direito social assegurado pela Constituição em seu artigo 6º. Ao definir a habitação como moradia, a Constituição amplia seu escopo, incluindo além da edificação da unidade habitacional, os serviços básicos inerentes a ela. Dessa forma, a moradia digna associa-se à garantia de condições de habitabilidade, envolvendo aspectos como: a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações; a segurança da posse da terra; a acessibilidade a oportunidades de trabalho e obtenção de renda; a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário; a estrutura do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos; além de serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária; entre outros.

Para a universalização do acesso à moradia digna, são desafios das políticas habitacionais a tradicional construção de moradias, como outros meios de facilitar o acesso à moradia pronta, bem como urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente e/ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade mediante a provisão dos serviços básicos essenciais e da melhor integração aos demais usos urbanos.

Principais Resultados

Em relação à adesão de entes federados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), observa-se que o nível de adesão permaneceu o mesmo, embora bem próximo do máximo

(97,61%), e o percentual de entes regulares no Sistema passou de 21,35% para 23,18% no período compreendido entre ago/2015 e dez/2017.

Os avanços nas principais metas do programa são apresentados a seguir.

Melhoria de assentamentos precários (Pac Urbanização)

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes federados, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal (DF), viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os obstáculos colocados.

Entre os principais desafios para a consecução dos objetivos está a necessidade de integração das políticas de habitação, regularização fundiária, saneamento, transporte e inclusão social com a oferta de equipamentos sociais de segurança pública, educação, saúde, esporte, cultura e lazer, acessibilidade a oportunidades, além da potencialização de intervenções de urbanização por meio da produção habitacional vinculada ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e outros programas federais, estaduais e municipais.

Em relação a intervenções em assentamentos precários, a carteira do PAC Habitação era de 731 operações, no exercício de 2017. Desse total, 198 operações apresentaram um percentual de execução

do contrato superior a 64%, conforme dados do 6º balanço do PAC. Cabe destacar que 179 operações foram concluídas.

Minha Casa Minha Vida

Principal integrante da política habitacional do Governo Federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) iniciou sua segunda fase em 2011.

Em 2017, no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a execução total foi de 24.030 unidades habitacionais contratadas, sendo 18.464 unidades no FAR e 5.566 unidades no FAR – Urbanização, com atendimento prioritário aos empreendimentos vinculados a intervenções inseridas no PAC e que demandaram reassentamentos ou remanejamentos de unidades habitacionais. O PMCMV Rural contratou 42 unidades habitacionais. Assim sendo, foram contratadas 24.072 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa. Para as outras faixas de renda (Faixas 2 e 3), foram contratadas 471.863 unidades habitacionais. Logo, em 2017, foram contratadas 495.935 moradias por meio do PMCMV. Considerando as 375.057 moradias contratadas em 2016, a quantidade alcançada nos dois primeiros anos do PPA 2016-2019 foi de 870.992 unidades habitacionais contratadas.

Complementarmente às ações de produção habitacional citadas, foi lançada, no fim de 2017, a iniciativa de concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais, no âmbito do Programa Cartão Reforma, mais conhecida simplesmente pelo nome “Cartão Reforma”, destinada a enfrentar o déficit qualitativo, apoiando com assistência técnica os proprietários de habitações com algum nível de inadequação ou precariedade, a dotá-las de adequação e dignidade.

Financiamento Imobiliário

Esse objetivo está vinculado às ações do Governo Federal, no Programa Moradia Digna, de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Estão sujeitos às ações diretas do mercado de financiamento tanto para pessoas físicas quanto às empresas da construção civil.

Durante o ano de 2017, os agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) contrataram 206.603 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do PMCMV, com recursos do FGTS.

No SBPE, ao longo do ano de 2017, foram financiados R\$ 41,69 bilhões em crédito imobiliário habitacional, correspondendo a 167.394 unidades habitacionais.

Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Entes Federados

A capacidade institucional dos entes federados foi fortalecida com o Programa de Educação a Distância - Capacidades, integrando os vários temas finalísticos desse próprio Ministério e se constituindo em um relevante arranjo interno de gestão. Também está sendo articulado, na ação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por meio de um Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Santa Catarina, o curso EAD para agentes operadores das entidades que operam Programas de Habitação de Interesse Social, notadamente o MCMV-Entidades.

O Programa Capacidades contribuiu de forma clara para a compreensão das ações e objetivos do Ministério das Cidades, por parte dos técnicos

municipais, estaduais e de outros órgãos, facilitando o trabalho em cooperação federativa. Esse foi um fator bastante positivo para a evolução do aperfeiçoamento técnico dos agentes dos Programas Habitacionais, integrados também ao conhecimento intersetorial da cidade e das possibilidades disponibilizadas pelo Ministério.

Qualidade da Construção Civil

Os Sistemas do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) englobam: SiMaC – Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos; SiAC – Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras; e SiNAT – Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Sistemas Inovadores e Convencionais. No âmbito desses Sistemas, ao longo de 2017, foram executadas as seguintes ações: a) Monitoramento de 25 produtos-alvo do setor da construção civil, representando mais de 4.500 produtos/componentes, com vistas a combater a produção, importação e distribuição não conforme dos mesmos, no âmbito do SiMaC; b) Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de mais de 2.000 empresas construtoras, nos níveis de Adesão, Nível “B” e Nível “A” do SiAC do PBQP-H, na especialidade técnica “Execução de Obras”; c) Elaboração e publicação de 1 (uma) nova Diretriz, 3 (três) novos Documentos de Avaliação Técnica de produtos ou processos inovadores (DATEC) e uma nova Ficha de Avaliação de Desempenho de sistema convencional (FAD), bem como a revisão de

diversas Diretrizes SiNAT e renovações de DATEC’s que venceram em 2017.

Para o ano de 2018, a expectativa é de: promover o aperfeiçoamento do SiMaC; ampliar o número de Diretrizes, DATEC e FAD, no âmbito do SiNAT; ampliar o escopo de Certificações e o número de empresas Certificadas no SiAC; e capacitar as Entidades Gestoras Técnicas (EGT) e as Instituições Técnicas Avaliadoras (ITA).

Considerações e Perspectivas

Considerando os indicadores do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2016-2019, é possível observar manutenção dos patamares anteriores, com as operações de financiamento habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) passando de R\$ 41,69 bilhões em 2016 para R\$ 43,15 bilhões em 2017.

O número dos municípios brasileiros que já haviam realizado sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social se manteve igual ao ano de 2016.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), através de seus sistemas SiMaC, SiAC e SiNAT, contribuíram para um aumento da qualidade técnica da construção civil no País, notadamente na produção de habitação de interesse social, estando ainda em processo de expansão e universalização da adoção dos padrões propostos.

PROGRAMA 2053

PETRÓLEO E GÁS

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazos e possuindo forte influência do mercado internacional. No mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento, que é o principal desafio do setor. Nesse sentido, o programa 2053 – Petróleo e Gás do PPA 2016-2019 apresenta um desenho voltado às políticas públicas para o segmento de *upstream* de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção, e para o segmento *midstream* de gás natural, que engloba o seu processamento e transporte.

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás possui correlação direta com a disponibilidade de áreas para realização de exploração e exploração de hidrocarbonetos (ou pesquisa e produção de petróleo e gás natural). Por se tratar de bem estratégico e não renovável, faz-se necessária a busca constante da descoberta de novas reservas, com vistas à manutenção dessas atividades, o que ocorre por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Principais Resultados

Dentre os indicadores do programa, destaca-se a produção de petróleo no horizonte geológico conhecido como “pré-sal”, que tem sido fundamental para o Brasil. A produção de petróleo no pré-sal saiu de 767,3 mil barris/dia em 2015 para 1.651,9 mil barris/dia no fim de 2017, representando mais de 50% da produção total do país.

Este crescimento expressivo da produção do pré-sal reflete também em outros indicadores, como a

“despesa com importação de petróleo”, que atingiu US\$ 2,966 bilhões em 2017, frente a US\$ 15,874 bilhões no fim de 2014.

A seguir, são apresentados os resultados de cada Objetivo.

Planejamento a Partir do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

O ano de 2017 teve como principais atividades a análise dos resultados das rodadas, dos estudos conduzidos no âmbito do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, bem como das informações de posse da ANP, oriundas dos contratados, e de estudos geológico-geofísicos conduzidos pela Agência para planejar as rodadas de licitações vindouras.

Em 2017, foram realizadas quatro rodadas de licitações, sendo duas no modelo de partilha na região do Pré-Sal (2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção) e duas no modelo de concessão (14ª Rodada de Licitações e 4ª Rodada de Acumulações Marginais), para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

As sessões públicas de apresentação de ofertas das rodadas de partilha de produção ocorreram em outubro de 2017 e tiveram por objeto oito blocos: Sudoeste de Tartaruga Verde, Sul de Gato do Mato, Entorno de Sapinhoá e Norte de Carcará na 2ª Rodada e os blocos de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio Oeste e Alto de Cabo Frio Central na 3ª Rodada.

Estimativas feitas pela ANP indicam que as seis áreas arrematadas nesses certames, cujo bônus de assinatura total somou R\$ 6,15 bilhões, devem gerar investimentos adicionais no País de US\$ 36 bilhões (em torno de R\$ 115 bilhões). Já o pagamento de

royalties, óleo-lucro e imposto de renda deve resultar em um volume de investimentos da ordem de US\$ 130 bilhões (mais de R\$ 416 bilhões). Adicionalmente, as rodadas devem promover ainda a retomada da indústria do setor de forma sustentada, gerando efeitos multiplicadores para o restante da economia brasileira, como expansão do nível de emprego e de renda.

Na 14ª Rodada de concessão, realizada em setembro, foram apurados R\$ 3,84 bilhões em bônus de assinatura para os 37 blocos arrematados, pagos por 17 empresas vencedoras, que se comprometeram ainda com investimentos de R\$ 845,6 milhões no âmbito do Programa Exploratório Mínimo (PEM). A Rodada marca a retomada do setor, com o maior bônus de assinatura total da história das concessões, além da participação de grandes empresas no certame. Estima-se que as descobertas que ocorram a partir dos blocos arrematados possam contribuir ainda para o desenvolvimento de nossa indústria fornecedora de bens e serviços e para a elevação de nossa produção futura de petróleo e gás natural.

Na 4ª Rodada de Campos com Acumulações Marginais, realizada em maio, foram arrematadas 8 das 9 áreas ofertadas, tendo sido arrecadados aproximadamente R\$ 7,98 milhões em bônus de assinatura. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 9,1 milhões nas áreas arrematadas. Licitações desse tipo são importantes do ponto de vista regional, possibilitando a continuidade dessas atividades e contribuindo para a geração de emprego e renda localmente.

Tendo em vista que o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás é fonte de informações no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, foi publicada a Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013, atualizando esses estudos. O Zoneamento constitui base de dados georeferenciados que mapeia zonas de importância relativa para o desenvolvimento das atividades petrolíferas no País.

O estudo do Zoneamento relativo ao Ciclo 2015-2017, cujo lançamento ocorreu em dezembro, foi desenvolvido pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da ANP. Foram definidas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servirá de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e atividades de levantamentos geológicos básicos.

Produção de Petróleo e Gás Natural por Meio de Sistemas Coordenados

A Petrobras informa que sua produção média de petróleo no Brasil até outubro de 2017 foi de 2.159 mil barris por dia (bpd), 2% superior ao do mesmo período do ano anterior. Pretende-se atingir, em 2017, a meta anual de 2.067 mil bpd, além de superar recorde histórico anual de 2.144 mil bpd, alcançado em 2016.

A média anual da produção operada na camada pré-sal até outubro de 2017 já supera a maior marca da história da Companhia, atingindo o volume de 1,28 milhões de bpd e superando em 30% a produção de 2016 para o mesmo período.

A produção própria de gás natural sem liquefeito atingiu 80 milhões m³/d até outubro de 2017. Com isso, a produção total no país aponta para uma superação da meta de 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), alcançando até outubro de 2017 o volume de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) – 2% a mais que o alcançado em 2016, indicando a possibilidade de um novo recorde.

Os principais destaques para a expansão da produção em 2017 foram:

- A entrada do sistema de produção da P-66 (Campo de Lula), localizado no pré-sal da Bacia de Santos;

- Expressivo crescimento da produção dos FPSOs Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema (ambos em Lula), e FPSO Cidade de Caraguatatuba (Lapa), todos localizados no pré-sal na Bacia de Santos.

No exterior, a produção média de petróleo até outubro de 2017 foi de 64 mil bpd. Já a produção média de gás natural até outubro de 2017 ficou em 8,6 milhões m³/d.

Desenvolvimento Sustentável da Indústria do Petróleo e Gás Natural

O MME, em conjunto com outros órgãos de Governo, vem trabalhando para aperfeiçoar a legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, consequentemente, atrair mais investimentos para o País.

Foi aprovada uma nova Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, substituindo a que estava em vigor desde 2003, agora fundamentada em quatro pilares:

- Aumento do fator de recuperação dos volumes de óleo e gás já descobertos;
- Identificação do real potencial petrolífero nacional antes do já esperado pico da demanda global por petróleo, previsto para a primeira metade deste século ou antes;
- A intensificação da atividade exploratória; e
- A estratégica monetização das reservas e futuras descobertas de modo a se beneficiar do valor do petróleo nas próximas 3 a 4 décadas e também do valor associado ao incremento da relevância do gás natural ao longo deste século.

Dentre suas dez diretrizes principais está previsto um calendário plurianual de rodadas de licitação. Além das rodadas de 2017, em 2018 e 2019 serão

realizadas três rodadas em cada ano, sendo uma de oferta permanente de áreas (campos devolvidos/ em devolução e blocos exploratórios já ofertados e não arrematados ou devolvidos à ANP), uma no regime de partilha de produção e uma de concessões de blocos exploratórios.

Outra importante frente de atuação foi a criação do Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE), que tem como principais objetivos revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres em todo o território nacional, estimular o desenvolvimento regional, além de aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional.

No âmbito legal, a Medida Provisória nº 795/2017, convertida na Lei nº 13.586/2017, fez parte de um conjunto amplo de medidas que alteraram o marco regulatório do setor petróleo, com o objetivo de aumentar a competição nos leilões para exploração das reservas e, com isso, ampliar a renda absorvida pelos contribuintes, seja na forma de tributos, royalties, participações especiais, bônus de assinatura ou excedente em óleo.

O Decreto nº 9.128/2017 prorrogou até 2040 os benefícios do Repetro, regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural. Esse regime, existente desde 1999, tem por objetivo equiparar a tributação do setor petróleo no Brasil à prática dos demais países produtores. Trata-se, portanto, de uma medida relevante para manter a competitividade do país na atração de investimentos de uma indústria que opera em escala global.

Em 2017, o governo realizou consulta pública com o objetivo de aferir a capacidade produtiva da cadeia brasileira de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e gás. Os dados obtidos foram utilizados como subsídio para definição

do modelo e de índices para a 14ª Rodada de Licitações, resultando na publicação, em abril de 2017, da Resolução do Pedefor (Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural) nº 01/2017, que propôs ao CNPE novas regras de conteúdo local.

As novas regras definidas substituíram o até então complexo sistema de apuração de conteúdo local, que continha 90 itens e subitens, para um novo paradigma contendo quatro segmentos de aferição para os campos em mar e dois para campos em terra.

Outro importante item revisado, no âmbito do Pedefor, foi a cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), restando definido que um percentual de 30% a 40% das despesas qualificadas em PD&I deverão ser destinadas a universidades ou centros de pesquisa; 30% a 40% para programas de desenvolvimento de fornecedores e o remanescente às atividades qualificadas definidas pelo próprio concessionário

Infraestrutura de Transporte e o Mercado de Gás Natural

O Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT), constitui o principal instrumento de planejamento da infraestrutura de transporte de gás natural. Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado.

A última versão desses estudos foi submetida ao Ministério de Minas e Energia em maio de 2016, sem indicação de necessidade de novas expansões da malha de gasodutos. No entanto, alterações no planejamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável por 96% da oferta nacional,

impactaram significativamente o cenário de referência adotado pela EPE, especialmente no que diz respeito à oferta futura de gás. Devido a esses fatos, a publicação do PEMAT aguarda até que se possa ter uma melhor avaliação da situação.

Algumas medidas contempladas nas propostas resultantes da iniciativa Gás para Crescer envolvem o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e de outorga para ampliações e expansões de gasodutos de transporte de gás natural. Essas permitirão que esses processos se tornem mais aderentes à realidade do mercado, à sua dinâmica e à prática internacional, favorecendo o aumento do investimento e a segurança no abastecimento.

Em relação à meta de expandir a oferta interna potencial de gás natural, segundo dados da EPE (PDE 2026), a oferta potencial prevista apresenta uma taxa de crescimento de 16%, entre 2017 e 2019, decorrente, principalmente, da construção de um terminal de GNL com capacidade de regaseificação de 14 MMm³/d em Barra dos Coqueiros/SE, conectado à UTE Porto Sergipe I com demanda máxima de aproximadamente 6 MMm³/d. No ano de 2019, a previsão de volume ofertado é de 141 milhões de m³/dia. Atualmente, a oferta potencial no país é de 120 milhões de m³/dia.

Sustentabilidade Ambiental

A implementação de instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) contribui com o objetivo de Promoção da Sustentabilidade Ambiental nos Processos de Exploração e Produção na Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás. Nesse sentido, cinco instrumentos desta natureza foram propostos para o período de quatro anos de vigência do Plano Plurianual.

Para 2017, tem-se a seguinte situação: i) Plano de Área (PA) – quatro Aprovados; sete a aprovar em

2018; 07 em elaboração e três a iniciar; ii) Sistema de Comando de Incidentes (SCI), processo em andamento; iii) Plano Nacional de Ação de Emergência para Fauna Impactada por Óleo (PAE-Fauna) - concluído; iv) o Plano de Ação dos Órgãos Ambientais Federais, a iniciar; e v) Programas de exercícios simulados – ação já em andamento.

Além disso, deu-se início ao processo de contratação dos estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Estão sendo contratados dois estudos denominados Estudos Ambientais de Área Sedimentar (EAASs), quais sejam: da Bacias Marítimas de Sergipe-Alagoas/Jacuípe e da Bacia Sedimentar Terrestre do Solimões. Ambos os estudos se encontram em fase de licitação e serão contratados, respectivamente, pela EPE e pela ANP. Com relação ao EAAS do Solimões, a previsão para assinatura do contrato era janeiro de 2018. Já para o EAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe, a previsão de que o contrato esteja assinado até fevereiro de 2018.

Considerações e Perspectivas

Os resultados relacionados à exploração e produção de petróleo e gás natural no pré-sal demonstram a

grande importância deste segmento para o setor de óleo e gás brasileiro. Neste sentido, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal foram cruciais para incentivar a continuidade dos investimentos no setor, visando o desenvolvimento desta indústria e o aproveitamento eficiente dos recursos naturais do subsolo brasileiro.

Neste sentido, a divulgação do calendário e a definição das áreas a serem leiloadas em 2018 e 2019 foi passo essencial para garantir a continuidade das atividades desenvolvidas no decorrer de 2017, visando a estabilidade da atuação estatal no setor de forma a permitir um melhor planejamento da atuação dos agentes envolvidos.

Em relação à implementação de instrumentos do PNC, destacam-se as seguintes ações para a conclusão das metas: i) Planos de Área: em andamento, havendo planos já aprovados; ii) Sistema de Comando de Incidentes (SCI): 41 servidores do Ibama foram capacitados para tratar do tema em 2017; iii) Plano de Ação dos Órgãos Ambientais Federais: fase de discussão visando estabelecer cronograma de trabalho, envolvendo outros entes do Governo Federal que integram o PNC, para início ainda em 2018, com a finalização do Manual do PNC; iv) Programas de exercícios simulados: busca-se manter a participação em simulados realizados pelos empreendimentos licenciados pelo IBAMA e simulados realizados pela referida autarquia que exercitam o acionamento do PNC.

PROGRAMA 2054

PLANEJAMENTO URBANO

O Programa 2054 - Planejamento Urbano sintetiza as principais ações do Governo Federal com vistas a dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana. O Programa estrutura-se em três eixos principais: apoio à implementação de instrumentos de planejamento e gestão urbana, transformações urbanísticas e regularização fundiária urbana.

A atuação do Governo Federal com objetivo de promover o planejamento, a regulação e a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana.

Na área das transformações urbanísticas estruturais, o planejamento urbano visa promover a acessibilidade em áreas urbanas por meio de soluções técnicas e projetos que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de modo a garantir o acesso à cidade por todos, sejam pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Esse objetivo busca fomentar transformações espaciais com foco na urbanização acessível, orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade.

Principais Resultados

No campo da regularização fundiária urbana, o Programa visa apoiar a implementação de processos de regularização fundiária urbana nos municípios, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana. Dentre os indicadores estabelecidos para medir regularização fundiária, o número de famílias beneficiadas

por processos de regularização fundiária saiu de 398.329 em 2014 para 408.149 em 2016, um aumento de 2,4%. Além disso, marcos regulatórios têm avançado. O percentual de municípios que possuem legislação sobre operação urbana consorciada subiu de 18,6% para 25,15% e o percentual de municípios que possuem legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir subiu de 23,25% para 34,93%.

A seguir demonstram-se os avanços das principais metas do Programa, organizadas por Objetivo.

Instrumentos de Planejamento e de Gestão Urbana Sustentável

A atuação do Governo Federal com relação a esse objetivo se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana.

Destaca-se a promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica realizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Em 2017, foram realizadas diversas atividades presenciais e de ensino a distância, por meio de sua plataforma virtual, o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br). Destaca-se a realização de cursos de autoinstrução sobre implementação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Imposto Predial Urbano (IPTU) e Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC). Também foram publicados cadernos técnicos, produzidos e veiculados

vídeos e realizados seminários e cursos presenciais e a distância sobre temas diversos correlatos às políticas urbanas. No ano de 2017, cerca de 46 mil pessoas participaram das atividades do PNCC, tendo sido emitidos cerca de 23 mil certificados.

Foi concluído, em 2017, o Manual de Planejamento Urbano Aplicado à Redução de Riscos de Desastres Naturais. Tal atividade envolveu a parceria entre o Ministério das Cidades, a Fundação Oswaldo Cruz, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional-JICA, os Municípios de Nova Friburgo e Petrópolis e os governos estaduais de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. A iniciativa tratou de incorporar os procedimentos e metodologias de redução de risco de desastre nos processos de planejamento territorial municipal, com destaque para ações no plano diretor e nos projetos urbanísticos de intervenção urbana.

Como principais resultados relacionados à elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano, destaca-se a proposição da política federal de gestão ambiental urbana e a elaboração de roteiro metodológico de zoneamento ambiental em escala municipal, com vistas a subsidiar a revisão de Planos Diretores municipais.

Transformações Urbanísticas Estruturais e Urbanização Acessível

As transformações urbanísticas estruturais e a urbanização acessível, ambas orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade, têm sido o foco das estratégias de qualificação de áreas que requeiram a dinamização do uso e ocupação do solo, a melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana, visando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade e possibilitando o acesso à terra urbanizada, segura e bem localizada para todos.

Nesse sentido, o Governo Federal atuou em 2017, sobretudo, por meio da contratação de projetos e obras de reabilitação urbana. Nesse período, apoiou

estados e municípios para a promoção da urbanização acessível, com a aprovação de 421 propostas.

Em relação à meta de investir R\$ 2 bilhões em projetos urbanos estratégicos, constata-se que esses recursos estão consignados no orçamento do FGTS para o período de 2018 a 2020, representando uma disponibilidade de recursos, direcionados a essa modalidade de projetos.

No que tange ao fomento à regulação e implantação de Operações Urbanas Consorciadas, no ano de 2017 foram realizados diversos encontros regionais, com a presença de agentes públicos federais, dos governos locais e representantes do setor da construção civil, para apresentação, divulgação e esclarecimentos sobre Operação Urbana Consorciada (OUC) como alternativa para o Desenvolvimento Urbano no Brasil.

Regularização Fundiária Urbana

No exercício de 2017, a conversão da Medida provisória nº 759/2016, convertida na Lei Federal nº 13.465/2017, constitui o novo marco legal da regularização fundiária no País. A nova Lei visa desburocratizar, agilizar e dar transparência às ações de regularização fundiária no País, criando novos instrumentos e procedimentos que viabilizam a efetividade da política pública.

Ao longo do ano de 2017, o Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, juntamente com a Casa Civil, trabalhou na elaboração do novo Programa Nacional de Regularização Fundiária. Com o cenário normativo adequado, o Programa em construção busca a ampliação do apoio do Governo Federal à implementação de processos de regularização fundiária urbana nos municípios.

Ainda no exercício de 2017, concluíram-se os trabalhos de elaboração da minuta do Decreto que

regulamenta a nova Lei de Regularização Fundiária Urbana (Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018).

Considerações e Perspectivas

Com relação ao apoio à implementação de instrumentos, para 2018, no âmbito do PNCC, além das atividades de capacitação presenciais, será dada ênfase às atividades do Portal Capacidades, com a previsão de veiculação de 35 turmas de 16 cursos de ensino a distância (EAD), incluindo o lançamento de quatro novos cursos: Operações Urbanas Consorciadas, Licenciamento Integrado para o Desenvolvimento, Contribuição de Melhoria, Transferência do Direito de Construir. Também, a partir de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Serzedelo Correa do TCU, em fase final de celebração, serão ofertados mais sete novos cursos virtuais: Fundamentos de Convênios com SICONV, Controles na Administração Pública, Planejamento Governamental, Gestão Orçamentária e Financeira, Obras Públicas de Edificação e Saneamento – Execução e Fiscalização, Agenda 2030 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras Públicas de Edificação e Saneamento.

Pretende-se, também, dar continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a formulação do “Programa Brasil Metropolitano”, com vistas à promoção do desenvolvimento metropolitano – no âmbito social, econômico, da infraestrutura urbana e institucional para: i) reduzir a iniquidade e melhorar os serviços públicos; ii) elevar a produtividade; iii) fortalecer a capacidade institucional; e, iv) promover a sustentabilidade ambiental.

Nos próximos anos, dar-se-á continuidade, em articulação com os demais órgãos do executivo e do legislativo, ao aperfeiçoamento das legislações e marcos legais relacionados ao desenvolvimento urbano.

Em relação à elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano há a necessidade de: (i) concluir a consultoria Interágua de definição de Proposta de Roteiro Metodológico para Elaboração do Zoneamento Ambiental Municipal e; (ii) viabilizar a continuação das consultorias Interágua, a realização dos seminários e, eventualmente, a realização de consulta pública, tanto sobre a Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana quanto sobre o Roteiro Metodológico para Elaboração do Zoneamento Ambiental Municipal; (iii) angariar recursos e viabilizar estrutura institucional para as ações, a partir de 2018, de implementação de iniciativas-piloto de inserção do roteiro metodológico de zoneamento ambiental em planos diretores de municípios, e de capacitação (EAD) de municípios com população acima de 50 mil habitantes para a aplicação do roteiro metodológico de zoneamento ambiental e de demais instrumentos de gestão ambiental urbana e, por fim.

Ainda relacionado à integração das políticas urbanas e ambientais, em 2018 será dada continuidade ao Projeto “Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Projeto ANDUS)”, resultado de cooperação técnica com a GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*). O Projeto é coordenado pelo Ministério das Cidades, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e tem como objetivo central implementar estratégias coordenadas e articuladas, nas esferas federal, estadual e municipal, para desenvolvimento urbano sustentável, incluindo aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e de gestão urbana, regulação urbanística e de interesse urbanístico.

Com relação às transformações urbanísticas estruturais e obras de reabilitação, para o ano de 2018, além de dar seguimento às análises de propostas de elaboração de projetos e execução de obras de reabilitação acessível, pretende-se prosseguir com a

divulgação sobre Operações Urbanas Consorciadas na intenção de realizar projetos urbanísticos significativos, em áreas de possíveis expansões.

Paralelamente ao trabalho de elaboração do novo Programa Nacional de Regularização Fundiária, buscam-se alternativas ao aporte de recursos por parte do Governo Federal, visto que o cenário normativo a partir da sanção da Lei nº 13.465/2017 viabiliza de forma significativa a efetividade da política pública de regularização.

Como atividade permanente, o Governo Federal atua não só nas atividades de regularização fundi-

ária, mas também em ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, buscando o fortalecimento e articulação interinstitucional, uma vez que a regularização fundiária de assentamentos urbanos depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil. Além da cooperação interinstitucional, este tipo de atividade visa à apropriação da nova legislação federal pelos atores envolvidos, à ampliação das capacidades locais sob os aspectos legal e institucional, e à ampliação da escala dos processos de regularização fundiária urbana.

PROGRAMA 2068 SANEAMENTO BÁSICO

Apesar dos grandes desafios ainda existentes para a universalização do acesso ao saneamento básico no Brasil, observa-se que a cobertura dos serviços tem avançado de forma positiva nos últimos anos.

Consoante os princípios e as diretrizes nacionais do saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), a União tem atuado em articulação com os estados, os municípios e a iniciativa privada a fim de viabilizar a universalização dos serviços de saneamento. Conforme delimitado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), as medidas desenvolvidas podem ser classificadas em duas categorias:

- Medidas estruturais, as quais correspondem aos tradicionais investimentos em infraestrutura, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e
- Medidas estruturantes, que se referem ao suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, compreendendo as medidas de aperfeiçoamento de gestão e de planejamento dos serviços de saneamento.

O Plano Plurianual 2016-2019 contemplou as duas categorias de medidas nos três objetivos que constam no Programa 2068 – Saneamento Básico.

Principais Resultados

Dentre os resultados de 2017, destaca-se a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em

especial, nas modalidades abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No que se refere ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério das Cidades, foram concluídos 37 empreendimentos, beneficiando 582 mil famílias. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 57 empreendimentos e pela Companhia Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos dois empreendimentos com, beneficiando 4,7 mil famílias.

Quanto ao esgotamento sanitário, pelo Ministério das Cidades, foram concluídos 45 empreendimentos, beneficiando 510 mil famílias. Pela Funasa, foram concluídos 30 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos dez, beneficiando 72,5 mil famílias.

Dentre os objetivos do programa destacam-se os seguintes avanços: o percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica evoluiu de 29,7% para 40,8% entre dez/2013 e jul/2016 e o percentual de tratamento de esgoto coletado, que evoluiu de 68,5% para 74,87% entre dez/2013 e dez/2016. Também o percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica evoluiu positivamente, passando de 83,9% em dez/2013 para 88,46% em jul/2016.

Nos tópicos seguintes são apresentados, de forma resumida, os principais resultados do programa, agrupados por objetivo.

Gestão e Prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

O objetivo visa à implementação de medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento

básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo de águas pluviais, e a limpeza e o manejo de resíduos sólidos urbanos. No âmbito das medidas estruturantes, destaca-se o apoio técnico e financeiro dado pelo Governo Federal à elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Em se tratando de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) já celebrou parcerias que irão beneficiar, ao todo, 1.068 municípios. Até 2017, foram firmadas parcerias para apoiar 301 municípios (nove em Roraima, 100 em Minas Gerais, 27 em Sergipe, 59 na Bahia, 38 no Pará, 18 em Rondônia e 50 em Tocantins) na elaboração de seus planos.

O percentual de municípios brasileiros que declararam possuir plano de saneamento básico se manteve no patamar dos 30% aferidos no relatório “Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil”, publicado pelo Ministério das Cidades em janeiro de 2017, com data referencial de 19/10/2016.

Outra medida estruturante do objetivo refere-se ao apoio dado aos municípios para o controle da qualidade da água para consumo humano. Por meio da Funasa, foram atendidos, em 2017, 653 municípios por meio do diagnóstico da qualidade da água produzida por sistemas ou soluções alternativas de tratamento de água, capacitação de operadores e laboratoristas dos sistemas ou soluções alternativas de tratamento de água e servidores da Vigilância em Saúde Ambiental, apoio laboratorial, orientações técnicas, apoio à vigilância e fomento à construção de laboratórios de análises de água. Somados aos 594 do ano de 2016 tem-se 1.247 municípios atendidos, ou seja, 62% da meta.

Quanto à implementação de programas locais de combate às perdas e ao desperdício de água e o apoio a medidas que contribuam para a redução das perdas no abastecimento de água, deve-se

registrar que, em 2017, foi concluído um empreendimento de redução e controle de perdas (RCP) no município de Mairinque/SP. Além disso, em julho de 2017, também foi iniciado processo seletivo para a apresentação de propostas para a elaboração de projetos de engenharia e de empreendimentos na modalidade de RCP por estados e municípios e suas administrações indiretas autônomas. A previsão é que os proponentes estejam habilitados às operações de crédito no primeiro semestre de 2018.

Ainda com relação às medidas estruturantes, deve-se destacar que em 2017 foram concluídos 25 estudos e projetos com recursos do Ministério das Cidades, os quais beneficiaram 21 municípios no País. Destes 25 estudos e projetos, 22 foram financiados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e os outros três com recursos onerosos (financiamentos), sendo que esses últimos beneficiaram os municípios de Nova Hartz/RS, Afogados de Ingazeira/PE e Garanhuns/PE. Além desses, outros 192 estudos e projetos encontram-se em execução.

Medidas Estruturais e Estruturantes em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais

Em se tratando do objetivo que visa à implementação de medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, o Governo Federal, por meio da Funasa, tem desenvolvido ações visando à implantação, ampliação e/ou melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, bem como melhorias sanitárias domiciliares que têm como público-alvo a população rural dispersa, população rural adensada, população residente em localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugares, aldeias e demais agrupamentos populacionais caracterizados como rurais.

Quanto à ampliação do atendimento com abastecimento de água por rede de distribuição ou poço ou nascente com canalização interna, a Portaria nº 973/2017, de 13 de julho de 2017, estabeleceu os critérios e procedimentos para a aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Saneamento Básico Rural da Funasa, ao instituir processos seletivos para ações de implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais. Em 2017, registrou-se o atendimento a 6,95 milhões de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.

No que se refere à implantação de sistemas de esgotamento sanitário e de unidades hidrossanitárias em domicílios rurais, foram aprovadas, propostas que terão como objeto o atendimento a domicílios dispersos com soluções individuais de esgotamento sanitário (fossa séptica) e com a construção de unidades hidrossanitárias (melhorias sanitárias domiciliares). Registre-se a ampliação para 3,54 milhões o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários e para 8,43 milhões o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade. No caso dessas duas metas, destaca-se que as mesmas já foram superadas no âmbito do PPA 2016-2019.

Quanto à meta que visa apoiar comunidades rurais e tradicionais com o controle da qualidade da água para consumo humano mediante coletas e análises da água, orientações técnicas e capacitações de operadores de sistemas coletivos ou soluções alternativas de tratamento de água, apoio laboratorial, orientações técnicas e apoio à vigilância, foram atendidas 1.133 comunidades. Somadas às 873 do ano de 2016 tem-se 2.006 comunidades atendidas, ou seja, 67% da meta. Isso evidencia o adequado ritmo de execução da meta.

Ampliação da Oferta e do Acesso aos Serviços Públicos de Saneamento Básico

No âmbito do objetivo que visa à implementação de medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, por meio de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observa-se que o Governo Federal tem apresentado uma atuação bastante satisfatória, uma vez que praticamente todas as metas já foram alcançadas ou mesmo superadas.

Nesse contexto, quanto à meta que visa ampliar o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, observou-se o atendimento a 58,56 milhões de domicílios dos 58,6 milhões de domicílios previstos. Sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, foram concluídos 37 empreendimentos de abastecimento de água. Estão em andamento 324 empreendimentos que totalizam R\$ 11,6 bilhões, sendo 202 com recursos de financiamento e 122 do OGU. Quanto às ações da Funasa, foram concluídos 57 empreendimentos e estão em andamento 423. Pela Codevasf foram concluídos dois empreendimentos e encontram-se em execução cinco outros empreendimentos.

Já o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários atingiu 52,59 milhões ante os 49,6 milhões de domicílios previstos na meta. Em 2017, no âmbito do Ministério das Cidades, foram concluídos 45 empreendimentos de esgotamento sanitário, e estão em andamento 415, sendo 164 com recursos do OGU, no montante de R\$ 5,5 bilhões, e 251 recursos de financiamento, no valor global de R\$ 10,5 bilhões. Pela Funasa, foram concluídos 30 empreendimentos e estão em andamento 437 empreendimentos que totalizam

R\$ 2,4 bilhões. Além disso, foram iniciados outros 20 empreendimentos. E pela Codevasf foram concluídos 10 empreendimentos e outros 25 empreendimentos encontram-se em execução com valor estimado de investimento de R\$ 338,84 milhões.

Cabe registrar, por fim, que a meta de ampliação do volume anual de esgoto tratado manteve, em 2017, o valor de 4,9 bilhões de m³ registrado em 2016 e que é superior à meta de 4,8 bilhões de m³ estabelecida para o período do PPA 2016-2019.

Considerações e Perspectivas

Em relação ao Programa Saneamento Básico, observa-se que os resultados são bastante satisfatórios, em especial quanto ao atingimento das metas de medidas estruturais na área de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Considerando os desafios prementes do setor, deve-se buscar sempre o alinhamento com as metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Diante dos desafios de universalização dos serviços de saneamento, é louvável a iniciativa do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do Governo Federal, o qual conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) busca desenvolver projetos de parcerias com iniciativa privada para a realização de investimentos

em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Atualmente, oito estados estão com os estudos em andamento, e espera-se que até o fim de 2018 os serviços técnicos especializados apontem os modelos de negócios (concessões, subconcessões, parcerias público-privada, privatizações) a serem adotados em cada unidade federativa.

Cabe também registrar os esforços do Governo Federal para o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor, de forma a contribuir para a constante melhoria da qualidade e da universalização dos serviços de saneamento básico. Nesse sentido, destaca-se a importante diretriz do Plansab que estabelece a necessidade de se criar instância de coordenação e acompanhamento da Política de Saneamento Básico. Dessa forma, buscando-se atender essa diretriz, a proposta de revisão da Lei nº 11.445/2007, atualmente em discussão pelo Governo Federal, prevê a criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB).

Além disso, ainda no âmbito do aperfeiçoamento do marco regulatório do setor, propõe-se o fortalecimento do papel regulatório da União nas políticas de saneamento com a edição de normas de referência, visando induzir a melhoria constante nas atividades de regulação e fiscalização e, por conseguinte, a redução da insegurança jurídica dos agentes e o estímulo aos investimentos no setor.

PROGRAMA 2086

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

O Programa Transporte Aquaviário foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços relacionados a esse tipo de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas hidroviárias e dos portos organizados.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do Programa, destacam-se os seguintes avanços: a quantidade de contêineres movimentados por hora nos portos organizados e terminais de uso privado (TUP) aumentou para 50 unidades/hora em 2017, um crescimento de 22,10% em relação ao índice de referência de 40,95 unidades/hora registrado em 2014; o tempo médio de espera para atracação por grupo de mercadoria diminuiu para 71,8 horas, uma redução de 44,81% do tempo de espera em comparação com o resultado de 130,1 horas no ano de 2016.

Sobre realização dos objetivos, os destaques estão relacionados com a ampliação da capacidade e da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte (IP4). Nesse sentido, vale registrar o alcance, por exemplo, da meta de “Manutenção e operação de 40 IPs4”. Outras metas alcançadas dizem respeito à gestão e logística dos portos, como é o caso da meta de “Implantação de quatro áreas de apoio logístico no entorno dos

portos públicos”. Por fim, vale mencionar ainda o bom andamento da ampliação da frota mercante brasileira de cabotagem, pois foi alcançado 60% da meta “Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem”, tendo já sido alcançado 100% da meta estipulada para a região Nordeste.

No âmbito da indústria naval, destaca-se que o Departamento de Marinha Mercante vem realizando esforços para viabilizar novas contratações de embarcações. Nesse sentido, houve relevante entrega de embarcações no setor offshore nos últimos dois anos, totalizando 39 embarcações. Com a reabertura das licitações de blocos de petróleo e a flexibilização das regras de participação nas licitações, pode-se esperar a retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás. Além disso, no acumulado dos anos de 2016 e 2017, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), foram entregues ainda oito embarcações de apoio à navegação, seis cargas para cabotagem, 148 de navegação interior e dois estaleiros.

A seguir, apresentam-se os resultados das principais metas, organizadas por Objetivo.

Melhoria da Navegabilidade e Infraestrutura Portuária de Pequeno Porte

A ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário mediante a melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IPs4 tem papel importante nas questões estratégicas, econômicas, turísticas e social e representa possibilidade de aumento da capacidade operacional de serviços prestados por meio das hidrovias.

Destaca-se, no exercício de 2017, a adequação das IP4 de Parintins (Pontes) e Beruri (Ponte), conclusão da obra da nova proteção dos pilares da ponte da rodovia SP-595 e a parceria com Departamento Hidroviário do estado de São Paulo para execução de obras no Tietê.

Corredores Hidroviários e Novas Instalações Portuárias de Pequeno Porte

Em 2017, foram implantadas as IP4 nos Municípios de Carauari, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Itacoatiara, Manacapuru e Autazes, todos no Amazonas.

As oito Administrações Hidroviárias (AH) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) estão em processo de reestruturação e, em 2018, estarão em condições de executar plenamente todas as atribuições delegadas. A celebração de contratos de assessoria técnica com estrutura mínima para prestar apoio específico no modal hidroviário foi uma conquista significativa para o funcionamento das Administrações Hidroviárias.

Frota Mercante Brasileira

Tendo em vista que a ampliação e modernização da frota mercante brasileira é importante para o crescimento econômico do país, o Fundo de Marinha Mercante tem sido utilizado como instrumento de incentivo à indústria naval brasileira, contribuindo para o aumento da eficiência logística e consequentemente com a redução dos custos dos fretes.

Nesse sentido, no ano de 2017, foram contratados R\$ 630 milhões em novos projetos de construção de embarcações e ampliação de estaleiros.

Em relação às entregas, no acumulado do biênio 2016- 2017 foram entregues um total de 201 embarcações, entre elas oito de apoio à navegação, 39 de apoio offshore, 148 de navegação interior e dois estaleiros. Tais embarcações são importantes,

por exemplo, para o escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias.

Vale mencionar que já foram construídas seis das dez embarcações previstas na meta de fomentar a construção de embarcações destinadas à cabotagem, sendo cinco delas na região Nordeste e uma na região Sudeste. Destaca-se em 2017 a entrega da embarcação do tipo Suezmax batizado de Abdias Nascimento, de 145.800 toneladas brutas, para a Transpetro. Sua construção ocorreu no Estaleiro EAS, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste.

Manutenção e Operação da Rede de Transporte Hidroviário

As ações desse objetivo visam a contribuir para a operação de navegação mais rápida e segura de passageiros e cargas em trânsito sobre as hidrovias. A manutenção de sinalização e de balizamento deve ser suportada por uma estrutura organizacional eficiente, moderna e orientada para os fluxos hidroviários sobre as vias aquáticas, seus sistemas de transposição de níveis (eclusas), seus terminais de transbordo e portos de origem e destino.

Nesse sentido, ressalta-se que, em 2017, foi realizada manutenção em cinco corredores hidroviários (Hidrovia do Paraguai, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Hidrovia do Paraná, no Estado de São Paulo; Hidrovia do Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul; Hidrovia do Madeira, nos Estados do Amazonas e Rondônia; Hidrovia do Tocantins, nos Estados do Pará e Tocantins). Além disso, estão sendo desenvolvidos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da hidrovia do São Francisco, cuja conclusão está prevista para o ano de 2018. Vale também registrar o alcance da meta do PPA de manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Adequação da Capacidade Portuária

O setor portuário brasileiro movimentou, em 2017 (jan/out), segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), cerca de 1,08 bilhão de toneladas das mais diversas mercadorias, apresentando aumento de 8,3% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O sistema portuário responde por mais de 90% das exportações e, desta forma, cumpre importante papel no que diz respeito à eficiência da logística de transportes do País, impactando diretamente a competitividade dos produtos nacionais no exterior.

Com o objetivo de aumentar a capacidade portuária e a eficiência do sistema de transporte nacional, o Governo Federal mantém uma ampla carteira de empreendimentos. Nesse contexto, vale registrar que, em 2017, foram concluídas importantes obras, quais sejam: Porto de Itaqui/MA - Construção do Berço 108; Porto do Rio Grande/RS - Modernização do Cais Público do Porto Novo; Porto de Vitória/ES - Obra de dragagem de aprofundamento dos acessos aquaviários; Porto do Rio de Janeiro/RJ - Dragagem de Aprofundamento do canal de acesso, bacia de evolução e área de atracação do cais para navios de passageiros.

Ainda em relação ao setor portuário, vale destacar a renovação antecipada de 7 concessões (Tecon Salvador, Fospar Paranaguá, Tesc – Santa Catarina, Tequimar – Itaqui, Convicon – Vila do Conde/PA, Terminal de Granéis Sólidos e Carga Geral - Niterói/RJ e Terminal de cargas a apoio offshore - Niterói/RJ), além da licitação de 3 arrendamentos (Terminal de Trigo do Rio de Janeiro, Terminal STM 04 e Terminal STM 05).

Governança e Gestão do Setor Portuário

Dando continuidade à revisão do planejamento do setor e com o intuito de implementar um modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis, o Ministério do

Transportes vem elaborando planejamento setorial o qual é composto pelos seguintes planos: Mestre, Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Geral de Outorgas (PGO). Todos os instrumentos estão conectados e passam a formar um conjunto funcional.

Dessa forma, observa-se um crescente e importante ganho para as Autoridades Portuárias, e para a União, que passaram a registrar suas demandas e os resultados relativos aos planos estratégicos das Autoridades Portuárias e da União.

Em 2017, destaca-se a entrega dos Planos Mestres dos complexos portuários de Santarém, Santana, São Francisco do Sul, Porto Velho e do Complexo de Belém/Vila do Conde.

Vale ressaltar que, desde 2013, a gestão por resultados vem sendo aprimorada por meio, por exemplo, da Remuneração Variável Anual (RVA) dos administradores/diretores (bonificação anual) e Honorário Variável Mensal (HVM) (remuneração variável em função do desempenho dos administradores/diretores), sendo que, a partir de 2015, os indicadores de desempenho e suas metas passaram a ser formatados conforme os indicadores do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), garantindo uma maior integração entre os diversos mecanismos de monitoramento e controle dos projetos e desempenhos das Autoridades Portuárias.

Logística Portuária

A melhoria da produtividade, de nível de serviço e da otimização dos fluxos logísticos do sistema portuário caracteriza-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, com destaque à implantação do Porto Sem Papel (PSP), que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, o qual concentra as informações de diversos intervenientes

de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto será integrado (receberá informações) a outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS, Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

A referida melhoria constitui um dos objetivos do PPA e por isso possui iniciativas que contribuem para a sua consecução, dentre as quais, destacam-se duas relacionadas ao aperfeiçoamento dos serviços de praticagem, incentivo à cabotagem; e duas relacionadas à implantação do Porto Sem Papel. Estas iniciativas, enquanto atributo de planejamento, serão realizadas majoritariamente como entregas intermediárias para a promoção do Objetivo, sendo executadas principalmente por articulação institucional com outros atores do setor público, com vistas à implementação conjunta de políticas públicas e regulação dos setores em questão.

Nesse sentido, destacam-se a expansão e o aprimoramento do sistema Porto Sem Papel que visa melhorar a usabilidade do sistema para seus usuários. Em 2017, destaca-se a adequação do sistema para atender a alterações nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que passaram a permitir a emissão do Certificado de Livre Prática com validade de 90 dias e a adequação do sistema para permitir seu uso pelos Terminais de Uso Privado (TUPs) os quais representam a maior parte dos portos do país.

Em 2017, cabe destacar ainda a continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento de contabilidade regulatória dos serviços de praticagem, a qual vem sendo desenvolvida por este Ministério em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que subsidiam as atividades da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP). Neste período, foram entregues

diversos produtos essenciais à promoção da regulação, como as bases de dados operacionais e econômico-financeiras das Zonas de Praticagem.

O desenvolvimento e implantação dos sistemas de Inteligência Logística Portuária encontram-se em fase mais avançada nos portos de Santos e Vitória, que contam com Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS) e Cadeia Logística Portuária Inteligente/Portolog. Em 2017, teve início a homologação do VTMIS/CODESA pela Marinha do Brasil e o início de sua operação assistida.

Quanto às ações de regulação da qualidade na prestação de serviços na navegação marítima e regulação da concorrência, está em desenvolvimento o estudo intitulado “Dimensão econômico-regulatória da navegação marítima no Brasil: diagnóstico, percepção dos usuários, indicadores de desempenho e proposições regulatórias”, desenvolvido pela ANTAQ em parceria com o Centro de Estudos em Regulação de Mercados da Universidade de Brasília (CERME/UnB) por meio do Termo de Execução Descentralizada. O estudo prevê análise aprofundada sobre a Navegação Marítima em todos os segmentos (Longo Curso, Cabotagem, Apoio Portuário e Apoio Marítimo). O resultado final trará informações importantes para a melhor compreensão do mercado regulado, tendo por finalidade subsidiar a Agência com instrumentos técnicos e teóricos para melhor cumprimento de suas atribuições, inclusive a implementação de ações para incentivo ao uso da navegação de cabotagem e desenvolvimento de indicadores de qualidade para os serviços de apoio marítimo e apoio portuário.

Outra importante medida se refere ao Sistema de Desempenho da Navegação Marítima (Módulos Apoio Portuário e Apoio Marítimo – SDN), em desenvolvimento pela ANTAQ, com implementação prevista para 2018 (módulo apoio portuário), que visa receber, pela Internet, informações de atividades desenvolvidas pelas Empresas Brasileiras de

Navegação, EBN, de apoio portuário e apoio marítimo; informações essas de natureza técnica e operacional, e também preços praticados pelas EBN na prestação do serviço, inclusive o serviço de reboque.

Destaca-se também que a meta de implantar quatro Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos foi superada já em 2017, com sete AALP implantadas.

Sustentabilidade Ambiental

As ações desenvolvidas de sustentabilidade ambiental foram realizadas, no ano de 2017, em 22 (vinte e dois) portos organizados marítimos por meio da iniciativa Implantação do Programa de Conformidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e da iniciativa Consolidação do funcionamento do Setor de Gestão Ambiental (SGA).

Considerações e Perspectivas

Em linhas gerais, os objetivos e metas propostos no PPA 2016-2019, no programa Transporte Aquaviário, encontram-se com andamento de acordo com o planejado, sendo que algumas das metas previstas para serem atingidas em 2019 já foram alcançadas. É o caso de metas relativas à ampliação da capacidade e da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte (IP4).

Além disso, as medidas necessárias para o atingimento das demais metas estão sendo adotadas. Pode-se citar, por exemplo, a meta que visa a eliminar 18 pontos críticos em hidrovias, na qual será dada continuidade à atuação conjunta com os diversos stakeholders a fim de convergir esforços em prol do cumprimento da integralidade das ações planejadas.

PROGRAMA 2087

TRANSPORTE TERRESTRE

O Programa de Transporte Terrestre foi desenvolvido com base em quatro pilares, os quais são fundamentais diante dos desafios logísticos e de segurança verificados nos modais rodoviário e ferroviário: a cobertura da malha rodoviária e ferroviária federal, a capacidade das rodovias e ferrovias federais, a eficiência e a segurança do transporte terrestre.

Atualmente, a extensão da malha rodoviária pavimentada federal no Brasil é de 51,99 mil km de rodovias, de um total de aproximadamente 62,45 mil quilômetros, entre não pavimentadas e pavimentadas. No modo ferroviário, a extensão da malha em operação no Brasil é de 29.075 km, sendo a densidade da malha equivalente a 3,41 km em operação por 1.000 km².

O grande desafio de médio e longo prazos do Programa é a ampliação da cobertura dos modais ferroviário e rodoviário no país para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros.

Principais Resultados

No PPA 2016-2019, foram estabelecidos indicadores que pudessem captar as mudanças promovidas pelas iniciativas do Plano Plurianual e outros instrumentos de política pública do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA.

No escopo do Programa, merece destaque as reduções significativas no número de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais em 2017. A quantidade de acidentes rodoviários em estradas federais, por exemplo, reduziu de 181.272 registros (2014) para 89.318 (2017). As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, seja de sinalização,

manutenção e pavimentação, controle de peso e de velocidade, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, contribuíram para essa redução.

No modal ferroviário, destaca-se o aumento verificado no transporte de carga, o qual passou de 298.616 TKU (2013) para 375.239 TKU (2017). Esse cenário deverá se tornar ainda mais alvissareiro em função da construção e da concessão da malha ferroviária federal para os próximos anos de vigência do atual PPA, apresentando um impacto positivo em relação ao aumento de carga transportada no modal.

A seguir, apresentam-se os resultados das principais metas, organizados por Objetivo.

Concessão de Rodovias Federais e Fiscalização dos Serviços Regulados

As concessões de rodovias federais e a fiscalização dos serviços regulados estão alinhados ao princípio da economicidade (artigo 70 da Constituição Federal) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade e da segurança do transporte rodoviário no país.

No caso das concessões, evidencia-se a importância da estratégia para desconcentrar a gestão da malha do Subsistema Rodoviário Federal dentro do Sistema Nacional de Viação (SNV); reduzir a pressão de custos sobre os recursos do Orçamento Geral da União (OGU); dar maior velocidade ao processo de adequação/duplicação das rodovias federais, capaz de ser obtida pela associação aos recursos e meios, dispostos pela iniciativa privada; oferecer aos usuários de rodovias federais concedidas conforto e segurança ao trafegar, com atendimento médico de emergência,

socorro mecânico, sistema de informação ao usuário, serviços de apoio ao usuário e sistema de comunicação com telefones para emergências.

A Resolução nº 2, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) foi favorável à qualificação das seguintes rodovias para a execução de contratos de parceria com a iniciativa privada: Rodovia BR-364/365/GO/MG (Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) lançado em 2014); e Rodovias BR-101/RS, BR-116/RS, BR-290/RS e BR-386/RS (PMI lançado em 2015).

No ano de 2017, foram realizadas as Audiências Públicas referentes aos projetos de concessão qualificados em 2016, a AP nº 01/2017, de trechos das BR 101/290/448/386/RS, denominada Rodovia de Integração do Sul ocorreu entre 31/01/2017 e 01/05/2017, e a AP 05/2017, de trechos da BR 364/365/GO/MG, que ocorreu entre 08/05/17 e 21/06/17. Estes dois projetos foram encaminhados, ainda em 2017, para a fiscalização do processo de concessão pelo Tribunal de Contas da União.

O Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017, qualificou mais um empreendimento para execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada: Rodovia BR 101/SC, trecho Paulo Lopes/SC e São João do Sul/SC. Os estudos referentes ao projeto foram entregues em dezembro de 2017 e estão sendo avaliados pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº 02, de 12 de junho de 2017.

No mesmo Decreto, foram também qualificados os seguintes projetos para fase de estudos: Rodovia BR -116/RJ/SP- Rodovia Presidente Dutra- trecho Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP; Rodovia BR-116/RJ- Trecho Além Paraíba/RJ- Teresópolis/RJ- entroncamento com a BR -040; e Rodovia BR-040 MG/RJ- trecho Juiz de Fora/MG- Rio de Janeiro/RJ.

Ainda, por meio da Resolução do Conselho PPI nº 14, de 23 de agosto de 2017, outro projeto recebeu opinião favorável para serem qualificados para execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada: Rodovia BR-364/RO/MT, trecho Porto Velho/RO – Comodoro/MT. Esse projeto está na fase de estudos, (Procedimento de Manifestação de Interesse- PMI- Edital de chamamento Público nº 1/2017, que prorrogou o prazo do Edital nº 06, lançado em 2015).

Entre 2016 e 2017, as rodovias concedidas foram duplicadas em 184,36 km. Em 2017, foram duplicados 95,81 km de rodovias federais concedidas na Região Centro-Oeste, sendo 43,94 km, na BR-163/MS e 51,88 km, na BR 050/GO/MG.

Com relação à Fiscalização dos Serviços Regulados, houve a ampliação da fiscalização eletrônica por meio do Canal Verde Brasil, o qual incluiu também a identificação de corredores logísticos, que subsidiaram a formulação de indicadores econômicos e o monitoramento de cargas com destino aos portos.

O Canal Verde Brasil, por meio de sistemas de fiscalização eletrônica, efetuou até dezembro/2017 um total de 31.655.500 registros de passagem de veículos, proporcionando 41.307 sugestões de autuação. Esse canal contribui significativamente para fiscalização dos serviços de transporte regulados pela ANTT e está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda com o intuito de combater a sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados (ONE), existindo atualmente 41 Postos de Fiscalização Eletrônica em operação.

Com relação aos benefícios gerados, destacam-se a redução do Custo Brasil, a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala decorrente da ininterrupção da viagem para procedimentos gerais de fiscalização do veículo (de trânsito e tributária). O sistema

também é utilizado para evitar filas no Porto de Santos, verificando os veículos que ainda não tem agendamento e levantando ações para mitigar os problemas gerados pelo excesso de fluxo.

Duplicação e Construção de Terceiras Faixas nas Rodovias, sob Administração Federal

O Governo Federal tem buscado priorizar os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul.

Os investimentos realizados no período do PPA voltados às ações de adequação de rodovias constituem prioridades dentre os empreendimentos constantes da carteira do modal rodoviário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e são acompanhados dentro da estrutura de governança deste Programa, que busca maior eficiência nas entregas do governo e rápida solução de entraves que possam atrasar a conclusão das obras. Dessa forma, são realizados investimentos relacionados à melhoria nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação quanto pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares.

Uma das metas que compõe o objetivo de duplicação e construção de terceiras faixas nas Rodovias Federais prioriza a otimização dos acessos terrestres aos portos, com foco na manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura portuária, bem como na ampliação da eficiência logística dos portos brasileiros, e possibilitando maior competitividade e dinamismo, além de reduzir os custos do transporte aquaviário. Nesse sentido, informa-se que a adequação de acesso ao Porto de Aratu está em fase preparatória para licitação e a duplicação do acesso

ao Porto de Pecém está em estágio de execução e em fase de contratação do Plano Básico Ambiental (PBA) para as comunidades indígenas. Além dos acessos terrestres aos portos, foi executado um total de 206,66 km referentes à adequação de rodovias federais não concedidas, realizados no período de 2016-2017, sendo 167,49 km em 2017.

Construção de Contornos, Anéis e Travessias Urbanas Rodoviárias

O tráfego rodoviário pode apresentar impactos negativos nas aglomerações urbanas sob vários aspectos, tais como a segurança de motoristas e pedestres, níveis de ruído e poluição, concorrência entre o tráfego local e o de longa distância, entre outros. Para mitigar tais impactos, pode-se tanto optar pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, como pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos executados nesta categoria, em 2017, destaca-se a continuidade da construção do Rodoanel de São Paulo, com percentual de execução de, aproximadamente, 77,19%, ou seja, 136 km (a extensão total dessa construção será de 177 km), interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias.

Construção e Pavimentação da Malha Rodoviária Federal

Um outro objetivo do Programa de Transporte Terrestre é a construção de quatro pontes, sendo duas dessas pontes internacionais e duas nacionais. Com relação à construção de duas pontes internacionais, a construção da segunda sobre o Rio Paraná em Foz

do Iguaçu na BR-277/PR, encontra-se em fase de elaboração/aprovação do contrato dos projetos básicos e executivos. No que se refere à Construção da Ponte sobre o Rio Jaguarão – Fronteira Brasil/Uruguai na BR-116/RS, os orçamentos estão sendo atualizados para prosseguimento do processo licitatório.

Quanto à construção das pontes nacionais, uma das metas do objetivo é a construção de uma Ponte localizada sobre o Rio Madeira em Abunã/RO na BR-364/RO, sendo essa rodovia fundamental para o escoamento da produção da região Norte. Esta ponte contribuirá para integrar o Estado do Acre com o restante do Brasil. As obras relacionadas à infraestrutura foram executadas, havendo continuidade de execução das obras de meso e superestrutura. A outra ponte que está sendo construída é a Segunda Ponte sobre o rio Guaíba, que facilitará o fluxo de motoristas, por meio da redução de congestionamentos, e do acesso ao Porto de Rio Grande.

Quanto à construção ou pavimentação de rodovias, informa-se que, em 2017, foram construídos ou pavimentados 246,74 km de trecho rodoviário, perfazendo um total 338,44 km no período de 2016-2017.

Expansão da Malha Ferroviária Federal

Para promover a expansão da malha ferroviária federal, o Governo Federal prosseguiu, no ano de 2017, com a construção dos empreendimentos Extensão Sul (Ferrovia Norte-Sul) e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Esses empreendimentos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A expansão da malha ferroviária federal na Extensão Sul é de 93,3% até o ano de 2017 de um total de 684 km de extensão. Em relação à FIOL, a execução física dessa malha é de 72,8% e 19,6% para os trechos Ilhéus/ Caetité (FIOL I) e Caetité/BA – Barreiras/BA (FIOL II), respectivamente.

Por fim, deve-se registrar que, em 2017, a malha ferroviária do país foi expandida em 36,2 km, utilizando exclusivamente recursos do Orçamento Geral da União, perfazendo um total acumulado de 104,20 km, acrescentando o total construído no ano de 2016.

Ordenação do Tráfego nos Perímetros Urbanos por Meio de Intervenções Ferroviárias

O Governo Federal tem buscado ordenar o tráfego nos perímetros urbanos por meio de construção de contornos, de anéis e de variantes ferroviários, além de outras intervenções. No PPA 2016-2019, foi estabelecida uma meta de realização de três adequações ferroviárias nos municípios de Juiz de Fora (MG), São Carlos (SP) e Barra Mansa (RJ).

Em 2017, o empreendimento de Juiz de Fora (MG) passou a fazer parte da carteira PAC e foram entregues os projetos da alça do viaduto Augusto Franco e do viaduto Benjamin Constant, que se encontram em análise. Em Barra Mansa, 74% da obra já foi concluída e está em fase de retificação do projeto das unidades habitacionais previstas no reassentamento. Em São Carlos (SP), a prefeitura está readequando o projeto executivo.

Controle e Manutenção Permanente da Malha Rodoviária Federal não Concedida

O total de cobertura contratual de manutenção rodoviária para o ano de 2017 foi de 88,6%. Ainda, em 2017, foi realizada a primeira pesquisa para o ICM (Índice de Condição de Manutenção), ferramenta que visa aumentar a eficiência na gestão da malha rodoviária federal e o resultado, que avaliou mais de 52 mil quilômetros de rodovias, mostrou que 67,5% das rodovias federais estão em bom estado de manutenção.

Em 2017, no escopo do Programa BR-LEGAL, foram assinados dois contratos com cobertura de, aproximadamente, 928,6 km de rodovias federais que se somados aos existentes, totalizam 106 contratos, que correspondem a, aproximadamente, 50.811 km de malha vigente sob administração federal. A sinalização foi implantada em 69% da malha rodoviária federal pavimentada. Além disso, foram aprovados 2.420 km de projetos básicos e 3.608 km de projetos executivos.

Em relação à pesagem dos veículos, o novo modelo de pesagem, denominado Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), será implementado nas rodovias federais e apresenta como principais características a automatização dos processos e da operação do posto de forma remota, por meio de um Centro de Controle Operacional (CCO). Em 2017, foram aceitos 18 projetos básicos dos PIAFs, os quais encontram-se em processo de elaboração de projeto executivo. Até o ano de 2017, houve a reativação de cinco Postos de Pesagem Veicular (PPVs), cuja fiscalização do excesso de peso é realizada por verificação de nota fiscal. Além disso, essas medidas contribuirão para a segurança dos usuários das rodovias na medida em que evitarão acidentes decorrentes do excesso de peso transportado de forma irregular.

Quanto ao controle de velocidade nas Rodovias Federais, o Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) teve sua meta prevista para o período de vigência do PPA (2016-2019) cumprida no ano de 2017, com 2.916 equipamentos em operação nessas rodovias.

Manutenção e Concessão de Ferrovias Federais

O objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por

meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais busca atender uma demanda de vários setores da economia, notadamente o industrial e o do agronegócio, por transporte ferroviário.

No que se refere à concessão, os trechos com previsão de serem concedidos em 2018 são: a Ferrovia Norte-Sul, de Porto Nacional/TO e Estrela D' Oeste/SP, Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF-334) e Ferrovia- EF 170 (Ferrogrão).

Em 2017, foi realizada Audiência Pública, referente à Ferrovia Norte-Sul, com o objetivo de colher contribuições para aprimoramento das minutas de edital e contrato, bem como os estudos técnicos para a subconcessão. A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF-334) encontra-se na fase de estudos técnicos e Ferrogrão está com a consulta pública em andamento.

No ano de 2017, foi executada a manutenção de todo o trecho da Ferrovia Norte-Sul entre Porto Nacional/TO e Anápolis/GO, estando essa malha ferroviária sob administração federal.

Considerações e Perspectivas

A execução do programa tem apresentando alguns resultados satisfatórios como, por exemplo, a redução observada no número de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais, que são decorrentes de ações integradas realizadas pelo Governo Federal, seja de sinalização, manutenção e pavimentação, controle de peso e de velocidade.

Para 2018, espera-se um cenário alvissareiro em função do aumento do investimento decorrente das concessões ferroviárias e rodoviárias, as quais contribuirão para a expansão e melhoria da qualidade da malha e redução do custo logístico de importantes setores da economia, como é o caso do industrial e do agronegócio.

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

- Agropecuária Sustentável
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Comércio Exterior
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços
- Desenvolvimento e Promoção do Turismo
- Mudança do Clima
- Pesca e Aquicultura
- Pesquisa e Inovações para a Agropecuária
- Qualidade Ambiental
- Recursos Hídricos
- Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

PROGRAMA 2077

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

O Programa Agropecuária Sustentável do PPA 2016/2019 visa à ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras; o combate à pobreza e a redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade; a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando à ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.

A principal política deste programa é a indução da migração do produtor rural para uma agropecuária mais sustentável e resiliente às adversidades, contribuindo para uma maior geração de emprego, melhoria da renda do produtor rural e para uma agricultura mais eficiente e ambientalmente mais adaptada, via ações de transferência de tecnologia, de assistência técnica e extensão rural, de organização da produção, de modernização dos sistemas produtivos, de agregação de valor e qualidade aos produtos agropecuários, da disponibilização do crédito rural, do provimento do seguro rural e do estabelecimento do zoneamento agrícola.

Principais Resultados

A agropecuária foi o setor da economia brasileira que mais cresceu nos últimos anos. Em relação aos indicadores do programa, em 2017, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) foi de R\$ 540,3 bilhões, um incremento de 1,3% em relação ao ano anterior. Os traços mais marcantes do ano de 2017,

foram a expansão da produção com a obtenção de safra recorde de 237,7 milhões de toneladas de grãos e os preços agrícolas que nesse ano estiveram em nível abaixo do ano anterior. Desse modo, o volume de produção obtido foi decisivo para o desempenho do VBP de 2017.

A seguir, apresentam-se os avanços nas principais metas do Programa, organizados por Objetivo.

Monitoramento Meteorológico e Climático

A evolução contínua de técnicas de previsão de tempo e clima permitiu que se classificassem e divulgassem os riscos meteorológicos sobre o território brasileiro, informação que é disponibilizada para a Defesa Civil e aos produtores rurais pelo uso da comunicação digital, baseada na Internet e demais mídias de mobile.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) atua por vários segmentos transversais do Governo Federal como elo entre a informação meteorológica de qualidade e o conhecimento científico. O esforço continuado no adensamento da rede de observação de superfície juntamente com o aperfeiçoamento contínuo dos modelos numéricos de tempo e a incorporação de milhões de informações ao banco de dados meteorológicos ampliou sobremaneira a capacidade de monitoramento dos fenômenos meteorológicos.

Sobre a meta de ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície, a capacidade nacional de coleta de dados Meteorológicos foi ampliada com a instalação de 34 novas estações meteorológicas automáticas, que realizam coletas 24 horas, totalizando 556 estações

meteorológicas até o momento. No âmbito da Recuperação de Dados Históricos, foram processados 434.020 documentos, o que totaliza 4,9 milhões de documentos processados.

Gestão de Riscos Climáticos e de Proteção de Renda para a Atividade Agropecuária

A fim de minimizar os riscos climáticos e seus efeitos na atividade agropecuária, faz-se necessária a consolidação de políticas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Em 2017, foram empregados R\$ 371,4 milhões no pagamento da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), beneficiando cerca de 45 mil produtores e atingido uma cobertura securitária de 4,9 milhões de hectares, ou aproximadamente 6% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) tem por objetivo minimizar a exposição do produtor ao risco climático, reduzindo as perdas decorrentes de eventos adversos. As portarias do ZARC identificam os municípios aptos ao plantio, as cultivares indicadas e seus respectivos períodos de semeadura. Ao fim de 2017 estão contempladas no ZARC 45 culturas de ciclo anual e permanentes, com 252 portarias publicadas. A adequação às normas do ZARC constitui exigência para o acesso do produtor rural às ao crédito rural, ao Proagro e à PSR.

Além disso, foram firmados acordos de cooperação técnica com as universidades Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) é uma unidade da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), dando-se continuidade ao desenvolvimento do Seguro Mapa Web, sistema que permitirá ao produtor solicitar a subvenção diretamente ao MAPA.

Crédito Rural e Outras Fontes de Financiamento

O principal instrumento de política agrícola é o crédito rural, que tem por objetivos o aumento da produção e da produtividade, a adoção de sistemas produtivos sustentáveis e o fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário, por meio das linhas de crédito de custeio da safra, comercialização e industrialização ou de investimento para a melhoria da infraestrutura produtiva, com ênfase na modernização da agricultura. Em 2017, foram aplicados R\$ 140,9 bilhões no crédito rural, o que representa um crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior. Quanto à finalidade, foram aplicados R\$ 81,97 bilhões em custeio, 28,04 bilhões em investimento, R\$ 25,09 bilhões para a comercialização e R\$ 5,86 bilhões para industrialização. Por região, os recursos foram distribuídos na proporção de 34% no Sul, 27% no Sudeste, 28% no Centro-Oeste, 7% no Nordeste e 5% na região Norte.

Em relação ao Plano Safra 2017/2018, referente ao período de julho de 2017 a junho de 2018, foram disponibilizados R\$ 188,3 bilhões para a agricultura empresarial, valor 3,4% superior à safra anterior. O volume de crédito destinado ao custeio e comercialização para a agricultura empresarial na safra 2017/2018 é de R\$ 150,25 bilhões, valor praticamente estável em relação à safra anterior, sendo R\$ 116,25 bilhões com juros controlados, mediante equalização com recursos do Tesouro Nacional, e R\$ 34 bilhões a taxas de juros livremente negociadas entre a instituição financeira e o produtor rural. Já o montante destinado ao investimento foi de R\$ 38,15 bilhões, um incremento de 12% em relação à safra anterior. O limite de financiamento de custeio é de R\$ 3 milhões por produtor, por ano-agrícola.

No Plano Safra 2017/2018, destaca-se a redução nas taxas de juros em relação à safra anterior, de 9,5% a.a. para 8,5% a.a. para o custeio e comercialização,

de 8,5% a.a. para 7,5% a.a. para investimento e de 8,5% a.a. para 6,5% a.a. para armazenagem e inovação tecnológica.

Cafeicultura Sustentável

O Brasil é o maior produtor e exportador de café. Em 2017, ano de bienalidade negativa, a safra de café foi estimada em 44,97 milhões de sacas de 60 Kg (Arábica e Conilon), apresentando uma redução de 12,5% em comparação ao ano anterior. As exportações de café atingiram US\$ 4,79 bilhões (-1,7% em relação a 2016), representando 5,4% do total das exportações brasileiras.

Em 2017, foram disponibilizados R\$ 4,89 bilhões nas linhas de crédito do Fundo de Defesa da Economia cafeeira (FUNCAFE), um incremento de 5% em relação ao ano anterior. Estas linhas destinam-se ao financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas, além da recuperação de cafezais. Para a linha de financiamento de custeio, no exercício de 2017 foi disponibilizado o montante de R\$ 1,01 bilhão.

Ademais, o Brasil desenvolve o maior programa mundial de pesquisas em café, com avanços significativos no melhoramento genético, biotecnologia e manejo de pragas, técnicas e equipamentos de pós-colheita.

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)

O Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) é parte da Política Nacional de Mudança do Clima, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima. O Plano ABC visa difundir o emprego de práticas sustentáveis na agricultura, com vistas à resiliência do sistema produtivo,

à geração de renda para o produtor rural e à redução das emissões de gases de efeito estufa na agricultura.

Destaca-se, no biênio 2016-2017, o financiamento de mais 2,2 milhões de hectares com as tecnologias do Plano ABC e a capacitação de cerca de 17.000 pessoas (entre produtores, técnicos, alunos e extensionistas e outros.) nestas tecnologias. Em relação à meta do PPA de promover a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD) em 4 milhões de hectares, no ano de 2016, foram financiados 1.362.597 hectares com a tecnologia Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). No ano de 2017, a quantidade alcançada foi de 305.449 hectares, que somados ao montante de 2016 chegam ao valor de 1.668.046 hectares.

Os valores aplicados nas linhas de financiamento do Programa ABC atingiram, em 2017, R\$ 15,1 bilhões, com 31,4 mil contratos firmados em 2.789 municípios, numa área superior a 8,4 milhões de hectares.

Cooperativismo e Associativismo Rural

Conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras relativos a 2015, constavam no Brasil 1.557 cooperativas de produção agropecuária, com 938.610 associados e 185.231 empregados. Em 2017, foram capacitados 3.478 profissionais em gestão de cooperativas e associações rurais. Somados aos 2.000 profissionais capacitados em 2016, foram capacitados nos dois primeiros anos do PPA um total de 5.478 profissionais, de uma meta de 7.000 para o período total do Plano. Também foram capacitados, em 2017, 1.358 produtores rurais em associativismo e cooperativismo, que são meios de organização da base produtiva.

Na área internacional, foi desenvolvida parceria com o país Cabo Verde, visando desenvolver o associativismo e o cooperativismo sob prisma da equidade de gênero, com fomento de iniciativas de empreendedorismo.

Produção de Biomassa Agropecuária

No âmbito do acordo de Paris, o Brasil apresentou o compromisso voluntário de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 e de 43% até 2030, em relação aos níveis de 2005. No mercado interno, a participação dos biocombustíveis é fundamental para o alto índice de renováveis na matriz energética brasileira.

Neste contexto, a partir do Plano Safra 2017/2018, o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Prorenova) se tornou uma linha de crédito permanente. O Prorenova é operacionalizado pelo BNDES, com custo de Taxa de Longo Prazo (TLP) mais taxas de financiamento, com 18 meses de carência e seis anos de prazo para pagamento.

Também foi sancionada a Lei nº 13.576/2017, que cria a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), com o objetivo de estimular a produção de biocombustíveis e prever incentivos fiscais e metas para redução da emissão de gases do efeito estufa. A nova Lei cria os Créditos de Descarboxinação por Biocombustíveis (CBIO), que possibilitarão transformar a substituição de combustíveis fósseis por renováveis em créditos no mercado de carbono.

Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis

Este objetivo abrange desafios relacionados à produtividade e competitividade do setor; à segurança alimentar, à sustentabilidade produtiva e ambiental, à inclusão social dos pequenos agricultores e daqueles de base familiar.

Em 2017, destaca-se o apoio a 45 regiões projetos de indicações geográficas ou marcas coletivas, totalizando 73 regiões trabalhadas no biênio 2016/2017. Estas ações estão relacionadas à imple-

mentação da metodologia ISDF - Identificação, Sensibilização, Diagnóstico e Fortalecimento.

No âmbito da Produção Integrada Agropecuária (PI-Brasil), existem hoje 28 cadeias produtivas normatizadas e aptas à certificação pelo Selo "Brasil Certificado". Em 2017, a área certificada expandiu-se em 2.798,6 hectares. Destacam-se as cadeias da fruticultura (maçã e morango), além da cultura do tabaco, principalmente na região Sul do Brasil. Ademais, foram capacitados 1.780 profissionais em PI-Brasil e na Produção Integrada de Frutas (PIF).

Transição Agroecológica e a Produção Orgânica e de Base Agroecológica

O Programa Pro-Orgânico visa apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica, promovendo o desenvolvimento, a capacitação, a adequação de marcos regulatórios e o fomento à produção e comercialização de produtos orgânicos. Em 2017, foram priorizadas as ações de controle, fiscalização e auditoria do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, quando foram registradas 20.050 unidades de produção orgânica controladas e 17.451 produtores orgânicos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, representando um incremento de 31,3% e 22,7%, respectivamente, em relação a 2016.

Agropecuária Irrigada

A irrigação sustentável, com o uso racional dos recursos hídricos, constitui importante fator de modernização da agropecuária brasileira, com reflexos econômicos, sociais e ambientais altamente significativos. As ações de fomento da agricultura irrigada incluem a promoção de capacitações, o financiamento à infraestrutura de irrigação e o apoio à

pesquisa, dentre outras. Em 2017, verificou-se um aumento estimado de 209,5 mil hectares de área irrigada pela iniciativa privada, totalizando 424,5 mil hectares no biênio.

Armazenagem e Abastecimento Alimentar

O Governo Federal dispõe de uma série de mecanismos para o abastecimento a distribuição, o suprimento e a comercialização dos produtos agrícolas. Conta, também, com a rede de armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a manutenção dos estoques públicos de alimentos.

Em 2017, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram lançados leilões públicos de subvenção para o escoamento de 8,71 milhões de toneladas de milho e 531,87 mil toneladas de trigo. Por meio de Contratos de Opção de Venda, em apoio aos produtores do MT, houve a incorporação de 859,5 mil toneladas de milho aos estoques públicos e garantia de guarda e conservação de produtos do pequeno e médio produtor.

Considerações e Perspectivas

O maior desafio a ser enfrentado pela agropecuária brasileira nos próximos anos será o de estimular o investimento em toda a cadeia produtiva, a fim de manter seu bom desempenho, competitividade, produtividade e padrão tecnológico, a despeito dos eventos climáticos, do risco de incidência de pragas e doenças, das barreiras sanitárias e das oscilações de mercado que se refletem no comportamento dos preços das commodities e insumos.

No plano externo, o Brasil figura entre os cinco principais exportadores mundiais de produtos agropecuários. Para ampliar ainda mais a participação brasileira no mercado mundial será necessário reforçar as ações de combate a barreiras tarifárias e não tarifárias junto aos organismos internacionais e aumentar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, além de buscar a formação de parcerias e novos acordos comerciais. Nesse sentido, foi lançada a “Estratégia de Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro de 2019 a 2022”, e o “Plano O Melhor do Agro Brasileiro”.

PROGRAMA 2021

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Em todo o mundo, inovações científicas e tecnológicas são desenvolvidas em busca de soluções para grandes desafios sociais, ambientais e econômicos.

O Programa 2021 tem como estratégia central a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e o estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia, ancorados em fundamentos macroeconômicos sólidos e com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente voltados à infraestrutura. Possui nove indicadores, sete objetivos, 27 metas e 55 iniciativas em seu escopo. Esclarece-se que, para a implementação e execução do Programa, estão envolvidos diversos atores para além do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), como Unidades de Pesquisa e Institutos, administração indireta, Ministérios setoriais, entre outros.

Assim, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, buscou-se fortalecer eixos estruturantes no Plano Plurianual, quais sejam: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e; iii) o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro. A agenda de C,T&I também está voltada à inclusão social e à redução das desigualdades sociais, podendo contribuir decisivamente com soluções criativas para a melhoria da qualidade de vida da população, seja por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais ou mediante a criação e disseminação de

tecnologias assistivas. Destaca-se, ainda, a crescente demanda pelo desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a construção de uma economia mais verde e sustentável.

Por fim, ressalta-se que, para dinamizar a produção científica e tecnológica nacional, a Política de C,T&I busca fomentar o fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas e privadas, integrar ICTs com o setor produtivo, estabelecer redes cooperativas de P&D, assim como articular e integrar os diversos órgãos e instituições que compõem o sistema nacional de C,T&I.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Ciência, Tecnologia e Inovação, destacam-se os seguintes: o número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país aumentou de 7.247 pedidos/ano em 2015 para 8.323 pedidos/ano em 2017; já a participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados passou de 2,57% em 2015 para 2,69% em 2016.

Quanto às principais metas do programa os destaques estão descritos nos tópicos seguintes, por Objetivo.

Fomento à geração e aplicação de novos conhecimentos

Esse Objetivo busca agregar valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do estímulo ao desenvolvimento de áreas

e setores fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para a criação de tecnologias.

O alcance desse Objetivo pode ser avaliado pelo atingimento das metas que o integram e que refletem resultados importantes, como o apoio aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), apoio à demanda espontânea a projetos, além do esforço em benefício da manutenção e ampliação de infraestrutura das Instituições de Ciência e Tecnologia.

Em 2017, por meio principalmente das Agências de fomento do MCTIC, destaca-se a celebração pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de 99 convênios e contratos com o objetivo de financiar pesquisas e desenvolvimento, sendo que destes, 53 são projetos não reembolsáveis direcionados a ICTs, seis são projetos não reembolsáveis destinados a empresas, por meio dos recursos de subvenção econômica, e 40 são projetos reembolsáveis realizados por operações de crédito. Somou-se a esse esforço, a contratação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 2.478 projetos, resultantes da seleção a partir de editais divulgados pela instituição, em particular o Edital Universal, o que resultou em um total de 2.577 projetos em 2017. Destaque para a nova rodada de aporte de recursos para os 113 projetos no âmbito dos INCTs. Cabe ressaltar que a maioria dos INCTs atingiu um grau de colaboração que potencializou a qualidade da pesquisa, de forma que os resultados alcançados foram maiores e melhores do que seriam alcançados pelo somatório das contribuições individuais isoladamente.

Em parcerias para a promoção e desenvolvimento do objetivo, vale citar a Chamada no âmbito do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), pelo qual foram contratados 32 projetos. O PELD apoia financeiramente uma rede de sítios de referência distribuídos nos diferentes biomas nacionais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que abrangem um amplo escopo de perturbações.

Importante mencionara criação do Centro de Síntese em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.

No que se refere às infraestruturas que propiciam a pesquisa, desenvolvimento e ensino, foram apoiados 75 projetos; desses, cerca de 36 receberam o aporte de R\$ 120 milhões relativos a contratações feitas em 2016 sendo estes recursos destinados à complementação de obras de infraestrutura, oriundos do CT-INFRA. Houve ainda a contratação de 39 novos projetos referenciados.

Pesquisas, Produtos e Serviços das Unidades de Pesquisa do MCTIC

Ampliar a infraestrutura institucional e a qualidade da produção nos Institutos de Pesquisa (IP) vinculados ao MCTIC é o que se busca por meio do desenvolvimento desse objetivo. Em 2017, 68 tecnologias foram desenvolvidas e aprovadas para transferência, nas Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTIC. A meta prevista para o final do PPA é de 179 tecnologias por ano.

Destaque-se o avanço do Projeto Sirius, que trata da construção e instalação de infraestrutura de quarta geração de anel de aceleradores de feixes de elétrons, tecnologia das mais modernas no mundo. Até dezembro de 2017, a obra civil encontrava-se em estágio avançado, com 75% de execução física. Também cabe registro nesse ano a intensificação da produção de componentes e dispositivos para o SIRIUS – como o sistema de alinhamento e posicionamento, as câmaras de vácuo, os ímãs, sistema de controle e diagnóstico, fontes e sistema de rádio frequência do anel de armazenamento, bem como *front-ends*, cabanas, espelhos e componentes das estações experimentais das linhas de luz a serem inauguradas em 2018.

O avanço no processo de expansão do Laboratório de Integração de Testes (LIT) do INPE é outro motivo de comemoração. Viabilizar a ampliação da capacidade do LIT para montar, integrar e testar satélites

de até seis toneladas e sete metros de dimensão máxima, e seu uso para apoiar P&D na indústria em geral é o que se busca por meio de uma atuação focada no cumprimento dessa meta. Atualmente o LIT é capaz de montar, integrar e testar satélites de até duas toneladas e quatro metros de dimensão máxima. O Laboratório atende às necessidades de qualificação de produtos das indústrias automobilística, de telecomunicações, de informática, de eletro-médicos e aeroespacial. A importância dessa ampliação, entre outros aspectos, diz respeito à pretensão brasileira de dar impulso à indústria de satélites no país, inclusive com novos satélites geoestacionários.

Por fim, destaca-se a realização da 13ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP em 2017, com um total de 18.240.497 de alunos inscritos, oriundos de 53.231 escolas do Brasil, distribuídas nos 5.545 municípios, o que significa que a OBMEP 2017 alcançou 99,57% dos municípios brasileiros. Esse avanço deve-se entre outros fatores à abertura à participação das escolas privadas de todo o Brasil. Contou-se com 4.394 escolas privadas inscritas e 48.837 públicas, perfazendo um total de 53.231 escolas.

P&D em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos

Os resultados alcançados nesse objetivo têm por finalidade a promoção do setor de TICs (segmentos de semicondutores e componentes, software e serviços de tecnologia da informação, equipamentos de processamento digital de informações, tecnologias de redes de comunicação e conteúdos digitais).

Foram apoiados projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em temas tecnológicos emergentes como Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, 5G e suas aplicações em temas transversais, como saúde, segurança, entre outros. Deu-se continuidade ao apoio a startups, à formação e à

capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de P&D em tecnologias digitais avançadas e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017.

Em 2017, foram ainda selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais, por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa StartUp Brasil, com um montante de investimento previsto de R\$ 10 milhões, totalizando até o momento 90 empresas no âmbito do PPA 2016-2019. Foram também firmados novos projetos internacionais de P&D em TICs, e firmado novo PPI visando integrar indústria e academia no desenvolvimento de tecnologias digitais emergentes.

Formação e Capacitação de Recursos Humanos voltados à CT&I

O investimento contínuo na formação e capacitação de recursos humanos para C,T&I, a partir da concessão de um variado portfólio de bolsas para serem usufruídas no país ou no exterior é o principal foco desse Objetivo. Este portfólio se caracteriza por bolsas que incluem estímulo à pesquisa, internacionalização, formação e qualificação de pesquisadores, iniciação à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A execução do conjunto das metas relacionadas a esse objetivo apresenta, ao longo dos anos, resultados significativos não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos em C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à P&D.

O desempenho do objetivo, por meio da execução agregada de suas metas, é bastante satisfatório, uma vez que a maioria destas teve um percentual de execução relativamente elevado, superior a 80%. Destaca-se o êxito alcançado na relação com parceiros empresariais, na concessão de bolsas, de forma a intensificar o processo de inovação

tecnológica decorrente das pesquisas em curso no país. Nesse sentido, destacam-se a concessão pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 17.740 bolsas-ano de mestrado e doutorado, 14.312 bolsas-ano de produtividade em pesquisa e de 39.678 bolsas-ano de iniciação à pesquisa no País.

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

Em 2017, várias ações foram consolidadas para promover a inclusão social a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, como por exemplo a implementação de projetos destinados à divulgação, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos; o desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas; a extensão tecnológica e a inclusão digital, sob o enfoque da inclusão social.

Foram feitas chamadas públicas para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2017, em parceria com o CNPq, resultando no apoio a 186 projetos, que atingiram o recorde de 1.231 municípios participantes.

Apoiou-se a realização de Feiras de Ciências: 5 feiras nacionais, 31 feiras estaduais/distritais e 71 feiras municipais, totalizando 107 projetos aprovados. Já em termos de realização de Olimpíadas Científicas, 14 projetos foram apoiados, sendo 13 de olimpíadas nacionais e um de olimpíada internacional.

Em termos de apoio a atividades de extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável, além do acompanhamento dos projetos já implantados, destaca-se o processo de seleção de projetos, com o apoio do MAPA e CNPq, a criação ou manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e do Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica, sendo apoiados 96 projetos.

Ressalta-se, ainda, o apoio a projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Caráter Socioeducativas e Sociotécnicas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) para os países da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), sendo apoiados 89 projetos.

Como resultado, foram alcançadas três das metas estabelecidas para este Objetivo: apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país, distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal; apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas; e apoiar 80 projetos de extensão tecnológica.

Promoção do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação nas Empresas

Para estimular a inovação tecnológica e prover suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica são utilizados instrumentos de incentivo à inovação nas empresas, tais como incentivos fiscais, subvenção econômica e financiamento.

No âmbito das atividades que corroboram para o atingimento deste objetivo, ressalta-se o esforço do MCTIC em 2017 para a regulamentação do novo marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. O aprimoramento das regras para viabilizar parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e o setor empresarial é o eixo estruturante do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

Entre 2006 e 2017, o número de empresas que solicitaram os incentivos previstos na Lei do Bem aumentou de 130 para 1.174, a renúncia fiscal passou de R\$ 229 milhões para R\$ 1,7 bilhão e o investimento das empresas cresceu de R\$ 2,2 bilhões para aproximadamente R\$ 9 bilhões. Considerando o

somatório dos investimentos e das renúncias praticadas nesse período, verifica-se que as empresas investiram R\$ 69 bilhões em PD&I e obtiveram benefícios fiscais de R\$ 13,3 bilhões. Importante frisar que os dados existentes não demonstram uma variação anual significativa no número absoluto de empresas beneficiadas, uma vez que os dados referentes a 2016 e 2017 ainda são preliminares. Por fim, destaca-se o lançamento do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Manufatura Avançada – ProFuturo, que tem como objetivo propiciar condições de acesso e inserção das empresas brasileiras no ecossistema de manufatura avançada, com suporte da ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento de cadeias produtivas de setores econômicos estratégicos e promissores para o País.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) realizou por meio das redes de extensão cerca de 130 atendimentos tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas; 23 projetos cooperativos foram contratados pelas redes de inovação e as redes de serviços tecnológicos realizaram mais de 400 mil ensaios e calibrações. Os atendimentos realizados contribuíram para o incremento dos atuais índices de inovação das empresas, colaborando para a promoção da inovação tecnológica nas empresas. Até 2016, foram 1,10 milhão de atendimentos, que, somados aos 411.628 alcançados em 2017, informa que a meta prevista no PPA, de 1,5 milhão de atendimentos, já foi alcançada.

Entre 2013 e 2017, o número de empresas instaladas nos parques tecnológicos brasileiros cresceu 38,7%, alcançando 1.347 empresas, já demonstrando a superação da meta estabelecida. Entretanto, torna-se importante considerar que o retorno de um parque tecnológico vai além dos aspectos financeiros e deve contemplar também seus efeitos sistêmicos, como instalação de novas empresas na região, produção e fluxo de conhecimento, empregos e impostos gerados.

Em 2017, foram apoiados 49 projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias

produtivas de energia, biocombustíveis, recursos minerais, tecnologias convergentes e habilitadoras (nanotecnologia, materiais avançados, manufatura avançada e fotônica), aeronáutica, defesa, energia nuclear e espaço, totalizando 99 empresas no período do PPA. A FINEP manteve, no exercício de 2017, o patamar de contratações para micro e pequenas empresas, efetivando 87 contratações via operações de crédito (indiretas/INOVACRED e diretas) e 16 novos contratos de investimento, totalizando, para o biênio 2016-2017, 235 novos apoios para este segmento.

Promover Políticas e Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Disseminar Dados e Informações em Áreas Estratégicas

As ações desenvolvidas no âmbito deste objetivo destinam-se a promover políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento e disseminação da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no País, em áreas como Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Em 2017, por meio de aditivo ao contrato de gestão existente entre a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e o MCTIC, apoiou-se a expansão do Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr). Essa expansão diz respeito à execução de um plano de trabalho que tem por objetivos: (i) o aprimoramento e a expansão da infraestrutura de dados espaciais (IDE) (ii) o desenvolvimento de funcionalidades que permitam aumentar a qualidade de dados exibidos na plataforma; e (iii) o auxílio ao aprimoramento da infraestrutura no que tange a modelagem de bancos de dados.

Registra-se, ainda, o apoio a outros projetos relacionados à biodiversidade, como o apoio à implantação, manutenção e ao monitoramento de redes de inventário da biota na Amazônia Legal, o apoio à pesquisa e desenvolvimento em serviços de

polinização, biodiversidade e relações com a agricultura para insetos polinizadores.

Em termos de apoio a novos projetos e ou à continuidade de Programas como é o caso do Proantar, vale citar a viabilização para Operação Antártica XXXVI do verão de 2017/2018 e a concessão de bolsas para execução das atividades científicas nos projetos XXXVI OPERANTAR. Nessa temática, destaca-se a realização da primeira expedição científica no ano de 2017 pelos arquipélagos oceânicos de São Pedro e São Paulo, Martim Vaz e Ilha da Trindade, sendo isso possível a partir do apoio do MCTIC.

No caso do Projeto *Prediction and Reserch Moored Array in Tropical Atlantic* (PIRATA), que completou 20 anos em novembro de 2017, o MCTIC e a Marinha do Brasil viabilizaram a substituição das oito boias nacionais. Atualmente, a rede se baseia em um conjunto de 18 boias, sendo 8 delas sob responsabilidade brasileira, na porção oeste do oceano Atlântico.

A Chamada Pública “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Ações Integradas e Sustentáveis que elucidem aspectos científicos, sociais e econômicos das Baías do Brasil para sua gestão sustentável”, lançada pelo CNPq, teve como objeto o apoio a projetos na temática, a fim de promover sinergia e complementaridade entre ações dos setores governamentais, acadêmicos, empresariais e da sociedade civil organizada envolvidos.

Foi apoiada encomenda tecnológica para o desenvolvimento de secador de alimentos a vácuo sem emissão de carbono que utilize a energia solar sob duas formas (fotovoltaica e térmica) para a

conservação e redução de perdas de alimentos. Essa tecnologia tem como público-alvo principalmente produtores rurais de pequeno porte. A encomenda terá duração de 12 (doze) meses e a contratação deve ocorrer em fevereiro de 2018.

Foi instituído, em 2017, o Prêmio Nacional na temática de “Métodos Alternativos à Experimentação Animal”, com o intuito de contribuir para a divulgação e difusão desta temática em diferentes setores da Sociedade brasileira. Manteve-se, ainda, o projeto “Plataforma Regional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais de Experimentação do MERCOSUL”.

Considerações e Perspectivas

Em linhas gerais, considera-se satisfatório o desenvolvimento do programa no período 2016/2017, tomando por base os resultados alcançados nos objetivos e metas programadas, a partir de esforços substanciais para uma melhor execução do proposto pelo Programa.

Ainda, a recente publicação do Decreto que regulamenta o marco legal de C&T traz novas expectativas ao setor e à política, vislumbrando-se um cenário favorável a importantes avanços tecnológicos e de produtividade para o país.

Destaca-se também, para o próximo exercício, a previsão da inauguração das primeiras linhas do Projeto Sirius, a ampliação de municípios e público participantes da SNCT, o aumento da participação na OBMEP, o incremento de transferência de tecnologias para a sociedade, a ampliação e o fortalecimento das cooperações internacionais, entre outros.

PROGRAMA 2024 COMÉRCIO EXTERIOR

As estratégias do Programa de Comércio Exterior refletem o compromisso do Governo Brasileiro em prol da abertura do comércio internacional, da desburocratização, do fortalecimento das instituições e da eficiência do Estado, e da recuperação econômica brasileira, por meio de políticas transversais que impactem a competitividade das empresas e a consequente construção de bases para a retomada de um crescimento sustentável e duradouro. Com esse conjunto de políticas, objetiva-se aumentar de forma considerável o alcance mundial dos bens, serviços e investimentos brasileiros e incentivar maior dinamismo e competitividade à produção nacional por meio de acesso estratégico a insumos, a bens intermediários e a tecnologias inovadoras.

A crescente abertura comercial e o aumento da concorrência externa impõem desafios ao Estado e ao setor produtivo brasileiro – o que reforça a necessidade de aprimoramento das condições internas de competitividade da produção e das exportações. O comércio exterior deve, assim, ser enxergado como pilar fundamental para o consistente desenvolvimento econômico e social do País, e não apenas como solução transitória para tempos de retração crítica do mercado doméstico. Dessa forma, deve integrar, de forma prioritária e concomitante, tanto as políticas públicas como a estratégia de negócios do setor privado.

Principais Resultados

O Programa procura estimular, por meio de políticas públicas, o aumento da competitividade brasileira no exterior, bem como maior simplificação interna relativa à gestão pública. O comércio exterior é considerado importante instrumento para o

desenvolvimento econômico do País e é pautado por esforços conjuntos de diversos órgãos da administração pública.

Em relação ao Sistema de Defesa Comercial brasileiro, o ano de 2017 foi conduzido pela expansão e renovação do arcabouço legal relativo à defesa comercial e pelo aperfeiçoamento tecnológico relacionado à plataforma de recebimento de pleitos, tornando mais transparente e acessível os mecanismos relacionados ao sistema de defesa comercial. Quanto ao fortalecimento da base exportadora, consolidou-se o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE).

No que concerne ao fomento à promoção comercial de bens e serviços brasileiros, investiu-se em melhorias no acesso às informações relacionadas ao comércio exterior. Em relação ao comércio de serviços, ocorreu a inclusão do setor na página do Vitrine do Exportador, objetivando dar maior visibilidade aos produtos desse segmento.

Outro projeto importante relacionado ao Programa foi a revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com investimentos congregados de todas as esferas públicas – federal, estadual e municipal. No tocante às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Os resultados obtidos em 2017, por conseguinte, acabam por consolidar o regime brasileiro de ZPE como importante instrumento de apoio às exportações e ao maior desenvolvimento produtivo nacional.

Um dos pontos cruciais para maior inserção do Brasil no mercado mundial é o acesso das exportações e investimentos brasileiros a mercados prioritários. Em 2017, atuou-se ativamente na conclusão e

implementação de acordos comerciais. Também foram observados diversos avanços no desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior.

A balança comercial apresentou superávit recorde em 2017 (US\$ 67 bilhões) devido ao aumento das exportações, superior ao incremento das importações, culminando também na maior corrente de comércio dos últimos três anos (US\$ 368 bilhões). Verificou-se aumento de 18% da exportação total de bens, comparado ao ano anterior, totalizando o montante de US\$ 217,2 bilhões. Do total apurado de exportações de produtos industriais, 37% referem-se a exportações da Indústria de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica.

Abaixo encontram-se mais detalhados os resultados das principais metas do programa, organizados por objetivo.

Sistema de Defesa Comercial Brasileiro

Em 2017, o aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial foi realizado por meio de duas frentes de trabalho: (i) a expansão e a renovação do arcabouço legal relativo à defesa comercial; e (ii) a implementação de melhorias no Sistema DECOM Digital (SDD). Publicou-se o Decreto nº 9.107/2017, com intuito de tornar os mecanismos de defesa comercial mais acessíveis e aplicáveis a todos os setores da economia, considerando a previsão, pela Constituição Federal, de tratamento favorecido e diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte. Já em relação ao SDD, em 2017 deu-se continuidade ao desenvolvimento das funcionalidades de envio e de análise em bloco, cuja conclusão ocorreu no segundo semestre, com a implementação dessas atualizações no ambiente de produção do SDD.

No âmbito das ações de defesa comercial, foram recebidas 26 petições de investigação de defesa comercial, número 13% inferior ao de 2016. No

mesmo período, foram iniciadas 18 investigações de defesa comercial, sendo 17 investigações de dumping e uma investigação de existência de subsídios, o que representa redução de 25% em relação a 2016, ano no qual foram iniciadas 23 investigações de dumping e 1 de existência de subsídios. Ademais, foram aplicadas 18 medidas de defesa comercial, quantidade 38% inferior à de 2016, quando foram aplicadas 29 medidas. Estavam em curso 19 investigações de dumping e 2 investigações de subsídios, quantidade inferior à de 31 de dezembro de 2016, quando estavam em curso 22 investigações de dumping e 1 de subsídios. Ressalte-se que os números de petições recebidas, investigações iniciadas e medidas de defesa comercial aplicadas referentes a 2017 são os mais baixos dos últimos 5 anos.

No tocante ao apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior, no mesmo período, acompanharam-se 42 investigações de defesa comercial contra exportações brasileiras, número 7% inferior ao de 2016.

Destaque-se, ainda, que os números acima refletem ações de defesa comercial relacionadas tanto a investigações originais quanto a revisões de medidas de defesa comercial. Se forem consideradas apenas as investigações originais, tem-se que, em 2017, foram recebidas 19 petições de investigações originais de dumping e de existência de subsídios, o que representa aumento de 72% em relação a 2016. Apesar disso, foram iniciadas apenas 8 investigações originais de defesa comercial, número 33% inferior ao de 2016. Por sua vez, foram aplicadas 10 medidas de defesa comercial resultantes de investigações originais conduzidas pelo Brasil, quantidade 29% inferior à de 2016.

Para fins de comparação com outros países, devem ser utilizados os dados disponibilizados pela Organização Mundial do Comércio – OMC. Ressalte-se que esses dados referem-se apenas a investigações originais, não incluindo, portanto, as revisões.

Deve-se destacar ainda que, até o momento, a OMC apenas disponibilizou dados de investigações de dumping e de existência de subsídios referentes ao período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2016. Analisando-se esses dados, verifica-se que, em 2016, o Brasil respondeu por 4% de todas as investigações originais de dumping e de existência de subsídios iniciadas no mundo, representando queda de 5 p.p. em relação a 2015. No tocante à aplicação de medidas antidumping e compensatórias, observa-se que tais medidas aplicadas pelo Brasil corresponderam a 7% do total de medidas antidumping e compensatórias aplicadas, em 2016, como resultado de investigações originais, representando queda de 9 p.p. em relação a 2015.

Instrumentos de Apoio Creditício Oficial às Exportações

O perfil da concessão de apoio creditício oficial às exportações tem passado por sensível alteração desde 2016, com redução no volume destinado às exportações de serviços de infraestrutura e aumento no apoio às exportações de bens no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações (PROEX) e das coberturas de risco concedidas pela União por meio do Fundo de Garantia das Exportações (FGE).

O valor das exportações apoiadas pelo PROEX-Equalização (aprovações) cresceu de US\$ 5,8 bilhões, em 2016, para US\$ 6,1 bilhões em 2017, o que ocorreu em paralelo à redução no dispêndio para os valores aprovados – de US\$ 176,7 milhões em 2016, para US\$ 140,1 milhões em 2017 – demonstrando melhora na eficiência dos gastos. No caso do PROEX-Financiamento, foi verificada redução do volume de financiamentos concedidos, que atingiram US\$ 367,7 milhões em 2017 ante US\$ 426,8 milhões em 2016. O número de empresas beneficiadas pelo PROEX-Financiamento foi elevado de 487 para 629 entre 2016 e 2017, superando a meta estabelecida, de 550 empresas.

Fortalecimento da Base Exportadora

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) constitui-se no principal instrumento para a difusão da cultura exportadora e ampliação do número de empresas que exportam nas cinco regiões do Brasil, com foco nas micro, pequenas e médias empresas.

Em 2017, foi lançado um portal de acesso público do Sistema PNCE. Nesse Portal, o empresário que desejar obter mais informações a respeito do PNCE poderá fazê-lo acessando o site www.pnce.mdic.gov.br. Além dessas informações, o sítio contém notícias sobre comércio exterior e eventos, que podem ser sugeridas pelos próprios parceiros.

Realizaram-se os lançamentos do PNCE nas sete Unidades da Federação que faltavam, com a correspondente formação dos Comitês Gestores Estaduais. As instituições participantes do PNCE promoveram missões comerciais na China, Chile, Estados Unidos, Itália, Peru e Portugal, bem como realizaram cursos e treinamentos pelo Brasil.

No exercício de 2017, foram realizados três Cursos Básicos de Exportação (Curitiba-PR, Ponta Grossa-PR e Rio de Janeiro-RJ), um Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte (São Leopoldo-RS) e oito Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior (Curitiba-PR, Londrina-PR, Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE, Belém-PA, Vitória-ES, Porto Alegre-RS e Brasília-DF).

De forma a fortalecer o PNCE, assinou-se Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a CNI para integrar o programa Rota Global do setor privado ao PNCE. A iniciativa disponibiliza consultoria completa para empresas cadastradas no Plano, com análise de perfil empresarial, desenho de estratégia de exportação e montagem de plano de ação para internacionalização. A ideia é atender

474 empresas de mais de 20 setores, entre eles, alimentos, bebidas e fumo, têxteis, confecções e calçados, farmacêutica e cosméticos, máquinas e equipamentos, móveis e metalurgia, em 17 estados brasileiros, para que elas façam a sua primeira exportação até abril de 2018. A parceria permitirá que a CNI receba apoio dos Comitês Técnicos do PNCE, coordenado pelo MDIC, que reúne 144 instituições nacionais e estaduais.

Adicionalmente, revitalizou-se a Série Aprendendo a Exportar, de forma a promover maior acessibilidade ao público e maiores ganhos relativos à organização setorial e a sistemas.

Fomento à Promoção Comercial de Bens e Serviços Brasileiros

A plataforma Invest&Export Brasil é um website que serve como “Guia de Comércio Exterior e Investimento”, de caráter essencialmente informativo. Em 2017, iniciaram-se discussões acerca do desenvolvimento de um aplicativo para uso do Portal Invest&Export Brasil em smartphones, com o intuito de tornar a navegabilidade mais fácil. Testou-se protótipo no final de 2017. O site registrou 754.643 acessos.

Outra ferramenta disponibilizada pelo MDIC é o AliceWeb, sistema de fornecimento das informações de comércio exterior que divulga as estatísticas brasileiras de exportações e importações, contendo dados a partir de janeiro de 1989. Em 2017, o Sistema foi mantido e contou com 316,8 mil usuários cadastrados, que foram responsáveis por 320 mil acessos no ano, sendo 33,4 mil acessos de usuários diferentes. O Sistema gerou 24,8 mil arquivos.

Criou-se ainda o ComexVis, uma ferramenta de visualização de dados que plota gráficos interativos das informações de comércio exterior, importante insumo para tomada de decisões tanto públicas

quanto privadas. Ao longo de 2017, foram adicionadas novas formas de divulgação de dados no ComexVis, a saber: principais produtos exportados e importados, municípios e setores da indústria por intensidade tecnológica.

Igualmente, foi criado o Siscoserv Dash, ferramenta que gera uma maior interatividade para as informações de comércio exterior de serviços. Em 2017, foram disponibilizados dados interativos por unidades federativas exportadoras, setores de serviços com maior densidade exportadora e principais serviços importados.

Ocorreu também a inclusão do setor de serviços na página eletrônica Vitrine do Exportador (VE), para dar maior visibilidade aos produtos desse segmento.

O apoio à revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus foi realizado, no ano de 2017, no valor de R\$ 150 milhões, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por oportuno, destaca-se também que o Poder Executivo Federal já autorizou a implantação de 26 ZPE no País, sendo a mais recente localizada no município de São João da Barra (RJ), no âmbito do Complexo Portuário de Açú, autorizada em dezembro de 2017.

A ZPE do Pecém/CE iniciou suas operações em 2016, com quatro projetos industriais destinados, direta e indiretamente, à produção e exportação de produtos semimanufaturados de aço. Os resultados obtidos em 2017 salientam a relevância do empreendimento, que foi responsável por cerca de 90% das exportações de produtos industrializados do Estado do Ceará no período. Ainda em 2017, foram iniciadas as obras para a expansão da área alfandegada da ZPE cearense, a fim de recepcionar novas indústrias nos segmentos de rochas ornamentais, calçados e vestuário, processamento de alimentos, e refino de petróleo.

Nesse sentido, destacam-se ainda os resultados obtidos pela ZPE do Pecém (CE) nas exportações de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, que representaram cerca de 48% das vendas externas do Estado em 2017 e foram fundamentais para o resultado total, superior a US\$ 2,1 bilhões, nas exportações cearenses em 2017. Este desempenho representou um incremento de 62,48% em relação ao valor exportado no ano anterior. Tal resultado, inclusive, consolidou o Ceará como o terceiro principal Estado exportador da região Nordeste do Brasil no ano de 2017. Ademais, a ZPE do Pecém (CE) possibilitou alterações qualitativas na pauta de exportação daquele Estado, haja vista a consolidação da indústria de transformação como principal responsável pelas exportações cearenses.

O início das obras de implantação da ZPE de Cáceres (MT), por sua vez, representou uma importante contribuição para os trabalhos até então realizados no sentido do fomento à instalação de projetos industriais com foco no mercado externo e que possibilitem maior agregação de valor à produção local, sobretudo de produtos do agronegócio. Assim, foram realizadas tratativas com representantes do agronegócio local, a exemplo de entidades do setor rural, de produtores de soja e milho do Estado do MT, no intuito de divulgar a ZPE do mato-grossense e suas oportunidades de investimento.

Do mesmo modo, registre-se as ações de promoção organizadas em 2017 também no fomento da ZPE da Parnaíba/PI, a exemplo do Seminário para produtores de soja e milho na região sul do Estado do Piauí; da ZPE de Ilhéus/BA, por ocasião da feira denominada “Bahia Farm Show” 2017, e da ZPE de Suape/PE, no evento denominado “Agrinordeste 2017”.

Por fim, vale ressaltar também as iniciativas, ocorridas em 2017, relativas ao aproveitamento das agendas institucionais do MDIC para divulgação aos potenciais investidores nacionais e internacionais, além de representantes da comunidade

diplomática estabelecidos em Brasília/DF, do regime brasileiro de ZPE e suas oportunidades de investimento. Como exemplo de tais iniciativas, destacam-se reuniões bilaterais com representantes da comunidade empresarial japonesa no Brasil, tratativas com representantes das Embaixadas do Japão, China, dos Emirados Árabes, do Escritório de Representação Econômico e Cultural de Taipei no Brasil, dentre outros.

Acesso das Exportações e Investimentos Brasileiros em Mercados Prioritários

Em 2017, atuou-se ativamente na conclusão e implementação de acordos comerciais, destacando-se: (i) Acordo de Complementação Econômica (ACE) Nº 72, entre MERCOSUL e Colômbia, firmado em 21 de julho, por ocasião da Cúpula de Mendonça; (ii) Assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) no âmbito do Mercosul, em 07 de abril de 2017; (iii) os Memorandos de Entendimento entre Brasil e Uruguai, bem como entre Brasil e Chile, a respeito de Certificado de Origem Digital (COD); (iv) entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio com o Egito, em setembro de 2017; e (v) assinatura do Protocolo de Compras Governamentais do Mercosul. Merecem destaque também as negociações com vistas à assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Ademais, houve significativa aproximação do MERCOSUL em relação à Aliança do Pacífico, com a realização da reunião de Ministros de Relações Exteriores e os Ministros responsáveis pelo Comércio Exterior dos dois Blocos, em que ficou estabelecido um Roteiro de Atividades (“Hoja de Ruta”) para integração comercial e um novo foro de diálogo periódico entre o Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL e do Grupo Alto Nível (GAN) da Aliança do Pacífico.

Ressaltam-se ainda as tratativas em curso com o Paraguai para o estabelecimento de acordo bi-

lateral automotivo entre as partes; a realização de rodadas presenciais com o México, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e União Europeia para aprofundamento das relações comerciais; e a conclusão positiva das tratativas do Protocolo de Compras no âmbito do Mercosul.

Sobre os mecanismos bilaterais, plurilaterais e multilaterais, esforços têm sido envidados para ampliar o acesso a mercados de países fora dos acordos. De especial destaque, relacionam-se a manutenção das negociações com União Europeia e México; a assinatura do Memorando de Entendimento que estabelece o Sistema Informatizado no âmbito do Sistema Global de Preferências (SGP) Rússia, permitindo que as mercadorias exportadas para a Rússia não aguardem muitos dias para sua liberalização na aduana, reduzindo custos operacionais; e as negociações para ampliação do acordo Mercosul-Índia.

Com vistas a adensar a relação com a China, considerada parceiro estratégico do País, foi assinado Memorando de Entendimentos na área de comércio eletrônico e um plano estratégico de ações conjuntas no setor de serviços.

Normas e Gestão do Comércio Exterior de Bens e Serviços

O Programa Portal Único de Comércio Exterior objetiva reformular os processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, ao estabelecer processos eficientes, harmonizados e integrados entre os intervenientes públicos e privados no comércio exterior.

Em março de 2017, o Novo Processo de Exportações foi lançado para operações realizadas no modal aéreo e sujeitas apenas ao controle aduaneiro. Posteriormente, ampliou-se o escopo para os demais modais de transporte e esse novo processo foi integrado ao Drawback Suspensão. Em dezembro,

as operações sujeitas ao controle administrativo de órgãos/entidades públicos foram abrangidas. Com tais medidas, 98,2% das operações de exportação, com base em valores de 2017, podem atualmente ser realizadas utilizando-se o Novo Processo de Exportações. Quanto ao Projeto Nova Importação, em 2017, finalizou-se o mapeamento do processo atual e o redesenho do novo fluxo de processo para as importações brasileiras. A proposta foi submetida a consulta pública e as contribuições estão sendo inseridas no projeto desenvolvido.

No que tange o aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), o sistema passou por correções pontuais para a manutenção do seu funcionamento. No início de 2017, no Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (EnaServ 2017), foi realizado o lançamento da primeira versão do Siscoserv Dash que tem como objetivo simplificar a visualização, a consulta e o uso dos dados de comércio exterior de serviços obtidos a partir das informações do Siscoserv.

Por meio da Resolução CAMEX nº 56/2017, foi publicado o Regimento Interno do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), que passou a conter um capítulo específico sobre conflito de interesses no âmbito do Comitê. Quanto à modernização das regras do Proex, destaca-se que o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu eliminar a lista intercompanhia de bens elegíveis a esse programa, tornando mais célere a aprovação de operações de financiamento do Proex nos casos em que exportador e importador fazem parte da mesma empresa. Cabe destacar que está em fase de consulta pública a 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior, instrumento de planejamento para auxiliar na identificação e organização de temas estratégicos que serão acompanhados pela CAMEX no biênio 2018-2019.

Controle Aduaneiro do Comércio Exterior

No ano de 2017, foram implementadas relevantes inovações na atividade aduaneira. O Programa do Operador Econômico Autorizado (OEA) - lançado em 2014 na modalidade OEA-Segurança e em 2015 na modalidade OEA-Conformidade - possui 175 empresas certificadas, as quais representaram, em 2017, 14,46% do volume total de comércio exterior. A última fase de desenvolvimento do Programa OEA, chamada de OEA-Integrado, que visa a incorporar outros órgãos de Estado que interferem no controle das operações de comércio exterior, lançou em dezembro de 2016 o projeto-piloto entre Aduana e Agricultura, que já concluiu 75% de sua implementação.

Já no que tange ao Portal Único do Comércio Exterior, o novo processo de exportação baseado na Declaração Única de Exportação (DUE) permite um melhor controle aduaneiro e tributário, devido à integração da declaração de exportação com as Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e). Essa integração também permitiu a extinção do “Memorando de Exportação” – conjunto de documentos que eram gerados pelo exportador para comprovação da operação junto aos fiscos estaduais – desburocratizando, com isso, o processo de exportar.

Outro importante avanço se deu com a implantação de uma nova ferramenta tecnológica, o Siscomex Remessa, que passa a controlar também as remessas postais internacionais, além das remessas expressas. Por intermédio deste sistema, as remessas postais internacionais passam a ser processadas 100% eletronicamente. O avanço permite o cálculo automático dos tributos, a seleção para fiscalização aduaneira baseada em critérios de gestão de risco, a liberação automática de remessas não selecionadas, trazendo maior agilidade e segurança na passagem das remessas. Além disso, mudanças

normativas permitiram a dissociação do regime tributário do modal expresso, a retirada de barreiras e a ampliação de limites de uso do Regime de Tributação Simplificada, o que vai ampliar o acesso das empresas ao comércio exterior, em especial das de menor porte, que tem maior dificuldade de acesso a mercados externos.

Considerações e Perspectivas

Os esforços empreendidos pelo Governo Brasileiro na agenda de comércio exterior apresentaram reflexos diretos no fluxo da balança comercial em 2017, que apresentou números históricos. A balança apresentou superávit recorde neste ano (US\$ 67 bilhões) devido ao aumento das exportações e das importações, culminando na maior corrente de comércio dos últimos três anos (US\$ 368 bilhões). Tal desempenho deve ser destacado, pois em 2016, o saldo aferido havia sido resultado de uma queda nas importações de 20% e também das exportações de 3,5%, em relação a 2015. Agora se nota uma retomada real da economia e sobretudo no comércio exterior brasileiro.

Sobre as vendas externas, apurou-se o montante de US\$ 217,7 bilhões, crescimento de 18,5%, pela média diária relativa a 2016. Já em relação aos volumes de exportações, 2017 terminou com recorde de 692 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 7,2% em relação a 2016.

Tal comportamento superavitário da balança comercial demonstra o papel fundamental do comércio exterior no desenvolvimento econômico e social do País. Com a perspectiva de continuidade da recuperação econômica brasileira, há espaço para evolução tanto na participação do comércio exterior no PIB brasileiro como em termos de participação do País no comércio internacional - aquém do tamanho da economia brasileira.

PROGRAMA 2078

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais e de vários ecossistemas marinhos, o País detém o maior número de espécies conhecidas, com grande variabilidade genética, além de ser referência mundial em percentual de áreas protegidas, com cerca de 18% do seu território coberto por Unidades de Conservação (UC) e 13% por terras indígenas.

O Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade tem como propósito enfrentar os seguintes desafios: redução da ameaça de extinção de espécies; ampliação do uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, com a repartição justa e equitativa dos benefícios; elevação da renda e promoção da inclusão produtiva das famílias que contribuem para a conservação da biodiversidade; regularização, no contexto ambiental, dos imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e ampliação da produção florestal e do número de unidades de conservação federais.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: o percentual da área de propriedades rurais cadastradas e em monitoramento no Cadastro Ambiental Rural atingiu a marca de 100% em 2017; o percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 4,35% para 19% entre jun/2015 e dez/2017 e o percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 42,45% para 54,56% entre dez/2014 e jan/2018.

A seguir, são apresentados os avanços nas metas mais importantes do programa, organizadas por objetivos.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as UCs Federais, no ano de 2017, promoveu-se a consolidação do SNUC por meio de programas e projetos, destacando-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). O ARPA apoia a consolidação e a manutenção de planos de manejo, ações de proteção e capacitação em 117 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 60,8 milhões de hectares (ha) em área. O GEF-Mar apoia a consolidação de 17 UCs federais e estaduais, que somam uma área de 1.703.933 ha, tendo como uma de suas metas expandir o sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas para, no mínimo, 5% ou 17,5 milhões de hectares do território marinho brasileiro.

Outros resultados de 2017 foram: (i) a elaboração de nove novos Planos de Manejo, totalizando 183 planos finalizados, bem como a publicação de norma que regulamenta a nova metodologia de aplicação; (ii) a criação de cinco novos conselhos gestores, resultando em 281 (86,7%) UCs com Conselhos Gestores instituídos; (iii) o aperfeiçoamento dos esforços e métodos de monitoramento de número de visitantes, alcançando 10,73 milhões de visitantes em 2017; (iv) a redução da área atingida por incêndios florestais em 16,3%; (v) a ampliação da regularização fundiária para 15,4 milhões de hectares; (vi) criação/ampliação de quatro UCs federais: Parque Nacional (PN) dos

Campos Ferruginosos (79.029 mil ha) - PA; PN da Chapada dos Veadeiros (ampliação de 180.611 ha) - GO; Estação Ecológica do Taim (ampliação de 22.033 ha) - RS; Reserva Biológica União (ampliação de 5.178) – RJ. Em relação à meta de aumentar de 40% para 60% a área das Unidades de Conservação avaliadas e cumprindo com seus objetivos de criação, em 2017 as áreas avaliadas apresentaram melhoria na sua efetividade de gestão, ultrapassando a meta prevista para todo o período (60%), alcançando 76,6%.

Outras propostas relevantes encontram-se em fase final de discussão, como a criação de uma unidade para proteção da Ararinha Azul na região de Curaçá - BA, com aproximadamente 50.000 ha, bem como a Área de Proteção Ambiental (APA) e o Parque Nacional (PARNA) Boqueirão da Onça com, respectivamente, 505.478 e 346.659 hectares.

Conservação do Meio Ambiente por Meio da Elevação de Renda e Inclusão Social e Produtiva

Ao longo de 2017, o Governo Federal procurou desenvolver iniciativas visando o fortalecimento e o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais.

O desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade ocorre por meio de investimentos em gestão do conhecimento, mediante a publicação de cadernos orientados para a população extrativista e para o técnico extensionista. Nesse sentido, foram elaborados 30 novos cadernos que se somam aos demais já produzidos.

A ampliação da Política de Garantia de Preço Mínimo da Sociobiodiversidade (PGPMBio) permitiu a introdução de uma política relevante para os grupos que dependem dessa subvenção. O Selo da Sociobiodiversidade foi outra estratégia com avanço, posto que suas regras ficaram disponíveis para consulta na internet.

Em 2017, o Programa Bolsa Verde (PBV) realizou o pagamento de benefícios a mais de 48 mil famílias. Outras iniciativas voltadas à superação dos desafios ambientais e sociais das áreas abrangidas foram adotadas, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), formando mais de 2.000 pessoas e promoção de capacitação sobre inclusão produtiva para 100 lideranças comunitárias residentes em UCs federais.

Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado

Em 2016, foi publicado o Decreto nº 8.772, possibilitando o início da implementação da Lei nº 13.123/2015. Adicionalmente, houve a instalação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB). No mesmo ano, foi concluída a primeira etapa do desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN), principal ferramenta para a implementação da Lei nº 13.123/2015. Por meio desse Sistema, os usuários podem realizar o cadastro das atividades de acesso e remessa, a notificação de produto acabado e de material reprodutivo, bem como efetivar a repartição de benefícios.

Em 2017 foram implementados: (i) a Secretaria Executiva do CGEN; e (ii) as novas funcionalidades do SISGEN necessárias para que pesquisadores e empresas possam cumprir as obrigações legais relacionadas às atividades de acesso ao patrimônio genético nacional e aos conhecimentos tradicionais. Além disso, em 2017, foram capacitadas mais de 2 mil pessoas no âmbito do Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios, por meio de palestras ministradas e cursos organizados para os três principais públicos de usuários do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) na

sociedade civil, a saber: setor empresarial, o acadêmico e os detentores de conhecimentos tradicionais associados (povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares).

Ainda em 2017, houve avanço no detalhamento, planejamento e discussão do Projeto Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) Cadeias Produtivas de Fitoterápicos.

Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por Meio dos Instrumentos do Código Florestal

De acordo com dados do Boletim Informativo do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SICAR), de 31 de dezembro de 2017, já foram declarados mais de 4,7 milhões de imóveis rurais, que correspondem a mais de 430 milhões de hectares, desde a implantação do Cadastro Ambiental Rural em 2014.

Em 2017, foram cadastrados mais de 32 milhões de hectares, bem como disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios e, para o público em geral, os de consulta e relatórios públicos. Atualmente, 20 Estados e o Distrito Federal optaram por utilizar os módulos do SICAR e sete estados operam com sistema próprio, efetuando integrações com o SICAR. Ao longo do ano, foi disponibilizado ainda o Módulo PRA (Programa de Regularização Ambiental) do SICAR, que permite a elaboração da proposta simplificada de adesão.

Produção Florestal Sustentável e Conhecimento Sobre as Florestas

O Brasil possui aproximadamente 493,5 milhões de hectares (58% do seu território) cobertos por florestas naturais e plantadas - o que representa a segunda maior área de florestas do mundo. As florestas públicas representam cerca de 312 milhões

de hectares no País – o que corresponde a 37% do território nacional. As políticas públicas convergentes para o fortalecimento de uma economia florestal sustentável têm o poder de contribuir para um crescimento econômico sem degradação. Embora o setor florestal brasileiro tenha evoluído nas últimas décadas, ele ainda se encontra muito aquém de suas potencialidades.

Nesse contexto, a caracterização tecnológica de madeiras brasileiras é uma ação fundamental para oferecer ao mercado novas opções de madeiras. Dessa forma, busca-se caracterizar 40 espécies no período 2016-2019. Em 2016, dez espécies da Caatinga foram caracterizadas. Já em 2017, foram realizados estudos em mais dez novas espécies de madeira, totalizando 20 espécies caracterizadas.

A ampliação da oferta de florestas públicas para concessões florestais é outra ação que busca assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento da economia florestal local. Ao longo de 2017, foram realizados a contratação de estudos que estruturam as concessões florestais e o aperfeiçoamento do marco regulatório dessas concessões, além de audiência pública prévia à publicação do edital para concessão do lote II da Flona do Jamari (33 mil ha). Ademais, estudos preparatórios de condições logísticas, de infraestrutura e precificação para concessão na Flona do Amapá (250 mil ha) foram concluídos e validados.

Até 2017, registram-se 1,02 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável, representando a realização de 29,14% da meta pretendida para o período do PPA.

Quanto à ação de inclusão de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis, foram realizadas diversas atividades com pequenos produtores rurais, agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, totalizando 61.284 pessoas atendidas ao longo

de 2017, e 110.128 no biênio. Além disto, o SFB apoia dois convênios do Edital Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) 01/2015, com a finalidade de recomposição de áreas de preservação permanente (APP-hídrica), para produção de água em regiões metropolitanas.

Outro instrumento para a geração de conhecimento sobre as florestas brasileiras é o Inventário Florestal Nacional (IFN). Em 2017, foram efetivados seis contratos na região do Cerrado que totalizaram uma área inventariada de 33,8 milhões de hectares. No caso da Amazônia, houve dificuldade inicial de contratação, decorrente de impugnações dos Editais por parte de conselhos de classe e empresas por razões diversas, o que resultou em área inventariada na região de apenas 1,3 milhão ha. Encerrou-se o ano de 2017 com um acréscimo de 70 milhões ha com coleta de dados concluída. Ao total foram inventariados 215 milhões de hectares.

Redução da Ameaça à Extinção de Espécies da Biodiversidade Brasileira

Os principais fatores de pressão sobre a biodiversidade brasileira, em especial de ameaça às espécies em risco de extinção, são a perda de habitat, a sobre-exploração das espécies para as quais se tem uso e a presença de espécies exóticas invasoras.

Para minimizar esses fatores de pressão, em 2017 foram realizados: (i) retorno da vigência dos efeitos da Portaria nº 445 (Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção); (ii) instituição de Grupo de Trabalho para definir medidas de conservação e gestão complementares para as espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção; (iii) promulgação da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), por meio do Decreto nº 9.080; (iv) aprovação da Resolução conjunta Brasil/Argentina sobre o Plano de Ação

para a Conservação e Manejo das Baleias e seus Habitats no Atlântico Sul e assinatura do Memorando de Entendimento para a Conservação dos Tubarões Migratórios (*MoU Sharks*); (v) aprovação, junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente, do projeto para a conservação de espécies ameaçadas de extinção no valor de US\$ 13 milhões para a recuperação de 290 espécies criticamente ameaçadas de extinção; (vi) aprovação junto ao GEF do projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da caatinga, pampa e pantanal, com orçamento de aproximadamente US\$ 5,7 milhões; (vii) realização da 2ª Edição do Prêmio Nacional da Biodiversidade; (viii) elaboração da proposta para a revisão dos Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero (BAZE); (ix) aprovação e publicação do Plano Executivo do Revimar (Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha); (x) elaboração do documento base sobre áreas marinhas protegidas relativo à Meta 11 de Aichi; (xi) aprovação pela Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP) das propostas de ordenamento pesqueiro para budiões, guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) e bagre-branco (*Genidens barbatus*); (xii) criação de Grupos de Trabalho visando o manejo local da pesca nas regiões de Abrolhos e Costa dos Corais - Projeto TerraMar"; (xiii) coordenação do desenvolvimento final do "Documento de Origem do Pescado – DOP"; (xiv) realização da Missão Exploratória de Moçambique no âmbito do Acordo de Cooperação Brasil/Moçambique; (xv) lançamento e publicação da Operação Primatas, como estratégia de conservação das 15 espécies de primatas nativas do Brasil criticamente ameaçados ou em perigo de extinção; (xvi) realização do Simpósio Internacional Biodiversidade para Alimentação e Nutrição; (xvii) publicação do livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro" para a Região Centro-Oeste; (xviii) lançamento da versão demonstrativa do Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade; e

(xix) disponibilização de curso *online* sobre biodiversidade para alimentação e nutrição.

Com relação à meta de ampliar de 500 mil para 2 milhões o número de registros de ocorrência de espécies visando à disponibilização de conhecimento sobre a biodiversidade para a sociedade, em 2017 foi atingida a marca de 1,82 milhões de registros. No âmbito da meta de integrar, harmonizar e padronizar as informações de gestão do uso da biodiversidade nas 27 unidades da federação, considerando que a meta trata da disponibilização de sistemas eletrônicos de controle, de modo a viabilizar a integração, harmonização e padronização das informações relacionadas à gestão dos recursos da flora e da fauna silvestre *ex situ*, pode-se afirmar que a mesma ocorreu da forma esperada no ano de 2017.

Considerações e Perspectivas

O Programa apresentou 63% das metas atingindo o grau de “concluídas” ou “com andamento adequado”. Destacam-se, a seguir, alguns desafios que devem ser enfrentados.

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as Unidades de Conservação Federais, tem-se que aprimorar as ferramentas de mensuração da efetividade de gestão das Unidades de Conservação (UCs). No que se refere à ampliação da regularização fundiária nas UCs federais, os desafios são: a implementação da Medida Provisória nº 809/2017; a regulamentação da aplicação dos recursos de conversão de multa; e a divulgação dos mecanismos de compensação de reserva legal.

Quanto à ampliação de UCs Federais dotadas de Planos de Manejo, é necessário dar continuidade a processos que envolvem projetos de cooperação e compensação ambiental, além de seguir atuando em prol da eficiência e efetividade das metodologias de trabalho para a elaboração dos planos de manejo.

Em relação ao aumento de visitantes anuais nas unidades de conservação federais, dados referentes ao primeiro ciclo de monitoramento do atual PPA registraram um crescimento de 3%. No ano de 2018, ações de capacitação das unidades devem ser realizadas.

Quanto à redução da área atingida por incêndios florestais até 2019 nas UCs federais, tem-se como principal desafio a continuidade do esforço institucional em melhorar a estrutura das UCs para uma rápida resposta aos eventos de incêndio, bem como o apoio às ações de prevenção.

Em relação ao cumprimento do objetivo de regularização ambiental dos imóveis rurais, busca-se migrar a infraestrutura tecnológica que abriga o SICAR para o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), além de diversas ações de interoperabilidade e integração de sistemas. Outras ações são a disponibilização e execução da operação assistida do módulo de análise do SICAR para todo o Brasil; apoio à elaboração e envio das propostas simplificadas de adesão ao PRA; o monitoramento dos termos de compromisso de adesão ao PRA; a implantação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA), dentre outras.

Ao longo do PPA vigente, devem ser ainda reforçadas ações de manejo florestal. As ações possuem como público-alvo principal os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas. O SFB deverá produzir, consolidar e disponibilizar informações sobre florestas regularmente, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor florestal.

Para o objetivo de conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva, o Programa Bolsa Verde (PBV), em 2017, possuía cerca de 50 mil famílias recebendo o benefício.

Quanto às ações de inclusão produtiva em 15 unidades de conservação de uso sustentável federais, territórios de povos e comunidades tradicionais e

da agricultura familiar, será dada ênfase em 2018, à capacitação com enfoque em inclusão produtiva para as comunidades de reservas extrativistas do Maranhão, Piauí e Tocantins. Com relação ao Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), estima-se a publicação de Decreto que institui o Plano no início de 2018.

Para 2018, há previsão de realização de atividades relacionadas às políticas de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS). Busca-se, assim, implementar o Portal Brasileiro de ABS; o Sistema de Inteligência e Rastreabilidade; a versão 2 do SISGEN. Além disso, objetiva-se garantir condições de funcionamento e segurança do SISGEN; remessas de patrimônio genético ao exterior e; notificações de produtos acabados. Ainda em 2018, está previsto o início da execução do projeto GEF-Cadeias Produtivas Sustentáveis, que tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de cadeias produtivas usuárias de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

Algumas discussões sobre a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros estão sendo retomadas com o

órgão responsável pelo fomento à atividade pesqueira, e estas demandas devem ser priorizadas em 2018.

No que se refere ao objetivo de reduzir o risco de extinção das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais, estão previstas, para 2018, o início da implementação do Projeto Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) Pró-Espécies e a continuidade da atualização da Lista de Peixes e Invertebrados Aquáticos Ameaçados de Extinção. No mesmo ano, o Brasil sediará a Reunião da Comissão Baleeira Internacional (CIB) com o objetivo de avançar nas iniciativas de conservação das baleias no Atlântico Sul.

Para o controle de espécies exóticas invasoras, há a previsão de que o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*) no Brasil seja publicado em 2018. Além disso, a Resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) com a revisão da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e, o seu Plano de Implementação, devem ser aprovados em 2018. Além disso, deverá ser realizada a oficina sobre espécies exóticas invasoras no âmbito do MERCOSUL.

PROGRAMA 2028

DEFESA AGROPECUÁRIA

O Brasil é um dos maiores produtores e fornecedores mundiais de produtos agropecuários, atividade que representa um peso significativo na balança comercial de nosso país. Entretanto, a competitividade das exportações brasileiras desses produtos depende, em grande parte, da credibilidade da defesa agropecuária brasileira, pois as questões sanitárias têm sido cada vez mais utilizadas como barreiras ao comércio internacional.

As maiores exigências são aquelas atinentes aos riscos à saúde pública, devido à possibilidade de transmissão de doenças de animais aos seres humanos e da ocorrência de intoxicações devido à presença nos alimentos de contaminantes como bactérias e fungos ou de resíduos de antibióticos ou agroquímicos além dos limites considerados seguros. São também de grande relevância os riscos de introdução e disseminação de zoonoses e pragas que prejudicam a sanidade e a produtividade dos rebanhos e plantações no Brasil. Dessa forma, são os desafios da defesa agropecuária brasileira: assegurar a sanidade de rebanhos e plantações, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária, a identidade, a rastreabilidade e a segurança higiênico-sanitária dos alimentos que chegam à mesa do consumidor.

A fim de superar tais desafios, o Programa Defesa Agropecuária do Plano Plurianual 2016-2019 está alicerçado no Plano de Defesa Agropecuária – PDA 2015/2020, que tem por objetivo otimizar e modernizar os serviços de defesa agropecuária do País. Também têm sido fortalecidas as ações de combate e erradicação de pragas e doenças que podem afetar a produção agropecuária nacional por meio do reconhecimento de áreas livres.

A modernização das ações de Defesa Agropecuária visa ao aperfeiçoamento da vigilância do trânsito

internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, da inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, da fiscalização de insumos e serviços utilizados na agropecuária, bem como à adoção de boas práticas e de sistemas de rastreabilidade e certificação.

Principais Resultados

No ano de 2017, deu-se continuidade à implementação do Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PDA), estruturado em seis eixos principais: Modernização e Desburocratização, Marco Regulatório, Conhecimento e Suporte Estratégico, Sustentabilidade Institucional e Financeira, Programas e Projetos Técnicos e Monitoramento e Avaliação.

No eixo de Modernização e Desburocratização, em 2017 foi concluído o trabalho de consultoria que elaborou a Cadeia de Valor e o mapeamento dos Macroprocessos associados à defesa agropecuária e de suas unidades administrativas, visando à priorização de processos e serviços para futura melhoria e automação. Foi iniciado o processo de automação de procedimentos para os serviços a serem incluídos na Plataforma de Cidadania Digital do Governo Federal. O primeiro serviço a ser entregue à sociedade será a emissão de Certificado Veterinário Internacional (CVI) para animais de companhia (cães e gatos), com conclusão prevista para o início de 2018. Ainda em 2017, foram contratadas consultorias para o diagnóstico e a revisão de processos em Defesa Agropecuária e a implementação da gestão estratégica da Rede de Laboratórios Oficiais Agropecuários (Lanagro).

No eixo de Programas e Projetos Técnicos do Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PDA) foram elencados, dentre outros: Programa de Vigilância

em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteiras; Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose; Programa Nacional de Controle e Erradicação da Mosca das Frutas; e Programa de Modernização dos Laboratórios Agropecuários. Nesse sentido, foi contratada, junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), consultoria especializada para orientar metodologicamente a modelagem, a execução e o monitoramento dos 30 principais projetos estratégicos da defesa agropecuária.

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os avanços no índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal, que avançou de 83,85% para 86,48% entre dez/2014 e set/2017, e no índice de Não Conformidade de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal, que diminuiu de 59 para 37,56 violações em 10.000 amostras entre dez/2014 e dez/2017.

A seguir são descritos os principais resultados obtidos nas metas dos Objetivos do Programa.

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) visa à integração e modernização dos serviços nacionais, estaduais e municipais de defesa agropecuária em um sistema unificado como forma de ampliar o alcance, a abrangência e a efetividade de suas ações em todo o território nacional.

Foram estabelecidas, para o quadriênio 2016-2019, metas e iniciativas que, em seu conjunto, permitirão o realinhamento do SUASA, objetivando seu reconhecimento como um sistema de excelência na certificação e na garantia da qualidade dos produtos agropecuários, estabelecendo uma estrutura ágil e eficiente, que atue de forma participativa, integrada e corresponsável.

Em 2017, foram assinados aditivos aos convênios existentes no âmbito do SUASA com a finalidade de apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e de fortalecimento das ações de defesa agropecuária.

Ainda em 2017, foram implantadas novas funcionalidades ao sistema que levaram a uma maior integração das informações da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), um sistema de gestão de informações de interesse da defesa agropecuária e do agronegócio brasileiro em uma base de dados única. Dentre as novas funcionalidades, destacam-se: Banco de Dados Único (BDU) - Módulo administrativo de cadastros; Sistema de Gestão do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF) - Módulo de registro de produtos e seus rótulos com aprovação automática dos produtos padronizados; Gestão de Trânsito Vegetal (GTV) - Cadastros e Execução; e Sistema de Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) - Cadastros da cadeia produtiva e processos dos protocolos de rastreabilidade.

Para 2018, serão envidados esforços no sentido de revisar o Decreto nº 5.741/2006, que regulamenta o SUASA, tornando-o mais operacional. Haverá também atuação em prol da análise e aprovação do Projeto de Governança do SUASA. Espera-se, ainda, que novos convênios sejam celebrados com estados e municípios.

Sanidade dos Vegetais, Saúde dos Animais, Idoneidade dos Insumos e Serviços e Conformidade dos Produtos Agropecuários

Com relação à modernização das ações de Defesa Agropecuária, o Governo Federal executou as atividades programadas tendo conseguido obter a maioria dos resultados planejados para 2017.

Em 2017, foi atingida a meta de ampliação da zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) para 4.027.670

km2 do Território Nacional, com o reconhecimento pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) de mais 14 estados como livres da PSC. Para 2018, estão programadas supervisões para a verificação do cumprimento dos planos de ação dos demais estados, treinamentos para capacitação dos serviços veterinários estaduais em emergência zoonos-sanitária e a realização de estudos epidemiológicos.

A zona livre de febre aftosa com vacinação também atingiu sua meta, abrangendo 1,94 milhão de km2 do Território Nacional. Em que pese o cumprimento da meta física, deve-se aguardar o final das análises da OIE, para o reconhecimento internacional dos estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima como zona livre de febre aftosa com vacinação. Em função deste fato, o Brasil completa o processo de implantação de zonas livres de febre aftosa, com vacinação, em todo o território nacional. Quanto à ampliação da zona livre de febre aftosa sem vacinação (que corresponde atualmente ao Estado de Santa Catarina), foi estabelecida, no Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), a previsão do início da suspensão da vacinação em novas áreas a partir de 2019, iniciando-se pelo denominado Bloco I, integrado pelos Estados de Rondônia e Acre. Assim, o primeiro reconhecimento de novas zonas livres sem vacinação deverá ocorrer em 2020, sendo que o reconhecimento de todo o território nacional como área livre de febre aftosa sem vacinação tem conclusão prevista para 2023, quando se completará o processo de erradicação da doença em todo o país.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento dos mecanismos de autocontrole, encontram-se em fase de consulta pública os seguintes normativos: Regulamento Técnico de identidade e qualidade de Produtos Hortícolas, Regulamento de Registro no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Regulamento de Certificação Sanitária na exportação de produtos de origem vegetal.

Para 2018, está prevista a publicação dos normativos atualmente em consulta pública, além da revisão do Decreto nº 6.268/2007, que regulamenta a classificação de produtos de origem vegetal, objetivando à adequação dos procedimentos de controle à dinâmica da produção e comercialização desses produtos. Além disso, em conjunto com a Anvisa, foram concluídos os trabalhos de elaboração de Instrução Normativa Conjunta, definindo os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade aos produtos vegetais.

Os Programas de Avaliação da Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal vêm sendo executados, mostrando resultados dentro do esperado, considerando as ocorrências históricas de não conformidades observadas nas ações de fiscalização, bem como os riscos associados à segurança dos produtos.

Com vistas à elaboração de um programa de avaliação da conformidade específico para a cadeia produtiva do amendoim, foi realizada a sistematização das informações relevantes sobre a conformidade do produto e a identificação dos procedimentos de autocontrole adotados no processo de certificação para exportação do produto. Procedimento semelhante vem sendo adotado para o azeite de oliva e a farinha de mandioca, bem como para produtos de maior consumo, como o arroz e o feijão. Ressalta-se ainda que o programa de avaliação da conformidade de Vinhos e Bebidas se encontra em fase de levantamento dos requisitos visando à elaboração de norma de fiscalização com base em análise de riscos.

Os resultados do Programa de avaliação de conformidade de parâmetros físicoquímicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis (PACPOA) e do Programa Nacional de Controle de Patógenos (PNCP) relativos a 2017 serão publicados, após sua consolidação, no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal, disponível no sítio eletrônico do MAPA. Os resultados parciais de 2017 mostram detecções dentro dos níveis históricos observados, com índices de conformidade

de 98,73%, 82,79% e 60,69% de *Escherichia coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. em carne bovina, *Salmonella* spp. em carcaças de frangos e perus e *Campylobacter* spp. em carcaças de frango, respectivamente. Também foram realizados o controle e monitoramento de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola tem como meta erradicar a praga *Bactrocera carambolae* nos Estados do Pará, Amapá e Roraima, impedindo sua dispersão para outras partes do território nacional. A redução da praga no Amapá, em 2017 foi de 69,34%, enquanto os dados de densidade populacional em Roraima e no Pará indicam uma redução de 65% em relação ao período anterior. Vale ressaltar que as ações intensivas de educação sanitária e de monitoramento e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e suas partes nas fronteiras dos estados com a presença da praga, além da implantação de planos emergenciais, resultaram no controle da praga, prevenindo a dispersão da mesma para as demais unidades da federação. As ações também foram intensificadas no Estado do Amazonas, por se tratar de uma área considerada de alto risco de dispersão da praga devido às rotas de risco da BR 174 e Baixo Rio Amazonas. Também foi publicada a Instrução Normativa nº 28/2017, que estabelece os procedimentos operacionais para as ações de prevenção, contenção, supressão e erradicação da praga quarentenária presente *Bactrocera carambolae* (mosca-da-carambola). Ainda em 2017, iniciou-se a construção de um Programa Regional com vistas à erradicação da *Bactrocera carambolae* no Brasil, Guiana e Suriname. O projeto está sendo finalizado para ser apresentado a fontes financiadoras internacionais.

Quanto à execução dos projetos prioritários de modernização de infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), foram executados projetos de investimento em infraestrutura para atender a exigências voltadas à segurança do trabalho e outros

projetos de caráter essencial, totalizando 48% de execução dos projetos priorizados, no ano de 2017.

Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) é responsável pelos controles oficiais na exportação, importação e trânsito internacional de produtos de origem animal, vegetal e insumos agropecuários. O VIGIAGRO visa salvaguardar o Brasil quanto à introdução no território nacional de doenças e pragas que afetam os animais e os vegetais, impedindo o ingresso de mercadorias de interesse agropecuário que não atendam aos requisitos de sanidade, identidade e qualidade, além de evitar a exportação de produtos agropecuários que não atendam às exigências internacionais ou do país importador.

Visando à harmonização de procedimentos e à redução do tempo de liberação de cargas na fiscalização regular do comércio exterior de produtos e insumos agropecuários, foi concluída a revisão do Manual de Operações do VIGIAGRO, instituindo diferentes níveis de fiscalização com base no Gerenciamento de Riscos. O Manual foi publicado por meio da IN 39/2017.

Outra iniciativa de facilitação do comércio internacional seguro de produtos de interesse agropecuário é o Projeto Operador Econômico Autorizado (OEA), conduzido em parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRB). O OEA prevê um tratamento diferenciado na fiscalização de empresas importadoras e exportadoras que demonstrem um alto nível de confiabilidade. No primeiro semestre de 2018, o programa deverá ser formalizado por meio de uma instrução normativa, estabelecendo os critérios de admissibilidade e elegibilidade, benefícios a serem concedidos e demais regramentos para certificação das empresas.

A fim de construir soluções tecnológicas inteligentes que contribuam para a redução do tempo médio

dos processos de fiscalização no comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, encontra-se em desenvolvimento a Plataforma Tecnológica de Gerenciamento do Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários, em cooperação com a Universidade de São Paulo (USP).

Também foi assinado o Termo de Descentralizado de Execução (TDE) para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), contemplando a realização de projeto de pesquisa para levantamento de requisitos e prototipagem do sistema de gerenciamento do trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário, integrado ao Portal Único de Comércio Exterior, que irá evitar a repetição de inserção de dados e tratamento único no processo de exportação e importação.

Foi desenvolvida, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), a modernização e automação do processo de emissão do Certificado Veterinário Internacional (CVI) para animais de companhia (cães e gatos) que viagem com seus donos ao exterior, já com testes homologados e com início de operação previsto para o início de 2018.

Com relação ao projeto de Implantação do Centro Nacional de Cães de Detecção, junto ao aeroporto de Brasília, a estrutura foi construída em parceria com a administradora do aeroporto e a Receita Federal do Brasil (RFB), sendo considerada de primeira linha. Em relação às Brigadas de Cães de Detecção,

foram treinados e habilitados dois cães para o trabalho de fiscalização de bagagens e encomendas, com possibilidade de ampliação do número de animais em 2018. Para que esses dois cães estivessem plenamente aptos para o serviço, foram treinados seis cães no total. Há um contrato assinado para a manutenção dos animais, que inclui Médico Veterinário e alimentação adequada.

Considerações e Perspectivas

A sanidade vegetal, a saúde dos rebanhos e a eficiência dos sistemas de fiscalização buscam a garantia de inocuidade e a credibilidade dos produtos agrícolas brasileiros, que, se comprometida, pode resultar em sérios danos à saúde pública e à balança comercial brasileira, levando à redução das exportações e ao aumento do desemprego. Por essas razões é fundamental o aprimoramento da política de defesa agropecuária, que constitui capítulo de grande relevância na política agrícola brasileira.

Dentre os resultados importantes alcançados em 2017, destaca-se a aprovação, pelos Ministérios do Planejamento e Fazenda da Carta Consulta para obtenção de financiamento externo no valor de US\$ 195 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a implementação de ações do Plano de Modernização e Melhoria da Eficiência e Efetividade da Defesa Agropecuária Brasileira (PDA) a ser executado no período de 2019-2023. Espera-se que em 2018 seja firmado o contrato para início da execução em 2019.

PROGRAMA 2079

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

A política industrial é um instrumento com potencial para alterar os padrões e a estrutura produtiva de um país, por meio de ações pactuadas entre Estado, setor privado e sociedade civil, visando ao aumento da qualidade, da competitividade e da eficiência. Mais recentemente, a política industrial ampliou-se e incorporou questões sociais relevantes que se tornaram condição básica de sua formulação, principalmente em uma conjuntura econômica internacional baseada no conhecimento, na competição e na consolidação das cadeias globais de valor.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), ao longo de 2017, buscou apurar e priorizar suas ações de recuperação e fortalecimento da estrutura industrial e produtividade no Brasil, incrementando padrões e estruturas produtivas e integrando o setor público, privado e a sociedade civil.

Principais Resultados

No âmbito do extensionismo industrial, destaca-se o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), que em 2017 superou sua meta prevista de três mil atendimentos de indústrias, especialmente pequenas e médias, em todo o país, com o objetivo de aumentar a produtividade em pelo menos 20%. Os resultados alcançados pelas empresas participantes foram, em média: 52,3% de aumento de produtividade; 59,43% de redução de movimentação e 62% de aumento de qualidade.

No contexto do setor automobilístico, destaca-se o bom resultado na meta de ampliar o percentual anual de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Engenharia de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta, com resultados de até 4%.

Visando maior transparência, cumprimento de prazos e economia de recursos públicos na execução de obras da construção civil, em 5 de junho de 2017, o Governo Federal instituiu o Comitê Estratégico de Disseminação do *Building Information Modeling* (CE-BIM). No âmbito do CE-BIM foram criados o Grupo de Apoio Técnico e cinco grupos *ad hoc* (regulamentação, infraestrutura tecnológica, plataforma BIM, compras governamentais e capacitação de recursos humanos).

Destaca-se ainda que, no primeiro semestre de 2017, o InovAtiva Brasil foi selecionado como *benchmarking* mundial em inovação na política pública pelo Observatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Os indicadores do Programa mostraram estabilidade no período observado. O indicador relacionado ao desempenho dos setores de comércio e serviços no Total de Empregos Celetistas representava 67,40% das carteiras assinadas em dezembro de 2016 e passou para 67,64% em dezembro de 2017. Já a participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB, valor acumulado em quatro trimestres, registrava 73,1% em setembro de 2016, passou a representar 73,2% em setembro de 2017.

Abaixo podem ser visualizados os avanços nas principais metas do programa, organizados por objetivo.

Metrologia, Avaliação da Conformidade e Regulamentação Técnica

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), ganhador do prêmio *Global Regulatory Impact Assessment Awards* (RIA 2017)

do Banco Mundial, forneceu subsídios para a elaboração do Guia de Orientação para a Elaboração da Análise de Impacto Regulatório (AIR) em conjunto com a Casa Civil, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e as dez Agências Reguladoras Federais. No governo, ainda publicou o Regulamento Técnico da Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária por meio da Portaria Inmetro nº 20/2017.

No escopo da avaliação da conformidade dos produtos e serviços regulamentados pelo Inmetro, 72.614 empresas foram fiscalizadas e foi possível retirar do mercado quase 2,5 milhões de produtos irregulares, mais que o dobro do realizado em 2016. Destacam-se mudanças na vigilância de mercado, utilizando estratégias de inteligência com base em ensaios técnicos na investigação de denúncias, e não apenas verificação da presença ou não de selo de identificação da conformidade. O valor acumulado do número de modelos de produtos no mercado com selo de avaliação da conformidade até o fim de dezembro de 2017 é de 1.043.835, o que supera a meta do PPA de ampliar de 550.311 para 1.000.000 o número de modelos com selo.

Na metrologia legal, o Inmetro desenvolveu um projeto de certificação digital para instrumentos de medição de segurança, inicialmente voltado ao combate das fraudes eletrônicas em bombas de combustível. Foi criado, também, o Programa Nacional de Combate a Fraudes em Bombas Medidoras de Combustíveis Líquidos com vista a especializar agentes e tornar as ações de fiscalização mais precisas e efetivas. Foram verificados mais de 27 milhões de instrumentos de medição, tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial, em todo território nacional. Além disso, 26 mil estabelecimentos foram visitados para a realização de 813 mil exames da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica. Para garantir mais segurança nas estradas, foi realizada quase

1,6 milhão de verificações de cronotacógrafos e foram fiscalizados 355 mil veículos.

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, foi realizado um acordo de cooperação entre o Inmetro, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o MDIC para implantar um ambiente de testes e demonstrações para Cidades Inteligentes no campus do Inmetro em Xerém/RJ.

Inovação nas Empresas, Estímulo à P&D e Qualificação Profissional

Para a melhoria do ambiente de inovação, destaca-se o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação) e a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (que aprimorou a Lei da Inovação). Além disso, a aprovação do Art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cria a figura do “investidor anjo” e confere proteções adicionais frente à cobrança de dívidas contraídas pela empresa investida. Destaca-se também a edição da Medida Provisória nº 810, de 08 de dezembro de 2017, que alterou as leis de informática (Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991), que contribuiu para ampliação das modalidades de investimentos ao permitir aplicação de recursos em fundos de investimentos e em *startups*.

O InovAtiva Brasil, plataforma de capacitação para aceleração de negócios inovadores, já conta com mais de 33.200 empreendedores e 600 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), e recebeu mais de 8.400 projetos de *startups*, desde o seu lançamento, em 2013. São mais de 1.460 *startups* selecionadas de todas as regiões do País; e 648 chegando à etapa final de conexão (233 apenas em 2017), onde tiveram a oportunidade de apresentar seus negócios a investidores e executivos no *Demoday* InovAtiva. Acrescenta-se também 27 *startups* apoiadas pelo *StartOut*

Brasil, programa de inserção das *startups* brasileiras no mercado global. Considerando o número de *startups* conectadas a investidores e grandes empresas pelo Programa InovAtiva Brasil em 2016 (229) e em 2017 (233), e pelo Programa *StartOut* em 2017 (27), chegamos ao resultado acumulado de 489, ou seja, 81,5% da meta de conectar 600 negócios nascentes inovadores (*startups*) a investidores e grandes empresas no período de 2016 a 2019.

No âmbito do Programa *Innovate in Brasil*, programa que oferece atendimento customizado a empresas interessadas em investir em desenvolvimento de tecnologia no Brasil, foi publicado o Decreto nº 9.243, de 19 de dezembro de 2017, que instituiu a Sala de Inovação. Na vigência do PPA 2016-2019, até o momento somam-se 12 centros de P&D inaugurados no Brasil.

Quanto à propriedade intelectual, a Secretaria de Inovação (SIN/MDIC) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) desenvolveram as seguintes ações: Portaria Conjunta ANVISA/INPI nº 1, de 12 de abril de 2017, para processos de exame de patentes de produtos farmacêuticos; Instrução Normativa nº 70, de 11 de abril de 2017, sobre Transferência de Tecnologia, buscando simplificar o processo de registro e averbação de contratos; maior cooperação técnica internacional, por meio da implementação de novos projetos pilotos do tipo *Patent Prosecution Highway* (PPH) e avanços nas negociações do capítulo de Propriedade Intelectual entre MERCOSUL e União Europeia.

Fortalecimento e Desenvolvimento dos Setores de Comércio e Serviços

A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) do MDIC atuou, em 2017, no fortalecimento do Fórum de Competitividade do Varejo (FCV). Foram tratados temas prioritários como: (i) modernização das

relações trabalhistas, com enfoque para questões como terceirização, fortalecimento das negociações coletivas e trabalho intermitente; (ii) assinatura do Decreto nº 9.127, de 16 de agosto de 2017, de classificação do comércio varejista de supermercados e de hipermercados como atividades essenciais; (iii) articulação junto ao Banco Central e representantes do setor varejista para tratar meios de pagamentos com impactos sobre o varejo nacional; e (iv) colaboração no Plano Progredir, visando participação do setor varejista no eixo referente à intermediação da mão de obra.

Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MDIC, o Ministério do Trabalho (MTb) e a Fecomércio São Paulo para a publicação de uma série de cartilhas contendo esclarecimentos sobre relações trabalhistas para o setor produtivo.

A participação no Fórum E-Commerce Brasil, 2017 visou levantar os principais gargalos e entraves relacionados a comércio eletrônico para subsidiar a elaboração das recomendações da Estratégia Brasileira de Transformação Digital (EBTD), especialmente sobre “Transformação Digital da Economia”.

Destaque-se, ainda, o trabalho de revisão da versão 1.1 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e suas notas explicativas, realizado pela Comissão composta por representantes da SCS/MDIC e Receita Federal do Brasil (RFB/MF). A Nomenclatura propicia a harmonização de ações voltadas ao fomento empreendedor, à tributação, às compras públicas e ao comércio exterior. A importância estratégica da NBS poderá ser ampliada por meio de usos futuros do classificador como o registro na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e no programa de compras governamentais, gerando em ambas as perspectivas um relevante banco de dados acerca do cenário brasileiro de serviços.

Competitividade, Qualidade e Produtividade da Indústria Brasileira

O Programa Brasil Mais Produtivo (B+P) foi lançado em 2016 pelo MDIC juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a ABDI, contando com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SEBRAE), do BNDES e nos estados, por meio das Secretarias de Desenvolvimento e Núcleos de Arranjos Produtivos Locais (APL). De abril de 2016 a dezembro de 2017, foram realizados 7.177 cadastros diretamente no site do Programa (<http://www.brasilmaisprodutivo.gov.br/>), com demanda majoritária de empresas de pequeno porte dos setores elegíveis de Vestuário e Calçados; Alimentos e Bebidas; Moveleiro, e Metalmeccânico, em função da maior aderência desses setores à ferramenta de manufatura enxuta. A partir de abril de 2017, o B+P começou a ser ampliado com a realização de projetos pilotos em duas novas áreas: eficiência energética; e digitalização e conectividade.

No eixo eficiência energética, será incentivado o uso racional de energia e dos recursos de produção no chão de fábrica, conforme a ISO 50001. Em 2017, foi realizada a primeira reunião do Comitê Estratégico de Eficiência Energética para apresentação oficial dos resultados do piloto rodado em 48 empresas dos setores metalomecânico – ferramentaria; alimentos – cadeia do frio; têxtil – fios e tecidos; transformados plásticos – injeção e extrusão; cerâmica vermelha – blocos e telhas, e cosméticos.

No âmbito da abordagem convencionada de digitalização e conectividade para a Indústria 4.0, está sendo desenvolvida uma metodologia para gerenciamento remoto da produção por inserção de sensores e dispositivos. Isso propiciará o controle contínuo da linha de produção e a autossustentação dos princípios de manufatura enxuta.

Em 2017, foi finalizada e publicada no site da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) a 6ª edição do Catálogo de Oportunidades de Investimentos no Brasil, que divulga informações sobre projetos e obras públicas nas esferas federal e estadual para atrair potenciais investidores estrangeiros. A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (SDCI/MDIC) atualizou o conteúdo do Guia de Investimentos nos Estados no site da RENAÍ e publicou o Panorama de Anúncios de Investimentos do ano de 2016 e quatro relatórios de anúncios de investimentos trimestral. Estes materiais estão disponíveis em: <http://investimentos.mdic.gov.br/>. Na VII Reunião do Grupo China da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), a SDCI/MDIC apresentou estudo traçando um panorama da presença dos investimentos chineses no Brasil. Para 2018, pretende-se fazer a atualização da página da RENAÍ, tornando-a mais moderna e objetiva.

Em relação ao desenvolvimento industrial, foram apresentados estudos sobre a Lei de Informática, a Política de Desoneração da Folha e os principais incentivos existentes na economia brasileira vinculados ao setor industrial. Nesse trabalho, foram tratados tanto os gastos tributários publicados pela RFB/MF quanto os benefícios financeiros e creditícios associados à operação de fundos e programas públicos, por meio de metodologia desenvolvida pelo Ministério da Fazenda (SEAE/MF). Em 2018, pretende-se apresentar estudo com as boas práticas da agenda internacional em estratégias industriais modernas.

Em 2016, por meio de convênio celebrado com a ABDI, duas empresas foram contratadas para desenvolvimento da Plataforma BIM (*Building Information Modeling*), ferramenta para medir produtividade na indústria de construção civil, e para a elaboração de seis guias técnicos que auxiliam a implementação do BIM nas empresas, a serem disponibilizados nos portais da ABDI, MDIC e na Plataforma BIM. Em 2017, ocorreu o lançamento da Coletânea Guias BIM

ABDI-MDIC que contém informações orientadoras para as práticas de planejar, projetar (especificar-quantificar-orçar), contratar, fiscalizar e aceitar obras públicas ou privadas, em aplicações BIM, bem como outras informações necessárias para impulsionar o BIM no mercado brasileiro (<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ce-bim/guias-bim> e http://www.abdi.com.br/Paginas/bim_construcao_cadastro.aspx). Ademais, foi elaborado o Regulamento da Biblioteca Nacional do BIM (BNBIM), com os requisitos mínimos para a composição de objetos/*templates* BIM. Destaca-se que a Plataforma BIM foi desenvolvida e está em fase de testes, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2018, e seu Plano de Comunicação encontra-se em fase inicial de execução.

Quanto à difusão e ao monitoramento periódico do Regime de Ex-Tarifário, foram realizados os últimos ajustes programados no Sistema Eletrônico próprio para lançamento em 2018. Ainda, está sendo revista a forma de gestão do Regime com o intuito de simplificar procedimentos sem prejudicar a sua correta aplicação. Nesse sentido, destacam-se a desvinculação dos pleitos novos em relação à obrigatoriedade de análise prévia da Receita Federal (essa análise prévia passará a ser opcional) e a abertura das Reuniões do Comitê de Análise de Ex-Tarifários para participação de membros observadores da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Em 2015, foi aprimorado o marco legal de fiscalização de Processo Produtivo Básico (PPB), com a publicação da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 342, de 19 de novembro de 2015, que estabeleceu regra de proporcionalidade para casos de descumprimento do PPB. Em 2017, foi emitido o Parecer nº 00023/2017/CONJUR/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2017 (Parecer Técnico Referencial), que dispensou a análise individualizada dos processos de PPB.

Diversas iniciativas foram realizadas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnicas (ACT): preparação

para a 8ª Conferência Mundial da Água (ACT MDIC, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Agência Nacional de Águas - ANA); requisitos de sustentabilidade das compras públicas sustentáveis (ACT MDIC, Ministério do Meio Ambiente - MMA, CNI), e publicação de livro sobre o uso da água na indústria (ANA e CNI). Quanto à cooperação técnica em Produção e Consumo Sustentável, foram trabalhados os setores papel e celulose (Indústria Brasileira de Árvores - Ibá), material de limpeza (Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins - ABIPLA) e mobiliário (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário - ABIMOVEL). A maior dificuldade para o atingimento do Objetivo 12 de Desenvolvimento Sustentável "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis" das Nações Unidas tem sido a resistência do setor privado quanto à utilização de critérios de sustentabilidade nas compras públicas e aos custos da medida para os fornecedores.

Quanto à adaptação e à mitigação das mudanças climáticas, o MDIC participou ativamente do processo de elaboração da Proposta de Estratégia Nacional de Implementação do Acordo de Paris, sendo coordenador da Câmara Técnica da Indústria, no âmbito do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC). A respeito do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria, o MCTIC iniciou processo de atualização de sua política industrial para economia de baixo carbono com a criação do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono (CTIBC), em substituição à Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPI). Foi também elaborado um estudo, em conjunto com a CNI, com publicação prevista para o primeiro bimestre de 2018, cujo objetivo é avaliar a experiência do Plano Indústria e recolher recomendações do setor privado para seu aperfeiçoamento. Além disso, o MCTIC participou da elaboração do Plano Nacional de Adaptação (PNA) para apresentação na Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima na Polônia (COP-24) em 2018.

Registre-se a participação nas discussões sobre a lei geral de licenciamento ambiental e sobre o marco regulatório do setor elétrico (Consulta Pública nº 33, de julho de 2017, feita pelo Ministério de Minas e Energia - MME) e tributação do setor industrial na cadeia produtiva fotovoltaica; a promoção de mais investimentos em energias renováveis; a redução de custos de energia elétrica para o setor industrial, e a revisão de índices de eficiência energética de produtos. Além disso, foram realizadas ações na área de eficiência energética, tanto no âmbito do projeto de Cooperação Técnica com o Centro de Conservação de Energia do Japão (ECCJ) quanto na obtenção de financiamento para o Programa Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética (com recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL), que permitirá 300 atendimentos às empresas de pequeno e médio porte.

Na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), foi integralmente cumprida em 2016, a regulamentação dos níveis de preponderância de matérias-primas regionais de forma a viabilizar a aplicação de incentivos fiscais para a Industrialização. Em relação ao ano de 2017, foi identificado pela SUFRAMA um total de 13 novos empreendimentos industriais cadastrados nas Áreas de Livre Comércio (ALC).

Arranjos Produtivos Locais

Em 2017, o MDIC desenvolveu projeto, em parceria com Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para modernizar o Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL) e incluir novas informações, como o Banco de Dados desenvolvido por projeto entre MDIC e ABDI. Essa atividade deve ser concluída até 2018.

Foi realizada a Reunião Plenária do Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL), com destaque nos seguintes resultados: Projeto P&G (ABDI,

Petrobrás, BNDES e MDIC), realizado em cinco APLs de petróleo e gás, nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, para estimular a formação da governança local; linhas de crédito e seguridade especiais (Bradesco, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal), e atendimentos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em mais de 800 postos no sistema de inteligência setorial.

O GTP APL realizou a 8ª Edição da Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (CB APL), com tema central “APLs como Estratégia de Desenvolvimento: das condições necessárias às vantagens competitivas”, que contou com cerca de 500 participantes credenciados. O Grupo também participou da Comissão Organizadora do XIV Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e do XI Encontro do Comitê Temático Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (Rede APL Mineral).

Por fim, foi firmado Acordo de Cooperação entre o MDIC e a ABDI para o lançamento de Edital de apoio a quatro APLs que apresentassem os melhores projetos de inovação para Arranjos (<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/chamamentopublico>).

Considerações e Perspectivas

O ano de 2017 representou uma retomada das atividades e ações por meio do reforço das parcerias entre MDIC e os outros órgãos de Governo na busca da implementação de ações de incentivo ao desenvolvimento produtivo.

Assim, o MDIC continuará a envidar seus esforços ao longo de 2018 para desenhar ou aperfeiçoar políticas de intervenções rápidas, precisas, de baixo custo e realizadas em parcerias de modo a impactar a produtividade do setor produtivo.

PROGRAMA 2076

DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

O ano de 2017 confirmou a resiliência do setor de turismo, que, mesmo em meio a desafios econômicos e políticos, movimentou US\$ 7,6 trilhões, o que representou 10,2% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, sigla em inglês). Além disso, o setor é responsável por 292 milhões de empregos, o equivalente a um em cada dez na economia global.

No Brasil, o cenário não é diferente. Observa-se que, em 2016, a contribuição direta do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB) foi de US\$ 56,8 bilhões, representando 3,2% do total. Quanto ao nível de emprego no País, o setor gerou, em 2016, cerca de 2 milhões de empregos (tanto formais como informais), o que representa 2,8% do emprego total, de acordo com o WTTC.

Cabe destacar que o Brasil ocupa a 27ª colocação no Ranking de Competitividade de Viagens e Turismo 2017, um estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial. Em relação ao último relatório, divulgado em 2015, o País subiu uma posição no ranking geral. Dentre os países da América Latina, o Brasil possui a melhor colocação na lista, além de ocupar o primeiro lugar do mundo no quesito recursos naturais.

As políticas públicas de turismo, coordenadas pelo Ministério do Turismo (MTur), buscam criar condições para o aproveitamento do imenso potencial do País por meio de diversas ações de impulso ao setor, tais como: melhorias da base legal e do ambiente de negócios, investimentos, estímulos ao empreendedorismo, apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos, aprimoramento da qualidade da oferta turística, consolidação da inteligência competitiva e estímulo à inovação.

Assim sendo, o Programa 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo, que compõe o PPA 2016-2019, apresenta essas políticas, de modo a propor, dentre outras ações, a qualificação de profissionais, a conclusão de obras de infraestrutura turística e o aumento da entrada anual de turistas estrangeiros no Brasil.

Em 2017, o planejamento e a gestão do turismo no Brasil foram reforçados pelo pacote de medidas “Brasil+Turismo”, que tem a finalidade de melhorar as condições da cadeia produtiva do setor, de forma a aumentar o número de turistas nacionais e estrangeiros, contribuir para a melhoria da oferta e da qualidade dos destinos nacionais, proporcionar o desenvolvimento regional e gerar mais emprego e renda.

Principais Resultados

No ano de 2017, foi enviado o Projeto de Lei nº 7.413/2017 ao Congresso Nacional, que trata da atualização da Lei Geral do Turismo. O objetivo é adequar o principal normativo do setor à dinâmica atual da atividade turística e dirimir gargalos que impedem o desenvolvimento do turismo no Brasil. Com as alterações, melhorias no ambiente de negócios, inovação, desburocratização e fomento à pesquisa passam a ser objetivos da Política Nacional de Turismo. Dentre as atualizações, também está previsto o fortalecimento de parcerias público-privadas para desenvolver a atividade turística.

Outra iniciativa relevante foi a publicação da Portaria Interministerial nº 113, de 4 de maio de 2017, um normativo conjunto do MTur e da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPU/MP). O objetivo da Portaria é conferir melhor aproveitamento turístico de orlas, terrenos e imóveis

da união. A medida permite que, nestas regiões, sejam desenvolvidas atividades típicas do setor, como construção de marinas, hotéis e resorts.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, o Governo Federal atuou em parceria com as instituições financeiras públicas, promovendo a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos.

Foi realizado o credenciamento de oito instituições financeiras para atuarem como agentes financeiros do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR). Para essas novas instituições, o fundo transferiu recursos financeiros no valor de R\$ 66,7 milhões.

No que concerne ao cadastro de prestadores de serviços turísticos, foi desenvolvido o novo Sistema Cadastur 3.0, que tem o objetivo de disponibilizar serviço totalmente eletrônico ao usuário, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

Paralelamente à reformulação do Cadastur, foi implementada a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo. Uma ação importante foi a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2017 entre o Ministério do Turismo e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que visa à implantação integrada da fiscalização de prestadores de transportes turísticos por meio do compartilhamento de informações entre os órgãos.

Ainda no ano de 2017, foram envidados esforços para a criação da Câmara Temática de Turismo Responsável, bem como a formação do Grupo de Trabalho (GT) de Turismo Social, com a finalidade de elaborar as diretrizes para o tema no âmbito do Conselho Nacional do Turismo.

Destaca-se ainda a realização de campanhas voltadas à prevenção da exploração sexual de crianças e

adolescentes no turismo, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), nos períodos do Carnaval 2017, Dia 18 de maio – “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e dia 12 de outubro – Dia da Criança.

Ressalta-se, também, a formalização de parceria com a Universidade Federal do Alagoas (UFAL), para a execução do Projeto piloto “Tecnologia Assistiva e Internet das coisas” para promover a interação de pessoas com deficiência visual e auditiva a atrativos turísticos de forma autônoma e independente”.

Competitividade dos Destinos, Produtos e Serviços Turísticos

A cooperação entre municípios, regiões, estados e Governo Federal é fundamental para implementar de forma eficiente as políticas públicas de turismo. Nesse contexto, um dos instrumentos de gestão do Governo Federal é o Mapa do Turismo Brasileiro, implementado pelo Ministério do Turismo para identificar os municípios com real vocação turística ou aqueles impactados pelo setor, possibilitando que as três esferas de governo tenham mais conhecimento do território e possam atuar juntas para a convergência e integração de suas ações.

Portanto, o Mapa é um instrumento utilizado no recorte territorial para orientação da atuação no desenvolvimento de políticas públicas, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada. Em 2016, a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro passou a ser bienal, conforme Portaria nº 268, de 28 de dezembro de 2016. Em 2017, o Mapa foi atualizado e atualmente possui 328 regiões turísticas que abrangem 3.285 municípios, e está disponível para consulta no sítio eletrônico: www.mapa.turismo.gov.br.

Cabe destacar que, em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados diversos novos

projetos de apoio à infraestrutura turística, o que contribuiu diretamente para o aumento da competitividade e estruturação dos destinos turísticos.

No exercício de 2017, foram apoiados novos 909 projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasses de mais de R\$ 583,5 milhões. Além disso, em 2017 foram concluídas 1.099 obras. Somadas às 1.215 obras concluídas em 2016, foram assim concluídas 2.314 obras no biênio 2016-2017, superando a meta estipulada para o período do PPA de concluir 2.300 obras de infraestrutura turística.

O fortalecimento da Rede de Regionalização em âmbito estadual, e o estímulo à formação e ao fortalecimento das instâncias de governança regionais e municipais, ações destinadas ao fortalecimento do modelo de gestão descentralizada adotado pelo MTur, foram estimulados no ano de 2017. Assim, foram realizados Encontros Nacionais dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo.

No âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), desde sua criação, em 1995, até dezembro de 2017, por meio de financiamentos internacionais, foram formalizados aproximadamente US\$ 900 milhões em contratos assinados entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e, aproximadamente US\$ 500 milhões em projetos em preparação, totalizando uma carteira ativa de US\$ 1,4 bilhão, tendo em vista os investimentos dos recursos do financiamento e das contrapartidas nacionais.

Esses recursos são aplicados em projetos de planejamento estratégico e operacional dos destinos; fortalecimento da gestão, e acesso a mercados e gestão ambiental, de modo a apoiar a estruturação, gestão e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada, por meio de diversos instrumentos de convênios celebrados com os entes federativos. Os produtos finais são Planos

de Desenvolvimento do Turismo nas áreas de planejamento e gestão, fortalecimento institucional, marketing e gestão ambiental.

Outra ação relevante para a melhoria da competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos foi a implementação da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo, que já reúne representantes dos órgãos oficiais de turismo das Unidades Federativas, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e do MTur. O objetivo da rede é formar uma aliança entre atores públicos e privados para análise conjunta de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos conforme as expectativas e tendências dos mercados.

Pretende-se profissionalizar o marketing turístico nos destinos brasileiros e, conseqüentemente, melhorar o desempenho desses destinos no mercado. Deste modo, entre 2016 e 2017, quatro encontros presenciais da Rede foram realizados. Além disso, um sítio virtual foi disponibilizado e pode ser acessado em: www.turismo.gov.br/rede-de-inteligencia-de-mercado.html.

Paralelamente, o MTur vem construindo o Sistema de Informações Turísticas de Destinos, com vistas a reunir informações e imagens dos principais destinos nacionais e, com isso, aperfeiçoar a promoção do turismo nacional. Parte desse sistema, o calendário de eventos, já está à disposição dos turistas e dos destinos que desejam promover seus eventos turísticos no endereço: www.turismo.gov.br/agenda-eventos.

No que concerne à qualificação profissional, foram desenvolvidas ações nas seguintes linhas de atuação:

- Curso de Atendimento ao Turista – Brasil Braços Abertos 2017 (BBA 2017), por intermédio da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA), ferramenta tecnológica de domínio do MTur;

- PRONATEC TURISMO, focado em quatro linhas de ação (Empresa, Cidadão, Social e Desenvolvimento Local); e
- PRONATEC Turismo Voluntário, que trata da oferta de cursos a distância de forma voluntária por Instituições habilitadas pelo Ministério da Educação (MEC), destinados às pessoas acima de 15 anos de idade, conforme requisitos do Guia PRONATEC de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária de 160 horas.

Ao longo de 2017, foram qualificadas 17.938 pessoas para a cadeia produtiva do turismo. No biênio 2016-2017 foram assim realizadas 24.038 qualificações, superando a meta do PPA de qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo. Ressalta-se que o MTur, sistematicamente, empenha esforços para estruturação de ações que viabilizem a melhoria progressiva na qualidade dos serviços ofertados aos turistas, sejam eles nacionais ou internacionais.

Para 2018, somada à meta de qualificar 6.000 pessoas, estão previstos o lançamento da Política Nacional de Qualificação Profissional em Turismo (PNQT) e o lançamento do curso de Gestor de Turismo.

Por fim, foi implementado o Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade, lançado em janeiro de 2017. No início de 2018, serão enviados 102 alunos de cursos de graduação de instituições públicas para até três meses de treinamento no Reino Unido.

Promoção dos Destinos, Produtos e Serviços Turísticos Brasileiros

Desde 2016, o Ministério do Turismo e a Embratur vêm implementando estratégias para posicionar e promover de forma conjunta destinos brasileiros que celebrem os festejos juninos, de modo a transformar o São João em um produto turístico de destaque para o Brasil. Nesse sentido, diversas ações já foram

realizadas: oficinas e seminários; *press trips* (viagens de jornalistas e influenciadores digitais especializados); encontro de negócios; exposição em eventos; elaboração de matérias jornalísticas e publicações em redes sociais; elaboração de vídeos promocionais, e calendários nacionais de festejos juninos.

Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, a Casa Brasil exibiu a exposição Brasil Junino, que apresentou ao público manifestações culturais e pratos típicos desse produto cultural brasileiro: as festas de São João. Em 2017, foi a vez desta exposição divulgar o Brasil e realizar ações para a cadeia produtiva do turismo e imprensa em quatro capitais da Europa: Madri, Lisboa, Londres e Roma.

Ao longo do ano de 2017, a promoção do turismo doméstico foi focada nas regiões brasileiras. O início do ano contou com uma ação continuada da campanha de incentivo ao turismo à região nordeste, campanha essa que durou até o período do carnaval. Em seguida, foi a vez da região da Amazônia Legal, um dos biomas mais ricos em diversidade biológica do mundo com uma área que corresponde a cerca de 58,94% do território nacional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A ideia foi despertar o interesse na descoberta da biodiversidade e de novas experiências possíveis somente na Amazônia, já reconhecida pelo público internacional, mas ainda pouco visitada pelos brasileiros.

No meio do ano, uma nova campanha publicitária foi realizada, objetivando promover o turismo na Região Sul, tanto por seus aspectos naturais, quanto pelos registros deixados pelos imigrantes que ali se estabeleceram. No fim do ano foi realizada uma campanha com foco em um único destino: o estado do Rio de Janeiro.

Destaca-se a participação da Embratur em 13 feiras internacionais de turismo nos principais mercados emissores de turistas para o Brasil. Ressalta-se,

ainda, a realização de 29 eventos próprios de promoção e apoio à comercialização, e 26 apoios à captação e promoção de eventos.

Também foram realizadas três campanhas publicitárias com foco no exterior, sendo duas utilizando meios de comunicação tradicionais e uma totalmente *online*, a campanha “*Aquí se habla portunhol*”. As campanhas atingiram um total de dez países, localizados na América Latina e Europa. As campanhas foram focadas no público considerado formador de opinião, de modo a proporcionar uma estratégia mais bem alinhada aos objetivos da Embratur, além de focarem diretamente no público final por meio das campanhas online, permitindo maior poder de “viralização” nas redes sociais.

Nota-se que, para o monitoramento do resultado dos esforços de promoção do Brasil no exterior, é de fundamental importância o acompanhamento do número de turistas que entram no país. A entrada de turistas contribui para a geração de divisas no país, movimentando a economia e, consequentemente, gera benefícios sociais para a população. Avalia-se que o aumento no número de turistas em 2017 está de acordo com a perspectiva da Embratur. Durante o ano, entraram cerca de 6,8 milhões de turistas estrangeiros no Brasil. A entrada de divisas, oriundas da conta de turismo divulgada mensalmente pelo Banco Central do Brasil, totalizou US\$ 5,8 bilhões oriundas da receita cambial turística.

Em 2017, foi iniciada a realização do Estudo da Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil 2017, cuja apresentação dos resultados está prevista para julho de 2018.

Considerações e Perspectivas

O MTur está diligentemente trabalhando para tornar mais eficientes e acessíveis os serviços públicos ofertados aos cidadãos. Nesse entendimento, encontra-se em fase de conclusão o projeto de

desburocratização do procedimento de cadastro no Cadastur. Essa iniciativa visa entregar um serviço totalmente eletrônico ao usuário, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.094/ 2017.

Além disso, o novo Cadastur está integrado à Receita Federal e está em consonância com os demais programas do Governo Federal que objetivam tornar os serviços públicos mais eficientes, como a RedeSIM e a Plataforma da Cidadania Digital. O projeto está operando integralmente e tem facilitado o acesso ao cadastro por parte dos prestadores turísticos, estimados em 500 mil. Com isso, espera-se uma ampliação do número de prestadores de serviços turísticos cadastrados.

Nessa perspectiva, o novo sistema eliminará a necessidade de apresentação de documentos aos órgãos delegados, bem como reduzirá o tempo e o dispêndio de recursos para o cadastramento dos prestadores turísticos, ao permitir a efetivação do registro por meio da internet.

Para 2018, pretende-se efetivar a fiscalização, em parceria com os órgãos estaduais de turismo, dos prestadores de serviços turísticos em todo o território nacional. Além disso, almeja-se modernizar o projeto com a criação de protótipo de um sistema de fiscalização (art. 37, §3º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) que futuramente fará parte do Sistema Nacional de Cadastramento, Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (SISNATUR), nos termos do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

Em 2018, o Brasil participará de grandes eventos internacionais, que se configuram como excelentes plataformas para a promoção do turismo brasileiro, com destaque para a Copa do Mundo da FIFA na Rússia. Além disso, o MTur organizará e participará de eventos nacionais e internacionais com foco em atração de investimentos para projetos turísticos de várias regiões do País.

Está prevista, ainda, a publicação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022, o qual consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. É resultado do empenho integrado do Governo Federal com o envolvimento da iniciativa privada e do terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo,

sob a coordenação do Ministério do Turismo. O PNT tem como insumo básico o pacote de medidas Brasil+Turismo e destaca, no âmbito da gestão, os objetivos que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, e o incentivo à inovação e ao conhecimento.

PROGRAMA 2050 MUDANÇA DO CLIMA

Nos Planos Plurianuais Federais, o tema Mudança do Clima foi abordado diretamente pela primeira vez no PPA 2000-2003 como o programa 0475 – Mudanças Climáticas – cujo objetivo era “desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas”.

Para o PPA 2016-2019, o Programa 2050 – Mudança do Clima, traz um conjunto de objetivos que, de forma integrada com as metas e as iniciativas propostas, procura evidenciar a evolução do estágio de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A PNMC foi instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 2010. A política estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a serem adotados em relação à mudança do clima. Embora o Brasil não esteja vinculado a metas obrigatórias de redução pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC, doravante denominada Convenção do Clima), em linha com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, a PNMC declara um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas para 2020.

O Decreto nº 7.390/2010, entre outras ações, detalha os instrumentos da PNMC para cumprimento do compromisso voluntário brasileiro. Para efeito da regulamentação são considerados o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano

Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Emissões da Siderurgia. A PNMC ainda prevê planos para os setores de transporte (urbano e interestadual de passageiros e carga), saúde, indústria (transformação, bens duráveis, química fina e de base, papel e celulose, construção civil) e mineração.

Além do que foi previsto na PNMC, devem ser considerados os novos compromissos assumidos pelo País junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. Para atender ao desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, em relação a 2005, conforme apresentado na NDC, o Governo Federal buscará articular junto aos atores relevantes a efetiva mitigação e adaptação à mudança do clima por meio da implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos existentes.

Outro desafio a ser enfrentado consiste no desenho da estratégia de transparência e mensuração, relato e verificação (MRV), que deverá ser repensada com base nos novos contextos nacional e internacional sobre mudança do clima trazidos pela NDC e pelo Acordo de Paris, de maneira que se implemente uma ferramenta de transparência e divulgação de informações que permita o acompanhamento das principais ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, bem como facilite o acesso público à informação disponível.

Em matéria de adaptação aos efeitos da mudança do clima, em 2016 foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Adaptação, concluído no ano anterior, e que busca promover o desenvolvimento

nacional resiliente à mudança do clima, evitar e minimizar perdas e aproveitar possíveis oportunidades.

O financiamento de atividades que reduzam as emissões e promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima continua a ser realizado em conjunto pelo Fundo Clima, um dos instrumentos da PNMC, e pelo Fundo Amazônia. Outros investimentos e potenciais fontes de mobilização de recursos serão prospectados, em apoio à implementação dos compromissos assumidos pelo país.

Assim, o programa 2050 visa à continuidade e ao aprofundamento da implementação da PNMC e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção do Clima. Pretende-se que o efetivo cumprimento dos objetivos propostos possa levar o País a progredir em sua trajetória de mitigação e de adaptação à mudança do clima de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social.

Principais Resultados

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Mudança do Clima, destaca-se a taxa de desmatamento anual da Amazônia Legal, que reduziu de 7.893 km² em 2016 para 6.624 km² em 2017.

A seguir são descritos os principais resultados obtidos nas metas dos Objetivos do Programa.

Informação e Tecnologias para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

Na direção do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção do Clima, no ano de 2016 foi encerrado o projeto de cooperação técnica internacional que permitiu a elaboração, publicação e distribuição da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima (TCN – disponível em <http://sirene.mcti.gov.br/publicacoes/>).

Também em 2016, juntamente com a apresentação da TCN à Convenção do Clima, foi lançado o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE), que é um sistema computacional cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Encontram-se disponíveis no sistema resultados de emissões de 1990 a 2010, pertinentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões Antrópicas e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Esses resultados de emissões estão acessíveis no SIRENE por tipo de gás, por setor, por subsetor, por ano e por Unidade Federativa para os setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas.

Em 2017, o Segundo Relatório de Atualização Bienal do Brasil (BUR, em inglês) foi submetido à Convenção do Clima para Análise e Consulta Internacional (ICA). Além disso, foi elaborada a 4ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, o qual apresenta estimativas das emissões de GEE para até o ano de 2015.

No âmbito do Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), contribuindo para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão. Todas as publicações serão disponibilizadas no site do projeto no primeiro trimestre de 2018 (http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/opcoes_mitigacao/Opcoes_de_Mitigacao_de_Emissoes_de_Gases_de_Efeito_Estufa_GEE_em_SetoresChave_do_Brasil.html).

Na área de modelagem, foram realizados esforços para o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Dentre os avanços, destacam-se: (a) avanços na modelagem regional climática para geração de projeções da mudança do clima para a América do Sul; (b) evolução do modelo INLAND, que trata das interações superfície terrestre-atmosfera; (c) evolução da plataforma de modelagem ambiental espacialmente explícita (TERRA-ME); (d) o aprimoramento e calibração dos modelos de mudanças de uso da terra (LUCC-ME: *Land Use and Cover Change Modeling Environment*) e de emissões de gases do efeito estufa (INPE-EM); (e) o desenvolvimento do Modelo Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e do Modelo Regional do Sistema Terrestre Eta/NOAH-MP-INPE. Além disso, tiveram início os trabalhos para a realização de simulações (clima atual) e projeções de cenários futuros de mudanças climáticas com maior detalhamento sobre o Brasil, considerando os novos cenários de emissões chamados de RCPs (*Representative Concentration Pathways*), RCP 4.5 (cenário otimista) e 8.5 (pessimista) do IPCC no período de 1961 a 2100. Outra importante contribuição da área de modelagem foi a publicação da segunda edição ampliada e revisada do Atlas Brasileiro de Energia Solar, em colaboração com diversas universidades e centros de pesquisa.

Mitigação da Mudança do Clima e Adaptação aos seus Efeitos

Atualmente, o desafio dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento concentra-se no alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país.

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da Política Nacional de Mudança do Clima (19.625 km² para o período

1996-2005), verifica-se que a taxa anual de desmatamento caiu nos anos de 2016 e 2017, segundo dados do PRODES/INPE. Conforme estimado pelo sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.624 km² em 2017. Essas informações indicam que a taxa anual de desmatamento na Amazônia foi reduzida em cerca de 59% e 66%, respectivamente, em relação ao período de referência (1996-2005). Esses números indicam que a redução do desmatamento contribuiu para redução das emissões em 564.481.764 tCO₂e em 2016 e 626.312.610 tCO₂e em 2017, em relação ao período de referência considerado. Mesmo com o substancial resultado alcançado desde 2004 no âmbito do PPCDAM, o país ainda se encontra em um patamar distante da meta de 3.925 km² de desmatamento e redução final das emissões de 737.465.122 tCO₂e.

Para o Cerrado, a meta estipulada de redução de 40% em relação ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008 está mais próxima da situação mensurada pelo sistema do INPE (PRODES Cerrado), que detectou um desmatamento de 9.482 km² para o ano de 2015, última medição realizada.

Um modelo de governança dos referidos Planos foi formulado, unificando as instâncias de diálogo do PPCDAM e do PPCerrado e aumentando os espaços de interlocução com os estados. Uma governança unificada dos Planos cria um ambiente propício ao diálogo e à articulação entre as instituições, assegurando que as agendas se desenvolvam de forma integrada e inclusiva, com a participação de grande parte do Governo Federal.

O clima mais seco e as elevadas temperaturas durante 2017, evidenciando recorde de focos de calor da série histórica iniciada em 1999, impactaram a meta de redução de focos de calor provocados por incêndios florestais. Isso guardou relação direta com o aumento de 80,32% no número de focos de calor para a região de atuação das brigadas

contratadas. Entretanto, vale destacar que, apesar desse aumento, em 18 das 42 brigadas contratadas foi possível alcançar ou superar as metas de redução.

Do ponto de vista de ações de mitigação e adaptação do setor agrícola às mudanças do clima, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem implementando em todo o território nacional o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), em conjunto com os Grupos Gestores Estaduais (Planos Estaduais) e por meio de parcerias promovidas para este fim. Cálculos do total de GEE mitigado, obtidos de forma indireta, indicam que a implementação das atividades do Plano ABC possibilitou uma redução nas emissões de GEE de 24,75 milhões de tCO₂e (35,36% da meta de redução de 70 milhões de tCO₂e no período de 2016-2019) no período de 2016 e 2017.

Quanto ao desenvolvimento e implementação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), em 2013, o MMA delineou, em articulação com os Ministérios coordenadores dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, uma proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de GEE associadas às ações daqueles Planos. Essa proposta resultou no SMMARE, para o qual, em 2014, foram estabelecidas diretrizes e bases metodológicas.

Inicialmente, o SMMARE foi desenhado com base em uma lógica setorial para o acompanhamento dos Planos, no contexto de modalidade de mitigação BAU (Business as Usual). Porém, com a entrada em vigor do Acordo de Paris, para o qual a contribuição brasileira é para o conjunto da economia (*Economy Wide*), surge um novo contexto internacional e nacional que exige reorientar a abordagem relacionada à Mensuração, Relato e Verificação (MRV) das ações em mudança do clima.

Assim, a implementação do novo instrumento de transparência das iniciativas associadas à NDC deve considerar também as lições aprendidas e as lacunas identificadas no processo em curso anteriormente à entrada em vigor do Acordo de Paris. As ações iniciais referem-se à identificação de iniciativas de monitoramento e acompanhamento, além do alinhamento e coordenação com os parceiros institucionais para articulação da estratégia de atuação.

Sensoriamento Remoto do Desmatamento e Incêndios Florestais

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) será iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017.

O monitoramento do desmatamento da Amazônia Legal por sensor radar também evoluiu com a aquisição de novos computadores e o início da etapa de testes de detecção de desmatamento com imagens de radar orbital. No ciclo outubro de 2016 a abril de 2017, foram monitorados 250 mil km² por cinco vezes neste período, o que resultou na detecção de 7.775 polígonos de desmatamento (corte raso) com área maior que 3 ha, o que equivale a um total de 198.020 ha desmatados detectados. O ciclo outubro/2017 a abril/2018 iniciou-se com o monitoramento de 350 mil km² no mês de outubro e também novembro, devendo continuar

com este quantitativo por mais cinco vezes, o que corresponde aos meses de dezembro a abril. Cabe ressaltar que a área a ser monitorada é uma solicitação do IBAMA ao Censipam, podendo tal área ser alterada a qualquer momento.

Considerações e Perspectivas

A agenda de mitigação da mudança do clima apresenta como desafio o alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país (Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento – PPCDAm e PPCerrado).

Assim, deve-se considerar a nova fase dos Planos PPCDAm e PPCerrado, com horizonte 2016-2020, que busca orientar, entre outros, as ações governamentais e não governamentais para as áreas críticas/prioritárias para prevenção e controle do desmatamento, de modo que sejam atendidas as metas estabelecidas pela PNMC até 2020 e também preparar o país para atender a sua Contribuição Nacionalmente Determinada junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Ainda, conforme mencionado anteriormente, em matéria de adaptação à mudança do clima, em 2017 o Brasil continuou a implementar o Plano Nacional de Adaptação (PNA), estabelecendo diretrizes para realização de medidas adaptativas visando ao incremento da resiliência climática de 11 setores e temas: Agricultura; Biodiversidade e Ecossistemas; Cidades; Desastres Naturais; Indústria e Mineração; Infraestrutura (energia, transportes e mobilidade urbana); Povos e Comunidades Vulneráveis; Recursos Hídricos; Saúde; Segurança

Alimentar e Nutricional; Zonas Costeiras. Foi lançado o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PNA, que mostrou a realização de iniciativas em 96% das metas previstas.

Além disso, foi lançada a plataforma ADAPTACLIMA, que reunirá todo o conhecimento existente em adaptação à mudança do clima no Brasil, para facilitar o acesso e apoiar o planejamento de ações de adaptação à mudança do clima em todos os níveis de governo.

Em relação aos Objetivos 0540 (informação e tecnologias para mitigação e adaptação) e 1069 (sensoriamento remoto do desmatamento e incêndios florestais), importantes resultados foram alcançados com o aprimoramento e/ou desenvolvimento tecnológico de monitoramento de desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e no Cerrado, a publicação da Terceira Comunicação do Brasil à Convenção do Clima, o lançamento do SIRENE, o desenvolvimento de produtos e previsões específicos que apoiaram a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio-2016, e o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Em 2017, foi dado um passo importante na direção do desenvolvimento e implementação do projeto-piloto do sistema de monitoramento e observação dos impactos das mudanças climáticas (SISMOI), a partir do estabelecimento de um acordo de cooperação com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisas (RNP), instituição que será responsável pela coordenação e execução da implementação do SISMOI.

Por fim, de forma geral, as metas do programa apresentaram bom andamento, apesar de algumas apresentarem necessidade de ajustes. Além disso, diante das alterações trazidas pela NDC e pelo Acordo de Paris, deve-se avaliar a necessidade de revisão da caracterização do Programa que incorpore tais mudanças.

PROGRAMA 2052

PESCA E AQUICULTURA

O Programa Pesca e Aquicultura prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos na cadeia produtiva da pesca e aquicultura que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Assim, são objetivos do Programa Pesca e Aquicultura do PPA 2016-2019: estimular a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva; promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira; promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas; e promover a inclusão social da população envolvida na pesca e aquicultura.

O Programa Pesca e Aquicultura conta com ações implementadas pela Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca na Presidência da República e, no que concerne a atividades relacionadas à sanidade pesqueira e aquícola, também pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Principais Resultados

Segundo os últimos dados disponíveis da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador de produção da aquicultura no ano de 2016 foi de 580 mil toneladas, superando a de 2015, que foi de 574,2 mil toneladas. No que se refere aos indicadores de balança comercial, o Brasil exportou 52.268,63 toneladas de produtos pesqueiros e aquícolas no ano de 2017, o que representa US\$ FOB 275,5 milhões, e importou 409.477,73 toneladas no valor de US\$ FOB 1,4 bilhões.

O “seguro-defeso” ou seguro-desemprego do pescador artesanal é uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de “defeso”, são obrigados

a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. Para ter direito, o pescador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar.

A fim de combater o risco de fraudes no processo de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), encontra-se em discussão, no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais, a definição de medidas visando aprimorar a segurança do procedimento de cadastro do pescador profissional artesanal, com o objetivo de punir os fraudadores, exigindo a devolução dos valores recebidos indevidamente e garantindo o pagamento do benefício somente a pessoas elegíveis. O Sistema de Gestão do RGP (SisRGP) encontra-se em fase de migração para o domínio da DATAPREV, que procederá ao saneamento da base de dados e fortalecerá a eficiência e a segurança do sistema. Além disso, será construído um novo sistema, que substituirá o SisRGP para a categoria pescador profissional artesanal, que possibilitará o cruzamento de dados com outras bases governamentais de forma automática, além de estabelecer novas regras e procedimentos de cadastramento.

A seguir são descritos os principais resultados obtidos nas metas dos Objetivos do Programa.

Sanidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas

A promoção da sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas representa elemento chave para a melhoria da qualidade do pescado e o aumento da produtividade, na medida em que promove a redução de perdas devido ao decréscimo da mortalidade. A sanidade dos produtos pesqueiros, pelo controle de resíduos e contaminantes, também é

fator estratégico para o aumento da competitividade nacional e internacional do pescado brasileiro. Tornam-se indispensáveis investimentos para assegurar a consolidação de políticas estruturantes em sanidade de animais aquáticos tais como a Rede Nacional de Laboratórios da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária (AquaEpi), respectivamente responsáveis por análises laboratoriais oficiais e pela geração de inteligência epidemiológica.

Como avanços na execução da política pública para animais aquáticos em 2017, destacam-se: a segunda etapa de estudo de detecção de sete patógenos em cultivos de ostras (*Crassostrea gigas*) em Santa Catarina pela RENAQUA; a entrada em vigor do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo (Aquicultura com Sanidade), que tem por finalidade garantir a sustentabilidade dos sistemas de produção de animais aquáticos; a continuidade do projeto piloto em larviculturas de tilápia e tambaqui em RO, MT, PR e MG para prospecção de patógenos e elaboração de legislação de monitoramento sanitário de formas jovens; a finalização do Projeto de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em mionecrose infecciosa do camarão (TCP/INT/3501/ Brasil, China, Equador, Indonésia, México e Tailândia); a finalização do projeto de cooperação entre o laboratório Aquacen-Saúde Animal/RENAQUA e o laboratório do *Norwegian Veterinary Institute*, unidade de referência da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) que comprovou a expertise do laboratório nacional e permitiu o aprimoramento do diagnóstico de doenças virais emergentes de peixes tropicais; a definição do escopo funcional e apoio ao desenvolvimento do aplicativo Pec. Saúde Animal, bem como a disponibilização de conteúdo para aquicultores e profissionais da área acessarem informações sanitárias e realizarem comunicação com o Serviço Veterinário Oficial; o acompanhamento

da auditoria no Brasil para avaliação dos sistemas de controle na produção de pescado para exportação à União Europeia; a elaboração do Plano de Ação Nacional sobre Resistência Antimicrobiana e discussão sobre implementação dos planos operacionais na cadeia produtiva animal, incluída a aquicultura; a composição do Grupo de Trabalho sobre Aquicultura do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) que culminou na publicação de regulamentação sobre responsabilidade técnica do médico veterinário e do zootecnista na aquicultura, na elaboração de manual de responsabilidade técnica e em módulo para ensino a distância de profissionais da área de produção de animais aquáticos; as discussões de planos e ações estratégicas de prevenção do governo e setor produtivo para evitar a introdução e disseminação do Tilápia Lake Virus (TiLV); a missão de auditoria do sistema de certificação do pescado no Chile para assegurar que não haja a introdução no Brasil de patógenos exóticos pela importação de produtos daquele país; a elaboração de propostas de melhorias da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras no âmbito da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a inclusão de espécies aquáticas de interesse em saúde animal; além do diagnóstico situacional da piscicultura em Rondônia e elaboração de estratégias para o fortalecimento da sanidade de animais aquáticos no referido Estado.

Em 2017, o apoio da RENAQUA foi novamente expressivo. Foram realizadas 34.059 análises para a detecção de doenças e resíduos e contaminantes em peixes, ostras, mexilhões, camarões e demais animais aquáticos. Desse total, 1.918 foram análises químicas e de identificação e quantificação de algas nocivas como parte do monitoramento de resíduos e contaminantes. Para a detecção de doenças, foram executados 29.248 exames de biologia molecular, 2.157 de bacteriologia e 736 de parasitologia.

Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira

O Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros tem o objetivo de subsidiar a elaboração e a implementação das normas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O Sistema é estruturado em Comitês Permanentes de Gestão (CPG), Câmaras Técnicas (CT) e Grupos de Trabalho. Os Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas analisam proposições sobre temas específicos. Já os Comitês Permanentes de Gestão (CPG) são instâncias consultivas e de assessoramento para a definição de normas, critérios e padrões relativos ao ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Atualmente, o Sistema compreende nove CPG, sendo seis marinhos (Lagosta, Atuns e Afins, Demersais Sudeste/Sul, Pelágicos Sudeste/Sul, Camarões Norte/Nordeste, Demersais e Pelágicos Norte/Nordeste) e três continentais (CPG Norte, CPG Nordeste e CPG Centro-Sul). Até 2017, cinco desses CPG foram operacionalizados.

No ano de 2017, houve a formalização do Subcomitê Científico do CPG Norte e do Subcomitê Científico do CPG Pelágicos Sudeste e Sul; instituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de revisar e aprimorar o sistema de permissionamento de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil; estabelecimento dos períodos de proibição da pesca para o caranguejo uçá *Ucides cordatus*; adequação da norma de defeso do estado do Mato Grosso (Bacias hidrográficas Araguaia-Tocantins, Amazônica, Paraguai); definição de medidas de ordenamento para a safra da Tainha (*Mugil liza*) do ano de 2017; definição de medidas de ordenamento pesqueiro para o rio Mogi Guaçu na região de Cachoeiras de Emas, Pirassununga-SP; estabelecimento de medidas mitigadoras para a redução da captura incidental e da mortalidade de tartarugas marinhas por embarcações pesqueiras que operam na modalidade espínel horizontal de superfície, no mar

territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira e águas internacionais; definição de medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira na Costa Norte; estabelecimento de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento pesqueiro em águas continentais na região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental.

No âmbito dos Comitês são também discutidos os Planos de Gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Plano de Gestão é o documento que estabelece as diretrizes para o uso sustentável desses recursos e engloba um diagnóstico e propostas de ordenamento a serem aplicados nas Unidades de Gestão geridas. Existem atualmente três Planos de Gestão em execução, atinentes aos recursos sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), lagostas (*Panulirus argus* e *Panulirus laeviscauda*) e tainha (*Mugil liza*); três Propostas de Planos referentes a camarões, elasmobrânquios e cavalos-marinhos; e dois Planos em elaboração relativos ao recurso pargo (*Lutjanus purpureus*) e aos atuns e afins. Em 2017, iniciou-se a revisão dos planos da sardinha e da tainha; foi finalizada a proposta de Plano de Gestão para o pargo; e iniciou-se a elaboração do Plano de Gestão dos atuns e afins.

Na área pesqueira, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) tem como objetivo formular as ações de implantação de políticas e programas de inovação para o apoio ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro brasileiro. Firmado em 2014, o projeto teve continuidade em 2017. O Projeto engloba um total de 24 contratos, estando dois finalizados, 12 em andamento, oito a serem contratados e dois previstos.

Foi dada continuidade à implementação dos projetos de pesquisa contratados no âmbito da Chamada MCTI/MPA/CNPQ Edital nº 22/2015 "Ordenamento da Pesca Marinha". Esse projeto visa fomentar a

produção de conhecimento aplicado sobre o uso dos principais estoques pesqueiros marinhos da costa brasileira, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da pesca, com o intuito de subsidiar o ordenamento pesqueiro de forma sustentável; e implementar o Projeto “*Sustainable Management of Bycatch in Latin America and Caribbean Trawl Fisheries*” – Projeto REBYC – II LAC (Gestão Sustentável da Captura Incidental nas Pescarias de Arrasto da América Latina e Caribe), que visa reduzir a perda de alimentos e apoiar meios de subsistência sustentáveis, melhorando a gestão e a utilização sustentável da fauna acompanhante, transformando, dessa forma, a pesca de arrasto de camarão em uma pescaria sustentável.

Quanto à pesquisa, a atividade aquícola é também apoiada por meio do Projeto de Cooperação Internacional “Por um Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura” – UTF/BRA/084/BRA, decorrente do Termo de Cooperação Técnica firmado em 2011 entre o então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O Projeto encontra-se em implementação e está organizado em seis eixos estratégicos, envolvendo temática de cadeias produtivas, águas da União, sanidade, estatística, legislação e gestão. Quanto à produção técnica ao longo do Projeto, os 161 contratos geraram 523 Produtos Técnicos.

Produção Aquícola e Pesqueira Sustentável e Competitiva

O objetivo de estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva concentra suas ações em duas linhas de trabalho. A primeira é voltada à aquicultura continental e marinha brasileira, baseada em parcerias que visam fomentar a construção de viveiros escavados para a criação de peixes, camarões e

rãs, dentre outros. A segunda é direcionada ao uso sustentável das águas da União para a produção aquícola conduzida em tanques-rede (flutuantes), quando o Governo Federal autoriza a implantação de projetos de aquicultura em reservatórios, seja por cessão não onerosa para projetos sociais mediante chamamento público, seja por cessão onerosa por meio de procedimento licitatório.

Em relação à aquicultura em tanques escavados, foram firmadas parcerias com alguns municípios brasileiros, visando ao fomento da produção de pescado, desde a aquisição de patrulha mecanizada até a aquisição de ração para peixes.

A aquicultura em águas da União é a modalidade da atividade aquícola que mais cresce no Brasil. Desde 2007 até o momento foram entregues 3.855 áreas. Em 2017, foram licitadas duas áreas aquícolas no Estado do Mato Grosso do Sul, no reservatório de Ilha Solteira, que somam uma capacidade de produção de 112.000 toneladas de peixes por ano, devendo gerar cerca de 3.300 empregos diretos.

No que concerne à infraestrutura aquícola e pesqueira nacional, a atuação do Governo Federal em 2017 concentrou-se no apoio ao funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) existentes. Assim, o início do processo de concessão dos TPP, previsto para ocorrer em 2017, sofreu alteração e carece de estudos complementares, com vistas à concessão de pelo menos um Terminal. Em 2017, foi elaborado o Termo de Referência para o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regrado pelo Decreto nº 8.428/2015, com vistas ao chamamento público para a apresentação de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e jurídica que subsidiem a modelagem da concessão para a expansão, exploração e manutenção dos TPP.

Para a promoção do consumo interno de pescado, foi realizada a IV Semana do Peixe, que ocorreu no período de 1º a 15 de setembro de 2017 em todos

os estados brasileiros. Já no sentido de promover o pescado brasileiro no mercado internacional, representantes governamentais e do setor empresarial participaram de feiras internacionais como: Pavilhão Brasil Seafood Expo Global 2017, em Bruxelas, Bélgica; Feira internacional - Pavilhão Brasil Seafood Expo North America 2017, em Boston, EUA.

Considerações e Perspectivas

No âmbito do Programa Pesca e Aquicultura do PPA 2016-2019, merecem destaque os esforços para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, instituída pela Lei nº 11.959/2009, que tem como objetivos: o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura; o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

A estruturação da cadeia produtiva pesqueira abrange desde a captura até a comercialização, buscando melhorar as condições de pesca, de conser-

vação e de qualidade do pescado, de logística e de comercialização, garantindo ao pescador sustentabilidade social e econômica. Nesse ínterim, pretende-se avançar no desenvolvimento da cadeia de comercialização do pescado bem como na pesquisa pesqueira quanto aos aspectos biológicos das espécies, bem como na consolidação do Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, com vistas ao estabelecimento de regras de ordenamento para a otimização dos níveis sustentáveis de captura. Além disso, faz-se necessário o perfeito funcionamento do monitoramento, da pesquisa e da estatística pesqueira a fim de subsidiar as medidas de gestão a serem aplicadas na cadeia produtiva da pesca.

Já no que se refere à atividade aquícola, pretende-se ampliar o atendimento aos elos da cadeia, por meio de políticas públicas que permitam desburocratizar e destravar as licitações de áreas aquícolas, licenciamentos ambientais, impostos sobre a importação de matéria prima e equipamentos; ampliar as pesquisas necessárias ao desenvolvimento da cadeia produtiva; além de promover o enfrentamento das questões fundiárias e a garantia segurança jurídica visando atrair investidores.

PROGRAMA 2042

PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

O nosso modelo de agricultura, fortemente baseado em ciência e tecnologia, colocou o Brasil como protagonista de uma verdadeira revolução na produção de alimentos nos trópicos. Os benefícios conquistados pelos altos índices de produtividade da moderna agropecuária brasileira se refletem, no âmbito interno, na redução do impacto do preço dos alimentos, contribuindo, também, para a segurança alimentar da população. No âmbito externo, ao responder às demandas de mercados cada vez mais exigentes e competitivos, a agropecuária desempenha papel fundamental no crescimento econômico do país, na medida em que a exportação contribui para o saldo positivo da balança comercial.

Todavia, contextos mais desafiadores e dinâmicos exigirão respostas cada vez mais rápidas às demandas da sociedade por meio do programa temático “Pesquisa e Inovações para a Agropecuária”. O Programa pretende garantir a continuidade dos avanços no desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias e de sua incorporação pelo setor produtivo, além da ampliação do processo de inovação em bases sustentáveis. Dessa forma, o Programa estabelece uma agenda de desenvolvimento fortemente centrada na produtividade e competitividade do setor, na segurança alimentar da população e na sustentabilidade ambiental e inclusão social dos agricultores de base familiar.

Portanto, a construção de uma trajetória de longo prazo para o agronegócio brasileiro dependerá, necessariamente, da nossa capacidade de integrar e gerir sistemas cada vez mais dinâmicos, mutáveis e complexos. Por isso, são incorporados novos processos e arranjos para o aprimoramento da estrutura da pesquisa agropecuária brasileira, o fortalecimento e consolidação da atuação internacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa) e a gestão da inovação no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Principais Resultados

No que se refere à pesquisa agropecuária, dentre os principais avanços do Programa são incluídos os impactos sociais e ambientais das tecnologias desenvolvidas. Dentre os principais indicadores, destaca-se o desenvolvimento de 525 tecnologias, produtos e serviços no ano de 2017, sendo que o retorno dos investimentos foi de R\$ 11,05 para cada real aplicado na Embrapa. Além disso, foram gerados pelas tecnologias avaliadas 68.310 novos empregos em 2017.

Inovação na Agropecuária: Conservação de Recursos Genéticos e Promoção da Proteção de Cultivares e Desenvolvimento da Tecnologia

O Objetivo trata do incentivo ao melhoramento de espécimes de origem vegetal e animal; preservação de recursos genéticos; desenvolvimento de novas tecnologias em máquinas e equipamentos agropecuários; Big Data; dispositivos móveis e computadores, Drones e VANTs; além da modernização da infraestrutura das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS).

Como resultados, podemos destacar:

- Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa Agro informática viabilizando a realização do Congresso Brasileiro de Agro Informática (SBIAgro), considerado o principal evento científico da área de Informática aplicada à Agricultura no Brasil;
- Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa Sudeste, apoiando a pesquisas em

Pecuária de Precisão para controle de atividade de bovinos a pasto;

- Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com vistas ao desenvolvimento de projeto tecnológico em Agricultura de Precisão, voltado para a construção de uma plataforma para armazenamento de dados agrícolas, referentes à produção agrícola e suas operações de campo para tomada de decisões a partir da mineração de dados;
- Apoio à criação da Associação Brasileira de Agricultura de Precisão;
- Participação conjunta com o BNDES e MCTIC na formulação do Plano Nacional de *Internet of Things* (IOT).

Em relação às metas deste Objetivo, em 2017 foram protegidas 327 cultivares e em 2016 haviam sido protegidas outras 301. Assim, em 2017, ampliou-se o número total de cultivares protegidas para 3.438 cultivares. Desse modo, praticamente atingiu-se a meta estipulada de 3.440 cultivares protegidas para todo o período do PPA. Quanto à meta de aumentar de 170 para 200 o quantitativo de espécies incluídas no regime de proteção de cultivares, ao fim de 2017, 190 espécies podem ter suas cultivares protegidas pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).

Assistência Técnica e Extensão Rural Continuada

Esse objetivo busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira.

Foi finalizada a pesquisa que tinha por objetivo avaliar o perfil do médio produtor rural e coletar sugestões para melhoria dos serviços de ATER para esse público. Após a identificação da demanda, busca-se estabelecer projetos prioritários de ATER que atendam às cadeias produtivas identificadas em cada estado. Para tanto, já foram firmadas parcerias em forma de convênios e Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que viabilizarão o atendimento de 42.309 beneficiários e a implementação de 439 Unidades de Referência Tecnológica (URTs). Também foram capacitados 536 produtores, técnicos e estudantes, em agricultura irrigada, por meio de cursos de curta duração e dias de campo.

Conhecimento Científico e Tecnológico para as Inovações na Agropecuária

Este objetivo tem foco na produção contínua de conhecimentos científicos e tecnológicos visando à superação dos complexos desafios dos setores agropecuário, florestal, aquícola e agroindustrial, gerando benefícios econômicos e quanto aos aspectos social e ambiental para toda sociedade brasileira.

A Embrapa manteve 1.330 projetos em execução no ano de 2017, sendo alcançado o quantitativo de 491 resultados. Tais resultados podem ser associados a diversas áreas como adaptação às mudanças climáticas, mitigação da produção de gases de efeito estufa, agricultura de precisão, sistemas de produção agrícolas, nutrição e saúde e agricultura familiar, entre outras.

Soluções Inovadoras pelas Cadeias e Arranjos Produtivos da Agropecuária

A comunicação com os produtores rurais e demais atores da sociedade tem sido alvo da atenção da Embrapa na busca pela incorporação de suas

soluções tecnológicas, produtos e serviços no ambiente produtivo. Este objetivo visa à construção de parcerias, transferência de tecnologia, capacitação de agentes multiplicadores, produtores rurais e extensionistas.

Em 2017, o rol de parcerias avançou com a celebração de 378 contratos ou acordos sobre Direito de Propriedade Industrial e Melhoramento Genético, envolvendo parceiros nacionais e internacionais. Como em 2016 haviam sido estabelecidos 537 contratos, somando-se aos 378 contratos firmados em 2017, resultando em 915 contratos desde o início do período do PPA 2016-2019. Foi também aberto espaço para a construção de parcerias com desenvolvedores de softwares voltados ao produtor rural por meio de cinco *hackatons*, envolvendo diversas universidades e centros de pesquisa.

Quanto às ações de transferência de tecnologia junto ao setor produtivo, foram disponibilizados dez aplicativos móveis para suporte à gestão do negócio rural contemplando: (i) produção leiteira, (ii) análise econômica de plantações de pupunha, (iii) produção de frangos de corte, (iv) clima, (v) pastagens, (vi) gado de corte, (vii) produção de milho e (viii) carnes para mercados específicos, entre outros focos. As ações de transferência de tecnologia foram intensificadas dentro do programa Agricultura de Baixo Carbono e Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (iLPF), com a implantação de 166 unidades de referência tecnológica. Foram também implantadas dez unidades de aprendizagem em manejo de água, reprodução de manivas, produção de forrageiras e hortaliças.

A tecnologia de educação a distância (EAD) tem-se mostrado uma alternativa de baixo custo e de alta capacidade de difusão do conhecimento. Em 2017, o ambiente virtual de aprendizagem para EAD recebeu diversas contribuições. Também foram produzidos e veiculados mais de 200 programas de rádio e televisão e foram formados 3.097 agentes multiplicadores, envolvendo consultores, extensionistas e

agricultores. No acumulado do biênio 2016-2017, foram formados 5.097 multiplicadores.

Além disso, foi sistematizado o acesso a um total de 2.555 soluções tecnológicas geradas pela Embrapa para os seis biomas brasileiros em temas como agricultura familiar, agroecologia e produção orgânica, agroenergia, agroindústria, biodiversidade, biotecnologia e biossegurança, código florestal brasileiro, convivência com a seca, florestas e silvicultura, geotecnologia, gestão ambiental e territorial, mecanização e automação, melhoramento genético, mudanças climáticas, nanotecnologia, pesca e aquicultura, produção animal, produção vegetal, recursos naturais, segurança alimentar, nutrição e saúde e solos.

Parcerias, Processos, Recursos Humanos e Infraestruturas Estratégicas

O esforço para a construção e fortalecimento de parcerias inclui a cooperação científica e técnica, a participação na articulação de políticas globais e nacionais e a Transferência de Tecnologia (TT).

A Embrapa participou de diversos fóruns para a formação da posição do País em questões como recursos genéticos, alimentos, clima, microrganismos, entre outras, e para discussão em temas como biotecnologia, mudanças climáticas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Foram firmados 21 instrumentos de cooperação científica com o Reino Unido, Portugal, França, Canadá, Estados Unidos, China, Colômbia, Japão e Nova Zelândia; e a Embrapa assinou 11 instrumentos de cooperação técnica com Colômbia, Peru, Gana, Alemanha, Etiópia, Benin, Nigéria e Uganda. No contexto do Consórcio de Pesquisa Café, foram firmados 18 instrumentos jurídicos para viabilizar a execução de 92 projetos.

No âmbito da transferência de tecnologia, foram formalizados 125 instrumentos de cooperação,

envolvendo Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretarias de Estado, Bancos, entre outras organizações. Destacam-se as Unidades Mistas de Pesquisa e Transferência de Tecnologia (UMIPTT), que constituem alianças estratégicas para o fortalecimento de Arranjos Produtivos em determinado território, conjugando recursos humanos, materiais e financeiros em PD&I. A Embrapa tem também contribuído com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) na adoção de técnicas de Aprendizagem Virtual nas formas presencial, semipresencial e a distância.

O processo de análise prospectiva, sob responsabilidade da Rede Agropensa, subsidia a orientação estratégica da Embrapa. Esta rede desenvolve estudos para a construção da visão de futuro da agropecuária brasileira e isto requer a orquestração de diversos parceiros. Em 2017, foi articulada a participação das Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA, elaboradas 58 notas técnicas sobre sinais de futuro e elaborado o documento Visão da Agricultura Brasileira.

No que se refere à capacitação do seu corpo de pesquisadores, a Embrapa viabilizou capacitações *stricto sensu* e de curta duração. Em 2017, 22 pesquisadores concluíram sua pós-graduação *stricto sensu*, tanto no Brasil como no exterior, em áreas emergentes do conhecimento como Nutrição Animal, Ciência da Planta e Solo e Biotecnologia. Outros 43 empregados da Embrapa e de OEPAs encontram-se em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Mantendo o fluxo de ingresso na pós-graduação, 20 empregados foram aprovados para iniciarem sua formação em 2017, sendo 13 para mestrado e sete para doutorado. Quanto às capacitações de curta duração, 1.380 empregados foram envolvidos em diferentes temáticas. Portanto, em 2017, foram capacitados 1.403 pesquisadores em áreas portadoras de futuros, que somados aos 970 capacitados em 2016, resultam 2.373 pesquisadores capacitados desde o início do PPA 2016-2019, superando a meta para o período completo do PPA.

O aprimoramento das infraestruturas de PD&I para a pesquisa agrícola envolveu o apoio às OEPAs e a implantação de laboratórios multiusuários, o que permitiu a otimização dos recursos e a construção de sinergias entre a Embrapa e seus parceiros. Assim, 73 projetos de compartilhamento foram desenvolvidos nos laboratórios de Nanotecnologia, Agricultura de Precisão, Bioeficiência e Sustentabilidade da Pecuária, Bioinformática, Química de Produtos Naturais e Biossegurança para a Pecuária.

Competitividade e Sustentabilidade Agropecuária e Inclusão Socioprodutiva nas Regiões Produtoras de Cacau

Com o intuito de buscar soluções para o desenvolvimento sustentável da cacauicultura brasileira, que, em 1986, registrou a maior produção de cacau e manteve-se como segundo maior produtor mundial até 1990, mas que, após esse ciclo virtuoso, caiu para o sétimo lugar, foi desenvolvido plano de pesquisa, assistência técnica e difusão de tecnologia, visando à sustentabilidade e competitividade da cacauicultura e dos cultivos ou produtos associados a essa atividade, para superar a crise regional e retomar o cenário de destaque mundial.

Assim, a atividade de PD&I tem por objetivo a geração de tecnologias que possibilitem aumentar a eficiência técnica e produtiva da cacauicultura, gerando tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvopastoril das regiões produtoras de cacau do Brasil. Estão contempladas nesse projeto, além da cadeia produtiva do cacau, as cadeias da borracha, dendê, palmito, apicultura, piscicultura e pecuária de corte e leiteira. Os macroprocessos de difusão, transferência de tecnologias agrícolas e extensão rural estão focados nos resultados e avaliados por meio da eficiência técnica e produtiva, e do desenvolvimento territorial.

Em 2017, as pesquisas executadas se concentraram nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia,

biologia molecular, controle integrado de pragas, fisiologia e nutrição de plantas, fertilidade e conservação de solos, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, com ênfase em sistemas agroflorestais, melhoria das técnicas de manejo dos diferentes sistemas de produção do cacau e outros cultivos perenes, melhoria da qualidade de produtos e aperfeiçoamento e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos sobre mercados e custo de produção. Como resultados na perspectiva do produtor e da sociedade regional dos Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica, registra uma produção de 214.348 toneladas de cacau no Brasil em 2017, mantendo-se no mesmo patamar de 2016, porém observa-se sinais de agravamento da crise regional, gerada com o endividamento dos produtores e a queda acentuada de produção de cacau no Nordeste, mais precisamente na Bahia para 83.869 toneladas, registrando o menor patamar após a era Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Em contrapartida, destaca-se um crescimento significativo de produção de cacau da região Norte, com destaque para o Estado do Pará, que se tornou o maior produtor de cacau do País, pela primeira vez na história da cacauicultura no Brasil, apesar de contar com uma área produtiva, significativamente menor. Enquanto isso, a apicultura na região sul da Bahia sob a assistência técnica da CEPLAC, envolve 3.100 apicultores organizados em 26 associações e duas cooperativas, com produção de 489 toneladas de mel, própolis e pólen, cujo tema, foi matéria de TV, com repercussão positiva no Brasil. Na área de fruticultura a estratégia utilizada foi a criação de polos, como o AGROPOLO do Vale do Rio das Contas, formado e administrado pelo consórcio de 15 municípios do sul da Bahia, para ampliação dos cultivos de graviola, cajá, maracujá, acerola, goiaba, abacaxi e pinha, e utilização de outras fruteiras já estabelecidas, visando a produção de polpas, de modo a atender as demandas das agroindústrias já instaladas na região. Hoje ocupa uma área de 2.280 ha, sendo que a graviola responde por 80% dessa área colocando o estado da

Bahia como o maior produtor mundial de Graviola. Esse arranjo produtivo tem o apoio técnico e institucional da CEPLAC, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado Bahia (FAEB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação de Produtores de Fruta (APROFRUTA).

Com relação à meta de aumentar de 300 para 360 a quantidade de tecnologias disponibilizadas e validadas, o alcance acumulado até 2017 foi de 415 tecnologias, superando a meta estabelecida para o PPA.

Considerações e Perspectivas

Apesar dos avanços alcançados, a antecipação das demandas para alimentação e agricultura ao longo do século XXI indicam muitos desafios adicionais para o agronegócio brasileiro, com destaque para: (i) o enfrentamento de novas pragas, patógenos e plantas invasoras; (ii) a busca do aumento da eficiência no uso do solo e da água; (iii) a necessidade de contínua redução de impactos negativos no meio ambiente; (iv) a crescente demanda por alimentos seguros e nutritivos com funcionalidades que promovam a saúde e o bem estar; e (v) a expectativa de produção crescente e sustentável de excedentes para exportação. Esses desafios estão associados à Agenda 2030 da ONU, expressos nos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para estimular a discussão sobre escolhas estratégicas que permitam ao agronegócio brasileiro ajustar-se às novas realidades, os temas a seguir precisarão receber grande atenção das lideranças e dos tomadores de decisão, responsáveis por nortear e modelar o futuro do nosso sistema agroalimentar e agroindustrial: 1. Agricultura Sistêmica (integração lavoura-pecuária-floresta); 2. Gestão de Riscos: fenômenos climáticos adversos, mercados

complexos e mutáveis, riscos sanitários, crédito caro ou incerto, comercialização e logística complexas, marco regulatório em evolução e mudanças rápidas nos padrões de consumo; 3. Inteligência Territorial: o Brasil é um país continental, diverso e complexo; 4. Agregação de Valor: diversificar, especializar e agregar valor à produção agropecuária

nacional; 5. Fronteira do Conhecimento: rupturas ou mudanças profundas em nosso proceder, decorrentes do progresso científico e tecnológico; 5. Transformação Digital: uma nova globalização está nascendo com a transformação digital, fenômeno que produz profundas mudanças na forma como a tecnologia é criada, gerenciada e consumida.

PROGRAMA 2083

QUALIDADE AMBIENTAL

Os grandes desafios a serem enfrentados pelo programa são: implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis; controlar as emissões atmosféricas de poluentes; promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana e; realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e de empreendimentos.

Constitui desafio para o licenciamento ambiental o fortalecimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do país. Assim como o licenciamento ambiental, a fiscalização também se sobressai, dada a sua finalidade precípua de exercer o poder de polícia administrativa para a proteção do meio ambiente.

Atualmente, os resíduos sólidos não são mais vistos como uma responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social. Nesse sentido, o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos confere um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante de todos os atores. Por isso, cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas, o que pode ser feito pela alocação de recursos, definição de diretrizes, formulação dos acordos setoriais, instituição de novas normas.

No que tange à produção e emissão de substâncias químicas, ressalta-se que o Brasil é hoje o 9º maior produtor mundial de substâncias químicas industriais e almeja posicionar-se entre os cinco maiores do mundo, até 2020. Paralelamente, a gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos avançou

com a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e com o programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pro-nara). O programa deverá avançar na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos, inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outra especificidade da gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos. Muitos progressos foram alcançados a partir da criação do programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução nº 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão nacional da qualidade do ar. O programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), teve fundamental importância na diminuição das emissões na atmosfera nas últimas décadas. Contudo, muito ainda precisa ser feito na implementação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar.

Embora se considerem essas questões como delimitadoras do programa Qualidade Ambiental, há necessidade de se destacar a importância da implementação de uma gestão dos riscos relacionados a emergências ambientais decorrentes de acidentes com substâncias químicas, óleos e outros produtos perigosos.

Por fim, como forma fortalecer a política de qualidade ambiental, o programa também prioriza a educação ambiental.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes: o número de Licenças de Operação

emitidas pelo IBAMA avançou de 59 unidades em 2015 para 116 unidades em 2016; o percentual de municípios com coleta seletiva organizada por meio de cooperativas ou associações de catadores de materiais avançou de 11,4% em 2013 para 15,4% em 2017; a taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total coletada, que avançou de 1,8% para 2,2% entre 2013 e 2017.

A seguir, apresentam-se os resultados das principais metas, organizados por Objetivo.

Política Nacional de Resíduos Sólidos com Inclusão de Catadores

A implantação do sistema de logística reversa por meio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto tem permitindo que o consumidor descarte o material sem utilidade no comércio e que este devolva para o fabricante para que seja reutilizado, reciclado ou outra forma de destinação ambientalmente adequada. No período foram assinados pelo Governo Federal três acordos setoriais: embalagens plásticas de óleo lubrificante, lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista e embalagens em geral. Dois outros acordos, eletroeletrônicos e medicamentos, estão em processo de negociação.

No que tange à taxa de recuperação de materiais recicláveis, no período de 2012 a outubro de 2017, foram implantados 2.082 PEV (pontos de entrega voluntários), sendo cerca de 1.500 deles instalados no ano de 2017. O volume de embalagens dispostas em aterro reduziu 21,3% e a taxa de recuperação de materiais na fração seca aumentou 29%.

Quanto aos dados de coleta seletiva e de taxa de materiais recicláveis referente a 2016, tem-se como resultado o valor de 2% do total gerado. Vale ressaltar que algumas cadeias produtivas possuem elevadas taxas de reciclagem, tais como o setor de

alumínio (33,7%), PET (51%) e papel (63,4%), conforme aponta a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, Panorama 2015).

Levantamento realizado em 2016 pelo Ministério do Meio Ambiente identificou a existência de 2,2 mil municípios com Planos municipais/intermunicipais de Resíduos Sólidos (PGIRS), alcançando uma população de 110 milhões de habitantes, ou seja, 53,5% da população brasileira.

Os principais destaques de implementação da política nacional de resíduos sólidos são:

- Publicação do Decreto nº 9.177/2017 sobre logística reversa que visa dar isonomia entre todos os atores do sistema de logística reversa reafirmando a obrigação prevista na Lei nº 12.305/2010 e empoderando os órgãos de meio ambiente e ministério público em fiscalizar todos os fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores assinando ou não os acordos setoriais.
- Publicação da resolução Conama nº 481/2017 que estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, que representam cerca de 50% de resíduos gerados no Brasil;
- Publicação do manual de compostagem que traz técnicas de compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos e aborda o "Método UFSC" (em referência à Universidade Federal de Santa Catarina), que consiste em uma estratégia segura e de baixo custo. Publicação do Edital parceria Caixa Econômica Federal e FNMA para seleção de projetos integrados de segregação na fonte e reciclagem da fração orgânica de resíduos sólidos, no valor de R\$ 10 milhões para aplicação em projetos de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão, com prazo máximo de 24 meses.

- Novo módulo do SINIR para cadastramento dos dados sobre disposição final, plano e logística reversa.

Controle das Emissões Atmosféricas de Poluentes

Em referência ao objetivo de controlar as emissões atmosféricas de poluentes por meio de ações regulatórias e de instrumentalização dos agentes públicos para a melhoria da qualidade do ar, as principais ações realizadas para o período foram a revisão da Resolução nº 3/1990 (padrões nacionais de qualidade do ar) e a coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE (CAP).

Ademais, obteve-se no ano de 2017, a redução da concentração máxima de Material Particulado Inalável (MP10) em todas as três estações monitoradas, a saber: estação Cerqueira César; estação Marginal Tietê-Ponte e estação Osasco.

Em relação à redução da concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO₂), no ano, a concentração de SO₂ manteve-se praticamente inalterada nas mesmas três estações, com leve aumento na estação da Marginal Tietê-Ponte, em nível médio de 3,33 microgramas/m³, bem abaixo da concentração máxima de 30 microgramas/m³ estabelecida na meta do PPA. A concentração máxima de Dióxido de Nitrogênio (NO₂) manteve-se inalterada nas três estações monitoradas com leve decréscimo na Estação Cerqueira César, que tem se mantido dentro da concentração máxima prevista para a meta.

Gestão Ambientalmente Adequada de Substâncias e Produtos Químicos

Em relação ao objetivo de promover a gestão adequada de substâncias e produtos químicos é possível destacar os seguintes avanços no sentido de minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana:

- Aprovação do Projeto NIP Update, com recursos do GEF, que propõe atualizar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) em relação aos Novos POPs que foram adicionados à Convenção;
- Realização de curso de áreas contaminadas com POPs para órgãos estaduais de meio ambiente e saúde em parceria com a CETESB;
- Discussões para a elaboração de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o controle de substâncias químicas e Anteprojeto de Lei que fixa limites de chumbo em tintas;
- Discussões sobre as estratégias globais de gestão de substâncias químicas após 2020;
- Realização de projetos demonstrativos em três companhias elétricas para realização de inventário parcial e plano de gestão para equipamentos contendo bifenilas policloradas;
- Ratificação da Convenção de Minamata sobre mercúrio;
- Identificação preliminar de dados primários para elaboração do inventário de emissões e liberações de mercúrio nos garimpos;
- Treinamento de 70 técnicos sobre o uso do Toolkit para Quantificação das Emissões e Liberações de Mercúrio.

Em relação à meta de promover a eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia, em 2017 foi possível contabilizar a eliminação de 225 toneladas de agrotóxicos obsoletos no Estado do Paraná e de 300 toneladas dos estoques do Estado de São Paulo, totalizando 525 toneladas

de agrotóxicos obsoletos eliminados. Isso corresponde a 79,55% dos estoques inventariados. Em 2018 o Estado da Bahia iniciará o recolhimento dos estoques de agrotóxicos.

Controle e Fiscalização Ambiental de Atividades e Empreendimentos

Quanto ao objetivo de realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, no ano de 2017, o Governo Federal deu continuidade à discussão e proposição de um projeto de uma lei geral para o licenciamento ambiental. Além disso, tem sido discutido o aprimoramento/construção de instrumentos infralegais que são utilizados como suporte ao licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais (AIA). Dentre os resultados alcançados no ano de 2017 referidos ao aprimoramento descrito, destaca-se o estabelecimento/proposição de normativos internos que perenizam procedimentos técnicos aderentes às normas vigentes. Em especial, releva-se a publicação no ano de 2017 da Instrução Normativa nº 8/2017 que estabelece procedimentos para a solicitação e emissão de autorização para captura, coleta e transporte de material biológico no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal, e mais recentemente com a finalização da construção do conteúdo de Instrução Normativa que define diretrizes que regulamentam as condições ambientais de uso e descarte de fluidos, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás, estabelece o Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos, com base na legislação vigente. Outras normas internas estão sendo trabalhadas, tais como a proposição de instruções normativas que regulam o procedimento de audiências públicas, dentre outros. Portanto, o esforço principal do Governo Federal tem sido direcionado principalmente ao aprimoramento dos instrumentos, que subsidiam o licenciamento ambiental e a avaliação

de impactos ambientais, instrumentos esses próprios da Política Nacional do Meio Ambiente.

Quanto à gestão de processos, no ano de 2017 foi adotado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que tem garantido maior agilidade e transparência aos processos de licenciamento em âmbito federal. O SEI ampliou significativamente a agilidade na geração de documentos técnicos, além de possibilitar maior transparência.

No que se refere à gestão do conhecimento, destaca-se a construção das matrizes de impacto de referência por tipologia, que uniformizam o entendimento acerca dos impactos associados às diversas tipologias licenciadas pelo Instituto, tornando mais previsível a aplicação da avaliação de impactos ambientais (AIA). No ano de 2017, o IBAMA deu continuidade ao trabalho de construção e aprimoramento dessas matrizes. As principais matrizes que foram trabalhadas no ano de 2017 com previsão de continuidade no ano de 2018 são as referidas aos sistemas de transmissão e distribuição de energia; exploração e produção de petróleo e gás natural; e iniciadas as matrizes para os modais de transportes (ferrovias e rodovias).

Enquanto resultado do último ano, registra-se o deferimento de licenças para empreendimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento do País. Assim, as principais licenças emitidas no período incluem:

Licenças de Instalação que viabilizarão a produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, referido a Etapa 2; licença de Instalação que viabiliza a instalação da linha de Transmissão que liga Belo Monte a Subestação Terminal Rio e instalações associadas); licenças de Instalação para cabos de fibra óptica que ampliarão a rede de transmissão de dados entre o Brasil e os

Estados Unidos e outros países da Europa e África; licença de Instalação que autoriza a ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP); licenças de operação importantes como, por exemplo, a que regularizou a operação do Porto Organizado de Santos, a que viabiliza o teste de longa duração (TLD) e operação dos sistemas de produção antecipada do campo de Libra na Bacia de Santos; a que permite operar a Usina Hidrelétrica São Manoel, que adiciona 700 MW (potência firme de 416,84 MW ao sistema nacional interligado). Por fim, foram emitidas diversas licenças que autorizam a pesquisa sísmica marítima, o que possibilitará a ampliação do conhecimento da geologia do fundo oceânico, em especial, das bacias do Espírito Santo, Campos, Santos e Foz do Amazonas.

Com relação à fiscalização ambiental, no ano de 2017 foram lavrados 15.467 autos de infração, que totalizaram R\$ 3,1 bilhões em multas aplicadas, além de embargar 327 mil hectares de áreas desmatadas ilegalmente. Ademais, foram descentralizados recursos financeiros para 1.815 ações de fiscalização. Nos anos de 2016 e 2017, foram instaurados 30.390 processos administrativos de apuração de infração ambiental. Além disso, registra-se que entre janeiro e outubro de 2017, foram julgados 21.001 processos administrativos, que representa alcance de 76% da meta prevista para os quatro anos de execução do Plano (45.850 de um total previsto de 60.000 processos).

Visando a qualificação das regras para a aplicação da conversão de multas emitidas por órgãos ambientais de âmbito federal, foi publicado o Decreto nº 9.179/2017 que altera o Decreto nº 6.514/2008. Entre as principais alterações constam a criação da conversão de execução indireta, que permitirá ao órgão emissor da multa a seleção de projetos estruturantes que vão ao encontro dos objetivos, metas e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente,

possibilitando a concentração de recursos e esforços em temas e territórios prioritários. Outra importante alteração é a vedação em converter a multa para fins de reparação do próprio dano originador da multa.

Os serviços ambientais objetos de conversão, conforme qualificado no art. 140 do texto proposto ao Decreto nº 6.514/2008, abordam a possibilidade de implementação de projetos que envolvam, entre outros objetivos: recuperação de áreas degradadas para conservação da biodiversidade, conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente e recuperação dos processos ecológicos essenciais; proteção e manejo de espécies da flora nativa e fauna silvestre; recuperação da vegetação nativa para proteção e recuperação dos recursos hídricos e de áreas de recarga de aquíferos; mitigação ou adaptação às mudanças do clima; e educação ambiental.

No contexto da qualidade ambiental, em 2017, foram realizados pelo Cadastro Técnico Federal/Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF) o registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades passíveis de controle ambiental e o aprimoramento normativo de regras de funcionamento, tornando o acesso mais ágil e compreensivo para os interessados.

Considerações e Perspectivas

Destacam-se, a seguir, algumas considerações sobre o programa Qualidade Ambiental.

Com relação às fontes fixas de emissão de poluentes atmosféricos, foi encaminhado Termo de Referência para o envio dos relatórios de implantação da Resolução CONAMA nº 436/2011, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007. Estes relatórios devem ser elaborados pelos

estados e após o recebimento dos mesmos pelo MMA será feita a consolidação das informações e apresentação dos resultados ao CONAMA em 2018.

Como principais perspectivas em relação a promoção da gestão adequada de substâncias e produtos químicos tem-se, para o início de 2018, a aprovação de Projeto junto ao Global *Environment Facility* (GEF) para a execução do projeto “Gestão ambientalmente adequada de Lindano no Brasil” e a elaboração de novo Plano de Trabalho para o ciclo 2018-2020.

No que tange a realização do controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, a expectativa para o ano de 2018 é focar no avanço da agenda de construção de instrumentos técnicos capazes de dar maior transparência e previsibilidade no procedimento de licenciamento conduzido em âmbito federal. Nesse sentido, o IBAMA dará continuidade ao trabalho de desenvolvimento das chamadas matrizes de referência de impactos, que uniformizam o entendimento acerca dos impactos associados às diversas tipologias licenciadas pelo Instituto e tornam mais previsível a aplicação da avaliação de impactos ambientais (AIA), considerado importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Entre os resultados fáticos à coletividade, destaca-se o importante potencial de impacto à produção hídrica brasileira e à geração de negócios. Nesse sentido, o IBAMA trabalha na regulamentação do Decreto nº 6.514/2008, alterado pelo Decreto nº 9.179/2017, por intermédio de Instrução Normativa

e prevê o lançamento de Chamamento Público para o início do ano de 2018 com vistas a selecionar projetos de combate à escassez hídrica em territórios prioritários das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.

O Poder Executivo empreendeu, também, discussões em torno da criação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental com a participação de diversos Ministérios e organizações setoriais. Consideram-se elementos importantes da futura lei: previsão de processos com complexidades diferenciadas, de acordo com o potencial de impacto do empreendimento; definição do tipo de processo e da exigibilidade dos estudos mais complexos, ponderando, também, os aspectos locacionais, e não apenas o tipo e porte do empreendimento como ocorre atualmente; reforço das prerrogativas técnicas dos órgãos licenciadores do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); fixação de prazos máximos para processos de licenciamento, considerando os tipos de processo e a capacidade dos órgãos licenciadores; e garantia de transparência, disponibilidade de dados e participação social no licenciamento ambiental.

É importante ressaltar que a Lei Geral necessita instituir e disciplinar, também, a avaliação ambiental estratégica (AAE). Com a AAE colocada em prática, a questão ambiental será progressivamente inserida nas ações governamentais mais relevantes, consolidando compromissos com o paradigma do desenvolvimento sustentável, assumidos nos planos nacional e internacional.

PROGRAMA 2084

RECURSOS HÍDRICOS

Em termos globais, o Brasil possui grande quantidade de água. No entanto, os recursos hídricos estão distribuídos de maneira heterogênea no território nacional (80% da vazão média localiza-se na bacia do Rio Amazonas), o que compromete a oferta de água no País. Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela ocorrência de eventos hidrológicos críticos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, torna-se imprescindível a conclusão de obras estruturantes de reservação e adução de água, bem como uma gestão de recursos hídricos que seja capaz de superar essa situação, de forma a garantir o bem-estar da população e atender às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

É nesse contexto que o Programa Recursos Hídricos visa organizar a ação de governo, de forma a “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). As linhas de ação propostas, expressas nos Objetivos do Programa, compreendem a implementação dos instrumentos da PNRH; o apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a conservação, recuperação e uso racional dos recursos hídricos; o planejamento, a implantação e a gestão de novas infraestruturas hídricas destinadas aos usos múltiplos da água, assim como a recuperação e manutenção das existentes; e a ampliação do conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as superficiais.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores deste programa, podem ser destacados os seguintes avanços: o percentual

da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica sofreu redução de 24% em dez/2011 para 10,76% em dez/2016; a relação percentual entre a vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada) evoluiu de 64% em dez/2011 para 90% em jun/2016.

A seguir, apresentam-se os principais destaques, por Objetivo do Programa.

Política Nacional de Recursos Hídricos e Seus Instrumentos

Quanto à ampliação da cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) em 2017, Rondônia e Santa Catarina concluíram os seus planos, elevando a cobertura do território com planos estaduais de 58% para 62%. Os estados do Amazonas e Maranhão deram início à elaboração dos seus planos de recursos hídricos e os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte realizaram os procedimentos licitatórios e estão em fase de contratação das consultorias para a revisão dos seus respectivos planos com apoio da ANA e SRHQ/MMA. Até 2019 está prevista a conclusão dos PERHs do Amapá, Pará e Espírito Santo e o alcance do índice de 100% do território nacional coberto com PERHs.

Quanto à disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), no âmbito do Programa Qualiágua, em 2017, foram celebrados cinco novos contratos com estados, tendo sido alcançada abrangência de 20 unidades da federação, ultrapassando dessa forma a meta prevista no âmbito do PPA 2016-2019. A divulgação dos dados de qualidade da água dos

20 estados está disponível no portal do SNIRH, disponível no sítio <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

Em relação aos planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento, em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região Hidrográfica do Paraná) e em 2017 foram concluídos os Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai, alcançando a meta prevista para o período do PPA.

Quanto à implementação de regras de uso da água em bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, destacam-se informações do andamento da alocação negociada de água em seis bacias hidrográficas: (i) Bacia Hidrográfica do Rio Negro - discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução nº 1.310/2015; (ii) Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus - discussão e definição de regras de restrição de uso; (iii) Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos: (a) discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia, (b) preparação de termo de referência (minuta preliminar em andamento) para contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens, (c) articulação com os órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas; (iv) Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia; (v) Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande: (i) definição de regras de alocação de água e (ii) intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem (SFI) e; (vi) Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas Açú: (a) definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; (b) discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; (c) implantação de escritório técnico na

bacia por meio de Contrato específico nº 63/2016/ANA, para apoio à implementação das regras.

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Um dos desafios para a gestão de recursos hídricos é a dupla dominialidade das águas, as quais, por determinação constitucional, são compartilhadas pela União e Estados, o que impõe a necessidade da forte articulação vertical, entre os níveis federativos, para assegurar a gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas. As dificuldades nesse sentido concentram-se nas assimetrias encontradas entre os diversos órgãos gestores dos recursos hídricos em relação a suas capacidades financeiras, de estrutura e de pessoal.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, reporta-se que 17 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico, e de qualidade da água, o que representa 85% da meta prevista até 2019. De 2013 a 2017, 25 unidades receberam cerca de R\$ 73,8 milhões no âmbito do Progestão. Informações do Programa estão disponíveis em <http://progestao.ana.gov.br/>.

Outro desafio é a implementação e consolidação dos Comitês, Agências de Bacia ou entidades delegatárias com essas funções. Para enfrenta-lo, além do apoio técnico e financeiro fornecido há nove comitês interestaduais instalados no Brasil, em 2016 a ANA lançou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS. O Programa prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao

cumprimento de um conjunto de metas negociadas e cujo alcance será aferido pelos respectivos CERH. Até o momento, 14 estados firmaram contrato (somando 111 comitês estaduais), havendo a previsão de desembolsos de até R\$ 24,9 milhões até a conclusão do Programa, cujo ciclo é de cinco anos.

Outra iniciativa realizada em conjunto com os órgãos federais e estaduais é a operacionalização do Monitor de Secas do Nordeste (MSNE), que visa ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas. O site do MSNE (<http://monitordesecas.ana.gov.br/>) permite o acesso da população às informações e mapas gerados, além de consultas comparativas e outras funcionalidades.

A realização de estudos e planos intersetoriais ou voltados a setores usuários específicos permitem, para além do diagnóstico oferecido, subsidiar e orientar a tomada de decisão e o investimento público, nas diferentes esferas de atuação. Nesse sentido, foi lançado em 2017, o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas” que traz análise da situação do esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras e dos impactos do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País. Mais detalhes, acesso aos dados completos e aos mapas interativos estão disponíveis no endereço: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>.

Boas Práticas de Uso de Água e Solo e Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Plano Novo Chico (Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco), lançado em agosto de 2016, consiste em um conjunto de ações de revitalização a serem executadas em um período dez anos (2017-2026), sendo divididas nos seguintes eixos: saneamento, controle de poluição e obras hídricas; proteção e uso de recursos naturais; economias sustentáveis; gestão e educação ambiental e planejamento e monitoramento. Em

2017, no âmbito do Novo Chico, foram realizadas atividades de fiscalização ambiental, de finalização do diagnóstico e elaboração do Macrozoneamento Ecológico Econômico e de capacitação de gestores municipais quanto às políticas ambientais, de recursos hídricos e de saneamento básico. Além disso, destaca-se também a publicação do Decreto nº 9.179/17, que institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), permitindo com que o Plano Novo Chico seja um dos primeiros beneficiários dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas. De 2016 até o momento, foram celebrados quatro convênios (SC, DF, GO e MG) e 18 contratos de repasse com prefeituras municipais selecionadas por editais de chamamento público, tendo sido alcançados os seguintes marcos: 1.150,50 ha de recuperação florestal, 4.251 ha de conservação de solo e 276,9 km de readequação de estradas, somando 5.401,5 ha da meta de conservar e recuperar 8.000 hectares no período do PPA.

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) busca a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs. Até o momento foram removidas cerca de 40.000 toneladas de DBO por 15 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) participantes do Programa, o que representa 55% da

meta proposta para o PPA 2016-2019. O valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas.

Ampliação da Oferta de Água para Usos Múltiplos Via Infraestruturas Hídricas

Contribuem para a consecução desse objetivo as metas relacionadas à ampliação da capacidade de adução e de reservação de água bruta mediante apoio técnico e financeiro do Governo Federal às obras de infraestrutura hídrica, assim como a meta de conclusão da implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

A Meta “Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s” apresenta diversas obras de captação, as quais damos alguns destaques a seguir. O Canal do Sertão Alagoano, que atenderá a cerca de um milhão de habitantes. A execução física dos trechos I a IV já é de 90%, sendo que a evolução do total da obra em 2017 foi de 6% e a previsão de término do Trecho IV é o segundo semestre de 2018.

O Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que visa aduzir parcela das vazões transpostas pelo PISF para 80% do território do Ceará, com previsão de atingir, até o ano de 2040, oito milhões de pessoas com abastecimento de água. O Trecho I do CAC atende diretamente a 24 municípios. Em 2017, a execução física desse Trecho evoluiu em 10%, encontrando-se com 41,6% dos serviços executados até dezembro/2017 e tendo previsão de término em dezembro de 2019.

O Sistema Adutor do Agreste (PE) atenderá cerca de 2 milhões de habitantes. Atualmente, está em execução a 1ª etapa do empreendimento, sendo que as obras iniciaram em meados de 2013, alcançaram 48% de execução física em 2017, com evolução de 11% no decorrer do ano. A data de conclusão das obras está prevista para o segundo semestre de 2019.

O Canal da Vertente Litorânea (PB) abastecerá uma população estimada em 1,5 milhão de habitantes. No horizonte 2016-2019, o escopo dessa intervenção é a execução dos trechos I, II e III da Vertente Litorânea, com vazão de 10 m³/s. O percentual global acumulado da obra (trechos I, II e III) é de 51% e, em 2017, as obras evoluíram em 5%. Sua conclusão está prevista para abril de 2019.

Para atingir a Meta “Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³”, foram implementadas obras de barragens.

A Barragem de Atalaia, localizada em Sebastião Barros/PI, beneficiará cerca de 47 mil habitantes dos municípios de Sebastião dos Barros, Cristalândia, Corrente e Paranaguá. O empreendimento encontra-se com 92% de execução, com previsão de conclusão em 2018.

A Barragem Pedregulho/PI beneficiará os municípios de Dirceu Arcoverde e São Lourenço do Piauí, atendendo a aproximadamente 11.102 habitantes. O empreendimento encontra-se com 97% de execução física, tendo avançado 7% em 2017, com conclusão prevista para dezembro de 2018.

Finalmente, tem-se a meta “Concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF”, a qual consiste na maior obra de infraestrutura hídrica do País, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), que abastecerá adutoras e ramais que irão perenizar rios e açudes, bem como reforçar reservatórios. O empreendimento, que engloba também obras complementares, garantirá o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas em 390 municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O empreendimento está com 96,4% de execução física. Destaca-se a conclusão das obras do Eixo

Leste (canais, reservatórios, estações de bombeamento, dentre outras) em 2017. Os contratos de execução das demais obras civis e das montagens estão vigentes e as obras complementares, bem como alguns reparos estão em andamento, sendo que a conclusão definitiva do Eixo Leste deverá ocorrer em 2018, permitindo que este empreendimento inicie a oferta de água bruta para a região metropolitana de Campina Grande (PB), beneficiando cerca de 700 mil pessoas.

Com relação ao Eixo Norte, a previsão de conclusão é 2018, com início da pré-operação comercial em 2019, permitindo com que a água seja captada no Rio São Francisco e entregue no Reservatório de Jati no Ceará.

Recuperação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

No Objetivo 0480, que visa garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, com relação à Meta “Recuperar 19 infraestruturas hídricas”, importante para a segurança e regularidade do abastecimento, destaca-se a atuação da Codevasf na elaboração de projetos de recuperação de barragens dos seguintes empreendimentos: Bico de Pedra/MG, Gameleira/MG, Cova da Mandioca/BA, Estreito/BA, Manoel Novaes/BA e Zabumbão/BA.

Ainda no âmbito dessa Meta, destacam-se as ações de recuperação dos reservatórios existentes nos estados (CE, PB, PE e RN) atendidos pelo PISF. Durante o exercício de 2017, foram iniciadas as obras de recuperação e modernização de nove reservatórios, e encontra-se em fase final de conclusão os projetos executivos de outros dois.

Águas Subterrâneas

A estratégia para a ampliação e difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações

com as superficiais, visando maior eficiência na gestão das águas e sustentabilidade na sua utilização, fundamenta-se em um conjunto de ações que se complementam: a alimentação do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS); a implantação e operação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS); a produção de estudos e mapas hidrogeológicos em diversas escalas representando aquíferos e suas interações, subsidiando ações gerenciais.

Com relação ao SIAGAS, no fim de 2017, a base de dados do Sistema alcançou o total de 299.398 poços cadastrados. Os números do primeiro biênio do PPA, acumulando 26.030 poços cadastrados, retratam o cumprimento de 59% da meta do PPA, de 44.000 novos poços.

No primeiro biênio do PPA 2016-2019, foi possível ampliar a rede RIMAS em 14 poços. Dentre as razões para o valor atingido, aponta-se a redução do ritmo de cessão de poços já existentes por empresas de saneamento em decorrência do aumento da demanda hídrica e das incertezas climáticas. A despeito disso, considerando-se apenas 2017, foram realizadas 994 visitas de inspeção, verificadas a consistência de 765 séries de dados e analisadas 138 amostras de água subterrânea. A expectativa para 2018 é incluir poços oriundos de projetos desenvolvidos por outras instituições em parceria com a CPRM.

Há ainda atuação relevante na elaboração de mapas hidrogeológicos (destacando-se a conclusão do Atlas Hidrogeológico do Brasil, em 2016) e estudos de interação entre águas superficiais e subterrâneas.

Planejamento e Gestão dos Investimentos em Infraestrutura Hídrica

Na esfera do Objetivo “Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica”, está prevista a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), instrumento norteador

da atuação do Estado, com base nos problemas concretos traduzidos em planos que contemplem a segurança hídrica, a segurança de barragens e a concretização da gestão do PISF. Nesse sentido, em 2012 foi iniciada parceria entre o MI e a ANA para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que será o principal instrumento da PNIH. Atualmente, a conclusão do PNSH encontra-se sob a responsabilidade da ANA. O Ministério da Integração Nacional, ao final do Plano, analisará os produtos finais para subsidiar uma proposta de Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.

Em relação à Meta “Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF”, foram finalizadas propostas de modelo tarifário, de cobrança, de garantias e de cessão dos reservatórios estratégicos para os estados. Em 2017, foi encaminhada a versão final do contrato aos Estados beneficiados e à Operadora Federal, bem como finalizados produtos importantes para subsidiar a elaboração do “Modelo de Gestão” do PISF, como o Plano de Gestão Anual (PGA).

Considerações e Perspectivas

Em relação ao Programa Recursos Hídricos, das 13 metas relacionadas à gestão de recursos hídricos e revitalização de bacias quatro já foram alcançadas

e as demais apresentam andamento adequado, não havendo riscos identificados até o momento.

De acordo com o andamento dos empreendimentos de adução e reservação de água constantes do programa, haverá avanços relevantes em direção ao Objetivo de “Ampliar a oferta de água”. Em se tratando do Objetivo de “Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção”, destacam-se avanços na recuperação dos reservatórios estratégicos que receberão as águas do PISF.

Quanto ao Objetivo de “Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica”, destacam-se os avanços para a conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica, que indicará intervenções estratégicas, capazes de resolver de forma estruturante o déficit hídrico nas regiões do País.

No que tange às metas relacionadas a águas subterrâneas, destaca-se que a ampliação da base de dados do SIAGAS e a realização de estudos e mapas hidrogeológicos, os quais se apresentam com andamento adequado. Quanto à meta relacionada à implantação do RIMAS, para impulsionar a inclusão de novos poços, será buscada a celebração de acordos com diversos atores para incorporação de poços destinados ao monitoramento.

PROGRAMA 2047

SIMPLIFICAÇÃO DA VIDA DA EMPRESA E DO CIDADÃO: BEM MAIS SIMPLES BRASIL

As micro e pequenas empresas (MPE's) representaram, em 2016, 48,21% do trabalho formal, segundo a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Atualmente, microempresas são definidas como aquelas que faturam até R\$ 360 mil por ano, e pequenas empresas como aquelas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

O Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE), trabalha na melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios e fiscais, do acesso a crédito e a novos mercados, do aumento da competitividade e da capacitação. Essas medidas são desenvolvidas em parcerias com diversos Ministérios, Sistema S, Instituições Financeiras, entidades representativas e demais atores públicos e privados, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais e artesãos.

A SEMPE é responsável pela presidência do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE) e do Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim), ambos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Estatuto da Micro e Pequena Empresa; e coordena as ações no âmbito do Grupo de Trabalho do Microempreendedor Individual (GT MEI).

A Secretaria Especial tem apoiado os movimentos do empreendedor em iniciar, manter ou expandir o seu negócio de forma simples e ágil, a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 123/2006, a oferta de crédito adequado, a inovação e o acesso

a novos mercados (nacional e internacional), além da capacitação e assistência técnica para práticas eficientes de gestão e sustentabilidade.

O Programa 2047, do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, definiu como uma de suas prioridades corrigir algumas das distorções enfrentadas por MPE's no acesso a mercados, especialmente os de compras públicas e exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito. É reconhecido que essas distorções estão associadas à conjunção de: custos de transação proporcionalmente maiores que os enfrentados por empresas de maior porte econômico relativo; inexistência de instrumentos providos pelo mercado que promovam uma alocação de recursos capaz de anular ou pelo menos suavizar esse efeito; baixa competitividade, e alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio.

Principais Resultados

As MPE's continuam sendo as maiores empregadoras no Brasil. De uma participação de 53,9% dos empregos formais em 2015 passou a 48,21% em 2016, segundo a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A pauta exportadora passou, também, a contar com maior participação das MPE's: de 0,87% em 2014, para 1,08% em 2015 e 1,23% em 2016. Somente em 2017, cerca de 374 mil empresas optaram pelo enquadramento como MPE de um total de cerca de 500 mil novas empresas constituídas nos últimos três anos.

O número de Microempreendedores Individuais (MEI) optantes pelo Simples Nacional

continua aumentando: de 6.649.846 em 2016 para 7.738.590 em 2017. O número de empresas optantes pelo Simples também subiu de 4.938.380 em 2016 para 4.967.797 em 2017, criando, assim, novos negócios, e contribuindo com a manutenção e a geração de novos empregos e renda.

Ainda quanto aos trabalhos em prol das MPE's e segundo dados do DataSebrae (<http://datasebrae.com.br/simples-nacional/>), entre os anos de 2007 e 2016 houve aumento de 364% no número de empresas optantes pelo Simples Nacional, que passou de 2,5 milhões para 11,6 milhões (expansão de 9,1 milhões de optantes), com destaque para o Microempreendedor Individual (MEI), espécie de microempresa, conforme a Lei Complementar nº123/2006 e, portanto, também público alvo da SEMPE. No período em questão, foram criados 6,5 milhões de MEI, enquanto que o número de microempresas e empresas de pequeno porte optantes apresentou uma expansão de 2,6 milhões de empresas.

Em 2017, foram habilitadas as primeiras empresas como operadores logísticos, e os novos procedimentos vêm permitindo redução de custos e de tempo necessários à conclusão das operações exportadoras, proporcionando maior competitividade às empresas de pequeno porte. Além disso, foram estabelecidas outras simplificações para operações realizadas diretamente pelas MPE, principalmente no que se refere ao licenciamento de exportação e à habilitação da empresa para operar no comércio exterior.

Ainda em maio de 2017, o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e municipais, implantou o primeiro módulo de simplificação da RedeSim, permitindo que o empreendedor realize a consulta da análise de viabilidade de forma *online*, automática e com a recuperação dessa informação pelos sistemas da Receita Federal, Junta Comercial e Secretaria de Finanças, evitando, assim, que se exija o duplo preenchimento nos sistemas. Com a troca de informação entre os sistemas, também foi

possível a emissão automática da Inscrição Municipal, bem como a dispensa do agendamento de atendimento presencial para desbloqueio da Inscrição Municipal pelo empreendedor. Essas medidas simplificaram o processo e reduziram o tempo de abertura de empresa no município de São Paulo. Hoje já é possível abrir empresas de atividades econômicas de baixo risco em até 7 dias, nos termos da Lei nº 11.598, de 2 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e a integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a RedeSim.

No âmbito empresarial, ampliaram-se os processos da RedeSim, com a adesão do Distrito Federal, totalizando 100% de integração entre os estados nas chamadas "Fase 01" e "Fase 02", que contemplam sistemas que facilitam e simplificam a consulta aos dados empresariais e o registro de novos atos de empresas. Com a ampliação da RedeSim, os mecanismos dos principais processos empresariais, como o registro de novas empresas, tornam-se mais simples, incentivando a atividade empresarial. A perspectiva para os próximos anos é a ampliação da chamada "Fase 3" da RedeSim, que trará integração completa dos atos. Somente em 2017, 25 estados já haviam aderido à nova fase, restando apenas os estados de São Paulo e Paraná, que já sinalizaram que terão seus projetos de ampliação da integração estendido para a nova fase da RedeSim em 2018.

Também em 2017 promulgou-se a Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, em que se unificaram os processos de Licenciamento de Empresas pelos órgãos de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, como o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária.

Simplificação e Integração dos Processos de Legalização de Empresas

A RedeSim é um sistema integrado, instituído pela Lei nº 11.598/2007, que permite a abertura, a

alteração, a baixa e a legalização de empresas. São partes do processo da RedeSim as seguintes etapas: Etapa de Análise da Viabilidade de Nome e Locacional; Etapa de Registro Mercantil; Etapa de Registro das Inscrições Tributárias; e Etapa de Licenciamento (Concessão do Alvará de Funcionamento).

Em outubro de 2017, constatou-se um grande avanço na adesão dos Estados e Municípios ao processo da RedeSim, totalizando 2.161 municípios com integração em alguma etapa. Isso permitiu a redução de custos e de tempo a milhares de cidadãos empreendedores brasileiros.

Na etapa de inscrições tributárias, a RedeSim já conta com 26 Secretarias Estaduais de Fazenda emitindo a Inscrição Estadual de forma integrada e com 25 Secretarias de Finanças de Capitais emitindo a Inscrição Municipal de forma integrada.

Já na última etapa de licenciamento, a RedeSim dispõe de 21 Corpos de Bombeiros, 21 Vigilâncias Sanitárias e 17 órgãos do Meio Ambiente integrados emitindo de forma *online* a licença de baixo risco, concedida aos negócios que não apresentam risco à sociedade.

De acordo com o relatório *Doing Business* 2017, do Banco Mundial, atualmente o Brasil encontra-se na posição 175º de um total de 190 países no quesito abertura de empresas. A implementação da RedeSim na cidade de São Paulo permitiu aos partícipes a revisão dos processos, eliminando exigências em duplicidade; a redução da burocracia, e a integração dos sistemas de formalização de empresa, em uma parceria das esferas federal, estadual e municipal. Como decorrência imediata, eliminou-se a duplicidade de coleta das informações e suprimiu-se interações presenciais do empreendedor. A revisão dos processos foi acompanhada por todos os órgãos integrantes por meio dos seus representantes em Grupos de Trabalho.

No Rio de Janeiro foi implantado o novo portal web (<https://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/Regin/>

ReginServicos). Nesse portal, o empresário usa a tecnologia de certificação digital para realizar todo o procedimento de formalização - abertura, alteração e baixa - da empresa eletronicamente, ou seja, todo o trâmite é realizado pela internet.

Uma das iniciativas para propiciar o atingimento do objetivo "Simplificar e integrar os processos de legalização de empresa" é a criação da base cadastral nacional única de empresas. Com a finalidade de definir responsabilidades e cooperação na especificação, desenvolvimento, implantação, produção e manutenção da Base Nacional de Pessoas Jurídicas, vinculada ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, está em elaboração o Acordo de Cooperação Técnica entre a SEMPE e a Receita Federal do Brasil (RFB). A gestão do cadastro será da RFB e do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI). Cabe a este último, nos termos do Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, coordenar a manutenção, a coleta de dados e a atualização da Base Nacional de Empresas.

Ainda dentro dessa perspectiva, encontra-se em desenvolvimento, em parceria com as Juntas Comerciais e a RFB, sistemática para criação de um processo único de abertura e legalização de empresas em todo Brasil.

De forma geral, as Juntas Comerciais vêm trabalhando na integração, simplificação e desburocratização dos processos, de forma a reduzir os procedimentos e a simplificar os processos de legalização de empresas. Nesse sentido, está sendo trabalhado a unificação do Portal do Empreendedor com o Portal da RedeSim.

Ainda no ano de 2017, o Grupo de Trabalho de Indicadores, vinculado ao Comitê Gestor da RedeSim, trabalhou na metodologia, métricas e ferramentas de apuração e medição dos tempos das etapas de abertura de empresa, sob responsabilidade dos órgãos envolvidos (Prefeituras, Juntas Comerciais, Administrações Tributárias Federal e Estadual e

Órgãos de Licenciamento), bem como melhorou o processo atual de medição da integração. Atualmente o ranking de integração não detalha as notas atribuídas a cada partícipe. Portanto, a revisão e a documentação das memórias de cálculo utilizadas na atribuição das notas para sua criação serão disponibilizadas no Portal do Empreendedor e na RedeSim, para proporcionar uma maior transparência ao processo e estimular o alcance da meta de reduzir o tempo médio para legalização de empresas de baixo risco de 83 para 5 dias.

O cálculo do “prazo de abertura empresa” considera todas as etapas do processo de abertura, ou seja, o prazo da prefeitura para análise da viabilidade e concessão da Inscrição Municipal; do estado para análise do registro empresarial (que pode ser na Junta Comercial, no cartório ou no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil -OAB) e Inscrição Estadual; do Governo Federal para concessão do CNPJ; e, por fim, dos órgãos de licenciamento municipal e estadual.

Segundo o Relatório *Doing Business* divulgado em 2017, com período de medição de junho de 2016 a junho de 2017, o prazo médio nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP para se abrir uma empresa é de 79,5 dias. Ao se analisar os critérios utilizados para composição do prazo, identificou-se que o Banco Mundial considera as etapas descritas acima e mais algumas etapas que, *a priori*, não compõem o prazo de abertura no Brasil: Obtenção de Certificado Digital (*token*), Registro dos Empregados no Programa de Integração Social (PIS), Registro no Sindicato Patronal e Registro no Sindicato dos Empregados. Dessa forma, o resultado apontado pelo Relatório diverge da metodologia utilizada pela SEMPE. Após a implantação dos novos procedimentos de abertura de empresas nas duas cidades e a revisão dos processos, já é possível abrir empresas em até 5 dias na cidade de São Paulo e em 7 dias na cidade do Rio de Janeiro. Considerando o exposto, a medição realizada pelo Banco

Mundial está sendo questionada pelo governo brasileiro. Não obstante, o Banco Mundial reconhece a melhoria do ambiente de abertura, alteração e baixa de empresas na cidade do Rio de Janeiro após a implantação do portal *online*.

Diante do exposto, encontra-se em estudo minuta de Resolução contendo as diretrizes para se medir o tempo de legalização de empresas em todo o País, de acordo com a Resolução do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) nº 37, de 15 de dezembro de 2016. A Resolução atribui à SEMPE a responsabilidade pela elaboração e disponibilização do Mapa RedeSim em sítio na web, para que a população e os órgãos parceiros (Prefeituras, Secretarias de Finanças, Juntas Comerciais, RFB, Cartórios, Secretarias de Fazenda, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente) tenham acesso ao grau de integração perante à RedeSim e ao tempo transcorrido em cada uma das etapas dos processos de abertura e legalização, alterações e baixas de empresas, em qualquer unidade da federação.

Ampliação dos Mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato

Em outubro de 2016 foi editado decreto de regulamentação do Regime Simplificado de Exportação (Simples Internacional) para Micro e Pequenas Empresas (MPE's), previsto no art. 49-A da Lei Complementar nº 123/2006. Ficou definido que um operador logístico irá realizar pela MPE todos os procedimentos necessários à efetivação da exportação.

Articulou-se, por meio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, a “Semana Nacional do Crédito”, da qual participaram a SEMPE, o SEBRAE e as instituições financeiras (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa e Santander). Foram discutidos os temas: Orientação

para Acesso a Crédito, Gestão Financeira, Renegociação de Dívidas, Orientação para Acesso ao Microcrédito e Ofertas de Linha de Crédito para os Pequenos Negócios. De acordo com informações dos bancos, o total de recursos aplicados em operações de MPE's, em outubro de 2017, mês de destaque da ação, alcançou o montante de R\$ 8 bilhões.

No âmbito do Fomento Nacional, em 2017, a SEMPE esteve presente na oitava edição do evento, promovido pelo SEBRAE, com significativa participação na rodada de negócios/encontro de oportunidades, bem como na mediação do Painel Oportunidade para os Microempreendedores Individuais nas Compras Públicas.

Em consonância com a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foram realizados, em 2017, cinco eventos de oportunidade de negócios. Nestes eventos, foram comercializados cerca de 208 mil produtos com faturamento aproximado de R\$ 5,2 milhões, beneficiando diretamente mais de 4,9 mil artesãos, de modo a oferecer a estes artesãos, condições de novos mercados e proporcionar a geração e a manutenção de emprego, trabalho e renda. Para a transversalidade das políticas públicas, em 2017, foram realizados 120 cadastros de artesãos ou trabalhadores manuais quilombolas, representando um crescimento de 29,42%, em relação a 2016. Esse valor representa aproximadamente 32% de incremento em relação à meta originalmente prevista para o PPA, de 400 cadastrados, que já havia sido alcançada em 2016. Ainda em relação ao acesso ao cadastramento e à emissão da Carteira Nacional do Artesão e do Trabalhador Manual, destaca-se 17,66 mil novos artesãos registrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), perfazendo um total de 144.969 artesãos/trabalhadores manuais beneficiados com as ações do Programa.

Destaca-se, ainda, a ampliação da parceria firmada com a EMBRATUR, no ano de 2016, visando

o desenvolvimento do artesanato brasileiro no mercado internacional, com a participação em três grandes feiras internacionais em 2017: Top Resa na França, *World Travel Market* (WTM) no Reino Unido e *Incentive, Business, Travel and Meetings* (IBTM) World na Espanha.

No âmbito do Programa do Microempreendedores Individuais (MEI), desde a implantação do Portal do Empreendedor, em 2009, atingiu-se mais de 7,7 milhões de registros de MEI, proporcionando benefícios aos participantes como CNPJ, aposentadoria, auxílio-doença, licença maternidade, emissão de nota fiscal e crédito como Pessoa Jurídica. No ano de 2017, foi lançada nova versão do Portal, que promoveu o aperfeiçoamento da segurança, do layout, das informações e dos seus serviços. Outra importante inovação é a opção de navegação mobile, que vai permitir ao cidadão o acesso ao Portal e a todas as suas funcionalidades por meio de telefones celulares e *tablets*.

Outra iniciativa de extrema relevância para as políticas voltadas ao empreendedor foi a expansão do Projeto Instituição Amiga do Empreendedor (IAE), que tem como metas aprimorar o perfil de empreendedor e o ato de empreender, contribuindo para a geração de conhecimento na educação empreendedora e na motivação de atitudes para o empreendedorismo. No 4º trimestre de 2017, houve mobilização do Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para incentivar as Instituições de Ensino Superior (IES) a participarem do Programa, tendo o ano de 2017 sido finalizado com adesão de mais de 150 Instituições.

Acesso da Sociedade aos Serviços Públicos

O Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 "Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais no

âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. Desenvolvida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), a Plataforma de Cidadania Digital é composta pelo Portal de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br), e de ferramentas de controle de acesso, acompanhamento e avaliação da solicitação do usuário.

Ao longo de 2017, a Secretaria Especial do Programa Bem Mais Simples (SEPBMBS) articulou com órgãos dos governos federal, estadual e municipal, e com entidades da sociedade civil, realizou debates e implementou ações para a simplificação de procedimentos e melhoria do ambiente de negócios nos temas: Abertura de Empresas, Registro de Propriedades, Comércio Internacional e Obtenção de Alvarás de Construção.

No referente ao Programa Brasil Eficiente, criado pelo Decreto de 7 de março de 2017, destaca-se a iniciativa da Plataforma de Cidadania Digital, conduzida pelo MPDG, que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

A Plataforma amplia e simplifica o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais, inclusive por meio de dispositivos móveis. O Portal de Serviços se tornará o canal único e integrado para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços públicos.

Considerações e Perspectivas

Em 2017, a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE) passou a integrar a estrutura do MDIC, por meio do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e do Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017. Tal fato fez com que a Secretaria Especial revisse seu planejamento, priorizando os projetos que mais se alinham à estratégia do Ministério. A SEMPE/MDIC buscou dar continuidade à relevância institucional atribuída pelo Governo Federal às MPEs no País e manter o atendimento diferenciado aos pleitos desse segmento, no trato da Secretaria com as esferas federal, estadual e municipal, e, em especial, com os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Assim, o Programa Bem Mais Simples Brasil seguiu promovendo a melhoria do ambiente de negócios e contribuindo para a retomada do nível de confiança na economia, com atuação em oito grandes áreas: educação, inovação, artesanato e MEI, crédito, desburocratização, simplificação, competitividade e agenda de cooperação.

Assim, o caminho para 2018-2019 está traçado, com foco na necessidade das MPE's e no reforço do diálogo com a sociedade, de forma a viabilizar o crescimento e a perenidade dessas empresas, a melhoria do ambiente de negócios e as condições para impulsionar a geração de emprego nesse segmento.

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Temas Especiais

- Defesa Nacional
- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
- Desenvolvimento Regional e Territorial
- Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios
- Oceanos, Zona Costeira e Antártica
- Política Espacial
- Política Externa
- Política Nuclear

PROGRAMA 2058 DEFESA NACIONAL

A Política de Defesa de um país determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. Na Política Nacional de Defesa (PND), a Defesa Nacional é conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

A Política de Defesa Nacional está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 por meio do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional, composto por objetivos, metas e iniciativas que se materializam pela ação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, dos Comandos Militares e das demais unidades que integram a Administração Central do Ministério da Defesa (MD). Esse Programa está alinhado à Diretriz Estratégica do Governo Federal de garantir a defesa nacional e a integridade territorial; promover a defesa da paz, dos direitos humanos; e de cooperação com as nações.

A principal estratégia adotada para a evolução da Política de Defesa é a implementação de medidas que visam à elevação do poder de dissuasão do Estado Brasileiro e da capacidade operativa das Forças Armadas, condições obtidas por meio do adestramento das tropas; da capacitação dos profissionais de defesa; do aparelhamento das Forças Armadas; do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa; da melhoria da infraestrutura das organizações militares; do desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial; e do aperfeiçoamento dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

Principais Resultados

No âmbito do PPA 2016-2019, foram instituídos cinco indicadores principais para acompanhamento da Política de Defesa Nacional, sendo três relacionados à prontidão, disponibilidade e operacionalidade de cada Força; um ao monitoramento do espaço aéreo; e o último à participação da Base Industrial de Defesa (BID) no Produto Interno Bruto (PIB).

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre, em 2017 foi de 78,26%. O Índice de Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira, alcançou 40,19%, uma pequena queda em relação ao resultado de 2016 (41,11%). O Índice de Meios Operativos da Marinha teve uma evolução de 44% (2016) para 47% (2017).

Com relação ao Índice de Monitoramento do Espaço Aéreo, o valor manteve-se estável no patamar de 93,13%. Por fim, a Participação da BID no PIB teve ampliação, de 0,1254% em 2016 para 0,130% em 2017.

A seguir, apresentam-se os resultados das principais metas, organizadas por objetivos.

Promoção da Multilateralidade Internacional na Área de Defesa

O MD busca fomentar a projeção do País no cenário internacional na área de defesa e promover os interesses brasileiros em fóruns internacionais relacionados às questões estratégicas do setor.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões, no biênio 2016 – 2017, com Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile,

China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Maurítânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia. Nessas oportunidades, buscou-se estabelecer ou incrementar parcerias na área de defesa, com vistas a fortalecer a base industrial de defesa brasileira.

Em 2017, foi assinado um Acordo de Cooperação em Defesa com a Indonésia, o qual contemplou o intercâmbio de delegações de alto escalão civis e militares; o desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino e do treinamento; e o aumento da cooperação da indústria de defesa de interesse mútuo, especialmente nas áreas de equipamento de defesa e serviços, apoio logístico, questões de exportação de produtos de defesa, transferência de tecnologia, pesquisa, produção e marketing conjunto.

Recursos Humanos para Ações Necessárias à Defesa Nacional

Na dimensão humana, são prioridades do período de 2016-2019 a manutenção, o aprimoramento, a captação, a formação e o aperfeiçoamento dos servidores civis e militares do MD, assim como a adequação e a racionalização dos efetivos militares.

Nos dois primeiros anos do atual PPA, foram capacitados 7.765 servidores civis da Administração Central do Ministério da Defesa; do Censipam; da Escola Superior de Guerra; do Hospital das Forças Armadas; e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; sendo 5.378 em 2016 e 2.387 em 2017. O Exército Brasileiro capacitou 18.013 militares de diversos cargos e funções em 2017. Nesse mesmo ano, o Comando da Marinha formou e capacitou 23.295 militares e servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional, perfazendo um total acumulado, no biênio, de 40.319 pessoas treinadas. Por fim, no Comando da Aeronáutica foram capacitados 14.377 militares, nos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; Comando e Estado-Maior e Altos Estudos

de Política e Estratégia, realizados pela Universidade da Força Aérea (Unifa); Aperfeiçoamento de Sargentos, ministrado pela Escola de Especialistas da Aeronáutica; e nos cursos de graduação em Engenharia, sob responsabilidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Elevação da Capacidade Operativa das Forças Armadas

No que concerne ao adestramento, em 2017, merecem destaque os exercícios singulares básicos e avançados, os exercícios combinados com países de nações amigas, as atividades de instrução militar e as operações militares.

Um marco em 2017 foi a implementação dos novos centros de adestramento do Exército Brasileiro (CA-Leste e CA-Sul), que possibilitou maior capacidade de realização de exercícios e a criação de uma nova sistemática de treinamento de tropa nos Comandos Militares Regionais. No que tange à meta de aprimorar e promover o treinamento anual de 80,1% do efetivo das unidades operacionais do Exército, foi alcançado em 2017 o percentual de 80%.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos do Comando do Exército compreende, também, o Serviço Militar, que incorporou efetivamente 93.192 jovens às três Forças Armadas.

No que diz respeito ao adestramento, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a Força realizou, em 2017, a Operação Ostium, destinada ao reforço da vigilância do espaço aéreo sobre a fronteira do Brasil, na Região Sul e Centro Oeste; além das Operações Guarani e Caxiri, que tiveram como plataforma de apoio a aeronave KC-390.

No que tange à meta de reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses, cabe destacar o seu completo alcance já no ano de 2017.

Com relação à meta de elevar para 65% o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição pronto para operar, foi alcançado o valor de 47%, em 2017.

Ainda no que tange ao adestramento das Forças Armadas, releva mencionar a participação das Forças Armadas em Missões de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e no Líbano, as quais contribuíram para o desenvolvimento da doutrina e aprestamento da Força Naval.

Adequação da Infraestrutura e Distribuição das Instalações Militares Terrestres

No que diz respeito à adequação de infraestrutura e à distribuição das instalações de organizações militares, em 2017, foram adotadas diversas ações, pelos Comandos Militares e pelo Programa Calha Norte, as quais contribuíram para a ampliação da capacidade de atuação e de mobilidade das Forças Armadas.

Em 2017, foram alcançadas as metas de aumentar de 50% para 60% a adequação das organizações militares na Amazônia e de ampliar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia. No que tange à meta de modernizar ou revitalizar 15% das organizações militares terrestres da marinha, alcançou-se o valor de 7,52%. A meta de conclusão da construção do hangar para a aeronave KC-390, está na fase final do projeto, com expectativa de término ainda dentro do período de vigência do PPA.

No bojo do Projeto Sentinela da Pátria, destinado à adequação e ao aperfeiçoamento de instalações militares, foram construídas e adequadas as instalações do 6º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), em Salvador/BA, e do 11º BPE, no Rio de Janeiro/RJ.

No tocante às obras de infraestruturas nas organizações militares da Força Terrestre, cabe destacar a adequação e a pavimentação do prédio da

Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, em Manaus/AM; do Pavilhão Hangar no 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande/MS; do acesso à Base Logística no Comando da 1ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro/RJ; e a adequação do galpão de depósito da ponte *Logistic Support Bridge* (LSB), no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Aquidauana/MS.

Quanto às adequações das organizações militares das unidades do Comando da Aeronáutica, no biênio 2016 e 2017, o foco foi na adaptação e na adequação da infraestrutura das instalações, notadamente nas reformas, reparos e construções realizadas em 24 organizações em 2016 e em 14 unidades militares em 2017.

Com relação à adequação da infraestrutura das organizações militares terrestres da Marinha, as principais obras realizadas em 2017 foram: a construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar, em Arraial do Cabo/RJ; a reforma do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia; das instalações da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e das instalações do Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ; assim como a modernização do parque de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP.

No contexto do Programa Calha Norte (PCN), destacam-se a conclusão de obras, incluindo-se a recuperação total das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira, do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5ºPEF/5ºBIS), em Maturacá/AM; a reforma dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) nas Vilas Navais de Manaus; o reforço estrutural dos blocos residenciais da Vila 14 Bis, em Manaus/AM; a aquisição de novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação e manutenção de navios e embarcações para controle e segurança do tráfego fluvial; e a realização de serviços de manutenção de aeronaves em proveito das atividades do PCN.

Desenvolvimento de Capacidades nas Comunicações, Inteligência, Cibernética e Espacial

O domínio das mais variadas tecnologias tornou-se fator determinante no desenvolvimento e soberania das nações. Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologias e capacidades relacionadas às áreas das comunicações militares, inteligência, cibernética, espacial e nuclear.

No campo das comunicações estratégicas, visando à melhoria da capacidade operacional das Forças Armadas, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento de sistemas corporativos, voltados à gestão e às operações militares e implementadas novas funcionalidades nos sistemas de comando e controle. Esses Sistemas foram empregados, com sucesso, em diversas operações militares em 2017, tais como Ágata, Alta Pressão V, Paraná, Iguaçu, Laçador, Ametista e Ciclone, dentre outras.

No que diz respeito às comunicações militares, voltadas ao Comando e Controle (C2), até o ano de 2017, foram desenvolvidos vários módulos do Sistema de Rádio Definido por Software (RDS), a exemplo da Plataforma Operacional e do Módulo de Processamento, Controle de Conversão Digital-Analógico. Com relação à meta de alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército, foi alcançado o percentual de 43%, em razão da implementação de novas funcionalidades nos sistemas de C2 Pacificador e Gerenciador do Campo de Batalha (integrante da viatura Guarani).

No que se refere à segurança da informação, nas redes de comunicação do Governo Federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) apoiou os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta no monitoramento, detecção, análise e, quando

necessário, tratamento aos incidentes de segurança ocorridos em suas redes de computadores.

No que diz respeito à Defesa Cibernética, cabe destacar, até 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

Na área Espacial, o Comando da Aeronáutica (Comaer) aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação a longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema. Em decorrência da aprovação do Pese, foi ativado o Centro de Operações Espaciais (Cope), em 2017, com a missão institucional de controlar e empregar sistemas espaciais de interesse do MD. Atualmente, o Cope está operando o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

No que se refere às realizações da Área Nuclear, foram observados avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), em Aramar/SP.

Aparelhamento das Forças Armadas com Meios Militares para a Defesa Nacional

No que diz respeito ao aparelhamento do Comando da Marinha, em 2017, foram concluídas as obras civis do Estaleiro de Construção de Submarino; os testes com carga e a homologação para funcionamento do elevador de navios; e o sistema de transferência do Estaleiro de Construção de Submarinos. Em janeiro de 2017 foi finalizado o Projeto Básico do Submarino com Propulsão Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarino

(Prosub). Houve também avanços significativos nas obras das instalações do Estaleiro de Manutenção de Submarinos e da Base Naval de apoio ao lançamento do primeiro submarino convencional, previsto para o terceiro trimestre de 2018.

Com relação à incorporação de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, houve em 2017 o recebimento dos dois primeiros Carros Lagarta Anfíbios, resultando em quatro meios incorporados no biênio 2016-2017. No âmbito da modernização de meios navais, aeronavais e de fuzileiros Navais, em 2017 foi entregue pela Embraer uma unidade modernizada do caça AF-1/1A Skyhawk, alcançando o número de cinco meios modernizados neste biênio.

Quanto ao Programa Estratégico do Exército Astros 2020, foi alcançada 44% de implantação em 2017. Houve prosseguimento do processo de aquisição de Viaturas na versão MK-6; da modernização das viaturas da versão MK3-M; do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; do Foguete Guiado SS-40 G; e do Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-Astros).

Em relação ao Programa Estratégico Guarani, as principais realizações, em 2017, foram: aquisição de 61 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas; 32 sistemas de armas Remax; e a construção/adaptação da infraestrutura de Organizações Militares que estão recebendo as VBTP-MR 6x6. No âmbito do Comando da Aeronáutica, foram adquiridas três aeronaves militares no biênio 2016-2017, sendo uma em 2017. Além disso, até 2017 foram modernizadas 12 aeronaves militares. No que tange ao Projeto FX-2, ocorreu o primeiro voo do protótipo sueco em junho de 2017, marco inicial da campanha de ensaios da aeronave. Também foram alcançados 8,6% do desenvolvimento do Projeto F-X2. Por sua vez, o Projeto AM-X teve a entrega de uma aeronave no final do exercício e as duas primeiras aeronaves KC-390 estão programadas para 2018. Quanto ao Projeto HX-BR, foram recebidas

quatro aeronaves: duas na versão operacional, uma para a Força Aérea e uma para o Exército Brasileiro e; duas na versão Básica Plus para a Marinha do Brasil.

Planejamento, Preparação e Condução de Operações Militares Nacionais e Internacionais

Para responder a eventuais conflitos faz-se necessário dispor de forças militares capazes de atuar de forma combinada e conjunta, dotadas de flexibilidade, versatilidade e mobilidade. Nesse sentido, os exercícios militares e as operações conjuntas são instrumentos importantes para avaliar as condições de operacionalidade das Forças Armadas. Com esse intuito, o MD realizou, nos exercícios de 2016 e 2017, operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Ágata e dos Exercícios multinacionais Felino e Panamax. Em relação à meta de realizar 20 exercícios militares conjuntos, de 2016 a 2017 foram executados oito, sendo quatro em cada ano.

No decorrer de 2017, foram realizadas 201 operações militares na faixa de fronteira, com o objetivo de reduzir a incidência de delitos transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado. Essas operações resultaram na inspeção de 176.742 veículos e três aeronaves; na apreensão de 170 embarcações, 48 armas, 820 munições; 14.178 quilos de drogas; e 2.750 quilos de explosivos.

No ano de 2017, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, o Governo Federal determinou o estabelecimento de ações de apoio ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, com o emprego de tropa das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Ainda no exercício de 2017, os efetivos militares também atuaram nas Operações Varredura, por solicitação dos respectivos governadores, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Acre e Pará, em articulação com as Forças de Segurança Pública

locais e com o apoio de agentes penitenciários, em revistas de estabelecimentos prisionais.

No âmbito internacional, ressalta-se, em 2016 e 2017, a participação de dois contingentes, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), esta última iniciada no ano de 2004 e encerrada no segundo semestre de 2017.

Por fim, com relação à integração os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas, a meta se encontra com bom andamento, destacando-se a disponibilidade plena no intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados.

Monitorar e Defender o Espaço Terrestre, Aéreo e das Águas Jurisdicionais Brasileiras

No que se refere à Defesa Terrestre, o Exército Brasileiro tem como um dos principais instrumentos de atuação o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Em 2017, a prioridade do Comando do Exército foi avançar na implantação do Projeto Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, tendo sido concluídas as obras de construção de dois Pelotões Especiais de Fronteira. Com os avanços da implantação na 4ª Bda CMec (projeto piloto) e na 18ª Bda Inf Fron, atingiram-se 50% de implantação do Sisfron no Mato-Grosso do Sul.

Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, houve elevação da cobertura de vigilância aérea no território nacional de 53,48% em 2016, para 68,2% em 2017. Cabe mencionar ainda, a modernização de cinco radares de terminal e as atividades de especificação e delineamento para a substituição de outros cinco radares nos anos de 2018 e 2019. O Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea alcançou a

implantação de 23 dos 30 módulos completos previstos para todo o período do PPA.

O monitoramento e defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras teve como principal destaque, em 2017, a reestruturação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), tendo sido priorizadas as áreas marítimas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao todo, foram realizadas 120 operações de fiscalização das águas jurisdicionadas, superando a meta do PPA, que consistia em 100 operações.

Por fim, no âmbito da meta de ampliação do conhecimento cartográfico da Amazônia, até o ano de 2017, foram entregues os produtos referentes ao estado do Amapá, correspondentes a 90 mil km² de imagens processadas, que foram imageadas no ano de 2016.

Desenvolvimento de Tecnologias e da Base Industrial de Defesa

Em 2017, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) deu continuidade aos processos de recuperação e modernização do parque fabril, aumento da capacidade produtiva, assim como intensificou a pesquisa e o desenvolvimento de processos e produtos inovadores para atender às atuais e futuras necessidades das Forças Armadas.

Na área aeroespacial, o Projeto KC-X, que visa a capacitação tecnológica da indústria aeroespacial brasileira para desenvolver e produzir aeronaves de reabastecimento de voo, encontra-se na última fase de detalhamento e certificação. Em 2017, foram realizadas campanhas de ensaios em voo e para 2018, estão previstas a certificação de duas aeronaves protótipos e o prosseguimento dos ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

Por fim, destacam-se alguns resultados obtidos até 2017, em relação às metas para a promoção do

desenvolvimento de tecnologias e da BID: alcance de 97% do programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390; alcance de 96% de desenvolvimento do míssil A-DARTER; Catalogação de 80% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN.

Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, a Defesa Civil e a Sociedade

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações que contribuem com o desenvolvimento nacional, atuando em diversos segmentos da sociedade, na realização de ações em prol da educação, desenvolvimento nacional e da defesa civil.

No âmbito dessas ações, destacam-se os seguintes resultados: formação de 8.066 jovens egressos do Serviço Militar, em 2016, e 5.747, em 2017, no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão; capacitação de 11.154 alunos pelo Programa de Ensino Profissional Marítimo, totalizando 22.043 profissionais aquaviários capacitados em 2016 e 2017; participação de 1.402 estudantes universitários no Projeto Rondon no biênio 2016-2017; atendimento de aproximadamente 23 mil crianças e adolescentes em 93 municípios, a partir da participação de 175 organizações

militares do Exército, Marinha e Aeronáutica no âmbito do Programas Forças no Esporte, em 2017.

No que concerne ao desenvolvimento regional, em 2017, conseguiu-se atender 76,28% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes. Isso representou a superação da meta inicialmente prevista para o final do PPA, que era de 75%.

Considerações e Perspectivas

O Programa Defesa Nacional tem evoluído de 2016 a 2017, de forma que grande parte das metas estão com bom andamento. As principais medidas a serem adotadas com relação às metas são de adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação e de compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Para os exercícios seguintes, espera-se obter o adequado andamento das metas e objetivos a fim de atender à Diretriz Estratégica do Governo Federal de garantir a defesa nacional e a integridade territorial; promover a defesa da paz, dos direitos humanos; e de cooperação com as nações.

PROGRAMA 2038

DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

No momento atual, que sinaliza para a retomada do crescimento econômico, faz-se necessário continuar investindo no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão capazes de ajudar o conjunto do Governo na superação de gargalos e na busca de soluções que viabilizem a ação estatal na entrega de bens e serviços públicos de qualidade. É nesse contexto que se insere o Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, elaborado no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019.

O provimento de serviços públicos eficientes requer o enfrentamento contínuo de desafios para aperfeiçoar e inovar a gestão, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia. Diante desse cenário, o Programa atua em várias vertentes, focando na eficiência da gestão e simplificação de serviços públicos; no uso integrado de tecnologia de informação; no aperfeiçoamento da força de trabalho; no fortalecimento da participação social e das políticas de comunicação, controle social e transparência; e no conhecimento da realidade brasileira por meio de informações estatísticas oficiais.

Principais Resultados

O Programa 2038 concentra um rol de sete objetivos, que têm diversas áreas de atuação.

O Governo Federal promoveu, no âmbito do Programa, atividades para aprofundar o conhecimento das demandas dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais. Entre elas, o acompanhamento contínuo dos atos e manifestações da sociedade civil e entidades sindicais, por meio de mídias sociais e jornalística.

Com foco na eficiência do gasto e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, substituindo carros alugados por táxis, pagando-se apenas pela utilização.

No campo da tecnologia da informação e comunicação, a implantação da Plataforma da Cidadania Digital permite ao cidadão acessar serviços públicos digitais em plataforma única. Como iniciativa para compor a Plataforma, foi implementado o Brasil Cidadão, ferramenta de autenticação que padroniza o acesso a vários serviços e sistemas, garantindo a identificação única de cada indivíduo que acessa os serviços digitais do Governo Federal e eliminando a necessidade do órgão de criar seu próprio mecanismo de acesso.

Como atividades que contribuíram para aumentar a eficiência da força de trabalho, destacam-se o aperfeiçoamento dos atos normativos relativos à gestão de pessoas, como reorganização de carreiras e desenvolvimento de trilhas de liderança para gestores públicos federais. Também contribuiu para a gestão da força de trabalho o desenvolvimento de módulos no âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), com as seguintes funcionalidades: avaliação de desempenho do servidor, recadastramento de ações judiciais e requerimento eletrônico para solicitação de benefícios.

O Programa ainda promove a realização de pesquisas que aprimoram o conhecimento da realidade brasileira, essencial à concepção e execução das políticas públicas. No rol dos levantamentos, evidenciam-se o início da coleta de dados do 10º Censo Agropecuário e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, entre outros.

No contexto do fortalecimento das políticas de controle social e transparência, vale mencionar a disponibilização a todos os entes da Federação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), no qual se encontra a funcionalidade Simplifique!, formulário eletrônico destinado à solicitação de simplificação de serviços públicos.

A comunicação social do Poder Executivo federal com a sociedade foi fortalecida por meio de campanhas publicitárias, especialmente da reforma da Previdência e Modernização Trabalhista, e do aperfeiçoamento de portais e redes sociais do Governo.

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para este programa, destaca-se a média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC, que demonstra o esforço do poder público em garantir o direito das pessoas em demandar informações públicas a órgãos e entidades, em cumprimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação (LAI)). Entre 2015 e 2017, houve um aumento de 28% nas solicitações registradas no e-SIC. O índice alcançado pelo indicador de percentual de negros no Poder Executivo Federal sinaliza o aperfeiçoamento dos processos de seleção de pessoal, com a utilização de critérios que valorizam a diversidade nos concursos públicos. Esse indicador aumentou de 26,67% em 2016 para 30,42% em 2017.

Por fim, os resultados detalhados das principais metas estão mencionados, em seguida, nos objetivos vinculados ao Programa.

Participação Social na Gestão Pública e Diálogo com a Sociedade Civil Organizada

O Governo Federal deu continuidade aos diálogos com movimentos sociais, comunidades tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as

demandas e assegurar a representação do maior número desses povos nos processos de participação social para elaboração, gestão e monitoramento de políticas públicas.

Como ferramenta de monitoramento, foi realizado o acompanhamento dos atos e manifestações da sociedade civil organizada e entidades sindicais por meio de mídias sociais e jornalística, compilados no Radar Semanal e no Relatório Diário de Perspectivas e Ocorrências.

Deu-se início à criação de um portal de integração de todas as ferramentas virtuais e presenciais de participação social. Também foi iniciada uma rede de controle social com organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar sinergias entre os trabalhos realizados isoladamente por organização da sociedade civil.

No âmbito da Política Nacional de Participação Social (PNPS), ocorreu a reunião do Fórum Interconselhos, com a finalidade de monitorar o Plano Plurianual 2016-2019, que contou com ampla participação da sociedade no debate sobre questões que iriam influenciar na gestão das diversas políticas públicas.

Com a edição da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que trata da regularização fundiária em áreas urbanas e rurais, o Governo atuou na mediação de conflitos, articulando políticas públicas voltadas para assentados de reforma agrária, pequenos agricultores e produtores de orgânicos. Este último segmento vem sendo contemplado por políticas específicas, como o Plano Nacional de Agricultura de Produção Orgânica (Planapo), e conduzido com participação da sociedade civil e do poder público, por intermédio da Comissão Nacional de Agricultura e Produção Orgânica (CNAPO).

Capacidade do Estado de Prover Entregas à Sociedade com Qualidade

A administração pública desenvolve atividades para tornar os serviços públicos compreensíveis e acessíveis,

simplificando procedimentos e normas, e colocando a tecnologia da informação a serviço do cidadão.

Na área da gestão pública, foi desenvolvido o Kit de Transformação de Serviços Públicos, ferramentas que dão suporte para que os órgãos digitalizem e implantem serviços com maior qualidade e transparência, orientados pela perspectiva dos usuários. O kit está disponível como componente da plataforma de cidadania digital com acesso gratuito (<http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital/transformacao>).

Outra ferramenta que vem possibilitando à administração pública tornar-se mais eficiente, refere-se à edição de normativos, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) para simplificar a governança das atividades de logística e compras governamentais, bem como ofertar melhores garantias contratuais aos trabalhadores terceirizados, tais como: (i) alteração do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, para estabelecer um modelo de governança que garanta maior transparência e efetividade às atividades de logística pública; (ii) Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que estabelece regras e diretrizes para a contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e (iii) Decreto nº 9.046, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, em âmbito federal.

Outra atividade foi a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: (i) implantação do novo módulo de cadastramento on-line dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; (ii) implantação do banco de projetos, para cadastramento de propostas; (iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTv); (iv) reestruturação da

funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; (v) lançamento do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e (vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência ao processo.

Com foco na eficiência do gasto, melhoria dos serviços prestados aos usuários, maior controle e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substitui os carros alugados e próprios por táxis, pagando-se apenas pela efetiva utilização. A Central de Compras conseguiu o menor preço global em R\$ 12,7 milhões, em Ata de Registro de Preços, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal.

Atualmente com 20 unidades em operação e com perspectiva de implantação dos demais órgãos até o meados de 2018, o TáxiGov alcançou números representativos, acompanhados por meio de um Painel de Gestão, disponibilizado aos órgãos beneficiários e que reforça a fiscalização e o monitoramento do modelo.

O aumento da eficiência da gestão pública passa pelo aprimoramento de processos, entre eles, a gestão do patrimônio da União. Nessa área, a atividade principal para a modernização da gestão do patrimônio foi a entrega das duas primeiras versões do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), a primeira delas comportando o Portal de Atendimento ao Cidadão (patrimoniode-todos.gov.br) e a segunda, com os módulos de geoinformação e de gestão de receitas (parcelamento de débitos). O Portal de Atendimento ao Cidadão permite ao interessado solicitar e acompanhar pela Internet as fases de tramitação de sua demanda.

Em uma estratégia de racionalização dos imóveis sem interesse para a administração pública, o

Governo Federal adotou um novo mecanismo para alienação, assumindo a responsabilidade de promover as vendas, sem a necessidade das interveniências de outros agentes. A alienação sem intervenientes resultou em um incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior, que contava com a participação de agentes externos. No total, atingiu-se, em 2017, a marca de R\$ 47,16 milhões com a negociação de imóveis da União.

Vale destacar a atuação do Governo Federal no estímulo aos órgãos públicos em adotarem práticas de sustentabilidade em suas atividades, por meio da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no sentido de preservar o meio ambiente e reduzir gastos. Em 2017, foram firmados 34 Termos de Adesão (TAs), tendo sido acumulado o total de 60 adesões entre os anos de 2016 e 2017, o que corresponde a uma ampliação de 21% no número de adesões à A3P.

Na área de planejamento, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.163, de 2017 (PL de Governança), que define as bases para o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, incorporando os planos nacionais e regionais de desenvolvimento, em cumprimento ao Art. 174 da Constituição Federal.

Outro instrumento de planejamento que amplia a capacidade do Estado de gerenciar as entregas à sociedade, foi o alinhamento dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos atributos do PPA 2016-2019, fortalecendo a visão sistêmica e transversal necessária ao monitoramento e à avaliação do Plano. Constatou-se que 96% das metas ODS possuem atributo do PPA relacionado à sua implementação. O alinhamento possibilitou acompanhar os esforços dos ministérios finalísticos para o alcance das metas dos ODS.

Outra frente de atuação do governo na busca pelo aprimoramento da gestão de recursos é o

fortalecimento dos controles internos e o aperfeiçoamento da gestão de riscos da Administração Pública. Estes mecanismos contribuem tanto para a melhor alocação dos recursos e subsídio à tomada de decisão, como para fortalecimento da integridade e prevenção da corrupção.

Nesse campo, as diretrizes adotadas para a avaliação da governança, da integridade, dos controles internos e da gestão de riscos na Administração Pública Federal consistiram: (i) edição do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; (ii) avaliação, em 2017, de 12 políticas públicas relacionadas aos temas de distribuição de medicamentos, fiscalização ambiental em obras, oferta de água e sistema prisional (entre os anos de 2016 e 2017, foram realizadas 26 avaliações); (iii) fiscalização de 157 municípios, tendo sido deflagradas, no biênio 2016-2017, o total de 111 operações especiais destinadas a apurar fraudes envolvendo recursos públicos.

Eficiência da Ação do Estado Via Tecnologia da Informação e Comunicação e Aprimoramento da Gestão

Como ação do Governo para aumentar a eficiência do Estado, possibilitando melhorias no desempenho dos processos da Administração Pública, teve destaque a ampliação do número de órgãos e instituições que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN). Atualmente, a solução está implantada em 70 instituições públicas, e outras 93 estão em fase de implantação, refletindo o esforço do Governo Federal na expansão do processo administrativo eletrônico.

No âmbito do Sistema Protocolo Integrado, 37 órgãos e entidades estão integrados à solução, o que permite o acompanhamento pelo cidadão dos trâmites dos processos de forma remota e integrada.

No que diz respeito à disseminação da prestação de serviços de forma eletrônica pelos órgãos, foram realizadas entregas no âmbito da Plataforma da Cidadania Digital, iniciativa que facilita o acesso aos serviços públicos digitais em uma plataforma única, tais como: (i) nova versão do Portal de Serviços; (ii) ferramenta de solicitação e acompanhamento dos serviços públicos; (iii) mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos (Brasil Cidadão); (iv) mecanismos de solicitação, acompanhamento e avaliação dos serviços públicos; e (v) digitalização dos primeiros serviços utilizando as ferramentas da Plataforma.

No contexto da interoperabilidade entre sistemas e serviços da Administração Pública Federal, foram lançadas três iniciativas que visam à integração de dados e sistemas de diferentes órgãos. Uma delas é a Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData), ambiente digital que reúne as principais bases de dados do Governo Federal, permitindo a pesquisa e o cruzamento de informações e estimulando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, a detecção e eliminação de fraudes e a redução dos custos logísticos.

A Plataforma de Reconhecimento Digital do Cidadão (Predic) é outra iniciativa que permite a identificação digital do cidadão, facilitando o compartilhamento de dados cadastrais entre os órgãos de governo. As atividades da plataforma serão executadas a partir de 2018.

Adicionalmente, tem-se o Serviço Centralizado de Processo Eletrônico (ConectaGov), que visa à integração de informações e serviços entre diferentes aplicações de órgãos do Governo. A solução tem o objetivo de evitar que uma pessoa tenha de buscar um documento em um órgão de governo e entregá-lo em outro, no momento em que está consumindo um serviço público, otimizando a relação entre governo e sociedade.

Quanto ao fomento do compartilhamento de dados e acessibilidade digital, atingiu-se a publicação dos Planos de Dados Abertos de 65 órgãos públicos, entre os exercícios de 2016 e 2017, atendendo ao Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos.

Ocorreu a entrega da versão WEB do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de sítios e portais (Asesweb), que consiste em uma ferramenta que permite avaliar e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais. Implantou-se também o tradutor de português para Libras (Vlibras), suíte que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

Na direção do compartilhamento de serviços, a Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia Brasília), infraestrutura de comunicação do Governo Federal com capacidade para transportar dados, voz e imagens, deu seguimento ao processo de contínua expansão e adequações de infraestrutura, com a integração de novos órgãos e entidades públicas à rede, por meio da conclusão de 15 novas obras de acesso e quatro adequações no *backbone* (rede principal). Atualmente, existem 84 órgãos públicos conectados à rede, por intermédio de 203 pontos de conexão, uma extensão de rede de fibra ótica de 120 km gerando uma economia anual de cerca de R\$ 58 milhões.

Eficiência da Força de Trabalho do Estado

O Governo Federal vem desenvolvendo atividades para formar quadros qualificados servidores, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços públicos, tornando-os eficientes e coerentes com as demandas da sociedade.

Para ampliar as ações de qualificação profissional dos agentes públicos, por meio da atuação das Escolas de Governo, foi criado o Projeto Escola Virtual (Escola Virtual.gov), que disponibiliza, em um único portal, oportunidades de capacitação para servidores públicos e cidadãos, a partir de um catálogo de cursos unificado da Administração Pública. Foram promovidas ações de capacitação de agentes públicos em diversos setores, tais como Logística Pública, orçamento, avaliação de políticas públicas e capacitação para altos executivos.

Também contribuiu para a consecução do objetivo a implantação de ferramentas de TI para o aperfeiçoamento da gestão da força de trabalho e melhoria institucional dos órgãos da Administração Pública Federal, com destaque para as novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), tais como requerimento eletrônico, cadastramento de ações judiciais, avaliação de desempenho, auxílio moradia e anistiado político.

Gestão das Informações Estatísticas e Geocientíficas e Registros Administrativos

As informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas são essenciais à consolidação de uma sociedade democrática, e são indispensáveis ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas e transparência nas ações de governo.

No rol dos levantamentos realizados em 2017, destacam-se pesquisas e estudos que ampliam o uso e o aprimoramento das informações estatísticas e geocientíficas, como: (i) início da coleta de dados do 10º Censo Agropecuário, levantando informações sobre a área, a produção, as características do pessoal ocupado, o emprego de irrigação, o uso de agrotóxicos, entre outros temas; (ii) início da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, a mais abrangente investigação sobre os padrões

de renda e consumo das famílias brasileiras; (iii) Divulgação do Atlas Nacional Digital do Brasil 2017, documento que traz as mudanças observadas no processo de ocupação do território nacional; (iv) Lançamento da publicação Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016, estudo inédito sobre a rede urbana brasileira vista por meio do transporte de passageiros público e coletivo; (v) Lançamento da publicação Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil, que propõe a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional; e (vi) Disponibilização do conjunto completo de mapas contendo informações em Geologia (rochas), Geomorfologia (relevo), Pedologia (solos) e Vegetação para todo o Brasil.

Controle Social, Transparência Governamental e Acesso à Informação

A transparência e o acesso à informação pública são instrumentos que viabilizam a participação social, visto que fortalecem a capacidade dos cidadãos de participar mais efetivamente do processo de tomada de decisões.

A participação cidadã e o acesso à informação são aprimorados por meio do monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Em 2017, foi avaliado o atendimento à LAI (Transparência Passiva, Ativa e Dados Abertos) em doze ministérios. O resultado das constatações e providências dos gestores pode ser acompanhado no site www.lai.gov.br. Nesses mesmos órgãos também foi realizado, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), o monitoramento das omissões a pedidos de informações. No total, foram registrados 117.130 pedidos de informação ao Governo Federal, via LAI, tendo sido respondidos 112.759 (96%).

No âmbito do Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br), ferramenta de

divulgação de informações sobre servidores, sanções, contratos, convênios, receitas e despesas, foi apurado, em 2017, o total de 21.333.617 visitantes, sendo a média mensal de visitas de 1,8 milhão de pessoas.

Contribuiu ainda para o processo de controle social, a ampliação do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Profort), com adesão de 289 órgãos públicos, em 2017. No âmbito do Programa, foi oferecido a todos os entes e Poderes, o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), plataforma na qual órgãos públicos recebem e tramitam entre si as manifestações de usuários de serviços públicos. No exercício, o e-Ouv atendeu 443 instituições públicas.

Em 2017, a Ouvidoria Geral da União (OGU) exerceu monitoramento sobre 83.687 manifestações (crescimento de 68,6% em relação ao exercício anterior), feitas a 161 unidades de ouvidoria usuárias do sistema e-Ouv.

O sistema foi aprimorado com a criação da funcionalidade “Simplifique!”, formulário eletrônico para solicitação de simplificação de serviços, desenvolvido no âmbito do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Outras melhorias foram a criação de serviços do e-Ouv para entes federados e transformação do sistema em plataforma para recebimento de informações por meio de outras aplicações, como o e-SIC, da CGU, o Portal de Serviços e o Portal de Dados do Poder Executivo Federal.

No que diz respeito ao acesso à informação, o lançamento do Portal PPA Cidadão 2016-2019 (<https://ppacidadeo.planejamento.gov.br/sitioPPA/>) possibilitou a disseminação de informações sobre o Plano, além de permitir o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* - OGP), compromisso internacional firmado por 70 países e que visa fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais e promover a participação social.

Fortalecimento da Comunicação do Poder Executivo Federal com a Sociedade

O fortalecimento da comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade tem o propósito de promover o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, transparente e interativa. Para tanto, é fundamental a ampliação do acesso aos canais de comunicação digital do Governo.

A presença digital do Governo nas redes sociais foi intensificada, com a criação de um canal com o servidor público via “*whatsapp*”, que visa ampliar a comunicação com esse público através de informes sobre atividades e serviços.

Foram realizadas, também, diversas campanhas de publicidade e comunicação digital de reformas e programas do Governo que impactam a vida dos brasileiros, entre elas: (i) reforma da Previdência e modernização trabalhista: criação dos sites www.reformadaprevidencia.gov.br e www.brasil.gov.br/trabalhista; (ii) Programa “Agora, é Avançar”: divulgação do planejamento das obras propostas; e (iii) Programa de Parceria de Investimentos (PPI) - Projeto Crescer: publicação da remodelagem do formato das concessões no Brasil.

Considerações e Perspectivas

Os resultados do Programa refletem o compromisso do Governo Federal de continuar avançando na simplificação da relação com a sociedade, reduzindo procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade dos serviços públicos.

De forma geral, o Programa apresentou um bom desempenho na execução dos objetivos e metas, o que pode ser verificado principalmente pelas atividades desenvolvidas no campo da tecnologia da informação e comunicação, que contribuíram

para a melhoria no desempenho dos processos da Administração Pública, e para a implantação de plataformas digitais que concentram os serviços públicos mais demandados pelo cidadão.

Em 2018, terá início a construção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,

em atendimento à recomendação do Comitê Interministerial de Governança. Para tanto, será criado Grupo de Trabalho responsável pela coordenação da elaboração de estudos preparatórios para a formulação da Estratégia. Também serão sendo enviados esforços para a construção do próximo Plano Plurianual, relativo ao período 2020-2023.

PROGRAMA 2029

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

Este Programa tem como diretrizes estratégicas a redução das desigualdades regionais e intrarregionais, além da promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

Assim, busca-se o estímulo ao desenvolvimento regional e territorial atuando em várias escalas com a articulação de ações que promovam melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados, com a articulação de políticas públicas e o apoio ao desenvolvimento econômico.

Principais Resultados

Como principais resultados do Programa, no fim do exercício de 2017, os Fundos Constitucionais aplicaram R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões na Região Norte (FNO), R\$ 16,1 bilhões na Região Nordeste (FNE) e R\$ 7,8 bilhões no Centro-Oeste. Os Fundos de Desenvolvimento, ao final de 2017, empenharam R\$ 2,1 bilhões. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) empenhou R\$ 1,117 bilhão; o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) empenhou o montante de R\$ 701 milhões e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), por sua vez, ao final do exercício, empenhou o montante de R\$ 301 milhões.

No âmbito do desenvolvimento econômico destaca-se também o apoio a 102 novos projetos industriais na área de intervenção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), bem como a efetiva implantação de 17 empresas industriais e de novos Processos Produtivos Básicos (PPB), fortalecendo o Polo Industrial de Manaus (PIM), mediante a atração de investimentos para fabricação desses produtos.

As ações voltadas ao desenvolvimento rural tiveram o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), realizado em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), como estruturador da sua ação junto ao semiárido nordestino, mediante parcerias com a ANATER e universidades.

Promoção do Desenvolvimento Regional

No âmbito do desenvolvimento regional, algumas ações desenvolvidas em 2017 podem ser ressaltadas: atualização dos parâmetros da tipologia do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); discussão sobre o novo portal do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR); conclusão da 4ª edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2017 e proposições para uma nova edição em 2019; participação ativa no Comitê Gestor e Câmaras Técnicas do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS – Xingu) (<http://pdrsxingu.org.br/site/>); finalização e entrega dos Planos de Desenvolvimento Regional de Sergipe (PDR/SE) e Estadual de Alagoas (PDE/AL).

Dentre as ações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), destacam-se o estudo dos Microeixos de Transporte dos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins; as revisões de normativos legais e/ou regulamentação da legislação da Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (PDIA); a participação ativa no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA – Marajó); o acompanhamento remoto do PDRS-Xingu e o apoio institucional aos planos estaduais do Amapá e Roraima. No campo de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), está em fase de conclusão o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina-PI.

Na atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) destaca-se o acordo de Cooperação Técnica realizado entre a autarquia e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para dar seguimento à elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF). Ao longo de 2017, houve um grande avanço na elaboração deste instrumento, coordenada pelo MMA e realizada também em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), cumprindo a etapa de elaboração de prognóstico e subsídios à implementação do referido Macrozoneamento, contemplando: a) a análise estratégica com vistas à construção dos cenários prospectivos, com a análise histórica de ocupação, a caracterização da situação atual e a identificação dos principais vetores de transformação que dão ritmo à dinâmica territorial da BHSF; b) a elaboração dos cenários prospectivos preliminares e, c) a sistematização de sete oficinas participativas realizadas com a participação de 180 participantes, representando 60 instituições, com o objetivo de refinar o exercício de cenarização prospectiva proposto.

Em consonância com a missão dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional e com as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento das regiões beneficiárias, os programas de financiamento e investimento buscaram atrair e incentivar o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo para a manutenção dos empregos, a geração de novos postos de trabalho, o incremento das produções regionais, a arrecadação de tributos e a redução do êxodo rural. No âmbito dos instrumentos financeiros da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), deu-se continuidade ao esforço iniciado no ano de 2016 de desburocratizar, revisar e simplificar o processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos Regionais.

No caso dos Fundos de Desenvolvimento Regional, houve, durante o ano de 2017, uma ampla

discussão entre os diversos atores envolvidos na administração destes Fundos para uma revisão normativa, visando dar maior celeridade à concessão do crédito, assim como tornar sua operacionalização mais eficaz e eficiente, fazendo esta fonte de recursos mais atrativa, de modo a impulsionar novos investimentos em 2018.

No tocante aos Fundos Constitucionais de Financiamento, o Ministro da Integração Nacional (MI) retirou a vedação ao financiamento para o setor de energia, permitindo, a partir de 2017, o financiamento para transmissão, geração e distribuição de energia. A orientação também foi adotada para os Fundos de Desenvolvimento Regional.

Adicionalmente à liberação do financiamento ao setor energético, foram tomadas outras medidas pelo MI: a permissão temporária para o financiamento de capital de giro isolado com a finalidade de amparar gastos gerais relativos à administração do negócio/empreendimento, além de ações específicas para cada região atendida com recursos desses Fundos. Tais decisões foram tomadas em razão da elevação do volume de recursos disponíveis para aplicação pelos Fundos Constitucionais.

Em 2017, estava previsto para aplicação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) recursos na ordem de R\$ 40,9 bilhões e para os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), R\$ 3,4 bilhões.

Cabe destacar, ainda, a realização de ações na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Na lógica da atração de investimento, em 2017, a Suframa apoiou e incentivou a implantação de projetos industriais e de projetos que utilizam a matéria-prima regional em sua área de atuação, aprovando 102 projetos, incluindo dois projetos com a utilização de matéria prima regional (Zona Franca Verde), no Estado do Amapá. A

perspectiva é que os projetos industriais, em nível de 3º ano de produção, tenham investimentos totais da ordem de U\$ 3,19 bilhões e a geração de 6.710 postos de trabalho. No acumulado do biênio 2016-2017, houve assim apoio e incentivo à implantação de 162 projetos, superando a meta estabelecida para o PPA, de 135 projetos.

Outro ponto a destacar, em 2017, foi a efetiva implantação de 17 empresas industriais, e de 13 novos Processos Produtivos Básicos (PPB) com destaque para as Portarias Interministeriais PI nº 34/2017 - Aparelho eletromecânico para preparação instantânea de bebidas diversas com ou sem gás em doses individuais a partir de cápsulas; PI nº 32/2017 - Módulo Acumulador de energia elétrica para veículos elétricos e para estação de geração de armazenamento de energia utilizando células eletroquímicas de íons e de lítio; e PI nº 61/2017 - Aparelho odontológico com controle eletrônico digital para implantação de insertos metálicos. Cabe ressaltar, ainda, que a publicação de diversas Portarias de PPB fortalece o Polo Industrial de Manaus (PIM) mediante a atração de investimentos para fabricação desses produtos. Por extensão, toda a área de abrangência da Suframa será alcançada pela riqueza gerada no PIM.

O PIM, até setembro de 2017, registrou um faturamento da ordem de R\$ 58,6 bilhões, valor que comparado ao mesmo período de 2016 (R\$ 54,0 bilhões) registra um acréscimo de 8,5%. Os segmentos eletroeletrônicos, continuam sendo o mais significativo no faturamento global do PIM, respondendo por 29,21% do total do faturamento, seguido de Bens de Informática com 20,32% e pelo polo de Duas Rodas com 13,53% de participação. Atualmente, o PIM mantém 85.381 postos de trabalho (dados de janeiro a setembro) de 2017. Outro resultado foi o início da implantação do "Projeto Agroindustrial de Produção de Óleo de Dendê/Óleo de

Palma", no Distrito Agropecuário da Suframa, que prevê nos primeiros 10 anos, o plantio de 490 hectares e investimentos de R\$ 21,9 milhões. Esse projeto está ligado à cadeia produtiva do PIM.

Infraestrutura na Faixa de Fronteira

No âmbito da Faixa de Fronteira, foram retomados os trabalhos da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), que não se reunia desde junho de 2016, contando com a participação de representantes do MI, dos Ministérios da Defesa, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Desenvolvimento Social, da Cultura, do Turismo, das Relações Exteriores, da Educação, do Meio Ambiente, da Justiça e da Saúde, além de representantes da Presidência da República.

Os trabalhos tiveram como pauta atender às recomendações dos Acórdãos 2252/2015 e 1995/2016 – TCU Plenário, entre elas, proceder à elaboração de seu regimento interno, documento já em fase avançada de elaboração. Também em 2017, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), deu-se continuação ao processo de articulação com os estados integrantes da Faixa de Fronteira para o desenvolvimento de um diagnóstico sobre os Arcos Sul, Central e Norte. Essa parceria é fruto do Termo de Execução Descentralizada nº 15/2015 – SDR/MI – Sistema Nacional de Governança e possui um módulo de pesquisa chamado "Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas na América Latina". Ademais, celebrou-se o Convênio nº 859691/2017-MI, cujo objeto consiste na "Implantação e pavimentação da Rodovia MS-165, trecho: Entroncamento MS-386 (Sanga Puitã) – Aral Moreira – Coronel Sapucaia; Subtrecho: Vila Marques – Coronel Sapucaia; Segmento 03/ Lote 03", a qual apresenta relevância por apoiar a melhoria das condições de tráfego e fortalecer o desenvolvimento da região fronteira

do estado de Mato Grosso do Sul, localizado no Arco Central da Faixa de Fronteira do Brasil.

Estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração

No tema da estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial, em 2017, foi realizado o trabalho de articulação e desenvolvimento de cinco rotas de integração nacional: rota do cordeiro, rota do mel, rota do leite, rota do açaí e rota do peixe. Cada rota foi iniciada com oficinas para a estruturação e a definição de polos de produção (nível nacional), com posterior planejamento de cada polo com carteira de projetos e comitê gestor. Somente a rota do peixe não teve esta etapa completada, postergando seus resultados para 2018.

Em 2017, o trabalho de articulação das rotas do cordeiro, do mel, do leite e rota do açaí resultou na negociação de acordos de cooperação com bancos de desenvolvimento regional (por exemplo, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), que facilitaram a disponibilização de crédito qualificado para as cadeias produtivas priorizadas. As carteiras de projetos e comitês gestores das rotas em desenvolvimento viabilizou o patrocínio de projetos estruturantes junto ao Congresso Nacional. No caso da rota do mel, o trabalho de articulação com a Confederação Brasileira de Apicultura tem facultado o melhoramento do arcabouço legal da atividade da apicultura e meliponicultura junto aos órgãos competentes. As cadeias produtivas priorizadas pelas rotas tem sido beneficiadas com Acordos de Cooperação interministeriais e com Estados interessados, destacando-se Acordo com o Rio Grande do Sul para a Rota do Leite e um acordo global com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para estruturação das cinco cadeias produtivas prioritárias.

Promoção da qualidade de vida e da inclusão socioprodutiva em territórios rurais

Alguns instrumentos celebrados durante o ano 2017 propiciaram o reforço de ações que contribuirão para o atingimento de objetivos de desenvolvimento rural realizados no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). É o caso do Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a Universidade de Brasília que prevê, entre suas primeiras ações, no âmbito do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), o levantamento das informações socioeconômicas das famílias participantes do programa, com a definição da linha de base das famílias grupadas como "Grupo de controle" e "Grupo de tratamento", a aplicação de questionários em 600 famílias e a construção de um portal público de informações.

Essas ações, que revelam a retomada da governança do PDHC, alcançam 52 Territórios da Cidadania e 34 Territórios Rurais, e são realizadas em articulação com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que voltou a financiar o PDHC.

Outro Termo de Execução Descentralizada realizado com a Universidade Federal de São Carlos tem por objeto a capacitação de agricultores familiares e técnicos agrícolas em quatro regiões distintas, alcançando mais dois Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo (Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista) e um Território Rural, também nesse mesmo estado, o Central da Noroeste Paulista.

Além disso, Convênio celebrado com o Instituto Agromônico de Pernambuco (IPA), em 2017, trará vários benefícios a vários territórios e colegiados territoriais, com a distribuição de mudas de palma forrageira, visando ao aumento do seu cultivo de forma mais adaptada às condições do semiárido e beneficiando cerca de 60 mil agricultores familiares no âmbito do PDHC.

Em 2017, para a implementação das ações do PDHC, foram repassados recursos à ANATER, por meio de Contrato de Gestão, para implementação de ações de assistência técnica e extensão rural. O Contrato de Gestão possibilitou a contratação para a execução das ações de ATER do Projeto, a partir de diretrizes para a contratação das empresas públicas prestadoras de ATER (Emater estaduais) e as chamadas públicas para as demais, sendo todo o processo acompanhado pela Subsecretaria de Agricultura familiar (SAF).

Registre-se a celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas, para capacitação, com recursos de EAD, de servidores públicos municipais e estaduais e alunos, para atuarem junto aos agricultores no acesso aos mercados institucionais, visando atuar na operacionalização, no controle social e no acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no âmbito das Prefeituras Municipais, Governos de Estado, Instituto Federais na região sudeste (MG, SP, RJ e ES). O curso “Gestão do PNAE” para os agentes de ATER irá propiciar vagas para que 600 extensionistas possam atuar junto aos agricultores no acesso aos Mercados Institucionais.

Considerações e Perspectivas

Em 2017, teve início uma ação conjunta da Casa Civil da Presidência da República com o Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e Ministério da Fazenda (MF) visando dar resposta a deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), consignadas em Acórdãos de 2017, que tratam de temas de financiamento e planejamento do desenvolvimento regional. Destacam-se como resultado a constituição de grupos de trabalho que tratarão da revisão dos marcos legais e dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, incluindo medidas de aperfeiçoamento dos Fundos

Constitucionais e de Desenvolvimento Regional, bem como de outras fontes de financiamento, e medidas de articulação do desenvolvimento regional com o planejamento de médio e longo prazos.

Há perspectiva que projetos como o do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF) – ação estruturante do Programa de Revitalização da BHSF, também chamado de Plano Novo Chico – seja concluído no início do segundo semestre de 2018. Ademais, pretende-se formular o termo de referência que balizará o desenvolvimento do MacroZEE da Região Centro-Oeste. De maneira concomitante, objetiva-se iniciar a articulação institucional necessária à execução deste zoneamento, que possui previsão de finalização no segundo semestre de 2019.

Deverá também ser intensificada a gestão dos instrumentos celebrados no sentido de garantir que as ações a serem realizadas foquem na organização das instâncias locais, a exemplo dos conselhos municipais de desenvolvimento rural e dos comitês temáticos, com foco nos públicos prioritários.

Em 2017, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) contou com o apoio das Delegacias Federais, em especial a de Pernambuco, que passou a ser a sede da Unidade Gestora do Projeto (UGP), havendo articulação para que novas políticas públicas pudessem ser incluídas.

Estão também sendo ajustados os Planos de Trabalho da ANATER para a contratação das entidades executoras de ATER (Emater e entidades privadas) nos estados, para atender às diretrizes estabelecidas para o PDHC. Os serviços de ATER a serem contratados seguem as orientações e princípios estabelecidos pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além das diretrizes estabelecidas do PDHC. Em 2017, também foi iniciada a capacitação dos agentes

técnicos de ATER, possibilitando o início do atendimento às famílias em 2018.

Os documentos referenciais do PDHC, o Manual de Implementação do Projeto (MIP) e o Plano Operativo Anual (POA), foram atualizados em 2017. A finalidade do MIP é definir as diretrizes conceituais e operacionais para execução do PDHC. O MIP atende às necessidades de procedimentos normativos para garantir bases legais à estruturação funcional do Projeto e, ao

mesmo tempo, dar agilidade à operacionalização das ações que integram as atividades finalísticas necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos. Está em revisão o POA 2018, que estabelece o planejamento anual das ações do PDHC.

No início de 2018 serão definidas as estratégias para que as ações de ATER sejam acompanhadas do fomento do programa Brasil Sem Miséria (BSM), para aquelas famílias do PDHC aptas a receber o referido fomento.

PROGRAMA 2039

GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, GARANTIA DA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O programa 2039, norteado pela diretriz do PPA “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia” envolve órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda (MF). O programa baseia-se, entre outras ações, na busca de mecanismos para aumentar a taxa de investimento da economia com medidas articuladas para a retomada do crescimento e consequente elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

De forma mais ampla, para o Ciclo 2016-2019, os desafios residem na retomada do crescimento econômico sustentado, na inclusão social, na redução das disparidades sociais e regionais, no cumprimento das metas de inflação e na estabilidade do sistema financeiro nacional.

Principais Resultados

Os resultados mostrados pelos indicadores macroeconômicos do programa refletiram a retomada do crescimento econômico em 2017. A inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu abruptamente, registrando um valor de 2,95% ao ano. O índice ficou ligeiramente abaixo da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Isso afetou positivamente a redução da taxa de juros que alcançou o patamar mais baixo da série histórica. O ótimo resultado do IPCA alinhado ao crescimento do PIB confirma a reação positiva da

economia brasileira em 2017. Pelo lado da receita, verificou-se a melhora do ambiente econômico no País, que contribuiu para que, em relação ao ano de 2016, a arrecadação apresentasse crescimento. O Resultado Primário do Setor Público também apresentou melhoras com relação ao ano de 2016.

Abaixo, destacam-se, por Objetivo, as execuções das principais metas do programa.

Gestão de Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

O primeiro objetivo do programa é o de desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do SFN. Nesse contexto, uma das variáveis macroeconômicas mais importantes da economia brasileira é a inflação. A meta definida pelo CMN para 2017 foi 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Houve relevante desinflação em 2017. Depois de um 2016 com inflação de 6,29%, o IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referência do sistema de metas, arrefeceu em 2017, atingindo 2,95%. O processo de desinflação tem sido amplo, envolvendo diferentes segmentos, embora acentuado pela redução dos preços de alimentos.

O comportamento atípico deste segmento, devido às excelentes condições de oferta, somado às altas mais modestas observadas também nos subgrupos de produtos industrializados e de serviços, levaram à consolidação do processo de desinflação,

não obstante a pressão contrária dos preços monitorados no segundo semestre do ano, destacadamente dos planos de saúde, dos combustíveis e da energia elétrica. Tal desaceleração contribuiu, junto com outras reformas e ajustes na economia, para o início do atual ciclo de recuperação da atividade econômica em 2017.

Esse contexto favoreceu a continuidade do processo de flexibilização da política monetária, iniciado pelo Conselho de Política Monetária (Copom) em 2016. Em 2017, o Copom reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 6,75 p.p., para 7,0% a.a.

Outro ponto relevante para economia do país tratado neste objetivo diz respeito ao fortalecimento das instituições integrantes do SFN. A liquidez do sistema permanece elevada em análises suportadas tanto por indicadores internos quanto por recomendações internacionais. Em geral, as instituições alongaram os prazos de suas captações, melhoraram seus índices de liquidez estrutural e demonstraram resiliência diante das oscilações de mercado, mantendo a capacidade para honrar saídas abruptas de recursos em cenários de estresse.

O sistema bancário permanece bem capitalizado e a solvência não configura risco para a estabilidade financeira. Os índices de capitalização e de alavancagem mantêm robustez para suportar com equilíbrio a transição para as regras prudenciais de Basileia III.

No período de 2017, foram adotadas diversas medidas regulatórias destinadas a aumentar a segurança e a eficiência das operações realizadas pelas instituições integrantes do sistema financeiro nacional:

- Processos de autorização para constituição e funcionamento, alteração de controle e alteração estatutária ou contratual das instituições reguladas,

inclusive instituições de pagamento (IP). Resolução nº 4.619 e Circular nº 3.824, ambas de 2017;

- Governança corporativa e *compliance*. Resoluções nº 4.588 e nº 4.595, e Circulares nº 3.856 e nº 3.865, todas de 2017;
- Financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito. Resolução nº 4.549, de 2017;
- Crédito imobiliário e Letra Imobiliária Garantida (LIG). Resoluções nº 4.555, nº 4.572 e nº 4.598, e Circulares nº 3.828, nº 3.834, nº 3.866 e nº 3.872, todas de 2017;
- Direcionamento de depósitos à vista para operações de crédito à população de baixa renda e a micro-empresendedores. Resolução nº 4.574, de 2017;
- Nova Taxa de Longo Prazo (TLP). Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017 e Resolução nº 4.600, de 2017;
- Regulação contábil do SFN aos padrões internacionais definidos pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Criado o projeto estratégico "Contabilidade de Instrumentos Financeiros – Convergência Internacional";
- Regulamentação cambial e Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Circulares nº 3.825, nº 3.829, nº 3.831 e nº 3.845, de 2017. Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017 e Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016;
- Limite mínimo do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR). Resolução nº 4.616 e Circular nº 3.869, ambas de 2017; e
- Liquidez de Curto Prazo (LCR) no Brasil. Resolução nº 4.401, de 27 e Circular nº 3.749, ambas de 2015.

Crescimento Econômico, Ambiente de Negócios e Promoção da Concorrência

Em relação ao objetivo de desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência, em 2017, o Governo manteve o foco no crescimento da economia. Para tanto, foram continuadas estratégias de incentivo econômico, que passaram, dentre outras, pela ampliação dos investimentos públicos e privados, sobretudo os direcionados à área de infraestrutura, pela melhoria do ambiente de negócios e pela promoção da concorrência de mercado.

Vale destacar a publicação das Resoluções CNSP n.º 348 e n.º 349, de 25 de setembro de 2017 que alteram e consolidam as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de seguro de pessoas e em plano de previdência complementar aberta, respectivamente. Ademais, no que tange à elaboração dos Circulares SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) nº 562, 563, 564 e 565 e 566, destaque-se o normativo que dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Riscos Nomeados e Operacionais e dá outras providências.

Aprimorar a Gestão de Receitas e despesas para Garantir o Equilíbrio Fiscal

Foram tomadas várias iniciativas ao longo de 2017 de forma a aprimorar a gestão das receitas e despesas. Por exemplo, pelo lado da despesa, pode-se citar a reformulação do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que culminou na promulgação da Lei nº 13.530/2017, além do aprimoramento da estatística fiscal, incorporando o impacto primário associado ao Fies no cômputo das despesas primárias, o que

permitiu a redução da discrepância estatística em relação ao resultado divulgado pelo BC.

Pelo lado da receita, no ano de 2017, ratificou-se a melhora do ambiente econômico no país, que contribuiu para que a arrecadação apresentasse crescimento em relação ao ano de 2016. Pode-se destacar, para o ano, a melhora do volume de vendas (+2,18%), o crescimento das importações (+11,17%) e o aumento da produção industrial (+2,18%). Além do comportamento da economia cabem destacar as ações desenvolvidas pela Administração Tributária no sentido de estimular o cumprimento das obrigações tributárias, ressaltando-se a cobrança administrativa especial. Além disto, medidas de cunho legislativo, como a alteração das alíquotas do PIS/Cofins de combustíveis e os Parcelamentos Especiais contribuíram para o desempenho do ano de 2017.

Por fim, vale frisar o contínuo esforço para Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira com destaque para a conclusão do desenvolvimento do Sistema para Cumprimento de Obrigações Fiscais para Contas no Exterior – Fatca, que visa o cumprimento do acordo internacional firmado com o Governo dos Estados Unidos da América para a troca anual automática de informações financeiras para fins fiscais.

Regulação das Atividades Econômicas e Financeiras

Coube ao Ministério acompanhar atividades econômicas em áreas críticas e específicas, tais como telecomunicações e saúde suplementar. Em face de questões relevantes no âmbito de tais áreas – a exemplo das discussões que envolveram a aplicação de sanções e a precificação no setor de medicamentos ou as relacionadas à constituição do Fundo e a outorgas no setor de telecomunicações – o Ministério atuou no sentido de aperfeiçoar os mecanismos regulatórios instituídos.

Foi aprovado o primeiro “Plano de Regulação da Susep” o qual visa conferir maior transparência no que diz respeito às matérias que demandarão a atuação regulatória prioritária da Autarquia, trazendo maior previsibilidade e segurança jurídica às ações, tudo em estrita observância às diretrizes e objetivos estratégicos da SUSEP. De acordo com o Plano de Regulação 2017 aprovado pela Deliberação Susep nº 199/2017, estavam previstas a publicação de 12 Circulares Susep e 10 Resoluções do CNSP. A quantidade de normas publicadas foi maior do que a prevista no plano pelo fato de as normas iniciadas em 2016 não estarem incluídas no plano de 2017.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) coordenou o evento *Corporate Governance Dialogue with Investors*, realizado em Londres pela IOSCO, e a edição brasileira da World Investor Week 2017 (WIW) – Semana Mundial do Investidor. Com o objetivo de viabilizar o aumento na participação de emissores estrangeiros no mercado de capitais nacional, a CVM editou a Instrução nº 585, alterando regras aplicáveis a tais participantes e aos certificados de depósito de valores mobiliários no âmbito de programa de BDR (*Brazilian Depositary Receipts*). Ainda, a CVM, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) implantaram o Laboratório de Inovação Financeira, iniciativa pioneira que tem como objetivo fomentar o debate e a criação de ferramentas financeiras que permitam o avanço do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Por fim, salienta-se a continuidade das atividades relativas ao desenvolvimento do Sistema de Controle de Promoções Comerciais (SCPC), uma solução web voltada à simplificação e à modernização do processo de obtenção de autorização para a realização de promoções comerciais. Concebido para fortalecer a atuação do MF no campo da proteção da poupança popular, na medida em que moderniza e simplifica a relação requerente-autorizador,

o SCPC apresenta-se, ao término de 2017, com cinco de seus módulos já entregues e duas outras funcionalidades com previsão de entrega até meados de 2018.

Presença Brasileira nas Instituições e Fóruns Econômicos Internacionais

A primeira parte deste objetivo, de ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais, teve avanço no ano de 2017, em especial na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), G20 e G24.

Em relação à OCDE, houve um esforço para ampliar a colaboração do país com a Organização. Como resultado, o Brasil teve sua adesão aprovada ao Código de Liberalização dos Movimentos de Capitais e ao Código de Operações Invisíveis Correntes da OCDE. Houve pedido, também, de adesão a dezenas de outros instrumentos legais da Organização. O Conselho está analisando ainda a adesão do Brasil à Organização.

Quanto ao NBD, continuando o trabalho feito em 2016 de integralização de capital, o País realizou o pagamento da terceira parcela, totalizando o valor de US\$ 300 milhões. A presidência do Conselho de Diretores do NBD continuou com o País tal como ocorreu em 2016. Mais um avanço em relação a este ponto deu-se com o início das discussões sobre o escritório regional das Américas a ser sediado no Brasil.

Outro assunto que ganhou destaque no ano de 2017 foi o avanço para encaminhamento ao Poder Legislativo do processo de ratificação do tratado internacional que constituiu o AIIB. A data para conclusão do processo foi prorrogada para 31 de dezembro de 2018.

Em 2017, o MF participou ativamente das negociações no âmbito do G20, enviando representantes para as Reuniões de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20 e de *Deputies* (representantes), e nas reuniões do Grupo de Trabalho do Framework (*G20 Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth – FWG*) e do Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG). Em 2017, o Ministério da Fazenda iniciou a co-presidência do Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura do G20 (IWG) juntamente com a Austrália.

No que se refere à participação no Grupo Intergovernamental dos 24 Países em Desenvolvimento (G24), o Brasil se fez representar nas reuniões de Ministros e do Grupo Técnico.

Na segunda parte do objetivo, que é ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo, podemos ressaltar alguns pontos de avanço

para o ano de 2017, tais como a assinatura do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul, a conclusão do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul e a publicação da Resolução CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) nº 12, de 16 de fevereiro de 2017, aprovando as regras regimentais do Ombudsman de Investimentos Diretos – OID.

Considerações e Perspectivas

De modo geral, foram destaques em 2017 as iniciativas adotadas que promovem o suporte e o estímulo à retomada do crescimento econômico, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias e concorrenciais para incentivar o financiamento privado em infraestrutura, o desenvolvimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios brasileiro, e, ainda, o aumento da participação nos fóruns mundiais e a busca por uma posição de destaque no cenário econômico internacional.

PROGRAMA 2046

OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica, em sua dimensão geográfica, não se limita ao Mar Territorial, à Zona Contígua, à Zona Econômica Exclusiva e à Plataforma Continental Brasileiras, em uma extensão de cerca de 4,5 milhões de km² conhecida como “Amazônia Azul”, mas sim, abrange todos os espaços marítimos além de sua jurisdição nacional que sejam de interesse do País, a exemplo das Águas Internacionais (ÁREA) e da Região Antártica.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o País, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Desta forma, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar nas políticas públicas acima mencionadas, visam a orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária para obtenção do conhecimento, assim como o desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

As mencionadas Políticas foram desdobradas em Planos, a saber: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), de execução quadrienal; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Além disso, podem valer-se de membros ad hoc e de organismos internos como subcomissões, grupos de trabalho e comitês executivos, criados, quando necessários, para implementar as deliberações emanadas pela CIRM. Existe, também, a SECIRM, com sede em Brasília e subordinada diretamente ao Comando da Marinha, que tem as atribuições de assessorar o Coordenador da CIRM

e de executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da referida Comissão.

Este Programa Temático está constituído por cinco Objetivos que abrangem diversas ações do PSRM, LEPLAC, Gerenciamento Costeiro e Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, Potencial Mineral e Biológico dos Fundos Marinhos, e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com foco na pesquisa, desenvolvimento sustentável, preservação e gestão ambiental, monitoramento oceanográfico e climatológico, formação de Recursos Humanos, presença do Estado, e na consolidação de uma Mentalidade Marítima na sociedade brasileira.

Principais Resultados

Em 2017, o Programa deu continuidade à formação de recursos humanos, às pesquisas científicas, ao monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, à presença física na Amazônia Azul e Antártica, ao gerenciamento costeiro e ao conhecimento e uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica, assim como ao desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da PNRM e da POLANTAR. Além disso, ressalta-se a manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo, por meio da assinatura entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do contrato para exploração de crostas ferromanganeíferas, ricas em cobalto, na Elevação do Rio Grande (ERG) e a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico, com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz.

Abaixo, são destacadas as execuções das principais metas do programa, organizadas por Objetivo.

Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Uso Sustentável dos Oceanos

No âmbito da Biotecnologia Marinha (BIOMAR), o ano de 2017 caracterizou-se pelo estabelecimento de uma forte parceria entre Comitê Executivo para o BIOMAR e o Ministério da Saúde. Em abril de 2017, foi realizada a 15ª Sessão Ordinária do Comitê Executivo para o BIOMAR, ocasião em que foi apresentada a proposta de elaboração da segunda edição da publicação “Caracterização do Estado da Arte em Biotecnologia Marinha”, contendo o diagnóstico da capacidade de pesquisa, o desenvolvimento e inovação em Biotecnologia Marinha no Brasil. Em 14 de novembro de 2017 foi publicada a Portaria nº 6.657 do MCTIC, que institui a Rede Nacional de Biotecnologia Marinha (BiotechMar), cujo principal objetivo é desenvolver pesquisa e inovação tecnológica de fronteira.

Em 2017, o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha deu continuidade às comissões para fiscalização para controle e monitoramento dos estoques pesqueiros, bem como as infrações ambientais no ambiente marinho.

Na Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, foi dada continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, “Ciências do Mar”, foi prontificado em julho de 2017 e entregue à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). A prontificação dos outros três navios está prevista para ocorrer até dezembro de 2018.

As atividades de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas são desenvolvidas pelos Programas de Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e de Pesquisas

Científicas na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes (PROTRINDADE). Ainda sobre o PROARQUIPELAGO, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo atualmente coordena o desenvolvimento do projeto de uma nova Estação Científica.

Ademais, no ano de 2017, foi lançada a Chamada Pública Baías do Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde foram contratados nove projetos de pesquisa, totalizando assim 31 projetos apoiados por esse órgão.

No PROTRINDADE, em 2017, foram desenvolvidos 25 Projetos de Pesquisa vinculados às mais diversas áreas do conhecimento, e a Estação Científica da Ilha da Trindade continua operando sem restrições. Quanto à geração de energia utilizando fontes renováveis na ilha da Trindade, continua sendo analisada a viabilidade de parceria entre a Marinha e Itaipu Binacional para instalação de um módulo de geração de energia, por fontes renováveis, com nova tecnologia desenvolvida por Itaipu, com maior eficiência.

Sobre a implantação de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) já formalizou a transferência do respectivo terreno para a SECIRM. Com relação às pesquisas científicas, já se encontra em discussão o projeto da Base de Pesquisa a ser instalada na futura estação em Fernando de Noronha. Para isso, foi assinada a Declaração para a Implementação do Centro Internacional de Pesquisa Atlântica (AIR Center) no 2º Diálogo de Alto Nível Indústria-Ciência-Governo “Interações Atlânticas”, em novembro de 2017, ocorrido em Florianópolis. Há planos para um segundo observatório no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, composto por boia meteorológica e estação meteorológica em terra.

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil), formado pelas

redes PIRATA, PNBOIA, GLOSS-Brasil, REMO e de Ondas, vem operando normalmente e os dados coletados são recebidos e disponibilizados na página www.goosbrasil.org.

Em relação à Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), em janeiro de 2017 foram realizadas duas comissões a bordo do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na Elevação do Rio Grande e áreas adjacentes, para aquisição de dados geofísicos, oceanográficos e geológicos. Esta comissão teve como propósito contribuir para a coleta de dados para subsidiar projetos relacionados ao monitoramento ambiental da ERG.

No âmbito da Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REM-PLAC), ressalta-se:

- Projeto Granulados Marinhos (GRANMAR): o reprocessamento de dados permitiu a obtenção de diversos produtos;
- Projeto Diamantes: foram mapeados paleocanais com evidências de diamantes e identificação prováveis fontes e depósitos de diamante; e
- Projeto Fosforita Sul na costa de Santa Catarina: dados levantados anteriormente foram reprocessados e foi implementado convênio com a FURG.

Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 Milhas

Com relação à Submissão Parcial de Revista do Limite da Plataforma Continental Brasileira - Área Sul, que o Brasil apresentou em 2015 à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, registra-se que, desde então, o GT-LEPLAC tem mantido diálogos (nov/2015, nov/2016, fev e

nov/2017) entre a Subcomissão formada para analisar a proposta brasileira e os peritos brasileiros.

No que se refere à Submissão Parcial de Revista do Limite da Plataforma Continental Brasileira - Região Equatorial, esta já foi encaminhada à CLPC, em set/2017, e deverá ser apresentada à CLPC no primeiro semestre de 2018. A Submissão Parcial Revista da Região Oriental (Cadeia Vitória Trindade e Platô de São Paulo), incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), encontra-se em fase de elaboração, com vistas a ser prontificada no primeiro semestre de 2018.

Sobre a Submissão Parcial de Revista do Limite da Plataforma Continental Brasileira - Região Oriental, foram discutidas, durante a Sessão Ordinária da Subcomissão para o LEPLAC, as oportunidades de cooperação institucional e de sensibilização das Instituições envolvidas para liberação dos recursos necessários para a conclusão dos trabalhos, na expectativa de que o cronograma aprovado pela CIRM seja efetivamente cumprido com a conclusão da Submissão da Região Oriental.

Uso Compartilhado do Ambiente Marinho e Gerenciamento da Zona Costeira

Estima-se que, até o final de 2019, o Grupo de Trabalho sobre Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM) disporá de relatório técnico que subsidiará as decisões futuras e possibilitará a implementação de um Planejamento Espacial Marinho em nível nacional.

No âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), pertencente à CIRM, foi dada continuidade ao trabalho relacionado à atualização do Macro Diagnóstico da Zona Costeira (MDZC), na escala da União. A nova versão do MDZC, ora em execução, terá o formato de uma plataforma digital que conterá banco de dados,

textos, mapas e imagens. A sua fase de planejamento deverá ser finalizada em fevereiro de 2018.

No GI-GERCO, também foi finalizado o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira referente ao biênio 2015-2016 e elaborado e aprovado o referente ao triênio 2017-2019.

Foi realizado na cidade de Rio Grande (RS), em junho de 2017, o X ENCOGERCO – Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro. Em novembro de 2017, foi realizado o 1º Seminário Nacional de Combate ao Lixo no Mar, evento que corresponde à 1ª Ação prevista no Compromisso Voluntário do Brasil apresentado na Conferência dos Oceanos, na ONU, em junho de 2017.

Presença Brasileira na Região Antártica

No dia 13 de outubro de 2017, a Operação Antártica Trinta e Seis (OPERANTAR XXXVI) foi iniciada. Nela serão apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento. Das atividades a serem realizadas, destacam-se as pesquisas de estudo da biodiversidade e do ecossistema antártico, as investigações sobre as mudanças climáticas naquela região e suas consequências em nível global e as pesquisas nas áreas de oceanografia, glaciologia e geologia.

Ainda na área científica, durante a OPERANTAR XXXV, que ocorreu de outubro de 2016 a abril de 2017, foram apoiados 25 projetos científicos de diversas áreas do conhecimento. Participaram da OPERANTAR XXXV cerca de 260 pessoas, entre pesquisadores e alpinistas, distribuídos nos dois navios, nos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) e nos diversos acampamentos lançados. No ano de 2017, foram publicados 68 trabalhos científicos em revistas e periódicos indexados no âmbito do PRO-ANTAR. Também houve a titulação de 14 mestres

e 19 doutores em 2017. Assim, nos dois primeiros anos do PPA foram obtidas 133 publicações, superando a meta de 100 publicações. Portanto, o número de doutores titulados no período 2016-2017 (29) já é muito próximo do estabelecido na meta para o período do PPA, que é de 30.

Visando consolidar a posição do País como membro consultivo do Tratado da Antártica, o Brasil participou das seguintes reuniões internacionais: a XLª Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM, sigla em inglês), juntamente com a XXª Reunião do Comitê de Proteção Ambiental; da XXVIIIª Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL); e da XXIXª Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP, sigla em inglês).

Na área ambiental, destacam-se como principais desafios, o estudo de Impacto Ambiental, realizado pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Além disso, a equipe do IBAMA também avalia os estudos de análise de risco e desenvolve, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Marinha do Brasil, planos relacionados à prevenção de acidentes como Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência. O IBAMA também realiza treinamento anual, com a Petrobras e o Ministério do Meio Ambiente, visando à preparação da equipe da Marinha brasileira responsável pelo funcionamento da EACF.

Pesquisa do Potencial Mineral e Biológico e Variáveis Oceanográficas

A Elevação do Rio Grande (ERG) possui grande valor estratégico e econômico para o Brasil, considerando seu potencial mineral e energético. Uma área de mais de 900 mil km², que guarda um verdadeiro tesouro em minerais e elementos químicos, cada

vez mais escassos na superfície terrestre. A importância estratégica da ERG para o País foi renovada após a descoberta do pré-sal, e busca-se evitar a interferência de potências estrangeiras. A proximidade entre a ERG e o pré-sal reforçam esta ideia.

Dentro das atividades previstas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) com a Autoridade Internacional de Fundos Marinhos, em novembro de 2015, foi dada continuidade aos levantamentos geológicos, biológicos, oceanográficos e geofísicos na região da ERG e proximidades. Ressalta-se o último levantamento, realizado em janeiro/fevereiro de 2017, para executar levantamentos geológico, oceanográfico e coleta de amostras do fundo, no Platô de São Paulo e no Canal Vema, cobrindo uma área de 73 mil km².

Para 2018, está prevista a continuidade das atividades de pesquisa na ERG, com a participação efetiva da Marinha do Brasil, subsidiando e reforçando a argumentação para a inclusão da ERG na extensão da plataforma continental junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental, o que pode vir mudar todo o contexto jurídico da ERG.

Considerações e Perspectivas

No segundo ano do PPA 2016-2019, o Programa Temático “Oceanos, Zona Costeira e Antártica” deu continuidade à consolidação da posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas que propiciarão o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio logístico para a realização de pesquisas multidisciplinares na Zona Costeira, nos Oceanos, Ilhas Oceânicas Brasileiras e na região Antártica.

Ressaltam-se alcance de metas relativas ao LEPLAC e ao PROANTAR, sendo que com relação ao MDZC será necessária a contratação de consultores e técnicos especializados.

Em março de 2018, será lançado o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (Procosta). O Procosta visa estabelecer, no Brasil, um programa de monitoramento, gestão e conservação da atual linha de costa e da Zona Costeira.

PROGRAMA 2056

POLÍTICA ESPACIAL

No PPA 2016-2019, vem sendo dada continuidade à criação e fabricação de sistemas espaciais completos de satélites e foguetes; ao desenvolvimento de aplicações que exploram as tecnologias e os dados espaciais nas áreas de observação da Terra, meteorologia, comunicações, ciência e navegação; à participação contínua e crescente da indústria nacional nos programas e projetos espaciais; à implantação e atualização da infraestrutura espacial básica (laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, centros de lançamentos e centros de operação e controle de satélites); à formação e desenvolvimento de novas competências humanas, e à integração do setor acadêmico nas atividades espaciais.

Ressalta-se que um dos principais focos estratégicos da política espacial nacional é a diminuição da dependência de acesso a dados e informações providos por sistemas espaciais estrangeiros. Para se alcançar este salto de autonomia, tem-se tentado articular os instrumentos de apoio do Estado para que se efetive transferência de conhecimento entre institutos de pesquisa e a indústria nacional, com a finalidade de desenvolver e produzir sistemas espaciais que possam ampliar e organizar uma cadeia econômica e empresarial de fornecedores de bens e serviços espaciais. Este desafio é de alta complexidade e enfrenta a conjuntura macroeconômica que o País vem atravessando, marcada pela busca da recuperação da sustentabilidade fiscal.

Assim, parte dos esforços e recursos se concentrou na manutenção da infraestrutura dos institutos de pesquisas – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – e dos centros de lançamentos, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno (CLBI). É preciso manter essa infraestrutura com

capacidade de uso integral para que projetos mais ambiciosos possam ser implementados no futuro.

As seções a seguir sintetizarão os avanços na consecução dos três Objetivos do Programa 2056 do PPA 2016-2019, com suas sete Metas e principais Iniciativas, bem como o resultado dos indicadores finalísticos mais expressivos, monitorados neste Plano.

Principais Resultados

Para o período do PPA 2016-2019, destacam-se dois indicadores: o Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2), que expressa a relação percentual entre o total dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços tecnológicos e o montante total de dispêndios das ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Política Espacial; e o Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que mostra a razão entre o número de imagens do satélite CBERS-4 entregues aos usuários, e o total de imagens entregues, incluindo as de satélites estrangeiros, a partir do catálogo de imagens do INPE.

O valor do indicador IPSEN-2, apurado para 2017, é de 32,91%, representando um aumento significativo ante os 20,70% atingidos em 2016. Desse total, 16,51% foram executados via convênios com as fundações parceiras; 14,62% foram pagos em contratos associados às Ações para apoio às atividades finalísticas do Programa Política Espacial; e o restante (1,78%) foi executado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em contratos relacionados ao processo de Transferência de Tecnologia associado à contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 1 (SGDC-1).

Já o GAOT atingiu, em 2017, 46,47%. Um valor muito expressivo se comparado ao seu valor apurado em 2016, que havia alcançado apenas 21,67%. Um sucesso que revela maior autonomia brasileira na distribuição de imagens de sensoriamento remoto. Este sucesso não se restringe apenas ao aumento do número de imagens, mas em suas respectivas qualidades. O sistema de processamento foi ajustado em seus parâmetros de forma contínua, fazendo com que as imagens tenham melhor qualidade radiométrica e geométrica, o que aumenta o interesse pelo seu uso.

Capacidade de Acesso ao Espaço

Fruto de recente exercício de planejamento das atividades que serão executadas durante a vigência do PPA, foi definido o lançamento do VS-43, um veículo suborbital de estágio único, em experimento com uma carga útil do projeto Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA) Suborbital 1.1. Este projeto vem sendo executado com a participação da indústria nacional, que tem por objetivo obter uma plataforma de realização de testes e experimentos científicos e tecnológicos, que está planejada para ser testada em meados de 2019.

Outra plataforma em desenvolvimento para a realização de experimentos é a Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), planejada para voo de teste ainda em 2018. Carregará a bordo os experimentos de iniciativa gerencial do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), conjuntamente com outros experimentos selecionados pelo Programa Microgravidade da Agência Espacial Brasileira (AEB). No ano anterior, experimentos selecionados pelo Programa Microgravidade da AEB voaram na Operação Rio Verde. Apesar da carga útil não ter atingido o apogeu planejado, o que inviabilizou os seis minutos de voo em ambiente de microgravidade, vários objetivos foram alcançados, incluindo a recuperação da carga útil. Este lançamento propiciou a validação da operacionalidade de toda

infraestrutura de solo necessária para a realização de campanha de lançamento no CLA.

O conhecimento adquirido nesse histórico de projetos, em especial com as tecnologias e técnicas que se construíram ao longo do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) e de seus desdobramentos, convergiu, em 2017, com as iniciativas do projeto que se tornou a prioridade na área de acesso ao espaço – o Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1). Essa iniciativa se enquadra no nicho de Veículos Lançadores de Micro e Minissatélites que vem ganhando importância de demanda de mercado. AEB e IAE trabalham no desenvolvimento e certificação de um veículo com menor custo, tecnologias mais atuais e com possibilidade de viabilidade comercial. O VLM-1 é um Lançador de Satélites que terá a capacidade de colocar cargas úteis (microsatélites e *cubesats*) de até 150 kg em órbita baixa equatorial, polar ou de reentrada. Seu desenvolvimento se dá em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e visa a atender as necessidades tanto do Programa Espacial Brasileiro (PEB) quanto do correspondente programa da Alemanha. A iniciativa continuará como prioridade em 2018.

Para o desenvolvimento do VLM-1, ainda é necessário o domínio de novas tecnologias em propulsão, que, em especial, estão sendo desenvolvidas com o motor foguete a propelente sólido (S50). O grande diferencial tecnológico está em seu invólucro fabricado com materiais compostos, que reduzem o peso total e o tempo de produção de 18 para três meses em relação aos atuais invólucros metálicos. Em sua primeira missão o VLM-1 deverá lançar uma carga útil tecnológica nacional, conforme consta no PPA 2016-2019.

Disponibilização de Imagens, Dados e Serviços Utilizando Satélites Nacionais

É altamente necessária e estratégica a consolidação no País de uma capacidade própria para projetar,

desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Para consecução deste Objetivo, planejaram-se duas metas e nove iniciativas, todas associadas ao desenvolvimento de missões de satélites que buscam atender ao espectro de aplicações considerado prioritário pelo Programa Espacial Brasileiro.

Uma das Metas visa lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia, o Amazônia-1, que durante o ano de 2017 teve seu desenvolvimento executado conforme seu planejamento técnico-gerencial. Como principais atividades concluídas em 2017, destacam-se a aquisição e disponibilização de sistemas necessários à integração do satélite e a realização da revisão crítica de projeto do subsistema Controle Térmico. Atualmente, os equipamentos e sistemas necessários para o início dos testes no modelo elétrico do satélite já estão disponíveis no Laboratório de Integração e Testes (LIT/INPE). Pode-se afirmar que o satélite Amazônia-1 tem seu desenvolvimento com bom andamento. Considerando o tempo característico típico de 24 (vinte e quatro) meses para as atividades necessárias ao lançamento após este ser contratado, estima-se que o satélite esteja operacionalizado em órbita após o ano de 2019.

A outra Meta tem como objetivo lançar o satélite CBERS-4A, que teve boa evolução no ano de 2017, dando sequência aos preparativos realizados em 2016 e iniciando as atividades de montagem do satélite. No final de 2017, o módulo de serviço do satélite encontrava-se montado com os equipamentos de voo. Durante a 13ª reunião do Comitê Conjunto do Programa CBERS, realizada em 2017, os representantes do Brasil e da China decidiram reprogramar o lançamento do satélite, inicialmente previsto para 2018, para o primeiro semestre de

2019, ainda dentro do período do Plano. Dentre os desafios que persistem para se alcançar esta Meta, os principais são a capacidade da indústria nacional em fabricar e entregar todos os equipamentos de voo dentro do prazo agendado; a disponibilidade de especialistas treinados para a execução da fase de Montagem, Integração e Testes (AIT); e o próprio desafio na realização do AIT no Brasil.

Estas duas Metas, quando alcançadas, significarão importante avanço na capacidade do país na área espacial. O satélite CBERS-4A atenderá a comunidade que hoje utiliza as imagens do CBERS-4, que se encontra em órbita e operacional, e ainda contará com os dados de uma câmera de alta resolução. O satélite Amazônia-1 fornecerá dados semelhantes ao dos satélites da série CBERS, com a vantagem de ampliar a taxa de revisita e diversificar a fonte de dados. Este também será o primeiro satélite de sensoriamento remoto nacional, inaugurando uma série de satélites que se espera atender a variadas demandas nacionais.

Há ainda outros projetos em consideração, a exemplo de um segundo satélite da série Amazônia, a missão SCD-Hidro, a missão SABIA-Mar em parceria com a Argentina, e a missão EQUARS. Como destaque de realizações em 2017, cita-se a conclusão da revisão formal de definição da missão EQUARS, que foi aprovada pela AEB e recebeu o aval para executar a sua fase de análise de viabilidade da missão.

Na referida carteira de missões e projetos, também cabe mencionar iniciativas para o domínio das tecnologias de plataformas de porte reduzido (micro e pequenos satélites), para a definição de requisitos de futuras missões científicas, meteorológicas e por radar, além da atualização de sistemas de solo e o estímulo à participação da indústria nacional.

Ainda é importante destacar a evolução das negociações junto à China para a definição dos requisitos

de continuidade de desenvolvimento dos satélites da série CBERS. Já se iniciaram as tratativas para a produção conjunta dos satélites CBERS-5 e 6, projetos que passaram a ter grande impulso graças ao exitoso avanço no projeto do CBERS-5-4A. Espera-se que uma proposta inicial possa ser apresentada à parte chinesa ainda em 2018.

Conhecimento Científico e Tecnológico, Capital Humano e Tecnologias Críticas

Em 2017, destaca-se a consolidação das primeiras iniciativas do programa educacional da AEB denominado Programa E2T – Espaço, Escola e Tecnologia, que apoia a formação de futuros talentos, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial. Durante o período, organizou-se um chamamento público e foi celebrado convênio com fundação de apoio à pesquisa para a execução da Plataforma E2T. Foram desenvolvidas importantes ações pedagógicas e produção de material didático e institucional. Um dos projetos que está sendo executado no âmbito da Plataforma E2T é o Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial) para a implantação de um espaço imersivo, no qual estudantes de todos os níveis educacionais podem ter acesso aos princípios da ciência e engenharia espacial, por meio de aprendizados em experiências práticas e laboratoriais. O primeiro CVT-Espacial foi instalado no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, e foi inaugurado no dia 13 de novembro de 2017. Para impulsionar as atividades nesse CVT-Espacial, também foi celebrado um acordo de cooperação técnica com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte e a Secretaria de Educação de Parnamirim, visando dar início à consolidação de suas atividades em 2018.

As iniciativas que visam o desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte passaram a ser gerenciadas no âmbito da Plataforma E2T. Deu-se continuidade ao programa educacional Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (SERPENS), iniciado em 2015, que se destaca por ter implementado um sistema educacional com expressiva capilaridade entre instituições acadêmicas para contribuir no avanço do conhecimento da construção de nanossatélites, permitindo qualificar engenheiros, estudantes, docentes e pesquisadores brasileiros vinculados aos cursos de Engenharia Aeroespacial. A formação proporcionada pelo SERPENS não tem apenas caráter educativo, mas também cria a expectativa de colaborar com a produção e desenvolvimento de satélites de pequeno porte de baixo custo.

Além disso, ações de gerenciamento mantiveram vivos os diálogos com grupos do INPE, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que planejam futuros projetos de satélites de pequeno porte, tais como o nanossatélite NanoSatC-Br2 da UFSM, o nanossatélite nanoMirax do INPE, e o nanossatélite SPORT, uma cooperação internacional da qual participam o INPE e o ITA.

Entre as atividades de capacitação continuada de técnicos profissionais do setor espacial, manteve-se o apoio ao expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros integrantes do Plano de Absorção de Tecnologia do SGDC, que se capacitaram na França por meio de cursos teóricos introdutórios e avançados. Estes profissionais, após familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, seguiram treinamentos especializadas envolvendo questões práticas (*on-job training*) nos diferentes sistemas e subsistemas do satélite. O grupo, ao final desta missão, desenvolveu capacidade para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação do SGDC e de outros tipos de satélite.

O retorno ao Brasil da maioria destes profissionais ocorreu em março de 2017.

No âmbito do domínio de tecnologias críticas, deu-se continuidade à execução dos cinco contratos de transferência de tecnologias relacionadas à contratação do SGDC, pelos quais a fabricante europeia do satélite (Thales Alenia Space – TAS) transfere selecionadas tecnologias espaciais às empresas brasileiras. Essas tecnologias acordadas nos contratos de transferência de tecnologia envolvem: Subsistema de Potência (EPS); Subsistema de Controle Térmico; Subsistema de Propulsão Monopropelente; Estruturas Mecânicas, e Tecnologia de Componentes para Computação Embarcada. Os contratos têm tido bons desempenhos em suas implementações. A empresa responsável pela absorção de tecnologia relativa a EPS ainda realiza atividades de treinamento nas instalações da TAS. As demais empresas também realizaram treinamento nas instalações da TAS.

No desenvolvimento tecnológico de sistemas espaciais de veículos lançadores, em 2017, relata-se a finalização da execução da fase de desenvolvimento, fabricação e testes do motor a propulsão líquida (L75), denominada Fase 1.

No desenvolvimento de tecnologias críticas em apoio ao desenvolvimento do projeto Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Navegação Inercial (SISNAV); do Sistema de Navegação e Controle para Veículos Orbitais e Suborbitais (SISNAC); o desenvolvimento do envelope motor foguete a propelente sólido (S50), por meio de bobinamento de fibra de carbono; e o desenvolvimento de rede elétrica para veículos de três estágios. Adicionalmente, o IAE desenvolveu parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para apoiar estudantes no Instituto para auxiliar em todas as fases de projeto do veículo, contribuindo para a capacitação de recursos humanos do País em

tecnologias relacionadas a veículos lançadores e às tecnologias críticas associadas.

Considerações e Perspectivas

A execução do Programa Política Espacial, em 2017, manteve ritmo semelhante ao exercício de 2016.

Os recursos basais da manutenção dos institutos de pesquisa do governo e dos sítios de lançamento, com suas respectivas forças de trabalho de técnicos e pesquisadores, foram suficientes para manter os serviços e finalizar alguns produtos e subsistemas dos projetos espaciais em andamento. Os satélites nacionais em órbita foram mantidos em plena condição operacional. Ajustes na agenda de trabalho ocorreram quanto à conclusão do Amazonia-1, que será o primeiro satélite nacional de porte relevante.

O País continua formando engenheiros nos novos cursos na área espacial das universidades públicas. O Programa deu continuidade às ações complementares de capacitação, objetivando tanto estreitar o engajamento da comunidade acadêmica com estudantes universitários apoiando as iniciativas educacionais do desenvolvimento de nanosatélites, como também capacitando pessoal das empresas nacionais envolvidos nos contratos de transferência tecnológica relacionados à aquisição do satélite europeu SGDC.

Permanece o desafio de se fortalecer as condições para a integração dessa nova geração de profissionais ao sistema produtivo da cadeia de atividades do setor espacial, evitando possíveis migrações para outros ramos da atividade socioeconômica que não necessitam da especificidade da formação de recursos humanos da área espacial, ou mesmo migrações de cérebros para outros países.

É necessário ressaltar também um importante avanço na questão da governança do setor, que se deu por meio da publicação do Decreto nº 9.279, de 9 de fevereiro de 2018, que criou o

Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Esse Comitê, de caráter temporário, possui como objetivo estabelecer diretrizes e metas para a potencialização do Programa Espacial Brasileiro e supervisionar a execução das medidas propostas para essa finalidade. Na sua primeira reunião, ocorrida em 1º de março de 2018, foram aprovadas dez resoluções, sendo criados nove grupos de trabalho interministeriais.

Apesar desses avanços, permanecem alguns desafios no que se refere à revisão do marco legal do setor, em especial da legislação que trata de licitações e contratos governamentais, direcionada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos de conteúdo que depende do avanço científico que apenas poucas nações alcançaram e que é mantido sob salvaguardas que impedem transferência de conhecimento.

PROGRAMA 2082

POLÍTICA EXTERNA

Em 2017, a política externa do governo continuou a ser pautada pelos interesses e pelos valores da sociedade brasileira. O Brasil tem levado adiante uma diplomacia universalista, que prestigia o diálogo, o multilateralismo, a democracia e a integração com parceiros na região e fora dela. O governo também se empenhou para colocar a política externa a serviço das prioridades da sociedade brasileira: a recuperação da economia, a geração de empregos, a segurança das fronteiras e a promoção do bem-estar de todos.

Principais Resultados

O governo continuou a dar expressão concreta à vocação universalista da política externa brasileira. Além da América Latina e Caribe, procurou aprofundar o relacionamento tradicional com países da Europa e da América do Norte, e ampliar a aproximação com Ásia, África e Oriente Médio.

Ao longo de 2017, a diplomacia brasileira empenhou-se no fortalecimento das instituições multilaterais e dedicou-se a fazer avançar os mais diversos temas da agenda internacional: paz e segurança, desarmamento, direitos humanos, meio ambiente e mudança do clima, entre outros.

Foram muitas as iniciativas diplomáticas para promoção da paz e da segurança internacional em 2017. Além de sua participação em missões de manutenção da paz das Nações Unidas, o país foi peça-chave em negociações sobre desarmamento e sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil continuou a ser ator-chave em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ao longo de 2017, foram muitos os progressos diplomáticos em prol do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente. Em particular, o Acordo de Paris

sobre Mudança do Clima foi promulgado, em junho, tornando-se lei interna no país.

A consolidação da América Latina e Caribe como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável é objetivo central da política externa brasileira. Em 2017, o Brasil priorizou avanços na frente econômico-comercial e nas áreas de cooperação com países limítrofes, integração física e combate a crimes transnacionais, sem descuidar da defesa da democracia e dos direitos humanos na região. O governo também atribuiu prioridade à segurança nas fronteiras. Fortaleceu-se o diálogo e a cooperação com países vizinhos para o combate a ilícitos transnacionais, como tráfico de armas, drogas e de pessoas.

A maior integração do Brasil aos fluxos de comércio e investimentos globais é elemento central para o aumento da produtividade e da competitividade de economia nacional. A retomada do crescimento, o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria do bem-estar da população estão intimamente relacionados a um maior acesso a mercados e o aumento das exportações.

Como parte do esforço de modernização da inserção internacional do país, em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais.

O governo brasileiro incrementou, em 2017, suas atividades de proteção aos brasileiros no exterior. Foram executadas ações voltadas para o atri-

moramento dos serviços consulares prestados a brasileiros e estrangeiros, no Brasil e no exterior. Ao longo do ano, os 195 postos da Rede Consular Brasileira no exterior cuidaram de cerca de 30 mil casos de assistência consular, a um público estimado de 11 milhões de brasileiros – 3,3 milhões deles residentes no exterior e 8 milhões de viajantes. Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior do Itamaraty atendeu aproximadamente 3,5 mil casos em 2017.

A cooperação técnica continuou a ser ferramenta importante da atuação internacional do Brasil. Além da cooperação técnica, o Brasil prestou, em 2017, cooperação humanitária a outros países que enfrentaram situações extremas.

Em relação aos indicadores do programa, destaca-se a chegada de turistas ao Brasil provenientes da América do Sul, que aumentou de 2.936.753 em 2013 para 3.732.722 em 2016.

A seguir, destacam-se os avanços nas principais metas do programa, organizadas por objetivos.

Integração Regional

O ano de 2017 marcou o fortalecimento do MERCOSUL e consolidou o resgate dos pilares fundacionais do bloco: integração comercial e econômica, democracia e direitos humanos.

Durante as presidências de turno de Argentina e Brasil, respectivamente no primeiro e segundo semestres, logrou-se a adoção de três importantes instrumentos internacionais: Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos; Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL; Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. Adicionalmente, deu-se encaminhamento satisfatório a 67 dos 78 (86%) entraves ao comércio intrabloco

identificados no exercício de Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico.

Os estados fundadores do MERCOSUL reafirmaram seu compromisso com a democracia na região, ao suspender a Venezuela do MERCOSUL, em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Por fim, a aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (AP) ganhou impulso em 2017.

No que toca à integração da estrutura física regional, houve significativas discussões no âmbito da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP).

Foram também empreendidos esforços de ajuda humanitária ao Caribe, após a passagem dos furacões Irma e Maria em outubro, com doação de fundos para projetos na área alimentar.

Assim, foi intenso o intercâmbio de visitas entre o Brasil e os países da região, tanto em nível ministerial quanto de chefe de estado ou governo.

Consolidação do Brasil como Ator Global

O presidente da República realizou visitas à China (visita de estado bilateral e Cúpula do BRICS), Noruega, Portugal e Rússia. Compareceu também à Cúpula do G-20, em Hamburgo, à Cúpula do Mercosul, em Mendoza, à abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, e à Conferência Ministerial da OMC, em Buenos Aires. Em Brasília, o presidente recebeu dignitários de Argentina, Bolívia, Espanha, Guiana, Macedônia, Paraguai e Suécia, além de ter sido o anfitrião da LI Cúpula do Mercosul.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, por sua vez, realizou 39 visitas para participar de encontros bilaterais ou multilaterais, além de ter recebido 19 visitas de altas autoridades

representando governos estrangeiros ou organismos internacionais.

Bem-Estar dos Cidadãos Brasileiros no Exterior

Ao longo de 2017 foram envidadas várias medidas para ampliar a oferta e a qualidade dos serviços consulares, tanto no segmento de assistência quanto de atendimento, o que propiciou uma melhora qualitativa na prestação de serviço pela rede consular brasileira, cujo compromisso precípua consiste em zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior. Ressalte-se o avanço da implantação do SCl.ng na rede consular brasileira, projeto que tem contribuído sobremaneira para o aumento da produtividade dos Postos, bem como para a melhora no atendimento aos consulentes.

Participação Ativa e Promoção dos Interesses do Brasil nos Temas Globais

O Brasil fortaleceu em 2017 sua tradicional atuação nos principais foros multilaterais, trabalhando em defesa da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, em constante diálogo com a sociedade civil e com os mais variados setores interessados.

No último ano, o Brasil esteve engajado, como é sua tradição, na promoção da paz internacional, participando de 10 das 16 operações de paz das Nações Unidas em atividade. Esteve entre os 20 maiores contribuintes de tropas e policiais, com cerca de 1.300 efetivos.

O Brasil também esteve na origem e foi um dos líderes do processo que levou à adoção do Tratado para Proibição de Armas Nucleares. O presidente Michel Temer foi o primeiro líder a subscrever o acordo.

O governo brasileiro continuou defendendo sua posição histórica pela reforma do Conselho de Segurança

das Nações Unidas, participando ativamente dos debates sobre o assunto na ONU e por meio do G-4.

Do mesmo modo, o Brasil participou das discussões sobre a proteção internacional de refugiados e migrantes. Em 2017, entrou em vigor a nova Lei de Migração, que instituiu as diretrizes da política migratória brasileira. É com base nessas diretrizes que o Brasil tem atuado, na ONU, nas negociações de um Pacto Global de Migrações.

O ano de 2017 também marcou o retorno do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, para o qual havia sido eleito no final de 2016. O país foi objeto, pela terceira vez, da Revisão Periódica Universal do Conselho, em Genebra, ocasião em que foi avaliada a situação de direitos humanos, sendo gerado um conjunto de recomendações ao país. O compromisso do Brasil com instituições multilaterais revela-se, entre outros aspectos, na sua participação em organizações internacionais e na promoção de candidaturas brasileiras a esses órgãos. Ainda em matéria de direitos humanos, o Brasil elegeu candidatos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e para o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial. O país reelegeu nomes para a Corte Internacional de Justiça na Haia e para a Comissão de Direito Internacional. Também cabe ao Brasil a direção de organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Internacional do Café.

O Brasil é, também, ator-chave em matéria de desenvolvimento sustentável. Ao longo de 2017, foram muitos os avanços diplomáticos em prol do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente. Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima foi promulgado, tornando-se lei interna no Brasil. No mesmo mês, o Brasil apresentou nas Nações Unidas, em Nova York, o primeiro relatório nacional voluntário sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível nacional. O Brasil sediou,

em São Paulo, a I Conferência para o Biofuturo, voltada ao reconhecimento internacional da bioenergia como solução sustentável e economicamente viável para a redução das emissões.

Projeção da Imagem, da Cultura e da Língua do Brasil no Exterior

Com intuito de promover a língua portuguesa no exterior, o Ministério das Relações Exteriores, ao longo de 2017, manteve rede de Centros Culturais e de Leitorados, bem como realizou atividades junto à comunidade brasileira com vistas à difusão da língua portuguesa como língua de herança. Também foi dado apoio à realização de eventos culturais, nas mais variadas manifestações artísticas e a iniciativas voltadas tanto para a troca de experiências entre artistas brasileiros e estrangeiros quanto para o fortalecimento da economia criativa brasileira. As ações tiveram como foco prioritário a América Latina e os países membros da CPLP, dos BRICS e do G-20.

Diplomacia Econômica e Comercial

A maior integração do Brasil aos fluxos de comércio e investimentos é elemento central para o aumento da produtividade e da competitividade de economia nacional. A política externa desempenha papel importante nesse esforço de integração, ainda mais em contexto internacional em que se verificam crescentes tendências protecionistas.

Apesar dos esforços brasileiros, não foi possível concluir um pacote significativo de acordos na 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio, realizada em Buenos Aires, em dezembro de 2017.

Com relação à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em maio de 2017, o Brasil solicitou a adesão à Organização. Tendo em vista esse pedido, foi iniciada, em 2017, a revisão dos

instrumentos legais da organização (“acquis”) à luz da legislação e das diretrizes políticas brasileiras.

O país participa ativamente das discussões do G-20, que atua como plataforma de coordenação macroeconômica internacional e produz decisões capazes de afetar a arquitetura econômica global, emitindo diretrizes para a atuação dos principais organismos econômicos internacionais em temas que considere prioritários. O G-20 vem progressivamente alargando a sua pauta de assuntos, o que requer atenção para evitar que se diluam os temas econômico-financeiros que foram a base de concertação, ao mesmo tempo em que o agrupamento consolida sua relevância na governança internacional.

Reforma e Reforço das Estruturas de Governança Global

Em 2017, o Brasil seguiu atuando em favor do fortalecimento do multilateralismo e defendendo a necessidade de atualização das instituições de governança global, nas esferas política e econômica. Em coordenação com os parceiros do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) e outros grupos relevantes, manteve seu engajamento nas negociações intergovernamentais para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil continua engajado na promoção da reforma da governança econômica internacional, participando de discussões sobre reforma das instituições financeiras internacionais. No FMI, estão em curso discussões sobre a 15ª Reforma de quotas, cujo prazo acordado de conclusão é 2019. Nas discussões sobre o assunto, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm defendido que seu poder de voto na instituição reflita mais adequadamente o peso relativo de suas economias. Seguem também os trabalhos de reforma de quotas do Banco Mundial, que poderia ser concluída até o final de 2018. Também nesse campo,

o Brasil defende que os governos dos países em desenvolvimento, diretamente afetados pelas políticas do Banco, tenham maior voz na instituição.

A atuação do Brasil no âmbito do BRICS e do G20 contribui para a reforma e o fortalecimento da governança econômica, em particular por meio da criação de novas instituições financeiras internacionais. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável pela representação do Brasil na chamada “trilha dos Sherpas” (vertente do G20 que se ocupa dos temas não financeiros). Nesse âmbito, o Brasil participou ativamente dos trabalhos durante a presidência alemã (2017) do foro, que culminou com a Cúpula de Hamburgo (julho).

Por fim, o MRE buscou defender a importância da atuação dos governos na nova estrutura de governança da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN). O Brasil continuou a desempenhar papel fundamental para assegurar a continuidade do processo de internacionalização daquela entidade.

Estruturação e Consolidação da Cooperação Internacional

A Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Itamaraty, executou em 2017, 444 ações de coo-

peração técnica internacional. Foram atividades em setores como agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego. A África e a América Latina e o Caribe concentraram essa agenda de cooperação. Além disso, o Brasil levou adiante parcerias de cooperação Sul-Sul trilateral com 10 organismos multilaterais, como a FAO, a OIT e o UNICEF. Capítulo especial da cooperação técnica prestada pelo Brasil tem-se desenrolado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja presidência rotativa cabe ao Brasil. Além da cooperação técnica, o Brasil prestou, em 2017, cooperação humanitária a outros países que enfrentem situações extremas. Foi o caso do apoio brasileiro a vítimas de incêndios florestais no Chile, de enchentes no Peru e de terremotos no México.

Considerações e Perspectivas

A política externa brasileira continuará a promover, em 2018 e nos exercícios subsequentes, a inserção internacional do Brasil e a promoção do intercâmbio comercial, cultural e institucional, entre outras áreas, conforme os mandamentos constitucionais e as diretrizes governamentais do país, sem descuidar do necessário alinhamento aos objetivos e às metas fixados no Plano Plurianual.

PROGRAMA 2059 POLÍTICA NUCLEAR

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia, além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Neste contexto, o domínio completo do ciclo do combustível nuclear é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica nas Usinas Nacionais, e nos reatores de pesquisa, para produção de radiofármacos.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Ainda não há capacidade instalada, em escala industrial, para atendimento integral da demanda de Angra I, Angra II e Angra III.

A primeira etapa do ciclo do combustível nuclear é representada pela planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio (URA) da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), com capacidade nominal instalada de 400 t de U3O8/ano, suficiente para o atendimento das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II. A etapa seguinte, de conversão do U3O8 em UF6, é realizada no exterior por meio de contratação deste serviço. A etapa subsequente, o Enriquecimento Isotópico de Urânio, é quase integralmente realizada no exterior, tendo a Usina de Enriquecimento de Urânio, em implantação pela INB em Resende – RJ, atingido uma capacidade instalada correspondente a 7% da demanda total nacional de serviços de enriquecimento para suprimento das Usinas Nucleares de

Angra I, II e III, no fim de 2017. As etapas de reconversão e fabricação de pastilhas e de montagem são totalmente nacionalizadas, com a aquisição de alguns materiais e componentes no exterior nesta última etapa do ciclo. Nesta última etapa, as fábricas possuem capacidade nominal instalada de 120 t de UO2/ano, suficiente para o atendimento das usinas atuais em operação e também de Angra III.

A principal vantagem de uma Central Nuclear é a capacidade de geração de energia em grande quantidade, de forma constante, sem a necessidade de grandes reservatórios e com baixa emissão de gases de efeito estufa.

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

A Medicina Nuclear é a área de aplicação da energia nuclear onde são utilizados os radioisótopos, tanto em diagnósticos como em terapias, para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades. Para o setor de medicina nuclear, cujos procedimentos para diagnóstico ou terapia utilizam radiofármacos, o país conta com 450 serviços de medicina nuclear distribuídos por todo o território brasileiro. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Para o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos, o Governo está desenvolvendo o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

Outro setor que será beneficiado com a implantação do RMB é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país.

É importante ressaltar que, ao longo dos últimos anos, o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas operando no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente. O País já conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear; porém, é preciso incrementar a renovação e a reposição desses quadros técnicos, de forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente, atendendo ao crescimento da demanda do setor. Desde 2006, o setor nuclear conta com um programa que oferece bolsas de mestrado e doutorado direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do País. Considera-se necessário duplicar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se: (i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia elétrica de fonte nuclear; (ii) ter autossuficiência tecnológica e industrial nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; (iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e (iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance desses desafios, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio e segurança da

matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para o fortalecimento da soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

Principais Resultados

Para o quadriênio 2016-2019, foram definidos três indicadores do programa: número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas; quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos; e taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear.

O indicador de número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas, que compreende a totalidade de pedidos de proteção de propriedade intelectual e do número de instrumentos jurídicos firmados no âmbito da Lei de Inovação, tinha o índice de referência de 24 no ano de 2014. No final de 2017 foi alcançado o índice de 20 produtos e serviços tecnológicos. Este índice está dentro da variação anual normal de itens tecnológicos desenvolvidos, tendo em vista os diversos componentes que influenciam este indicador (tipo e complexidade do item desenvolvido, recursos financeiros e humanos).

O indicador de quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos tinha como índice de referência, em 2014, o quantitativo de 1.328.745. No final de 2017, o total de exames realizados foi de 1.464.000, conforme dados obtidos junto ao DATASUS e à ANVISA, sendo que, no caso da ANVISA, os valores foram estimados para o ano de 2017, até que seja publicada a edição anual do Mapa de Assistência à Saúde para esse exercício. Cabe ressaltar que o Brasil possui hoje 14 ciclotrons dedicados à produção de radioisótopos de meia vida curta, sendo 4 da CNEN e 10 da iniciativa privada e que garantem o atendimento a 160

clínicas que realizam exames de radiodiagnóstico utilizando equipamentos PET/CT de última geração.

O indicador taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, atinente à INB no programa Política Nuclear, manteve-se no ano de 2017, em 69,9%. A continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução desse indicador (35% da taxa). Para o ano de 2018, está previsto a conclusão dos testes funcionais e o comissionamento da Cascata 7 de enriquecimento isotópico, resultando no aumento da capacidade nominal instalada e comissionada da Usina, permitindo significativa expansão do indicador.

Destaca-se que o programa de Política Nuclear foi estruturado em seis Objetivos que englobam o conjunto de ações necessárias para o atendimento das atividades nucleares no país, cujos principais resultados serão apresentados resumidamente a seguir.

Fornecimento e Capacidade de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos

O objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no País, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, possui duas metas a ele vinculadas.

Uma das metas se refere à implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais, as respectivas análises pós-irradiação e para realizar pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. Devido à sua relevância, o RMB faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para o ciclo do PPA 2016-2019, a meta prevista é atingir 20% de execução física do RMB. Até 2017 foi possível atingir 17,1% da implantação do empreendimento.

A outra meta consiste em ampliar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 ci por semana até 2019. No ano de 2017 a produção atingiu o índice de 469 ci, representando 22,35% da meta prevista. A segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do RMB.

Sistema de Regulação e Segurança das Atividades do Setor Nuclear

Para o objetivo de consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país possui metas relacionadas à demanda de licenciamento de empreendimentos nucleares e ao controle de instalações com fontes de radiações ionizantes foram definidas duas metas. A primeira consiste em atender à demanda de 30 novos empreendimentos nucleares a serem licenciados. Até o momento, o andamento das atividades regulatórias na área de instalações nucleares segue dentro do planejado, com o atendimento em 2017, de 27 novos empreendimentos.

A segunda meta está relacionada com o controle, por ano, de 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa. Em 2017, houve o controle, pela CNEN, de 2.527 instalações.

Ciência e Tecnologia Nucleares e Aplicações para Diversos Usos

Este objetivo possui duas metas importantes: publicar 1.200 artigos em periódicos indexados e formar 700 profissionais em temas de interesse do setor nuclear, ambos os índices para serem atingidos em 2019.

Em 2017, foram publicados 306 artigos em periódicos indexados, o que representa, no acumulado, 50% da meta estabelecida para o ciclo e 102% da meta anual. Além disso, em 2017, foram formados 189 profissionais, representando 55% da meta acumulada prevista para o PPA e 108% da meta anual.

Além destas, em 2017 foram depositados 12 pedidos de patentes e um pedido de registro de marca no INPI. No âmbito da Lei de Inovação, foram também assinados um acordo de cooperação e um contrato de prestação de serviços tecnológicos com empresas.

Proteção do Público, dos Trabalhadores e do Meio Ambiente

A principal meta para este objetivo se relaciona com a implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN). Para o ciclo do PPA 2016-2019, a meta prevista era atingir 15% de execução física do RBMN. Entretanto, já em 2017 o realizado acumulado está no patamar de 17%. A previsão atual é que, no ano de 2019, seja atingido o percentual de 40% da implantação do RBMN.

Quanto aos exercícios de emergência, cumpre destacar que foram realizados quatro até 2017 (sendo dois em 2016). Este resultado reflete o bom andamento dos trabalhos, estando bem próximo do alcance da meta de ampliar de 3 para 6 o total de exercícios de emergência.

Ciclo para Produção do Combustível Nuclear

O objetivo de expandir e implantar o ciclo completo para produção do combustível nuclear, em escala capaz de suprir a demanda nacional gerou diversos resultados.

A Usina de Enriquecimento já possui 6 cascatas em operação e registrou, em 2017, um progresso físico de 1,2% em sua implantação. Também se encontra inserida na ação de implantação da Usina de Enriquecimento, a necessária construção da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI), a qual tem por objetivo ampliar a capacidade de produção de ultracentrífugas, realizar a manutenção das

existentes e promover sua permanente evolução tecnológica. Ao longo de 2017, a produção de Urânio Enriquecido atingiu 6.001 kg de UF₆ com diferentes níveis de enriquecimento.

Com relação à meta prevista de aumentar de 96 para 98 a quantidade de elementos combustíveis produzidos anualmente para a operação das centrais de Angra 1 e 2, em 2017, foram produzidos 96 elementos combustíveis para as usinas term nucleares Angra 1 e Angra 2, atendendo plenamente a demanda do exercício e o cronograma de entrega.

No que se refere à extração e beneficiamento de Urânio em Caetité/BA (iniciativa que compõe o PAC), a exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho, alternativa à lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, encontra-se atualmente em fase final de implantação, com previsão da retomada da produção em 2018. No exercício de 2017, foram importadas 513 toneladas de U₃O₈, para atendimento da demanda das usinas term nucleares brasileiras.

Visando restabelecer e ampliar a produção de Urânio, em 2017, observou-se um progresso físico de 5,19%, com um acumulado de 8,25% na Duplicação da Unidade de Concentrado de Urânio (URA).

Também importante para a autonomia na geração de energia elétrica de fonte nuclear e para geração de excedentes exportáveis, a implantação da Usina de Extração e Beneficiamento de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE apresentou avanços no seu processo de licenciamento. Prossegue, também, a busca da INB no aperfeiçoamento da rota tecnológica para a retirada do Tório.

Produção de Equipamentos para Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia

O Objetivo de produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo

a capacidade nacional no setor possui a meta de produzir oito equipamentos e componentes para indústria nuclear e de alta tecnologia sendo: um para usina nuclear de Angra-III, três para o submarino nuclear e quatro cascos de submarinos convencionais. Dentre essas, merecem destaque algumas obras concluídas e em andamento no período:

- Continuidade da construção de quatro Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil, com avanço na prontificação do 1º - 100%, do 2º - 100%, do 3º - 96,81% e do 4º - 90,04%.
- Fornecimento/fabricação de três Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III, com avanço na prontificação de 84,2%.
- Fornecimento/fabricação de oito Acumuladores para Usina Nuclear de Angra-III, com avanço na prontificação de 98%.
- Fornecimento/fabricação de um Vaso de Pressão de reator para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 6,5%.
- Fornecimento/fabricação de dois Geradores de Vapor para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 4,7%.

Em relação à meta de manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares – certificações NPT, NS e NA, concedida pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*), os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

Cabe destacar também que, neste PPA, houve o início das atividades de engenharia para a fabricação de 1 Vaso de Pressão do Reator (VPR) e 2

Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro.

Por fim, é importante salientar no âmbito do objetivo, a iniciativa de modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, para atender ao Programa Nuclear Brasileiro e ao mercado nacional e internacional. Nesse sentido, foram modernizados/adquiridos 12 equipamentos para o parque fabril da NUCLEP, além da recuperação de mais 111 equipamentos. Desta forma, a NUCLEP deu mais um passo na preparação da fábrica para os desafios tecnológicos dos próximos anos.

Considerações e Perspectivas

Em 2017, o Programa apresentou oito de suas metas com andamento adequado, o que representa 61,5% do total. Os resultados positivos relacionam-se principalmente à consolidação do sistema de regulação e segurança das atividades, à geração de conhecimento e formação de profissionais no setor nuclear e à produção de equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.

Com relação aos objetivos de expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível nuclear e de ampliar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos, serão adotadas medidas de gestão e de articulação de atores para viabilização dos empreendimentos e compatibilização da programação orçamentária e financeira de forma a atingir o adequado alcance das metas no período de vigência do PPA 2016-2019. Por fim, como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria).



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

